

Brasil
Cronología do conflito social
Janeiro - abril 2007

JANEIRO

4º FEIRA 10 – Estudantes, professores, sindicalistas e trabalhadores sem-teto que desde o dia 28 de dezembro vêm protestando contra os aumentos de R\$ 1,60 para R\$ 1,75 nas tarifas de ônibus de Maceió – Alagoas (região Nordeste) se uniram no chamado Movimento Contra o Aumento da Passagem e Pelo Passe Livre. O aumento foi indicado pelo Conselho Municipal de Transporte e aprovado pela Câmara de Vereadores, falta apenas a sanção do prefeito Cícero Almeida (PTB).

DOMINGO 14 – Cerca de 500 policiais de elite da Força Nacional de Segurança (FNS) chegam ao estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). A Força foi solicitada pelo atual governador Sérgio Cabral devido aos ataques do tráfico no estado na última semana de 2006. O reforço policial deve ficar no estado até o final de julho quando acabam os jogos Pan-Americanos, mas podem prolongar a estada caso seja necessário.

3º FEIRA 16 – Cerca de 50 lideranças indígenas das etnias Tupiniquim e Guarani do estado do Espírito Santo (região Sudeste) reivindicam, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma resposta do governo Federal sobre a demarcação de uma área de 11 mil hectares em disputa com a multinacional Aracruz Celulose. Os indígenas estiveram em Brasília em Dezembro após a ocupação do porto da multinacional, mas não foram recebidos.

Cerca de 50 índios da etnia Tembé ocupam prédio da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) em Belém – Pará (região Norte), reivindicando a regularização do repasse de verbas para assistência de saúde das oito aldeias da região. A Funasa alega que não houve suspensão no atendimento prestado por seus técnicos e afirmou que o repasse de verba reivindicado é responsabilidade dos municípios.

4ª FEIRA 17 – Cerca de 60 famílias do MST reocupam, após 6 meses do despejo pela Polícia Militar, a fazenda Arroz Dourado, em São Francisco de Itabapoana – Rio de Janeiro (região Sudeste). O decreto de desapropriação da área fora assinado pelo presidente Lula em novembro, mas o Incra não avançou no processo de assentamento. A reintegração de posse foi deferida pela Justiça Estadual apesar da desapropriação tramitar na Justiça Federal e a área ter laudo de improdutividade. O Incra, o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e a Ouvidoria Nacional Agrária tentam sem sucesso intervir na retirada das famílias, que continuam na região e são acolhidas pelos moradores do assentamento Dandara dos Palmares.

6ª FEIRA 19 - Uma comissão formada por parlamentares da Assembléia Legislativa do Paraná, representantes do MST e outros movimentos sociais vai à região de Londrina – Paraná (região Sul) cobrar das autoridades a apuração do caso de despejo ilegal de 50

famílias sem-terra da Fazenda 3J, na última terça-feira (16). A propriedade pertence ao deputado federal José Janene (PP-PR). Os sem terra foram violentamente despejados por seguranças particulares armados. As famílias estavam acampadas na área desde setembro de 2006. Elas afirmam que obtiveram de um dos homens que realizaram o despejo a informação de que ali estavam a mando do deputado. Com a brutalidade da ação, muitos trabalhadores sequer tiveram tempo para carregar seus pertences e, ao voltarem no local, presenciaram a queima destes. Além do despejo, os sem-terra contam que foram agredidos e ameaçados com armas de fogo pelas milícias. A comissão de parlamentares e movimentos sociais volta ao local para recuperar o que sobrou nos acampamentos. Em audiência, o delegado da região se comprometeu a ouvir todos os envolvidos no caso e punir os mandantes dos crimes.

2ª FEIRA 22 - Cerca de 150 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Qualibrás, de criação de camarão em cativeiros, em Itapipoca – Ceará (região Nordeste) para denunciar a destruição ambiental de mangues e a lentidão do processo de Reforma Agrária no estado. Mais de 1.700 famílias do movimento vivem em acampamentos no estado. Amanhã, as famílias do MST têm audiência com o Incra, a Secretaria do Desenvolvimento Agrária do Ceará e prefeitura de Itapipoca, para discutir o processo de Reforma Agrária no estado.

4ª FEIRA 24 - Estudantes da União de Estudantes da Bahia (UEB) e a população protestam contra o aumento nas tarifas de transporte público em Salvador – Bahia (região Nordeste). Mesmo após diversas manifestações em Salvador, as tarifas de ônibus sofreram reajuste no dia 20 de 17,6% passando de R\$ 1,70 para R\$2,00. O prefeito havia se comprometido a não aprovar o aumento sem antes ouvir o parecer do Conselho Municipal de Transportes. Juntamente com o aumento o prefeito decretou também o congelamento de tarifas até 1.º de janeiro de 2009 e a compra de 1.000 ônibus pelas empresas. Segundo a PNAD-IBGE 2005, 34,68% da população soteropolitana não tem rendimento mensal algum, 46,35% tem renda mensal de até dois salários mínimos e só 12,16% tem renda mensal superior ao salário mínimo constitucional calculado pelo DIEESE (em torno de R\$ 1.600,00), além disso, segundo os dados, um em cada quatro habitantes encontra-se desempregado. Os movimentos ainda esperam conseguir sua anulação considerando a situação financeira de grande parte da população.

6ª FEIRA 26 – Aproximadamente 100 estudantes bloqueiam a avenida Beira-Mar, onde fica a prefeitura de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste) em protesto contra o aumento das tarifas de ônibus na capital. As tarifas municipais da capital foram reajustadas em 9,6% no último domingo, subindo de R\$ 1,55 para R\$ 1,70. As passagens intermunicipais da região metropolitana da capital tiveram reajuste de 8,82% subindo de R\$ 1,70 para R\$ 1,86 no último dia 14. Desde o dia 12, estudantes vêm protestando contra o aumento das tarifas do transporte coletivo no Espírito Santo. Estudantes universitários e secundaristas do CEFET-ES protestaram durante a reunião do Conselho Tarifário (COTAR) que definiu o novo aumento. Os estudantes faziam manifestação pacífica, mas foram agredidos por seguranças e a Polícia que queria impedi-los de entrar. Ao final da reunião, o Governo Estadual enviou o Batalhão de Missões Especiais (BME) da PM para garantir a "segurança" dos empresários. No dia 26, cerca de 300 estudantes do CEFET-ES e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram às ruas de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste) manifestando-se contra o aumento da tarifa do transporte coletivo. Os estudantes

seguiram em direção ao prédio da empresa responsável pelo aumento e pela situação precária do transporte público, policiais postaram à frente e avançaram sobre os estudantes batendo nestes com cassetetes, deixando alguns feridos.

3º FEIRA 30 – Cerca de 50 estudantes que faziam manifestação contra o aumento das tarifas do transporte público em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) ocupam a sede da Empresa Pública de Transporte e Circulação. Segundo a grande mídia, os estudantes alegaram que gostariam de participar de uma reunião do Conselho Municipal de Transporte Urbano, encontraram as portas fechadas e ao forçarem a entrada acabaram por quebrar a porta. Um funcionário acabou ferido. A ocupação foi controlada pela Brigada Militar que identificou os estudantes e liberou-os em seguida. Os empresários querem elevar a tarifa de R\$ 1,75 para R\$ 2,05, a prefeitura vai fazer uma contraproposta de R\$ 2,00.

4ª FEIRA 31 - Estudantes fazem passeata saindo da Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas Gerais (região Sudeste) em direção ao Centro. Os estudantes protestam contra o aumento da passagem de ônibus de R\$ 1,55 para R\$ 1,75, que passa a vigorar a partir de amanhã (1/02). Não houve confronto no trajeto.

Cerca de 150 professores e servidores da educação do estado de Alagoas (região Nordeste), em greve desde o dia 18, ocupam o edifício da Secretaria de Educação no Centro da capital do estado, Maceió. Segundo a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a greve atingiu 70% dos servidores estaduais. Os servidores da saúde e os policiais civis decidiram suspender a paralisação após a edição de um novo decreto concedendo o reajuste para estas categorias que receberam 44,5% do reajuste em três parcelas. O governador Teotônio Vilela Filho também apresentou uma proposta de parcelamento para os trabalhadores da educação que alcançariam um reajuste de 44,5% em maio. Os trabalhadores da educação permanecem reivindicando a revogação do decreto do governo estadual que suspendeu o pagamento dos reajustes salariais concedidos em 2006. Os grevistas afirmam que devem permanecer no local até que a reivindicação seja atendida. Ocorreram várias manifestações nos dias 16 e 17 culminando com uma greve geral do funcionalismo do estado no dia 18 e a ocupação do edifício da Secretaria da Fazenda por aproximadamente 300 servidores. No dia 22, trabalhadores sem-terra, índios e sem-teto se uniram aos servidores e reforçaram o grupo que ocupava a Secretaria da Fazenda de Maceió e seus arredores, sendo desocupada no dia 25 para evitar um confronto com a Polícia Militar que estava sendo pressionada a agir por magistrados e promotores de Justiça que não receberam seus salários devido a paralisação dos servidores da Secretaria.

Policiais militares empreendem ações violentas de despejo de aproximadamente 50 famílias do MST na Fazenda Mata Escura, município de Águas Belas – Pernambuco (região Nordeste), já vistoriada pelo Incra que emitiu decreto de desapropriação para fins de Reforma Agrária Segundo o movimento, os policiais agredem os sem-terra, inclusive crianças e mulheres. Em Pernambuco, o MST vai denunciar a agressão ao Ministério Público Estadual, à Ouvidoria Agrária e à Corregedoria da Polícia Militar.

FEVEREIRO

5º FEIRA 1 – O juiz federal Oziel Francisco de Souza da vara de execuções fiscais de Joinville – Santa Catarina (região Sul) determinou a penhora de faturamento mensal da Cipla (fábrica ocupada pelos trabalhadores) de 5% em dois processos do INSS, onde ocorre a cobrança de contribuições para a previdência que deixaram de ser recolhidas pelo antigo acionista da empresa no valor de R\$250 milhões. Para o coordenador do Movimento das Fábricas Ocupadas, Serge Goulart, a cobrança deve ser feita a quem a fez e não aos trabalhadores que há quatro anos fazem esforço para manter a fábrica com cerca de mil empregos diretos. Os dirigentes da empresa começaram em 30 de janeiro uma campanha nacional e internacional, junto ao Governo Lula e ao Ministério da Justiça, para demover o Poder Judiciário de seu intento de inviabilizar a empresa.

Cerca de 100 integrantes do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) bloqueia uma rodovia em Porto Velho – Rondônia (região Norte) por 19 horas. A maioria das exigências é referente à reforma agrária. Após negociações com PRF, Incra e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os manifestantes desocupam a rodovia, mas ameaçam novo bloqueio caso as solicitações não sejam atendidas após reunião amanhã com o ouvidor agrário nacional.

A Via Campesina divulga nota para questionar a decisão da Justiça do Paraná de suspender a desapropriação (imposta em novembro de 2006) da estação de pesquisas da multinacional Syngenta Seeds em Santa Teresinha do Oeste – Paraná. A área foi ocupada pela Via campesina que denunciou a produção de soja e milho transgênicos, dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, zona reconhecida em 1986 pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. O governador do estado anuncia que irá recorrer contra a decisão do Tribunal de Justiça do estado. Após a denúncia feita pela Via, o Ibama **multou a multinacional** em R\$ 1 milhão pelo crime contra a biossegurança. Segundo a Agência de Notícias do Estado, "a multinacional ignorou a autuação do Ibama: não recorreu da decisão nem pagou a multa".

4º FEIRA 7 – Após ocupação da Secretaria de Educação de Alagoas há quatro dias, servidores da educação em greve, estudantes, sindicatos e pessoas ligadas a movimento sociais rurais como MLST, MST, MTL – que já haviam ocupado no dia 6 a Secretaria do Planejamento (Seplan) e outros dois prédios públicos em frente ao palácio República dos Palmares, sede do governo em Maceió – Alagoas (região Nordeste) – e a Coordenação dos Movimentos Populares fazem manifestação nas ruas. Segundo a PM, cerca de 2.500 pessoas interditam cinco pontos de rodovias no interior do estado e um na região metropolitana. Acontece na capital, Maceió, uma passeata com cerca de 2.500 pessoas. Os trabalhadores reivindicam o pagamento completo da isonomia salarial dos professores, suspensa pelo atual governador que alega falta de recursos, e as desapropriações de áreas para a Reforma Agrária e moradia.

5º FEIRA 8 – A decisão judicial que devolveu aos índios Xavantes a terra Marãiwatséde no Mato Grosso (região Centro-oeste), prevê que os ocupantes da terra Xavante reflorestem os 160 mil hectares devastados. O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, disse que

este reflorestamento pode demorar muito ou não acontecer, por isso, a Funai vai buscar recursos em grupos internacionais dispostos a ajudar.

DOMINGO 11 - Menino indígena que pertencia a uma aldeia localizada em uma reserva de guaranis e caiuás morre de desnutrição em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O Relatório da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) aponta a desnutrição como a causa da morte de seis crianças indígenas guaranis e caiuás com até dois anos de idade em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) em janeiro e fevereiro deste ano. No total 22 crianças morreram no período no estado, sendo 20 delas das etnias guaranis e caiuí. O coordenador regional da Funasa em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) afirma que a distribuição de cestas básicas, em caráter emergencial, começará a ser feita nas aldeias indígenas depois do carnaval. A medida visa substituir a ação do governo estadual que, de acordo com o governador do estado André Puccinelli, deixou de distribuir os alimentos no início de Janeiro devido a uma crise financeira. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) informa que atendeu ao pedido de ajuda de Puccinelli, enviando na última quinta-feira (15), 5.500 cestas de alimentos a aldeias indígenas onde há desnutrição infantil grave.

A Funai informa que o motivo da morte por desnutrição das crianças xavantes, entre 2006 e começo de janeiro deste ano, é o desmatamento na terra indígena ocupada por posseiros que acaba impedindo os índios de coletar frutos do cerrado, antigo costume da tribo.

2º FEIRA 12 – Cerca de 150 famílias ligadas ao MST, acampadas em Coqueiros do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul), na divisa com a Fazenda Guerra, sofrem com a violência da Polícia Militar. Funcionários de uma fazenda, ao lado do acampamento do MST na região, descumprem um acordo com os sem terra e, pela manhã, começam a aplicar veneno na lavoura, próxima a fonte de água que abastece o acampamento do MST. Durante a tarde, a Brigada Militar, entrou no acampamento atirando bombas e balas de borracha. Barracos foram destruídos e alguns acampados tiveram roupas e documentos queimados, até mesmo uma cozinha comunitária, onde crianças almoçavam foi atingida.

3º FEIRA 13 – Mais de mil pessoas acompanham a missa de sétimo dia, celebrada na Igreja da Candelária – Rio de Janeiro (região Sudeste) do menino de seis anos arrastado e morto após um assalto. Após a missa centenas de pessoas saíram em passeata, em sua maioria mulheres, para protestar contra a violência e cobrar medidas no estado. Após uma hora de negociação um grupo de 15 pessoas foi recebido por deputados. Integrantes do movimento Rio em paz entregam carta ao governador Sérgio Cabral sugerindo a formação de comissões autônomas no estado cobrando mais ações na área de educação e saúde. Em meio a revolta de parentes e familiares de vítimas, setores da sociedade como alguns os principais meios de comunicação se mobilizam para reivindicar a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

SÁBADO 24 – O MST e agricultores vinculados a sindicatos controlados pela CUT promovem a 14ª ocupação em fazendas no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista – São Paulo (região Sudeste) iniciadas no último dia 18, quando os movimentos divulgaram que aproximadamente 2 mil pessoas foram mobilizadas. A PM não confirma o número. Mais de 200 pessoas participam da ocupação da fazenda Floresta em Araçatuba que, segundo o

MST, já havia sido negociada com o Incra. Outras 200 são esperadas para as próximas horas. O movimento reivindica a troca do ministro do Desenvolvimento Agrário, a agilidade da reforma agrária e busca denunciar a demora da Justiça no julgamento das ações. O governo de São Paulo afirmou no dia 20 que não dialoga com os sem-terra enquanto estes permanecerem nas ocupações. A Juíza Flávia Alves Medeiros, de Santo Anastácio, determinou no dia 22 a retirada imediata (em 24h) dos sem-terra da fazenda São José em Piquerobi – São Paulo e que estes devem manter uma distância mínima de 20 Km da propriedade, sob pena de multa de R\$ 1 mil aos responsáveis pelo acampamento. No dia 23, o MST começou a desocupar as 13 fazendas no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista – São Paulo, após ter desocupado a fazenda Cachoeira de Itapura no dia 21, devido à divulgação pelo Incra de uma nota à imprensa de que a fazenda estaria sendo negociada com o governo para fins de reforma agrária. Ainda no dia 23 a Justiça concedeu reintegração de posse a cinco das 13 propriedades ocupadas. A realização de uma reunião entre representantes dos governos estadual e federal com os movimentos sociais é uma das exigências do MST para pôr fim às ocupações na área. O coordenador do MST Sérgio Pantaleão afirmou que nos próximos dias duas fazendas vizinhas à Floresta serão ocupadas. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf) em Araçatuba, José Carlos Bossolan, integrante da CUT, declara que estas fazendas fazem parte de um pacote de vistorias do Incra de 2001 que até agora não foram desapropriadas.

DOMINGO 25 – Um bebê indígena de dez meses morre por falta de comida na aldeia Bororó em Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A mãe da criança, índia guarani, afirmou que falta comida e água na aldeia. A redação da Folha de São Paulo esteve no local e constatou que na casa da índia havia alimentos como farinha, leite em pó, arroz, açúcar, feijão e óleo. A índia disse que desses alimentos só consegue consumir o arroz. Um médico da Funasa declarou que a criança pode ter morrido de pneumonia ou diarreia.

Cerca de 400 famílias integrantes do MST ocupam fazenda Santa Marina na região do Lins, noroeste de São Paulo. A fazenda pertence ao grupo Bertin que atua nos segmentos de agroindústria e infra-estrutura e, segundo o MST, cria gado e planta eucalipto.

Ruralistas fazem protesto no Pontal do Paranapanema– São Paulo (região Sudeste). Apesar da desocupação das 13 fazendas, ao abrir o diálogo entre o MST, a CUT e o governo do estado, os ruralistas ameaçam processar a CUT cível e criminalmente e reivindicam a prisão de José Rainha Jr. principal articulador das ocupações na região. Em contrapartida, sindicalistas e sem-terra acusam fazendeiros de desrespeitarem direitos trabalhistas, principalmente nas plantações de cana-de-açúcar e pretendem fazer uma audiência pública em Araçatuba para chamar uma força tarefa de fiscalização do Ministério do Trabalho. Segundo eles, os latifundiários estariam atraindo mão-de-obra de trabalhadores nordestinos que estariam chegando a região em regime de semi-escravidão. Os ruralistas declaram que podem pedir a prisão de Rainha já que este não poderia estar a frente de movimento por estar em “liberdade por força de liminar”.

3º FEIRA 27 – No Pontal do Paranapanema, duas das 10 fazendas ocupadas desde o último dia 18 permanecem ocupadas pelo MST. No Noroeste, em Nova Alta Paulista das quatro fazendas, uma permanece ocupada. No dia 25 A superintendência do Incra de São Paulo (região Sudeste) anunciou que irá receber representantes da CUT e do MST para discutir a

reforma agrária no estado. Seguindo indicações para abrir o canal de comunicação com os governos estadual e federal, integrantes do MST desfazem acampamento na fazenda Guarani, na cidade de Presidente Bernardes – São Paulo (região Sudeste).

MARÇO

5º FEIRA 1 – O Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, apesar de ter prometido demarcar em curto prazo, as terras indígenas Tupinikin e Guarani no Norte do Espírito Santo (região Sudeste), devolveu o processo para a FUNAI, solicitando estudos para conciliar interesses dos indígenas e da Aracruz Celulose. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (ONG que dá assistência às comunidades indígenas capixabas), com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Brasília – Goiás (região Centro-oeste) elaborou uma carta de repúdio a decisão do ministro. A carta será levada para a Assembléia Geral dos Povos Tupinikim e Guarani, que acontecerá no próximo dia 3, quando as comunidades indígenas avaliarão e discutirão os rumos da luta pela terra.

6ª FEIRA 2 - O Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga – RS (Região Sul) fecha acordo coletivo de trabalho com os empresários do setor em 4%, elevando o piso da categoria para R\$424,60. Negociam também o auxílio creche de R\$40,00 por filho, para as empresas sem convênio no atendimento às crianças, e auxílio estudante de R\$135,20. Os trabalhadores conquistam também uma carência menor (de 6 meses) para a homologação de rescisões na sua entidade de classe, que antes demorava 1 ano.

Em assembléia realizada nessa semana, jornalistas e funcionários administrativos da Editora Três, que publica a revista, aprovaram o estado de greve. O motivo é o atraso nos pagamento dos salários. Ainda não foram efetuados os pagamentos previstos para 5 de fevereiro, como salário, férias e fundo de garantia, nem o vale-refeição do último dia 20. Os profissionais reclamam que a diretoria não apresenta propostas para resolver o atraso. O aviso de paralisação já foi entregue à diretoria da editora. Caso a greve seja concretizada, as revistas IstoÉ Dinheiro, Dinheiro Rural e IstoÉ Gente também serão atingidas. Os profissionais afirmam que somente voltam ao trabalho quando a situação for normalizada.

Cerca de 200 operários fazem manifestação contra as condições de trabalho na obra do Estádio Olímpico João Havelange para o Pan Americano que será realizado de 13 a 29 de Julho na cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste). Os trabalhadores bloquearam uma rua vizinha ao estádio e só deixaram o local com a chegada de policiais. Os operários reclamam da má qualidade da comida, das constantes faltas de água e de focos de dengue espalhados pelos canteiros da obra.

3º FEIRA 6 – Aproximadamente 600 camponeses ligados á Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape) bloqueiam trecho da BR 101 no estado de Pernambuco (região Nordeste) em protesto contra o MST. Os agricultores acusam o movimento de ocupar o engenho Altinho, desapropriado pelo Inbra em favor dos trabalhadores rurais ligados aos sindicatos da região. Segundo a Fetape, o MST começou a reivindicar parte das terras há dois anos quando o Inbra já havia reconhecido a improdutividade das propriedades e já estava encaminhando a desapropriação em favor da

Federação. Cerca de 80 famílias do MST acamparam na área quando trabalhadores da Fetape se preparavam para assumir seus lotes.

A Via Campesina faz ocupações no Rio Grande do Sul (região Sul), Sergipe, Maceió (região Nordeste) e Pará (região Norte). Cerca de 3.600 pessoas participam das ações para chamar atenção para o Dia Internacional da Mulher e para protestar contra o agronegócio. No Rio Grande do Sul cerca de 1.300 mulheres ocupam áreas de grupos como Votorantim e Stora Enso além de um fornecedor da Aracruz. Segundo o movimento as áreas praticam monocultura de eucalipto e de pinus em uma área de 200 mil hectares, suficiente para assentar 8 mil famílias. As empresas que tiveram as áreas ocupadas ainda não se pronunciaram. Sem-terras deixam a ocupação em São Francisco e Santana do Livramento onde o dono da área apresenta um interdito proibitório. Em Sergipe, aproximadamente 500 mulheres bloqueiam dois pontos da BR-101 em Maruim e Estância em seguida seguem para um acampamento na praça Ranulfo Prata, em Aracaju. Em Maceió cerca de mil agricultores, segundo a polícia, em sua maioria mulheres, acampam em frente à sede do governo. No Pará cerca de 800 agricultoras acampam em uma praça da capital, Belém, e amanhã devem entregar as reivindicações à governadora Ana Júlia (PT).

4º FEIRA 7 – Um dia antes da chegada do presidente dos EUA George W. Bush, movimentos sociais, ONGs e partidos políticos fazem diversas manifestações no país. Centenas de mulheres vinculadas à Via Campesina e ao MST ocupam a maior usina de álcool do país, a Cevasa, controlada pela americana Cargill Agrícola, em Patrocínio Paulista – São Paulo (região Sudeste). Segundo a Via Campesina cerca de 900 mulheres participam da ação. A ocupação é um protesto contra a parceria que o presidente dos EUA George W. Bush pretende firmar com o Brasil para a produção de etanol. Segundo João Pedro Stédile, representante da Via Campesina no país e líder do MST, para os movimentos sociais, o acordo trará destruição ambiental e não trará novos postos de trabalho. Em São Paulo, diversos locais apresentam pichações nos muros com palavras de ordem contra a visita. Em Minas Gerais (região Sudeste), aproximadamente 350 mulheres ligadas a entidade bloquearam uma estrada, caminho da extração de ferro em Nova Lima, a Companhia Vale do Rio Doce é uma das proprietárias da mina, em nota condenou as ações e afirmou que 12 mil toneladas de minério de ferro deixaram de ser produzidos. No Ceará (região Nordeste), cerca de 500 mulheres da Via campesina ocuparam o trevo da Chapada do Apodi interditando a principal via de escoamento da produção de fruticultura irrigada de Limoeiro do Norte. Em Alagoas (região Nordeste) aproximadamente 2 mil mulheres da entidade e outros movimentos, participaram de ato contra o agronegócio e a transposição do Rio São Francisco e ocupam a Secretaria de Agricultura do estado. Em Pernambuco (região Nordeste), mulheres da entidade ocupam o engenho São Gregório, pertencente a Usina Estreliana, cujas terras são reivindicadas pelos sem-terra há mais de cinco anos. Parte dos canais foi derrubado e teve início o plantio de feijão e milho em protesto contra a monocultura. Segundo a entidade participaram da ação cerca de 200 mulheres, segundo a direção da usina, apenas 20. No Rio de Janeiro (região Sudeste), aproximadamente 100 mulheres ligadas ao MST e a Via Campesina fazem manifestação no Centro da cidade, em frente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O ato representa um protesto contra a política de financiamento do banco. O Ministério das Relações Exteriores faz protesto contra o relatório divulgado esta semana em Washington pelo Departamento de Estado americano sobre a situação dos direitos humanos no país e no

mundo. O Itamaraty disse em nota que: “não reconhece legitimidade de relatórios elaborados unilateralmente por países”. Ainda no estado do Rio, no bairro intitulado Vila Kennedy, alguns moradores e o presidente da associação fizeram ato para reclamar que os americanos haviam abandonado o local. O bairro foi construído em 1964 com recursos dos EUA. O bairro possui inclusive uma réplica da estátua da liberdade que foi tomada por manifestantes e faixas. Na capital do país, Brasília - Goiás (região Centro-oeste) cerca de 50 integrantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) fazem ato “Fora Bush” em frente ao Congresso. No plenário da Câmara, na capital do país, deputadas manifestam-se contra a visita do presidente Bush.

5º FEIRA 8 - A visita do presidente George W. Bush ao Brasil acarretou manifestações por 18 estados do país. Neste dia, Bush recebeu Lula da Silva em um hotel pertencente a uma cadeia estadunidense em São Paulo. Em São Paulo (região Sudeste), a Marcha Mundial de Mulheres, o MST, o PSTU da Conlutas (entidade que reúne sindicatos diversos, estudantes e movimentos sociais), o PC do B, a CUT, PT, PSOL e várias ONGs fazem passeata na Avenida Paulista em protesto contra a visita. A manifestação realizada no dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher reuniu cerca de 10 mil pessoas segundo a PM e 20 mil segundo os organizadores. No início da manifestação, os policiais concordaram em ceder as duas pistas do sentido bairro-centro, mas logo após as outras duas faixas foram tomadas provocando um conflito entre manifestantes e policiais. O confronto teve início quando um grupo de cerca de 10 punks tentava interditar a outra pista da avenida. A polícia usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para conter os manifestantes. Pelo menos 23 pessoas ficaram feridas, segundo a polícia 18 destes policiais. Na frente da passeata estavam deficientes físicos e uma das manifestantes teve fraturas graves na perna e queimaduras de segundo grau. Os temas do protesto foram desde a monocultura da cana-de-açúcar, até falta de delegacias 24 horas para mulheres, a invasão do Iraque e a guerra entre Israel e Líbano ocorrida no ano passado. Também ocorreram protestos na região Nordeste cerca de 10.600 pessoas manifestaram-se contra a visita em: em São Luis ;em Fortaleza – Ceará; ;em Aracaju – Sergipe; no Piauí – Teresina;em Maceió – Alagoas; em João Pessoa - Paraíba ;em Recife – Pernambuco. Chegou a ocorrer um confronto entre sem-terras que participavam do ato e a polícia. E em Salvador, Bahia, ocorreu a maior manifestação da região com aproximadamente 3.500 pessoas comandadas por um grupo gay do estado. Na região Centro-oeste aproximadamente 1.100 pessoas manifestaram-se. Na região Norte foram cerca de 1.700 pessoas em Manaus – Amazonas e em Belém – Pará onde ocorreu a maior manifestação com cerca de 1.500 pessoas. Na região Sul cerca de 1.800 pessoas protestam: em Curitiba – Paraná e em Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Na região Sudeste aproximadamente 2 mil pessoas manifestaram-se: em Vitória – Espírito Santo ;em Belo Horizonte – Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Apesar das manifestações por todo país, o presidente dos EUA não se deparou com nenhuma delas. Segundo dados da polícia militar, cerca de 27.500 pessoas foram às ruas em todo país.

2ª FEIRA 12

Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) realizam manifestações nesta semana, para criticar a formalização de convênios de pesquisa entre a instituição e a empresa de celulose Votorantim.

Integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia que ocupam um prédio que foi utilizado pelo Primeiro Comando da Capital, em Porto Alegre, realizam protesto nesta segunda contra a reintegração de posse concedida pela Justiça. O prédio abandonado pertencia à Caixa Econômica Federal e foi vendido a uma empresa. Depois, foi comprado por pessoas ligadas ao PCC, e usado para uma tentativa de assalto a banco no ano passado. Os sem teto reivindicam que o prédio seja redirecionado pelo Estado às mais de cem famílias que ocupam o local.

Cerca de 500 integrantes de movimentos sociais acampam em Brasília para tentar impedir a transposição do Rio São Francisco. As organizações pedem a revitalização do manancial com experiências de convivência com o semi-árido. Os manifestantes terão audiências com a ministra do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal, a Câmara dos Deputados e a Presidência da República. Movimentos sociais e comunidades ribeirinhas afirmam que a transposição do rio não resolverá a falta de água da região e ainda pode contribuir para a degradação do principal manancial do Nordeste brasileiro.

3ª FEIRA 13

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) faz um corpo-a-corpo junto aos deputados estaduais da base governista. A entidade quer que os parlamentares tranquem a pauta de votações da Assembléia, até que seja solucionado o impasse envolvendo o transporte escolar para alunos da rede estadual. A orientação da FAMURS é de que as prefeituras não assinem individualmente o convênio do transporte escolar com o governo estadual.

Indígenas Tupinikim e Guarani do Espírito Santo enviam carta de repúdio à decisão do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que devolveu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) o processo sobre a demarcação de terras ocupadas pela empresa Aracruz Celulose. A Funai recomendava a demarcação de 11.000 hectares da reserva. O ministro pediu estudos que apontem para uma solução que agrade aos interesses das duas partes envolvidas. A Aracruz espera um acordo com os indígenas.

85 entidades ambientalistas e 87 parlamentares enviam carta ao presidente contra a Medida Provisória que regulamenta o plantio de transgênicos próximo a áreas de conservação ambiental. A carta também pede que Lula vete a alteração do quórum de votação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e a autorização do algodão transgênico plantado ilegalmente no país. Lula tem até o dia 22 de março para sancionar ou vetar a medida.

Movimentos sociais de todo o Brasil realizam protesto em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, contra o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e pedem audiência com o presidente Lula. Desde o final de semana, cerca de 500 pessoas estão reunidas em Brasília no acampamento Pela Vida do Rio São Francisco e do Nordeste Contra a Transposição.

Agricultores ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar realizam mobilizações no Rio Grande do Sul para cobrar ações dos governos estadual e federal na área de habitação rural. Reivindicam que o Governo do Estado pague as dívidas de mais de

760 mil reais com os agricultores familiares, que já tiveram suas casas construídas e inauguradas e não receberam a contrapartida do Estado.

4ª FEIRA 14

Agricultores assentados em Pedro Osório – RS, realizam ato público para arrancar dos seus próprios lotes os eucaliptos plantados em parceria com a empresa Votorantim. De acordo com o MST, o ato marca um processo de debate interno entre as famílias assentadas, que decidiram eliminar a monocultura de eucalipto. O plantio de lavouras de eucalipto em assentamentos é condenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Protestos contra a construção de hidrelétricas e a transposição do Rio São Francisco marcam o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens em todo o País. No Rio Grande do Sul, cerca de 400 pessoas ligadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens bloqueiam a BR 153, em Erechim.

A Coordenação de Entidades de Servidores Federais lança a Campanha Salarial Unificada de 2007. É realizado um ato na Câmara dos Deputados, em Brasília. Entre as reivindicações estão a criação de política salarial com incorporação das gratificações, reposição salarial das perdas de 1995 a 2006, correção das distorções salariais e isonomia salarial e de todos os benefícios.

5º FEIRA 15 – Integrantes de movimentos contra o projeto de Transposição do Rio São Francisco fazem passeata e ato simbólico de enterro do projeto. Segundo os jornais (O Globo e Folha de São Paulo), os manifestantes que participavam da passeata tentam “invadir” o Ministério da Integração Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Para os manifestantes, dois homens teriam se infiltrado no grupo e provocado a confusão que terminou com a quebra de um vidro da portaria e uma pessoa presa. Parte do grupo que está acampado no centro de Brasília em protesto contra o projeto, afirmou que o ato não foi planejado. Segundo a PM (Folha de São Paulo), cerca de 600 pessoas participaram da passeata, segundo O Globo, cerca de 300 pessoas estavam no ato. Em seguida, parte do grupo participou de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O ministro da Integração Nacional, Pedro Brito e o bispo da Barra, dom Luiz Flávio Cappio, esperados pelos movimentos, não compareceram á audiência.

Estudantes secundaristas ocupam as ruas de Campinas – São Paulo (região Sudeste) para protestar contra o preço da tarifa do transporte coletivo na cidade. A manifestação terminou diante da Prefeitura Municipal, que estava cercada pela guarda municipal, a polícia militar e cães. No final de 2006, o prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos (PDT) aumentou o preço da passagem de ônibus de R\$ 2,00 para R\$ 2,25 e do transporte seletivo, de R\$ 2,20 para R\$ 2,60. O aumento entrou em vigor no dia 19 de dezembro quando os estudantes estavam de férias. Após a manifestação, representantes dos estudantes foram recebidos pelo secretário municipal de transportes, Gerson Bittencourt, que apresentou os motivos do reajuste das tarifas. O secretário foi convidado para uma discussão pública no dia 12 de abril, mas não confirmou presença. No dia 22 de fevereiro, integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) fizeram protesto durante a reunião de posse da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica na Câmara Municipal de São Paulo (região Sudeste). Os

manifestantes reivindicam uma postura ativa na investigação das planilhas tarifárias das companhias de ônibus além da redução.

Cerca de 800 operários que trabalham na construção do Parque Aquático Maria Lenk, para o Pan Americano, no autódromo de Jacarepaguá – Rio de Janeiro (região Sudeste) suspendem as obras. A paralisação ocorre após uma panfletagem do Sindicato da Indústria da Construção Civil Pesada, que está em dissídio coletivo. Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com os operários do Estádio João Avelange (que já fizeram manifestação no último dia 2) que acarreta um aumento de 15% além disso, os operários denunciam más condições e irregularidades no canteiro de obras como a má qualidade da alimentação e a ausência de médicos de plantão. A paralisação teve fim no fim da tarde e uma assembléia foi marcada para amanhã no canteiro. O secretário municipal de Obras, Eider Dantas afirmou que, caso a paralisação prossiga, operários de outros estados podem ser recrutados.

Vizinhos do Estádio João Avelange no Engenho de Dentro – Rio de Janeiro (região Sudeste) bloqueiam a rua das Oficinas por aproximadamente 40 minutos para protestar contra a retirada de cinco imóveis do local. As casas serão demolidas para a construção de uma das estradas. Segundo presidente da Associação de Moradores do Entorno do Engenho, Aníbal Antunes, a manifestação tem como intuito reivindicar indenizações aos moradores. A prefeitura ofereceu R\$ 178 mil, mas a família, proprietária do lote onde estão os cinco imóveis, reivindica R\$ 800 mil. O impasse exigiu uma perícia policial que está em andamento.

6ª FEIRA 16 Integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia realizam o segundo protesto da semana contra a reintegração de posse de um prédio ocupado no centro de Porto Alegre. Participam do ato cerca de cem moradores que ocupam o edifício desde novembro do ano passado. Eles fazem panfletagem em frente a uma loja da empresa que vendeu o prédio para o Primeiro Comando da Capital, que o utilizou numa tentativa frustrada de assalto a banco.

SÁBADO 17 – Cerca de 400 famílias ligadas ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) ocupam uma área particular de aproximadamente 1,3 milhão m² em Valo Velho, periferia de Itapeirica da Serra – São Paulo (região Sudeste). O movimento afirmou que irá pedir à Justiça a desapropriação do local, um pasto abandonado usado por vacas. A proprietária entrou com o pedido de reintegração de posse e disse que o terreno já está em processo de desapropriação por conta das obras do Rodoanel. A juíza de plantão de Itapeirica da Serra – São Paulo concedeu uma liminar de despejo ao proprietário do terreno ocupado. A ordem não pôde ser cumprida por falta de meios e efetivos da polícia local. Segundo o movimento, há uma constante intimidação por parte dos policiais e de "seguranças" do suposto proprietário, tentando de todas as formas impedir a entrada de novas famílias e amedrontar os já acampados. Devido ao alto déficit habitacional da região, a ocupação vem crescendo. Advogados do movimento buscam a suspensão da liminar de despejo. O movimento afirma que promoverá manifestações nos próximos dias.

3º FEIRA 20 – Cerca de 450 negros de diversas comunidades quilombolas do território Sapê do Norte no Espírito Santo (região Sudeste) ocupam uma área em São Domingos de

Itauninhas, no município de São Mateus, paralisando as atividades de corte e transporte de madeiras de eucaliptos da Aracruz Celulose. Segundo lideranças quilombolas, a manifestação é uma resposta das famílias quilombolas à atitude da empresa que descumpriu o pacto estabelecido com Prefeituras, Ministério Público Federal, Fundação Cultural Palmares e associações dos quilombolas, de acesso dos quilombolas ao facho (resíduos de eucaliptos com menos de sete centímetros de espessura). Com a utilização de equipamentos modernos que trituram totalmente o facho, a multinacional, com justificativas de melhoramentos tecnológicos em benefício de seus negócios, sustenta os fabricantes destas máquinas européias enquanto atrofia o sustento dos quilombolas. No dia seguinte carros da polícia militar foram chamados para retirada dos quilombolas do território. Os quilombolas deixam o local.

4º FEIRA 21 – De 21 a 22 deste mês ocorreu em São Paulo (região Sudeste), a Plenária Nacional da Assembléia Popular. Estiveram presentes representantes cerca de 50 entidades dos movimentos sociais e populares de 19 estados do país. Além de compartilhar o calendário de luta dos movimentos, foram discutidas na plenária, questões ligadas ao Dia Internacional da Mulher, à visita do presidente dos EUA George Bush, à Reforma Política com participação popular, à transposição do rio São Francisco, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo, à realização de um Plebiscito Popular pela anulação de privatização da Vale do Rio Doce, à própria Assembléia entre outros. João Pedro Stédile, do MST, reforçou a perspectiva da Assembléia como um processo, que conta com a contribuição de cada movimento, em cada estado. “Não é uma entidade, mas uma articulação das forças que lutam por um projeto popular para o país”, afirmou. Para Stédile, o calendário e as jornadas de lutas comuns surgem de um esforço que “todos estamos fazendo agora no sentido de termos um salto de qualidade nessa relação e articulação dos movimentos”, de modo que “além das lutas cooperativas e individuais, que dizem respeito à sobrevivência, a questão colocada agora é o que podemos fazer juntos”.

5º FEIRA 22 – Em diversas cidades brasileiras, estudantes se manifestaram no Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre. As principais mobilizações ocorrem na região Sudeste: no Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais; na região Nordeste em Pernambuco; na região Sul no Paraná e na região Centro-oeste em Brasília. Aproximadamente 12 mil estudantes participam das mobilizações. As principais reivindicações apresentadas são a consolidação do passe livre total ou parcial nas tarifas para estudantes, idosos e deficientes, o não reajuste das tarifas, a revogação dos reajustes considerado abusivos e a participação popular nas reuniões que discutem esses aumentos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e a Associação dos Criadores de Suínos de Santa Catarina (Região Sul) protestam em Chapecó. A mobilização é contra os baixos preços pagos às famílias de suinocultores da região. Os agricultores pedem uma linha de crédito especial, renegociação das dívidas de custeio e investimento, venda de milho com preço subsidiado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), compra de estoque de carne congelada pelo Governo Federal e suspensão do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os grandes grupos do ramo.

Cerca de 350 agricultores dos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica Barra Grande

ocupam uma madeireira em Anita Garibaldi – SC. A empresa é acusada de participar do esquema de desvio de madeira protagonizado pelo consórcio Barra Grande, formado pelas empresas Alcoa, Votorantim, Camargo Corrêa, CBA, DME e CPFL. As construtoras haviam se comprometido a doar as madeiras da supressão seletiva para a construção de casas populares na região.

6º FEIRA 23 –Cerca de 120 operários do velódromo e da Cidade da Música Roberto Marinho, canteiro de obras do Pan Americano e de obras da prefeitura respectivamente, no Rio de Janeiro (região Sudeste) paralisam suas atividades. Os operários do velódromo reivindicam benefícios concedidos em outros canteiros de obras após paralisações nos últimos dias 2 e 15 deste mês como; aumento do piso salarial, dos valores pagos em horas-extras e tíquete-refeição. Os trabalhadores da Cidade da Música Roberto Marinho reivindicam aumento salarial. O secretário municipal de Obras, Eider Dantas declarou que pode contratar operários em outros estados caso a paralisação prejudique o prazo para conclusão da obra. O secretário já havia feita esta colocação quando os operários no Parque Aquático cruzaram os braços na semana passada.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realiza mobilizações em 4 municípios do Rio Grande do Sul. As lutas fazem parte de uma jornada do MPA em todo o Brasil. O movimento exige o alongamento e a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores, além de melhorias no programa de habitação rural, do fim da cobrança de ICMS nas contas de luz das residências rurais, do fortalecimento da Companhia Estadual de Silos e Armazéns e da retomada do programa Mais Alimento. Manifestações ocorrem em Camaquã, Santa Cruz do Sul, Santo Augusto e Boa Vista das Missões.

DOMINGO 25 – Mais de 5 mil pessoas de 626 organizações sindicais, populares e estudantis ligadas a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical participam, no Ginásio Mauro Pinheiro, no Ibirapuera - São Paulo (região Sudeste), do Encontro Nacional Contra as Reformas para construir a unidade e organizar a luta em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas. Convocado pela Conlutas, Intersindical, MTL, MTST, CEBs e Pastorais Sociais de São Paulo, ANDES, e mais de uma dezena de entidades representativas de trabalhadores e do movimento estudantil, o encontro contou com a participação e a manifestação de dirigentes do MST (Gilmar Mauro), da Assembléia Popular, da Corrente Classista da CUT e de outras organizações que, pela primeira vez, juntam suas forças para consolidar uma agenda unificada de lutas em 2007. O Encontro é uma articulação que pretende antecipar a resistência à flexibilização de direitos que, segundo as entidades participantes, estão contidas nas reformas propostas pelo governo. Também foi articulado um calendário conjunto de mobilizações para o ano.

2º FEIRA 26 – acontece a plenária nacional contra a reforma universitária e em defesa da universidade pública, em São Paulo, reunindo cerca de 1.200 estudantes de centros acadêmicos, DCEs e Executivas de curso de todas as regiões do país. A plenária é uma iniciativa da frente de luta contra a reforma universitária, da qual o Andes-sn faz parte, e contou com a participação de representantes do Sinasefe, do *vamos à luta* da Fasubra e de outros sindicatos da educação. A plenária aprovou por aclamação, entre outras iniciativas, a realização de manifestações nos estados no dia 17 de abril, em sintonia com a paralisação

do serviço público federal e o início do “*abril vermelho*” do MST. A plenária aprovou também um dia nacional de ocupação de reitorias contra a reforma e em defesa da assistência estudantil (24 de maio).

A Justiça Federal do Rio de Janeiro (região Sudeste) decide que a comunidade quilombola residente em uma área da Ilha da Marambaia, no município de Mangaratiba, permaneça no local e ainda receba o título de propriedade da terra.

Cerca de 450 famílias sem-teto ocupam um edifício abandonado em frente à estação da Luz no centro de São Paulo (região Sudeste) onde funcionou até os anos 80 o hotel Santos Dumont. A ocupação foi organizada pelo Movimento Sem Teto da Região Central de São Paulo (MSTRC), o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e o MSTC. Cerca de 100 usuários de droga (crack) da região tentaram ocupar o prédio, mas foram impedidos pelos sem-teto. O prédio com seis andares está com as instalações sanitárias em escombros, com a água cortada e com lixo espalhado pelos quartos. O dono do edifício ainda não se pronunciou.

3º FEIRA 27 – Estudantes fazem manifestação no Centro do Rio de Janeiro e em uma das principais avenidas de São Paulo (região Sudeste) pelo passe livre. De acordo com os organizadores, cerca de 5 mil pessoas participaram do ato, segundo a mídia nacional foram 1.500. Policiais foram acionados e usaram bombas de efeito moral e balas de borracha, pelo menos cinco pessoas foram detidas e 10 ficaram feridas. No final de dezembro de 2006, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça declarou inconstitucional a lei 3167/2000, que concede a gratuidade nos ônibus municipais a estudantes, idosos e portadores de deficiências. As empresas afirmam que manterão a gratuidade apenas reivindicam que a lei indique a fonte de custeio. Ontem o prefeito César Maia chegou a ameaçar de encapar as empresas se elas se recusarem a conceder o benefício. Em São Paulo cerca de 300 manifestantes, segundo estimativas da polícia, seguem em passeata até a assembléia Legislativa. Não houve confronto entre policiais e manifestantes.

Cerca de 200 moradores do Canal do Anil em Jacarepaguá – Rio de Janeiro (região Sudeste) protestam em frente à vila Pan Americana contra o plano da prefeitura de remoção parcial da comunidade devido ao evento a ser realizado em Julho. Os moradores reivindicam que a prefeitura invista em obras de urbanização ou, no caso de remoções, que as indenizações pagas com recursos do Ministério do Esporte não sejam irrisórias. A prefeitura ofereceu indenização de R\$4 mil a R\$ 7 mil segundo o vice-presidente da Federação das Associações de Favelas do Rio (Faferj) José Nerson de Oliveira. O plano original previa a remoção e pagamento de indenização para 542 famílias, á tarde, a Secretaria Municipal de Habitação informou que apenas 200 casas localizadas a beira do arroio, uma área de risco, serão retiradas com os R\$ 3 milhões repassados pela União. A prefeitura divulgou que vai negociar com os moradores o pagamento de indenizações, mas não divulgou quais seriam as bases.

Lideranças sindicais, parlamentares da base de apoio do governo e militantes lotam o auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados esta manhã em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para defender o veto a Emenda 3 no projeto que criou a

Super-Receita. Estavam presentes representantes das sete principais centrais sindicais: CUT, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS), Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e Nova Central. Segundo a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA): "A Emenda 3 é uma tentativa de legalização de uma fraude que atenta contra os direitos dos trabalhadores", e acrescenta que "o lobby de empresários e dos grandes meios de comunicação pela derrubada do veto à esta emenda esconde propositadamente os efeitos danosos para o trabalhador contidos na mudança pretendida, entre eles o fim das férias, do 13o salário, do descanso semanal remunerado, do FGTS, da licença-maternidade, do vale-transporte, do vale-alimentação e da assistência médica e da previdenciária". A Emenda vetada pelo presidente Lula que havia sido aprovada pelo Congresso estabelecia que apenas a Justiça do Trabalho - e não um fiscal da Receita - poderia contestar um contrato firmado entre duas pessoas jurídicas para a prestação de serviços. As centrais sindicais reivindicam que o veto do presidente Lula seja mantido. Em Salvador – Bahia (região Nordeste) o Sindicato dos Bancários da Bahia, juntamente com a CUT-BA e representantes de diversas categorias, realizaram ontem (26) um protesto na porta da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), nas Mercês em Salvador – Bahia (região Nordeste), no sentido de unir forças ao veto concedido pelo presidente Lula. O protesto faz parte um uma intensa agenda de ações de sete centrais sindicais: CUT, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS), Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e Nova Central.

4ª FEIRA 28

Os trabalhadores estaduais da educação realizam um dia estadual de paralisação, que encerra com um ato público em Porto Alegre – RS. A categoria cobra do governo do estado a nomeação de professores, a realização de concurso para funcionários de escola, a regularização dos repasses de verbas e mais segurança nas escolas. Os trabalhadores também protestam contra o atraso no pagamento de salários para parte do funcionalismo no mês de março.

A Federação Nacional dos Policiais Federais realiza paralisação de 24 horas, em protesto contra o não-cumprimento de um acordo salarial fechado com o Ministério da Justiça. A paralisação deve prejudicar os serviços de emissão de passaporte e investigação.

Milhares de servidores públicos estaduais fazem manifestação em Porto Alegre – RS para protestar contra o sucateamento dos serviços públicos no Rio Grande do Sul. Os professores da rede estadual realizam um dia de paralisação. O protesto na Capital contou com participação dos agentes penitenciários do estado, que estão acampados há mais de 60 dias em frente ao Palácio Piratini, exigindo a nomeação de trabalhadores concursados.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura entrega a pauta com 71 reivindicações do Grito da Terra Brasil à governadora Yeda Crusius. Uma delas é a criação do Programa de Pecuária Familiar. O Grito da Terra acontece em maio no Rio Grande do Sul.

5º FEIRA 29 – Cerca de 250 estudantes faz manifestação no Centro do Rio de Janeiro para protestar contra a decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça que considerou inconstitucional a Lei 3.167/2000, que concede gratuidade de transporte para alunos da rede

pública, deficientes e idosos. A lei foi considerada ilegal a partir de uma ação da Fetranspor que reclamou da falta de uma fonte de custeio para a gratuidade. Os jovens reivindicam a restituição do benefício pela Justiça e a redução da tarifa. Segundo o prefeito César Maia o preço da passagem já inclui a contrapartida municipal. O passe livre ainda não sofreu suspensão. No último dia 21, cerca de 50 pessoas e mais 10 soldados do Exército Clandestino Insurgente de Palhaços fizeram manifestação contra o aumento das passagens de ônibus no centro do Rio de Janeiro. A manifestação que foi convocada pelo coletivo pró-Movimento Passe Livre - RJ que começou a se organizar desde o final do ano passado.

6º FEIRA 30 - Aproximadamente 5 mil pessoas ligadas ao MTST percorrem cerca de 18 Km de Itapecerica da Serra (grande São Paulo) até o Palácio dos Bandeirantes no Morumbi – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam do governo do estado, a inclusão das cerca de 3.500 famílias sem teto, que ocuparam no último dia 17 um terreno particular de 1,3 milhões de metros quadrados em Itapecerica da Serra, nos programas de habitação mantidos pela estatal Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Cerca de 500 homens da polícia militar foram acionados para impedir que a manifestação chegasse até o palácio e os encaminharam para um estacionamento próximo. Os proprietários do terreno obtiveram liminar que garante reintegração de posse que pode ser aplicada a qualquer momento dependendo apenas que a polícia disponibilize efetivos. A ocupação que teve início no dia 17 com 400 famílias está hoje com aproximadamente 10 mil pessoas segundo a Polícia Militar.

SÁBADO 31 – Os controladores de tráfego aéreo que fizeram paralisação ontem (30) retomam as atividades, mas com restrições no espaçamento entre decolagens. As restrições segundo os sargentos, são devidas ao enorme acúmulo de vôos e ao cansaço dos operadores que se insurgiram por quase 5 horas em defesa de mudanças na carreira, nos salários e nas condições de trabalho, agravadas pelo sucateamento de equipamentos de controle aéreo. A tensão decorre, entre outros aspectos, do fato de que grande parte dos operadores são militares e, por isso, proibidos pela Constituição de fazer greve. O comando militar considerou o movimento uma quebra na hierarquia militar. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, representante do governo assinou documento se comprometendo a não haver punições e não fazer retaliações pelo motim de ontem (30) quando controladores do Cindacta-1 de Brasília – Distrito Federal paralisaram suas atividades. Todas as decolagens do país foram suspensas segundo a Infraero. As únicas exceções foram ambulâncias aéreas, emergências ou vôos de autoridades que são acompanhados pela Defesa Aérea. Nos aeroportos de São Paulo e do Rio De Janeiro (região Sudeste) os vôos da ponte aérea Rio – São Paulo e para a região Sul foram mantidos. Passageiros em aviões foram desembarcados. Quatro reivindicações foram listadas; o fim das retaliações e punições militares, uma gratificação salarial emergencial, o início da desmilitarização do setor e a participação de controladores numa comissão para acompanhar o processo. A paralisação começou às 18:30 em Brasília (responsável pelo Centro-oeste e Sudeste, 75% do tráfego aéreo nacional). Os demais centros principais; Curitiba, Recife e Manaus também aderiram. Os trabalhadores se recusam a falar com oficiais militares e exigem a presença de uma autoridade do governo. A crise dos aeroportos já dura seis meses e teve início com o acidente envolvendo um Boeing da Gol. No dia 29 controladores dos quatro principais Cindactas fizeram um protesto nacional que teve início com a transferência do sargento Edleuzo Cavalcanti, líder da categoria, do Cindacta – 1 de Brasília (região Centro-oeste)

para um destacamento no Rio Grande do Sul (região Sul). Os controladores militares entenderam a transferência como uma retaliação do Comando da Aeronáutica pela greve dos controladores, ocorrida no ano passado, e deram início ao movimento, que rapidamente ganhou a adesão dos operadores civis. A Aeronáutica nega o auto-aquartelamento dos controladores e diz que a transferência do controlador foi só um "ato administrativo por necessidade de serviço".

ABRIL

Ao longo de todo o mês o MST realiza o "abril vermelho" um conjunto de atos, ocupações e mobilizações contra a reforma agrária que esta sendo realizada apenas no discurso, sem conseqüências práticas para a distribuição de terras.

DOMINGO 1 – Cerca de 300 manifestantes fazem ato para comemorar a retomada da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) na praia do Flamengo, Rio de Janeiro (região Sudeste). Cerca de 30 estudantes se encontram desde de fevereiro acampados no terreno disputado na Justiça com os donos de um estacionamento. A intenção da UNE é construir um centro cultural com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. O presidente Getúlio Vargas doou a sede da instituição que funcionou de 1942 a 1964. Nos anos 80 o imóvel foi demolido e a UNE inicia sua luta pela retomada do espaço. Em 1994, o então presidente Itamar Franco devolveu a propriedade à UNE, mas já havia um estacionamento que reclamou a propriedade do terreno, situado em uma região muito valorizada da cidade. O presidente da UNE, Gustavo Petta aproveitou o ato para cobrar das autoridades a abertura dos arquivos da ditadura. No dia 1 de fevereiro, cerca de 200 membros da UNE ocuparam terreno após uma passeata que encerrou a 5º Bienal de Cultura da UNE.

3ª FEIRA 3 O Incra é imitado na posse da Fazenda Zanini, de São Luiz Gonzaga. A decisão da Justiça Federal de Santo Ângelo é uma das etapas do processo de desapropriação da área. A fazenda tem 829 hectares e deve abrigar 54 famílias de agricultores. De acordo com o Incra, é o oitavo assentamento em São Luiz Gonzaga.

Cerca de mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) realizam protestos no Rio Grande do Sul. Mobilizações ocorrem em Bagé, Canoas, Alvorada e Palmeira das Missões. O MTD exige a criação de leis municipais para a implementação de frentes emergenciais do trabalho, além de cestas básicas para as famílias e a construção de creches comunitárias.

4ª FEIRA 4 - A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lança nota criticando o anúncio do Ministério da Educação de estabelecer um piso de 850 reais para uma jornada de 40 horas para os professores. A entidade reconhece que o piso é uma reivindicação histórica da categoria, mas considera o valor baixo e critica a não vinculação com a formação dos profissionais. A CNTE defende um piso de 1050 reais para educadores de nível médio, para uma jornada de 30 horas. Professores com nível superior ganhariam, no mínimo, 1575 reais.

5º FEIRA 5 - Buscando retomar as negociações com o governo, os controladores de tráfego aéreo fazem retratação pública. Os trabalhadores em nota pediram perdão à sociedade pelos “grandes traumas” decorrentes da greve da categoria que paralisou os aeroportos no dia 30 de março. Na próxima semana o governo deve divulgar um cronograma com todas as ações para desmilitarizar o setor e criar uma gratificação especial. Além disso, pesa o enquadramento que os controladores estão sendo submetidos pelo comando da Força Aérea Brasileira (FAB). Os sargentos que se rebelaram são alvo de investigação em três inquéritos policiais militares. No dia 2 o jornal O Globo informou que nos bastidores do governo se diz que, caso os controladores façam nova “rebelião”, os envolvidos poderão ser punidos e presos como queria inicialmente o Comando da Aeronáutica apesar de no último dia 31 de março o governo ter se comprometido a não punir os controladores de vôo que entraram em greve no último dia 30. O principal ponto de reivindicação dos controladores, referente a criação de gratificação, será atendido, no entanto, o valor ficará no máximo em R\$ 1.500, os controladores queriam R\$ 3.000 enquanto o governo havia oferecido R\$600.

2º FEIRA 9 – Aproximadamente 400 famílias ocupa o edifício São Vito no Centro de São Paulo (região Sudeste) e são retiradas em seguida por policiais militares. Ao menos dez pessoas ficaram feridas. Pelo menos sete movimentos participaram do ato, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC). A ocupação representou um protesto dos antigos moradores do prédio que deixaram de receber o bolsa-aluguel da prefeitura. O edifício localizado na avenida do Estado no Parque Dom Pedro tem 624 apartamentos e 27 andares e foi esvaziado pela prefeitura em 2004 para reforma, que não ocorreu. Os moradores afirmam que foram expulsos pela Força Tática da PM que entrou no edifício agrediu homens e mulheres e jogou bombas de gás. Segundo o assessor jurídico da Frente de Luta por Moradia (FLM), que articulou a ocupação conjunta, Manoel Del Rio, “As famílias chegaram antes da PM. Por isso, só poderiam sair com ordem judicial”. De acordo com a PM a retirada das pessoas ocorreu por ser um flagrante.

Trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam fazenda na zona do Agreste Pernambucano (região Nordeste). Esta é a primeira ocupação do MST no ano no estado e a nona propriedade ocupada no estado desde início de abril, quando foi deflagrada a Jornada Nacional da Agricultura Familiar coordenada pela Fetraf-Brasil. De acordo com a Federação, mais de 1.314 famílias ocuparam terras no estado. A Fetraf coordena agora 32 assentamentos, que reúnem 8 mil famílias, cerca de 40 mil pessoas.

Cerca de 200 sem-terra ligados ao MST, ocupam a sede do governo do estado do Piauí (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam aceleração da reforma agrária e troca de secretários de governo. Os sem-terra devem ser recebidos por autoridades regionais amanhã.

Cerca de 250 professores e alunos da aldeia Pinhalzinho, no município de Planalto – RS, bloqueiam a RS-324. O protesto contra o governo do estado alerta para a falta de professores e condições físicas das 5 escolas da comunidade, onde estudam 300 alunos caingangues e guaranis. Os manifestantes prometem manter o protesto amanhã.

3º FEIRA 10 - Integrantes do Movimento Passe Livre foram à sessão na Câmara manifestar apoio à municipalização do transporte coletivo de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). O projeto que cria um plebiscito popular sobre a municipalização dos terminais e do Sistema Integrado de Transporte, não foi votado pelos vereadores. No dia 2 de Janeiro, Empresários ligados ao transporte da cidade chegaram a restringir o uso do cartão eletrônico para pagar a passagem de ônibus fora do período de aula. Para justificar a decisão, o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis (Setuf) está se baseando no decreto municipal 1968/03: "o Sistema de Bilhetagem Eletrônica poderá bloquear a utilização dos créditos fora do itinerário, dos dias e do turno escolar registrados por ocasião do cadastramento do aluno". Mesmo após a decisão, o decreto municipal 1968/03, não foi extinto. Além disso, um novo aumento nas tarifas foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Transportes e deve ser anunciado nos próximos dias. Em 2 de março, de acordo com o site da prefeitura da cidade, o prefeito Dário Berger (PSDB) voltou atrás na restrição de horários para uso do passe estudantil.

Trabalhadores de 17 categorias fazem paralisações parciais em empresas em todo país em favor do veto à emenda 3, aprovada no projeto de lei que criou a chamada Super-Receita. Segundo estimativas das duas principais centrais sindicais, CUT e Força Sindical, cerca de 300 mil pessoas participaram dos protestos, segundo a Folha de São Paulo foram 200 mil. A emenda proíbe os auditores fiscais de multar e desfazer contratos entre pessoas jurídicas, quando entenderem que a relação de prestação de serviços com outra empresa tem caráter trabalhista. No ABC – São Paulo (região Sudeste), cerca de 50 mil metalúrgicos pararam por três horas nas principais montadoras e autopeças da região. Na região ainda paralisaram suas atividades 3 mil químicos e 3 mil motoristas de ônibus. Os bancários da região pararam pela manhã em 25 agências da região central com adesão de 5 mil bancários. Na capital paulista, aproximadamente 35 mil metalúrgicos ligados á Força cruzaram os braços em 46 empresas entre elas a BSH Continental e Lorenzetti. Além dos metalúrgicos, costureiras, petroleiros e trabalhadores da construção civil da Grande São Paulo e da Baixada Santista fizeram manifestações. Em Cubatão os protestos tiveram adesão de outras centrais: CGT, CGTB e Nova Central Sindical. Na região de Sorocaba cerca de 5 mil motoristas e cobradores ficaram parados de 4h às 10h. No Paraná (região Sul), metalúrgicos fizeram paralisação de uma hora. Na capital, Santa Catarina, houve passeata no centro de Florianópolis. No Rio Grande do Sul (região Sul) manifestações ocorreram em quatro cidades. Na capital, Porto Alegre, cerca de 1.200 marcharam no centro da cidade. Na Bahia (região Nordeste) trabalhadores da construção pesada, da área de limpeza e do setor de refeições coletivas fizeram paralisação de duas horas.

Pelo país, sem-teto fazem diversas manifestações. Sem-tetos ligados a União Nacional por moradia popular (UNMP) fazem atos simultâneos em dez estados. Em São Paulo (região Sudeste), seis prédios públicos são ocupados, na porta de prefeituras e na sede da Caixa Econômica Federal (CEF). Ainda em São Paulo, cerca de 20 manifestantes montam acampamento em frente ao prédio da família do presidente Lula. No Rio de Janeiro (região Sudeste) os sem-teto fazem ato público na Caixa Econômica Federal no Centro da cidade, para reivindicar menos burocracia na contratação de empreendimentos do programa Crédito Solidário. Em Maceió – Alagoas (região Nordeste), um prédio vazio do INSS é ocupado em protesto contra a falta de políticas do governo local para a população de baixa renda. Em Recife – Pernambuco (região Nordeste) trabalhadores ligados ao MTST e à Organização e

Luta dos Movimentos Populares (OLMP) queimam pneus e madeira para chamar a atenção para as 100 famílias que não tem onde morar na capital.

Cerca de 50 sem-terra ligados ao MTL que haviam ocupado a superintendência do Incra em Recife – Pernambuco (região Nordeste) ontem (9), fecham os portões do prédio impedindo que qualquer servidor entre no local. Não há expediente. Os sem-terra pedem a demissão da superintendente do órgão, Maria de Oliveira, também impedida de entrar no prédio, acusada pelo movimento de beneficiar outros movimentos como o MST e de não atender às exigências do MTL. No início da Tarde a superintendente entra com pedido de reintegração de posse na Justiça Federal. O movimento informa que acatará o que a Justiça definir. Oliveira afirmou que cumpriu as metas em 2006 e investiu todo o dinheiro enviado pelo governo federal para reforma agrária, mas reconheceu que o MTL ficou sem verbas devido a restrições impostas por pendências judiciais.

No “Abril Vermelho”, que tem por objetivo reivindicar o assentamento das famílias Sem Terra em todo país e lembrar o massacre de Carajás, quando 19 integrantes do MST foram mortos. Cerca de 3.900 famílias, além de 5.900 sem-terras ligados ao MST promovem ações em pelo menos cinco estados do país. Os objetivos variam de estado para estado entre reivindicar o assentamento, denunciar a impunidade no campo e reivindicar vistoria do Incra. No Piauí sem-terras se unem a sem-teto para discutir políticas para o campo e protestar contra o governador que decidiu cortar direitos trabalhistas dos servidores.

O Incra do Espírito Santo (Região Sudeste) reconhece como terra remanescente de quilombo uma área da comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra. No município, a empresa Aracruz Celulose disputa terras com quilombolas e indígenas a fim de aumentar o plantio de eucalipto no Estado. O processo segue agora a Brasília para assinatura de portaria pelo presidente do Incra, reconhecendo o território reivindicado pelos quilombolas.

Indígenas das etnias caingang e guarani da aldeia de Pinhalzinho decidem desbloquear a RS-324, no município de Planalto. O protesto é encerrado após assembléia da comunidade indígena e reunião com o promotor público de Nonoai – RS, que assume as negociações entre os índios e o governo do estado, em relação à nomeação de professores e funcionários para as 5 escolas da aldeia.

4ª FEIRA 11 Ambientalistas manifestam preocupação com o desmonte da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), em carta entregue à secretária do Meio Ambiente. Ao contrário do que anuncia a governadora do Rio Grande do Sul, a secretária garante que a gestão dos recursos hídricos, que está cotada para passar à Secretaria da Irrigação, deve permanecer na SEMA. A carta também será entregue nos próximos dias à governadora.

O MST faz 3 ocupações de fazendas e 1 marcha no Rio Grande do Sul. As ocupações ocorrem em Pedro Osório, Nova Santa Rita e Coqueiros do Sul, local onde os sem terra já deixaram a Fazenda Guerra.

5º FEIRA 12 - O MST promove mais duas ocupações em Alagoas e uma em São Paulo no chamado “Abril Vermelho”. Em São Paulo (região Sudeste), cerca de 120 militantes anunciam o combate à monocultura da cana-de-açúcar no estado. Os líderes dos sem-terras

e dos sem-teto dizem que a coincidência das ações é positiva à medida que chama a atenção do governo para os compromissos históricos que assumiram junto aos movimentos urbanos e rurais.

Integrantes do MST fazem protesto em frente ao Banco do Brasil, em São Gabriel – RS, pautando as dívidas do proprietário da Fazenda Southall, reivindicada pelo movimento. As ações fazem parte de uma jornada nacional do MST.

Os 203 funcionários do Hospital Casa de Saúde de Santa Maria entram em greve por tempo indeterminado. Reivindicam melhores condições de trabalho e pagamento dos salários atrasados. O Governo do estado quer entregar a administração do hospital para o Grupo Mãe de Deus, de Porto Alegre – RS.

Policiais da Brigada Militar ferem integrante do MST na Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul em ação de escolta de funcionários da fazenda, na retirada de um caminhão, que havia sido incendiado em 2006, depois de ter ocorrido o despejo dos mais de 700 sem terra que ocuparam a sede da fazenda. Segundo o MST, a polícia provocou os acampados, fazendo disparos de balas de borracha e balas comuns. A PM diz que os sem terra atiraram primeiro. São presos 3 trabalhadores rurais. Em nota, a coordenação estadual do MST diz que ação da Brigada Militar foi irresponsável e que o comandante da região age por interesses pessoais e políticos, o que evidenciaria a falta de comando na Segurança Pública gaúcha.

6º FEIRA 13 - Integrantes da ocupação Prestes Maia, em São Paulo, denunciam a violência policial. Segundo moradores da ocupação mais de 20 policiais cercaram e invadiram o prédio com viaturas, arrombaram paredes e aterrorizaram as pessoas. Os policiais não estavam identificados, mas estavam fortemente armados. Segundo testemunhas os policiais vasculharam todo o prédio. Os moradores não sabem por que a ação ocorreu já que não havia nenhum mandato.

SÁBADO 14 – Cerca de 800 famílias ligadas ao MST ocupam área do governo federal em Pernambuco (região Nordeste). Além de 40 famílias no sul do estado do Espírito Santo (região Sudeste). A ação do MST integra o “Abril Vermelho”. O Movimento questiona a lentidão do INCRA no assentamento das famílias e também o poder judiciário, pois há diversos processos de desapropriação de áreas emperrados na justiça.

Termina o evento que reúne mil guarani em Porto Alegre – RS, o segundo Encontro Sepé Tiaraju e o Povo Guarani. A demarcação de terras para as comunidade indígenas é a principal reivindicação. No documento final, os guarani defendem a demarcação de terras tradicionais e o respeito à cultura indígena. De acordo com estimativas governamentais e de entidades indigenistas, existem pelo menos 225 mil guarani entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

DOMINGO 15 - O MTD encerra em Porto Alegre – RS o seu primeiro encontro nacional. Reunindo 200 trabalhadores de 10 estados do Brasil, o evento fez parte da programação do encontro Sepé Tiaraju e o Povo Guarani. A criação de frentes emergenciais de trabalho,

cursos profissionalizantes e grupos de produção próprios dos trabalhadores são algumas das reivindicações do MTD. A meta do movimento é ampliar a presença em outros Estados.

2º FEIRA 16 – Segundo Jornal a Folha de São Paulo, dados da CPT mostram que em 2005, 64 pessoas morreram em conflitos no campo contra 57 em 2006. Já o jornal O GLOBO divulga relatório da mesma entidade afirmando que, apesar da queda do número de disputas de terra de 1.304 em 2005 para 1212 em 2006 (os números apresentados pelos dois

Militantes do MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contrag) e do Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR) ocupam a sede do Incra em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os cerca de 800 sem-terra, segundo o MST, quebram uma porta de vidro na entrada do prédio e ocupam os 23 andares do edifício. A ocupação faz parte do “abril vermelho”. Os sem-terra reivindicam o assentamento de pelo menos 1.800 famílias no entorno da capital além do financiamento necessário para garantir a infra-estrutura dos assentamentos. O Incra condicionou as negociações à saída dos manifestantes do prédio, que aceitaram formar uma comissão com 50 pessoas para iniciar as negociações. O procurador-geral do Incra faz o pedido de reintegração de posse à Justiça. Segundo o presidente do órgão, a liminar saiu à noite, mas foi descartado o uso da força.

Cerca de 600 militantes do MST ocupam uma área do Exército em Três Barras e Papanduva no norte de Santa Catarina (região Sul), em uma área em que o exército faz operações militares, e são retirados do local sob a mira de canhões e cinco tanques blindados além de 500 homens armados com fuzis e metralhadoras. O senador Ideli Salvatti (PT-SC), para evitar um confronto ligou para o ministro da Defesa Waldir Pires pedindo que as tropas não avançassem, pois havia crianças na ocupação. Os sem-terra deixam o local à tarde, mas ameaçam uma nova ocupação. O MST afirma que a maior parte das terras seria improdutiva e que ao serem desapropriadas na década de 60 para implantação do centro de treinamento, as famílias do local não receberam a indenização. Os sem-terra dizem ainda suspeitar que a área de 10.500 hectares vem sendo arrendada ilegalmente para latifundiários plantarem soja. A ocupação faz parte do “abril vermelho”.

Cerca de 400 famílias ligadas ao Movimento ocupam fazendas em Pernambuco (região Nordeste). Esta é a nona ocupação do MST no estado somente em abril. No estado as ocupações dos diversos movimentos neste período contabilizam 17. A Fetraf ocupa uma fazenda em Panelas. Integrantes do MST fazem uma série de ocupações no Pontal do Paranapanema, em Presidente Bernardes – São Paulo (região Sudeste). Ainda em São Paulo os militantes ocupam a Fazenda São Luis em Presidente Bernardes e as sedes do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) e do Incra nas cidades de Teodoro Sampaio, Rosana e Primavera. Na fazenda São Luis os sem-terra destroem plantações de cana-de-açúcar e derrubam cercas. A polícia chega ao local, mas é impedida de entrar por uma barricada de caules da cana-de-açúcar. Há ainda ocupação por 600 famílias na Paraíba (região Nordeste), 400 famílias no Espírito Santo (região Sudeste), 5 mil integrantes do MST na Bahia (região Nordeste), ocupações no Amazonas (região Norte), em Goiás (região Centro-oeste) e no Rio de Janeiro (região Sudeste). Em Bom Jesus da Lapa cerca de 500 sem-terra ligados a Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados (Ceta) ocupam

edifício público da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). As ocupações fazem parte do “abril vermelho”.

A CPT divulga o seu relatório anual sobre os conflitos no campo referente a 2006, revelando um aumento no número de assassinatos em relação a 2005 (38 para 39), um aumento de 176% nas tentativas de homicídio em relação ao ano anterior (26 para 72) e de prisões (passando de 261 para 917). Os conflitos reduziram em relação ao ano anterior, passando de 1881 (2005) para 1657 (2006).

Em São Gabriel – RS, a Polícia Militar bloqueia uma marcha do MST e, no confronto, pelo menos 4 policiais e 2 trabalhadores rurais saem feridos. O fato acontece na RS 630, estrada que dá acesso à Fazenda Southall, reivindicada pelo MST. Na última segunda-feira, também em São Gabriel, um agricultor foi espancado enquanto distribuía panfletos do MST na cidade. Na semana passada, um sem terra foi baleado e espancado em Coqueiros do Sul, região norte do Estado.

3º FEIRA 17 – o MST realiza um dia nacional de luta para lembrar os 11 anos dos assassinatos de Eldorado dos Carajás, quando dezenove militantes foram friamente executados pela polícia, mas, até o presente, ninguém está preso, realizando atos em todo o país.

Para marcar o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária dentro do “Abril Vermelho”, o MST promove diversas manifestações e ocupações no país. Na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, Mato Grosso, Alagoas (região Nordeste) Santa Catarina, Paraná (região Sul), Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (região Sudeste). Os sem-terra reivindicam a agilização da desapropriação de fazendas improdutivas. O movimento criticou ainda o Bolsa Família e declarou estar cansado de esperar pelas promessas de reforma agrária do presidente Lula. A governadora de Minas Gerais reconheceu a responsabilidade do Executivo estadual no massacre e assinou decreto para pagamento de pensão mensal e indenizações às famílias dos mortos e dos 36 sobreviventes. As indenizações variam entre R\$ 30 mil e R\$ 90 mil e devem ser pagas até o fim de 2008. Cerca de 470 famílias, além de 1.460 sem-terras participam dos protestos.

Povos indígenas de todo o País realizam protestos em Brasília para lembrar os 10 anos do assassinato do líder Galdino e repudiar a violência contra os indígenas. O índio foi queimado vivo por jovens de classe média alta na capital federal em 1997. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nesses 10 anos pelo menos 257 indígenas foram assassinados em todo o País. Na avaliação do CIMI a principal causa é a lentidão na demarcação de terras, o que agrava a disputa entre ruralistas, posseiros e índios.

Servidores das universidades federais de Santa Maria, Pelotas e do Rio Grande do Sul realizaram paralisações e pedem a retirada do chamado limitador de despesas com pessoal, incluído no Plano de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, o que pode congelar salários. A mobilização faz parte do Dia Nacional de Luta dos Servidores Federais.

4º FEIRA 18 - Integrantes do MST que ocupam fazenda em São Gabriel no Rio Grande do Sul (região Sul) entram em confronto com a polícia. Quatro policiais militares ficaram

feridos e um membro do MST. O conflito ocorreu próximo a fazenda Southall, propriedade reivindicada pelo MST para reforma agrária. Segundo relatos de um integrante do MST, cerca de dez soldados investiram contra os 300 sem-terra que se dirigiam para um acampamento próximo à fazenda. O comandante da polícia diz que os policiais impediam a ocupação de outra propriedade e foram atacados com paus e pedras e responderam com balas de borracha e bombas de efeito moral. No Paraná (região Sul) integrantes do movimento, após uma ocupação por um dia e meio, 25 praças de pedágio, os militantes deixam as rodovias estaduais.

Metalúrgicos de Erechim realizam vigílias em frente à fábrica da Intecnial, em protesto contra a morte de um operário, ocorrida na sexta (13/04), após a queda de uma chapa metálica. Foi o terceiro acidente ocorrido na empresa em uma semana. Os metalúrgicos reivindicam melhores condições de trabalho.

Cerca de cem pessoas ligadas à Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária ocupam uma rádio no município de Faxinal do Soturno. O grupo lê um manifesto no ar, denunciando a repressão às rádios comunitárias. O documento denuncia a existência de rádios com outorgas vencidas no Estado, como é o caso da rádio Gaúcha. A rádio ocupada é de propriedade do presidente da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão, Roberto Cervo. Em nota publicada no site da Agert, a entidade manifesta repúdio à manifestação.

5º FEIRA 19 – Aconteceu entre os dias 16 e hoje o chamado “Acampamento Terra Livre” na esplanada dos ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Sudeste). O acampamento, em sua terceira edição, acontece anualmente durante o Abril Indígena, conjunto de manifestações e protestos do movimento indígena que marcam o mês de abril. Cerca de mil indígenas, de mais de 100 povos, acamparam no local, realizando plenárias, debates, atividades culturais e manifestações para denunciar agressões aos seus direitos e propor soluções aos principais problemas das comunidades indígenas. Um dos assuntos mais polêmicos tratados durante o acampamento foi o desenvolvimento de grandes projetos de infra-estrutura que afetam os povos indígenas. Os indígenas reivindicam ser consultados antes que os projetos sejam aprovados pelo governo.

6º FEIRA 20 – Integrantes do MST ocupam três fazendas em Iaras, Getulina e Itapura - São Paulo (região Sudeste). Segundo o movimento, os sem-terra permanecem a ocupar 15 propriedades no estado. As ações integram o chamado “Abril Vermelho” em lembrança ao massacre de Eldorado de Carajás onde 19 sem-terra foram assassinados. Na Paraíba (região Nordeste), os agricultores bloqueiam por aproximadamente 5 horas a BR-230, rodovia localizada a 40 Km da capital João Pessoa.

2º FEIRA 23 – Integrantes da Contag protestam em 12 estados e no Distrito Federal além de agências do INSS. De acordo com a entidade em pelo menos seis estados; Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Piauí manifestantes ocupam postos do INSS. Também ocorrem protestos no Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A entidade reivindica agilidade na análise e na concessão de pedidos de aposentadoria rural além disso, os trabalhadores querem que o projeto de lei 6852/06, que estabelece regras claras para a concessão de aposentadorias rurais, tramite com urgência no Congresso. Segundo a Contag, o agendamento de horário

para que o pedido seja feito pode demorar até 8 meses. Na Bahia, segundo a entidade há horários marcados até 2008. Segundo a Contag, cerca de 22 mil trabalhadores participaram das ações. Segundo a Confederação

O governo de Alagoas (região Nordeste) anuncia que não concederá o reajuste de 88,5% reivindicado pelos Policiais Militares que paralisaram suas atividades no dia 20 reivindicando reajuste salarial de até 88,54%, percentual que se equipara ao reajuste dado em 2006 aos oficiais superiores (major, tenente coronel e coronel) que chegou a 104%. O presidente da Associação de Cabos e Soldados da Alagoas, Wagner Simas declarou que os policiais não abrem mão do reajuste mas aceitam negociar um cronograma de pagamento dentro da disponibilidade de caixa do estado já que o governo alega que o impacto do reajuste chega a R\$ 10 milhões por mês. O salarial inicial de um policial no estado é de R\$ 850,00 o mais baixo do país. O governo ainda não apresentou nenhuma contraproposta à categoria. As lideranças da Polícia militar afirmam que aceitam reduzir a proposta de reajuste para 78,5%. No início do mês Deputados da Assembléia de Alagoas derrubaram veto do governador do estado à proposta de reajustar seus salários com base nos vencimentos dos deputados federais reajustando os valores de R\$6.300 para R\$9.500. O relator do processo, deputado Rui Palmeira (PR) declarou que não haveria prejuízo já que os vencimentos já estavam previstos no orçamento da casa.

3ª FEIRA 24 - Cerca de 50 mil trabalhadores protesta a favor do veto à Emenda 3 no Rio Grande do Sul. Para os sindicalistas, ela representa o fim da carteira de trabalho. Os trabalhadores passariam a ser obrigados a constituir pessoa jurídica, perdendo direitos como 13º salário e férias remuneradas. Passeatas e paralisações em fábricas são realizadas em Porto Alegre, Canoas, Sapucaia do Sul, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Rio Grande e Erechim.

4º FEIRA 25 – Cerca de 10 mil manifestantes, a maioria docentes, convocados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) fazem passeata na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em São Paulo (região Sudeste) e em Curitiba – Paraná (região Sudeste) contra o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado na última terça-feira pelo presidente Lula e por melhores salários. Segundo Jussara Dutra, presidente da CNTE, o piso de R\$850 anunciado pelo presidente como forma de garantir um salário mínimo para o magistério é na verdade um teto e incorpora outros benefícios como vale-transporte, vale-refeição e gratificações, além de não prever remuneração distinta entre professores que tem títulos de mestres e doutores. O presidente recebeu os professores, mas afirmou que estes devem procurar o Ministério da Educação e o Congresso. Os professores afirmam que alguns estados já pagam este valor anunciado e reivindicam mais. Em Curitiba – Paraná (região Sul) centenas de professores fazem passeata em uma importante avenida da capital. Em São Paulo, professores da rede municipal fazem manifestação em frente à Secretaria Municipal de Gestão para entregar a pauta de campanha salarial. A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem) e reivindica a valorização do profissional, melhores condições de trabalho, incorporação de gratificações e vencimentos e pagamento dos direitos dos aposentados e readaptados. A proposta do Sinpeem é elevar o salário dos professores para R\$ 964 (20 horas) e para R\$1.929 (40 horas) afirmou Cláudio Fonseca, presidente do sindicato.

2ª FEIRA 30 - O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre realiza um protesto na tentativa de adiar a assembléia de acionistas do Banrisul. Será votada a mudança no estatuto para abertura de capital e venda de ações do Estado. Para os sindicalistas, o governo do Estado está preparando a privatização do banco. O sindicato também pede que as denúncias divulgadas na semana passada, pelo vice-governador sejam apuradas antes de qualquer mudança no Banrisul. Atualmente, o Estado possui 99% do capital do banco, e quer reduzir para 60%.

SIGLAS:

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Batalhão de Operações Policiais Especiais
BOPE	
CDP	Centro de Detenção Provisória
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
Iterj	Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCC	Movimento Camponês Corumbiara
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC	Movimento Sem Teto do Centro
MTL	Movimento Terra e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PCC	Primeiro Comando da Capital
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UDR	União Democrática Ruralista
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
PDT	Partido Democrático dos Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
PP	Partido Progressista
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos sócio-econômicos
CUT	Central Única dos Trabalhadores

INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Luta dos Trabalhadores
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
CEBs	Conselhos Eclesiásticos de Base
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro

FONTES:

Imprensa-CUT, Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, Informe Letra Viva-MST, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

EQUIPE:

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Assistentes de Pesquisa: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Cristina Oliveira (LPP/UERJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ) e Mariana Setúbal. Colaboração: Anderson Andrade (LPP-UERJ), Luiza Leite (LPP-UERJ), Jane Barros Almeida (UFF), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ) e do PROEALC/ CCS/ UERJ - Coordenado por: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

Cronología Ampliada Brasil

Mayo 2007

Maio

3ª FEIRA 1 – No Dia do Trabalho ocorrem manifestações em diversos estados do país. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical promovem comemoração em São Paulo – SP (região Sudeste). A festa da CUT, com o tema “Desenvolvimento econômico com distribuição de renda; valorização do trabalho e defesa do meio ambiente”, que reúne cerca de 600 mil, segundo o jornal O Globo, e 450 mil segundo a Folha de São Paulo, acontece no cruzamento das avenidas São João e Ipiranga, no centro da cidade. O ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, acusado de participar do esquema de corrupção denominado “mensalão”, estava presente na comemoração. No palanque, elogios ao governo federal e críticas ao governo estadual de José Serra, acusado de precarizar as relações de trabalho na Educação e na Saúde. Segundo o ministro do Trabalho, Carlos Lupi: “O governo tem mais diálogo com as centrais, um governo democrático. Antes não era assim e os trabalhadores precisavam fazer greve para negociar”. Os metroviários participam de todos os atos realizados pelas centrais sindicais (fruto de uma proposta das centrais sindicais). É mais uma contribuição do movimento para denunciar as demissões dos diretores do Sindicato realizadas pelo governo Serra. No 1º de maio da CUT e CGTB, o vice-presidente nacional da CUT e metroviário, Wagner Gomes, ao lado do presidente do sindicato, Flávio Godói, denuncia a truculência do governo Serra com as milhares de pessoas presentes e exige a imediata reintegração dos cinco diretores demitidos. A comemoração da Força acontece na praça Campo de Bagatelle, norte da cidade, e conta com cerca de 1,3 milhão de pessoas segundo estimativas da Polícia Militar, divulgadas pela Folha de São Paulo, e cerca de 800 mil segundo o jornal O Globo. Com o tema: “Os trabalhadores em defesa do planeta”, a festa da Força recebe críticas do secretário do Trabalho do estado, Guilherme Afif Domingos – “Há uma certa acomodação das centrais dentro do governo. O pensamento único não é bom para o país.” O presidente da Força Sindical, Paulinho, ao justificar a escolha do tema afirma que “(...) até pouco tempo atrás era coisa de veado. Quem mais defendia o meio ambiente era pessoal ligado a esta área. Agora queremos fazer com que todos os trabalhadores preservem o meio ambiente”. Paulinho ainda elogiou a recuperação do salário mínimo e agradeceu o veto do presidente Lula à Emenda 3 do projeto que cria a Super-Receita. Ele condenou a política econômica e o reajuste de 3,3% a aposentados, além da intenção do governo de contemplar servidores com um reajuste anual de apenas 1,5%. O senador Cristóvam Buarque, também presente na comemoração, reivindicou uma greve geral pela educação. Assim como no evento da CUT não houve críticas ao governo Lula na festa da Força Sindical. No 1º de maio organizado pela Pastoral Operária, Intersindical, Conlutas, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Corrente Sindical Classista, Fenametro, Sindicato dos Metroviários, entre outras entidades, na Praça da Sé, Godói, o vice-presidente do sindicato dos metroviários, Paulo Pasin e o diretor Alex Fernandes manifestam-se pela imediata reintegração dos diretores demitidos e pela necessidade de continuidade da luta contra a Emenda 3. Durante o ato, vários oradores parabenizam os metroviários e os condutores pelas paralisações realizadas, solidarizam-se com os diretores demitidos e repudiam a atitude do governo estadual. Na

praça da Sé, o tema é “Nenhum direito a menos”. Cerca de 7 mil pessoas de organizações sindicais ligadas ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PC do B); do MST, de movimentos de moradia, de mulheres e pastorais sociais da Igreja Católica, entre outros, fazem manifestação. Eles reivindicam a manutenção do veto à Emenda 3, criticam a proposta de reforma da Previdência, que propõe a redução das pensões por morte, concedidas a viúvas, e sugerem ainda a fixação de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição. No estado de São Paulo, os 330 bispos brasileiros que participam da 45ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiçi, aproveitam o dia para criticar o governo Lula pelos altos índices de desemprego no país. Os bispos afirmam que houve avanço, mas que não é suficiente. Eles demonstram a posição da igreja, contrária à alteração da maioria penal e criticam a postura do governo quanto à reforma agrária caracterizada principalmente pela falta de apoio aos sem-terra assentados. Em São Bernardo do Campo acontece a Missa do Trabalhador, marcada por um sermão repleto de críticas à política econômica e por um protesto de funcionários da cidade vizinha, Diadema, administrada por José Filippi do Partido dos Trabalhadores (PT). Pela primeira vez, em 27 anos, o presidente Lula não comparece à cerimônia, mas envia como representantes o ministro da Previdência, Luiz Marinho, e a ministra do Turismo, Marta Suplicy. O vigário-geral da Diocese do ABC, Roberto Alves Maragon, lembra o papel histórico da Igreja que abrigou metalúrgicos durante as greves de 70 e critica o desemprego no país. Maragon cobra ainda a promoção do desenvolvimento: “Faz-se necessário ir além do liberalismo que tem no livre mercado ou na livre troca a sua lei maior.” O ministro Luiz Marinho recebe os servidores municipais, relatando a Lula o reconhecimento das ações. O secretário de Administração de Diadema, Donizete Fernandes, afirma que foi montada uma comissão para negociar com os grevistas, mas a prefeitura não abre mão do desconto de 9 dos 15 dias parados. Em Contagem – Minas Gerais (região Sudeste), 2 mil mudas de árvores são distribuídas numa missa campal. Em Cascavel – Paraná (região Sul), um Dia do Trabalho com churrasco: 18 toneladas de costela são assadas para 25 mil pessoas.

No Dia do Trabalho, cerca de 150 funcionários de bingos do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem protesto na praia de Copacabana. Os trabalhadores manifestam-se contra o fechamento das casas de jogo e reclamam a falta de regulamentação do setor. As operações de repressão ao jogo ameaçam o emprego de cerca de 6 mil pessoas.

Motociclistas fazem manifestação contra o aumento do pedágio na Rodovia Presidente Dutra, que liga os estados de Rio de Janeiro e São Paulo (região Sudeste). Os motoristas protestam no km 163 em Seropédica, próximo ao pedágio. Eles não pagavam tarifa alguma e passam agora a pagar R\$3,70. A concessionária que administra a rodovia alega que a cobrança estava prevista no contrato, mas foi suspensa em 1997 por decisão da empresa. Diante do aumento do número de acidentes envolvendo motos, a empresa decide voltar a fazer a cobrança. Os motociclistas reivindicam a redução do valor da tarifa.

Pescadores artesanais e praticantes de pesca esportiva além de representantes de clubes náuticos e da ONG Vivamar fazem “barqueata” nas Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para protestar contra a proposta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de transformar o arquipélago da Tijuca e a Ilha do Meio em monumentos naturais. Esta modalidade de unidade de preservação é de

proteção integral e conseqüentemente a pesca será proibida. A “barqueata” é a última manifestação de oposição ao projeto antes da consulta pública que deve ocorrer no dia 2/05. Os manifestantes reivindicam outra modalidade de unidade de preservação para área e devem apresentar a proposta de Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), que representa uma reserva de desenvolvimento sustentável.

Pessoas ligadas à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) ocupam 7 propriedades, sendo 6 no agreste e uma na Zona da Mata, onde se concentra a agroindústria açucareira de Pernambuco (região Nordeste). Foram ocupadas as fazendas Camuruzinho em Água Preta (com cerca de 1.300 hectares); Mata Escura e Barra da Ribeira em Águas Belas (ambas com cerca de 1.200 hectares); Fazenda Riacho Branco no município de Quipapá; fazenda Riacho do Mel no município de Panelas; fazenda Várzea Grande no município de Gravatá e Fazenda Tancredo no município de Caruaru. Cerca de 3.400 pessoas participam das ações. Em abril a Federação promoveu 9 ocupações no estado durante sua Jornada em defesa da reforma agrária. O MST fez 16 ocupações em Pernambuco no chamado “Abril Vermelho”.

Moradores de dois condomínios de classe média no Jardim Savério, zona Sul de São Paulo - SP (região Sudeste), fazem protesto e tentam impedir a ocupação de um terreno particular por moradores da favela Savério.. Os moradores da favela colocaram fogo no terreno e dividiram-no em 150 lotes; a polícia foi chamada e a área foi desocupada. Durante a madrugada os moradores do condomínio queimaram pedaços de madeira que seriam utilizadas na construção dos barracos. À tarde o grupo voltou a fazer manifestação contra a ocupação. Os moradores da favela alegam que estão morando de favor na casa de parentes e que precisam de um lugar para ficar, pois estão com os barracos ameaçados por eucaliptos prestes a cair. Segundo os moradores do condomínio, o terreno de 10 mil m² foi desapropriado pela prefeitura em 1992 e devolvido ao dono. Eles afirmam que já haviam entrado em contato com a prefeitura para que um destino seja dado ao terreno. A subprefeitura de Ipiranga confirmou a desapropriação, declarando que o processo de devolução ao dono está em tramitação e que comparecerá ao local no dia 2/05 para propor um acordo.

Grupo de indígenas da etnia Carapotó e integrantes da Frente Estadual de Luta Contra Reformas Neoliberais de Alagoas fazem protesto contra as obras do projeto de transposição do Rio São Francisco. O ato organizado pela Frente interditou a ponte. que atravessa o Rio São Francisco em Alagoas (região Nordeste).

Trabalhadores se reúnem no Largo Zumbi dos Palmares, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), para protestar contra os governos federal e estadual. Participam da mobilização representantes de diversas organizações sindicais. Os manifestantes criticam além da política neoliberal de Lula e Yeda Crusis, a presença dos EUA no Iraque e do Brasil no Haiti. Também foram feitas fortes críticas à postura política da CUT que, de acordo com os trabalhadores organizados, mantém postura governista.

Diversas atividades culturais acontecem na comunidade das Malvinas, em Macaé, no Rio de Janeiro (região Sudeste). O evento conta com cerca de 300 pessoas que assistem e participam, sem considerar o grande fluxo de pessoas que passam pelo local. O grupo de

break Consciente da Rocinha (GBCR), o LUTARMADA, um grupo da comunidade dançando break, hip-hop e Fazendo Grafite estão entre as entidades e movimentos que participam.

4º FEIRA 2 – A Justiça de São Paulo – SP (região Sudeste) determina a desocupação imediata da fazenda Ipezal em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema. A área que foi ocupada por 120 membros do MST no dia 29/4 é propriedade do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia. O Juiz determinou que os integrantes do movimento mantenham uma distância mínima de 10 km da fazenda. No dia 01/5 o integrante do MST José Rainha Júnior criticou a ocupação da fazenda e afirmou que: “a ocupação tem que acontecer, mas é preciso responsabilidade (...)”.

Um sem-terra ligado ao MST é morto durante a ocupação da fazenda São Felipe em Irituia, cerca de 178 km de Belém – Pará (região Norte). Segundo a polícia Civil do Pará, mais 3 agricultores ficaram feridos. A coordenação do movimento no estado afirma que 7 teriam se ferido. Um funcionário da fazenda foi preso em flagrante acusado da morte do sem-terra.

O Ibama recua da decisão de criar o Monumento Natural das Cagarras, após audiência pública realizada no auditório da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro (região Sudeste). Esta modalidade de unidade de preservação proibiria a pesca nos arquipélagos das Cagarras, das Tijucas e na Ilha do Meio, Redonda e Filhote com seus entornos marinhos. Segundo o coordenador técnico da proposta do Ibama, Breno Herrera, outras propostas de unidade de conservação serão analisadas. Por exemplo, a sugestão da ONG Vivamar em parceria com a colônia de pesca Z-13 que prevê o uso sustentável do conjunto de Ilhas. Após analisar as propostas o órgão vai organizar uma nova assembléia pública. Segundo a ONG Vivamar também aderiram à proposta clubes náuticos do Rio, a Associação Brasileira dos Construtores de Barcos (Acobar), a Confederação Brasileira de Pesca em Apnéia e a Confederação Brasileira de Pesca Esportiva, assim como a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) entre outras organizações. Dia 01/05 pescadores artesanais e praticantes de pesca esportiva além de representantes e clubes náuticos e da ONG Vivamar fizeram “barqueata” nas Ilhas para protestar contra a proposta do Ibama.

A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), escoltadas pela Tropa de Choque e 4 viaturas da Polícia Militar cortam a água e a luz de 200 famílias da ocupação João de Barro em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). A ocupação começou na noite do dia 28 de abril em um prédio de 15 andares localizado na região centro-sul de Belo Horizonte. A tropa de choque justifica sua presença, alegando garantir a segurança dos funcionários das empresas para que possam executar o trabalho; mesmo sendo a maioria dos ocupantes mulheres, idosos e crianças que se apresentaram pacíficas diante da situação. O armamento pesado chama a atenção de quem passa pelo local. Escopetas, fuzis e bombas de gás lacrimogêneo são expostos pelos policiais. Após a execução do serviço, a Polícia Militar permaneceu por mais de 40 minutos em um prédio em frente ao local, no apartamento de um suposto proprietário de uma das unidades do prédio ocupado. Ao entrar em contato com o Ministério Público, a coordenação da ocupação foi informada que o mesmo não pode ordenar que a CEMIG e a COPASA religuem a água e a luz, pois o órgão mantém um

acordo com as companhias para que não sejam fornecidos os serviços em áreas de “ocupação clandestina”.

Políticos vão a Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra as demarcações de terras indígenas em Santa Catarina (região Sul). A procuradora da República em São Miguel do Oeste, Maria Rezende Capucci, confirma presença em reunião no Ministério da Justiça (MJ) com deputados federais, estaduais e senadores da bancada de Santa Catarina. Entre os dias 28 a 30 de março, Maria Rezende esteve na capital para participar de reuniões com representantes do MJ, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e representantes indígenas de outras comunidades. Segundo a procuradora, o momento é de esclarecimentos e caso a situação se agrave, a Polícia Federal será chamada para garantir a segurança, tanto dos indígenas, quanto dos agricultores. Com a assinatura das Portarias Declaratórias e devido ao clima tenso na região, os procuradores da República que atuam em Santa Catarina assinam uma Moção que será encaminhada a diversas autoridades, entre elas o presidente da República, o ministro da Justiça, o presidente da Funai e o procurador-Geral da República. A intenção do documento é pedir a conclusão do procedimento de demarcação da terra indígena de Araçaí, além de levar ao conhecimento das respectivas autoridades a grave situação em que se encontram os índios e agricultores da região. A portaria do MJ prevê que a próxima etapa dentro do trâmite administrativo é a demarcação física das terras por parte da Funai, indenização dos atuais ocupantes e liberação das terras definitivamente para os indígenas.

5º FEIRA 3 - Cerca de 350 estudantes da Universidade de São Paulo (USP) ocupam o gabinete da reitoria da universidade na zona Oeste de São Paulo – SP (região Sudeste). Eles reivindicam a revogação dos decretos 51.460, 51.461, 51.471, 51.636 e 51.660 do governador José Serra, que interferem na autonomia das universidades públicas. Além da revogação dos decretos, os estudantes pedem a contratação de professores, melhoria na infra-estrutura da universidade, ampliação das vagas na moradia estudantil, democratização da universidade, o Conselho Universitário aberto à participação de estudantes, funcionários e professores, com direito a voz e voto além da discussão de eleições diretas para reitor. Eles também querem que nenhuma punição, sindicâncias ou demais processos administrativos e repressivos sejam tomados contra os alunos em relação à ocupação da Reitoria, que se deu devido à ausência do representante legal da Reitoria. Os estudantes convidam a reitora Suely Vilela, que está na Espanha, para discutir os decretos e a autonomia em Audiência Pública, no entanto, ela avisou que não compareceria e a reitoria confirmou presença de um representante que na data marcada não compareceu. A segurança do prédio tentou impedir a entrada dos estudantes que decidiram ocupar o prédio.

Cerca de 400 professores da rede municipal de Manaus – Amazônia (região Norte), fazem manifestação na Câmara Municipal. Os trabalhadores protestam contra o atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários do magistério que está em votação no legislativo municipal. A mobilização consegue barrar a votação da proposta prevista para hoje. Para os professores o plano vai reduzir os salários, extinguir a regência de classe e retirar o piso da Lei Orgânica do Município. Com a aprovação do plano, os professores da rede municipal vão receber R\$ 926 (ensino médio) e R\$ 815 (ensino fundamental); incorpora o abono; cria a carreira e a promoção para os professores de nível médio; garante a promoção por merecimento; cria a

data-base e com ela a obrigação de reajuste do salário dos profissionais do magistério todos os anos; entre outras medidas.

Funcionários do Banco Central (BC) deflagram greve. Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com os fiscais da Receita. O salário inicial dos analistas do BC, atualmente, é de R\$ 7.082, os fiscais da Receita ganham R\$ 10.155.

Pelo menos 200 professores de 40 escolas da rede estadual de ensino, em São Luís, – Maranhão (região Nordeste), realizam uma passeata pelo centro da cidade para exigir do governador do Estado a imediata revogação do Projeto de Lei nº 080/2007. O projeto foi aprovado há 2 semanas pela Assembléia Legislativa e retirou várias gratificações dos servidores públicos estaduais. Alunos de várias escolas ficam sem aula durante o dia por causa da paralisação. Os professores projetam diminuição de 1,51% no investimento em educação este ano em relação ao ano passado. O movimento foi organizado pelo Movimento de Resistência dos Professores contra o Projeto de Lei do Governo. Entre as vantagens perdidas com a aprovação do Projeto de Lei 080/2007 estão: gratificações por titulação (especialização, mestrado, doutorado), por atividade do magistério (GAM) e o adicional por tempo de serviço (progressão por tempo de serviço). Segundo tabela divulgada pelos professores, as perdas salariais da categoria deve variar de 25,31% a 58,90%. Os manifestantes denunciam que o Projeto de Lei nº 080/2007 é a maneira que o governo Estadual encontrou para barrar, antecipadamente, projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a ser aprovado pelo Congresso Nacional, que regulamenta o piso nacional de R\$ 850 para professores.

6º FEIRA 4 – Moradores da favela Bela Vista em São Paulo – SP (região Sudeste) entram em confronto com a polícia durante uma manifestação que acaba bloqueando por duas vezes uma das pistas da Marginal Tietê, importante rodovia da cidade. Segundo os moradores, o bloqueio aconteceu como protesto às sucessivas ações truculentas de uma suposta policial na favela. Uma moradora que não quis se identificar, afirmou que a policial agride as pessoas com revólver, faca ou com as mãos: “Ela cortou a orelha de um adolescente que pediu socorro na minha casa, mas, com medo dela, eu falei para ir sozinho ao hospital”. Os moradores bloquearam a pista e com a chegada dos policiais começa o confronto. São arremessados pedras e outros objetos. Os policiais revidam com balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. Pelo menos 4 policiais e um morador ficam feridos. No início da noite, os moradores interditam a pista novamente; a polícia usa bombas de efeito moral e são necessárias 2 horas para liberar a pista. Não há vítimas. O comandante da Polícia Militar na região Norte, José Hermínio Rodrigues condena as ações e afirmou que uma investigação interna será aberta para apurar o caso.

O governador Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) envia, no início de maio, para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em regime de urgência, o projeto de lei (PL) nº 383/2007, alterando a Lei Estadual 4063/2003. O projeto de lei do governador, altera a Lei Estadual 4063/2003 e substitui o zoneamento estadual por um zoneamento regional, modificando a contrapartida única que hoje obriga empreendimentos de monoculturas a plantar o equivalente a 30% da área cultivada com mata nativa.

Atualmente, para a liberação do plantio das monoculturas ao licenciamento ambiental, exige-se o plantio de espécies nativas em 30% da área plantada ou 10% se já houvesse 20% de reserva legal na propriedade. Estabelece-se também regras para a proteção de nascentes e rios, proibindo o plantio em suas margens. A lei vigente representa um grande avanço em termos de preservação ambiental e qualidade de vida para a população. Em sua rápida tramitação na Assembléia Legislativa a comissão de Constituição e Justiça já apresentou emenda revogando a lei atual. Em 16/04, foi realizada uma audiência pública – iniciativa dos deputados André do Partido Verde (PV) (Comissão de Defesa do Meio Ambiente), Paulo Ramos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social) e André Correa – PPS (Comissão de Economia, Indústria e Comércio), para discutir a alteração proposta na lei que contou com a presença bastante expressiva de representantes dos governos Estadual e Federal, da sociedade civil organizada e movimentos sociais. Diante dos mais diversos argumentos contrários ao projeto, os deputados que convocaram a audiência comprometeram-se a pedir formalmente à presidência da ALERJ que fosse retirada a urgência do projeto, a fim de que ele fosse debatido na amplitude e complexidade necessárias às questões ambientais, sociais e econômicas. Ficou acordada a realização de pelo menos mais uma audiência pública para a discussão da proposta apresentada pelo governo do Estado e sugerido que a lei não seja alterada até que se implemente o zoneamento previsto na lei atual, que se pretende revogar. Também foi garantido pela presidência da Comissão de Defesa do Meio Ambiente que seria apresentado um Substitutivo ao PL e, na condição de Vice Líder do governo, que todos os questionamentos levantados serão encaminhados ao Governador no sentido de paralisar o pedido de urgência do projeto. Vale ressaltar que todos os órgãos federais que se pronunciaram (EMBRAPA, Delegacia Regional do Trabalho e INCRA) o fizeram por razões diversas, contrariamente à alteração na lei em vigor. Por iniciativa dos deputados Paulo Ramos (PDT) e André (PV) será realizada no dia 16, pela manhã, audiência pública na Alerj sobre a ameaça do governo do Rio de alterar a lei que proíbe o plantio predatório de monoculturas no Estado. A solicitação da audiência foi feita por dezenas de entidades da sociedade que se contrapõem à mudança na lei de autoria do atual secretário de Meio Ambiente, Carlos Minc (PT).

Cerca de 6400 servidores do Ibama paralisam suas atividades em protesto contra a divisão do órgão. O foco da crise no Ibama é a Medida Provisória 366, assinada pelo presidente Lula, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que ficaria responsável pela administração das unidades de conservação. O Ibama perde 330 cargos e mantém suas principais funções: atuar como polícia ambiental e autorizar o uso de recursos naturais e empreendimentos com impacto ambiental. Parte do funcionalismo será remanejada para o novo instituto que terá 513 funcionários e ficará responsável pelas unidades de conservação da natureza e por programas de pesquisa de biodiversidade. A greve deve comprometer as atividades de licenciamento ambiental, inclusive as análises das usinas hidrelétricas do rio Madeira. No dia 10 de maio os trabalhadores votam proposta de greve nacional por tempo indeterminado. Os funcionários de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) decidem pela paralisação e os trabalhadores do Paraná (região Sul) e

de Rondônia (região Norte), aderem. O Ibama do Amazonas já está em greve. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva afirma que a paralisação é fruto da dificuldade dos funcionários de entenderem as mudanças que dizem respeito à ordem de grandeza do país e que deve facilitar a fiscalização e a preservação das unidades. Segundo a Ministra: “Temos um território equivalente à rança em unidades de conservação, não se pode advogar que uma diretoria consiga cuidar de tudo”. Os servidores só voltam ao trabalho se a Medida Provisória que divide o Instituto for retirada pelo Governo ou vetada no Congresso. No Rio Grande do Sul, o Ibama conta com 200 funcionários.

Cortadores de cana-de-açúcar fazem manifestação em Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste) em frente à maior feira de agropecuária do país, a Agrishow. A manifestação foi organizada pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e teve apoio do MST e de sindicatos rurais das regiões sucroalcooleiras do Estado. Houve tensão entre trabalhadores, polícia e seguranças do evento. A polícia tentou barrar parte da passeata e os seguranças impediram a entrada dos manifestantes no evento. A PM estima em 400 o número de manifestantes; a Feraesp em mil. Os trabalhadores reivindicam diminuição da jornada de trabalho semanal de 44 para 30 horas, aumento do piso salarial de R\$ 450 para R\$ 1.620, o fim da exigência de metas de produção, maior proteção à saúde, controle da produção diária pelos próprios trabalhadores, fim dos empreiteiros que agenciam os cortadores, transporte seguro e alimentação gratuita. O presidente da Feraesp, Elio Neves, afirma que o evento “está mostrando para o mundo muita máquina e tecnologia mas não a situação do homem do campo, uma vergonha para a sociedade”.

Cerca de 5 mil professores, segundo os organizadores do evento e a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), bloqueiam todas as faixas da avenida Sargento Mário Kozel, nos dois sentidos, no bairro do Paraíso na zona Sul de São Paulo – São Paulo (região Sudeste). O ato foi organizado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo (Apeoesp) contra o projeto de lei que cria o SPPREV (Sistema de Previdência dos Servidores Públicos). Segundo o sindicato, os professores realizam uma assembléia no estacionamento da Assembléia Legislativa e aprovam o estado de greve. Caso o projeto entre em votação sem mudanças a paralisação será deflagrada.

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp e Fiesp), da Associação Comercial de São Paulo e de outras entidades empresariais lançam a campanha: “Fiscal não é Juiz”, que reivindica a derrubada do veto do presidente Lula à Emenda 3 no Congresso. A Emenda que criou a Super-Receita, transfere para o Judiciário a definição de vínculo empregatício, beneficiando profissionais liberais que atuam como pessoa jurídica e as empresas que utilizam seus serviços. O documento endossado por 28 entidades critica a centralização na atuação dos auditores fiscais que, caso o veto seja mantido, poderão atuar ou fechar empresas prestadoras de serviços constituídas por uma única pessoa quando entenderem que a prestação de serviços a outra empresa é, na verdade, uma relação trabalhista. Para o presidente da Ciesp, Cláudio Vaz, o objetivo da campanha é defender o equilíbrio entre os poderes e impedir que o executivo também venha a desempenhar o papel do Judiciário. Do lado de fora do edifício, onde era lançada a campanha, na Praça da Sé, centro de São Paulo (região Sudeste), um grupo de sindicalistas ligados à CUT critica a posição da campanha e

acusa os empresários de serem a favor da precarização do trabalho. Em nota assinada pelas 7 principais centrais: Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), CUT, Força Sindical, Nova Central e Social Democracia Sindical (SDS); os sindicalistas corroboram sua posição contrária à Emenda 3 e a favor do veto presidencial. O ministro do Trabalho Carlos Lupi declarou que a derrubada do veto significaria a oficialização do trabalho escravo e que todos os partidos da base do governo vão trabalhar para mantê-lo.

Delegados e agentes da Polícia Civil do Maranhão (região Nordeste) decretam estado de greve contra a nova política salarial do governo do estado. A decisão foi tomada em duas assembleias, ocorridas simultaneamente na sede do Sindicato dos Bancários, onde se reúnem os delegados, e em frente ao Plantão Central da Beira-Mar, com os policiais civis, que farão paralisação de advertência por 48 horas, nos dias 8 e 9 de maio. Caso não haja acordo com o governo, a categoria promete deflagrar greve geral por tempo indeterminado a partir do dia 17 de maio. Em paralelo à decisão dos policiais civis, os delegados decidem em assembleia que vão aguardar uma rodada de negociações com o governo, marcada para a próxima semana. Segundo o presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil (Adepol), Marcos Affonso Júnior, logo após a reunião com o governo haverá outra assembleia geral, quando a categoria vai decidir iniciar uma greve geral.

SÁBADO 5 - Jovens que cumprem pena no Centro Sócio-Educação de Londrina – Paraná (região Sul) e que iniciaram uma rebelião na noite de 04/05, rendem-se na madrugada de hoje. A rebelião teve início quando um menor era transferido para outra ala do centro de detenção. Os rebeldes fazem sete reféns; dois educadores e cinco jovens de um grupo rival, por mais de sete horas. Os jovens ateam fogo em colchões e se armam com facas e barras de ferro; um grupo que subiu no telhado destrói uma antena parabólica e atira destroços nos policiais.

Cerca de 500 pessoas participam da “Marcha da Maconha” em Ipanema na zona Sul do Rio de Janeiro (região Sudeste). O evento ocorre em várias cidades do mundo desde 1999 e tem como objetivo reivindicar o fim do preconceito contra as pessoas que usam a droga e a legalização da maconha. Alguns manifestantes chegam a fazer uso da maconha e não sofrem repressão por parte dos poucos policiais que acompanham o ato. Em Juiz de Fora – Minas Gerais (região Sudeste) também acontece a “Marcha da Maconha” com o slogan: "Legalize as drogas. Nos reunimos pela paz. De onde virá a violência?". Em Salvador – Bahia (região Nordeste) e Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), ativistas e acadêmicos e ativistas-acadêmicos se mobilizam em duas programações expressivas, preparatórias para o II Seminário dos Direitos das Pessoas que Usam Drogas que a Associação Brasileira de Redutores de Danos promove para novembro deste ano no Rio.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realiza ato em terreno ocupado na cidade de Itapeverica da Serra – São Paulo (região Sudeste). No ato, foi celebrada, uma missa e realizada uma assembleia que contou com a presença de parlamentares do PSTU, do PSOL e representantes de igrejas. O evento foi organizado para anunciar que as 3 mil famílias instaladas no local não sairão no prazo acordado (06/05) entre o proprietário do terreno e o movimento para o esvaziamento da área. Segundo o MTST, o motivo é que o terreno provisório oferecido pela Prefeitura de Itapeverica da Serra não é suficiente para

abrigar as mil famílias que não têm outro local para viver. Após uma reunião com autoridades, neste fim de semana, os sem-teto receberam a promessa de obter uma linha de crédito que os auxiliará na construção de casas, além disso, a Caixa Econômica Federal e a Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) devem financiar imóveis no valor de R\$ 30 mil.

Cerca de 150 jovens e trabalhadores negros reunidos em São Bernardo – São Paulo (região Sudeste) manifestam-se contra o genocídio da juventude negra, fruto da violência policial. A polícia chegou ao local agredindo os manifestantes que marchavam, apreendeu cartazes que denunciavam o seu caráter racista e deteve quatro dirigentes do movimento negro que estavam presentes. Os policiais disseram que os cartazes ofendiam a honra da PM porque diziam ser esta assassina de negros e negras. São detidos no 1º DP de São Bernardo do Campo, Mara do Hip-Hop, dirigente da Corrente Operária do PSOL e da Casa de Cultura e Política do ABC; Eduardo do Grupo Rosas Negras; Gilson do Movimento Fala Negão de Itaquera e da Central de Movimentos Populares, que também atua como assessor do deputado Vicentinho do PT e integra o Comitê de Combate ao Racismo do PT de SP e Luciana Eduardo, de Ribeirão Pires que atua no Centro de Referência Cultural Afro-Indígena. Os demais manifestantes pressionam do lado de fora da delegacia pela libertação dos companheiros. O ato vem impulsionado por uma série de entidades e movimentos que militam pela causa negra, como o movimento Negros Unificados, Quilombagem, Posse Rausa, Casa de Cultura e Política do ABC, entre outros, e tem o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que cede o carro de som usado na manifestação.

O líder indígena Walmir Parintintin, cujo povo vive nas proximidades das BRs 230 e 319 da Transamazônica, denuncia o avanço da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso (região Centro-oeste) e em Rondônia (região Norte), além da atuação ilegal de madeireiras que já atinge o sul do Amazonas. Segundo Parintintin, forasteiros tomam conta da região, levando ao desmatamento e ao surgimento de pastagens, ao mesmo tempo em que trazem doenças com a contaminação das águas dos rios com agrotóxicos. Esse avanço sobre a floresta e as áreas indígenas, afirma Walmir, ocorre desde o início da década, quando surgiram os primeiros problemas com o plantio da soja. As cabeceiras de rios e igarapés são contaminadas, atingindo as aldeias. Agora, prossegue ele, a principal preocupação é com a ação de madeireiros, que "agem ilegalmente". As terras indígenas correm o risco de serem atingidas porque a madeira que existe nas fazendas está acabando.

2º FEIRA 7 – Cerca de mil famílias ligadas ao MST ocupam duas unidades da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em Barreiras e Juazeiro - Bahia (região Nordeste). A ocupação, segundo o movimento, é um protesto contra o não cumprimento de um acordo firmado, em 2006 com o Codevasf e o Ministério da Integração Nacional, para assentar 800 pessoas na região do Projeto Salitre, em Juazeiro. A Companhia alega que os assentamentos são responsabilidade do Desenvolvimento Agrário.

Agricultores ligados ao MST acampam em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Cerca de 750 trabalhadores e 55 crianças se acomodam na sede do órgão e no canteiro da avenida. Os agricultores reivindicam do governo Federal mais agilidade na reforma agrária e o título da terra para quase 2 mil famílias que vivem em acampamentos. Os sem-terra

estavam há 6 dias acampados em frente à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Nas negociações com o governo Estadual, o governador Cid Gomes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) prometeu recursos para moradia, projetos de irrigação, de apoio à cultura e para reformas de escolas.

Um evento de integração dos estudantes com os movimentos sociais, que atuam no estado de Goiás (região Centro-oeste), acontece no auditório da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF) da Universidade Federal de Goiás (UFG). O debate começa com apresentação dos Movimentos e a integração com perguntas abertas aos estudantes. Os movimentos sociais ressaltam a necessidade do fortalecimento e apropriação de uma mídia popular e independente, que sirva de poder para todos.

3º FEIRA 8 – Cerca de 300 moradores da Vila Cruzeiro (uma das 17 favelas do Complexo do Alemão) fazem passeata na Penha – Rio de Janeiro (região Sudeste). Eles são liderados por integrantes da associação comunitária e protestam contra a ocupação e operações feitas pela Polícia Militar. Os manifestantes reivindicam paz na favela e a reabertura de 5 escolas que estão sem funcionar devido aos constantes tiroteios. A passeata foi acompanhada por aproximadamente 100 policiais. Segundo o coronel Marcos Jardim, que também acompanhou o protesto, o ato foi organizado pelo tráfico para obrigar a polícia a deixar a favela. A suspeita do coronel teria sido justificada por uma moradora que não quis se identificar e afirmou: “os bandidos sempre dão paz e segurança para a comunidade. Tanto que, dessa vez, eles mandaram a comunidade descer para pedir paz”.

Cerca de 2 mil, segundo o Jornal Folha de São Paulo e 1 mil, segundo O Globo, religiosos católicos e evangélicos e um grupo de parlamentares fazem uma passeata intitulada: “Clamor pela vida, contra o aborto”, diante do Planalto especialmente do Ministério da Saúde em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O ato vira um protesto contra o ministro da Saúde José Gomes Temporão que vem criando polêmica ao propor a discussão do tema e considerando este uma “questão de saúde pública”. Assinaturas são colhidas na passeata para um documento contra a legalização do aborto. O documento que diz que o: “aborto é ato de extermínio de uma vida humana” e “uma clara violação à vontade de Deus” e à Declaração Universal dos Direitos do Homem, tem o apoio da CNBB. O ministro da Saúde e a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, criticam a Igreja Católica e grupos religiosos pela “agressividade” e tentativa de “censurar” o debate sobre o tema. O ato foi organizado 1 dia antes da chegada do Papa ao país.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) recupera a posse do terreno onde ficava seu antigo prédio, incendiado por militares de direita em 1º de março de 1964, dia do golpe militar, na praia do Flamengo - Rio de Janeiro (região Sudeste). A Justiça negou o pedido de reintegração de posse requerida por uma empresa de estacionamento que funcionava no local. Cerca de 200 estudantes estavam acampados no local há cerca de 3 meses.

Integrantes do MST ocupam a sede do Incra em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). As cerca de 750 famílias sem-terra estão acampadas em frente ao Instituto desde 07/05 e hoje (08/05) ocupam o edifício. Os sem-terra cobram mais agilidade nos processos de vistoria, emissão de títulos de posse e desapropriação de terra, além da definição do orçamento do Incra.

Trabalhadores da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), com unidade central no Rio, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) entram em greve por tempo indeterminado. Os funcionários reivindicam incorporação das gratificações aos salários. A paralisação pode prejudicar os Jogos Pan-americanos, pois os trabalhadores farão inspeções prévias nos locais de competição e também serão acionados em caso de acidentes ou ataques terroristas com materiais radioativos. Segundo o pesquisador Paulo Alberto Lima da Cruz, do comando da greve, a paralisação não prejudicaria o Pan, pois os funcionários, mesmo em caso da suspensão do movimento durante o evento, podem atuar sem treinamento, uma vez que o Cnen vai receber equipamentos mais modernos..

Funcionários do Ibama de todo o País paralisam suas atividades por 24 horas. Os trabalhadores protestam contra a medida provisória que dividiu o órgão e criou o Instituto Chico Mendes responsável pelas 288 unidades de preservação do Brasil. Segundo dados da Associação Nacional dos Funcionários do Ibama, a adesão chega a 100% da categoria. Com a divisão, o Ibama continua responsável pela fiscalização e concessão de licenças ambientais e a área de preservação ficará a cargo do novo Instituto. Em alguns Estados, como o Amazonas (região Norte), a greve já foi iniciada. Em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste), os funcionários da autarquia estão em estado de greve desde a última semana de abril e no dia 4/05 decidem cruzar os braços. Eles comparecem à sede do órgão em Brasília, mas não exercem suas funções.

4º FEIRA 9 – Sem-terra seguem ocupando a sede do Incra em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), mas permitem a circulação dos funcionários no prédio. Desde 08/05 cerca de 750 famílias ocupam o edifício. O procurador-geral do órgão, Valdez Adriani Farias, vem à capital para negociar com os trabalhadores. Os sem-terra cobram mais agilidade nos processos de vistoria, emissão de títulos de posse e desapropriação de terra, além da definição do orçamento do Incra.

Integrantes do MST arrancam mudas de eucalipto, plantadas em assentamento do próprio movimento, em Pinheiro Machado, próximo a Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). As 14 famílias que plantaram as mudas aderiram ao Programa Pousa Florestal da Votorantim Celulose e Papel (VCP), porém este tipo de plantio está em análise pelo Incra. Há cerca de 20 dias, o órgão notificou aqueles que haviam assinado contrato com a VCP, alertando que a análise não estava concluída e que as famílias poderiam perder os lotes. A direção do movimento determinou que as mudas fossem retiradas por não concordar com o plantio e com base na notificação do instituto.

5º FEIRA 10 – Os sem-terra deixam a sede do Incra em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). A sede do Instituto foi ocupada no último dia 8 de maio. Os trabalhadores negociam suas reivindicações com o procurador-geral do órgão Valdez Adriani Farias nesta data.

Docentes e servidores públicos fazem protesto em São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores reclamam principalmente da situação indefinida de professores temporários do estado: contratados e readmitidos anualmente e que não podem ser incluídos na São

Paulo Previdência. No último dia 4 de maio os professores realizaram protesto contra o projeto de lei que cria o SPPREV (Sistema de Previdência dos Servidores Públicos).

Os trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Goiás (região Centro-oeste) deflagram greve em assembléia do Sintego (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás) no dia 04 de maio. O movimento reivindica dentre outras coisas, o respeito em relação aos educadores e alunos que têm sofrido com o descaso do governo do Estado em relação às escolas públicas. Os salários dos trabalhadores estão atrasados desde agosto de 2006. As escolas estão sucateadas, apresentando uma infra-estrutura inadequada, comprometendo a qualidade da educação. A verba para merenda escolar do Ensino Médio não é repassada. Em reunião com o Sintego, a secretária de Educação anunciou que o reajuste salarial de 20,31% exigido pela categoria não será possível e que nenhum percentual será repassado aos professores. Disse, também, que outras reivindicações como a concessão das promoções e as reformas das escolas serão atendidas, porém, não há prazo para o cumprimento das medidas.

6º FEIRA 11 - Mães e pais de crianças vítimas de violência no estado do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem protesto na Cinelândia, centro da cidade. Os parentes protestam exigindo justiça. As famílias informam que no Dia das Mães (próximo 13/05) vão passar o dia juntas.

Acontece na cidade de Vitória da Conquista, o Iº Encontro Baiano da Juventude Negra - ENJUNE. O objetivo do evento é discutir proposições de políticas públicas para a juventude negra da Bahia e tirar delegados para o Encontro Nacional da Juventude Negra que será realizado na cidade de Lauro de Freitas no mês de julho. Esse é o primeiro encontro nacional onde jovens negros do movimento Hip Hop, GLBTT, Quilombolas e diversas ONGs podem discutir uma plataforma política comum, a fim de reivindicar dos governos políticas reparatórias. O ENJUNE reunirá em torno de 400 jovens das diversas cidades do interior do estado e terá reserva de vagas para jovens de comunidades quilombolas. Dentre os temas a serem discutidos no Encontro estão: educação, religiosidade do povo negro, meio ambiente, sexualidade, cultura, mídia e tecnologia, violência urbana, acesso ao ensino superior, entre outros. Os organizadores do evento esperam que a partir daí seja criado um Fórum Estadual da Juventude Negra, instância do movimento social que possa avaliar e acompanhar as políticas públicas para a juventude em todo o estado.

2º FEIRA 14 – Governo federal recorre à Justiça para impedir que a greve dos servidores do Ibama, iniciada no último dia 4 de maio, paralise as atividades do órgão. Ele pediu que o movimento fosse decretado ilegal. A cúpula do Ibama conseguiu uma liminar para que os serviços essenciais sejam mantidos. Os líderes da greve estimam que 80% dos 6 mil trabalhadores aderem ao movimento, mas o percentual não foi confirmado pelo Ministério do Meio Ambiente. Os trabalhadores reivindicam a revogação da medida provisória que dividiu o órgão e criou o Instituto Chico Mendes, que cuidará exclusivamente das 288 unidades de conservação existentes no país, ficando o Ibama responsável pelo licenciamento ambiental de obras. O governo declarou que não abrirá mão da mudança e que os trabalhadores terão o ponto cortado. O governo federal aguarda a concessão de

licenças ambientais para dar início a algumas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3º FEIRA 15 – Servidores Federais da Cultura iniciam greve por tempo indeterminado em todo país. No Rio de Janeiro (região Sudeste), aproximadamente 100 funcionários protestam em frente ao Palácio Gustavo Capanema, sede da Fundação Nacional de Artes (Funarte), contra a falta de um plano de carreira. No Centro da cidade, dezenas de servidores federais reúnem-se para protestar em frente ao Museu Nacional de Belas Artes e à Biblioteca Nacional. A paralisação afeta a semana Nacional dos Museus, que estarão fechados, e pode prejudicar a programação cultural dos Jogos Pan-americanos. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), trabalhadores fazem manifestação em frente à Esplanada dos Ministérios, onde o Ministro Gilberto Gil chega para negociar com a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, a retomada das negociações com o Ministério do Planejamento, responsável pela aprovação do Plano Especial de Cargos da Cultura, pronto desde 2005. As universidades Federais farão assembléias nos próximos dias para decidir a adesão à greve. A principal reivindicação da categoria é a aprovação de um plano de carreira.

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura Bida, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira, Dorothy Stang, é condenado a 30 anos de prisão pelo Tribunal do Júri de Belém – Pará (região Norte). O fazendeiro é o quarto acusado condenado pelo crime ocorrido em 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, no estado. O júri aceitou a tese da acusação: homicídio duplamente qualificado, com promessa de recompensa (R\$ 50 mil aos pistoleiros); motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima. Foram 5 votos contra 1.

Outro acusado de ser mandante, o fazendeiro Regivaldo Galvão está em liberdade e pode ter o julgamento marcado ainda este ano.

4º FEIRA 16 – Aproximadamente 70% dos 15,5 mil funcionários da USP deflagram greve por tempo indeterminado. Os alunos também aderem à paralisação. Os cerca de 500 estudantes da USP decidem manter a ocupação da reitoria que já completa duas semanas apesar do recebimento do pedido de reintegração de posse expedido pelo Juiz Jayme Martins da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. O protesto se estende à Universidade Estadual Paulista (Unesp), onde 50 estudantes acampam no saguão do prédio da administração do campus. Estudantes e funcionários da USP protestam contra o governador José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que, no início do ano assinou um decreto que estabelece controle dos gastos das universidades estaduais, que segundo os manifestantes, acaba com a autonomia das universidades. O decreto assinado em janeiro formaliza que a USP, a Unesp e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) passam a ter a gestão dos recursos sob o comando da Secretaria de Ensino Superior, criada pelo governador. Os manifestantes reivindicam, além da extinção do decreto, melhoria nas instalações, contratação de professores e criação de novas vagas nos alojamentos do campus. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Magno Carvalho, os funcionários reivindicam o fim do decreto e aumento salarial. Professores devem fazer uma assembléia no dia 23, para decidir se entram ou não em greve, a fim de protestar contra o governo estadual.

Cerca de 12 mil funcionários de Bingos ocupam a Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar a legalização da atividade. A manifestação foi organizada pela Força Sindical e pela Nova Central Sindical de Trabalhadores. Segundo o deputado e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o trabalho nos bingos gera 120 mil empregos diretos e 300 mil indiretos. Para Pereira, o país não pode acabar com postos de trabalho na atual conjuntura de desemprego que enfrenta. Após a manifestação, um grupo de funcionários, juntamente com Paulo Pereira, foi recebido pelo presidente da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP) e pediu seu apoio. Os manifestantes entregam a Chinaglia uma carta da Associação Brasileira dos Bingos que pede a legalização das casas de jogo. O presidente da Câmara se comprometeu a ouvir as reivindicações da categoria e afirmou que nada será pautado para votação no Congresso sem esta consulta.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprova o primeiro pedido de liberação comercial de organismo geneticamente modificado, desde a regulamentação da Lei de Biossegurança há cerca de 1 ano e meio. A variedade de milho transgênico deverá estar disponível para o plantio em 2008. O pedido foi feito em 1998 pela multinacional Bayer. A aprovação contou com 17 votos a favor e 4 contra. Os votos contra foram dados por representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e do representante da sociedade civil para ambiente e agricultura familiar. O resultado foi favorável à liberação devido à redução de 18 para 14 do número mínimo de votos. Antes do registro pelo Ministério da Agricultura, a liberação ainda será submetida a uma avaliação de oportunidade política e sócio-econômica em um conselho composto por 11 ministros e chefiado por Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil.

Ambientalistas do Rio de Janeiro (região Sudeste) recebem apoio de ambientalistas do Espírito Santo (região Sudeste) contra Aracruz. A multinacional quer implantar um pólo de celulose no Rio de Janeiro (região Sudeste). Criticada pela sociedade civil organizada do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a Aracruz Celulose tenta agora estar presente no estado do Rio, onde existe a menor proporção de mata atlântica preservada do País. A pretensão da transnacional será debatida em audiência pública, no dia 16/05, com apoio de técnicos do Espírito Santo. A audiência, na Assembléia Legislativa fluminense, vai debater uma das principais manobras para a aprovação de um Projeto de Lei proposto pelo governo Sérgio Cabral (PMDB) prevendo mudança na Lei 4063/2003, que obriga empreendimentos de monoculturas a plantar o equivalente a 30% da área cultivada com mata nativa. Com a mudança, que prevê um zoneamento regional, a contrapartida seria reduzida para até 15%, prejudicando o meio ambiente.

5º FEIRA 17 - Cerca de 400 alunos, professores e funcionários da USP fazem protesto na Assembléia Legislativa em São Paulo (Alesp) – SP (região Sudeste). Estudantes e funcionários da USP protestam contra o governador José Serra (PSDB) que no início do ano assinou um decreto que estabelece controle dos gastos das universidades estaduais. Segundo os manifestantes, o decreto acaba com a autonomia das universidades. Este, assinado em janeiro, formaliza que a USP, a Unesp e a Unicamp passam a ter a gestão dos recursos sob o comando da Secretaria de Ensino Superior, criada pelo governador. O governo nega que a Secretaria tenha sido criada para diminuir a autonomia da

universidade e afirma que esta pretende valorizar as universidades, podendo focar melhor nos problemas. Os manifestantes reivindicam melhoria nas instalações, contratação de professores, criação de novas vagas nos alojamentos do campus e aumento nos salários de professores e funcionários. A reitoria da universidade segue ocupada, completando 24 horas de resistência ao pedido de reintegração de posse e os estudantes e funcionários seguem em greve. O grupo recebe o apoio do PSOL, PSTU e grupos políticos de extrema esquerda. Entidades estudantis da universidade como a UNE e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que não participam da ocupação, aconselham os alunos a deixar o prédio.

Cerca de 250 estudantes da Escola de Administração (EA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Bahia (região Nordeste) ocupam o pátio da faculdade para propor o diálogo sobre um projeto de administração experimental elaborado pela professora Tania Fischer. O projeto que também fundamenta o documento do Projeto Universidade Nova prevê, dentre outros elementos, o crescimento do ensino à distância e turmas com módulos de 150 alunos e aulas dadas por tirocinistas da pós-graduação. O estopim ocorreu quando a turma de Administração Experimental foi transferida do prédio da EA-UFBA para outro devido à chegada de mais um curso pago que ocuparia a sala destinada a esta turma. Um protesto foi articulado e terminou com um abaixo-assinado onde a própria turma exige a extinção do projeto Administração Experimental, por sua péssima qualidade. O diretor da escola e a professora responsável pelo projeto foram chamados para o diálogo durante a manifestação, mas se recusaram a debater. A escola de Administração da UFBA é conhecida por possuir turmas de Graduação que são lançadas para outros prédios para que cursos pagos ocupem as salas de aula; quando não são projetos de consultoria com financiamento público e/ou privado que usam salas, equipamento e o tempo dos professores. A maioria dos professores se recusa a dar aulas para a graduação; todas as novas tecnologias educacionais, como especialização e mestrado à distância e universidade corporativa já estão implementadas e a graduação à distância já está projetada; a pós-graduação faz pesquisas, mas a graduação não participa delas e os projetos de extensão são cursos pagos ou consultorias; há mais alunos nos cursos pagos (especialização, mestrado e extensão) do que alunos na graduação, mestrado acadêmico e doutorado.

6º FEIRA 18 – Cerca de 3 mil famílias ligadas ao MTST, que ocupavam um terreno no bairro de Vale Velho em Itapeverica da Serra – São Paulo (região Sudeste), desde o dia 16 de março, deixam o local. O mandado de reintegração de posse foi entregue por um oficial de Justiça, com escolta da polícia. A prefeitura disponibilizou um terreno municipal no bairro Jardim Calu, por um prazo de até 90 dias. Até lá a prefeitura espera que o movimento encontre uma solução para a situação. Cerca de 500 famílias foram para o terreno que não possui infra-estrutura de água e luz; as demais foram para casa de amigos e parentes. Moradores do bairro Jardim Calu reclamam da chegada das famílias, alegando que perderiam um espaço utilizado como campo de futebol, dotado, inclusive, de vestiários; única infra-estrutura disponível no local. Apesar da resistência dos moradores a instalação dos sem-teto foi tranqüila.

Funcionários do Ibama e do Ministério da Cultura fazem manifestação no Cristo Redentor – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os servidores do Ibama protestam contra a divisão do

instituto e os trabalhadores do Ministério da Cultura reivindicam o cumprimento da Lei 11.233, de 2005, que previa a criação do Plano Especial de Cargos da Cultura e Gratificação Específica de Atividade Cultural (Geac).

Estudantes da USP ocupam a torre do relógio no campus em São Paulo (região Sudeste). Uma comissão articulada ao Laboratório da Intolerância da USP começa a trabalhar para intermediar uma reunião que deve ocorrer no dia 19/05 entre os alunos e a reitora Suely Vilela. A reitora manifestou o desejo de que não haja uso de violência na desocupação. A reunião será a primeira desde o dia 16/05, quando foi determinada a reintegração de posse do prédio. Os alunos não atendem à determinação e afirmam que somente deixam o local quando as reivindicações forem atendidas. Os estudantes querem a revogação dos decretos

51.460, 51.461, 51.471, 51.636 e 51.660 do governador José Serra, que interferem na autonomia das universidades públicas. Além da revogação dos decretos, os estudantes querem a contratação de professores, melhoria da infra-estrutura da universidade, ampliação das vagas na moradia estudantil, democratização da Universidade, Conselho Universitário aberto à participação de estudantes, funcionários e professores, com direito a voz e voto, além da discussão de eleições diretas para reitor. Querem também que nenhuma punição, sindicâncias ou demais processos administrativos e repressivos sejam tomados contra os alunos com relação à ocupação que se deu devido à ausência do representante legal da Reitoria.

Um professor de Ciências e cerca de 10 alunos fazem protesto diante da escola municipal em Campo Grande – Rio de Janeiro (região Sudeste). O professor vestido de mágico criticou a Resolução 946, que estabelece o fim da reprovação no ensino fundamental. Com a resolução: “Será preciso fazer mágica para que os alunos percebam que devem estudar”, segundo o docente.

Movimentos sociais do campo, pesquisadores, estudantes e representantes do poder público, reunidos no Encontro Terra e Cidadania, em Curitiba – Paraná (região Sul), de 15 a 18 de maio, lançam carta contra a decisão da CTNBio de liberar o milho transgênico da Bayer. Na carta, encaminhada aos membros do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), os movimentos pedem a correção dessa decisão. O milho transgênico Liberty Link da Bayer foi liberado na reunião da CTNBio realizada no dia 16/05. Foram 17 votos favoráveis à liberação, 4 contrários e 1 pedindo diligências antes da aprovação do processo.

SÁBADO 19 - Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe é encontrado morto em Pau Brasil - Bahia (região Nordeste). O índio Aurino foi encontrado morto nos arredores da Fazenda Letícia, com perfurações à bala na cabeça e no peito. Ao que tudo indica, a vítima se dirigia à região do Braço da Dúvida, onde residia, uma vez que a Fazenda Letícia é passagem para aquele local. Em 2005, Aurino sofreu um atentado à bala em Pau Brasil, tendo sido ferido no rosto e no braço. Historicamente, existe uma animosidade entre os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe e os fazendeiros da região devido à disputa pela posse da terra, nos municípios de Pau Brasil, Camacã e Itajú do Colônia. Os conflitos já vitimaram 18 lideranças indígenas. As lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe atribuem a responsabilidade desta situação ao governo do Estado da Bahia, por ter concedido títulos falsos aos invasores de suas terras, e à demora no

juízo da Ação de Nulidade de Títulos que se encontra no Superior Tribunal Federal (STF há mais de 24 anos.

DOMINGO 20 – Cerca de 200 alunos e professores da rede pública de ensino fazem passeata em Copacabana – Rio de Janeiro (região Sudeste), para protestar contra a Resolução 946 da Secretaria de Educação do município que, prevê a implementação do sistema de ciclos no ensino fundamental e conseqüentemente o fim da reprovação nos 9 anos desta etapa, nas escolas municipais. De acordo com a resolução, em vigor desde o dia 27 de abril, todo o ensino fundamental passa a ser dividido em ciclos de formação em vez de séries. A decisão também acaba com o conceito “insuficiente” para avaliação, sugerindo um trabalho pedagógico para aqueles que não conseguem acompanhar o conteúdo. Desde 2000 o sistema de ciclos era adotado por toda rede municipal de 1º a 4º séries, agora todos os 591 alunos das escolas passam por 3 ciclos de 3 anos. Os alunos serão avaliados trimestralmente pelos conceitos de “muito bom”, “bom” e “regular”.

Quilombolas dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, em Minas Gerais (região Sudeste), além de sofrerem violência por parte de latifundiários são reprimidos pela Polícia Militar do estado, segundo denúncia da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aproximadamente 50 famílias da comunidade Brejo dos Crioulos foram violentamente expulsas pelos policiais, sem qualquer liminar de reintegração de posse, de uma área de quase 3 mil hectares de terra. Na ação, os policiais usam um helicóptero e cães. Duas pessoas ficam feridas e 3 são presas arbitrariamente. No ano passado, a terra foi vistoriada pelo Incra e classificada como propriedade improdutivo. Há quase 10 anos, os quilombolas lutam pela titulação de suas terras na região. Paulo Roberto Faccion, da CPT, afirma que as ações violentas da polícia são comuns na região. “Esta não é somente uma ação da polícia local. Percebemos pelo aparato usado por ela, que esta é uma articulação da polícia do estado, é uma ordem do comando geral da Polícia Militar de Minas Gerais. Essa mesma ação a polícia realizou em uma ocupação do MST, no final de abril, no município de Janaúba. Eles estão alegando na imprensa que as pessoas estão saindo das áreas de livre e espontânea vontade. São despejos ilegais e arbitrários”.

As cerca de 100 famílias do MST que ocupavam desde o dia 14 de abril a fazenda Belém, no município de Franco da Rocha em São Paulo (região Sudeste) deixam o local. Logo após a saída elas se estabeleceram na Fazenda Iracema, área de aproximadamente 400 hectares, localizada no município de Cajamar - São Paulo (região Sudeste). Segundo o movimento a fazenda utilizava trabalho precarizado e degradava o ecossistema do local com a monocultura do eucalipto, contribuindo assim para a formação do "deserto verde". Por não cumprir sua função social, as famílias reivindicam que ela seja destinada à Reforma Agrária. A ocupação dá continuidade à Comuna da Terra Che Guevara, ocupação próxima da Fazenda Belém que foi desocupada mediante acordo, após a reintegração de posse concedida aos proprietários. Como se trata de um latifúndio improdutivo, os sem-terra continuam exigindo sua imediata desapropriação, além de vistorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em outros imóveis da região. A "Comuna da Terra" é uma nova proposta de assentamento do Movimento, na qual visa-se a utilização coletiva da terra. Os sem-terra objetivam chamar a atenção para questões como a precarização do trabalho, a preservação ambiental e o agronegócio.

2ª FEIRA 21 - Policiais rodoviários federais do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam a chamada operação padrão, como forma de protesto contra a falta de efetivo. Os agentes param todos os veículos, distribuindo panfletos aos motoristas. São apenas 810 policiais para monitorar as rodovias federais do estado. A categoria defende que o número de policiais deva ser duplicado.

O MST realiza uma nova marcha em direção à Fazenda Southall. Agricultores do movimento fazem um plantio de hortaliças e árvores na faixa de domínio da RS 630, em São Gabriel, em frente à fazenda. O motivo foi pressionar o governo Federal pela desapropriação da área de 13 mil hectares, que poderia ser distribuída entre 600 famílias. Atualmente, o proprietário da fazenda contesta o laudo do Incra, apresentado em março deste ano, que apontou a ocorrência de danos ambientais na área. O MST destaca que o trabalho na terra está sendo feito na faixa de domínio da RS 630, e não no interior da Fazenda Southall. Um laudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta a existência de crimes ambientais no interior da fazenda. O Incra anunciou que iria desapropriar a área, mas até agora as famílias não têm notícia sobre a situação da Fazenda Southall.

A reitora da USP, Suely Vilella, deu prazo de até a 0h da terça-feira (22/05) para que os estudantes deixem a reitoria – ocupada desde o dia 03 de maio. Cerca de 300 alunos estão acampados no prédio. Eles se reúnem com a reitora e representantes da Assembléia Legislativa e de organizações ligadas aos direitos humanos. A reunião foi organizada pelo coronel Joviano Conceição Lima, comandante de policiamento de choque da Polícia Militar com o objetivo de negociar o futuro da ocupação. A reitora propõe: a construção de moradias, café-da-manhã e almoço aos sábados, transporte nos fins de semana, análise de regra que tornaria mais duro o jubramento, além de reunião sobre os novos prédios para a faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais Entre 15 e 20/6, se compromete a acompanhar o andamento do processo relativo à reforma do prédio da fisioterapia, a se manifestar sobre os decretos do governo na reunião do Conselho Universitário, divulgará o número de professores a ser contratados até 30 de maio e promete se reunir com a comissão de negociação sobre novas propostas. Após a liminar pela reintegração de posse, expedida no último dia 16/05, o batalhão da tropa de choque da Polícia Militar se organiza para retomar o local ocupado. O coronel informou que a ação policial depende da autorização da reitora. Um estudante, que participa da ocupação e que não quis se identificar, afirma que uma ação da polícia seria um ato de autoritarismo não visto na USP desde a Ditadura Militar. E continua, a luta dos universitários não é apenas pela derrubada dos decretos do governador do estado de São Paulo, José Serra (PSDB), que ameaçam a autonomia financeira e comprometem o caráter público da universidade, mas também pela discussão de um novo modelo de ensino público. Os estudantes afirmam que irão permanecer no local.

Cerca de 2 mil agricultores de todo o País participam de mobilizações da Fetraf em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os agricultores reivindicam a ampliação dos créditos oferecidos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa de Aquisição de Alimentos.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) realiza uma Jornada de Lutas Nacional. As ações nos dias 21 e 22 de maio consistem em ocupações de Delegacias Regionais do Trabalho em algumas cidades e entrega de reivindicações em outras localidades. A primeira delegacia a ser ocupada é a de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam frentes emergenciais de trabalho, crédito subsidiado e pontos populares de trabalho. O MTD exige que as pautas referentes aos Grupos de Produção do movimento sejam atendidas emergencialmente. Estes grupos são basicamente organizações de pessoas para produção coletiva. O movimento reivindica do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) que atenda as demandas referentes à criação de Projetos Estruturantes que viabilizem as garantias básicas para a produção como galpões e meios de produção.

Os servidores de 15 superintendências do Inbra entram em greve. Eles reivindicam reajuste do vencimento básico e paridade salarial com outras categorias do serviço público. De acordo com a categoria, o salário do servidor do Inbra é 50% menor do que em outros órgãos federais, como o Banco Central e o Ibama. Eles pedem também a contratação de 10 mil funcionários. No Rio Grande do Sul (região Sul), os servidores não paralisam, mas participam da mobilização nacional no dia 23, contra a política econômica e as reformas do governo.

Cerca de 150 famílias do MTD ocupam a sede da Delegacia Regional do Trabalho em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A ação de protesto, que ocorre em mais 10 estados, tem como objetivo evidenciar a luta dos trabalhadores por trabalho livre e sem exploração. Para isto, o movimento acredita que os trabalhadores precisam ser donos dos meios de produção, decisão, conhecimentos e matérias primas. Entre as reivindicações estão mais postos de trabalho com recursos financeiros para investimento. Como explica o integrante do MTD, Zé Maria Melo: “Essa mobilização que a gente está fazendo, é o início de uma jornada de lutas contra as reformas neoliberais, a política econômica do governo federal e a perda de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. De uma maneira mais específica a gente está tentando uma audiência com o Ministro do Trabalho – Carlos Lupi - no intuito de abrir uma negociação para conseguir frentes de trabalho e créditos subsidiados específicos para desempregados que tenham prazos de carências maior, que tenham uma condição melhor de pagamento aos desempregados. Estes são os pontos que a gente está reivindicando aqui.” Segundo Zé Maria, uma audiência com Lupi já está em fase de negociação. As famílias afirmam que só desocupam o local depois que conseguirem marcar esta reunião. O Brasil é o terceiro país do mundo em número de desempregados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são cerca de 7,7 milhões de trabalhadores nesta condição. O Instituto afirma que o índice de desemprego no país aumentou 369%, entre 1975 e 1999.

3ª FEIRA 22 - Integrantes do Grito da Terra Brasil protestam em frente ao Ministério da Fazenda, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), e são recebidos para audiência pelo ministro interino, Nelson Machado. Entre as reivindicações apresentadas estão o aumento da assistência técnica e do crédito rural, a ampliação da reforma agrária, das leis trabalhistas para homens e mulheres do campo e das políticas sociais. Os agricultores também reivindicam a liberação de 12 bilhões de reais para a agricultura familiar e mudanças no índice de produtividade, que determinam as terras improdutivas

para a reforma agrária. Nesta quarta, os agricultores esperam ser recebidos pelo presidente Lula, no Palácio do Planalto.

Em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade, os servidores do Ibama promovem, em nível nacional, o empate simbólico na Esplanada dos Ministérios em protesto contra a Medida Provisória nº 366/07, que propõe fragmentar o órgão criando um novo instituto. O empate era uma expressão usada pelo ambientalista Chico Mendes, na década de 80, em defesa da manutenção dos seringais em pé, ameaçados de serem derrubados para atividade pecuária no Acre. Reuniam-se famílias, homens, mulheres, crianças e idosos em frente às árvores, impedindo que as máquinas derrubassem o importante meio de subsistência da população local, e rico em biodiversidade. No Largo Glênio Peres, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) a comemoração contou com a participação de diversas organizações, entre elas: UFGRS (Biologia), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MTST, Quilombolas e o MST

Integrantes do MTD, que realiza uma Jornada de Lutas Nacional desde 21/05, ocupam Delegacias Regionais do Trabalho em Porto Alegre e Caxias no Rio Grande do Sul (região Sul) e Salvador na Bahia (região Nordeste). Ontem, a delegacia de Brasília havia sido ocupada; à tarde os manifestantes deixaram o local de forma pacífica. Os manifestantes reivindicam frentes emergenciais de trabalho, crédito subsidiado e pontos populares de trabalho. Cerca de 500 trabalhadores desempregados ocupam a Delegacia Regional do Trabalho, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Em torno de 350 famílias ocupam a delegacia regional do trabalho em Salvador – Bahia (região Nordeste), seguindo seu calendário de lutas em nível nacional na construção de frentes emergenciais de trabalho e crédito subsidiado. Integrantes do MTD do Distrito Federal já estão em negociação, desde o dia 21/05, com o Ministério do Trabalho para discutir a pauta nacional de reivindicações. O MTD pretende continuar no espaço até que avancem as negociações. Em conversa com o delegado do trabalho, os coordenadores do MTD discutem algumas questões de estrutura para as famílias que ocupam o local. Em Caxias do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul) após dia de protestos dois militantes do MTD foram presos em uma marcha. A prisão acontece quando o grupo se dirige ao sindicato dos Bancários para realizar uma assembléia. Hoje o MTD ocupou Delegacias Regionais do Trabalho em várias cidades do país. Segundo informações da Secretaria local do MTD, os militantes seguem presos e a Polícia se recusa a informar a acusação em que foram enquadrados. Entre as reivindicações estão a disponibilização de cestas básicas para famílias desempregadas e bolsas por um período de até 6 meses para que os trabalhadores possam organizar uma alternativa de renda por meio da montagem de cooperativas, além de Projetos Estruturantes que viabilizem as garantias básicas para a produção como galpões e meios de produção. Depois das mobilizações em todo o país, o MTD terá audiência com o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para tratar das frentes emergenciais de trabalho. No Rio Grande do Sul, os desempregados têm audiência com o governo do estado no próximo dia 28.

A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa realiza audiência pública para discutir a situação da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS). A carência de recursos, a falta de professores e a possibilidade de fechamento de algumas unidades são temas da reunião. São convidados representantes do Governo do estado, do Conselho Estadual da Educação e da reitoria da UERGS.

Policiais federais (PF) de todo o País iniciam uma paralisação que deve durar 3 dias. Integrantes de todas as áreas da categoria: delegados, agentes, papiloscopistas, escrivães e peritos, aderem à greve. A categoria não aceita proposta de parcelamento do reajuste salarial oferecida pelos Ministérios da Justiça e do Planejamento de aumento de 30% pago em 2 parcelas – uma em junho de 2008 e outra em junho de 2009. O governo Federal alega que o pagamento feito de uma só vez pode afetar as contas do PAC. Os policiais reivindicam o cumprimento do acordo feito em fevereiro de 2006 com o Ministério da Justiça, que prevê aumento salarial de 60% pago em 2 parcelas além da reestruturação do plano de carreira da categoria. A emissão de passaportes só será feita em casos de urgência, principalmente viagens comprovadas por motivo de saúde. Na porta da Superintendência da PF na Lapa, em São Paulo (região Sudeste), cerca de 300 pessoas protestam contra a paralisação do serviço.

Estudantes da USP decidem manter a ocupação do prédio da reitoria no campus da universidade em São Paulo (região Sudeste). A reitora havia determinado que a desocupação deveria ocorrer até a 0h de hoje. Uma assembléia com a participação de cerca de mil estudantes decidiu não desocupar o prédio. A Escola de Comunicação e Artes (ECA), a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e a Física foram as únicas unidades que estão totalmente sem aulas. Nas demais não houve adesão ou apenas uma pequena parcela dos estudantes parou. Os estudantes reivindicam um posicionamento da reitora sobre as medidas do governador José Serra (PSDB), que segundo eles, tiram autonomia das universidades Estaduais, além da construção de 700 moradias estudantis e a reforma de algumas unidades. A reitora afirma que já se pronunciou, por meio de uma nota assinada pelos três reitores, na qual eles afirmam que não há risco à autonomia da universidade e quanto às outras questões, uma pauta para atendê-las já foi apresentada. O comandante da Tropa de Choque da PM, coronel Joviano Conceição Lima, fechou hoje os detalhes com a reitora Sueli Vilela de uma reunião com os estudantes e a desocupação que deverá ocorrer amanhã.

Os metroviários da cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), decidem paralisar suas atividades por dois dias, para reivindicar melhores condições de trabalho e salários. A categoria começou as negociações com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) no início do mês de março. Os funcionários pedem reajuste salarial de 39% e planos de carreira, mas a companhia oferece somente 3%. Outro objetivo da paralisação é unir forças com a Jornada Unificada de Lutas, que está sendo organizada por movimentos sociais, sindical e estudantil. Segundo José Geraldo Alves, diretor de assuntos intersindicais do Sindicato dos Metroviários de Minas Gerais o dia 23 será usado para engrossar esta manifestação que a CUT e as demais centrais convocaram os sindicatos para participar. Desta forma, os metroviários dão sua contribuição para a manifestação a nível nacional. Na próxima semana, representantes do sindicato se reunirão com a CBTU para realizar novas negociações. Se elas não avançarem os metroviários poderão entrar em greve por tempo indeterminado.

Trabalhadores do transporte público de Florianópolis – Rio Grande do Sul (região Sul) fazem paralisação nos fundos do Terminal Central de Florianópolis e após 13 horas de greve e uma rodada de negociação a contragosto do SETUF (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de passageiros da Grande Florianópolis), conseguem a implementação

de um acordo com aumento de 5% nos salários, vale-alimentação de R\$ 250 para motoristas, R\$ 180 para os trabalhadores das garagens, R\$ 130 para agentes dos terminais e a garantia dos postos dos cobradores. Poucos minutos após início da paralisação o dirigente sindical, Deonísio Linder foi preso e levado à Central de Polícia. À tarde, durante a mobilização o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) concedeu uma liminar exigindo o retorno ao trabalho, o cumprimento da lei de greve e que, se os trabalhadores não retornassem ao trabalho, o sindicato seria multado e seria deflagrado o Dissídio Coletivo. O sindicato não chegou a ser intimado. No início da noite os trabalhadores voltaram ao serviço. No final do acordo, Norberto Stroisch, secretário de Transportes e Terminais da cidade disse que com essa situação firmada o preço da tarifa poderá aumentar em breve.

Diferentes entidades assinam documento a favor de um Fórum Popular por um Plano Diretor Participativo. De acordo com o documento, o Plano Diretor deve ser elaborado através de um processo participativo que respeite as Resoluções estabelecidas pelo Conselho Nacional das Cidades - a serem debatidas e aprovadas pelos Conselhos Municipais de Política Urbana e de Habitação. De acordo com as entidades, a Prefeitura de São Paulo está revisando do plano diretor da cidade de forma autoritária e visa retirar uma série de instrumentos que garantem o cumprimento da função social da propriedade. O documento lembra que devem ser garantidos os aspectos mais relevantes da plataforma da Reforma Urbana que foram incorporados ao Plano Diretor. Entende-se que mais importante do que rever o Plano Diretor - que é ainda muito recente e que ainda não teve tempo de gerar resultados - é implementá-lo tanto no que se refere à sua regulamentação como em relação à gestão dos instrumentos e intervenções previstas.

4ª FEIRA 23 – A Jornada Unificada de lutas “Nem Um Direito a Menos”, realizada por movimentos sociais, sindicais e estudantis, promove diversas manifestações em todo país. A iniciativa reúne dezenas de entidades em torno de bandeiras comuns, como a Reforma Agrária e a defesa de direitos sociais – geração de empregos, direito de greve, valorização dos servidores públicos e aumento do salário mínimo. Os movimentos se posicionam contra a atual política econômica do governo Federal, contra as medidas que prejudicam a classe trabalhadora, tais como as reformas neoliberais, sobretudo a da Previdência e contra a transposição do Rio São Francisco.

Cerca de 2.500 servidores fazem passeata na Avenida Paulista – São Paulo (região Sudeste) e entram em confronto com policiais em frente à Alesp. Os manifestantes, a maioria estudantes e militantes do PSTU, protestam contra a possibilidade de criação de um regime único de aposentadoria para o funcionalismo paulista sob a gestão da SPPrev (São Paulo Previdência). Pela manhã, cerca de 400 professores estaduais se reúnem no vão no Masp (Museu de Arte de São Paulo). A categoria aprova moções nas quais reivindica, segundo o Jornal do Brasil, “mais recursos para a educação, melhoria das condições de vida e trabalho, uma política ativa de gratuidade do ensino superior, apoio aos estudantes e funcionários e pela não-desocupação da reitoria com uso da violência e não punição dos alunos”. Outra deliberação da categoria inclui a divulgação de uma carta aberta à população, na qual a categoria se posiciona contra os decretos assinados pelo governador do Estado, José Serra que, segundo os professores, violam o conceito administrativo de autonomia das universidades. À tarde, estudantes do ensino superior aderem ao protesto,

que segue então para a Assembléia Legislativa e, segundo a PM, o grupo tenta ocupar o plenário, onde os deputados discutem o projeto da SPPrev. Segundo a Assembléia há confronto entre os manifestantes e os seguranças do local. A PM é chamada no fim da tarde e, segundo esta, os manifestantes teriam agredido os policiais e guardas com pedras e um poste teria sido arrancado. Cerca de 17 pessoas ficam feridas, entre manifestantes e seguranças da Casa. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), a atitude agressiva vem dos policiais que teriam usado spray de pimenta; o sindicalista afirma: “Viemos para acompanhar a votação da SPPrev pacificamente. Porém, recebemos um tratamento lamentável”.

Ainda na Avenida Paulista, representantes de centrais sindicais como a CUT, CGTB e trabalhadores do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entre outros, também fazem manifestação em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo a PM, aproximadamente 1.500 pessoas participam do ato; segundo os organizadores, 5 mil. A previsão era de 10 mil, porém a chuva e o frio esvaziam o ato. Os trabalhadores manifestam-se pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3, que criou a Super-Receita. O protesto também foi contra a retirada de qualquer proposta do governo que proíba greves no setor público e pela derrubada do PLP 001/07, que restringe os gastos com o funcionalismo público.

Ao lado de bancários, metalúrgicos e químicos, radialistas e jornalistas presentes também se manifestam na Avenida Paulista contra a precarização que enfrentam nas redações do país afora, onde a forma de contratação dos profissionais como “pessoa jurídica”, os chamados “PJs”, se alastram burlando a lei trabalhista.

Cerca de 400 professores da USP em Assembléia decidem aderir à greve na Universidade de São Paulo (região Sudeste). Os docentes aderem à paralisação de funcionários e estudantes iniciada na semana passada que atinge principalmente a faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a Escola de Comunicação e Artes (ECA) e a Física. A assembléia da associação dos docentes da USP (Adusp) reúne cerca de 300 professores. Além das críticas ao governo do Estado, cada categoria tem suas pautas de reivindicação. A dos estudantes tem 17 pontos que incluem melhorias nas moradias no campus e reforma de algumas unidades; funcionários e docentes reivindicam reajuste salarial de 3,15% além de uma parcela de R\$200 para toda categoria. Na assembléia, além de fazer críticas às medidas do governador José Serra (PSDB), como a vinculação da gestão orçamentária da instituição ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem) - que passa a administrar as verbas destinadas às universidades públicas, as medidas tiradas na assembléia são: aumento do investimento público na educação; reajuste salarial; o não-uso de violência policial para resolver a situação dos alunos que permanecem na reitoria, a retirada do projeto de previdência do Executivo e construção de mais moradias estaduais na USP, na Unesp e na Unicamp. Os professores da Unicamp também decidem pela greve. As ações contra os decretos do governo de São Paulo ampliam-se também para a Unesp, onde já há indicativo de paralisação.

Funcionários terceirizados e prestadores de serviço da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), localizada em Duque de Caxias - RJ (região Sudeste), em greve há 72 dias,

protestam reivindicando melhores salários. Os manifestantes encontram-se em frente à refinaria com objetivo de realizarem uma manifestação na rodovia Washington Luís.

Índios Tupinikim e Guarani não compareceram à audiência com a Aracruz Celulose, na Vara Federal de Linhares – Espírito Santo (região Sudeste). A proposta apresentada pela multinacional acarretava a renúncia ao direito constitucionalmente indisponível da terra indígena e teria graves conseqüências para o futuro dos povos. Caso eles afirmassem na justiça que suas terras não tinham sido griladas pela empresa no passado esta, “devolveria” parte das terras aos índios. Em nota, os indígenas anunciaram que estão encerradas as negociações com a empresa no âmbito do Judiciário. O líder Tupinikim Jaguareté ressalta: “colocamos a decisão da comunidade de jamais negar nossa identidade, nem a dos mais velhos. Não aceitamos os termos da proposta da Aracruz Celulose de dar nossas terras em troca dessa negação. É uma proposta indecente”. Na nota, a Comissão de Lideranças Tupinikim e Guarani diz que, ao tomar conhecimento da proposta - feita em março deste ano -, decidiu encerrar a discussão naquele Juízo e aguardar a conclusão do procedimento administrativo de demarcação, atualmente parado em Brasília. Os Tupinikim e Guarani irão se reunir em 24/05, para discutir a questão da paralisação do processo em Brasília. Mais uma vez, eles esperam que o governo Federal assuma os compromissos firmados com os indígenas em fevereiro de 2006, na Assembléia Legislativa, quando foi prometida a devolução das terras indígenas, comprovando-se sua legitimidade. As terras já foram reconhecidas como tradicionalmente indígenas por diversos grupos de estudos da Funai. O último em 2006.

A CPT, junto com outros movimentos sociais, realiza um ato público no município de Montes Claros, Minas Gerais (região Sudeste), para denunciar as ações da polícia e cobrar responsabilidade das autoridades, denunciando suas violentas ações, fazendo referência à que ocorreu no último dia 20 contra os quilombolas.

Trabalhadores gaúchos ligados a movimentos sociais e sindicatos fazem manifestações em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) e no interior. A capital tem dois grandes atos, convocados pela CUT e pela Conlutas e Intersindical, que levam pelo menos 6 mil trabalhadores às ruas da cidade. Os protestos reúnem servidores municipais, estaduais e federais, professores, estudantes, comerciários e outras categorias. Há princípio de confronto com a Polícia Militar no centro da cidade. O interior do estado também conta com uma série de mobilizações, reunindo trabalhadores urbanos e rurais em cidades como Livramento e Canoas. Professores e servidores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Rio Grande do Sul trancam o trânsito temporariamente. Em Pelotas, o transporte coletivo fica paralisado durante parte da manhã. Já em Caxias do Sul, trabalhadores bloqueiam a BR 116 e a RS 122. Os trabalhadores do setor metalúrgico páram fábricas em Caxias e Panambi. As manifestações defendem mais investimentos na geração de trabalho e renda para a população.

Professores, pais e alunos da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem manifestação em frente à sede da Prefeitura, no Centro da cidade. Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), cerca de 4 mil pessoas participam da ação em protesto contra as medidas da Resolução 946 da Secretaria Municipal de Educação que acaba com a reprovação no ensino fundamental da rede. Guardas Municipais

e PMs usam gás pimenta contra os manifestantes, alegando conter uma tentativa de invasão do prédio pelos mesmos. Os professores estão em estado de greve e fazem uma paralisação de 24 horas. Uma comissão formada por professores, pais e alunos tenta ser recebida pela secretária de Educação, Sonia Mograbi, mas, segundo uma professora, após 1 hora o grupo não consegue ser atendido e chega a ser retirado à força pela Guarda Municipal. Por e-mail a secretária informa à direção do movimento que solicitou que a comissão fosse formada por 9 representantes: 3 alunos, 3 pais e 3 professores e como não houve mobilização para tal o grupo teria preferido se retirar da sala. Os manifestantes seguem pela Avenida Presidente Vargas e ao chegar à Candelária se juntam a um grupo que, segundo o site oficial do MST, conta com cerca de 5 mil militantes; segundo o Conlutas, são 7 mil manifestantes do MST, Conlutas, PSTU, PSOL, 6.400 servidores do Ibama em greve, bancários, entre outros. A passeata segue pela Avenida Rio Branco, fechando todas as pistas. Ao chegar à Cinelândia, o grupo de professores, alunos e pais segue para o prédio do Ministério da Educação (MEC) e o grupo dos movimentos segue para a Justiça Federal e em seguida para a sede do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Integrantes do MTD, depois de ocuparem a sede da Delegacia do Trabalho em Brasília, no início da semana, conseguem agendar uma audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi. A reunião deve ser marcada para o final de maio e conta com a presença do senador Paulo Paim (PT-RS), para tratar das frentes emergenciais de trabalho em nível nacional. No Rio Grande do Sul, os desempregados terão audiência com o governo do Estado, no próximo dia 28 de maio, para cuidar da criação de pontos populares de trabalho, assentamentos rurais e urbanos e a liberação de mais frentes emergenciais de trabalho. Desde 2001, o MTD já conquistou frentes de trabalho para 1,7 mil desempregados no Rio Grande do Sul. No entanto, o atual governo ainda não implementou nenhuma, embora exista recurso liberado pela Secretaria da Fazenda, de R\$ 2,4 milhões.

Aproximadamente 600 integrantes de diversas entidades ocupam a Usina Hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará (região Norte). Participam da ação a Via Campesina, o MAB e o MST. Os manifestantes têm reivindicações como o cumprimento de acordos como: melhorias na educação e na saúde dos ribeirinhos atingidos pela construção da Barragem de Tucuruí, indenizações às famílias desalojadas pela construção da hidrelétrica, mudanças na política econômica, a reestatização da Vale do Rio Doce, etc. O presidente Lula autoriza o envio de tropas do Exército à região. Na mobilização, a polícia do estado age com violência contra os manifestantes, atira balas de borracha, deixando alguns feridos. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança se diz surpreso com a ocupação já que o governo vinha negociando com os grupos. Mesmo ocupada, a hidrelétrica não deixa de gerar energia. Como explica Yuri Chaves, da coordenação nacional do Movimento. "O pessoal de Tucuruí tem reivindicado há vinte anos soluções para os problemas que a barragem criou para eles e isto não tem sido atendido. O pouco que eles têm conseguido tem sido a custo de mobilizações..." A barragem de Tucuruí foi construída durante a ditadura militar e está localizada no rio Tocantins. A obra expulsou mais de 32 mil pessoas e até hoje muitas delas sequer foram indenizadas. Segundo relatos da época, agentes químicos chegam a ser lançados sobre a mata para forçar a saída da população. Vinte mil pessoas acabam se refugiando na beira do lago e nas ilhas formadas com o enchimento do reservatório, concluído em 1984.

Cerca de 100 integrantes do MST, de acordo com informações do 13º Batalhão da Polícia Militar, fazem manifestação e ocupam o posto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Alguns manifestantes conseguem entrar no prédio e dois carros do 13º batalhão são enviados ao local.

Integrantes do MST bloqueiam rodovias e promovem protestos em todo o Brasil. Cerca de 60 trabalhadores rurais ligados ao MST bloqueiam o tráfego na altura de Dorândia BR 393 (rodovia Lúcio Meira), em Barra do Piraí, no Sul Fluminense – Rio de Janeiro (região Sudeste). A interrupção do trânsito dura cerca de uma hora, mas a situação é tensa com a presença policial. A PM chega a enviar o Batalhão de Choque para o local. Cerca de 19 pessoas são presas: dois dirigentes do MST enquanto caminham em direção ao acampamento Maria Crioula, às margens da via; e os outros já dentro da área ocupada pelas famílias sem-terra desde 15 de abril. As prisões acontecem apesar de os sem-terra terem cumprido o acordo feito com os policiais e deixado o trânsito voltar a fluir. No estado de Pernambuco (região Nordeste), o movimento bloqueia 12 rodovias para exigir o aceleração do processo de reforma agrária.. Um grupo de 100 trabalhadores rurais bloqueia as rodovias fluminenses BR-393, BR-101 e BR-356 em Barra do Piraí - RJ (Região Sudeste). O bloqueio integra parte do Dia Nacional de Mobilização, organizado, em resumo, contra a política econômica e as reformas propostas pelo governo federal e a favor da reforma agrária. Segundo o MST, 19 militantes do movimento foram detidos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro por obstruírem as referidas rodovias.

Segundo organizadores da Jornada de Lutas, cerca de 10 mil pessoas vão à Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF (região Centro-Oeste). Pelo mesmo motivo, servidores do Inbra integram o manifesto. Eles estão em greve desde o dia 15 de maio e querem mudanças no órgão. Segundo José Vaz Parente, diretor nacional da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inbra (CNASI), eles querem a revitalização do Inbra e sua afirmação como instrumento básico da execução da reforma agrária. Para isso, segundo a Confederação, seriam necessários no mínimo mais 10 mil servidores.

Funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) se mobilizam na estação ferroviária da Central do Brasil no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam melhores condições de atendimento à população.

As manifestações na Baixada Santista – São Paulo (Região Sudeste) que paralisam a rodovia Anchieta no sentido Santos-Capital, uma das mais importantes do país, contam com cerca de 400 integrantes da Intersindical, MTST, MST, Sindicato dos Bancários de Santos e Região, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Petroleiros, PCB, PSOL e Movimento Negro. Na mesma jornada, um outro grupo dos movimentos interditou os acessos à Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), na cidade de Cubatão. O acesso à Rodovia Imigrantes em direção a São Paulo também foi fechado. A mobilização paralisou as rodovias por quase 3h ocasionando um congestionamento de cerca de 20 km, segundo a concessionária Ecovias. Pela manhã, os trabalhadores que estavam na Avenida Anchieta abandonaram a via logo que a Tropa de Choque da Polícia Militar (PM) chegou e mostrou disposição em utilizar balas de borracha, bombas de gás e spray de pimenta contra o grupo.

Diversos movimentos tomam as ruas do Recife – Pernambuco (região Nordeste) durante os atos da jornada de lutas contra as reformas do governo. As ações fazem parte do calendário nacional de lutas contra as reformas do governo que visam retirar diversos direitos dos trabalhadores. As atividades tiveram início no campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com um café da manhã e um debate sobre o neoliberalismo além de um almoço vendido a R\$ 1,00 em defesa de um preço popular para o restaurante universitário que está sendo construído no campus. As atividades seguiram com a marcha pela cidade durante a qual dois blocos distintos seguiram pelas ruas da cidade, devido a dissidências dos movimentos. Ambos seguiram sem transtornos até seus destinos e dispersaram-se em seguida.

A Jornada Nacional de Lutas, reúne mais de 5 mil pessoas nas ruas de Florianópolis, capital de Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes de diferentes categorias profissionais, estudantes universitários e secundaristas, integrantes de diversos movimentos sociais e populares, ocupam as duas pontes de acesso à Ilha e incluem na pauta de lutas da Jornada o "Fora Dário", Prefeito do PSDB, envolvido em esquemas de corrupção desvendados pela operação "Moeda Verde", da Polícia Federal (PF). Destacam-se a luta pelo transporte público gratuito e, em especial, a apuração e punição de todos os envolvidos no escândalo de compras de licenças ambientais revelados pela PF na Operação "Moeda Verde", que levou à prisão três secretários municipais, o líder do Governo Dário Berger (PSDB) na Câmara de Vereadores e empresários.

5ª FEIRA 24 – Sem-terra, ligados ao MST e que foram detidos dia 23/05, após um bloqueio do tráfego na altura de Dorândia, BR 393 (rodovia Lúcio Meira), em Barra do Piraí, no Sul Fluminense – Rio de Janeiro (região Sudeste) são liberados. A interrupção do trânsito durou cerca de uma hora, mas a situação foi tensa com a presença policial. Os sem-terra foram liberados durante a madrugada, mas ainda vão responder por processo criminal.

Docentes da Unesp, localizada em São Paulo - SP (região Sudeste), iniciam greve por tempo indeterminado. Os professores da Unesp apoiam o movimento grevista da categoria iniciado na USP e seguido pela Unicamp. Os professores reivindicam mais verbas para a educação pública e repudia os decretos do governador José Serra, entre outras reivindicações.

Motoristas de ônibus, funcionários da Viação Campo Belo, paralisam por 3 horas suas atividades na Zona Sul de São Paulo - SP (região Sudeste). De acordo com o Sindicato dos Motoristas, quase 100% dos veículos da empresa deixaram de circular. A manifestação - motivada pela falta de cumprimento do acordo coletivo que determinava, entre outros itens, a extinção das multas aplicadas duplamente pela CET e pela São Paulo Transporte (SPTrans) - ocorre na entrada de uma das garagens da empresa, que é responsável pelo transporte de cerca de 150 mil passageiros diariamente.

Cerca de 600 integrantes de diversas entidades que ocupam, desde o dia 23/05, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará (região Norte), deixam o local. Participaram da ação a Via Campesina, o MAB e o MST. Os manifestantes reivindicam desde indenizações às famílias desalojadas pela construção da hidrelétrica até mudanças na política econômica e a reestatização da Vale do Rio Doce. Os integrantes do MAB reivindicavam energia para

20 mil famílias na região, pavimentação de estradas e melhorias na educação e saúde, prioritariamente. Os manifestantes conseguem marcar uma reunião com uma comissão da Secretaria Geral do governo Federal, do Ministério de Minas e Energia (MME) e da direção da Eletronorte, para o dia 25 e para os dias 4, 5 e 6 de junho para discutir um plano de desenvolvimento. A desocupação é negociada com o exército que mantinha cerca de 400 soldados no entorno da hidrelétrica. A Eletronorte declara que gasta cerca de R\$ 40 milhões em um programa de ajuda às famílias que foram obrigadas a sair de suas casas. Segundo os manifestantes Tucuruí foi ocupada devido a um confronto com policiais militares durante os protestos organizados por movimentos sociais. A PM nega. O Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) aponta diversas conseqüências sociais e ambientais negativas que surgiram com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. Entre elas o desaparecimento da pesca que sustentava, tradicionalmente, parte da população e problemas de saúde como malária e contaminação por mercúrio além do deslocamento de ribeirinhos e grupos indígenas.

Cerca de 900 servidores do Banco Central, reunidos em assembléia em Brasília – DF (região Centro-oeste) mantêm a greve iniciada em 02/05. Segundo o diretor de Relações Externas do sindicato dos funcionários do BC, Paulo de Tarso Calovi, a greve continua já que o sindicato não aceitou a proposta do governo de 50% de compensação das horas paradas e 50% de desconto na folha de pagamentos, tendo em vista que os servidores concordam apenas em fazer a reposição dos dias parados.

O Juiz Edson Ferreira da 13ª Vara da Fazenda Pública determinou multa diária de R\$ 1 mil a grupos que decidam ocupar qualquer prédio do campus da USP, também negou o pedido do sindicato dos funcionários de adiar por 10 dias o pedido de reintegração de posse da reitoria. A Justiça de São Paulo concedeu também, a pedido da direção da USP, liminar contra o sindicato dos funcionários proibindo piquetes na Cidade Universitária. Segundo a assessoria do Juiz, o sindicato será responsabilizado pelos piquetes, mesmo que estes sejam feitos pelos estudantes. O sindicato não se manifesta sobre a decisão da Justiça. Líderes de estudantes, representantes de entidades de direitos humanos em reunião com o secretário estadual de Justiça Luiz Antonio Marrey, pedem uma solução sem o uso da violência. Ontem, os alunos foram informados que a PM cumpriria o mandato de reintegração de posse às 6h. Uma UTI móvel e um carro do corpo de bombeiros chegaram à reitoria pela manhã, mas o motorista da UTI informou que fora acionado por um professor. Os estudantes permanecem no local. Na USP apenas 5 unidades (Instituto de Física, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; na Educação e na Escola de Comunicação e Artes e no Instituto de Ciências Biomédicas), na Unicamp cerca de 15% dos professores e funcionários aderiram à greve. Antes da crise nas universidades, o governador José Serra envia para Assembléia Legislativa um projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que prevê que em 2008 o governo do Estado não publicará no Diário Oficial do estado, a cada trimestre, o valor dos repasses mensais, previsto e efetuado para as universidades Federais. Caso o projeto não seja modificado pelos deputados, fica comprometido o acompanhamento do valor e de eventuais contingenciamentos de verbas para as instituições no próximo ano.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas oferece 3,37% de reajuste salarial a professores e funcionários. A reivindicação inicial era de reajuste de 3,1% mais

uma parcela fixa de até R\$ 200. Os servidores devem fazer uma assembléia para decidir se aceitam a proposta. A paralisação atinge parte da USP, da Unicamp e da Unesp.

A greve dos Policiais Federais iniciada no dia 22/05 termina. Os policiais reivindicam que a parcela de 30% referente ao acordo salarial assinado com o governo seja paga em duas parcelas; a primeira mês que vem e a segunda em junho de 2008. Uma nova paralisação pode ter início na semana que vem caso o governo não aceite a proposta. O acordo foi feito em fevereiro de 2006 e assinado pelos ministros da Justiça, Márcio Thomas Bastos e do Planejamento, Paulo Bernardo. A greve tem causado filas principalmente nos aeroportos.

Uma comissão brasileira da Via Campesina junto com entidades ambientalistas cobra do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, uma atitude em relação à liberação do milho transgênico pela CTNBio. Representantes da entidade se reuniram com o Ministro no dia 22/05, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A liberação do milho da multinacional Bayer aconteceu no último dia 16/05. As entidades apontam a precariedade da decisão que não levou em conta os possíveis riscos à saúde que os Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) podem causar à população. Segundo especialistas, a capacidade de contaminação do milho transgênico é muitas vezes superior à da soja, por exemplo. A solicitação de liberação desta semente no Brasil é feita por quatro transnacionais, o que pode levar a um monopólio de produção de sementes de milho no Brasil. A próxima pauta da CTNBio é a liberação do milho transgênico da multinacional Monsanto. Segundo Rosângela Cordeira, da direção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e uma das integrantes da comissão, o princípio de precaução e análise de riscos deveria ter sido priorizado na discussão. Ela afirma que não há nenhum estudo que comprove a segurança dos transgênicos.

Cerca de 200 índios Tembés e colonos ocupam a sedes do Inkra e do Pólo da Funai, no município de Capitão Poço – PA (região Norte). Os índios, unidos aos colonos, fazem reféns (incluindo o superintendente do Inkra no Pará, José Cristiano Martins) representantes dos dois órgãos na manifestação. Os indígenas reivindicam que os colonos desocupem a reserva indígena Tembé da região. Por outro lado, os colonos dizem que só saem da terra quando o Inkra conceder algum terreno para alojar as famílias. O impasse na área já dura pelo menos 40 anos, de acordo o Inkra. Os índios ameaçam levar os reféns para a aldeia. Os servidores reféns declararam que estão sendo bem tratados e recebendo alimentação.

6ª FEIRA 25 - Integrantes da Via Campesina, do MAB e do MST se reúnem, no Pará (região Norte), com representantes do governo federal, entre eles, o assessor da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, Denilvo Moraes, e o secretário adjunto da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Geraldo Magela de Trindade. O objetivo da reunião é discutir a pauta dos manifestantes que ocuparam em 23/05 a usina hidrelétrica do Tucuruí no Pará. Entre outros itens, os referidos movimentos sociais reivindicam educação de qualidade no campo, a implementação de projetos de desenvolvimento para os atingidos por barragens e a construção de poços artesianos.

Aproximadamente 300 servidores do Ministério da Cultura, em greve desde o último dia 15, promovem manifestação na Esplanada dos Ministérios em Brasília – DF (região

Centro-oeste). O ato simbólico contou com o lançamento de sal grosso para abrir os caminhos do Plano de Carreira na entrada do Ministério do Planejamento, onde funciona a Secretaria de Recursos Humanos. Os servidores exigem a implementação da proposta do Plano Especial de Cargos da Cultura, acordada em 2005 pelo governo federal e que ainda não foi encaminhada ao Congresso Nacional. Manifestações pela valorização dos serviços do Sistema Federal de Cultura estão sendo realizadas em todo o país, organizadas pelos servidores do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Funarte, do Instituto Palmares e da Biblioteca Nacional.

Professores da USP, localizada em São Paulo – SP (região Sudeste), durante assembléia realizada na universidade decidem manter a greve iniciada em 23/05. A Associação dos Docentes da USP (ADUSP) solicitou à Justiça que o processo de reintegração de posse do prédio da universidade fosse suspenso por 10 dias, no entanto a solicitação foi negada por duas vezes. Os grevistas além de reivindicar aumento salarial apóiam as reivindicações dos estudantes que ocupam a reitoria.

Aproximadamente 300 estudantes da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, trabalhadores do Movimento Terra e Liberdade (MTL), sindicatos, partidos políticos como PSOL, PSTU, Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Conlute, a Conlutas e os movimentos Correnteza, Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP) e Além do Mito; ocupam a Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (região Nordeste). Os ocupantes protestam contra a Reforma Universitária implementada pelo governo Lula e consolidada pela reitora Ana Dayse. A reitora se nega a fazer uma reunião com os ocupantes em seu gabinete, onde estão alojados, alegando que sua integridade física não está garantida. Os estudantes afirmam que aguardam apenas uma oportunidade de diálogo. Os ocupantes reivindicam a construção da Escola Agrotécnica voltada para a agricultura familiar, e não para o agronegócio açucareiro que em grande parte é responsável pela miséria no Estado, e o ampliamiento da assistência estudantil através da abertura do restaurante universitário para todos a preço popular, e a construção de uma nova residência para os estudantes.

Cerca de mil pessoas comparecem à assembléia dos servidores do Banco Central e decidem manter a greve iniciada em 03/05. Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com os ganhos dos fiscais da receita. Atualmente o salário inicial dos analistas do BC é de R\$ 7.082, os fiscais da receita ganham R\$ 10.155. O governo propôs R\$ 8.160, oferta aceita pelos trabalhadores. Falta apenas decidir quando o aumento entrará em vigor. Segundo o diretor de Relações Externas do Sindicato dos Servidores do Banco Central (SINAL), Paulo de Tarso Calovi, os servidores não aceitaram a proposta do governo de parcelar o reajuste salarial referente a 2006 em duas vezes, nem o início do pagamento em janeiro de 2008. Os trabalhadores insistem que alguma parcela do reajuste seja paga ainda este ano. Na semana passada o BC ameaçou descontar os dias parados dos salários de quem aderir à paralisação o que deixou os servidores inclinados a abandonar a paralisação. A resistência à proposta do governo aumentou com a aprovação de um acordo com funcionários da Polícia Federal, concedendo à categoria um reajuste já a partir de setembro.

Dois trabalhadores do metrô de São Paulo (região Sudeste) são demitidos após participarem das paralisações contra a Emenda 3 em abril. Os funcionários não foram readmitidos,

mesmo após muita negociação. A Secretaria de Transportes de São Paulo revogou as demissões de outros três, porém ainda quer investigar a atuação dos que não foram reintegrados. Os funcionários que tiveram a demissão revogada vão cumprir suspensão. O sindicato já informou que vai pleitear na Justiça do Trabalho a readmissão dos desligados.

DOMINGO 27 – De acordo com a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inca (Cnasi), das 30 secretarias do Inca que funcionam no país, 17 estão paradas. No ano passado, o Inca já havia contratado 1,3 mil funcionários, mas de acordo com José Vaz Parente, diretor nacional da Cnasi, o número foi insuficiente para preencher os postos de trabalho vazios. Ele também afirma que o Inca não tem condições de funcionar nas atuais condições. Outro ponto de reivindicação dos grevistas é o posicionamento contra o Projeto de Lei Complementar 01/2007 que limita os gastos com funcionários da União. Esta é a quarta greve do Instituto no governo Lula.

Alunos, pais, professores e funcionários de escolas municipais do Rio realizam uma caminhada, organizada pelo SEPE pela orla do Leme no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a aprovação automática e por reajuste salarial de 30%. A categoria pode decidir entrar em greve por tempo indeterminado a partir da próxima assembléia, que será realizada no dia 05/06 quando os professores farão uma nova paralisação de 24 horas.

O Dia Nacional da Mata Atlântica é comemorado com uma mobilização pela vida no Parque do Ibirapuera – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes saíram da marquise do Parque e foram até o Monumento às Bandeiras. Foram distribuídos adesivos com a frase: “Quer continuar respirando? Comece a preservar”. O evento Viva a Mata 2007 promovido pela SOS Mata Atlântica, ocorreu de 25/05 a 27/05 e reuniu cerca de 75 mil pessoas, em 2006 o mesmo evento reuniu cerca de 60 mil.

2ª FEIRA 28 – Cerca de 60 estudantes da Unesp ocupam um bloco do Instituto de Geociências e Ciências Exatas na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo (região Sudeste). O ato recebe apoio de alguns professores e servidores e pretende reforçar a ocupação da USP na capital paulista, que já dura 2 semanas. Os estudantes da Unesp também reivindicam melhorias na estrutura do campus da universidade no interior e criticam as modificações implantadas pelo governador José Serra. Na Unesp, cerca de 350 professores de outras unidades já aderiram à greve.

Funcionários do Hospital de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul (região Sul) paralisam as atividades. O protesto é contra o atraso no pagamento dos salários dos servidores. O governo do Estado pagou a segunda parcela da folha salarial referente ao mês de março apenas na semana passada. Os salários de abril ainda não foram repassados.

Cerca de 60 pessoas fazem manifestação durante visita do presidente Lula e dos ministros Gomes Temporão (Saúde) e Nilcéa Freire (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres) à Unesp. Os manifestantes protestam contra a falta de verbas na instituição. Na visita à universidade, o governo anunciou medidas de planejamento familiar, como exemplo a diminuição do valor da pílula anticoncepcional em até 90%.

Integrantes do MST entram em confronto com a polícia durante ato realizado na Prefeitura de Taboão da Serra – SP (Região Sudeste). Os manifestantes reivindicam o cumprimento de promessas feitas pelo governo em 2005 que incluem, entre outros pontos, a construção de moradias populares para as 800 famílias que, naquele ano ocuparam um terreno na cidade e constituíram o acampamento Chico Mendes.

Cerca de 800 integrantes do MTST ocupam as sedes da Prefeitura e da Secretaria de Habitação de Taboão da Serra, na Grande São Paulo (região Sudeste). Em frente à prefeitura os manifestantes solicitam a presença do Prefeito de Taboão, Evilásio Farias (PSB), mas são atendidos pelo secretário de governo, Said Jorge de Moraes. De acordo com Gabriel Simeone, um dos coordenadores do MTST, os proprietários do terreno no Parque Laguna teriam acumulado uma dívida de mais de R\$ 15 milhões e devem negociar a dívida com a prefeitura em troca de cessão do terreno. Os manifestantes saíram em marcha da praça central de Taboão até a sede da prefeitura. Os sem-teto reivindicam a retomada das negociações sobre a desapropriação de um terreno no Parque Laguna, bairro da cidade. A guarda municipal reprimiu a manifestação e, segundo o movimento, deteve 4 pessoas e atingiu com tiros outras que participavam do ato. Os sem-teto desocuparam o prédio, mas permanecem em frente ao local.

O Sindicato dos Médicos de Alagoas (região Nordeste) decide entrar em greve por tempo indeterminado. Os médicos alagoanos reclamam de perdas salariais de 300%, no entanto reivindicam reajuste de 50% nos salários. O Governo do Estado, através de uma liminar obtida na Justiça, decretou a ilegalidade da greve e ameaça realizar a demissão coletiva da classe.

Cerca de 100 estudantes de Medicina da Universidade Federal do Piauí (UFPI), localizada em Teresina – PI (região Nordeste), ocupam a frente do hotel Rio Poty, local onde foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Piauí para realizarem um protesto durante a visita do Ministro da Educação, Fernando Haddad, em Teresina. Os manifestantes protestam contra a transferência do Hospital de Doenças Infecto-contagiosas para o Hospital Universitário. Os estudantes foram impedidos de falar com o ministro por sua equipe de segurança, que solicitou reforço policial durante a saída de Fernando Haddad.

Aproximadamente 60 manifestantes, entre estudantes e integrantes do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Paulo (SINTUNIFESP) protestam após o lançamento da Política Nacional de Planejamento Familiar pelo presidente Lula em um evento na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – SP (Região Sudeste). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vaiado e os representantes do sindicato aproveitaram para fazer suas reivindicações, por meio de um megafone. O sindicato da UNIFESP, que tem cerca de 12 mil funcionários, quer reajuste salarial e protesta contra a Emenda 3, que sinaliza perda dos direitos dos trabalhadores. Na quarta-feira, a categoria realiza uma assembléia que pode definir uma greve a partir de 04/06.

Aproximadamente 700 estudantes da USP – SP (Região Sudeste), reunidos em assembléia, decidem manter a ocupação do edifício da reitoria da USP e aprovam a continuidade das negociações com a universidade e com o governo do Estado. A assembléia foi realizada após a reunião de representantes dos estudantes com o secretário estadual de Justiça, Luiz

Marrey. Marrey disse aos manifestantes que estes devem ir à Justiça para tentar reverter as medidas legais que eles entenderem como ilegais. O secretário afirmou que os decretos não ferem a legislação, mas poderia discutir aperfeiçoamentos, “propostas da sociedade”, porém, Marrey admitiu que os decretos não seriam revogados. Segundo os alunos, os decretos colocam em risco a autonomia universitária. Para o diretor do sindicato dos funcionários da universidade, Magno de Carvalho “o governo quer empurrar o caso à Justiça para arrastá-lo por anos.”

Servidores de 32 universidades federais iniciam greve por tempo indeterminado. Segundo a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). Os servidores reivindicam a retirada de um projeto de lei, que limita a expansão dos gastos com pessoal em 1,5% acima da inflação, melhores salários e protestam contra a transformação de hospitais universitários em fundações estatais. Os grevistas solicitam também o aumento no piso da categoria. O Ministério da Educação declarou que a greve em nada contribui para os avanços das negociações em curso. A paralisação afetará também o funcionamento das bibliotecas, laboratórios, restaurantes e hospitais universitários.

Cerca de 500 estudantes protestam, no centro de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) contra o reajuste das tarifas de ônibus na região metropolitana. Os manifestantes bloqueiam uma das principais avenidas da cidade. Muitos estudantes permanecem sentados por mais de duas horas diante do terminal central de ônibus e o trânsito precisou ser desviado. A tropa de choque acompanhou de perto o protesto. Após o bloqueio, os manifestantes seguiram em passeata pelas principais ruas do centro. A ação dos estudantes mobilizou a secretaria da Segurança, a Promotoria Pública e o comando da Polícia Militar, que temem que policiais e estudantes entrem em confronto, como aconteceu há dois anos, em protestos também contra ao aumento de tarifas. O aumento de 5,5% no cartão e de 14,3% em dinheiro superou todos os índices de inflação acumulados nos últimos doze meses.

3ª FEIRA 29 – A Ouvidoria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (região Sul) afirma em nota que irá solicitar à Corregedoria da Brigada Militar a instauração de procedimento para investigar as denúncias feitas por famílias do MST acampadas em Pedro Osório. Na semana passada, sem-terra acampados às margens da BR 116 denunciaram que vêm sofrendo ameaças e abuso de autoridade por parte de policiais. A Ouvidoria também deve encaminhar o pedido à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Servidores de universidades Federais de todo o Brasil iniciam sua greve. Eles querem melhorias no plano de carreira e pagamento de benefícios, como plano de saúde. Os funcionários também criticam o projeto de lei que regulamenta a greve dos servidores públicos. Servidores da UFRGS e da UFSM acompanham a decisão.

Professores da USP – São Paulo (região Sudeste) em Assembléia que contou com 156 dos 5.222 docentes, decidem manter a paralisação parcial. Os docentes reivindicam reajuste salarial e mantêm o apoio aos alunos que ocupam a reitoria há cerca de 26 dias para reivindicar a revogação dos Decretos 51.460, 51.461, 51.471, 51.636 e 51.660 do governador José Serra, que interferem na autonomia das universidades públicas. Além da revogação dos decretos, os estudantes

querem a contratação de professores, melhoria da infra-estrutura da universidade, ampliação das vagas na moradia estudantil, a democratização da Universidade: o Conselho Universitário aberto à participação de estudantes, funcionários e professores, com direito a voz e voto além da discussão de eleições diretas para reitor e que nenhuma punição, sindicâncias ou demais processos administrativos e repressivos sejam tomados contra os alunos com relação à ocupação da Reitoria que se deu devido à ausência do representante legal da Reitoria. Dois ônibus da Tropa de Choque da PM entraram na USP assustando os alunos que temiam o cumprimento da ordem de reintegração de posse da reitoria. Segundo a PM, os veículos erraram o caminho quando iam para o Instituto de Criminalística, também no Butantã. Professores e funcionários da Unicamp e da Unesp permanecem em greve parcial para reivindicar entre outras coisas a revogação dos decretos.

Funcionários da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba – PR (região Sul), paralisam suas atividades como parte de uma mobilização nacional (estão em greve outras 32 universidades federais). De acordo com José Carlos Assunção Belotto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Paraná (SINDITEST), estão paralisados os serviços do restaurante universitário, os funcionários técnico-administrativos e alguns setores do Hospital de Clínicas. Segundo o SINDITEST, o comando de greve criou comissões para acompanhar a paralisação, entre elas, uma de ética, que avaliará constantemente os procedimentos, a fim de que os serviços essenciais sejam mantidos e a população não seja prejudicada. Eles reivindicam o reajuste salarial da categoria e lutam contra a perda de direitos trabalhistas e também para que os hospitais universitários não se transformem em fundações estatais. Os servidores das universidades federais são contra a exigência de dois terços da categoria numa assembléia para entrar em greve. São a favor da retirada do projeto de lei (PLP01/07), que limita os gastos do funcionalismo público em 1,5% ao ano, até 2016.

Entidades e sindicatos entregam à Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa uma emenda que exige a aplicação dos 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências nos serviços de saúde pública. A emenda conjunta é anexada à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias do governo, que define o orçamento para o próximo ano. Apesar de a medida estar na Constituição, o governo Estadual ignora a norma legal. Atualmente, o governo deve à saúde pública gaúcha cerca de 1 bilhão e 500 milhões de reais.

Sindicalistas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – Rio de Janeiro (região Sudeste) adotam posição de greve e defendem, em assembléia, a paralisação da categoria a partir do dia 30/05. Os trabalhadores, que recusaram as duas propostas de reajustes apresentadas pela CSN, reivindicam a reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aumento real de 6%, além de um plano de recuperação das perdas acumuladas nos últimos 14 anos.

Servidores do Ibama, reunidos em assembléia realizada na sede do instituto em Amazonas (região Norte), decidem voltar à greve em protesto contra a medida provisória que divide as atividades do Instituto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A greve do Ibama, iniciada em 04/05, foi interrompida no dia 18, quando uma liminar da

Justiça Federal determinou o retorno imediato de 50% dos servidores ao trabalho, além de uma multa diária de R\$ 5 mil às associações dos servidores nos Estados que desobedecessem à liminar.

4ª FEIRA 30 – O MAB realiza reunião com o Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O encontro é resultado da ocupação realizada pelo movimento na hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. As famílias atingidas pela barragem, construída há 20 anos, ainda vivem sem condições de moradia, saneamento e emprego. O MAB também defende a redução nas tarifas de energia elétrica.

Funcionários municipais de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) decidem manter a greve, que chega a seu nono dia. O encontro reúne milhares de servidores, que depois seguem em marcha até a Prefeitura Municipal. A categoria defende reajuste acima dos 3%, apresentado pela Prefeitura.

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) organiza para o dia 1º de junho um protesto em frente à agência central do Banrisul, na capital. A manifestação ocorre no mesmo momento de mais uma assembléia de acionistas do banco. A reunião aprofundará as decisões realizadas durante a assembléia do dia 30 de abril, quando foram aprovadas mudanças no estatuto, que indicaria a privatização do Banrisul, na avaliação do Sindicato.

Após audiência com o presidente Lula, o presidente da UNE, Gustavo Petta declarou que haverá novas ocupações e reitorias na próxima semana. As ocupações têm como objetivo pressionar o governo a fornecer uma ajuda financeira a alunos carentes. Petta pediu ao presidente a criação de política de assistência aos estudantes para ajudar a pagar despesas como transporte, alimentação e moradia. A verba anual solicitada foi de R\$ 200 milhões.

Médicos peritos do INSS realizam uma paralisação nacional de 48 horas em protesto pela morte do perito José Rodrigues de Souza, 60 anos. O perito foi baleado na cabeça no dia 29/05, dentro de um posto do INSS, em Patrocínio – Minas Gerais (região Sudeste). De acordo com a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência (ANMP), a categoria exige um pronunciamento público por parte do ministro da Previdência, Luiz Marinho, se comprometendo com a segurança da perícia médica. A paralisação interrompe os serviços de perícia médica para trabalhadores que buscam benefícios por incapacidade, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Estudantes da Unesp – São Paulo (região Sudeste) ocupam pelo menos cinco campus da universidade. Em Franca, um grupo de 30 estudantes mantém a ocupação da vice-diretoria. Houve manifestação na unidade de Presidente Prudente com cerca de 70 estudantes ocupando o prédio da administração. Os protestos se estendem aos campus da Ilha Solteira, Rio Claro e Assis onde o saguão do prédio da diretoria foi ocupado. Assim como os alunos da USP, os estudantes da Unesp afirmam que os decretos do governador José Serra ferem a autonomia universitária, ao tentar gerenciar a dotação orçamentária das universidades públicas, os estudantes também reivindicam obras de infra-estrutura nos prédios, vagas nos alojamentos e contratação de professores e funcionários.

Servidores da UNIFESP localizada em São Paulo – SP (Região Sudeste) decidem, em assembléia, paralisar os serviços aderindo à greve geral e manter em funcionamento apenas o hospital universitário da UNIFESP. A categoria reivindica, prioritariamente, a incorporação das gratificações e a recomposição salarial correspondente ao período de janeiro 1995 a dezembro de 2006, além da retirada do projeto de Lei Complementar 01/2007 que, segundo a coordenadora da entidade, Maria José da Conceição, “ameaça flexibilizar os direitos trabalhistas dos servidores”.

Cerca de 600 estudantes realizam protesto em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) contra o reajuste nas tarifas de transporte coletivo na capital catarinense. A PM barrou o acesso dos manifestantes na Avenida Beira-mar, entrando em confronto com os estudantes fazendo uso de spray de pimenta. Três adolescentes foram detidos pela PM.

Servidores do Ibama cercam a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em protesto contra a aprovação da Medida Provisória 366/07, que prevê a divisão do Ibama e a criação do Instituto Chico Mendes. Os manifestantes aproveitaram a presença da ministra Marina Silva, que participava da abertura da 50ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestarem. Segundo os servidores do IBAMA, a Medida Provisória causaria o enfraquecimento da gestão ambiental. A ministra, em resposta ao protesto, afirmou que, apesar de estar aberta ao diálogo, não existe qualquer possibilidade de modificação na decisão por parte do ministério.

Integrantes do Movimento Rio de Paz organizam um ato público contra a violência em frente ao Congresso Nacional em Brasília – DF (região Centro-oeste). Varais com mais de 15 mil lenços brancos foram montados para representar o mesmo número de mortes por assassinato no Brasil desde o início de 2007. A iniciativa envolve os Estados do Rio e de Goiás, além do Distrito Federal, e conta com a presença de entidades da sociedade civil, como o “Viva Rio” e o “Sou da Paz”.

5º FEIRA 31 – O Movimento “Rio Unido contra a violência” organiza manifestação com parentes e amigos de vítimas da violência. Cerca de 100 pessoas, segundo a PM, participaram da manifestação contra a violência na escadaria da Câmara dos Deputados no centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). O grupo liderado por Tico Santa Cruz, da banda de rock “Detonautas” fez uma passeata da Igreja da Candelária até a Cinelândia. Os manifestantes reivindicam o fim da violência e protestam contra a corrupção e a impunidade além de exigir das autoridades programas de políticas públicas eficientes para resolver os problemas da saúde, da educação e da habitação. Outros estados como Sergipe, Minas Gerais, São Paulo e Goiás estão aderindo ao movimento, assim como ocorrem manifestações de brasileiros na cidade de Los Angeles -Califórnia, nos EUA, em frente ao Consulado Brasileiro.

Aproximadamente 600 estudantes realizam uma manifestação pelas avenidas de Florianópolis - Santa Catarina (região Sul). Segundo o Jornal Folha de São Paulo, a PM teria divulgado que cerca de 3.500 manifestantes se reuniram em frente a principal terminal de ônibus da cidade para dar início ao percurso metropolitano. Também houve protestos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os estudantes, que protestam contra o

aumento no preço das passagens de ônibus na Região Metropolitana, percorrem várias vias da cidade, porém foram impedidos de entrar na Avenida Beira-mar pelos policiais. A tropa de choque acompanhou de perto o protesto, mas não houve conflitos violentos. Cerca de 700 policiais cercaram os manifestantes para impedir-lhes o acesso à Avenida Beira Mar Norte. Eles usaram gás lacrimogênio, spray de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha. Quatro estudantes foram presos e em seguida liberados; seis policiais ficaram feridos. Outros três jovens foram detidos em 30/05 e mais um dia 29/05. A tarifa na capital foi reajustada em até 14% - a passagem mais usada passou de R\$1,80 para R\$1,90.

Pelo terceiro dia consecutivo, moradores da região Norte do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam protestos na RST-480. Eles exigem melhorias na estrada, que há 30 anos está em más condições. Os manifestantes são apoiados pelo MAB.

Cerca de 10 mil estudantes vão às ruas para manifestar sua posição contrária aos decretos do governo de São Paulo em relação às universidades públicas. Sob pressão, o governador José Serra (PSDB), alterou pontos polêmicos das leis que, segundo estudantes e professores, ferem a autonomia universitária. O novo decreto não revoga o anterior, mas estabelece que as universidades continuarão a gerenciar a conta onde sua verba é depositada. Outra modificação diz respeito ao fato de que as universidades terão que prestar contas sobre suas movimentações financeiras, mas não precisam pedir autorização para remanejamento de dinheiro. As três universidades foram excluídas da ingerência da Secretaria do Ensino Superior. A integrante do movimento de ocupação da USP, Daniela Alarcon, afirma que além da restrição de sua autonomia, as universidades sofrem com falta de verbas e democracia. “Essa é uma das batalhas que nós estamos travando com o governador, mas simplesmente tirar esses decretos não resolve, longe disso, todos os problemas da universidade. O que acontece é que nós voltamos a um estado anterior em que a universidade já tinha uma série de problemas e o movimento estudantil, o movimento dos professores e dos funcionários deve continuar se articulando. Alunos, funcionários e professores da USP, Unicamp, Unesp e Fatecs fazem ato na zona Oeste de São Paulo (região Sudeste). Segundo os organizadores cerca de 5 mil manifestantes estavam no ato, segundo a polícia, 2 mil, segundo o jornal a Folha de São Paulo, 3 mil, a Agência Notícias do Planalto contabiliza, 10 mil. Os manifestantes partem do campus da USP e tentam chegar até o Palácio dos Bandeirantes. O grupo é barrado por 500 policiais a 1 km do final do ato. Segundo a polícia, há cinco tentativas dos manifestantes de furar o bloqueio. Para contê-los, os policiais usam spray de pimenta. Um aluno recebe um golpe no joelho e na barriga durante o confronto e outro é detido. Uma comissão é recebida no Palácio pelo secretário adjunto da Casa Civil, Humberto Rodrigues e pelo assessor do governador Gustavo Húngaro, mas não há acordo nem a liberação da passeata. Os estudantes permanecem ocupando a reitoria.

Moradores e comerciantes da Vila Cruzeiro no Complexo do Alemão (conjunto de 17 favelas sendo uma delas: Vila Cruzeiro), Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem ato Ecumênico na praça e colocam bandeiras brancas nas janelas. A ocupação policial da favela completa 30 dias, os confrontos no local já deixaram 61 feridos e 17 mortos sendo, a maioria, moradores. Cerca de cem mães de estudantes mobilizam-se na porta de uma escola

para reivindicar que professores e diretores resolvam o caso de seis escolas e três creches na comunidade que estão fechadas desde que os confrontos tiveram início. Aproximadamente 4.500 crianças estão sem aulas. Aproveitando a manifestação das mães, comerciantes e moradores protestaram afirmando que não conseguem trabalhar já que, por conta dos tiroteios, as linhas telefônicas da área foram prejudicadas e o reparo não é feito devido à falta de segurança.

Servidores administrativos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) paralisam vários setores do campus de Goiabeiras, em Vitória - ES (região Sudeste). Encontram-se interrompidos os serviços de biblioteca, o restaurante universitário, a assistência em laboratórios e a limpeza da instituição. De acordo com a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores da UFES (SINTUFES), Janine Teixeira, o atendimento ao público está totalmente paralisado e caso as negociações não avancem, o sindicato pretende paralisar também os serviços de internação e o pronto-socorro do Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (HUCAM). A categoria protesta contra a proposta do governo federal em transformar os hospitais universitários em fundações estatais com autonomia própria e um novo modelo de gestão. O sindicato também é contra o congelamento dos salários proposto por um projeto do governo federal que prevê o corte de gastos até 2016, com o objetivo de reduzir as despesas da União com pessoal e encargos.

A fábrica da Cipla/Interfibra – uma empresa do ramo plástico – é assumida pelos seus funcionários depois de decretar falência. Com o uso de violência, cerca de 150 homens da Polícia Federal invadem as instalações da empresa em Joinville – Santa Catarina (região Sul). A ação cumpre o pedido feito pelo INSS e é dirigida por Tarso Genro. Os trabalhadores haviam ocupado a sede da fábrica em 2002 sem paralisar as atividades. Até hoje não receberam dos proprietários da empresa salários atrasados e outros direitos trabalhistas, entretanto acumularam as inúmeras dívidas dos proprietários da Cipla. Cerca de 80% desta dívida é com os cofres públicos, como o Fundo de Garantia e benefícios do INSS, recolhidos e não depositados. Os trabalhadores já tentaram, sem êxito, a ajuda do Executivo para a estatização da empresa. Eles confessam estar surpresos com a ação de intervenção, uma vez que o governo é o maior lesado pela dívida dos proprietários. Segundo Serge Goulart, coordenador do Conselho de Fábrica da Cipla, outra reivindicação é que o governo retire esta intervenção imediatamente. Alguns trabalhadores estão acampados em frente à fábrica, mobilizados para um grande ato de protesto nacional previsto para o dia 13 de junho. Outros funcionários continuam trabalhando, mas pretendem instituir uma greve geral, contra o novo interventor. Segundo Serge, ele é um indicado pelo antigo proprietário da Cipla. Trabalhadores do Movimento das Fábricas Ocupadas fazem protestos em Joinville e em Sumaré – SP.

SIGLAS:

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
BC	Banco Central
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego

CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única de Trabalhadores
DCE	Diretório Central de estudantes
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarte	Fundação Nacional de Artes
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

FONTES:

Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

EQUIPE:

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Assistentes de Pesquisa: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Com contribuições de: - Anderson Andrade (LPP-UERJ), Jane Barros Almeida (UFF), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Luiza Leite (LPP-UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ).

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Junho

Junho

6ª feira 01

Cerca de 5 mil pessoas participam de ato organizado por alunos, professores e funcionários da Universidade de São Paulo (USP) em frente ao Palácio dos Bandeirantes em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam contras os decretos do governador de São Paulo, que ameaçam a autonomia das universidades estaduais e pedem melhorias no ensino. A polícia entrou em conflito com os manifestantes que foram impedidos de se aproximarem do Palácio. Os alunos que tentaram furar o bloqueio foram atingidos por spray de gás de pimenta, disparado pelos policiais. Uma comissão de 13 representantes de estudantes, funcionários e professores das três universidades estaduais paulistas foi recebida no Palácio dos Bandeirantes pelo secretário-adjunto da Casa Civil, Humberto Rodrigues da Silva e pelo secretário da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira. Após a reunião, o secretário estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, condicionou o avanço das negociações entre governo e manifestantes à saída imediata dos estudantes da reitoria da USP.

Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) e militantes de sindicatos ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ocupam a fazenda Santa Isabel em Castilho – São Paulo (região Sudeste). Segundo a PM, cerca de 60 pessoas participam da ação que tem como objetivo cobrar agilidade da Justiça no processo para transformar a área em assentamento. O dono da fazenda informou que entrará na justiça com o pedido de reintegração de posse. Segundo o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) esta é a 45ª ocupação no estado este ano. Professores da rede estadual de pelo menos 5 estados estão em greve no País. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, há paralisações do magistério no Amapá (região Norte), Goiás (região Centro-oeste), Bahia, Maranhão e Paraíba (região Nordeste). As categorias defendem aumento salarial e melhores condições de trabalho.

Um grupo de índios da etnia metyktire (caiapós), que haviam optado pelo isolamento a cerca de 50 anos no Sul do estado do Pará (região Norte), segundo informações da Fundação Nacional do Índio (Funai), percorrem por 5 dias cerca de 100 Km na floresta Amazônica e atravessam a divisa com o estado do Mato Grosso (região Centro-oeste), para fugir do ataque de garimpeiros e madeireiros. Os 87 índios estão refugiados na aldeia Kapot ocupada por índios da mesma etnia, mas que optaram por manter contato com o homem branco nos anos 50. A Funai não tem informação se ainda restam índios da metyktire no local nem se há feridos ou mortos. Por precaução a Funai determinou que o contato com os metyktire fique restrita aos índios da aldeia Kapot e que os indígenas que mantém contatos rotineiros com homens brancos sejam vacinados. O contato com a Fundação ocorre via

rádio. A pista de pouso da aldeia foi interditada, os metyktire estão em uma aldeia a 2Km da Kapot e uma equipe da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) está de prontidão. O primeiro contato com os índios de Kapot ocorreu no último dia 24, segundo os índios os metyktire estavam muito assustados. Entre o sul do Pará e o norte do Mato Grosso vivem cerca de 7 mil caiapós.

Cerca de 4 mil manifestantes participaram do quarto dia consecutivo de protestos contra o aumento nas tarifas de ônibus em Florianópolis- Santa Catarina (região sul). Aproximadamente mil policiais foram destacados para reprimir o protesto. A polícia impediu que a manifestação seguisse o caminho da avenida Beira-Mar, arremessando bombas de gás lacrimogêneo e disparando tiros de balas de borracha. Cerca de cinco pessoas ficaram feridas e outras seis foram detidas, mas já liberadas. “A tática da polícia foi respaldada pelo Ministério Público desde o primeiro dia de manifestações”.

Sábado 02

Metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entram em greve. Os trabalhadores reivindicam o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pleno e 6% de aumento real. A proposta de empresa é de reajuste salarial de 5% incluído o INPC e um abono de R\$ 2 mil. Trabalham na empresa cerca de 7 mil pessoas. Os trabalhadores rejeitaram proposta da CSN e deflagraram greve. Esta é a primeira greve na empresa em 17 anos.

Domingo 03

Cerca de 200 pessoas realizam ato no Largo da Penha, no Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra a violência no local, a ocupação policial na Vila Cruzeiro (uma das 17 favelas do Complexo do Alemão), e pedem a volta às aulas nas seis escolas e três creches da região que estão paradas devido á violência. Antes do protesto houve uma missa que reuniu cerca de 300 pessoas em homenagem as vítimas da violência do local.

O Ministério Público (MP), a prefeitura e moradores da cidade de Juruti no estado do Pará (região Norte) protestam contra a chegada da empresa americana de alumínio, Alcoa. Apesar de ter gerado empregos na região a empresa trouxe funcionários, gente de fora da cidade a procura de empregos e problemas como a contaminação da água, a invasão de assentamentos e uma série de danos sócio ambientais. A cerca de duas semanas a prefeitura e o Ministério Público pediram a Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), a suspensão das licenças da Omnia Minérios, subsidiária da Alcoa no Brasil. A empresa alega que o poder público é que não se preparou e não tem conseguido garantir o desenvolvimento sustentável. A população que até 2006 era de 37 mil habitantes aumentou cerca de 30%, a frota de carros que era de 17, duas caminhonetes, 11 caminhões e 2 microônibus hoje está em torno de 500 veículos. O problema mais grave enfrentado pela população local é a epidemia de hepatite A que segundo o MP, foi causado pelo despejo de dejetos nos igarapés e no lago que abastece a cidade. Moradores ainda denunciam um

desmatamento na área de dois assentamentos que ficam em Juruti Velho, as árvores estariam sendo enterradas. Em um deles uma ferrovia para escoar o minério estaria sendo construída, no outro, árvores inclusive castanheiras, estão sendo derrubadas para construção de estradas e de instalações da mina. Segundo relatório do MP os nove mil moradores de Juruti Velho foram ignorados pelo estudo de impacto ambiental. Os moradores ameaçam ocupar as instalações e incendiar os equipamentos da empresa. Segundo o líder comunitário Geordenor Guedes, quando a empresa chegou ao local deu aos moradores bicicletas e sandálias, “como fizeram os portugueses com os índios no passado”. A Alcoa argumenta que o desmatamento é legalizado e que a área foi liberada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral antes da criação dos assentamentos pelo Inbra.

2ª Feira 04

Pescadores da Baía de Guanabara, organizados em barqueata, saem de Niterói até a Praça XV, de onde seguem a pé, até a sede da Petrobrás, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo dos manifestantes é protestar contra a falta de indenização sobre as perdas que ocorreram com o vazamento de mais de um milhão de litros de óleo de um navio da estatal Petrobrás, em 2000. Os pescadores argumentam que perderam todos os materiais de trabalho em virtude do acidente que causou o desastre ambiental. Representantes dos pescadores se reuniram com diretores da Petrobrás, no entanto, não houve acordo, mas, segundo um dos líderes do movimento, Daniel Freire, a Petrobrás garantiu que quer pagar a dívida.

Manifestantes fazem ato em frente à Câmara dos Vereadores de São Paulo - SP (região Sudeste). Segundo a Polícia Militar (PM), cerca de 4 mil pessoas participaram do ato que teve início no Viaduto do Chá para reivindicar a regulamentação das Casas de Bingo. No Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), cerca de 100 pessoas lideradas pela Associação Civil dos Trabalhadores em Casas de Bingo do Estado do Rio (ATBingos) promovem passeata na Praia de Copacabana. Segundo Edna Barbosa, presidente da ATBingos, dos 108 países membros da Organização Mundial de Turismo, somente o Brasil não tem leis permitindo o jogo.

Professores, estudantes e autoridades públicas lotam o auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa, para discutir saídas para a crise da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) (região Sul). O movimento em defesa da Uergs pretende realizar um estudo para garantir mais recursos para a instituição no Plano Plurianual. Eles reivindicam também a garantia da realização de vestibular, suspenso há dois semestres, e a eleição direta para a reitoria. Os estudantes querem ainda mais verbas para melhorar a infraestrutura das unidades. Uma das propostas é destinar 0,5% da receita líquida do ICMS à Uergs. O grupo tentará reunião com a governadora Yeda Crusius.

Empregados do setor de limpeza pública do Espírito Santo decidem entrar em greve por tempo indeterminado. A paralisação foi decidida durante uma assembléia geral realizada na noite anterior em Vitória – ES (região Sudeste). Serviços de coleta de lixo, jardinagem e de varrição estão paralisados. A categoria reivindica um reajuste de 15% no salário-base que é de R\$ 515,00 e um aumento de R\$ 70,00 no auxílio para alimentação, além de melhoria das

condições de trabalho e saúde dos profissionais do setor, que arriscam a própria saúde para prestar um importante trabalho para a sociedade, trabalho este que, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Asseio, Conservação e Limpeza Pública (SINDILIMPE), José Luís Rodrigues, não é valorizado pela sociedade.

Servidores do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), em Brasília – DF (região Centro-oeste), decidem entrar em greve por tempo indeterminado. Os servidores do DATASUS reivindicam o pagamento de uma gratificação por antecipação de plano de carreira. A paralisação compromete o suporte de informática no processo de planejamento, operação e controle de 64.275 estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país.

Um grupo de 20 alunos e seis servidores da USP, São Paulo (região Sudeste), reúnem-se pela 11ª vez com a reitora Suely Vilela para discutir o fim da ocupação, mas não há acordo. Estudantes, professores e funcionários permanecem em greve e a reitoria segue ocupada. Os estudantes comemoraram um mês da ocupação com uma festa Junina que teve início no domingo e término na noite de hoje.

Cerca de 500 trabalhadores de uma fábrica da LG realizam uma manifestação ocupando uma faixa marginal à via na Rodovia Presidente Dutra em de São José dos Campos – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra o fechamento da LP Displays (antiga Philips), anunciado para os trabalhadores em 02/06. A decisão de encerramento das atividades da empresa, que fabrica tubos de imagem para televisão, irá gerar a demissão de aproximadamente 1.200 funcionários.

3º Feira 5

Professores, pais e alunos da rede municipal do Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem passeata pelo Centro da cidade durante a manhã. Aproximadamente 1.500 pessoas participaram do ato segundo a PM e 2 mil segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe). Os manifestantes fecharam duas pistas de uma das principais avenidas do Centro (AV. Rio Branco). A passeata seguiu para a Câmara dos Vereadores onde foi votada a resolução 946 que determinada a implantação do sistema de ciclos e o fim da reprovação nas escolas do município. A Câmara derrubou a resolução. Os cerca de 200 professores que acompanhavam a votação comemoraram o resultado cantando o Hino Nacional. Os professores ainda reivindicam aumento de 30% do piso salarial.

Funcionários do setor administrativo da Polícia Federal (PF) deflagram greve por 48 horas. Em São Paulo (região Sudeste), segundo o Sindicato dos Servidores do Plano Especial de Cargos (Sinpecpf) a adesão é de 100% mas a mobilização não atingiu os serviços de emissão de passaportes e de fiscalização nos aeroportos. No Rio de Janeiro (região Sudeste), a adesão foi “mínima” conforme o sindicato. O estado do Pará também não aderiu ao movimento. De acordo com o Sinpecpf tramitação de inquéritos, o andamento de operações, a emissão de passaportes e a prorrogação de vistos foram atingidos pela greve. Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com outras categorias da PF. Semana passada, após mobilização, delegados, peritos e agentes aceitaram reajuste de 30%

oferecido pelo governo federal além da definição de um plano de cargos. Os servidores reivindicam que o Ministério do Planejamento encaminhe para o Congresso o projeto de reestruturação do plano de cargos, que garantiria aumento de salário para a categoria e abriria cerca de três mil vagas para preenchimento por concurso público. O Ministério do Planejamento informa que marcou para o dia 13 uma reunião com representantes do sindicato.

Cerca de 300 estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) ocupam a reitoria da instituição. Os estudantes são contra a proposta de reforma universitária do governo federal, defendem redução na taxa de inscrição do vestibular de R\$ 100 para R\$ 50, a construção de um restaurante universitário no prédio do curso de Educação Física além de uma política de 20% de cotas para negros e 20% para pobres na UFRGS. A ocupação também é em apoio aos estudantes acampados na reitoria da USP há mais de um mês. No Rio Grande do Sul, estudantes também ocupam a reitoria da UFSM. Também ocorrem ocupações na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde respectivamente 30 estudantes ocupam o saguão da reitoria e 100 ocupam duas salas também da reitoria, sendo uma delas a do reitor. Na UFPE os estudantes reivindicam aumento da verba de assistência estudantil de 8% para 14% do orçamento, ampliação do número de bolsas à alunos, reativação do restaurante universitário e creches para filhos de alunos e de professores. Na UFPR os estudantes reivindicam um Plano de Assistência estudantil, linhas de ônibus entre os campi da universidade e a utilização da rádio e da TV universitária pelos alunos.

Perueiros, que integram parte da frota de microônibus, paralisam suas atividades nas zonas sudeste, leste e norte da cidade de São Paulo - SP (região Sudeste). Os motoristas protestam contra as novas regras de remuneração pelo transporte de passageiros, publicadas no Diário Oficial de São Paulo em 02/06, já que as novas regras reduziram o valor recebido pelos transportadores por passageiro. Com a paralisação, cerca de quatro mil veículos não operam em 254 linhas, afetando aproximadamente 3 milhões de usuários.

Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) protestam em Brasília – DF (região Centro-oeste) contra a medida provisória que desmembra a instituição e cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Em greve desde o dia 14/05, os trabalhadores protestam em frente ao Ministério do Meio Ambiente e do Palácio do Planalto em Brasília – DF (região Centro-oeste). A nova autarquia seria responsável por controlar as unidades de conservação da natureza. Para os trabalhadores, a medida enfraquece o Ibama e prejudica a fiscalização ambiental. De acordo com o presidente da Associação dos Servidores do Ibama (ASIBAMA), Jonas Corrêa, a medida provisória é uma atitude arbitrária e autoritária do governo.

A transnacional Syngenta Seeds entrou com recursos judiciais que suspenderam o decreto de desapropriação de um campo experimental e agora, pressiona o Governo do Paraná (região Sul) a expulsar, com força policial, os agricultores e agricultoras do acampamento Terra Livre. Cerca de 120 famílias ocuparam a área há mais de um ano. A transnacional cultivava ilegalmente soja e milho transgênicos na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Os camponeses exigiam que a Syngenta pagasse a multa de R\$ 1 milhão, imposta pelo Ibama. Em novembro de 2006, o Governo do estado do Paraná

desapropriou o campo experimental, destinando a área para pesquisas em Agroecologia. Até o momento, a Syngenta não pagou a multa que deve aos cofres públicos brasileiros. Mais de 300 entidades civis do Brasil e do exterior enviam manifestações pela desapropriação da área de cultivo ilegal de soja e milho transgênicos, dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, Oeste do Paraná (região sul) que guarda uma das maiores riquezas da biodiversidade do mundo: as Cataratas do Iguaçu. Segundo o agrônomo Valdir Izidoro Silveira, presidente da Claspar e especialista em produtos geneticamente modificados, enquanto a Syngenta aposta na impunidade da legislação do povo brasileiro, ao tentar, através de manobras jurídicas, retomar área de cultivo ilegal de transgênicos no Paraná, entidades civis nacionais e internacionais condenam a empresa e apóiam a decisão do governador Roberto Requião em manter a desapropriação do espaço de experimentos. "desenvolver experimentos perigosos para o meio ambiente e à saúde humana em outras áreas, que representem riscos para outros povos e não para seus compatriotas, é a estratégia da Syngenta, que agora faz de tudo para manter este privilégio". Silveira ressalta que "a biotecnologia é muito importante para a Syngenta. Entre 2001 e 2002, a empresa foi responsável pela maior contaminação genética da história, quando vendeu ilegalmente sementes transgênicas de milho BT10 aos agricultores nos Estados Unidos. Este milho transgênico entrou nos sistemas alimentares dos humanos e de animais. As implicações do decreto de desapropriação do campo experimental da Syngenta são significativas para os movimentos sociais e para os interesses transnacionais e brasileiros do agronegócio. A decisão do Estado do Paraná em desapropriar a terra de uma empresa transnacional do agronegócio é sem precedentes no Brasil, e em todo o mundo".

Estudantes, membros do Movimento Passe Livre, Fórum da Cidade e União Florianópolis de Entidades Comunitárias protestaram em frente ao shopping Iguatemi, Florianópolis- Santa Catarina (região sul). No dia mundial do meio ambiente, cerca de 150 pessoas cobraram punições dos envolvidos no esquema de venda de licitações sem os devidos estudos de impacto ambiental. Construído ao lado de um mangue, o shopping Iguatemi é um dos símbolos do crescimento desordenado da capital catarinense. Ainda, foi agendado um debate com o prefeito na reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina para pressionar Berger a baixar o preço da tarifa de ônibus, que é a segunda mais cara do país.

4ª Feira 06

Servidores das universidades federais gaúchas realizam mobilização em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) como parte da greve nacional da categoria contra o projeto de lei que limita despesas com o funcionalismo público. Os servidores defendem a manutenção do direito de greve e aumentos salariais. A concentração ocorre no saguão da reitoria da UFRGS, ocupada ontem por estudantes. Participam do protesto funcionários da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – RS, Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e UFRGS. Em todo o Brasil, 38 universidades federais registram paralisação de servidores.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) promove “dia nacional de mobilização nas universidades públicas”, com atos em pelo menos oito estados: na UFRGS, na UFPR, na

UFPE, na Universidade Federal de Goiás (UFG), Na Universidade Federal do Pará (UFPA), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade de Brasília (UNB) no Distrito Federal e, na UFSM e na Furg no Rio Grande do Sul. Os estudantes reivindicam melhorias nas instituições além de prestar apoio a greve dos servidores técnico-administrativos nas universidades federais e às universidades paulistas ocupadas e em greve. As reitorias ocupadas esta semana; UFPE, da UFPR e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foram desocupadas. Houve também protestos sem vínculos com a UNE como na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde os alunos estão acampados na reitoria e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); no campus Bananeiras os estudantes tentam impedir uma assembléia dos servidores em greve desde o dia 28 de maio.

Cerca de 150 pessoas entre professores, funcionários e estudantes da USP, São Paulo (região Sudeste) fazem manifestação no campus da universidade, na praça do Relógio, contra a ocupação da reitoria. Um outro grupo de 300 pessoas das três universidades estaduais paulistas em greve, USP, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), também realizavam uma manifestação de apoio a ocupação e quando perceberam que o grupo contra não conseguiu uma grande adesão iniciou algumas provocações e ironias. Não houve confronto e a tropa da PM que estava na entrada do campus não foi acionada. O grupo que se manifesta contra a ocupação é composto de estudantes e professores da Escola Politécnica e da Faculdade de Economia e Administração, o protesto pretendia dar um abraço na torre da Praça mas não conseguiu reunir o número suficiente de pessoas. No fim da manhã o grupo de apoio a ocupação conseguiu dar um abraço simbólico ao prédio da reitoria.

Mil cruces são fincadas na Praia de Boa Viagem em Recife – Pernambuco (região Nordeste) para lembrar que somente este ano, 2.108 pessoas foram mortas a tiros, facadas ou pancadas no estado. Além da manifestação na praia, entidades de direitos humanos, parentes de vítimas e Organizações Não-Governamentais (ONGs), espalharam cartazes nas principais vias da cidade para reivindicar providências do governo no que se refere ao grande número de homicídios.

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) realizam um novo protesto contra a reestruturação do Banco do Brasil. Para os trabalhadores, a terceirização e o enxugamento de serviços trarão prejuízos aos clientes e à economia. Entre as mudanças do banco, clientes com renda inferior a 2 mil reais deixarão de ser atendidos nos caixas, restando apenas o auto-atendimento. O sindicato quer a suspensão do processo de reestruturação e terceirização do Banco do Brasil e pede a abertura de negociações com os representantes dos funcionários.

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) promovem um ato público em Brasília – DF (região Centro-oeste). Participam da manifestação representantes de movimentos sociais, como o MST, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e demais entidades sindicais. Os manifestantes objetivam mostrar à sociedade a importância da reforma agrária e do fortalecimento do instituto responsável por sua execução.

Trabalhadores da limpeza pública decidem encerrar a greve iniciada no último dia 4 em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). Após uma audiência de conciliação entre as empresas e os trabalhadores, realizada no Ministério Público do Trabalho, a categoria concordou com o reajuste salarial e o aumento do auxílio-alimentação proposto pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), além da garantia de que não haverá desconto dos dias não trabalhados no salário dos funcionários.

As cooperativas de microônibus, prestadoras de serviço de transporte público da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), depois de uma reunião com representantes da Secretaria Municipal de Transportes, voltam às atividades, após a paralisação ocorrida nesta terça-feira (05). A categoria mobilizou-se contra mudanças na remuneração paga pela prefeitura do estado. Uma portaria, publicada no Diário Oficial da cidade, estabeleceu uma redução de R\$ 1,19 para R\$ 1,06 do valor repassado pelo transporte de cada passageiro. As cooperativas criticam também o limite para o pagamento por usuários isentos, no caso, idosos e deficientes físicos, que caiu em mais de 23%. O presidente da cooperativa Cooperpeople, Francisco de Moura Neto, alega que a categoria tem negociado com a prefeitura desde janeiro. O contrato de prestação de serviço com a prefeitura tem duração de três anos e a diminuição do repasse de verbas para os perueiros resultaria numa precarização dos serviços. Francisco ainda afirma que, com a paralisação, as negociações serão retomadas na segunda-feira (11), em um encontro que deve reunir representantes das cooperativas e o secretário Municipal dos Transportes, Frederico Bussinger.

Cerca de 200 integrantes do MST ocupam a sede da Companhia Nacional de Abastecimento, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Eles reivindicam o repasse de cestas básicas para os acampamentos, atrasado há 2 meses. Ao final do protesto, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Incra anunciam a liberação emergencial de alimentação para os acampamentos e o MST desocupa pacificamente o prédio.

Indígenas da etnia Guajajara ameaçam atear fogo em uma torre de transmissão em Barra do Corda – Ceará (região Nordeste). Os índios reivindicam que a Funai reabra uma sede administrativa na cidade. A Eletronorte, responsável pela torre de transmissão mantém o circuito desligado para evitar acidentes e maiores danos.

5ª Feira 07

Os estudantes que ocupavam desde terça-feira a reitoria da UFRGS no Rio Grande do Sul (região Sul), decidem sair pacificamente do local. A decisão foi tomada em assembléia realizada ontem. A reitoria da universidade se compromete em discutir as reivindicações dos estudantes, como a construção de um novo restaurante universitário e a redução na taxa do vestibular.

A Justiça negou o pedido da procuradoria da prefeitura de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), que queria liminar decretando a ilegalidade da greve dos funcionários municipais. A prefeitura alega que a paralisação está afetando serviços essenciais, como em postos de saúde e no abastecimento de água, mas os grevistas afirmam que os casos

emergenciais estão sendo atendidos. Nesta quarta, cerca de 3 mil funcionários municipais decidiram, em assembleia, manter a greve. Eles reivindicam reajuste de 20% no salário.

Cerca de 200 punks promovem manifestação contra a reunião do G8, grupo dos países mais industrializados do mundo mais a Rússia, realizada na Alemanha. A manifestação ocorreu na avenida Paulista – São Paulo (região Sudeste). Segundo o Jornal Folha de São Paulo houve confronto entre os manifestantes e a PM e cerca de 140 pessoas foram detidas para “averiguação”. Um dos manifestantes, segundo a PM, teria quebrado um vidro de um restaurante da rede McDonald’s o que teria desencadeado o confronto. A PM afirma ter apreendido coquetéis molotov, canivetes, entorpecentes e soco inglês. Segundo o jornal, apesar de os repórteres terem visto dois punks com a cabeça sangrando, a PM divulgou que não houve feridos. Vinte pessoas são detidas durante o ato contra a reunião do G8, que ocorre na Alemanha. De acordo com informações da Tropa de Choque da Polícia Militar, alguns dos manifestantes teriam depredado bancos e restaurantes, além de tentarem invadir uma loja do McDonald’s.

6º Feira 08

Cerca de mil pessoas, segundo a PM, protestam em João Pessoa - Paraíba (região Nordeste) contra a entrega do título de cidadão paraibano, pela Assembleia Legislativa, ao senador do estado de Alagoas e ex-presidente da república Fernando Collor de Mello. Alguns manifestantes tentaram interromper a solenidade, mas não tiveram sucesso. Collor foi o primeiro presidente civil brasileiro eleito pelo voto direto em 1990. No ano seguinte o então presidente sofreu um impeachment, após manifestações populares por todo o país. Collor foi retirado do poder devido às denúncias de corrupção e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

Sábado 09

Cerca de mil integrantes do MST do Rio Grande do Sul (região Sul) compõem a delegação gaúcha do quinto Congresso do MST. O encontro começa nesta segunda, em Brasília, e vai até sexta-feira. O movimento debaterá seu programa de reforma agrária e fará manifestações de rua na capital federal. Do estado, partem 24 ônibus.

Domingo 10

Cerca de 300 moradores de Aldeia da Prata, em Itaboraí – Rio de Janeiro (região Sudeste) bloqueiam as faixas de acesso a capital (RJ) na Rodovia Niterói Manilha. Os manifestantes reivindicam a construção de uma passarela no local que vem sendo palco de uma série de atropelamentos além de iluminação nas pistas. . A primeira interdição feita com entulho durou cerca de 1 hora, a segunda apenas 20 minutos. Para conter o protesto os policiais usaram gás de pimenta e bombas de efeito moral.

A 11ª Parada do Orgulho Gay reúne cerca de 3,5 milhões de pessoas na Avenida Paulista – São Paulo (região Sudeste). O número de participantes bateu o recorde do evento que

contou com 23 trios elétricos. A parada teve como mote a luta contra o machismo, o racismo e a homofobia. Muitos dos manifestantes reclamam que o evento se popularizou e que não é freqüentado por pessoas que não são gays. Para alguns a adesão acaba descaracterizando o ato, no entanto, outros defendem que a Parada é para todos e, freqüentada por todos fortalece a causa.

2ª Feira 11

Os professores da USP, São Paulo (região Sudeste), decidem encerrar a greve da categoria, iniciada há cerca de um mês. Um grupo de estudantes, insatisfeitos com a decisão tumultuou a assembléia e vaiou os professores. Eles aceitaram proposta de reajuste salarial de 3,37% feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) além de permitir o acompanhamento da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para a futura incorporação de parcela fixa de até R\$ 200 mensais ao salário da categoria. De acordo com o presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp), César Minto, os professores decidiram pelo fim da greve pois decidiram mudar a forma de reivindicar já que avanços foram conseguidos como: o reajuste salarial e o “decreto declaratório” do governador que assegura que os decretos publicados no início do ano não ferem a autonomia universitária. Esta proposta também é válida para outras universidades do Estado, como a Unesp e a Unicamp, no entanto a paralisação continua nessas universidades. Os estudantes seguem ocupando a reitoria da USP.

Tem início hoje o 5º Congresso Nacional do MST em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O evento que acaba na sexta-feira deve reunir cerca de 15 mil integrantes do movimento. A crítica ao agronegócio, que recebe os recursos mais volumosos do governo, e a demora em realizar a reforma agrária, dão o tom do primeiro painel do Congresso. Gilmar Mauro, da coordenação nacional da organização, afirma que apenas 85 mil famílias foram assentadas em 4 anos de governo Lula. No entanto, a meta era de assentar 500 mil famílias. Nalu Farias, da Marcha Mundial de Mulheres, destaca a importância da luta contra as desigualdades raciais e contra as mulheres. O Congresso deve relançar uma campanha pela definição do limite máximo da terra no país além de discutir outras demandas do movimento como a reforma agrária. Oficialmente a campanha deve ser lançada no fim de julho e a proposta de limite deve ser definida. Segundo o jornal a Folha de São Paulo, o movimento revelará aos participantes do Congresso o conteúdo de uma reunião sigilosa ocorrida em agosto de 2002 com o então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, segundo o jornal, o candidato procurou representantes de movimentos e entidades do campo e os convenceu-os a tirar da pauta a emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade. Em troca, o presidente teria prometido fazer uma reforma agrária rápida e tranqüila, o que de fato não ocorreu.

3ª Feira 12

Cerca de mil crianças estão presentes na 5ª edição do Congresso Nacional do MST, que foi aberto oficialmente na noite de segunda-feira (11), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Estas crianças integram os "sem-terrinhas" - o movimento infantil do MST

que tem como objetivo ensinar cedo a importância da inserção das famílias na luta pela terra. Os sem-terrinhas, de 0 a 11 anos, terão uma programação especial. Na cidade de Iona do evento foi montada a ciranda infantil e a Escola Itinerante Paulo Freire. Os dois projetos do setor de educação irão desenvolver para as crianças uma programação pedagógica e recreativa, que alterna brincadeiras e estudo sobre o tema do Congresso – "Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular." Flávia Teresa, uma das coordenadoras da Escola Itinerante, fala da diferença pedagógica da educação do campo. "O método que a gente pensa para a Escola Itinerante é um método que a gente já trabalha a questão da pertença da própria criança a este movimento que ele faz parte, porque alguns já vêm pra luta com seus pais e vêem outra realidade. Então dentro da escola a gente trabalha esta questão da formação política também, já desde pequeno para que ele se sinta bem no espaço que ele está e se sinta parte deste espaço também". A escola Itinerante é um projeto que visa construir escolas que acompanham os assentamentos e acampamentos, por esta razão elas podem ser montadas em locais diferentes, para que o processo educacional das crianças não seja interrompido. O nome da Escola Itinerante do 5º Congresso homenageia o educador Paulo Freire que morreu há dez anos e dedicou grande parte de sua vida à alfabetização de camponeses.

Mais de 400 metalúrgicos de todo o país participam, a partir de hoje, do 7º Congresso Nacional da categoria, em Guarulhos – São Paulo (região Sudeste). A implementação do acordo coletivo de trabalho, a proposta de mudança do governo à Previdência e a redução da jornada de trabalho para 44 horas são alguns dos temas discutidos. O presidente Lula deve participar da abertura do Congresso.

Professores das escolas estaduais do Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem passeata no centro da cidade. Os manifestantes caminharam da Candelária até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O movimento tem o objetivo de exigir dos deputados estaduais a intervenção junto ao governo do Estado nas negociações de reposição salarial para a categoria. Os docentes fazem uma paralisação de 24 horas para reivindicar reajuste salarial de 26%, reposição das perdas no piso salarial nos últimos dez anos que chegariam a 60% e o cumprimento das promessas de campanha do governador Sérgio Cabral.

Funcionários da UFSM realizam protesto pela cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul (região Sul). A categoria está em greve há 2 semanas. A mobilização defende aumento salarial e valorização do hospital universitário.

Os funcionários municipais de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) decidem encerrar a greve iniciada há 3 semanas. A categoria decide aceitar a proposta da prefeitura. Além dos 3% ofertados inicialmente, receberão mais 2,25% de reajuste, dividido em 4 parcelas. Os servidores de menor poder aquisitivo terão um reajuste diferenciado que totalizará 11,82%. Os funcionários municipais retomam o trabalho nesta quarta.

Grevistas do Ministério da Cultura entram em conflito com alunos e professores da Escola Nacional de Circo no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Alunos e professores, que foram impedidos de entrar pelos funcionários em greve, ficaram revoltados iniciando o tumulto. Os integrantes da Escola Nacional de Circo arrombaram à força os portões. A Polícia Militar foi acionada para resolver o impasse.

4ª Feira 13

Parte dos trabalhadores da usina Santa Cruz de Américo Brasiliense, trabalhadores da Zanin, de Araraquara e São Francisco, de Sertãozinho, todas no estado de São Paulo (região Sudeste) estão paralisados. Hoje mais três usinas aderiram a paralisação segundo a Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp): Santa Adelaide, de Dois Córregos; Ruete, de Catanduvas; e Serra, de Ibaté. A Feraesp, ligada a CUT reivindica piso salarial de R\$ 1.600 (hoje é de R\$ 450), carga horária máxima de 30 horas semanais (hoje é em torno de 44), fim do pagamento por tonelada cortada, mudando para metro, assistência médica e social, horário de descanso e refeições além de mais segurança no trabalho e no transporte. Segundo a Feraesp, caso não ocorra avanço nas negociações, cerca de 120 mil cortadores da cana do estado, o equivalente a 70% do total devem iniciar uma greve geral. A última greve geral dos bóias-frias, com pauta unificada, ocorreu em 1986 e se espalhou por todas as regiões canavieiras de São Paulo. A paralisação mais famosa ocorreu em 1984 tendo início em Guariba. Todos os anos ocorrem paralisações descentralizadas, a maioria motivada por reivindicações pontuais.

Funcionários grevistas do Hospital Universitário Antônio Pedro fecharam as portas do hospital em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) impedindo a entrada de pacientes e funcionários não-grevistas. O ato, organizado pelo Sindicato dos Funcionários (SINTUF), é contra a transformação dos hospitais federais em fundações e gerou tumulto na porta da unidade já que as pessoas que precisavam de atendimento exigiam a abertura do hospital.

5ª Feira 14

Funcionários do Banco Central (BC) aceitam proposta de reajuste e encerram a greve iniciada no dia 3 de maio. O aumento médio de 32% deverá ser pago em três parcelas entre dezembro deste ano e Janeiro de 2009 e elevará o salário inicial de um analista do BC para R\$ 8.821. Ainda será decidido se os dias de greve serão ou não descontados.

Professores da Unicamp em assembléia decidem pôr fim a paralisação. Os docentes avaliaram que a paralisação iniciada no dia 24 de maio obteve vitória já que o governador José Serra recuou nos decretos, que na opinião dos professores, afetavam a autonomia das universidades estaduais. Os estudantes mantêm a paralisação. De acordo com a universidade, dos 58 cursos, 12 estão sem aulas.

Cerca de 150 estudantes ocupam a reitoria da UFRJ na Ilha do Fundão – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os estudantes protestam contra o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), do governo federal e apóiam a ocupação da USP além de reivindicar a conclusão das obras do bandeirão (restaurante universitário) do campus do Fundão, reforma e ampliação do alojamento estudantil, expansão e reajuste das bolsas estudantis, transporte interno mais freqüente entre os campus, reforma e ampliação das bibliotecas entre outros pontos. Para os estudantes o Reuni é um ataque á autonomia universitária, pois condiciona a ampliação das verbas ao cumprimento das políticas do governo. Na Universidade Federal Fluminense (UFF) também no estado, 15 estudantes

estão acampados a cerca de um mês no saguão do prédio da Reitoria para reivindicar moradia estudantil e ameaçam ocupar o gabinete do reitor.

Após 10 horas de ocupação da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador (região Nordeste) os cerca de 60 estudantes desocupam o local. De acordo com os universitários a ocupação foi um protesto para reivindicar verbas para educação, eleição direta para reitor além de demonstrar apoio aos alunos que ocupam a reitoria da USP.

Indígenas da etnia Guajajara desbloqueiam o trecho da BR-226, entre as cidades de Barra do Corda e Grajaú – MA (região Nordeste), após uma reunião entre representantes da tribo e da Funai. Os indígenas, que bloquearam o trecho por dois meses, exigem que a Funai reative três núcleos de apoio na região, fechados por orientação do Tribunal de Contas da União. Os manifestantes, que ameaçavam também derrubar as torres de transmissão da Eletronorte que passam dentro da aldeia, concordaram com a implantação de um núcleo da Funai no município do Jenipapo dos Vieiras e desbloquearam a estrada mediante o comprometimento da Funai em retomar as negociações.

Integrantes do MST realizam uma marcha que culminou na praça dos Três Poderes em Brasília – DF (região Centro-oeste) com o objetivo de pedir maior agilidade no processo de reforma agrária e denunciar a imobilidade do poder público em realizá-la. Os manifestantes entraram em confronto com a cavalaria da Polícia Militar e o corpo de Bombeiros, que usaram de violência para tentar conter a marcha. A avenida principal de Brasília foi tomada pelos manifestantes vindos das delegações de 24 estados brasileiros e mais de 200 delegados de outros países. Em frente à embaixada dos Estados Unidos, onde um forte aparato de segurança estava montado, os trabalhadores fizeram a denúncia do imperialismo estadunidense e das guerras promovidas por este. Uma faixa foi deixada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), como um protesto para que o judiciário reconheça as mais de 60 ações populares questionando o leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em frente ao prédio do Itamaraty, a multidão de trabalhadores protestou contra a política de intervenção do governo Lula no Haiti.

Metroviários de São Paulo entram em greve por 14 horas em São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria reivindicava 3,37% de reajuste para salários e benefícios, além da readmissão de diretores afastados durante a última greve, a instituição de um plano de carreira, a contratação de novos funcionários, o pagamento de produtividade e a equiparação de salários e jornadas de trabalho para funções iguais. Cerca de três milhões de usuários foram prejudicados pela paralisação, que causou o terceiro maior engarrafamento já registrado naquela cidade. Os trabalhadores pediam 9,98% de aumento, governo ofereceu à categoria reajuste de 4,25% para salários e de 3,09% para benefícios (vale-alimentação, auxílio-creche e adicional motorista). Os metroviários aceitaram a proposta, pondo fim à greve.

Cerca de 100 servidores do Ministério da Cultura no Rio, em greve há um mês, promovem uma manifestação no Centro Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes, vestidos de preto, com velas e carregando um caixão, reivindicam a implementação do plano especial de cargos e salários que incorpora as gratificações ao salário dos servidores.

6ª Feira 15

Alunos que ocuparam a sede da reitoria da UFRJ decidem terminar a ocupação depois que a administração da UFRJ aceitou debater o programa de reforma das universidades do Governo Federal em uma audiência pública realizada com os reitores da universidade. Os cerca de 150 estudantes que ocupavam o prédio deixaram o local. A universidade se comprometeu a realizar um ciclo de debates com os universitários para discutir a aplicação do Reuni. Segundo os estudantes o Reuni ataca a autonomia universitária, pois, condiciona a ampliação das verbas ao cumprimento das políticas do governo.

Servidores das 43 instituições federais de ensino superior decidem, após reunião com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvainer Paiva, manter a greve que já dura 15 dias. De acordo com Luiz Antônio de Araújo, coordenador geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (FASUBRA), a decisão foi causada pela falta de uma solução do governo para os problemas da categoria. As reivindicações dos grevistas incluem a mudança no teto salarial, já que a categoria está sem aumento há três anos, e a não transformação dos hospitais universitários em fundações estatais. Das 48 instituições de ensino superior federal existentes apenas cinco ainda não aderiram a greve e o número de grevistas já chega a 140 mil. O Governo federal já ameaçou o corte de salário dos dias não trabalhados.

Cerca de 200 estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) ocupam a reitoria da Universidade localizada em Vitória – ES (região Sudeste). Os estudantes exigem melhorias no ensino e mais moradia para os estudantes. Aproximadamente 300 estudantes ocupam a reitoria da UFPA em Belém (região Norte). Os estudantes protestam contra a proibição de eventos culturais organizados por alunos no campus. Cerca de 400 alunos da Unicamp, em Campinas – SP (região Sudeste), em greve há mais de um mês, invadem a diretoria acadêmica da instituição. Os manifestantes protestam, impedindo a entrada de professores em salas de aula do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e interrompendo a reunião entre o Conselho de Reitores (CRUESP) e o Fórum das Seis, grupo que representa professores e funcionários das três universidades paulistas, que acabou sendo suspensa.

Cerca de 2 mil pessoas, entre eles integrantes do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP), alunos que ocupam a reitoria da USP, estudantes secundaristas e professores da rede estadual de ensino, fazem manifestação nas ruas do Centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra as políticas estaduais para a área do ensino. Os que seguiam até à sede da Secretaria Estadual de Ensino Superior, entraram em confronto com a Polícia Militar, que jogou gás pimenta quando os manifestantes tentavam ocupar as três faixas da Avenida Paulista. Os cerca de 200 policiais que acompanhavam a manifestação estavam armados com pistolas, revólveres e espingardas de munição letal, segundo jornal Folha de São Paulo. O comandante da operação admitiu que este efetivo não era o ideal para a manifestação.

Funcionários de quatro empresas de ônibus entram em greve em Maceió – Alagoas (região Nordeste). A paralisação atinge 30 mil usuários de transportes urbanos na capital. Os

trabalhadores reivindicam um reajuste de 12% nos salários, enquanto as empresas de transporte oferecem apenas 2%.

Servidores da autarquia do Incra bloqueiam o acesso ao prédio do instituto em Brasília, no Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo do bloqueio é impedir que a direção do Incra envie ao Ministério do Planejamento a lista dos servidores paralisados. Por determinação do presidente Lula e do Ministério do Planejamento as folhas de pagamento do Incra e do Ibama foram processadas com o desconto dos dias de greve. Com isso o governo pretende pressionar os trabalhadores paralisados e aqueles que ameaçam fazer paralisação. O Incra está em greve desde o dia 21 de maio para reivindicar entre outras coisas; reestruturação da carreira e reaparelhamento do órgão que tem cerca de 6.200 trabalhadores. A greve do Ibama que começou a cerca de 1 mês, é motivada pela medida provisória que cria o Instituto Chico Mendes e, segundo os servidores, enfraquece o órgão tornando-o mais burocrática na concessão de licenças. O órgão informa que os trabalhadores terão um corte de 15 dias no salário. O Ministério da Cultura, em greve desde abril, informou que o ponto ainda não foi cortado. Segundo o ministro Gilberto Gil; “O corte do ponto não ocorreu porque a legalidade da greve não foi objeto de análise pela Justiça. Se houver corte, será feito posteriormente”. A greve da cultura atinge 2 mil trabalhadores que reivindicam um plano de carreira próprio e melhores condições de trabalho.

Cerca de 100 pescadores realizam uma manifestação contra a Petrobrás na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da barqueata organizada pelos pescadores é protestar contra prejuízos causados à atividade pesqueira devido ao desastre ambiental de ocorrido no ano 2000. Em função do protesto a barca Itapetininga foi impedida de atracar na Ilha de Paquetá e os passageiros tiveram que ser retirados da barca em botes.

Após o lançamento da proposta de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que prevê a inclusão de templos religiosos na Lei Rouanet, de incentivo a cultura, provoca reação de produtores, escritores, cineastas e de representantes da sociedade civil. Segundo o secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do ministério, Marco Acco, atualmente a lei já financia expressões artísticas e culturais de igrejas como gravações de Cds, edições de livros e encontro de corais. O Ministério da Cultura é contra o projeto, pois afirma que este possui brechas que poderiam permitir a construção de templos e campanhas de evangelização, por exemplo. Segundo Crivella seriam beneficiados apenas templos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e aqueles cujos prédios sejam centenários. Esta circulando na internet um abaixo-assinado, que já reúne cerca de 25 mil assinaturas, contra a proposta do senador. O organizador do documento, César Oliveira, afirma que entregará a lista para o deputado federal Fernando Gabeira em três dias. Os artistas protestam contra o uso de dinheiro público em atividades religiosas e afirmam que a proteção de prédios centenários já esta previsto na lei Rouanet.

Domingo 17

Aproximadamente 500 guardas civis municipais entram em greve por tempo indeterminado em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste). Os guardas protestam contra os baixos salários e perseguições do comando.

Cerca de 28 famílias integrantes do Movimento de União dos Camelôs (MUCA) ocupam o antigo prédio do Ministério das Comunicações no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os camelôs sem teto, que afirmam ser uma extensão da luta pela reforma agrária, receberam o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e do MST.

2º Feira 18

Com a decisão do governo de colocar em prática o corte nos salários dos servidores federais em greve do Ibama e do Inbra amplia-se a paralisação. Com o desconto dos dias parados, os servidores do Inbra do Pará e do Rio Grande do Norte aderiram a greve. No caso do Ibama, o comando da greve avisa que depois da tramitação da Medida Provisória que cria o Instituto Chico Mendes, o governo terá que negociar com os servidores os dias parados caso contrário não haverá volta ao trabalho.

Alunos e funcionários da USP protocolam documento pedindo reunião com a reitora da universidade Suely Vilela para discutir a saída do prédio da reitoria ocupado a 45 dias. Esta é a terceira vez, desde o indicativo de desocupação, que os manifestantes tentam retomar as negociações com a reitora. Suely declara que somente vai negociar quando o prédio for desocupado.

Estudantes da Unicamp ameaçam ocupar local na universidade onde acontecia a reunião do Conselho de Reitores das Universidades Paulistas (USP, Unesp e Unicamp) com o Fórum das Seis e acabam com encontro. Os estudantes tomaram o prédio da Diretoria Acadêmica próximo ao local. O grupo de dirigentes das universidades divulgou nota repudiando a ação dos estudantes e ressaltando que a reunião procura negociar o fim da permanência estudantil nos campus.

Cerca de 200 pescadores de lagosta fazem protesto no Ibama de João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Os pescadores do sul da Paraíba reivindicam mais seis meses (até dezembro) para se adequarem às novas normas elaboradas pelo governo federal para a pesca da lagosta. Em maio, o governo passou a restringir o número de permissões para a pesca e a controlar a forma de captura do crustáceo. Redes de arrasto e outros instrumentos foram proibidos e devem ser substituídos pelo manzuá; armadilha não-predatória. Os pescadores pedem mais tempo para adquirir os novos equipamentos que custam cerca de R\$ 12 mil e afirmam que precisam pescar utilizando os métodos antigos para conseguir o dinheiro.

Moradores da Favela do Jacarezinho fazem protesto na Avenida Dom Helder Câmara no Rio de Janeiro (região Sudeste). Os moradores acusam a polícia de promover ações

violentas na favela. Cerca de 400 pessoas a pé e de moto participam da manifestação que acabou provocando congestionamento.

3º Feira 19

Servidores do Ibama em greve a cerca de 35 dias bloqueiam por uma hora e meia o acesso ao Parque Nacional do Iguaçu em Foz do Iguaçu – Paraná (região Sul). Cerca de cem trabalhadores fecharam os portões do parque e impediram a entrada de turistas inclusive os hospedados no Hotel das Cataratas, no interior do parque. Segundo a Associação Nacional dos Servidores do Ibama (Asibama) este é o primeiro protesto de uma série que deve ocorrer nos próximos dias. Os servidores reivindicam que o Senado rejeite a medida provisória que cria o Instituto Chico Mendes, já aprovado na Câmara. Os grevistas alegam que a divisão do órgão deve enfraquecê-lo. Sob determinação do presidente Lula, o governo decidiu descontar dos salários, os dias de greve dos trabalhadores do Incra e do Ibama. Segundo a associação de Servidores do Incra (Cnasi), os servidores devem partir para as ruas para chamar a atenção do governo e da sociedade. Os grevistas do Incra prometem ocupar nos próximos dias diretórios do Partido dos Trabalhadores (PT) e iniciar em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma greve de fome coletiva com representantes de diferentes superintendências regionais do órgão.

Grupo Voluntários da Pátria e o músico Tico Santa Cruz organizam ato bem-humorado no Centro da cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste) contra a corrupção e a impunidade. O protesto reuniu cerca de 20 pessoas e tem o apoio de parentes e amigos de vítimas de violência. Os manifestantes encenaram um “Arraiá da Justiça” com quadrilha, uma barraca que vende sentenças e uma pescaria que oferece propinas como brinde. Nas palavras do músico: “A manifestação é contra a corrupção, contra o foro privilegiado, contra toda essa baderna que esta aí”.

4º Feira 20

Protesto de Camelôs no bairro Brás, na capital paulista – SP (região Sudeste) termina em confronto com a Guarda Civil Metropolitana (GCM). Os camelôs protestam contra a retirada das barracas nas ruas do bairro e reivindicam a emissão de novos Termos de Permissão de Uso (TPU). O protesto teve início pela manhã em frente ao sindicato dos camelôs. Segundo o presidente do sindicato dos camelôs, Afonso José da Silva, os funcionários e fiscais da subprefeitura cassam as TCUs e vendem para outras pessoas além de cobrarem propina. Os manifestantes seguiram pelas ruas do bairro até a sede da Subprefeitura da Mooca. Os cerca de 300 manifestantes, ao encontrar os portões da subprefeitura fechados e um cordão de isolamento montado pela GCM, ficaram revoltados e tentaram acessar o prédio. A polícia afirma que os manifestantes arremessaram pedras, forçaram os portões e lançaram bombinhas. Os guardas usaram gás de pimenta e cassetetes. Cinco manifestantes ficaram feridos. Segundo o sindicato, no Brás há 2.300 ambulantes e somente 602 possuem as TCUs.

Em cumprimento á ordem de reintegração de posse do prédio da diretoria da Faculdade de Ciências e Letras do campus da Unesp em Araraquara – São Paulo (região Sudeste), o Batalhão de Choque da Polícia Militar retira cerca de 120 estudantes do local. Aproximadamente 180 policiais participam da ação. Os estudantes estavam no local há uma semana, foram detidos pelos policiais e levados à delegacia local para prestar depoimento, em seguida foram liberados. Os estudantes assinaram um termo de circunstanciado, se comprometendo a comparecer a delegacia sempre que requisitados. Segundo o jornal A Folha de São Paulo, estudantes que resistiram ao cumprimento da ordem foram encaminhados a 4º Delegacia de Polícia e autuados por esbulho possessório (invasão de bem imóvel alheio) e desobediência a decisão judicial. Apesar da resistência de alguns estudantes, não houve violência e a desocupação foi acompanhada por um representante da Ordem dos advogados do Brasil (OAB). Em nota o reitor Marcos Macari justificou a presença policial afirmando que sempre houve diálogo entre os dirigentes e toda comunidade acadêmica por isso se recusava negociar “sob a coação por meio de recursos violentos”.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Segurança que será lançado oficialmente pelo governo no próximo mês terá como proposta inicial, a criação de 2.200 vagas em presídios específicos para jovens de 18 a 24 anos e a ampliação na mesma quantidade de vagas nos presídios femininos. Segundo a proposta, nos três primeiros anos serão criados ao menos um estabelecimento penal feminino e um para jovens da faixa etária citada em cada uma das 11 regiões metropolitanas, que a princípio, serão atendidas pelo PAC da segurança intitulado: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Os estados onde o programa está focado são: Pernambuco, Bahia, Alagoas, Pará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Os estabelecimentos serão construídos em parcerias da União com os governos estaduais e devem contar com uma capacidade mínima de 200 e máxima de 500 vagas. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), há 27 estabelecimentos penais femininos sendo 15 deles nos estados que serão atendidos prioritariamente. Nestes estados a população prisional é de 263,1 mil pessoas diante de um total de 188,9 mil vagas. Uma primeira versão do Pronasci já foi apresentada ao presidente Lula, até o início do mês que vem, antes de entregar um programa definitivo ao Palácio do Planalto, o Ministério da Justiça buscará sugestões em diferentes setores da sociedade como representantes de movimentos sociais, sindicatos e a Igreja Católica.

Indígenas das etnias: guarani, terena, crenaque e caigangue ocupam a administração da Funai em Bauru – São Paulo (região Sudeste). Os índios reivindicam principalmente a saída do administrador Newton Machado Bueno e a entrada de um índio no cargo. Na semana passada Bueno entregou uma carta ao presidente do órgão, Márcio Meira, oferecendo sua demissão.

Estudantes da Universidade Gama Filho promovem uma manifestação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a falta de aulas motivada pela paralisação de alguns professores que reclamam o não pagamento de salários há três meses. Os estudantes bloquearam o trânsito na em frente à Universidade. Policiais do 3º Batalhão da Polícia Militar estiveram no local acompanhando a manifestação que gerou congestionamento do trânsito no local.

Funcionários da UFF, com o apoio de estudantes fecham os acessos ao prédio da reitoria localizada em Niterói –RJ (região Sudeste). Os servidores públicos, em greve há 22 dias, protestam contra a ameaça de corte do ponto. Os manifestantes trancaram o portão principal com um cadeado, impedindo o acesso ao local.

5º Feira 21

A ação da PM ontem no campus da Unesp – Araraquara – São Paulo (região Sudeste), provoca protestos em ao menos sete campi da universidade e na USP. Na capital paulista, cerca de 300 estudantes e funcionários da USP que ocupam a reitoria a aproximadamente 50 dias, fazem passeata pela manhã com objetivo de bloquear o portão principal de acesso ao campus. Os manifestantes avançaram sobre o bloqueio da PM que os esperava dentro do campus e chegaram às ruas, provocando engarrafamento por cerca de 1 hora. Os manifestantes seguiram para o prédio da Geografia e o da reitoria. Uma assembléia está marcada para hoje á noite para discutir a desocupação. Um policial desferiu golpes de cassetetes e outro atirou gás de pimenta contra os manifestantes. Apesar das agressões policiais não houve confronto. Em Araraquara, cerca de 180 estudantes fazem passeata da Unesp até a prefeitura. Os estudantes entregaram ao prefeito, Edinho Silva (PT), um documento criticando a ação da PM na desocupação de ontem e questionaram sobre a presença de dois ônibus para o transporte dos ocupantes.

Aproximadamente 250 alunos e funcionários da USP fazem passeata pelas ruas próximas ao campus da Universidade localizada em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes enfrentaram cerca de 20 policiais munidos de escudos da Força Tática da PM. Os policiais tentaram impedir que a manifestação ganhasse as ruas e atrapalhasse o trânsito, no entanto recuaram diante da decisão dos estudantes de seguirem em frente.

Cerca de 60 servidores em greve da UFMG, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Incra (região Sudeste), fazem protesto durante visita do presidente Lula na capital Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O presidente esteve no local para a inauguração da Avenida Antonio Carlos e foi recebido pelos manifestantes que reivindicam investimentos na educação e revisão de tabelas salariais.

Agricultores ligados à Fetraf interditam trecho da Rodovia BR-316 na região de Castanhal – Pará (região Sudeste). O bloqueio durou cerca de três horas e segundo a Federação, teve como objetivo reivindicar a suspensão de 30 mandatos de reintegração de posses de fazendas no estado.

Cerca de 50 candidatos aprovados no concurso de inspetor penitenciário protestam em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo estadual, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam a convocação imediata dos aprovados para a substituição de policiais militares desviados de função que trabalham em penitenciárias do estado. O assessor jurídico da Secretaria de Administração Penitenciária prometeu receber uma comissão formada pelos manifestantes para tentar resolver o impasse.

Integrantes do MST liderados pelo militante José Rainha ocupam duas propriedades em Araçatuba – São Paulo (região Sudeste). Cerca de 300 pessoas participam da ocupação das fazendas de cultivo de cana-de-açúcar; Araçá e Aracanguá. Entre os militantes envolvidos estão integrantes do MST e trabalhadores rurais de sindicatos filiados à CUT. A ação intitulada “inverno quente” e “operação São João” pretende, segundo aliado de Rainha, Sérgio Pantaleão, ocupar 18 áreas nas regiões de Araçatuba e do Pontal do Paranapanema até o domingo, dia de São João. Segundo o jornal a Folha de São Paulo, apesar de proibido pela direção do MST de atuar em nome do movimento desde setembro de 2002, Rainha participou diretamente da ocupação em Aracanguá da fazenda administrada pela CFM Agropecuária.

Servidores em greve do Ministério da Cultura fazem manifestação em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O intuito do ato, que contou com um cenário montado com piscina, guarda-sol e redes, é criticar a afirmação do presidente Lula que classificou como “férias” fazer 90 dias de greve e receber pelos dias parados. De acordo com Maria Lúcia Franco, organizadora da manifestação, os servidores não querem tirar férias, mas sim melhores condições de trabalho para prestar um serviço de qualidade ao público e desta forma preservar o patrimônio Cultural do país. A categoria reivindica ainda a implementação do Plano Especial de Cargos da Cultura e Gratificação Específica de Atividade Cultural (GEAC), instituído pela lei 11.233 de 2005.

6ª Feira 22

A ocupação dos estudantes à reitoria da USP termina após 50 dias com a reitora Suely Vilela cedendo e atendendo a algumas das reivindicações dos estudantes, que ocupavam a reitoria desde o dia 3 de maio. Por meio de uma carta, a reitora aceitou as condicionantes propostas pelos estudantes no dia 12, dentre elas a construção de novas moradias estudantis, a não punição de participantes da ocupação e da greve, audiência pública para discutir o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp) e reconhecimento da legitimidade do 5º Congresso Geral da USP, a ser realizado em 2008. Nesse fórum, será discutida a elaboração de um novo estatuto para a Universidade. O termo de compromisso da reitoria ainda garante café da manhã e alimentação aos domingos, circulação dos ônibus internos do campus nos fins de semana e a realização de um debate sobre um novo prazo de jubileamento. De acordo com João Victor Pavesi, estudante de Geografia, um dos fatores que contribuiu para que os estudantes optassem por sair do prédio foi a intervenção da polícia militar no campus da Unesp de Araraquara, pois havia suspeita de ação futura da Tropa de Choque.

Estudantes da Unicamp decidem manter a ocupação da diretoria acadêmica da universidade, apesar da desocupação da reitoria da USP pelos alunos e da expedição, na última quarta-feira, pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, da reintegração de posse, que dava prazo até ontem para que os alunos deixassem o local. Segundo a coordenadora da comissão de comunicação dos estudantes, Paula Berbert, os alunos decidirão a continuidade ou não da ocupação na próxima segunda-feira. Já os servidores da Unicamp decidem encerrar a greve que durou 30 dias. Em Araraquara o protesto unificado

dos movimentos estudantis da Unesp, da USP e da Unicamp contra a utilização da Polícia Militar na madrugada de quarta-feira para desocupar sala da diretoria da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) reúne poucos alunos. Estudantes da USP de São Carlos aprovam indicativo de fim de greve para a próxima sexta-feira para a paralisação que ontem completou um mês.

Servidores do Ibama entram no Ministério Público Federal com uma denúncia de assédio moral contra o presidente do órgão, Balizeu Neto, que além de determinar o corte de salários dos grevistas, assina portaria na qual consta que os dias parados servirão como critério de avaliação para o pagamento de gratificações e que aos servidores em “período probatório” o engajamento na greve será “considerado fator determinante para fins de efetivação no serviço público”, como critério de assiduidade/pontualidade. Segundo Jonas Corrêa, presidente da associação de servidores do Ibama, esta “é uma medida autoritária para tentar quebrar o movimento. Estão chamando para o confronto”. Com quase 40 dias de greve os servidores fazem campanha para que o Senado rejeite uma medida provisória já aprovada na Câmara, que cria o Instituto Chico Mendes – que, segundo os grevistas, enfraqueceria a autarquia. Servidores do Inbra e do Ibama entram na Justiça com pedido de liminar alegando a inconstitucionalidade do decreto. O Ministério do Planejamento informa que aguardará a decisão judicial antes de se pronunciar.

Servidores do Inbra, em greve há um mês, fazem uma manifestação simbólica na sede da instituição em Brasília – DF (região Centro-oeste) lavando com sal grosso a entrada do edifício. Segundo o diretor da Confederação Nacional dos Servidores do Inbra, José Pontes Parente, a categoria reivindica reajuste salarial semelhante ao de outras categorias do serviço público e o fortalecimento do Instituto, que possui um déficit de cerca de quatro mil funcionários.

Funcionários da pasta da cultura seguem parados desde o dia 15 de maio, mesmo após reunião em Brasília com o Ministério do Planejamento. Os funcionários querem a adoção do Plano Especial de Cargos da Cultura, com a incorporação de gratificações ao salário-base, instituído por lei em 2005, mas ainda não integralmente implantado, segundo o comando de greve. O Ministério não apresenta contraproposta. Os servidores consideram praticamente inevitável manter a paralisação durante o Pan. A maior parte das instituições federais fica no Rio de Janeiro, como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes. Durante a reunião os grevistas ficam em vigília.

Lideranças e integrantes das comunidades dos povos Truká e Tumbalalá, reunidos na Ilha de Assunção, médio São Francisco, no município de Cabrobró – Pernambuco (região Nordeste), manifestam sua indignação com a postura do governo federal frente ao debate sobre a transposição do Rio São Francisco. Também manifestam contra o comportamento da PM do estado de Pernambuco que vem bloqueando a passagem de manifestantes, mesmo os indígenas fazendo reivindicações em seu próprio território. As lideranças se colocam contrárias à privatização das águas do São Francisco.

A Força Sindical – entidade que representa quase 2 mil sindicatos –, o Ministério Público do Trabalho de São Paulo, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Partido

Socialismo e Liberdade (PSOL) repudiam as medidas tomadas pela Aeronáutica, em nota divulgada à imprensa, na qual a Força ameaça parar todos os aeroportos do país.

Os controladores de voo divulgam manifesto em que defendem a desmilitarização do setor, em meio à crise dos aeroportos. Segundo o documento, há uso político exagerado da militarização do controle do tráfego aéreo. O manifesto faz elogios ao ministro da Defesa, Waldir Pires, e responsabilizam a falta de investimentos e concursos pela crise. Eles afirmam que a gestão militar não está de acordo com a natureza do serviço.

Sábado 23

Mulheres dos 14 controladores punidos pela Aeronáutica realizam uma manifestação no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto é contra o afastamento e as punições promovidas pela Aeronáutica em função do pacote de medidas imposto para tentar controlar o caos nos aeroportos. As mulheres usavam adesivos com a inscrição “Ditadura na terra, perigo no céu” Elas acusam o comando militar de coagir seus maridos, que estariam trabalhando sob a vigilância de oficiais armados na sala de controle aéreo. Catorze controladores do Cindacta-1 foram transferidos para o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro por serem considerados líderes da categoria e estarem exercendo má influência sobre os outros profissionais.

Carta na imprensa digital chama mobilização em apoio aos trabalhadores do setor aéreo. Nos últimos dias o conjunto da categoria em mobilização está seguindo à risca os padrões de segurança internacionais, com o aumento do intervalo entre um voo e outro, o que provoca atrasos e cancelamentos em série em função das companhias aéreas e do comando da Aeronáutica não respeitarem essas normas básicas. Como denuncia a carta, o presidente Lula ordenou que o comando da Aeronáutica punisse imediatamente os líderes do movimento dos controladores de voo. Por essa atitude dos controladores, gerada contra as péssimas condições de trabalho, segurança e salário, o governo Lula, a alta oficialidade das Forças Armadas, as empresas aéreas, os reais responsáveis pelo chamado caos aéreo, juntamente com a imprensa, acusam os controladores de estarem sabotando pousos e decolagens das aeronaves, "prejudicando a população".

Domingo 24

Cerca de 160 ambulantes realizam uma manifestação no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes, integrantes do Movimento Unidos dos Camelôs, que ocupam há 11 dias o prédio desativado do antigo Instituto Brasileiro do Café, protestam contra a apreensão de suas mercadorias pela Prefeitura, fato este que os deixou sem condições de moradia e de trabalho.

Sem-terras articulados pelo coordenador do MST, José Rainha Jr., ocupam 12 fazendas em 9 cidades do interior paulista. A maioria das áreas é de produção de cana-de-açúcar e criação de gado. O protesto é contra a lentidão do governo paulista na reforma agrária e

para pressionar o governador José Serra (PSDB) a que retire a proposta enviada à Assembléia Legislativa que regulariza terras acima de 500 hectares do Pontal. Para os sem-terra, a ação do governador legitima a grilagem de terra. O MST embasa sua crítica no fato de que o próprio estado tenta na Justiça classificar muitas das áreas como devolutas (públicas, com titulação questionável e suspeitas de terem sido griladas no passado). Esta foi a segunda leva de ocupações organizadas por Rainha durante a gestão Serra. Segundo estimativa da PM em 8 das 12 áreas ocupadas, constam 810 manifestantes. O MST afirma ter mobilizado 1.300 militantes no que chama de operação “São João” ou “Inverno Quente”. A classe ruralista reage e donos das áreas vão à polícia registrar boletim de ocorrência e querem reunir documentos para pedir à Justiça a reintegração de posse. Rainha, mesmo proibido pela direção nacional do MST de agir em nome da sigla, reúne sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT e outros grupos sem-terra. A coordenação do MST subordinada a Rainha anuncia que a meta é totalizar 24 ocupações neste mês.

Cerca de 50 integrantes do MST são expulsos pela PM da chácara Alcindo, em Assis – São Paulo (região Sudeste), na madrugada de hoje pouco mais de meia hora após darem início à ocupação da fazenda do policial Cícero Gomes, que diz ter sido ameaçado com foices e facões. O coordenador do MST no local, Luciano de Lima, diz que a polícia usou spray de gás de pimenta, cães, etc. para a desocupação. A PM diz que os sem-terra saíram espontaneamente e que a ação não foi corporativista.

2ª Feira 25

Controladores de vôo punidos pela Aeronáutica decidem nomear novas lideranças civis, com “blindagem” contra as punições da carreira militar, para tentar manter as reivindicações da categoria e a “operação-padrão” dos profissionais nos aeroportos. Eles apostam na repercussão internacional da crise e vão pressionar entidades internacionais, como a Organização de Aviação Civil Internacional (Icao), a reconhecer deficiências e rebaixar a classificação de segurança do espaço aéreo do país. Dois líderes punidos, segundo a Folha de São Paulo, reconhecem que deverão se afastar de mobilizações para evitar processos que levariam à expulsão deles pela Força Aérea Brasileira (FAB). Os civis indicados para a liderança são Jorge Botelho, presidente do sindicato dos trabalhadores de proteção ao vôo, Sérgio Marques, presidente da associação dos controladores do aeroporto de Guarulhos – SP, e Ricardo Sterchele, secretário-executivo da Febracta, que trabalha em Guarulhos. Está prevista para esta semana reunião para discutir um comando interino e civil da federação nacional que, desde que foi criada em 2005, é presidida pelo militar Carlos Trifílio. O problema encontrado em relação às novas lideranças é a falta de representatividade da categoria, uma vez que os civis são menos de 20 % dos controladores de vôo.

Aproximadamente 150 trabalhadores ocupam a área da mineradora Copelmi, em Charqueadas – Rio Grande do Sul (região Sul). Os ocupantes, que trabalham como pequenos criadores de gado e produtores de leite, e que já utilizam a área para a pastagem do gado, informaram que a mineradora desmatou a área de 600 hectares de plantio de eucaliptos há 3 anos e desde então a terra se mantém improdutiva. Os produtores ocupam a fazenda com objetivo de pressionar a desapropriação da terra pelo Incra. Segundo o site do

MST, os trabalhadores reivindicam a criação de um assentamento na área, que teria apenas um mato de eucaliptos.

A ala do MST liderada por José Rainha Jr. realiza a 15ª ocupação no interior paulista em 4 dias, na Fazenda Estrela do Laranja Doce, em Martinópolis, São Paulo – SP. Contando com a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), a ocupação mobiliza, segundo a PM, 70 pessoas. O contador da fazenda diz que a área é produtiva e utilizada na criação de gado. Rainha pretende ampliar, segundo o jornal Folha de São Paulo, as ações da “Operação São João” com alianças como de sindicatos ligados à CUT.

3º Feira 26

Cerca de 1200 manifestantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), MST, MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Via Campesina, comunidades quilombolas, representantes de 16 povos indígenas, pequenos agricultores, ambientalistas e pescadores da bacia do São Francisco ocupam desde a madrugada a área de onde sairá o ponto de captação das águas da transposição no eixo Norte do projeto da transposição do Rio São Francisco, em Cabrobó - Pernambuco (região Nordeste). Os manifestantes ocupam as Fazendas Mãe Rosa e Toco Presto, em Cabrobó. Além de “não permitir que a construção do canal avance”, o acampamento formado inicialmente por 15 etnias indígenas e os movimentos sociais pretende retomar o território, cuja posse é reivindicada pela etnia indígena Truká. A mobilização reivindica a implementação de alternativas e tecnologias apropriadas de convivência com o Semi-Árido, além do arquivamento do projeto de transposição. Segundo o coordenador da CPT, Roberto Malvezzi, a transposição não é o único meio de desenvolver o Nordeste e tampouco acabará com a seca da região e conclui ainda que os principais prejudicados pelo projeto serão as populações ribeirinhas, em especial pescadores, quilombolas e indígenas, que já sofreram com a construção de grandes usinas hidrelétricas na região. De acordo com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, a área ocupada já foi desapropriada para a execução das obras e, portanto é de propriedade da União. Por outro lado, os manifestantes aguardam comunicado da Advocacia-Geral da União (AGU) de reintegração de posse para decidir se irão desocupar a área ou partir para o enfrentamento. Alzeni Tomáz, da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) disse que ao invés de homologar a terra como território indígena, o governo desapropriou a Fazenda Mãe Rosa para as obras e negociou uma indenização no valor de R\$ 1,29 milhão ao fazendeiro Antonio Simões de Almeida. No local da ocupação, os acampados pretendem cobrir com terra um buraco aberto no terreno pelo Exército. Vão também iniciar o plantio de árvores frutíferas, verduras e legumes para alimentar os integrantes do acampamento, que não tem prazo para encerrar.

Cerca de 30 estudantes da UFES, localizada em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste), decidem deixar o campus da Universidade após dez dias de ocupação. A decisão ocorreu em função do recebimento de um termo de compromisso assinado pelo reitor da instituição, Rubens Rasseli, no qual a reitoria se compromete em atender as reivindicações dos manifestantes, entre as quais se destacam: a obtenção de verbas federais destinadas à compra de livros para a biblioteca, a criação de um conselho para elaborar um projeto que cria moradias para estudantes carentes no campus de Goiabeiras, a transferência da

administração da rádio universitária para a comunidade acadêmica e a aquisição de um ônibus para servir aos alunos em congressos.

Mais de 200 policiais civis do Rio fazem manifestação em frente à Chefia de Polícia no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação, que inclui uma passeata até a Assembléia Legislativa do Estado, é pressionar o governo estadual a reabrir as negociações com a categoria por melhores condições de trabalho e uma reposição salarial que compense as perdas desencadeadas pela extinção, em 2001, de uma gratificação de trabalho. De acordo com o sindicato dos policiais civis, até o momento não há perspectiva de reajuste salarial, conforme o reivindicado. Em função disso foi aprovado, a partir do dia 9 de julho, um indicativo de greve durante o último encontro da categoria.

Índios do Alto Rio Negro no Amazonas (região Norte) acusam a Funasa e o Ministério Público Federal de Brasília de serem omissos em relação aos problemas das comunidades da região, que compreende cerca de 500 aldeias que somam mais de 25 mil pessoas de 22 etnias diferentes. Os indígenas reivindicam meios de transporte, insumos e medicamentos. Em março do ano passado as lideranças indígenas já haviam enviado um documento relatando a situação aos órgãos públicos, mas não obtiveram nenhuma resposta. Segundo as lideranças indígenas, entre janeiro e abril, houve 55 mortes de índios na região do. De acordo com o Conselho Distrital de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (Condisi) 66% desses casos não receberam assistência por conta dos problemas de locomoção das equipes de saúde.

Cerca de 20 homens encapuzados e armados invadem o acampamento de sem-terras ligados ao Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), na Fazenda São Vicente, em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, e ateiam fogo às barracas. O incêndio, que destrói completamente o acampamento, deixa um sem-terra com queimaduras graves.

4ª Feira 27

Cerca de 115 PMs e 10 policiais civis iniciam operação para cumprir 12 mandatos de reintegração de posse expedidos pela Justiça do estado do Pará (região Norte). Um grupo de sem-terras ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) ameaça durante todo o dia bloquear a BR-275, entre Eldorado dos Carajás e Parauapebas, no sudeste do estado. O MST critica a governadora Ana Júlia Carepa (PT), apoiada pelo movimento na campanha de 2006, e ameaça resistir às reintegrações. Ayala Ferreira, da coordenação estadual do MST, diz que a governadora cede às pressões dos fazendeiros. O governo do Pará diz ter dialogado com todos os setores, o que teria reduzido o número de reintegrações no estado.

Os manifestantes contrários à transposição das águas do rio São Francisco que ontem ocuparam o canteiro de obras em Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste) enterram um marco de concreto usado para medições topográficas. Fincam uma cruz de madeira para simbolizar o “enterro” do projeto de transposição.

Cerca de 30 servidores do Incra, em greve há um mês, protestam dentro do Palácio do Planalto durante a solenidade, enquanto o presidente Lula discursa para 400 pessoas no lançamento do Plano Safra de Agricultura Familiar, que vai liberar R\$ 12 bilhões em 2007 e 2008. O presidente responde aos manifestantes: “Não sou contra a greve, quero regulamentar a greve. Ninguém pode ficar 70 dias sem trabalhar e depois receber pelos dias que não trabalhou”.

Grevistas da Fundação Nacional de Arte (Funarte) impedem a entrada de terceirizados e comissionados no Palácio Gustavo Capanema, sede da fundação, além de tentarem impedir a entrada do presidente da Funarte, Celso Frateschi. O presidente afirma que vai cortar os pontos dos grevistas da fundação a partir do salário deste mês e adianta que vai entrar na Justiça com uma ação civil pública questionando o contrato de prestação de serviços terceirizados para a fundação, já que os 51 terceirizados prestadores de serviços administrativos para a Funarte estão sendo impedidos de trabalhar pelos trabalhadores do Ministério da Cultura.

Uma megaoperação no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) envolvendo cerca de 1350 policiais já provocou 19 mortes. Os detalhes sobre a circunstância das mortes, a identificação das vítimas e o número de feridos ainda não foi divulgado. A justificativa da operação, que continua na região, é a apreensão de drogas e armas e o cumprimento de mandados de prisão. Segundo o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame o contingente de policiais usado é necessário devido a extensão da área do complexo. O complexo do Alemão está ocupado pela polícia desde o dia 2 de maio. Na ocasião a justificativa da ação era encontrar os assassinos de dois soldados do 9º Batalhão (Rocha Miranda), assassinados com mais de 30 tiros no dia 1º de maio. Os freqüentes tiroteios já provocaram 25 mortes e cerca de 5 mil crianças estão sem aulas devido ao fechamento dos escolas locais.

Em carta aberta militantes e moradores criticam a operação policial no Complexo do Alemão – Rio de Janeiro (região Sudeste) destacando-a como uma clássica operação militar de cerco e aniquilamento. A partir de informações passadas diretamente por moradores das favelas atacadas e de região circunvizinha, foram constatadas 19 mortes até agora comprovadas. Porém, moradores estão fazendo buscas na “Grotta”, “Fazendinha” e regiões próximas ao Complexo do Alemão, pois desconfiam que há mais vítimas. Esta ação policial no Complexo do Alemão foi planejada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e contou com mais de 1300 policiais militares e membros da Força Nacional de Segurança. Nada atesta que existiu confronto com traficantes, mas sim uma clássica operação militar de cerco, com ordens de não fazer prisioneiros. Apenas duas pessoas foram presas. Desde 1990 (caso das Mães de Acari) a população pobre do Rio tem sido vítima de chacinas executadas por policiais, mas quase sempre o Estado tentava se auto-inocentar. A respeito da chacina de dois dias atrás, no entanto, as declarações de todas as autoridades foram no sentido de aprovação da operação, apresentado-a como um modelo a ser repetido.

5ª Feira 28

Aproximadamente 10 mil pessoas ocupam uma área federal batizada de Novo Millenium, na zona norte de Manaus – Amazonas (região Norte). De acordo com a Secretaria Estadual de Política Fundiária, a área total da Novo Millenium chega a quase 295 hectares e a entrada que dá acesso ao local foi interdita com grossas toras de árvores derrubadas. Segundo um dos líderes da ocupação, Sidney Souza, há pelo menos 4 mil famílias no local. Ainda segundo Souza, essas famílias não tem para onde ir, pois todas perderam suas casas nas enchentes de Manaus e nunca receberam nenhuma assistência da prefeitura ou do governo federal.

Os cerca de cem estudantes da Unicamp em Campinas e estudantes da Unesp de Franca, na região de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste) que ocupavam os prédios da diretoria acadêmica e a sala do Vice-reitor respectivamente, deixam o local. O reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, já havia recebido uma carta com as reivindicações dos alunos, que incluíam pedido de revogação dos decretos do governador José Serra e a não punição dos alunos que ocupavam o prédio a cerca de 10 dias. Outras reivindicações como a contratação de docentes e funcionários e a reformulação do cronograma de reforma da moradia estudantil foram feitos. O reitor afirma que o cronograma das obras tem sido seguido segundo acordo feito com os estudantes em março.

Famílias ligadas a sindicatos rurais vinculados à CUT, em parceria com a ala do MST de José Rainha Jr. fazem a 16ª ocupação no interior paulista em uma semana. O alvo foi a fazenda Jangada, em Sud Menucci – São Paulo (região Sudeste). O Movimento Terra Brasil anuncia ter ocupado 2 fazendas em Presidente Epitácio – São Paulo, mas a PM desconhece as ações.

É realizada hoje audiência entre os agricultores sem-terra acampados em Cumaru do Norte – Pará (região Norte) e o ouvidor agrário nacional, Gercino José Silva, para tratar da queixa de agressão aos sem-terra, por homens encapuzados. O delegado Vicente Gomes desconfia que os suspeitos sejam os seguranças da fazenda. Os sem-terra reivindicam a desapropriação da Fazenda Estrela de Maceió – Pará.

Índios, sem-terras, sindicalistas, quilombolas e pescadores que ocuparam na terça-feira (26) o canteiro de obras da transposição das águas do rio São Francisco, em Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste), aterram parte da área escavada pelos militares. Segundo um dos líderes, Rubem Siqueira, a idéia é que o local seja recuperado para dar lugar a lavouras de milho e feijão e os manifestantes só deixarão o local se o governo federal suspender o projeto de transposição e voltar a discutir a revitalização do rio. O bispo de Barra – Bahia (região Nordeste), dom Luiz Flávio Cappio, conclama os manifestantes a resistirem a eventuais tentativas de desmobilização do movimento. A Advocacia Geral da União (AGU) apresenta um pedido de reintegração de posse do canteiro de obra, ainda não apreciado.

6ª Feira 29

Um grupo de 30 servidores do Incra, em greve há mais de um mês, faz manifestação durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 no Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes, que reivindicam a implantação do plano de carreira da categoria, foram impedidos pelas seguranças do Palácio de manterem as faixas com frases de protesto abertas durante a manifestação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se justificou ao afirmar que “quando o governo federal dá aumento para uma categoria, todos passam a querer o reajuste”. O presidente acrescentou ainda que se gastar tudo com folha de pagamento, não terá dinheiro para fazer o plano safra para dar assistência técnica aos agricultores e para fazer os assentamentos.

Pescadores, integrantes de movimentos sociais e representantes da população ribeirinha fazem manifestação contra os possíveis danos que a construção da usina hidrelétrica do Rio poderá causar para a pesca no local. Os pescadores, reunidos no Porto do Cai N'Água, - Rondônia (região Norte), alegam que a construção da barragem colocará em risco a vida de espécies migratórias, como a dourada e a piramutaba, já que o sistema de transposição de peixes que foi projetado por Furnas Centrais Elétricas não foi testado para essas espécies. A comissão de Justiça e Paz e o Fórum Independente Popular do Madeira apóiam a manifestação.

O movimento carioca Rio de Paz organiza um protesto contra a violência na Praça do Papa em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Durante a manifestação foram fincadas cerca de 1,9 mil cruzeiros no solo para representar cada vítima de homicídio nestes seis primeiros meses do ano no estado de Minas Gerais. De acordo com Antônio Carlos Costa, presidente do Movimento Rio de Paz, o objetivo do protesto é "chamar a atenção para o drama de milhares de brasileiros que choram por seus mortos, e conscientizar a população de que devemos reagir a este estado de inércia em que vivemos".

Catorze famílias de trabalhadores rurais que ocupam desde o dia 01/06 a Fazenda Descanso – Estreito Ponte de Pedras no município de Paraúna – Goiás (região Centro-oeste) recebem ação de despejo emitida pela justiça a pedido da Advocacia Geral da União (AGU). De acordo com o líder dos acampados, Adilson Pereira Cardoso, as famílias aguardam uma solução pacífica por parte do governo para o impasse e garantem que irão resistir sem violência, aguardando que a justiça e os governantes reconheçam suas lutas e possam os ajudar.

Metalúrgicos intensificam paralisações na região metropolitana de Porto Alegre, Caxias do Sul e São Leopoldo no Rio Grande do Sul (região Sul). Os metalúrgicos reivindicam reajuste salarial de 10%, redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e garantia de aposentadoria especial. De acordo com o Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Milton Viário, os empresários não oferecem mais do que 5% de reajuste, apesar dos indicadores apontarem aumento de lucros para a maioria das empresas deste setor.

A Justiça Federal em Salgueiro – Pernambuco (região Nordeste) concede liminar de reintegração de posse contra os manifestantes que ocuparam a Fazenda Mãe Rosa, usada pelo Exército em Cabrobó – PE. O pedido foi feito ontem pela Procuradoria Seccional da União em Petrolina, subordinada à Advocacia Geral da União. As lideranças afirmam que a liminar não modifica a programação da ocupação. Os manifestantes dão início hoje à construção de casas para os índios truca, que reivindicam a posse das fazendas desapropriadas pelo governo para o início do projeto, e ao plantio de lavouras. Os líderes do movimento afirmam ainda que a saída da fazenda está condicionada à suspensão do projeto de transposição e negociação sobre a revitalização do rio. A expectativa do governo é que os manifestantes sejam notificados na segunda-feira. A partir de então, caso não deixem o local, a Polícia Federal deverá removê-los à força e deve contar com a presença da Funai, já que há índios no local. O juiz também decide por uma multa de R\$10.000 aos chefes da ocupação, se a decisão não for cumprida.

Sábado 30

Aproximadamente 150 pessoas promovem um protesto contra a violência na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes se deitaram na areia vestindo camisas vermelhas para simular os corpos das vítimas de armas de fogo. Diante da manifestação foi colocada uma cruz com a bandeira do Brasil. Segundo Antônio Carlos Costa, organizador do "Movimento Rio de Paz", o protesto tem o objetivo de chamar a atenção para o número de mortos (cerca de 2.350 mortos em menos de seis meses) no Estado. O organizador critica ainda o fato das autoridades se mobilizarem para os jogos Pan-Americanos, mas não conseguem se unir para o combate à criminalidade.

Fiscais do Ministério do Trabalho flagram 1106 trabalhadores que faziam a colheita e plantio da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoral e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis em Belém – Pará (região Norte) em condições análogas à escravidão. A ação contou com a participação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal. Alguns trabalhadores, vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, recebiam apenas R\$ 10,00 por mês. A comida fornecida estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. Se os números se confirmarem, esta será a maior libertação de trabalhadores realizada no país. Desde que os grupos móveis de fiscalização foram criados, em 1995, a maior libertação havia acontecido na Destilaria Gameleira em junho de 2005, quando 1003 pessoas foram libertadas.

A reitora da USP, Suely Vilela, cede a mais uma reivindicação dos estudantes da Universidade. Através de uma portaria, inclui representantes da Associação de Moradores do Conjunto residencial da USP e de alunos do interior do estado na comissão sobre moradias estudantis. Com a nova portaria, a Comissão de Gestão da Política de apoio à Permanência e Formação Estudantil na USP passa a contar com 12 integrantes. Essa comissão tem competência de estabelecer diretrizes para concessão de auxílio aos alunos, monitorar e avaliar o resultado dos programas, elaborar uma proposta e pedir verbas para essas ações. Entre os alunos, só havia representantes de associação de pós-graduandos e do DCE.

Glossário de Siglas

Contag	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de Terras de São Paulo
MP	Ministério Público
MST	Movimento Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PT	Partido dos Trabalhadores
Reuni	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de observação da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL / CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Assistentes de Pesquisa: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Colaboração: Anderson Andrade (LPP-UERJ), Luiza Leite (LPP-UERJ), Jane Barros Almeida (UFF), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ) e do PROEALC/ CCS/ UERJ - Coordenado por: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

Brasil – Cronologia junho 2007 – OSAL

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

Brasil

Cronologia do Conflito Social

Julho

Domingo 01

Cerca de 70 famílias, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), ocupam, de forma pacífica, um prédio pertencente ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com José Mariano, um dos sem-teto, metade das famílias que vive no local é da mesma época da ocupação anterior e essas pessoas só voltaram porque foram enganadas pelas autoridades que prometeram assentar aquelas que deixassem o prédio pacificamente. Segundo informações do grupo, o imóvel está abandonado desde 2001 e todas as famílias foram cadastradas pela Secretaria Estadual de Habitação, desde a primeira ocupação em 1999.

2ª Feira 02

Duzentos motoristas de vans, segundo o jornal O Globo, ocupam as três pistas da Avenida Roberto Silveira, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra o Projeto Linha de Vizinhança, apresentado pela prefeitura para regularizar o transporte alternativo na cidade e as fiscalizações do Departamento de Transportes Rodoviários (DETRO) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no município que, segundo eles, representam o rompimento do acordo firmado com o prefeito Godofredo Pinto. Os motoristas estacionam seus veículos na orla de São Francisco, o que causa o bloqueio de um túnel e congestiona todo o trânsito no local. Posteriormente, os motoqueiros se encaminham até a frente da prefeitura. Uma comissão de manifestantes tenta ser recebida por um representante da prefeitura, mas é impedida pela Guarda Municipal. Cerca de 50 policiais acompanham os manifestantes, impedindo que eles bloqueiem totalmente o trânsito. Os motoristas decidem recuar e aguardar uma resposta da prefeitura, que não se manifesta.

Cerca de 2 mil trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), segundo a Agência de Notícias do Planalto e 300, segundo o Jornal do Brasil, montam acampamento em frente às prefeituras de Pitanga e Cândido de Abreu, na região centro-oeste do Paraná (região Sul). Os agricultores reivindicam a desapropriação de fazendas em processo de negociação, liberação de crédito para investimento e a distribuição de cestas básicas às famílias acampadas além de infra-estruturas como: moradia, estradas, energia elétrica, água encanada e estrutura social para seis assentamentos. Em cada prefeitura cerca de mil trabalhadores estão mobilizados. De acordo com as polícias militares dos dois municípios, as manifestações são pacíficas, apesar do transtorno que causam no trânsito. Uma comissão de integrantes do MST é recebida pelos prefeitos dos dois municípios, que se dispõem a intermediar as negociações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Banco do Brasil e outros órgãos. O superintendente do Incra no Paraná, Celso Lacerda, informa que os atrasos nos programas na região ocorrem em razão da greve dos

servidores do Incra. Afirma também que irá negociar com o MST, no dia 5 de julho, em Cândido de Abreu, uma solução para o impasse.

Cerca de 70 manifestantes contrários à transposição do Rio São Francisco se juntam aos cerca de 1,5 mil acampados em Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste). A ocupação está localizada no eixo Norte do projeto da transposição do Rio São Francisco e busca impedir que as obras aconteçam. O movimento de Cabrobó é formado por integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), comunidades quilombolas, representantes de 16 povos indígenas, associações de pescadores e ambientalistas, e deve receber cerca de 300 pessoas, até o dia 5 de julho, vindas do Ceará e da Bahia. O bispo de Barra - Bahia, D. Luiz Flávio Cappio, que fez greve de fome há dois anos contra a transposição, se uniu à ocupação. Uma equipe de negociadores vai à capital, Recife para tentar articular a saída pacífica dos manifestantes que ocupam a área do canal em Cabrobó. Os agentes têm ordem de esgotar as negociações com os manifestantes, mas a Polícia Federal não descarta o uso de soldados do Exército na desocupação. Os governadores de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (região Nordeste) se reúnem em Recife para anunciar uma campanha de conscientização sobre a importância da obra para a região Nordeste. Políticos contrários à obra prometem fazer mobilização simultânea em contrapartida.

Cerca de 900 trabalhadores da empresa LP Displays protestam dentro da fábrica, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores protestam por garantias da empresa para o pagamento do total de indenizações trabalhistas de funcionários que deverão ser demitidos neste mês. A direção da empresa propôs pagamento de apenas metade dos direitos aos trabalhadores que se encontram lesionados em decorrência do trabalho. A produção encontra-se sob controle dos operários que exigem o não-fechamento da fábrica e a manutenção dos postos de trabalho. Para isso, os metalúrgicos lutam e reivindicam do governo Lula a nacionalização da empresa. No início de junho, a LG Philips anunciou o fechamento da fábrica em São José dos Campos e das outras 3 unidades no Brasil: Santo André, Suzano e Recife até agosto. O fechamento apenas de São José já acarreta cerca de 1,2 mil demissões. Em todas as unidades, o número de desempregados poderá chegar a 2,5 mil.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (região Sul), aprova por 43 votos a favor e 27 contra, a adoção do Programa de Ações Afirmativas da Universidade, estabelecendo a reserva de 30% das vagas em todos os cursos de graduação, 15% para alunos oriundos do ensino médio da escola pública e 15% para alunos autodeclarados negros e indígenas. Com a UFRGS, chega a cerca de 40 o número de universidades brasileiras que, por decisão de seus Conselhos Universitários, adotam algum tipo de ação afirmativa para negros e indígenas nos seus sistemas de acesso. A decisão foi muito comemorada pela militância negra, que durante toda a última semana foi hostilizada por grupos racistas que chegaram a pichar os muros da Universidade com frases como "negros voltem para as senzalas" ou "lugar de negro é na cozinha do Restaurante Universitário". A concentração de militantes na Reitoria da Universidade começou cedo, como relata a jornalista Vera Daisy Barcellos, da Organização de Mulheres Negras Maria

Mulher. "Desde cedo, a concentração de militantes negros (as), professores e simpatizantes lotavam as dependências da Reitoria. Muitos universitários acamparam em frente do prédio". Segundo os militantes, o Programa de Ações Afirmativas tem como objetivo promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário, apoiar estudantes, docentes para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais, além de desenvolver e apoiar a permanência, na Universidade, dos alunos negros e indígenas mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico. Na coletiva para a imprensa, realizada ao final da reunião, o reitor José Carlos Hennemann disse que a decisão fortaleceu o Conselho Universitário (CONSUN) e a comunidade universitária e que o próximo vestibular da UFRGS deverá ser mais estimulante para os estudantes afro-descendentes e egressos de escolas públicas. O programa será aplicado já no Vestibular 2008.

3ª Feira 03

Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em greve desde o dia 30 de maio, fecham por cerca de 30 minutos a entrada principal do campus da Cidade Universitária no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo soldados do 22º Batalhão da Polícia Militar (BPM), a ação dos grevistas provocou um engarrafamento de mais de 2 km, e parou a Avenida Brasil, sentido Ilha do Governador. Os servidores técnico-administrativos das universidades federais estão em greve reivindicando que o governo cumpra com o acordo que em 2005 pôs fim a uma greve da categoria, continuidade e aprimoramento do plano de carreira e piso de 3 salários mínimos.

A Associação de Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (Asibama) consegue no Tribunal Regional Federal (TRF) uma liminar que suspende a punição dada pelo governo de corte dos salários dos dias não trabalhados pelos servidores em greve desde maio. Os 2.512 servidores do Ibama tiveram desconto de 17 dias de junho, porque a folha de maio já havia sido paga. Como o corte já havia sido feito, a Advocacia-Geral da União (AGU) avisa que não vai rodar folha de pagamento suplementar e vai recorrer da decisão. Segundo o presidente da Asibama, a categoria espera que o governo pague os dias descontados em folha suplementar. Servidores do Incra no Ceará, Maranhão, Sergipe (região Nordeste) e Santa Catarina (região Sul) conseguem na Justiça impedir a tempo o corte de salários. No entanto, ocorrem cortes nos salários de 621 trabalhadores de outros estados por nove dias de maio. O Ministério do Planejamento descarta rodar folha suplementar para pagar os dias descontados dos servidores do Ibama e, caso o governo não consiga reverter a decisão, o pagamento será feito no próximo mês. Funcionários do Banco Central (BC) que fizeram greve por 45 dias também tiveram seis dias descontados em maio e agora negociam a reposição.

Movimentos Sociais do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) lançam Manifesto que retoma as reivindicações da ocupação Carlos Mariguella e pede o apoio à luta pela Reforma Urbana, justiça social e soberania popular. Segundo o manifesto assinado pelo MTST, a ocupação tem a finalidade de desenvolver projeto de interesse social para 50 famílias de trabalhadores formais e informais, com renda de até 3 salários mínimos, e na sua grande

maioria desempregados. O projeto visa participar politicamente de todas as ações identificadas com as lutas por justiça social e soberania popular, buscar a unidade na luta e apoio mútuo com ocupantes de outros projetos, com hospedagem, quando necessário, e formação (profissional, educacional e política). A ocupação tem por finalidade a moradia e o trabalho com formação de grupos de trabalho e renda. Todos os espaços de moradia serão de uso das famílias ocupantes e frutos do seu trabalho e da sua luta. Serão designados coletivamente espaços para a formatação de grupos de trabalho e renda. A ocupação tem o apoio do o MST Brasil / RJ e dos Círculos Bolivarianos Leonel Brizola.

4ª Feira 04

Motoristas de vans da empresa Cooperpeople paralisam suas atividades nos distritos de São Mateus, Vila Prudente, Ipiranga, Saúde e Santa Cruz em São Paulo (região Sudeste). Os motoristas reivindicam o aumento do custo da passagem de R\$ 0,93 para R\$ 1,19. A empresa, que possui 39 linhas e 592 carros em atuação, deixa sem transporte cerca de 280 mil passageiros de vans.

Aproximadamente 200 motoristas de vans e kombis de linhas municipais fazem passeata nas proximidades do Hospital Universitário Antônio Pedro, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) contra o projeto Linha de Vizinhança, proposto pela prefeitura para regularizar o transporte alternativo na cidade. A iniciativa prevê que as vans circulem apenas em pequenas áreas, transportando passageiros até os pontos de ônibus, para não haver mais concorrência entre as empresas e o transporte alternativo. O objetivo da manifestação é reivindicar a legalização do transporte alternativo na região. Policiais militares impedem que os manifestantes fechem completamente as ruas, mas os motoristas dizem que permanecem acampados no local até conseguirem ser recebidos pelo prefeito Godofredo Pinto ou pela secretária de Serviços Públicos, Trânsito e Transportes, Dayse Monassa e dizem que haverá mais manifestações caso a prefeitura insista na implementação do projeto. Monassa diz que o projeto está sendo discutido com representantes dos donos de vans há um ano e meio e que nenhum deles chegou a criticá-lo. Esta é a segunda manifestação que motoristas de vans realizam esta semana no centro de Niterói; a primeira ocorreu no dia 2 de julho.

Cerca de 1,5 mil pessoas, que estavam acampadas desde o dia 26 de julho no município de Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste), deixam o local acompanhadas por policiais militares, da PRF e do Exército. Os manifestantes, que protestavam contra a transposição do Rio São Francisco, saem pacificamente depois de receber a intimação da Justiça, entregue um pouco antes da ação de despejo. De acordo com José Barros, secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orocó em Pernambuco, os manifestantes não contestam a saída porque querem mostrar que estão cumprindo a lei, ao contrário do governo. Indígenas da etnia Truká afirmam que continuarão a pressionar o governo para que faça a demarcação da área como terra indígena. Em dois veículos cedidos por agricultores, os manifestantes se deslocam para assentamento do MST no município. Segundo o assessor da CPT, a saída do grupo não significa o fim das mobilizações. Os manifestantes se reúnem em assembléia para decidir novas ações. A estratégia é promover ações em seqüência para estimular o apoio popular e, ao mesmo tempo, atrapalhar a execução do projeto. Um ônibus com 40 pessoas do Ceará

(região Nordeste) chega ao local. Os policiais vão permanecer na área para observar a movimentação até que o Exército reassuma o controle.

Mais de 500 sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) de todo o país realizam uma Ocupação Pacífica do Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo da manifestação é sensibilizar os parlamentares para não derrubar o veto presidencial à Emenda 3, da medida provisória que criou a Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita. Eles reivindicam também a retirada do Projeto de Lei Parlamentar que engessa a folha salarial dos servidores federais, a manutenção dos atuais direitos previdenciários e inclusão dos trabalhadores que estão fora do sistema, a realização de projetos que valorizem a escola pública de qualidade, garantia de negociação coletiva no serviço público e o direito irrestrito de greve no setor público. De acordo com Antonio Carlos Spis, da coordenação nacional da CUT, a Emenda 3 impede os fiscais do Trabalho de autuar empresas por contratações irregulares, como vínculo sem carteira assinada ou trabalho escravo.

5ª Feira 05

Professores e funcionários das escolas estaduais paralisam suas atividades no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A categoria reivindica entre outros itens, reajuste salarial, nomeação de concursados, realização de novos concursos públicos para professores e funcionários e a municipalização do ensino. Na Capital, Porto Alegre, os professores e funcionários ainda participam do protesto da CUT pela manutenção do veto do presidente Lula à Emenda 3, em defesa do direito de greve dos servidores e contra o projeto de lei federal que dificulta os reajustes salariais dos servidores públicos.

Cerca de 250 índios da tribo Truká retomam suas terras em Cabrobó - Pernambuco (região Nordeste). De acordo com a assessoria de imprensa do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os indígenas reivindicam a demarcação do território Truká, de forma a assegurar a posse permanente e o usufruto exclusivo da terra indígena e a paralisação das obras de transposição do Rio São Francisco que, segundo eles, violam o território truká. O Cimi apresentou, no dia 4 de julho, ao Procurador da República no município de Serra Talhada – Pernambuco (região Nordeste), uma representação contra o Ministério da Integração Nacional, o Ibama e a Fundação Nacional do Índio (Funai), pedindo abertura de inquérito civil público para apurar as responsabilidades dos órgãos pelos possíveis danos ao meio ambiente e aos direitos indígenas. Segundo a Funai, a terra dos Trukás já está delimitada e regularizada desde 2002. No entanto, há uma área que está em revisão de limite, que corresponde, de fato, ao local onde estão sendo iniciadas as obras de transposição do rio São Francisco. A Funai confirma que existe um estudo em curso para verificar essa situação. Não houve confronto. O assentamento de Jibóia, do MST, onde os manifestantes acamparam após serem retirados do canteiro de obras, é a principal base de apoio. Segundo Clarice Maia, integrante da CPT e assessora dos acampados, todos permanecerão na área por tempo indeterminado.

Cerca de 40 famílias do MST ligadas a José Rainha Jr. ocupam a fazenda das Cobras, em Dracena – São Paulo (região Sudeste). É a 19ª ocupação em duas semanas, como parte do

“inverno quente”, onda de ocupações articuladas por Rainha em protesto contra a proposta do governo do estado de legitimar títulos de posse de áreas no Pontal do Paranapanema. O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é comunicado sobre a ocupação.

Trabalhadores do MST participam de ato político no distrito de Jordanésia, em Cajamar, Grande São Paulo (região Sudeste). O ato aconteceu em frente ao Boiódromo, onde acontecia o Encontro das Áreas de Preservação Ambiental (APA). Os agricultores protestam contra o fato de o MST não ter sido convidado a participar da discussão, apesar de ter a conservação do meio ambiente como uma de suas bandeiras de luta. O ato contou com distribuição de mudas de árvores frutíferas vindas do assentamento Dom Pedro Casaldáliga, que fica na região, para os participantes do encontro. O MST reiterou seu posicionamento a favor da produção agroecológica que além de não agredir o meio ambiente, cultiva alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Simultaneamente à distribuição das mudas, o Movimento de Moradia de Cajamar fez uma marcha pelo centro da cidade em solidariedade aos Sem Terra. A caminhada terminou em frente ao Boiódromo, quando os marchantes se juntaram aos trabalhadores rurais. Nesse momento, a organização do encontro permitiu a entrada de representantes do MST no debate.

6ª Feira 06

Cerca de 8 mil estudantes, segundo a agência de notícias Chasque e 4 mil, segundo o jornal O Globo protestam em uma passeata, organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), até a sede do BC. A passeata, que integra o 50º Congresso da UNE, tem como objetivo protestar contra a atual política econômica do País. Os estudantes pedem a redução dos juros, a saída do presidente do BC, Henrique Meirelles e mais verbas para a educação, de forma a melhorar a assistência estudantil em áreas como transporte, moradia e alimentação.

Aproximadamente 150 pessoas participam da caminhada de protesto pela chacina do dia 30 de junho, que deixou seis mortos em Vila Albertina – São Paulo (região Sudeste). No fim do protesto, cerca de 300 pessoas participam do ato público na sede da fundação Gol de Letra, onde uma das vítimas estudou.

Cerca de 250 famílias do MST ocupam uma área em Americana, região de Campinas - São Paulo (região Sudeste). A fazenda de 216 hectares, apesar de pública, vem sendo irregularmente explorada pela usina Ester para o cultivo de cana-de-açúcar. Após a primeira ocupação, realizada em agosto de 2006, a usina recebeu da Procuradoria de Justiça de São Paulo uma notificação para deixar a área em 60 dias. Além de não cumprir a notificação, representantes da usina entraram com pedido de permanência e interdito proibitório, alegando que a área é arrendada. Trata-se de outra irregularidade, pois a fazenda pertence ao governo de São Paulo desde 1976, quando foi tomada como pagamento de dívidas que os antigos proprietários tinham com o INSS. Desde a entrada na área, as famílias sofrem ameaças de violência física por parte do comandante da operação, capitão Takiushi. O mesmo policial foi responsável por momentos de tensão na ocupação da área em 2006. Takiushi ameaça cumprir a reintegração de posse da área mesmo sem mandado.

Sábado 07

Cerca de 60 famílias organizadas pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), ocupam o fazenda em Itaberai – Goiás (região Centro-oeste). Totalmente improdutivo, segundo os militantes, a fazenda é comprovadamente grilada pela família dos Gonzaga que reivindica na justiça o direito de retomar a posse. É a segunda vez que o MTL ocupa esta área. O proprietário há muitos anos não paga o Imposto Territorial Rural (ITR). O movimento cobra providências das autoridades, principalmente do governo do estado que é quem tem competência para legislar por terras devolutas ou griladas.

Cerca de 150 pessoas ligadas aos sindicatos de categoria, movimentos sociais, pastorais e partidos de esquerda lançam em Maringá - Paraná (região Sul) a Campanha Nacional que visa anular o Leilão da Companhia Vale do Rio Doce. O ato acontece na Praça Raposo Tavares no centro de Maringá e contou com apoio e organização de várias entidades da cidade e municípios da região Noroeste do Paraná, como Paranacity, Santa Cruz do Monte Castelo, Mandaguari, Paiçandú, Cruzeiro do Sul, Terra Rica, Querência do Norte, Amaporã, Planaltina do Paraná e Sarandi. Estavam presentes representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato), da Assembléia Popular, da Via Campesina, da CPT, do MST, do MPA, do Movimento Estudantil, da Pastoral da Juventude, do Sindicato dos Engenheiros, do Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá, da Pastoral Afro-brasileira, do Conselho de Religiosos do Brasil, além de membros do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Verde (PV). A empresa era a segunda maior estatal brasileira e foi privatizada no ano de 1997 pelo então governo Fernando Henrique Cardoso. Naquele ano, a Companhia foi vendida por cerca 3,3 bilhões de reais. Porém, estimava-se na época que seu real valor era de 92 bilhões de reais, ou seja, 28 vezes mais. Além disso, a Vale do Rio Doce não representava prejuízos para o Estado brasileiro, pelo contrário, a empresa, que é a maior mineradora de ferro do mundo, tem rentabilidade líquida de aproximadamente R\$ 4 bilhões por ano. Em virtude desse e de outros questionamentos sobre a regularidade da privatização da Companhia que organizações e movimentos sociais realizam entre os dias 1º e 7 de setembro, o Plebiscito Popular sobre a legitimidade do leilão da Vale do Rio Doce.

Domingo 08

Pouco mais de 30 estudantes da UFRGS protestam em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (RS). A manifestação, organizada por estudantes e vestibulandos em frente ao prédio da reitoria, tem por objetivo protestar contra o sistema de cotas raciais e sociais aprovado pelo Conselho Universitário para o próximo vestibular.

O índio Ortiz Lopes, 46 anos, é assassinado na porta de sua casa, na cidade de Coronel Sapucaia – Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste). Segundo o Cimi, é o 20º índio assassinado no estado neste ano na luta pela posse da terra. Ortiz era o principal líder dos 2,5 mil índios guarani-Kaiowá que vivem na Kurussu Ambá, área indígena localizada entre os municípios de Amambai e Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai.

2ª Feira 09

Centenas de servidores do Incra, em greve desde o dia 21 de maio, realizam uma manifestação em frente ao Instituto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Durante o ato, organizado também para lembrar os 37 anos do instituto completados este mês, os servidores soltaram dezenas de balões com frases pedindo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o atendimento das reivindicações da categoria.

Trabalhadores fazem carta contra a ameaça de punição aos controladores de voo e pedem desmilitarização do controle do tráfego aéreo. “Controlador de voo é trabalhador, e trabalha muito, sob condições de trabalho ultra estressantes”, diz a carta. A Aeronáutica concluiu Inquérito Policial Militar (IPM) e o Ministério Público Militar irá abrir processo contra os líderes da paralisação dos controladores de voo, com a alegação de "motim".

Aproximadamente mil integrantes do MST, segundo a Agência Chasque, 400 segundo a Agência de Notícias do Planalto e segundo o Centro de Mídia Independente (CMI) 700, bloqueiam quatro rodovias no interior do Rio Grande do Sul (região Sul). Foram bloqueadas as rodovias: RS-168, em Bossoroca, a RS-392, em Tupanciretã, a BR-116, em Pedro Osório, e a BR-386, em Nova Santa Rita. O objetivo é pressionar o Incra e o governo do estado para a regularização do repasse de cestas básicas e lonas para os acampamentos. De acordo com o membro da coordenação estadual do MST, Mauro Cibulsky, o repasse de alimentação para os acampamentos sem terra está atrasado há três meses. Os manifestantes reivindicam ainda o assentamento das 2,5 mil famílias e a regularização das cestas básicas até as famílias serem assentadas. Posteriormente, lideranças do MST tiveram reunião com o Incra, que se comprometeu a regularizar o repasse.

Funcionários do Ibama fazem protesto na estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é protestar contra a criação da Fundação Chico Mendes. Os manifestantes escalaram a estátua e colocaram uma faixa preta no monumento. A manifestação atrasou em duas horas a abertura do Parque Nacional da Tijuca e o acesso de turistas ao morro do Corcovado.

O governador do Paraná (região Sul) Roberto Requião do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entrou, dia 9 de julho, com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Paraná contra a determinação do juiz da 1ª Vara Cível de Cascavel, no oeste do Paraná, Fabrício Priotto Mussi. O juiz deu o prazo até o dia 10, para que as famílias que ocupam a Estação Experimental Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, a 450 km de Curitiba, sejam retiradas do local. O teor do recurso não foi divulgado. Ele será apreciado pelo desembargador Paulo Roberto Hapner. Em razão de o recurso ter sido impetrado por Requião como pessoa física, provavelmente o objetivo é livrá-lo da multa pessoal imposta pelo juiz. Isso porque o juiz Mussi determinou multa de R\$ 2 mil por dia, caso a ordem de desocupação não seja cumprida. Pela manhã, o juiz em Cascavel também negou o pedido da Via Campesina que solicitava um prazo maior de permanência na área, tendo em vista que as famílias

realizaram diversas plantações no local, e por isso, precisam realizar a colheita das culturas. A área da Syngenta foi ocupada no dia 14 de março de 2006 por 80 famílias da Via Campesina, segundo o MST, com o intuito de protestar contra a realização, por parte da Syngenta, de experimentos com organismos geneticamente modificados, como soja e milho, não respeitando a zona de amortecimento – de uso restrito ao redor de reserva ambiental – do Parque Nacional do Iguaçu. O local foi batizado de Acampamento “Terra Livre”, justamente por estar livre de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas. Os camponeses estão trabalhando com práticas agroecológicas para descontaminar a terra. As 60 famílias que ocuparam o local já colheram este ano a primeira safra de alimentos, produzidas dentro do modelo de cultivo agroecológico.

Cerca de 300 policiais civis deflagram greve de 48 horas no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e prometem fazer uma operação-padrão durante os Jogos Pan-Americanos. Os policiais reivindicam a reposição das perdas com o fim do pagamento da Gratificação Especial de Atividade (GEAT), o que significaria um aumento de 50% a 70% nos salários da categoria. De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Civis (SINPOL), Fernando Bandeira, desde março os policiais estão esperando uma resposta do Executivo. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), anuncia que não negociará com a categoria sob chantagem por classificar o movimento como oportunista, já que o mesmo foi deflagrado a dois dias do início dos Jogos Pan-Americanos. O SINPOL informa que 30% do efetivo vai trabalhar, como determina a lei. Serão afetados serviços como emissão de identidade, necropsia, emissão de laudos cadavéricos, registros de ocorrência, investigação e perícia em local de crime.

Os aeroportuários fecham acordo coletivo da categoria com o governo. Eles terão aumento salarial de 6% retroativo a maio, um adicional de 3,25% em outubro (devido à progressão na carreira para todos os funcionários) e correção de 10% no vale-refeição, além de assegurados os atuais benefícios. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) também promete a contratação de 1,8 mil novos funcionários já concursados e reavaliação do plano de carreira. Desta forma, as assembleias marcadas para 9 são adiadas para 13 de julho, quando os trabalhadores avaliarão a proposta do governo e, mesmo em caso de rejeição, será aberta nova rodada de negociação. Greves e paralisações estão suspensas por enquanto, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina), José Gomes Sobrinho, que nega a relação da data escolhida para a greve com o início dos Jogos Pan-Americanos.

3ª Feira 10

Cerca de 300 integrantes da tribo Tumbalalá ocupam a Fazenda Palestina, localizada às margens do Rio São Francisco, no município de Curaçá – Bahia (região Nordeste). Os tumbalalás que habitam a aldeia Pambu nas proximidades da fazenda reivindicam a área onde serão realizadas as obras de transposição do Rio São Francisco, que incluem a construção de duas barragens. Os índios temem que a transposição afete a pesca e a agricultura na região, principais fontes de renda dos integrantes. Maria José Marinheiro, líder da aldeia, afirma que os indígenas estão perdendo suas áreas e que estes terão sérios prejuízos com a transposição. De acordo com ela, o ministro da Integração Nacional,

Geddel Vieira Lima (PMDB) visitou a tribo e prometeu melhorias para os índios, com a instalação de redes de saneamento básico na região.

As 70 famílias ligadas à Via Campesina acampadas, desde março de 2006, no campo de experimentos de soja e milho transgênicos da multinacional suíça Syngenta Seeds começam a deixar a área localizada em Santa Tereza do Oeste - Paraná (região Sul). As famílias acatam ordem de reintegração de posse expedida pelo juiz da 1ª Vara Cível de Cascavel, Fabrício Priotto Mussi. O juiz concedeu prazo até 9 de julho para que o governo do Estado realizasse a retirada das famílias, se necessário com o uso de força policial, caso contrário o governador Roberto Requião (PMDB) seria obrigado a pagar multa diária de R\$ 2 mil. Requião entrou com agravo de instrumento, no Tribunal de Justiça, com a intenção de rever a obrigatoriedade do pagamento da multa. Já o advogado Darci Frigo, da Terra de Direitos, apresentou pedido de prazo maior – pelo menos 7 dias – para a saída dos Sem Terra; no dia 8 de julho o juiz já havia recusado pedido semelhante. De acordo com a nota anunciada pela Via Campesina, as famílias ocuparam a área sob alegação de que a Syngenta realizava experimentos com organismos geneticamente modificados, não respeitando a zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. O governador Requião chegou a desapropriar os 127 hectares da área, mas o decreto foi considerado inconstitucional pela Justiça. Os manifestantes deixam o local "devido às sucessivas medidas de reintegração de posse concedidas pela justiça estadual à empresa e à exigência da transnacional de utilização de força policial contra os camponeses". As famílias que saem da propriedade serão transferidas para o assentamento Olga Benário, localizado no mesmo município.

Funcionários das estatais federais do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) entram em greve no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam reajuste de 13% nos salários. No entanto, a DATAPREV ofereceu 4% de aumento salarial e, o SERPRO, 3,5%. Os trabalhadores rejeitam as propostas apresentadas pelas empresas.

Cerca de 150 famílias do MST ocupam a Fazenda Aliança, em Joaima, Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais (região Sudeste). A fazenda tem área de 2,8 mil hectares, já foi vistoriada pelo Incra e decretada improdutiva pelo presidente da República. A ocupação da área é uma resposta das famílias do MST à lentidão de órgãos tanto do governo federal, como o Incra, quanto do governo estadual, como a Secretaria Agrária e do Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter). O objetivo do MST é pressionar os órgãos a resolver de forma definitiva o problema das mais de 4 mil famílias acampadas em todo o estado. A proprietária, Maria Araújo, mãe do artista Eduardo Araújo, não concorda com a desapropriação e por várias vezes, fizera interferência ao Incra, acompanhados de artistas renomados como o cantor Sérgio Reis e parlamentares como o deputado federal Wellington Prado, para que o governo não desapropriasse a área improdutiva. O MST encaminhou nota pública solicitando ao Incra que continue o processo de desapropriação da área, tendo em vista que ela é totalmente improdutiva, e que a região já foi palco do denominado “Massacre de Felisburgo” em 2004, onde cinco trabalhadores foram assassinados. Até o momento as autoridades governamentais não garantiram o assentamento das famílias.

4ª Feira 11

Dez atores vestidos de vampiros realizam um protesto bem-humorado em frente à Câmara dos Vereadores no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação, denominada “Marcha contra a impunidade”, é protestar contra os recentes casos de corrupção no senado, a violência e a impunidade. Idealizador do movimento, o vocalista da banda Detonautas, Tico Santa Cruz contou com o apoio de atores de um grupo de teatro e familiares de vítimas da violência na cidade.

Um grupo de professores universitários e pesquisadores de diversas áreas organiza “Carta Aberta à Ministra Dilma Roussef” contra a liberação comercial do milho transgênico. A ação propõe revisão da decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) de autorizar o plantio comercial do milho transgênico da empresa Bayer. Segundo os manifestantes, a autorização dada à Bayer para comercializar milho transgênico prescindiu de rigor científico, pois não se exigiu que a empresa realizasse estudo de impacto ambiental para os diversos ecossistemas do país, como seria de se esperar em se tratando da introdução de um transgênico que pode ter largo impacto sobre o meio ambiente e a economia do País. Os manifestantes destacam ainda que a CTNBio furtou-se a debater com aqueles setores da comunidade científica e da sociedade brasileira que se opunham a uma liberação irresponsável e apressada do milho transgênico, tendo primeiro se recusado a realizar Audiência Pública e, mais tarde, quando forçada a realizar audiência em virtude de liminar concedida pela Justiça Federal, organizado-a de modo a cercear a livre expressão de movimentos sociais e cientistas independentes que aí compareceram com o intuito de apresentar as suas preocupações.

Cerca de mil funcionários do Incra fazem um ato público em frente à sede do órgão em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os servidores do órgão, em greve há mais de 45 dias, contaram com o apoio de integrantes do Movimento Sem Terra. A mobilização tem por objetivo defender o fortalecimento da instituição. De acordo com o diretor da Coordenação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (CNASE), José Parente, os manifestantes entendem que somente com o fortalecimento do Incra será possível o país avançar no processo de assentamento das famílias de trabalhadores rurais acampadas em diversos pontos do país.

Um grupo de servidores da Secretaria de Receita Previdenciária faz manifestação em frente ao Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo Nicelene Maria Costa Ribeiro Freire, presidente da Associação dos Servidores Administrativos e Auxiliares dos Conselhos de Contribuintes (ASCORF), o protesto tem por objetivo chamar a atenção do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para o fato de eles não terem sido incluídos no quadro de pessoal da Receita Federal do Brasil, o que gerou a defasagem dos salários desta categoria.

Um grupo fortemente armado, composto por fazendeiros e policiais, despejou com truculência e sem mandado judicial, 30 famílias ligadas ao MST, no município de

Palmeirante - Tocantins (região Norte). Eles derrubaram os barracos com machado e portavam seis pistolas e um revólver. Cerca de 15 crianças e quatro mulheres estavam presentes no acampamento Bom Jesus (fazenda Recreio), situado em terras da União. Segundo informações do trabalhador rural Gean Antonio da Silva, às 10 horas da manhã, o grupo liderado pelos fazendeiros Paulo Freitas e "Pedão", residentes na cidade de Araguaína, sendo o último dono do Hotel Serra Negra, chegou acompanhado de quatro policiais militares e um policial civil. Após destruírem o acampamento, conduziram mulheres e crianças para outra parte da fazenda, a 2 km de distância, deixando-as à beira de um rio e ao relento. Uma das pessoas do grupo armado declarou: "volto amanhã cedo e se encontrar pessoas nesse local não vou respeitar nem criança e ninguém, vou bater em todo mundo" e outro acrescentou: "não existe autoridade nenhuma que nos impedirá de tirar vocês daqui, pois a terra tem dono". Casos de violência contra as famílias do acampamento vêm ocorrendo há pelo menos 1 mês.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Goiás (MNCR-GO) realiza marcha com cerca de 300 catadores organizados no MNCR, saindo da praça cívica em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste), onde se encontra o centro administrativo de Goiás, até a prefeitura. O movimento havia lançado carta de reivindicações à prefeitura de Goiânia há dias atrás onde reivindica: inclusão de 200 catadores organizados no MNCR, que atualmente moram nos depósitos, nos programas de moradia da prefeitura; moradia das 30 famílias residentes na favela dos trilhos, conforme prometido pela prefeitura há 1 ano, cessão de materiais para trabalho (prensas, etc) e de local para a organização de entrepostos a serem geridos pelos catadores do MNCR que atualmente se encontram explorados pelos depósitos; cessão de caminhões para a realização de coletas seletivas, coleta dos materiais dos galpões e para a comercialização do material reciclável à disposição diariamente do movimento.

Policiais civis encerram a paralisação da categoria, iniciada no dia 9 de julho, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os funcionários garantiram ao governo do estado que irão trabalhar normalmente durante os Jogos Pan-Americanos, mas que retomarão as negociações após o dia 30 de julho. Durante a paralisação, que durou 48 horas, apenas 30% do efetivo trabalhou no registro de flagrantes.

5ª Feira 12

Delegados, investigadores e escrivães de pelo menos quatro órgãos da Polícia Civil de São Paulo (região Sudeste) realizam paralisação de 24 horas para reivindicar reajuste salarial de 48% e incorporação de gratificações aos vencimentos, tanto para os policiais da ativa, como para os aposentados. Segundo o presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo (SIPESP), José Batista Neto, a maioria dos policiais perde até metade dos rendimentos quando se aposenta, pois as gratificações não são incorporadas. O governo do estado oferece um aumento escalonado de 3,8% a 23,4%. Apenas flagrantes podem ser registrados nas delegacias, onde não será possível fazer boletins de ocorrência sobre acidentes de trânsito, perda de documentos e outros serviços. O governador José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) afirmou que houve aumento real dos salários, desde 2002, de 25% a 65%, níveis acima da inflação. Segundo entidades da

polícia civil, dos 34 mil policiais; a adesão chega a 40% na capital, 50% segundo o jornal O Globo, e 80% no interior, 68% segundo o jornal O Globo. Na capital, cerca de 300 policiais civis e familiares de policiais militares fazem ato em frente à secretaria e depois percorrem as ruas do Centro da cidade. A PM apóia os policiais civis, mas está proibida pela Constituição de fazer greve.

Delegados de polícia paralisam suas atividades na Bahia (região Nordeste). A categoria reivindica reajuste salarial, de forma a equipararem seus rendimentos aos dos demais delegados de Polícia Civil do País, e melhores condições de trabalho. Os trabalhadores pedem ações efetivas do governo estadual, principalmente em relação à incorporação de gratificação no salário-base que, de R\$ 1.300, passaria a R\$ 4.014; além do aumento de contratações e a aquisição de mais carros. Os titulares comparecem às unidades, mas apenas serviços essenciais são realizados. Agentes, peritos e escrivães aderem ao movimento, alegando estar impossibilitados de trabalhar devido ao trabalho da polícia ser conjunto. De acordo com a Associação de Delegados de Polícia do Estado da Bahia (ADPEB), esta é a segunda paralisação da categoria nos últimos 60 dias e os delegados ameaçam paralisar suas atividades por tempo indeterminado caso o governo não abra negociações.

O líder indígena guarani-caiová Ortiz Lopes, 46, foi morto a tiros na aldeia Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia (386 km de Campo Grande), em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). De acordo com o Cimi, Lopes havia recebido ameaças de morte e já havia sido alvo de uma tentativa anterior de assassinato devido aos conflitos entre índios e fazendeiros por posse de terras na região. A Polícia Civil informou que ainda não há pistas sobre o autor ou os mandantes do crime. O quadro de violência contra povos indígenas tem se agravado nos últimos anos, por meio de prisões ilegais, intimidação e agressões. Esta é a avaliação do Cimi. Segundo a entidade os assassinatos de lideranças indígenas continuam se repetindo. Somente neste ano já foram registrados 20 assassinatos no estado - mesmo número de assassinatos registrados pelo Cimi em todo o ano de 2006. No depoimento, a mulher de Ortiz contou que o assassino avisou que a morte era um acerto de contas com fazendeiros. Dirigentes do Cimi que se dirigiam no começo da noite de 11 de julho à aldeia disseram esperar que a Polícia Federal assuma as investigações. Em janeiro deste ano, Ortiz Lopes participou, juntamente com outras 300 pessoas, de uma ocupação a fazendas dentro da área conhecida como Kurussu Ambá, em Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai. Os índios reivindicam a posse da terra e dizem que naquele local estão enterrados os seus antepassados. Uma semana depois da ocupação, policiais militares e seguranças da fazenda Madama, retiraram o grupo do local. Segundo relatos, houve conflitos durante a desocupação e a líder religiosa Julite Xuretê Lopes, 70, foi morta a tiros em seu barraco. Em razão da ocupação, 12 índios foram levados à delegacia de Amambai, perto dali. Segundo o Cimi, quatro deles ainda estão presos, acusados de roubo e invasão de terra. Após a expulsão, o grupo ficou acampado às margens da rodovia MS-289, em Coronel Sapucaia. Com a prisão do cacique Francisco Ernandes, Lopes assumiu a liderança do grupo. Em nota assinada por 122 lideranças, entidades como Movimento de Mulheres Camponesas, CUT e UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) condenaram o assassinato. "Ortiz morreu lutando. Reconhecer o direito à vida deste povo a partir das terras é a única forma de apagar a mancha mais terrível de nossa história", diz a nota.

Cerca de 500 servidores da UFRGS fecham os portões da Reitoria e de prédios vizinhos da Universidade, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A categoria reivindica a reestruturação do plano de carreira e a retirada do projeto de lei PL 01, enviado ao Congresso pelo governo, que acarretará o congelamento de qualquer investimento no serviço público durante 10 anos. De acordo com José Luís Rockenbach, coordenador-geral da Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS), a categoria está em greve há mais de 40 dias e ainda não recebeu do governo federal nenhuma proposta concreta de reajuste salarial.

Produtores e entidades rurais acampam em uma das sedes da fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). Os agricultores protestam contra a proposta de desapropriação da fazenda para a reforma agrária. O MST, que luta há mais de 2 anos pela área, afirma que ela é improdutivo, argumento rebatido pelos produtores rurais. De acordo com o vice-presidente da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL), Gedeão Pereira, a tentativa do Incra em desapropriar a área é um atentado ao direito de propriedade privada no País. Já para o dirigente estadual do MST, Cedenir de Oliveira, a desapropriação da Fazenda Guerra trará inúmeros benefícios à população e ao município.

6ª Feira 13

O Secretário de Segurança Pública de São Paulo - SP (região Sudeste), Ronaldo Marzagão, anuncia que os policiais civis que fizeram paralisação dia 12 de julho no estado terão descontado dos salários o equivalente a um dia de trabalho.

1350 funcionários da Infraero aceitam proposta de reajuste salarial de 6% feita pelo governo no dia 9 de julho, incluindo aumento de 10% para vale-refeição, contratação de 1800 funcionários e reavaliação do plano de carreira. Desta forma fica eliminada a possibilidade de os servidores pararem os aeroportos às vésperas do Pan.

Um grupo, que reúne 32 entidades sindicais, movimentos sociais, entidades de direitos humanos e organizações não-governamentais faz manifestação em frente à prefeitura do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra os bilhões de dólares investidos nos jogos Pan-Americanos e contra a violência policial, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, contra as reformas que retiram os direitos dos trabalhadores, contra as remoções e despejos, entre outros, cujas ações vêm sendo aceleradas por causa da realização do Pan. A manifestação “Ato Nacional de Luta contra o Pan”, reuniu cerca de 800 pessoas, entre as quais 15 jovens vestidos de palhaço que são saudados com uma salva de palmas e denunciam que o atual esquema de “segurança” é um pretexto para militarizar ainda mais a polícia e abrir guerra contra a população das comunidades pobres. Em nota, as organizações criticam as declarações de autoridades da PM do Rio de Janeiro que citam supostas ligações das entidades de direitos humanos e o tráfico de drogas. As entidades também reclamam do gasto de cerca de R\$ 4 bilhões nos jogos Pan-Americanos, que poderiam ser revertidos na construção de 150 mil casas populares ou na saúde e educação. Um grupo caminha até a Cinelândia e outro encerra a manifestação em frente ao Maracanã, com o intuito de aproveitar a abertura dos jogos para chamar a atenção das autoridades.

Enquanto este grupo dá a volta no Maracanã, policiais a pé e em patrulha seguem ao lado dos manifestantes. O único incidente é o fato de um policial, num carro estacionado, ameaçar jogar o veículo contra o grupo de manifestantes.

Cerca de 100 famílias ligadas ao MST, que compõe a comunidade Che Guevara, ocupam, pela segunda vez, a fazenda Belém no município de Franco da Rocha, Grande São Paulo (região Sudeste). As famílias reivindicam que o Incra destine a área para fins de reforma agrária. De acordo com elas, a fazenda, que tem aproximadamente 200 hectares, é improdutiva e não cumpre a função social que a Constituição brasileira lhe designa, assim como outras na região que estão sendo subutilizadas para especulação imobiliária. A área está abandonada, à espera de valorização. A primeira ocupação da local aconteceu em 14 de abril deste ano. Apesar de a fazenda ser comprovadamente improdutiva, o acampamento sofreu ameaças de despejo e foi provisoriamente transferido. O MST reivindica que o Incra realize vistoria em todos esses latifúndios e desmascare o absurdo da concentração fundiária e das desastrosas conseqüências que o agronegócio traz para os trabalhadores.

O comando de greve do Ibama em Brasília - DF (região Centro-oeste) suspende a greve durante o recesso parlamentar e retorna ao trabalho a partir de 18 de julho. Os funcionários em greve desde o dia 14 de julho, contra a medida provisória que cria o Instituto Chico Mendes, tiveram o ponto cortado por 17 dias. De acordo com Jonas Corrêa, presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama (ASIBAMA-DF), a categoria ainda se declara em estado de alerta e os servidores ameaçam cruzar os braços novamente no início de agosto, quando os parlamentares voltam das férias, já que o objetivo do movimento é político. A decisão de suspender a greve foi tomada sob a condição, aceita pela direção do Ibama, de negociar a reposição dos dias parados.

Uma articulação de movimentos sociais do Mato Grosso do Sul, entre eles o Cimi, entrega uma representação ao Ministério Público Federal (MPF), em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), para que o assassinato do líder indígena guarani-kaiowá Ortiz Lopes, morto no dia 8 de julho, seja investigado pela Polícia Federal e não por autoridades locais. Segundo o representante do Cimi, Egon Heck, a representação levada ao MPF é baseada em depoimentos de Marluce Lopes, viúva de Ortiz, e de outros líderes guarani-kaiowá, que relacionam a morte do índio a sua atuação na luta pela terra indígena Kurusu Amba, área que é motivo de disputa entre índios e fazendeiros. Para o representante do Conselho existe um clima antiindígena articulado pelo poder político-econômico da região, e isso pode comprometer a atuação da polícia local. Segundo Charles Pessoa, procurador do MPF em Dourados, caso a análise da representação indique a relação do assassinato de Lopes com a disputa pela terra, a investigação passa para a competência federal. O pedido de investigação federal também é endossado por entidades como a CUT, MST e a CPT.

Sábado 14

A multinacional Aracruz Celulose, maior produtora de celulose de eucalipto, anuncia a expansão de seus negócios no Rio Grande do Sul (região Sul). Em encontro com a governadora Yeda Crusius (PMDB-RS), foi anunciado que a Aracruz pretende ampliar em cinco vezes a produção de celulose no estado. A empresa conta com a flexibilização da

legislação ambiental, promovida pelo governo de Crusius, para acelerar a implementação de seus projetos. Uma reportagem da agência de notícias Chasque, de Porto Alegre, denunciou irregularidades nas audiências públicas que debateram o zoneamento ambiental do plantio de eucalipto. Até 2010, a área de plantio passará de 110 mil hectares para 250 mil hectares.

Cerca de 20 mulheres de controladores de vôo militares protestam em frente ao Cindacta-1, em Brasília - DF (região Centro-oeste), carregando faixas em que cobram "direito à expressão". O objetivo do ato é repudiar as punições aos controladores adotadas pela Aeronáutica que afastaram 14 militares de suas funções, acusados de participar de operações-padrão que causaram atrasos nos aeroportos do País.

Aproximadamente 400 policiais militares e bombeiros fazem manifestação na Praia de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam melhores condições de trabalho, vale-transporte, plano de saúde e equiparação salarial com a Polícia Civil. De acordo com um dos integrantes da manifestação, um policial civil que acaba de ingressar na carreira tem salário de R\$ 2 mil, enquanto um policial militar recebe apenas R\$ 800. Os manifestantes estavam à paisana e sem armas. O governo do estado promete se pronunciar no dia 20 de julho. Segundo a capitã da PM Tânia Loos, uma das organizadoras do movimento, a mobilização não prevê greves e a data não foi escolhida com o objetivo de atrapalhar o Pan.

Cerca de 50 pessoas protesta em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) contra a morte de 21 indígenas no estado, resultado de conflitos por terras. São mais de 70 mil índios para menos de 100 mil hectares, a menor proporção do país. A última morte ocorrida foi a do líder indígena kaiowá-guarani, Ortiz Lopes, de 46 anos, no dia 8 de julho. Ele liderava 70 famílias que reivindicavam terras da região de Coronel Sapucaia. Um agravante para a luta dos índios é a implantação de usinas de álcool, já que a tendência é a de que mais áreas sejam destinadas ao plantio da cana-de-açúcar.

Domingo 15

O movimento "São Paulo pela Paz", do qual fazem parte a Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e as ONGs “Visão Mundial” e “Rio de Paz”, promove uma manifestação em um famoso elevado, apelidado de Minhocão, em São Paulo – SP (região Sudeste). Foram colocadas na pista 2,5 mil mudas de árvores em um protesto contra a violência; uma cruz branca foi posta junto às mudas para lembrar as mortes ocorridas neste ano de 2007, chamando a atenção de quem passava pelo local. O elevado fica fechado aos domingos para o trânsito, servindo de área de lazer para as famílias da região.

2º Feira 16

Quatro integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde são intimados pela Justiça do Espírito Santo (região Sudeste) para se defender em uma ação movida pela multinacional Aracruz Celulose. Lígia Sancio, que recebeu a intimação, explica que a empresa quer ser

indenizada por danos físicos e morais depois que índios Tupiniquins e Guaranis ocuparam uma área da multinacional em 2005, no município de Aracruz. Entre os integrantes está um ex-funcionário da Aracruz, Luiz Alberto, que foi demitido por sua atuação sindical. De acordo com Lígia, este ato é uma maneira que a Aracruz utiliza para intimidar pessoas que denunciam os crimes cometidos pela multinacional. Lígia é autora de um documentário lançado em 2005 sobre a autodemarcação de terras indígenas no município de Aracruz. Um relatório da Funai aponta que a Aracruz invadiu mais de 11 mil hectares de terras indígenas no estado. A empresa também foi acusada de usar material publicitário em cartilhas e em sua página na internet de forma preconceituosa e com informações falsas contra os povos Tupiniquins e Guaranis.

Cerca de 30 mil professores da rede estadual têm o ponto cortado em Pernambuco (região Nordeste). A medida é tomada em resposta à decisão de manter a paralisação por tempo indeterminado. A Justiça já havia decretado a ilegalidade da greve desde o dia 7 de julho. Os docentes, que estão em greve desde o dia 11 de junho, reivindicam melhores condições de trabalho e reajuste salarial de 16% para a categoria. Também exigem que os salários-base inferiores a um salário mínimo mensal sejam elevados para R\$ 380. Através de uma portaria, o governo estadual também determina o reinício das aulas, suspendendo o recesso escolar de julho. A medida não é cumprida e os professores anunciam que devem manter a greve pelo menos até o dia 18 de julho, quando ocorrerá nova assembléia. A rede estadual de Pernambuco tem 1 milhão de estudantes em mais de 110 escolas.

O presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Piauí (Fetag-PI), Evandro Luz, denuncia a venda de água no semi-árido (região Nordeste). Mais de 600 mil pessoas sofrem com os efeitos da seca nessa região e o preço cobrado pela água é de R\$ 300 por cerca de 7 metros cúbicos. O presidente da Fetag alerta para o descaso das autoridades com os trabalhadores rurais. Segundo o governo do Piauí, 128 municípios já decretaram estado de emergência. As áreas mais afetadas são as microrregiões de Picos, São João do Piauí e São Raimundo Nonato. A estiagem deste ano começou em abril, quando normalmente a seca começa a afetar as populações a partir de julho/agosto.

Mais de 500 metalúrgicos mobilizam-se em frente à empresa Multisul na região de Caxias do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul). Desde o mês de junho, os metalúrgicos de todo o estado vêm realizando paralisações e protestos em fábricas. A categoria reivindica 12% de reajuste salarial e correção das perdas com a inflação, enquanto os empresários oferecem somente 5,2%. Além do reajuste salarial, os metalúrgicos querem auxílio-creche, insalubridade, vale-transporte e liberdade sindical dentro das fábricas. Eles também querem a redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas para 40 horas. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, Assis Melo, os protestos vão continuar até que os empresários apresentem uma proposta considerada digna pelos trabalhadores. Assis também denuncia a rotatividade nos empregos e as horas-extras cobradas pelas empresas ao trabalhador, o que vem aumentando os índices de doenças do trabalho na região.

Aproximadamente 150 integrantes do MST retornam à Fazenda Araçá, em Marmeleiro, a 470 km de Curitiba – Paraná (região Sul). Os trabalhadores foram obrigados a deixar o local, que eles ocupavam há cerca de um ano, no dia 12 de junho, quando a PM interveio na

ocupação. A área ocupada, em conjunto com mais duas propriedades, forma um complexo que pertence ao Incra. O fazendeiro não possui título definitivo para uso de propriedade. Os trabalhadores rurais reivindicam a desapropriação da terra e devem permanecer no local até que as negociações avancem.

Cerca de 600 integrantes do MST ocupam a sede da Prefeitura de Canindé, a 120 km de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores sem terra reivindicam o pagamento das parcelas atrasadas do seguro safra deste ano; até o momento, os agricultores só receberam a parcela de maio. Um grupo de manifestantes e representantes da prefeitura deve se reunir no dia 18 de julho com o secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará para negociar o pagamento.

Funcionários do Ministério da Cultura, em greve há 2 meses, impedem a visita ao Museu da República, à Biblioteca Nacional, ao Museu Nacional de Belas Artes e ao Paço Imperial. Em assembléia realizada em frente ao Museu da República, o comando de greve decide que funcionários terceirizados e ocupantes de cargos de confiança voltarão ao trabalho. Os grevistas farão nova reunião no dia 18 de julho. Segundo Jorge Paixão, integrante do comando de greve, o grupo vai reivindicar uma proposta de plano de carreira que inclua a incorporação de gratificações e de aumentos percentuais de salários, já que até agora as propostas do Planejamento não teriam incluído números.

3º Feira 17

As famílias acampadas na Fazenda Papagaio, no município de São Caetano, agreste de Pernambuco (região Nordeste), que foram vítimas de vários disparos de armas de fogo na noite do dia 16 de julho, prestam queixa na Delegacia do município. Oito homens armados chegam de moto ao acampamento e disparam contra os trabalhadores. Houve muita correria no momento dos disparos, mas ninguém ficou ferido. O caso será denunciado também à Ouvidoria Agrária Nacional, à Promotoria Agrária Estadual e outras instituições do estado. A fazenda Papagaio tem 800 hectares e foi ocupada em 2002. Desde então, cerca de 40 famílias têm produzido vários alimentos. A fazenda já foi vistoriada pelo Incra e foi considerada improdutivo e atualmente tem decreto de desapropriação.

Professores ativos da rede pública de ensino do estado de Pernambuco (região Nordeste) terão seus salários descontados da folha de pagamento do mês de julho. A decisão veio do governador do estado, Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e representa uma tentativa de acabar com a manifestação dos professores que paralisam suas atividades há mais de um mês. O governo anunciou que o corte corresponde aos 14 primeiros dias de paralisação dos docentes entre 11 e 25 de junho. A categoria conta com cerca de 30 mil docentes ativos e 80% aderiram à greve. Os professores reivindicam melhores condições de trabalho, melhoria na infra-estrutura das escolas da rede pública (70 escolas do estado estão em péssimas condições e foram interditadas pelo governo em janeiro de 2007) e a recomposição de seus salários que, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), é inferior ao mínimo de R\$ 380.

Cerca de 150 pessoas participam de protesto organizado pelo Comitê em Defesa dos Serviços Públicos (CDSP) em Joinville – Santa Catarina (região Sul) para tentar barrar o aumento nas tarifas. Os participantes denunciam o pedido de aumento das empresas a.Gidion e Transtusa. O reajuste de 11,97%, elevaria a passagem de R\$ 1,95 (antecipada) e R\$ 2,40 (embarcada) para R\$ 2,18 e R\$ 2,73, respectivamente. Guiados sob a campanha: “Nenhum centavo a mais!”, os manifestantes exigem congelamento nas tarifas e um plebiscito sobre a permanência ou não da iniciativa privada no transporte coletivo. A manifestação segue em passeata pelas principais ruas da cidade e no final, na Praça da Bandeira, os participantes confirmam que os protestos devem continuar. A próxima manifestação está prevista para depois do dia 31 de julho, quando o prefeito Marco Tebaldi volta de viagem à China. O aumento das tarifas depende exclusivamente do prefeito e é concedido por decreto. O plebiscito é a outra reivindicação que vem sendo debatida pelo CDSP; ele é entendido como única ferramenta política que permitirá à população de Joinville escolher se deseja a continuidade da gestão privada do transporte. A outra alternativa é a municipalização do serviço, tornando-o público de verdade.

4º Feira 18

Os 5 mil participantes do encontro na 6ª Jornada de Agroecologia, em Cascavel, Paraná (região Sul), fazem ato público e entregam ao governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB) e outras autoridades, uma carta com propostas de políticas públicas para a ampliação da agroecologia na agricultura brasileira camponesa. O documento cobra dos governos estadual e federal a efetivação de um projeto estruturante para a agroecologia e propõe mudanças em torno da gestão democrática e das políticas públicas, tecnologia de produção agroecológica, transgênicos, agrotóxicos, educação do campo e culturas camponesas tradicionais, recursos naturais, crédito, infra-estrutura rural, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização e energia. O membro da coordenação da Jornada de Agroecologia e integrante da Via Campesina, Roberto Baggio explica que os camponeses querem que o estado brasileiro organize políticas públicas que fomentem a agricultura camponesa e agroecológica. Porém, reafirmou que a consolidação da agroecologia só será possível com a realização da reforma agrária e um amplo processo de educação do campo. “O saber deve estar no controle da maioria da população, porque sem o conhecimento não há povo organizado”, afirma. O Governador Requião criticou a dominação da agricultura e da alimentação pelo mercado, “que não leva as pessoas em conta, não tem nenhuma visão de solidariedade, e só visa o lucro”. Segundo ele, não é mais possível criar modelos de desenvolvimento como o dos Estados Unidos e Japão, por isso o Brasil necessita de modelo de desenvolvimento alternativo. Ele também denunciou o projeto do biodiesel, assinado pelo governo federal com os EUA, que, em sua opinião, vai servir apenas para aumentar a voracidade dos veículos e máquinas do primeiro mundo, plantado aqui para a manutenção do padrão de desenvolvimento deles, sem deixar nada para o desenvolvimento dos brasileiros que produzem a matéria-prima. O Secretário de Agricultura do Paraná, Valter Bianchini, que também participou do ato, reafirma o compromisso do governo do Estado com os camponeses, na construção de um modelo de produção sustentável. “Temos que construir um modelo de tecnologias que viabilize a agroecologia, porque acreditamos que a agricultura do futuro só é possível sem a presença dos oligopólios”, garante.

O Ministério da Justiça divulga os pareceres técnicos e antropológicos da Funai, confirmando novamente que 11 mil hectares ocupados pela multinacional Aracruz Celulose, no município de Aracruz - Espírito Santo (região Sudeste), são direito constitucional de povos indígenas. Em março de 2006, um relatório da Funai já havia sido publicado no Diário Oficial confirmando o direito dos índios à terra, mas, após contestação da multinacional e intermediação do então Ministro da Justiça, Marcio Tomás Bastos, o processo voltou à Funai para que um acordo entre as partes fosse negociado. Os povos indígenas Guaranis e Tupiniquins não aceitam negociar com a multinacional embasados no artigo 231 da Constituição Federal que torna ilegal a venda ou transferência de terras indígenas, até mesmo pela União. No dia 6 de julho, o presidente da Funai, Marcio Meira, assinou um despacho reencaminhado ao Ministério da Justiça, no qual recomenda a demarcação das terras como indígenas, sem qualquer acordo com a Aracruz Celulose. O processo está em análise no departamento jurídico do Ministério e uma audiência com o atual ministro, Tarso Genro, já foi solicitada. A área é reivindicada pelas comunidades há mais de 40 anos e representa mais de 50% das terras da Aracruz no município.

As 70 famílias da Via Campesina desocupam totalmente a área da transnacional suíça Syngenta Seeds, após 16 meses de ocupação e resistência do Acampamento Terra Livre, no campo de experimento de soja e milho transgênicos da empresa, em Santa Tereza do Oeste - Paraná (região Sul). A retirada das barracas e pertences começou dia 10 de julho. As famílias se deslocam para o Assentamento Olga Benário, próximo ao local, no mesmo município e, devido às fortes chuvas, deixam 25 t. de mandioca para trás. Segundo a Via Campesina, mesmo com a desocupação os camponeses vão continuar lutando na Justiça para exigir que a empresa pague a multa de R\$ 1 milhão, que recebeu do Ibama, por não possuir licenças ambientais para realizar experimentos com transgênicos dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Os camponeses também esperam que a empresa não destrua as mais de três mil mudas de árvores nativas plantadas no local. Já que a existência destas árvores inviabiliza o cultivo de transgênicos e a legislação ambiental proíbe seu corte. A Via Campesina ingressou com vários recursos jurídicos no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para tentar garantir a permanência dos camponeses no local, mas a maioria das ações ainda está tramitando na Justiça. O campo de experimento da Syngenta foi ocupado pelos camponeses da Via Campesina em março de 2006 para denunciar a prática de experimentos ilegais de soja e milho geneticamente modificados, no local. A ocupação tornou os crimes da transnacional conhecidos em todo o mundo e o acampamento recebeu a solidariedade internacional de mais de 300 organizações e dezenas de cientistas e outras personalidades. Desde que chegaram ao local as famílias trabalharam na recuperação do solo, com a produção de sementes crioulas, em sistemas agroecológicos. Somente este ano foram plantados 78 hectares.

Eletricitários da região de Maringá - Paraná (região Sul) entram em greve por tempo indeterminado. Os funcionários protestam contra a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), que reduziu em 60% o pagamento da dupla-função - um direito adquirido pela categoria na década de 80, quando a COPEL decidiu extinguir a função de motorista e passou a pagar a mais para os eletricitários, que acumularam, além da manutenção, a tarefa de dirigir os carros que usavam. De acordo com o diretor do Sindicato dos Eletricitários de Maringá e Região Noroeste (STEEM), Jonas Braz, esta é uma greve diferente, pois não reivindica nada. Os trabalhadores lutam apenas para que sejam

mantidos os seus direitos adquiridos há mais de 25 anos, como o pagamento da dupla-função e das horas-extras.

Cerca de 150 integrantes do MST voltam a ocupar a Fazenda Araçá, em Marmeleiro – Paraná (região Sul). As famílias reivindicam a desapropriação da área para a reforma agrária. A fazenda, que é de propriedade do Incra, recebeu na semana passada a visita de técnicos do Instituto para fazer os levantamentos e definir se poderão conceder a licença para uso de propriedade. No entanto, a greve dos funcionários do Instituto deve causar atraso na emissão do documento.

Servidores do Ministério da Cultura fazem passeata em Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é chamar a atenção do público que acompanha os jogos Pan-Americanos para a greve da categoria. Os manifestantes, que paralisam suas atividades em todo o Brasil há 65 dias, reivindicam a implementação do Plano Especial de Cargos, assinado em 2005, e o aumento da verba destinada à cultura no país. De acordo com Regina Santiago, membro do Comando Estadual de Greve dos Servidores da Cultura, é freqüente a saída de profissionais do setor devido às más condições de trabalho. Além disso, não há definição de cargos ou nenhum tipo de incentivo à qualificação dos servidores. Representantes do Ministério do Planejamento reúnem-se há cerca de um mês com os servidores da cultura para discutir os pontos do Plano Especial de Cargos. No entanto, a greve deve continuar até que as propostas do governo para a implementação do Plano sejam aceitas pela categoria.

Professores das universidades estaduais da Bahia (UESB, UFS, ADUSB) pedem a prisão do governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner (PT) que descumpriu determinação judicial que o obriga a pagar o salário dos professores cortados desde o dia 30 de junho. A decisão judicial foi a favor dos docentes, mas o governo estadual mantém o corte para tentar colocar um fim a greve iniciada no dia 28 de Maio. Os docentes reivindicam questões salariais como a incorporação de 27,2% da Gratificação de Estimulo à Atividade Acadêmica, institucionais (aumento de 3% para no mínimo de 5% do investimento do governo no ensino superior por meio da Receita Líquida de Impostos do estado) e a revogação da Lei 7.176/97 que retira a autonomia das universidades. O Fórum das Associações Docentes das Universidades Estaduais Baianas (Fórum das AD's) participou de 9 reuniões com os secretários do Governo, mas até o momento não houve nenhuma contraproposta por parte do Governo. Nas últimas assembléias da categoria realizadas no dia 11 e 12 de julho os docentes decidiram pela permanência da greve. “Novo Governo, velhas práticas, é com essa afirmação que os professores do Estado da Bahia denunciam o contraditório Governo Wagner”, conforme Cristiano Lima Ferraz, presidente da Associação dos Docentes da Uesb (Adusb).

5ª Feira 19

A CUT e a Força Sindical se unem contra o projeto do governo, enviado ao Congresso, que visa permitir a contratação de funcionários públicos por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) pelas fundações estatais. De acordo com a Força Sindical, a simples

contratação pela CLT não é uma garantia de que o serviço público vai melhorar. Na CUT, a oposição ao projeto pode levar a entidade a recorrer judicialmente contra suas diretrizes. As fundações estatais criam políticas salariais e de carreiras diferenciadas para os servidores. Dessa maneira, cada fundação estatal poderá ter uma política salarial e de carreira, o que, para a CUT, não é saudável, pois acaba com a estabilidade dos funcionários.

Uma comissão de peritos independentes e voluntários, organizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do Governo Federal, inicia investigação das mortes ocorridas durante a operação policial realizada no Complexo de favelas do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A atuação de peritos independentes sem contato com a polícia fluminense foi uma solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Em reunião, os peritos definem a metodologia de trabalho; acesso aos laudos das vítimas, solicitação de outras informações e retorno aos seus Estados para estudar as provas. Ao final, produzem um relatório conjunto. Até lá, os peritos são orientados a evitar contato com a imprensa. A comissão estudará as 19 mortes do dia 27 de junho, a fim de descobrir se elas aconteceram em situações de combate ou se foram execuções. De acordo com Organizações Não-Governamentais e movimentos sociais cariocas, desde o início da operação 44 pessoas já foram mortas e outras 80 feridas.

Mais de mil moradores de São Leopoldo protestam no Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação é contra a atuação do Ministério Público, que vem processando loteamentos irregulares na cidade. Os moradores fazem uma caminhada, do posto policial que fica na BR-116 até a prefeitura municipal, para pedir ao prefeito uma política de regularização fundiária para a cidade. De acordo com Mauro Neves da Silva, coordenador da Central das Cooperativas Habitacionais no Rio Grande do Sul, muitas cooperativas estão ilegais em São Leopoldo devido à não-regularização das áreas urbanas. As famílias reivindicam o estabelecimento de uma política habitacional em São Leopoldo, a ampliação do transporte ferroviário além de exigirem o resultado das investigações de empresas sobre a poluição do Rio dos Sinos.

Cerca de 70 servidores da UFRGS, trancam a entrada do Centro de Processamento de Dados (CPD) da instituição em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A categoria, que está há mais de 50 dias em greve, reivindica a apresentação pelo governo federal de uma proposta de reajuste salarial e alterações no plano de carreira. Além disso, segundo a coordenadora geral da Associação dos Servidores da UFRGS, Bernadete Menezes, os servidores exigem que o governo retire de votação o Projeto de Lei 01 que, caso aprovado, congela por dez anos os investimentos no serviço público e se colocam contrários ao Projeto de Lei Complementar que propõe a criação jurídica da Fundação Estatal de Direito Privado dentro das instituições públicas.

6ª Feira 20

Quatorze cortadores de cana da Destilaria Araguaia, localizada no município de Confresa – Mato Grosso (região Centro-oeste), estão presos desde o dia 23 de junho, quando fizeram uma manifestação nas dependências da destilaria. Os trabalhadores reclamavam do atraso no pagamento de seus salários e estão sendo acusados de ter ateado fogo em pneus durante

a manifestação e de invasão de estabelecimento industrial. A Destilaria Araguaia mudou seu antigo nome - Destilaria Gameleira - , na expectativa de limpar sua imagem depois de ter centenas de trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo libertos pelo grupo móvel do Trabalho e Emprego (MTE). À época da troca de nome para continuar recebendo financiamento público, comparecem dois governadores, o do Mato Grosso, Blairo Maggy, e o de Pernambuco, Jarbas Vasconcellos.

A TV Globo está obrigada a depositar em juízo R\$ 2 milhões de indenização por danos morais, por ter divulgado o seqüestro de um adolescente antes que a polícia tivesse solucionado o caso. Em 3 de março de 2000, a TV divulgou, nos telejornais “Hoje” e “Jornal Nacional” o seqüestro do filho menor do casal Luiz André Matarazzo e Taísa Lara Campos. Luiz André foi seqüestrado com o filho, no município de Indaiatuba, e já havia negociado a liberação da criança, que se daria no dia seguinte. Os seqüestradores somente teriam descoberto a verdadeira identidade do garoto pelos telejornais da TV Globo. De acordo com a ação judicial, a emissora foi a única a não acatar pedido de sigilo da família sobre o seqüestro, violando o direito à vida, à privacidade e à intimidade. A decisão, em primeiro grau, também considerou que a atitude da empresa foi irresponsável, ainda mais por priorizar critérios de audiência em detrimento do respeito à vida.

Os 600 participantes da 21ª Assembléia da Conferência Regional dos Religiosos do Brasil, realizada entre os dias 16 e 20 de julho, em São Paulo – SP (região Sudeste), publicam Moção de apoio às ações que organizações sociais, movimentos populares, povos e comunidades tradicionais fazem pela revitalização e contra o projeto do governo Federal de transposição do Rio São Francisco.

Sábado 21

Aproximadamente 500 policiais e bombeiros, segundo o Jornal do Brasil, fazem uma manifestação no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam prioritariamente melhores condições de trabalho, aumento salarial e a equiparação dos salários com os recebidos por policiais da Polícia Civil.

Um grupo de agricultores do assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste – Paraná (região Sul), localizado nas proximidades do campo de experimento de transgênicos da Syngenta Seeds, é ameaçado por cinco seguranças armados da transnacional. O fato acontece quando os trabalhadores percebem que seguranças retiram a bandeira hasteada, que estava dentro do assentamento e próximo à divisa da área da empresa, chegando a atirar na mesma. Ao se aproximar do local os agricultores são ameaçados pelos seguranças armados. Após o episódio outros seguranças são flagrados dentro do lote de uma família, efetuando diversos disparos e ameaçando, inclusive crianças. Os assentados registram boletim de ocorrência na delegacia do município. Desde que os camponeses da Via Campesina desocuparam a área, a transnacional mantém cerca de 20 homens fortemente armados no local. Segundo os agricultores, alguns pistoleiros são os mesmos que atuaram arbitrariamente num despejo de famílias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), em Lindoeste, há mais de dois meses, sob a coordenação da Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

2ª Feira 23

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ligado ao governo federal, aprova uma resolução que permite o aumento do limite de óleo e graxa descartados no mar, resultantes da exploração das plataformas marítimas de petróleo e gás natural. De acordo com a nova resolução, o limite diário para emissão de dejetos passa de 20 mg/l para 29 mg/l. A produção de petróleo pelas plataformas brasileiras elimina por ano, aproximadamente mil toneladas de óleo e graxas. Com o limite de 29 mg/l, mais 477 toneladas podem ser emitidas no mar, totalizando uma quantia de quase 1,5 mil toneladas de poluentes no mesmo período. A decisão desagradou órgãos ligados à proteção do meio ambiente. A conselheira do Conama pela sociedade civil e membro da Associação de Proteção do Meio Ambiente de Cianorte/PR, Zuleica Nyces, explica que a decisão foi praticamente imposta ao órgão pela Petrobras e setores privados que influenciam aqueles que são responsáveis pela aprovação da medida.

Um projeto de lei de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o intuito de fixar limites para a jornada de trabalho no campo. O projeto de Lei (PLS 426/07) altera a lei que estabelece normas reguladoras do trabalho rural e, entre outras propostas, fixa limite de oito horas diárias e 48 horas semanais para jornada de trabalho no campo. Uma outra modificação determina horário de almoço de no mínimo uma hora para jornadas que excedam seis horas. Segundo a autora da proposta, a iniciativa visa assegurar tratamento igual a todos os trabalhadores, urbanos e rurais. O projeto tem por objetivo terminar com os abusos cometidos aos trabalhadores no campo.

Cerca de 500 quilombolas do Sapê do Norte, segundo lideranças da ação, 250, de acordo com o jornal O Estado de São Paulo e cerca de 100, segundo a PM, ocupam uma área da Aracruz Celulose, reconhecida como território da Comunidade Quilombola de Linharinho, em Conceição da Barra – Espírito Santo (região Sudeste). Os manifestantes derrubam eucaliptos, impedem a passagem de funcionários e montam acampamento. Os quilombolas pedem agilidade na demarcação e na vistoria da área reconhecida como território quilombola em portaria do Incra de 14 de maio. Desde o dia 14 de maio deste ano, foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) a portaria assinada pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, que reconhece 9.542,57 hectares como território quilombola pertencente à Comunidade de Linharinho, sendo que, dessa área, 82% está ocupada por eucaliptos da empresa Aracruz Celulose. Atualmente, existem 48 famílias vivendo nesse local, numa área de apenas 147 hectares. A comunidade de Linharinho foi a primeira a ser reconhecida como território quilombola no Espírito Santo, mas os estudos nas comunidades de São Domingos, São Jorge, Serraria e São Cristóvão já estão sendo concluídos, restando apenas a publicação da portaria pelo Incra. A região do Sapê do Norte, que engloba os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do ES, chegou a ser habitada por quase 12 mil famílias quilombolas, numa média de 60 mil afrodescendentes, até o final da década de 60. No entanto, com a chegada da Aracruz Celulose, que se apropriou dessas áreas, esse número caiu para 1,2 mil famílias, que resistem até hoje em pequenas comunidades em meio aos eucaliptos da empresa. Segundo Jefferson Correia, do Incra no Espírito Santo, o processo está atrasado por causa da greve do órgão. Em nota, a empresa informa que está contestando administrativamente todo o processo que admite legalmente o território

quilombola, incluindo a Portaria que reconhece pouco mais de 9 mil hectares de terras como território quilombola na região de Linharinho.

O grupo Voluntários da Pátria, criado pelo músico da banda Detonautas Tico Santa Cruz e por parentes de vítimas da violência, realiza o protesto “Pan Cidadão”, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação tem por objetivo criticar a corrupção e a falta de segurança. Modalidades como: levantamento de corpos, corrida com saco de dinheiro público, maratona de permanência na fila dos hospitais, revezamento em guichê de aeroporto, salto de vala, tiro ao alvo humano, arremesso de verba e arrastão são exibidas durante o protesto. Segundo Tico, “estamos mostrando os esportes praticados no dia-a-dia pelo povo”. Os manifestantes reivindicam ainda que os recursos aplicados para a realização dos Jogos sejam usados também para a melhoria da qualidade de vida da população. Parentes de jovens assassinados também participam para lembrar os crimes e não dar vez à impunidade.

Cerca de 400 pessoas, segundo jornal O Globo e 2 mil, segundo site do MST fazem passeata no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em protesto contra os projetos de redução da maioria penal, que tramitam no Congresso Federal, na capital do país Brasília. Os manifestantes aproveitam os 14 anos da Chacina da Candelária para realizar o ato, pela manhã foi realizada uma missa em memória das crianças e adolescentes assassinadas no local. Os manifestantes usam a imagem do mascote do Pan carregando um fuzil. Segundo um dos participantes, “trata-se de uma charge política, cujo objetivo é criticar a violência policial que aumentou nas favelas com a chegada dos Jogos Pan-Americanos”. Cerca de 70 movimentos ligados à defesa dos direitos humanos participam da manifestação, entre eles, Rede Contra Violência, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres, sobreviventes e parentes de vítimas da violência policial e militantes de direitos humanos. As entidades reunidas pretendem impetrar mandado de segurança para tentar barrar a aprovação da redução da maioria penal no Senado. Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil pretendem alertar a população para os problemas do projeto que pretende diminuir o limite de idade para que adolescentes sejam punidos por crimes. Um dos principais argumentos das organizações contra a redução da maioria penal é o de que a participação ativa da juventude na macroviolência é irrisória e tal medida não resolverá o problema da violência no país, sobretudo nos grandes centros urbanos. A Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal aponta que apenas 0,2% da população entre 12 e 18 anos havia cometido, em 2004, algum tipo de ato infracional, sendo que 73,8% destes eram crimes contra o patrimônio, e não contra a vida. Os manifestantes pedem ainda o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e o fim do extermínio da juventude pobre. A chacina, protagonizada por policiais militares cariocas, levou à morte, por fuzilamento, oito crianças e adolescentes entre as cerca de 70 que dormiam diante da Igreja. Dezenas de outras ficaram feridas em um dos maiores crimes cometidos contra os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O crime também traz à tona a face da impunidade no país. Assim como nos casos ocorridos no campo, os responsáveis continuam à solta. Dos oito policiais identificados como participantes da ação, apenas três estão cumprindo pena.

Vinte mulheres de controladores de voo fazem uma manifestação no aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília - DF (região Centro-oeste). Vestidas de preto, as manifestantes estendem uma faixa coberta de flores vermelhas que traz entre as fotos de passageiros do voo 1907, da empresa aérea Gol, mortos em setembro do ano passado, os dizeres "vítimas do orgulho, da omissão e da ganância". De acordo com Lúcia de Silva, organizadora da manifestação, o objetivo do protesto é evitar que outras famílias percam seus parentes, já que, em virtude da crise aérea, muitos controladores capacitados foram afastados e substituídos por profissionais sem o preparo necessário.

Cerca de 150 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupa as dependências da Prefeitura de Cáceres, estado do Mato Grosso (região Centro-Oeste). Eles fazem parte das 200 famílias de trabalhadores do MST que na manhã do dia 19 de julho são retiradas da fazenda Rancho Verde e seguem para a Paróquia Cristo Trabalhador, área que fica localizada na saída de Cáceres para Cuiabá, para passar o fim de semana. O MST estava na área há 2 anos, e foi retirado por 120 homens da Polícia Militar que cumprem a ordem de reintegração de posse da área pedida por Vera Lúcia Ferreira Bassit, que faz parte do grupo de seis herdeiros da propriedade. A terra estava sendo negociada com o Incra, mas os herdeiros não aceitaram o preço proposto pelo governo federal. Enquanto um grupo permanece na paróquia, outro ocupa a prefeitura. Apenas o gabinete do prefeito foi fechado, os outros setores funcionam normalmente até o final do expediente. A comissão do movimento recebida pelo prefeito em exercício, Masato Nakahara, reivindica transporte e lona preta para ir para outra área e levantar novos barracos. Os manifestantes não informam para onde vão. O prefeito solicitou 24 horas para resolver a situação. São necessários oito caminhões grandes para atender ao pedido dos sem terra. Enquanto esperam, os manifestantes decidem ficar na prefeitura, onde pernoitam e bloqueiam as pistas da Avenida Talhamares. Uma guarnição da Polícia Militar fica durante todo o tempo nos dois locais.

3ª Feira 24

Mais de 8 mil integrantes do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), segundo o Jornal do Brasil, fazem manifestações em diferentes pontos do Rio Grande do Sul (região Sul). De acordo com a assessoria do MST, os trabalhadores reivindicam a negociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), novos créditos e melhorias na infra-estrutura dos assentamentos, bem como o assentamento imediato das 2,5 mil famílias acampadas no Estado. Foram ocupados os prédios da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, do Ministério da Fazenda no Estado e o pátio da Receita Federal, assim como os trevos das rodovias BR-386 e BR-116, num total de oito pontos de estradas. Alguns grupos que participam das manifestações nas estradas do interior do Estado pretendem também promover caminhadas até as agências do Banco do Brasil e do Banrisul de cada uma das cidades onde estão reunidos. Após uma comissão dos sem-terra e da Via Campesina ter sido recebida pela governadora do Estado, Yeda Crusius (PSDB), deixando sua pauta de reivindicações, os manifestantes liberam a entrada da Secretaria da Agricultura e os pontos de estradas bloqueados.

Cerca de 20 parentes das vítimas do acidente com o airbus da TAM protestam no saguão do Aeroporto de Congonhas – São Paulo (região Sudeste) com fotos das vítimas e flores. Os manifestantes rezam e pedem um minuto de silêncio, fazendo cessar a confusão instalada no aeroporto durante todo o dia. Parentes das vítimas realizam também ato no aeroporto Salgado Filho, em frente ao portão de embarque; rezam, fazem um minuto de silêncio e encerram com uma salva de palmas. Os manifestantes, vestidos de preto, portam faixas e cartazes com mensagens às autoridades federais.

Cerca de 2,5 mil pessoas, segundo a PM, protestam contra a grilagem de terras em Murici – Alagoas (região Nordeste) e ocupam a Fazenda Boa Vista, pertencente ao deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL) e ao seu irmão, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Os manifestantes acusam o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e seu irmão Olavo Calheiros de apropriação irregular de terras públicas. Segundo os manifestantes, Boa Vista foi grilada pelos Calheiros após ter sido vistoriada pelo Incra que deu o laudo que determinava a desapropriação das terras para fins de Reforma Agrária, o processo foi encaminhado para Brasília, onde ficou arquivado e em seguida a área já apareceu como propriedade dos irmãos. Os trabalhadores ameaçam invadir a fábrica de refrigerantes Schincariol, o cartório, o fórum e a prefeitura da cidade, cujo prefeito é Renan Calheiros Filho (PMDB). A manifestação se inicia na fábrica de refrigerantes, que é alvo de acusação envolvendo a família Calheiros. Segundo os manifestantes, o irmão do presidente do Senado Renan Calheiros, Olavo Calheiros, gastou R\$ 10 milhões na montagem da fábrica de tubaína Conny, usando dinheiro emprestado do Banco do Nordeste. Depois, teria vendido o empreendimento para a Schincariol por R\$ 17 milhões, em troca do perdão de uma dívida, estimada em R\$ 100 milhões, do grupo com a Previdência. A empresa, Renan e Olavo negam as acusações dos sem-terra. O protesto é organizado pelo MST, MTL, MLST, CPT e sindicalistas ligados à CUT.

Fiscais federais agropecuários iniciam paralisação de cinco dias em Brasília - DF (região Centro-oeste). O objetivo da categoria é conseguir do governo um reajuste salarial de 45%. De acordo com o presidente da associação de fiscais agropecuários no Rio Grande do Sul, José Luiz Castilhos, o governo está tratando o assunto com descaso, tendo em vista que a proposta atual do governo é muito inferior ao pedido: reposição de 4% entre 2007 e 2009.

Aproximadamente 150 integrantes do MST, segundo divulgado pelo Jornal Estado de São Paulo, ocupam a área da Fazenda São João (apelidada de Da Barra II) em Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). Mais de 600 famílias, entre integrantes do MST e do MLST, estão na Da Barra esperando a fase final para a instalação de um assentamento. A ocupação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que irá até o dia 27 de julho em todo o País. A região de Ribeirão Preto tem presenciado o avanço predatório do agronegócio e da cana-de-açúcar e todas as suas implicações sociais e ambientais. Somente este ano, 16 cortadores de cana morreram de exaustão nas lavouras. As conseqüências para o meio ambiente também são desastrosas. Há evidências de plantação de cana junto a nascentes de rios, desmatamento e poluição atmosférica. Atualmente, a área está arrendada para a Usina da Pedra e há inquérito contra a realização de queimadas e devastação ambiental.

Os trabalhadores assentados do MST iniciam mobilização em várias agências do Banco do Brasil no Paraná (região Sul). Eles reivindicam agilidade na reforma agrária, renegociação

de dívidas do Pronaf, infra-estrutura nos assentamentos para o escoamento da produção, um programa para a construção de agroindústrias, que contribua na agregação de valor da produção das famílias assentadas e assistência técnica aos assentados no Estado, além do fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com a criação de uma política pública de segurança para os produtos que estão em crise. A mobilização acontece durante a semana em todo país em homenagem ao dia do trabalhador rural comemorado no dia 25 de julho. No estado, cerca de 5 mil famílias assentadas realizam protestos nas agências bancárias dos municípios de Manuel Ribas, Pitanga, Querência do Norte, Tamarana, Londrina, Apucarana, Lapa, Telemaco Borba, Tibagi, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Piabiru, Santa Cecília do Pavão e Palmital. Os assentados querem que o governo federal crie uma política que compre 70% da produção de cada família, daqueles produtos desvalorizados no mercado, com preço de 30% acima do custo de produção, o que é garantido por lei, mas ainda não está sendo cumprido pelo governo. Os agricultores também reivindicam a inclusão do PAA no Programa Plurianual (PPA), que inicia em 2008 e vai até 2011. Há mais de um ano e seis meses que as 17 mil famílias assentadas do Paraná se encontram sem assistência técnica. Muitas não conseguem acessar créditos agrícolas, devido à falta de laudos técnicos e assistência para elaboração de projetos de custeio, cuja safra se inicia no próximo mês de agosto. A mobilização também é contra o descaso com a agricultura camponesa no Brasil. Segundo, o integrante do Setor de Produção do MST, Jaime Coelho, enquanto o governo federal gastou R\$ 2,8 bilhões na compra de soja dos grandes fazendeiros em 2006, empregou apenas R\$ 300 milhões para compra da produção dos pequenos agricultores pelo PAA, em todo país, no mesmo período. Atualmente, ainda existem no Paraná 7.000 famílias acampadas em beiras de estradas e latifúndios improdutivos à espera da reforma agrária.

Comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani iniciam uma série de ações pacíficas com o objetivo pressionar o governo pela demarcação de 11 mil hectares de terra indígenas sob posse da transnacional Aracruz Celulose, no Espírito Santo (região Sudeste). As terras já foram, por mais de uma vez, identificadas por grupos de estudos da Funai, como sendo das comunidades tradicionais, mas não foram devolvidas aos indígenas. Na última semana, a Funai reencaminhou ao Ministério da Justiça o parecer original do órgão, no qual a Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) recomenda a demarcação das terras como indígenas. Agora, o documento precisa ser novamente avaliado pelo ministro Tarso Genro. Em março desse ano, o então ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos devolveu à Funai o procedimento com parecer sobre as terras Tupiniquim e Guarani. A decisão contrariou as expectativas e foi de encontro ao compromisso firmado pelo ministro, em reunião pública, realizada, em fevereiro de 2006, com os povos indígenas, em Vitória, Espírito Santo. O ministro devolveu o relatório com parecer sobre as terras à Funai para que o órgão possa "conciliar" os interesses dos índios e da empresa Aracruz Celulose. Além de pressionar as autoridades pela demarcação os indígenas também pretendem paralisar o corte de eucalipto da Aracruz Celulose. Eles também pretendem organizar mutirões para reconstruir algumas aldeias (Olho d'Água, Macacos e Areal) destruídas pela Aracruz Celulose.

Funcionários da Cultura suspendem a greve por dez dias. O governo ameaça cortar os pontos dos primeiros 15 dias parados. Os funcionários propõem trabalhar até dia 5 de agosto e depois retomar as negociações.

Mobilizações envolvendo aproximadamente 27 mil pessoas ocorrem em nove estados do País, em homenagem ao Dia do Trabalhador Rural. As manifestações são para cobrar mudanças na política agrária do Estado brasileiro. Desde 24 de julho, os camponeses promovem mobilizações que integram a Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, exigindo o assentamento de 150 mil famílias que estão acampadas em todo o Brasil e infraestrutura para os assentamentos, como crédito para habitação, produção, assistência técnica, educação e saúde. Em Sergipe (região Nordeste), pela manhã, 8 mil pessoas participam de trancamentos de rodovia e de uma lavagem simbólica do prédio do Tribunal de Contas do Estado contra a corrupção. À tarde, 18 mil trabalhadores rurais se reúnem em um grande ato no ginásio Constâncio Vieira. No fim da tarde, os agricultores realizam atos em frente às agências centrais da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, por crédito e habitação. Na Bahia (região Nordeste), cerca de 2,5 mil pessoas fecham a ponte que liga Juazeiro, na Bahia a Petrolina, em Pernambuco para reivindicar a desapropriação de terras e o assentamento de 3,5 mil famílias nos projetos de irrigação Salitre (Juazeiro) e Pontal Sul (PE), destinados ao loteamento para o desenvolvimento do agronegócio. Os manifestantes conseguem garantir uma audiência para o dia 31 de julho, com os governadores dos dois estados e os ministros da Integração Nacional e Desenvolvimento Agrário. No Rio Grande do Norte (região Nordeste), 55 estudantes dos cursos de magistério e enfermagem do MST no estado ocupam o prédio do Incra em Natal desde o dia 23 de julho para exigir liberação de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). No Rio Grande do Sul (região Sul), cerca de 8 mil agricultores protestam desde o dia 24 de julho, pela negociação da dívida da pequena propriedade e realizam vigílias durante todo o dia em agências da Caixa Econômica Federal, para pressionar o governo e a Caixa a criar um programa específico de habitação para a agricultura camponesa e assentados da Reforma Agrária. Agricultores, que passaram a noite no prédio da Receita Federal e os que acamparam no Parque da Harmonia em Porto Alegre, protestam em frente à agência Central da Caixa, no Centro do município. Além da negociação das dívidas, os agricultores reivindicam uma política específica de habitação para o setor e argumentam que o atual Programa de Subsídio à Habitação por Interesse Social, do governo federal, é burocrático.

Aproximadamente 5,5 mil trabalhadores assentados do MST continuam mobilização nacional contra o abandono da reforma agrária em 16 municípios do Paraná (região Sul), com a ocupação de agências do Banco do Brasil, prédio da Conab, e o Incra. Em 14 municípios do interior os assentados ocupam agências bancárias para cobrar a renegociação de dívidas do Pronaf, infraestrutura nos assentamentos para o escoamento da produção, um programa para a construção de agroindústrias e assistência técnica para as famílias assentadas. Em Apucarana cerca de 200 trabalhadores estão, desde 24 de julho, no prédio da Conab para cobrar a liberação de cestas básicas às famílias acampadas, atrasada há três meses. Os Sem Terra afirmam que permanecem no local até que as reivindicações sejam atendidas. Cerca de 100 trabalhadores do MST da região central do estado também estão em vigília, em frente à Superintendência do Incra em Curitiba reivindicando a liberação de créditos, renegociação de dívidas, infraestrutura para os assentamentos e liberação de

recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) para as escolas da Reforma Agrária, entre outros.

Cerca de 100 famílias ligadas ao MST ocupam a agência da Caixa Econômica Federal em Campos dos Goytacazes, no norte Fluminense do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), para lembrar o Dia do Trabalhador Rural. As famílias reivindicam a liberação de recursos para financiar as lavouras e cobram mais créditos para a agricultura familiar. Os manifestantes mantiveram a agência sob ocupação até serem recebidos pelo superintendente da instituição. De acordo com a assessoria do banco, o financiamento para as casas não foi liberado porque o MST ainda não apresentou informações sobre quantas casas serão construídas nem as plantas assinadas por engenheiros. Em todo o país, outras agências do banco foram ocupadas para alertar a população para o descaso do governo federal em relação aos trabalhadores rurais. O MST denuncia que o agronegócio levará R\$ 50 bilhões em recursos federais este ano, enquanto a agricultura familiar receberá menos de R\$ 10 milhões. No estado, mais de mil famílias permanecem acampadas à espera de assentamento. O mesmo número de famílias já foi assentado em 12 áreas, a maioria na região Norte do estado, mas não conta com recursos para desenvolver seus lotes e a produção agrícola. Eles denunciam ainda que faltam licenças ambientais para a implantação dos Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos.

Aproximadamente 500 famílias ligadas ao MST bloqueiam dois trechos da BR 101, nas proximidades do município de Escada, na zona da mata de Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores protestam contra a demora do Incra em avançar no processo de reforma agrária. De acordo com o coordenador estadual do MST, Alexandre Conceição, é preciso também encontrar uma saída para a greve dos funcionários do órgão que já dura quase dois meses. “O movimento é importante porque há um descaso com relação à Reforma Agrária. Os trabalhadores também interditam a ponte Presidente Dutra, que liga o município pernambucano de Petrolina, no sertão, a Juazeiro, na Bahia. Também houve ocupações no município de Tacaratu (Fazenda Capim, com 130 famílias), e em Ibimirim (Fazenda Vale do Ibimirim, com 160 famílias).

Cerca de 250 famílias do MST, que estavam acampadas desde o dia 6 de julho na Fazenda Saltinho na região de Campinas – São Paulo (região Sudeste), deixam o local. Segundo o Itesp, trata-se de área pública que vem sendo explorada de forma ilegal para o plantio de cana-de-açúcar, pela Usina Ester. Os Sem Terra reivindicam a área para fins de Reforma Agrária, exigindo que a função social da propriedade seja cumprida. A Usina Ester entrou com a reintegração de posse da fazenda, mas as famílias conseguiram prolongar sua permanência na área. Foram realizadas duas reuniões com representantes do Poder Executivo do estado, que comprometeram-se em obter judicialmente a posse da área para assentamento. Nesta madrugada, sob ameaças de um despejo violento, as famílias decidiram em assembléia deixar a área para garantir sua integridade e segurança. Por volta das 4 horas da manhã, a polícia militar chegou ao acampamento acompanhada pela tropa de choque, cavalaria, corpo de bombeiros, ambulâncias, conselho tutelar e a promoção social da prefeitura de Americana. Os Sem Terra informam que caso o Itesp não tome nenhuma providência em relação à desapropriação da fazenda, os trabalhadores retornarão à área.

Cerca de 600 famílias dos movimentos sociais do campo, entre os quais o MST, promovem ato contra a grilagem de terras e a violência no campo no município de Murici, estado de Alagoas (região Nordeste), berço da família do presidente do Senado Renan Calheiros, envolvido nos últimos escândalos de corrupção. A mobilização recebeu o apoio de sindicalistas da CUT, sindicatos dos trabalhadores da Educação e da Previdência e percorreu as principais ruas do município, denunciando à sociedade alagoana, as ações criminosas, a miséria e a injustiça. O abuso de poder, sobretudo, com a utilização do cartório da cidade para oficializar fraudes e legalizar a grilagem, também foi denunciado.

O MST realiza mais uma ocupação de terra, no município de Craíbas, região agreste de Alagoas (região Nordeste). Cerca de 80 famílias ocupam uma área de 900 hectares, de propriedade de José França, um dos maiores empresários de Arapiraca no ramo de posto de gasolina. A fazenda já havia sido vistoriada pelo Incra que alegou ser improdutiva. As ações estão sendo realizadas em conjunto por famílias do MST, MTL e também do MLST e CPT. Os Movimentos reivindicam a imediata realização da Reforma Agrária no estado de Alagoas, que atualmente conta com 12 mil famílias acampadas à beira de estradas em barracos de lona.

Aproximadamente 300 famílias de trabalhadores sem terra ocupam a fazenda Lagoão no município de Itapura, região de Andradina, São Paulo (região Sudeste). Em Itapetininga, a fazenda Peco, área abandonada da Secretaria de Agricultura de São Paulo foi ocupada por 100 famílias. Os sem terra reivindicam agilidade na Reforma Agrária e protestam contra o Projeto de Lei (PL) 578/2007, de autoria do governador José Serra (PSDB) que tramita em caráter de urgência na Assembléia Legislativa de São Paulo. Em linhas gerais, esse Projeto de Lei regulariza a posse das áreas griladas na região do Pontal do Paranapanema, legitimando a exploração privada de áreas públicas, inviabilizando a realização da Reforma Agrária e abrindo caminho para a realização do projeto do agronegócio para o campo brasileiro. Os trabalhadores também protestam contra o avanço do agronegócio e da monocultura, a exploração do trabalhador, a irregularidade na exploração de áreas públicas para fins privados e, principalmente, o descaso com a Reforma Agrária em todo o Brasil. As ações fazem parte de uma Jornada Nacional de Lutas, em virtude do Dia do Trabalhador Rural. Em Ribeirão Preto, 200 Sem Terra permanecem acampados na fazenda Barra II.

O Incra reconhece as áreas de Árvores Verdes e Estreito, no município de Brejo - Maranhão (região Nordeste), como territórios remanescentes de quilombos. De acordo com dados do Incra, há mais de 100 anos os remanescentes de quilombo vivem na região e ocupam uma área de 2,5 hectares, a 430 km da capital. São 113 famílias que vivem do cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca e criação de animais de pequeno porte. Segundo o coordenador da Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), Francisco Carlos da Silva, esse reconhecimento é um passo importante para que fazendeiros ou grileiros não avancem em áreas quilombolas. Além disso, o reconhecimento é uma peça importante para a titulação da terra e ajuda no reconhecimento de outros processos em andamento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) representantes das centrais sindicais para discutir a proposta de regulamentação da lei de greve. Os sindicalistas reivindicam que o governo adie o projeto

que proíbe greves em determinadas áreas da administração federal. Eles também pediram que o presidente atenda a uma série de reivindicações das centrais antes de aprovar a lei da greve. Além disso, os sindicalistas pediram a Lula que mantenha o veto à Emenda 3 do projeto que cria a Super-Receita, uma proposta que restringe a atuação de auditores do trabalho nos casos de empresas que contam com serviços de profissionais que são pessoas jurídicas.

5ª Feira 26

Aproximadamente 100 integrantes do MST fazem duas manifestações simultâneas em Ribeirão Preto - São Paulo (região Sudeste). A primeira ocorre na sede regional da Procuradoria do Estado, onde uma comissão formada por sete pessoas protocola um manifesto contrário ao projeto de lei 578/07, proposto pelo governador José Serra (PSDB) que tramita na Assembléia Legislativa de São Paulo e que prevê a regularização das terras devolutas no Estado, tornando oficial a invasão feita por latifundiários e grandes empresas. Segundo Hemes Lopes, da direção regional do MST, o projeto de Serra é inconstitucional e as terras devolutas e públicas devem ser compartilhadas com as políticas da reforma agrária. A segunda acontece na sede da empresa CPFL Energia, onde um grupo de trabalhadores se reúne com a direção regional para alegar a existência de cobranças abusivas dos assentados de Serra Azul, de tarifa residencial e não de rural, fato este que eleva a conta de luz. Os trabalhadores também reivindicam a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que corresponde a 18%. Sobre a mudança de categoria de cliente, de residencial (58% mais cara) para rural, a empresa informou, em nota, que "avaliou a proposta e promoverá a alteração tão logo o movimento apresente o contrato com o Incra". As manifestações do MST em Ribeirão Preto integram as atividades da Jornada Nacional de Lutas do grupo, que ocorrem até 27 de julho em todo o País.

Cerca de 3.mil trabalhadores assentados do MST mantêm ocupação em nove agências bancárias e vigília em frente ao prédio da Conab, no Paraná (região Sul). A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, que acontece até 27 de julho em todo país. Como as negociações no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Incra em Brasília não obtiveram avanços até o momento, hoje os assentados paranaenses continuam mobilizados em agências do Banco do Brasil, para cobrar a renegociação de dívidas do Pronaf, infra-estrutura aos assentamentos, um programa para construção de agroindústrias e assistência técnica às famílias assentadas. As agências com mobilizações ficam em Manuel Ribas, Pitanga, Bituruna, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Londrina, Piabiru, Santa Cecília do Pavão. Em Palmital, o MPA e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf) também participam do protesto.

Integrantes do MST protestam em frente ao Incra, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), reivindicando o assentamento imediato de 2,5 mil famílias acampadas no estado.

O MPA e o MST suspendem as mobilizações no Estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os cerca de 3 mil pequenos agricultores, que na manhã de 25 de julho realizaram vigília e bloquearam a entrada de agências do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul, reivindicando

investimento em infra-estrutura, criação de um programa para a construção de agroindústrias e mais qualidade na assistência técnica dada pelo governo federal, decidem liberar as nove agências que haviam sido ocupadas. Os agricultores que acampavam desde 24 de julho no prédio da Receita Federal em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) também decidem deixar o local. Acampados do MST realizam, ainda, um ato público em frente ao prédio do Incra pela aceleração da reforma agrária no Estado. Mesmo não tendo chegado a um acordo, os trabalhadores consideraram positivos os avanços obtidos na reunião com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em Brasília.

Cerca de 300 indígenas bloqueiam a rodovia MS-384, ligação entre os municípios de Antônio João e Bela Vista - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A manifestação ocorre em virtude do atropelamento e morte do pajé da etnia guarani-ñhandeva, Hilário Fernandes, ocorrida na noite do dia 25 de julho, que aumentou a tensão entre os 20 mil índios que habitam a região. De acordo com o irmão do pajé, Adelino Fernandes, Hilário foi atropelado de propósito, pois os índios da região estão sendo perseguidos "pelos fazendeiros que há décadas vivem nas terras indígenas". Caciques das duas etnias entregaram a "Carta das lideranças indígenas" aos dirigentes policiais, políticos e eclesiásticos, contendo uma série de denúncias e solicitações, entre as quais, destacam-se o fechamento da Administração Regional da Funai de Amambaí e a instalação do Núcleo da Funai do Cone Sul. Os manifestantes prometem novos bloqueios nas rodovias mais movimentadas da região durante toda a próxima semana para protestar contra a situação difícil das tribos ñhandeva e kaiowás.

Cerca de 70 famílias do MST ocupam a Fazenda da Gurita, parte de um latifúndio ainda maior, a Fazenda Belo Horizonte no estado de Minas Gerais (região Sudeste). A fazenda tem cerca de 300 hectares e, segundo o movimento, encontra-se totalmente improdutivo. Os Sem Terra exigem maior compromisso e agilidade do governo com as famílias acampadas. Para isso, querem que o Incra realize as vistorias nas fazendas da região, com finalidade de desapropriação das terras improdutivas. As famílias aguardam que o governo federal através do Incra desaproprie as fazendas que já estão ocupadas, e que assente as milhares de famílias que estão à espera de um pedaço de terra para poderem produzir. Atualmente são cerca de 7 mil famílias no estado de Minas Gerais nessa situação.

Uma pesquisa realizada pelo Grupo Cultural Raízes em Movimento em parceria com o jornal Fazendo Média constatou que a grande maioria dos moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro (região Sudeste) reprovava a política de Segurança Pública do governo Sérgio Cabral. No dia 21 de julho foram ouvidas 787 pessoas nas favelas da Grota, Pedra do Sapo, Morro do Alemão e Morro dos Mineiros, todas pertencentes ao Complexo. Dos entrevistados, 91% disseram não apoiar "invasões da polícia no Complexo do Alemão, como a mega-operação realizada no dia 27 de junho", enquanto 7% responderam que apoiavam essas operações e 2% não quiseram responder.

O juiz José Lopes Neto, de Palmeira dos Índios – Alagoas (região Nordeste), expediu liminar pedindo reintegração de posse da Fazenda Boa Vista, de propriedade do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB/AL), num prazo de 24 horas. As famílias afirmam que não

sairão da fazenda. O coordenador estadual da CPT, Carlos Lima, diz que a legalidade das terras será questionada na Justiça.

Aproximadamente 300 pessoas, entre funcionários do Incra e do Ministério da Cultura e estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), protestam durante o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do saneamento e urbanização de favelas no Centro de Convenções em Aracaju – Sergipe (região Nordeste). Os manifestantes gritam palavras de ordem e vão ao presidente Lula e a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Os estudantes, que promoviam um apitão, chegaram a atear fogo num boneco de pano "com barba" e com faixa presidencial que batizaram de Lula. Seguranças do Planalto e do evento tomaram uma faixa vermelha dos manifestantes que dizia "Lula traidor". Quatro estudantes que conseguiram entrar no centro de convenções e engrossavam as vaías foram retirados do local "por não possuírem convites". O presidente, que já havia ficado muito aborrecido com as seis vaías tomadas no Maracanã, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), no dia 13 de julho, durante a cerimônia de abertura dos jogos Pan-americanos, deu claras demonstrações de impaciência na cerimônia. Auxiliares do presidente justificaram que "é praxe" a retirada de faixas contrárias ao governo e justificaram que quem retirou as faixas dos manifestantes foram os próprios presentes que não concordavam com os atos contra Lula.

Os cerca de 200 acampados, que ocupavam a Conab em Apucarana - Rio Grande do Sul (região Sul) desde 24 de julho, decidem deixar o local. Os trabalhadores, que estavam há três meses sem receber cestas básicas, conseguem a entrega imediata de três mil e quinhentas cestas para os acampados.

6ª Feira 27

Professores da rede estadual de ensino, em greve há mais de dois meses, têm desconto dos dias parados no pagamento. O Governo do estado, ignorando decisão judicial, cortou o ponto dos dias parados dos grevistas.

As 400 famílias sem terra iniciam a desocupação da fazenda Boa Vista, em Murici – Alagoas (região Nordeste) após a emissão da liminar de reintegração de posse no dia 26 de julho. A decisão decorre de acordo feito com o corregedor do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho, que promete analisar na próxima semana o pedido de intervenção. Pela proposta dos movimentos, caso haja intervenção, todas as terras de Murici passarão por varredura. Os sem terra reivindicam que o Tribunal de Justiça do Estado realize uma intervenção no cartório de Murici para verificar se a documentação das terras existe e é regular. Segundo o coordenador estadual da CPT, Carlos Lima, há suspeitas de que as terras foram obtidas através de operações fraudulentas. Participaram da ação famílias de trabalhadores rurais sem terra, ligadas à CPT, ao MST, ao MLST e ao MTL.

O governo federal fecha a folha de pagamento do Incra com o corte de salário de 2.361 servidores grevistas. O desconto é autorizado pelo STJ. Com isso, na próxima semana, o Incra tentará derrubar liminares em seis estados, onde a Justiça suspendeu o corte para

grevistas. Das 30 superintendências regionais, servidores da Bahia, Piauí (região Nordeste), Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (região Sul) e Amazonas (região Norte) não são atingidos pelo desconto, devido às liminares. Segundo o Inbra, o corte atingiu todos os servidores do Mato Grosso (região Centro-oeste), Pernambuco, Ceará, Paraíba (região Nordeste) e Rio de Janeiro (região Sudeste). Cada superintendente deve passar a lista dos grevistas à direção nacional. Os grevistas têm até o dia 3 de setembro para responder a um termo de compromisso elaborado pelo governo. No documento, em avaliação nos estados, o governo exige o retorno ao trabalho para iniciar qualquer tipo de negociação. Com a resposta dos comandos estaduais de greve, a Associação Nacional dos Servidores do Inbra (Cnasi) fará assembleia no dia 30 de julho e levará o resultado ao comando do órgão e dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento.

Cerca de 200 manifestantes fazem protesto na cerimônia para o lançamento de investimentos em habitação e saneamento previstos no PAC na cidade de Natal - Rio Grande do Norte (região Nordeste). Durante a cerimônia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se tornou novamente alvo de vaias. Os manifestantes, que não podem entrar no Centro de Convenções da cidade, local da cerimônia, carregam faixas com inscrições como: "Prisão já para corruptos e corruptores" ou ainda "Inbra em greve contra o PAC e o PLP-01 (projeto que restringe a greve do funcionalismo público)". De acordo com uma das organizadoras do protesto, a diretora do SindiSaúde de Natal, Sonia Godeiro, participam da manifestação representantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), servidores da área de saúde, do Inbra e do Ibama, além de bancários. A ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, que disse não ver mal algum na manifestação, afirmou não concordar com o fato de que os que protestavam terem sido proibidos de entrar no Centro de Convenções.

Diversas entidades de representação da sociedade civil lideradas por setores empresariais que perdem espaço na economia devido a política de abertura econômica (em especial pela concorrência de produtos chineses) e pró-capital rentista lançam o "Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros - Cansei". O objetivo da campanha, que se manifesta através de peças publicitárias veiculadas na mídia impressa, televisão e rádio, é sensibilizar a sociedade a protestar contra a corrupção, o caos aéreo e outros problemas do país. De acordo com Luiz Flavio Borges D'Urso, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional São Paulo, o propósito é demonstrar a indignação dos brasileiros diante de várias questões que contribuem para a sensação de caos vivida por toda a população atualmente. O movimento também propõe um protesto silencioso no dia 17 de agosto, quando o acidente ocorrido com o avião da TAM, em que morreram 199 pessoas, completará 30 dias. O protesto, que deverá reunir artistas, personalidades, empresários, formadores de opinião e representantes de várias correntes religiosas, ocorrerá em frente ao prédio da TAM Express, em São Paulo – SP (região Sudeste) servirá para que a população possa expressar sua indignação.

Funcionários do Ministério da Cultura retornam ao trabalho em diversos estados, de acordo com decisão tomada em assembleia nacional. Os trabalhadores estavam em greve desde o dia 15 de maio. A categoria reivindica a implementação do Plano Especial de Cargos da Cultura e o pagamento da Gratificação Específica de Atividade Cultural (GEAC), instituído pela lei 11.233, de 2005, que trará melhorias salariais. Participam das negociações

integrantes do Comando Nacional de Greve, do Ministério do Planejamento, da CUT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF). A retomada provisória das atividades é uma das condições para que o governo não desconte da folha de pagamento dos servidores os dias de paralisação. De acordo com a representante do Comando Nacional de Greve, Júlia Guedes, a maioria dos servidores optou pela suspensão da greve, já que o Ministério do Planejamento exigiu seu fim para começar a negociar as reivindicações da categoria. O governo informou que pretende apresentar no prazo de dez dias uma proposta do plano de cargos para a categoria. De acordo com Zumira Pope, outra integrante do Comando Nacional de Greve, os servidores podem retomar a paralisação no fim desses dez dias, caso a proposta do governo não seja satisfatória.

Sábado 28

A Petrobras começa a divulgar a lista dos cerca de 20 mil pescadores beneficiados com a indenização da empresa pelos prejuízos que tiveram com um vazamento do oleoduto que liga a refinaria de Duque de Caxias (REDUC) ao terminal da Ilha d'Água, dentro da Baía de Guanabara no Estado do Rio de Janeiro (região Sudeste), em janeiro de 2000. De acordo com o coordenador da Rede de Lideranças da Pesca Artesanal da Baía, Sérgio Ricardo, mais de 1,3 milhão de litros de óleo foram derramados na água, causando o maior acidente ambiental que já ocorreu no interior da Baía de Guanabara. Ainda de acordo com Ricardo, com o acidente houve uma redução enorme da produção pesqueira e milhares de pessoas tiveram um empobrecimento ao longo desses anos. Desde o ano 2000, a empresa já havia admitido o dano ambiental provocado pelo vazamento e pagou multa às autoridades governamentais. No entanto, a Petrobras não havia reconhecido o prejuízo social e econômico causado aos pescadores artesanais que trabalham na região. A indenização, que é de cerca de R\$ 1,23 bilhão, corresponde a R\$ 500 por mês durante dez anos para cada pescador ou família. Segundo Ricardo, essa indenização é histórica e representa um marco no direito ambiental brasileiro, por se tratar da maior indenização por dano ambiental e por impacto social da história do País.

Domingo 29

Cerca de 6 mil pessoas, segundo estimativas da Guarda Civil Metropolitana, da Defesa Civil e dos organizadores do evento, participam da caminhada em homenagem aos mortos em acidentes aéreos, em protesto contra autoridades e companhias aéreas e pela solução da crise no setor, que já dura dez meses. A passeata começa próximo ao Monumento às Bandeiras, no Ibirapuera – São Paulo (região Sudeste), e termina em frente ao prédio da TAM Express, quando os manifestantes homenageiam também os bombeiros. Nesta etapa final, três aeronaves pousam em Congonhas, uma delas da TAM, provocando vaias e gritaria entre os manifestantes.

2ª Feira 30

Servidores do Inca em greve terão os salários cortados pelo segundo mês consecutivo, segundo dirigentes da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inca (Cnasi). O corte nos pagamentos dos grevistas foi determinação do Palácio do Planalto. A secretária de Comunicação da Cnasi, Vera Lucia Martins Ramos, disse que os grevistas tiveram acesso à folha de julho, com pagamento previsto para o dia 2 de julho e os salários estavam zerados. No dia 3 de julho, os servidores em greve já não haviam recebido os vencimentos referentes a junho. Segundo ela, o corte atinge 70% dos 6.100 servidores do Inca em todo o País. Apesar de confirmar o corte, a assessoria do Inca explica que o fato de o governo ter fechado a folha de pagamento sem os vencimentos dos funcionários não significa que o corte será realizado, pois o Ministério do Planejamento ainda negocia com os grevistas. Mas o corte nos salários não intimidou os grevistas, que confirmam a manutenção da paralisação. O governo só aceita negociar se a greve acabar. No Ibama, após uma reunião de mais de sete horas, foi assinado termo de compromisso que garante aos servidores que participaram da greve, que durou 65 dias, o pagamento integral dos salários de junho e julho. A restituição de 16 dias, referentes a maio, também será feita. Mais de 2 mil servidores tiveram desconto em seus contracheques. A devolução dos valores será feita num prazo máximo de 15 dias, conforme estabelece acordo que colocou um ponto final na paralisação. Outro compromisso firmado é que nenhum grevista sofrerá retaliação por parte de seus dirigentes. A paralisação do Ibama teve motivação estritamente política. O movimento teve como objetivo a derrubada da Medida Provisória 366, que ameaça dividir o órgão, e está na pauta do Senado.

A Justiça concede liminar garantindo reintegração de posse da Fazenda Céu Azul, em Teixeira de Freitas – Bahia (região Nordeste), ocupada por cerca de 2 mil famílias do MST. Segundo o MST, a área que já havia sido ocupada e desocupada em abril de 2006 e foi reocupada porque o acordo firmado com o Inca, para acelerar as desapropriações na região não foi cumprido. O movimento diz que só sairá depois de ter assegurado o cumprimento do acordo anterior.

Cerca de 250 militantes do MST ocupam a reitoria da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Fortaleza – CE (região Nordeste). Os manifestantes reivindicam a liberação de R\$ 1,2 milhão para dois projetos de Educação desenvolvidos nos assentamentos em parceria entre o MST, a UECE e o INCRA. Segundo Eriando Barbosa, responsável pelo setor de Educação do MST cearense, os projetos de formação de educadores e de educação de jovens e adultos estão sendo executados desde o início de 2006. No entanto, os professores e bolsistas dos programas estão sem receber há nove meses. Os manifestantes se reúnem com o vice-reitor da UECE, João Nogueira Mota, porém não há saída para o impasse.

O Sindicato dos Bancários de Alegrete - RS (região Sul) encaminha medidas judiciais para reintegração de uma funcionária ao banco Itaú da cidade. A bancária, que estava em licença-saúde, foi demitida há uma semana pela empresa por justa causa. A funcionária havia pedido afastamento devido a uma doença relacionada ao trabalho. Segundo legislação, todo empregado afastado por mais de 15 dias decorrente de Lesões por Esforços Repetitivos, conhecidas como LER, tem direito à estabilidade por um ano. No entanto, a empresa decidiu demiti-la antes de completar o prazo legal. De acordo com os bancários, o Banco Itaú já usou do artifício outras vezes no Estado.

Cerca de 40 mil metalúrgicos de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul (Região Sul) decidem entrar em greve. Eles reivindicam 12% de reajuste salarial e correção das perdas com a inflação além da ampliação de direitos trabalhistas como: a redução da jornada de 44 horas para 40 sem redução de salário, fixação de um piso salarial de R\$ 1 mil e auxílio-creche, mas os empresários oferecem somente 5,2% de aumento. O Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul afirma que oito empresas estão paralisadas na cidade. Fábricas da Randon, Fras-le, Mundial, Metalcorte e duas unidades da Marcopolo entram na Justiça com Interdito Proibitório, impedindo os metalúrgicos de realizar manifestações em frente às empresas, o que tem acirrado ainda mais a situação.

3ª Feira 31

O diretor do Hospital Municipal Souza Aguiar, José Macedo e mais 30 chefes de equipe da unidade entregam um documento à Secretaria Municipal de Saúde, colocando seus cargos à disposição. Este é um protesto contra o fim do plano emergencial criado para reforçar o atendimento durante o Pan, quando os médicos recebem gratificações para dobrar os plantões de emergência. Os profissionais alertam que está para vencer o contrato dos que foram lotados para a unidade pelo Ministério da Saúde, durante a intervenção federal em 2005. A Secretaria aceita a demissão de Macedo.

O governo de Pernambuco (região Nordeste) requisita a ajuda de profissionais das Forças Armadas e da PM para tentar reduzir o caos nas emergências dos hospitais públicos, após 59 médicos pedirem demissão e outros 250 entregarem cartas com a mesma intenção ao sindicato. As demissões em massa começaram há 13 dias em protesto por reajuste nos salários, de R\$ 1.400 para R\$ 2.160, e condições de trabalho. O governo propôs o aumento da gratificação incorporada aos salários, de R\$ 600 para R\$ 1.100, e um reajuste de 7% no salário-base. A crise afeta principalmente as emergências do Restauração, Getúlio Vargas e Otávio de Freitas, hospitais públicos de referência para traumatologia em Recife, capital do estado. Segundo o Secretário da Saúde de Pernambuco, Jorge Gomes, o governo não se recusa a negociar. Além da ajuda requerida, o governo transfere pacientes para hospitais particulares conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS). Um edital prevê contratação de mais médicos.

A tabeliã Maria de Lourdes Ferreira do cartório da Comarca de Murici – Alagoas (região Nordeste) é afastada do cargo a pedido de lideranças dos trabalhadores rurais sem-terra. O corregedor-geral de Justiça de Alagoas nomeia Everaldo Ferreira de Melo como interventor do cartório de Murici. De acordo com os sem-terra, a tabeliã, utilizava o cargo para receber documentação falsificada, a fim de legalizar terras griladas na região de Murici para beneficiar a família do senador Renan Calheiros. Ferreira responde a processo administrativo na Corregedoria-Geral de Justiça. A CPT reivindicava a intervenção desde 2005. O afastamento da tabeliã foi a principal condição proposta pelos sem-terra para desocupar a fazenda Boa Vista, do deputado federal Olavo Calheiros, irmão do presidente do Senado, Renan Calheiros (ambos do PMDB de Alagoas). A desocupação da fazenda teve início no dia 27 de julho.

Cerca de 50 motoristas de vans e kombis do transporte alternativo intermunicipal fazem manifestação no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os motoristas protestam contra a repressão feita a esse tipo de transporte dentro da cidade pelo Departamento de Transportes Rodoviários (DETRO). De acordo com a Assessoria de Comunicação do DETRO, um convênio firmado no dia 26 de janeiro de 2007, entre o governo do estado e a prefeitura da cidade do Rio, permite que o órgão promova ações de repressão ao transporte alternativo. Segundo a Guarda Municipal, o tráfego ficou complicado na chegada à Alerj, onde os motoristas estacionaram em fila dupla. Os motoristas não foram recebidos por nenhum deputado devido ao recesso parlamentar de meio de ano.

Glossário de Siglas

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
BC	Banco Central
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Itesp	Instituto de Terras de São Paulo
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRF	Polícia Rodoviária Federal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento y análisis da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL / CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anderson Andrade (LPP-UERJ), Luiza Leite (LPP-UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF). Revisão: Virgínia Maria de Castro (LPP-UERJ)

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Agosto

4ª feira 01

Servidores em greve ocupam o saguão da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes reivindicam reajuste salarial, mudanças no plano de carreira e a retirada pelo Executivo do Projeto de Lei 01, que congela os investimentos nos órgãos federais por 10 anos. Os servidores permanecem em vigília na universidade para pressionar as negociações que ocorrem entre o comando de greve e governo em Brasília – Distrito Federal (DF). O reitor da UFRGS, professor José Carlos Hennemann, disse que respeita o movimento e se compromete a enviar um ofício ao Ministério da Educação (MEC) informando a ação e solicitando uma interferência maior na negociação com o Ministério do Planejamento. A greve dos servidores técnico-administrativos das Universidades federais completa 66 dias, com 46 instituições paralisadas em todo o país. A negociação, iniciada antes da greve, contou com a realização de sete reuniões no Ministério do Planejamento, além de duas reuniões no Ministério da Educação para tratar do andamento das reivindicações e da questão da transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal de Direito Privado.

A prefeitura do Rio de Janeiro demole casas na Comunidade do Anil, em Jacarepaguá no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O aparato policial da Polícia Militar (PM) e da Guarda Municipal, conforme os ativistas, é arbitrária e violenta.

Cerca de 50 índios guaranis ocupa o posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os índios fazem oito servidores do órgão reféns no prédio por 9 horas. Os indígenas protestam contra a demora no recebimento de cestas básicas que, segundo o cacique Lucas Paiva, não são entregues aos moradores da reserva há três meses. Duas horas após o protesto, uma criança da Reserva Indígena de Dourados morre de subnutrição. A índia Francieli de Souza, de dois anos é a oitava vítima neste ano, de acordo com os caciques das aldeias Bororó e Jaguapiru. A manifestação acontece um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciar que o governo teria resolvido o problema de mortalidade infantil na região.

Cerca de 1,8 mil Policiais Civis decretam greve por tempo indeterminado no estado de Alagoas (região Nordeste). A categoria reivindica a isonomia salarial através de um plano que reajusta o salário dos policiais de R\$ 1,3 mil para R\$ 3 mil, além da retirada de presos condenados das delegacias. De acordo com o diretor de planejamento do Sindicato dos Policiais Civis, José Carlos, todas as delegacias do estado estão fechadas. O governo estadual oferece 5% de reajuste, percentual que foi recusado pelos policiais.

Treze cirurgiões entregam seus cargos à direção do Hospital Getúlio Vargas, em Pernambuco (região Nordeste), devido aos baixos salários. No movimento, que já dura 14

dias, já estavam oficialmente computadas 60 demissões voluntárias. Segundo o sindicato da categoria 141 já se afastaram do trabalho e mais 250 profissionais protocolam cartas de demissão para que o sindicato formalize o processo. Após os médicos recusarem, em assembléia ocorrida em 31 de julho, a proposta de reajuste salarial do estado, o secretário estadual da Saúde, Jorge Gomes, anuncia a decisão do governo de tentar amenizar a crise contratando helicópteros e Unidades de Tratamento Intensivo (UTI's) móveis para transportar pacientes em estado grave para hospitais da Paraíba e do Ceará (região Nordeste). Os médicos querem equiparação salarial com os de Campina Grande e afirmam que preferem deixar os cargos a aceitar o aumento irrisório de 7% no salário-base. De acordo com o sindicato, 70% dos profissionais e dos serviços estão parados. Para a Secretaria de Saúde apenas 10% paralisaram as atividades.

5ª feira 02

Cerca de 200 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a Fazenda da Palma no município de Pedro Osório – Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo a Agência de Notícias do Planalto, esta é a segunda vez neste ano que as famílias ocupam o local; segundo o jornal Folha de São Paulo, esta é a terceira vez. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já vistoriou a fazenda em abril, mas até o momento não divulgou nenhum parecer. As famílias estavam acampadas ao lado da área, em um terreno cedido pelo Assentamento Novo Pedro Osório. No entanto, o local é pequeno, fazendo com que os acampados fiquem amontoados. De acordo com a coordenadora estadual do MST, Luciana Poncio, os sem terra aproveitarão a terra totalmente abandonada para preparar o solo para o cultivo de milho e legumes que serão destinados ao auto-sustento das famílias do acampamento.

Metroviários deflagram greve por tempo indeterminado em São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam o pagamento imediato de R\$ 1,8 mil de abono relativo à Participação nos Lucros e Resultados da empresa (PLR). No entanto, a Companhia Metropolitana de São Paulo (METRÔ) limita a oferta em R\$ 800, a serem pagos em setembro. Durante a paralisação cerca de 2,4 milhões de pessoas, segundo o Jornal do Brasil, são prejudicadas em função do sobrecarga dos ônibus, das estações ferroviárias e do trânsito caótico nas principais vias da cidade. Para minimizar os efeitos da greve, a secretaria Municipal de Transportes acionou o Plano de Atendimento Emergencial às Empresas, com um reforço de 120 ônibus à frota em circulação. Em audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), diretores do metrô e sindicalistas não chegam a um acordo. Em assembléia feita no fim da tarde, os metroviários decidem estender a paralisação. O procurador Sidnei Alves Teixeira, do Ministério Público do Trabalho, pede aplicação ao sindicato de multa diária de R\$100 mil. A vice-presidente do TRT, Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, determina que os metroviários mantenham em operação 85% dos trens durante os horários de pico, e 60 % no restante do dia, mas a ordem não é cumprida. O Metrô afirma que manterá esquema emergencial, criticado pelo sindicato. A entidade, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), diz que manterá a greve enquanto o Metrô, na gestão de José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não atender a seus pedidos. A empresa afirma que chegou ao seu limite, pois gasta 67% dos recursos com folha de pagamento.

Fiscais agropecuários suspendem a greve da categoria para buscar a retomada das negociações com o governo federal. A categoria reivindica 15% de reajuste salarial para este ano e mais 15% no ano que vem, além da revisão no plano de carreira e uma escola especial de formação de técnicos. Segundo a Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, caso o governo não atenda às reivindicações de reajuste salarial, o movimento será retomado no dia 17 de agosto.

Professores ligados à União dos Professores Públicos do Estado (Uppes-Sindicato) fazem protesto contra a crise da educação no estado, fincando na areia da Praia de Copacabana, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), bonecos de papel que simbolizam os 20 mil alunos da rede estadual prejudicados pela falta de docentes ao longo deste ano letivo. Fazem também abaixo-assinado em defesa do ensino público. A Uppes-Sindicato pretende levar o protesto a outras cidades; a próxima deve ser Cabo Frio.

143 médicos da rede pública de Alagoas (região Nordeste) pedem demissão. Em greve há dois meses, eles paralisam as negociações com o governo, que oferece 5% de reajuste contra os 50% pedidos pela categoria. Eles devem cumprir o aviso prévio de 30 dias. O Secretário de Saúde, André Valente, diz que as demissões representam menos de 10% da categoria (1.600), mas o prejuízo é qualitativo. Segundo ele, caso seja necessário, serão contratados serviços na rede privada ou credenciada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A nova estratégia da polícia do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), que desde o fim dos Jogos Pan-Americanos vem fazendo operações quase diárias nas principais favelas da cidade, chega à Rocinha. Cerca de 300 policiais civis de 12 delegacias especializadas invadem todos os acessos à comunidade. Esta semana a polícia fez incursões na Mangueira, no Jacarezinho, em Vigário Geral e na Furkim Mendes, no Jardim América. O diretor do Departamento de Polícia Especializada (DPE), delegado Alan Turnowsky, diz que outras ações serão realizadas na Rocinha, que é controlada por uma facção rival à do Complexo do Alemão. Esta operação seria para cumprir mandados de prisão e apreender drogas e armas. Os policiais possuem recursos como laptop, carro blindado e helicóptero. Colégios e escolas se mantêm abertos, porém a frequência dos alunos é afetada. Cinco pessoas são presas e o túnel Zuzu Angel, fechado por cinco minutos, para que carros da polícia possam passar sem que ninguém seja atingido por eventuais disparos. A operação provoca, também, engarrafamento. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio), no entanto, não registra os transtornos no trânsito nem o fechamento do túnel. Não há registro de vítimas.

6ª feira 03

Movimento Passe Livre (MPL) lança carta de apoio ao direito de greve dos metroviários e reivindica transporte público gratuito e de qualidade. Na carta o movimento apóia a greve dos metroviários, a legitimidade de suas reivindicações e faz diversas críticas à imposta Privatização da Linha 4 e à posição adotada pelo Metrô frente à greve dos trabalhadores. “A administração do Metrô insiste em afirmar que a greve dos metroviários deixa sem transporte milhões de pessoas, quando na verdade o alto preço da tarifa e o limitado sistema metroviário é que exclui grande parte da população do acesso aos trens do Metrô.” O MPL

é um movimento social autônomo, apartidário e horizontal, que atua em nível nacional por um transporte verdadeiramente público, gratuito e de qualidade para todo o conjunto da população.

Mais de 3 mil professores decretam "estado de greve" no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A pauta de reivindicações da categoria inclui questões salariais, previdenciárias, educacionais e funcionais. Os professores também criticam duramente a medida adotada pela Secretaria Estadual de Educação de juntar turmas a fim de resolver a falta de profissionais nas salas de aula. Os docentes também protestam, juntamente com os bancários, contra a venda de ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

Metroviários do Estado de São Paulo – SP (região Sudeste) decidem suspender a greve iniciada no dia 1º de agosto. A decisão ocorre em virtude de a Justiça ter considerado a paralisação abusiva e ter autorizado o governo a demitir os funcionários, obrigando o sindicato ao pagamento imediato de R\$ 2 milhões, do qual R\$ 1,8 corresponde à condenação por litigância e má-fé por romper um compromisso com a Justiça. Os outros R\$ 200 mil são o equivalente à multa por dois dias de greve. Os metroviários reivindicam o pagamento da participação de resultados dos lucros de 2007, com base em uma folha e meia de pagamento (cerca de R\$ 4.700) a todos os funcionários e um adiantamento de R\$ 1.800. No entanto, a empresa alega que a categoria quer receber o mesmo benefício duas vezes neste ano.

Cerca de 4 mil pessoas, organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos e Siderúrgicos da Baixada Santista, fazem manifestação em frente à Cosipa, em Cubatão – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes tentaram parar um ônibus para que funcionários da Cosipa desembarcassem. Segundo o coronel Orlando Geraldi, comandante da PM na região, três pessoas são detidas e 8, incluindo um policial, ficam feridas após confronto entre os militantes e a PM. A manifestação provoca grande congestionamento em duas rodovias. Segundo o sindicato, o ato é contra o descumprimento do acordo salarial firmado em junho e a favor de mais segurança no trabalho, já que, no último mês, dois funcionários morreram na unidade. Em nota, a Cosipa informa que seus empregados não aderem à manifestação e que em relação à proposta de acordo coletivo aguarda a assinatura do sindicato para que passe a entrar em vigor.

Moradores do Canal do Anil, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), bloqueiam a rua de acesso ao local. O objetivo foi impedir que funcionários da prefeitura continuassem a demolição iniciada nessa semana. As famílias estão indignadas com o processo de desapropriação de seus imóveis iniciado pela Prefeitura. Além de terem as casas demolidas, elas denunciam que não houve pagamento de todas as indenizações e que os valores pagos não são suficientes para adquirirem outro imóvel, conforme havia sido acordado. O vice-presidente da Federação das Associações de Favelas do Rio (Faferrj), José Nerson de Oliveira, disse que a prefeitura não procurou em nenhum momento a associação de moradores da região para intermediar as negociações. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação do Rio, todos os proprietários das 61 casas previstas para serem demolidas já foram indenizados. A assessoria informou ainda que, ao todo, serão retiradas 242 famílias do local.

Sábado 04

O movimento “Rio de Paz” realiza um protesto no qual cerca de mil montes de areia são cobertos por plásticos pretos na areia da praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é protestar contra o crescimento da violência no estado. Os plásticos pretos simbolizam o número de assassinatos ocorridos no estado do Rio de Janeiro até junho deste ano (2007), segundo informações do movimento de defesa dos direitos humanos organizador do protesto. De acordo com o teólogo Antônio C. Costa, presidente do “Rio de Paz”, a manifestação que transforma a praia em cemitério, foi organizada “para chamar a população a se unir para defender o direito do ser humano à vida”.

Cerca de 200 pessoas participam do protesto “Fora, Lula” na praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo, vestido de preto e com narizes de palhaço, exhibe cartazes e faixas para protestar contra o governo, a corrupção e o caos aéreo. Simultaneamente ocorrem outras manifestações com o mesmo objetivo em mais oito capitais: São Paulo, Belo Horizonte e Vitória (região Sudeste), Curitiba e Porto Alegre (região Sul), Brasília (região Centro-oeste), Natal (região Nordeste) e Belém (região Norte). Em São Paulo, cerca de 2.000 manifestantes percorrem ruas do centro da cidade carregando faixas que pedem o *impeachment* do presidente. Em Porto Alegre, a manifestação concentra cerca de 150 pessoas, entre elas, parentes das 199 vítimas fatais do voo 3054 da TAM, que também protestam contra o atual governo.

O governo de Pernambuco (região Nordeste), na tentativa de substituir os médicos que se demitiram, publica no “Diário Oficial” um edital abrindo vagas para contratação emergencial de 120 médicos por seis meses, com possibilidade de prorrogação do prazo por mais seis. Profissionais da área fazem protesto nas ruas de Maceió – Alagoas (região Nordeste), reivindicando reajuste.

Domingo 05

Professores decidem encerrar a greve no estado de Pernambuco (região Nordeste). A categoria aceita a proposta apresentada pelo governo estadual, que se compromete a conceder reajuste de 5% no salário-base de ativos e aposentados, a partir de setembro, além do abono-educador de R\$ 200 e da correção da gratificação de diretores de escolas mínimas, que passará de R\$ 57 para R\$ 888. Já os técnicos educacionais aprovados em concurso público irão receber gratificação de 60%. O governo estadual devolverá os valores descontados dos contracheques dos servidores, desde que a categoria aceite o modelo de reposição dos dias não trabalhados, que inclui aulas em 14 sábados, além de 6 dias no mês de dezembro. De acordo com a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, Antonieta Trindade, a principal reivindicação da categoria – que nenhum professor do estado recebesse salário inferior ao mínimo – não foi alcançada. Segundo Antonieta, existem cerca de 6 mil docentes com formação em ensino médio que recebem R\$ 253 de salário mensal e, sendo assim, o movimento por

melhores condições de trabalho e pela criação de um padrão mínimo de qualidade para as escolas será mantido.

2ª feira 06

Cerca de 100 famílias ligadas ao MST ocupam uma fazenda na cidade de Varjão a cerca de 75km de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). Segundo o movimento, a ocupação é um protesto contra o ex-senador Joaquim Roriz do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), apontado pelos manifestantes como verdadeiro proprietário da fazenda. Os proprietários são o administrador regional da cidade de Samambaia no Distrito Federal (DF) José Luiz Naves e sua esposa. Naves afirma que já trabalhou para Roriz em mandatos do ex-senador como governador do DF, mas que nunca tiveram negócios juntos. O proprietário declarou ainda que a fazenda não possui o perfil de propriedade a ser destinada à reforma Agrária pelo Incra. Segundo Naves, as terras somam 184 hectares; segundo o MST a fazenda pode ter quase mil hectares, usados para a criação de gado. A assessoria de imprensa de Roriz afirma que não há qualquer vínculo entre Roriz e a fazenda ocupada. O ex-senador deixou o cargo a cerca de um mês para escapar a um processo de cassação; ele é acusado de ter recebido propina.

Cerca de 200 servidores municipais decidem entrar em greve em Paranavaí – Paraná (região Sul). Os servidores reivindicam a reestruturação no plano de carreiras e o reajuste do piso salarial, de forma que este se iguale a R\$ 475 , valor equivalente ao do salário mínimo do estado do Paraná. Os trabalhadores relatam casos de pessoas que recebem somente R\$ 340 por mês. O reajuste salarial beneficiaria motoristas, eletricitas, serviços gerais, agentes de saúde e agentes comunitários. O prefeito Maurício Yamakawa, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), reconhece os baixos salários dos servidores, mas afirma não ter como reajustá-los.

Mais de 100 indígenas das tribos Guarani e Caingangue bloqueiam dois trechos da rodovia BR-373 que liga as cidades de Coronel Vivida e Pato Branco no Paraná (região Sul). Os manifestantes reivindicam que a prefeitura de Chopinzinho repasse parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Ecológico - que é destinado a municípios que têm parte do território integrando unidades de conservação ambiental ou que sejam diretamente influenciados por elas - para aumentar a produção da comunidade. O prefeito de Chopinzinho, Vanderlei Crestani (PDT), afirma que o município sempre ajudou a reserva, mas que não possui amparo legal para repassar 50% do ICMS Ecológico aos indígenas, tendo em vista que estes recursos devem ser destinados primordialmente para a agricultura.

O Metrô de São Paulo anuncia a demissão de 61 funcionários de operação e de cargos de chefia devido à paralisação ocorrida de 1 a 3 de agosto. Na mobilização os metroviários reivindicaram antecipação nas participações dos resultados do ano que vem (2008). Apesar de a greve ter sido considerada abusiva, a decisão do TRT não é suficiente para realizar demissões por justa causa. Como os funcionários não são concursados, entretanto, são dispensados sob o argumento, segundo nota do governo, de que os demitidos "são empregados que tinham um desempenho abaixo do esperado pela direção do Metrô". A

Secretaria dos Transportes Metropolitanos diz que as demissões já estavam programadas e que foram antecipadas devido às paralisações. No entanto, todos os trabalhadores demitidos fizeram greve, o que indica, segundo o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, a possibilidade de perseguição por parte do Metrô. O Secretário de Transportes Metropolitanos, José Luiz Portella, divulga ainda um pacote de medidas que prevê, entre outras coisas, 100 contratações para uma reserva em caso de greve, além do treinamento de 30 bombeiros e 300 supervisores para operar os trens em situações de emergência. A atitude do governo do estado demonstra uma tentativa de inibir futuras paralisações.

3ª feira 07

O professor de Física Flávio Daniel Meireles de Oliveira organiza, no gramado do Congresso Nacional em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), um protesto contra o desmatamento na Amazônia. O gramado amanheceu com árvores de papel fincadas. Além disso, Oliveira inicia uma greve de fome para reivindicar que o governo federal declare em rede nacional de televisão os números oficiais do desmatamento e das queimadas na Floresta Amazônica nos últimos dez anos. O professor declarou que nada comerá até que os dados sejam divulgados. Oliveira já ministrou palestras sobre aquecimento global para mais de 26 mil estudantes de escola pública. Ele também reivindica fiscalização rigorosa do cumprimento das medidas de proteção ambiental, penalização dos infratores e realização de campanhas educativas nas escolas públicas e particulares sobre ecologia e proteção ambiental.

Médicos da rede de saúde de Alagoas, em greve há pouco mais de dois meses, protestam contra o governo do estado na porta da Maternidade Escola Santa Mônica, em Maceió - Alagoas (região Nordeste). Os médicos reivindicam um reajuste salarial de 50%, o que elevaria o menor salário da categoria para R\$ 1.500. No entanto, o governo oferece 5% de reajuste e até o momento não tentou retomar as negociações com os grevistas. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas (SINMED), Wellington Galvão, cerca de 80% dos médicos lotados na maternidade já assinaram o pedido de demissão coletiva, acompanhando outros 150 profissionais - de várias especialidades - que já se demitiram do estado.

Os servidores de 18 superintendências e da sede do Inbra retomam suas atividades por 15 dias. Os trabalhadores estavam em greve desde 21 de maio e com os salários cortados há 2 meses. Os trabalhadores reivindicavam, além da reestruturação do plano de cargos e salários, a contratação de funcionários, a inclusão efetiva da reforma agrária e a retirada do projeto de lei que limita por dez anos os reajustes salariais dos funcionários públicos. Funcionários de outras 10 superintendências não aceitam a suspensão da greve e decidem manter a paralisação. Em outras duas superintendências a greve já havia terminado. Na semana passada, sob ordem do Planalto, o comando do Inbra e o Ministério do Planejamento fecharam a folha de pagamento com o corte de salário de 2.361 servidores. A greve do Inbra, a quarta durante o governo Lula, prejudica a distribuição de cestas de alimentos aos sem terra e atrasa o ritmo de reforma agrária que, na prática, aumenta a pressão de entidades contra o governo. O Ministério do Planejamento, o Inbra e representantes sindicais decidiram assinar um termo de compromisso no dia 3 de agosto,

para construção de uma proposta de reestruturação do plano de cargos e salários. Se não houver acordo, a greve pode ser retomada.

As famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que fazem parte da Ocupação João Cândido, acampam em frente à Câmara Municipal de Itapecerica da Serra, São Paulo (região Sudeste). As famílias exigem que os vereadores aprovem a doação do terreno provisório da Vila Calu - que pertence à prefeitura de Itapecerica - para que a Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) possa iniciar a construção das moradias. Os parlamentares assinaram um ofício em apoio à transferência do terreno a CDHU, mas no dia 6 de julho rejeitaram projeto de Lei que previa a doação. Os sem-teto declaram que permanecem acampados em frente ao local até que a questão seja solucionada. O poder legislativo de Itapecerica está dificultando a concretização do acordo firmado entre o MTST e os governos federal e estadual, que prevê a construção de moradias para as famílias da Ocupação João Cândido com recursos conjuntos da Caixa Econômica Federal e da CDHU.

Integrantes do MST denunciam abuso e violência policial durante o despejo em Pedro Osório - Rio Grande do Sul (região Sul). Cerca de 200 famílias ocupam parte da Fazenda da Palma desde o dia 2 de agosto. A reintegração de posse da fazenda foi dada pela Justiça da cidade no dia 3 de agosto, mas a polícia cumpriu a ação hoje, 7 de agosto. Um dos coordenadores do acampamento, Marcelino Hanauer, conta que cerca de 400 policiais da cavalaria e do Batalhão de Choque desmontaram os banheiros, a escola e a horta que as famílias haviam feito na Fazenda da Palma. Além disso, relata Marcelino, a polícia revistou os barracos do acampamento e até mesmo a casa de famílias já assentadas na área ao lado da fazenda, em busca de uma suposta arma de fogo. Esta é a terceira vez que as famílias denunciam abuso da polícia em despejos realizados na fazenda. Os sem terra estão acampados, desde fevereiro, em uma área cedida pelo assentamento Novo Pedro Osório, que fica ao lado da fazenda. Na ocupação da fazenda em abril, a polícia também revistou os barracos e casas de assentados, em busca de uma suposta arma de fogo. Na época, os acampados também registraram ocorrência do espancamento de um integrante por policiais. Todos estes casos serão denunciados pelo MST na audiência pública do dia 9 de agosto, em Pedro Osório.

O Povo Indígena Truká, que resiste na retomada de seu território tradicional contra o projeto de Transposição no Eixo Norte em Cabrobó, Pernambuco (região Nordeste), é surpreendido com o corte da energia elétrica na Ilha de Assunção. A empresa de energia elétrica do Estado de Pernambuco (CELPE) – bloqueou o abastecimento de energia sem aviso prévio à Funai e à comunidade Truká. A Ilha de Assunção, além de ficar sem energia ficou sem água, uma vez que o abastecimento é feito através de bombeamento elétrico. Lideranças Truká foram à capital, Recife, para conseguir uma audiência com as autoridades do governo do estado, mas não foram recebidos. Segundo Neguinho Truká, Cacique da Aldeia: “A gente tinha um acordo com o governo para permitir que as torres de alta tensão passassem em nosso território, em contra partida o povo não teria ônus com a energia e esse acordo agora foi descumprido. Além do mais, é nosso povo o maior produtor de arroz do estado de Pernambuco. O povo precisa da energia para irrigar suas roças que já estão comprometidas.(...) Entendemos, que essa já é retaliações contra nosso povo por causa do

interesse da transposição”. Técnicos da empresa de abastecimento de energia da Bahia – COELBA - estiveram na Ilha para verificar as torres e ficaram retidos durante mais de 4 horas. O povo indígena exige que o governo resolva o problema. Mesmo sem acordo, os índios resolveram liberar os técnicos. Como medida de alerta os índios derrubaram uma das torres de alta tensão, comprometendo parte do abastecimento de energia da região de Curaçá e Abaré, na Bahia. Os índios fecham a entrada da ponte que dá acesso a Ilha, não permitindo a entrada de outras pessoas, exigindo do governo a ligação imediata da energia elétrica. Caso o governo não resolva a questão, os índios prometem derrubar as próximas torres, a cada meia hora. Cerca de 500 famílias indígenas estão na retomada de uma terra, para garantir os estudos que comprovam a legitimidade de seu território e exigem o arquivamento do projeto de transposição, além disso, reivindicam a saída imediata do Exército de sua área tradicional. Mais de 1,2 mil índios entre homens, mulheres, jovens e crianças, estão em vigília acampados na entrada da Ilha. Junto aos índios somaram-se mais de 400 lideranças Quilombolas da Bacia do São Francisco que realizavam encontro para discutir os problemas da transposição. As Comunidades Quilombolas reassumiram posição contrária à obra e solidarizaram-se com a luta de resistência do Povo Truká.

54 oficiais do corpo de bombeiros divulgam uma carta aberta ao governador do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Sérgio Cabral Filho, reivindicando melhorias salariais e criticando a situação da corporação. Segundo a carta, é comum que comandantes usem a verba destinada à alimentação da tropa para a manutenção de seus quartéis. Outro problema seria a falta de equipamentos de proteção. No documento, os oficiais lembram a importância da corporação para a população.

4ª feira 08

O músico Tico Santa Cruz, da banda Detonautas, organiza mais uma manifestação com o apoio do grupo “Voluntários da Pátria” no Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é protestar contra o caos aéreo. Os manifestantes usam camisas-de-força onde se lê: 'ANAC' – (Agência Nacional de Aviação Civil) e 'Infraero' – (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária) e entregam aos passageiros um kit chamado 'Aeroportos do Brasil', que contém maracujá, camisinha e nariz de palhaço.

Mais de 200 manifestantes realizam em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) um ato em protesto contra a construção da usina Angra 3 e o Programa Nuclear Brasileiro. Segundo Mário Mantovani, da organização SOS Mata Atlântica, o objetivo de todos é sensibilizar o presidente Lula contra a retomada do programa nuclear. Entre os manifestantes estavam vítimas do acidente com césio-137, em Goiânia (GO) e dos afetados pela mina de urânio em Caetité (BA), além da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - Sapê, de Angra dos Reis – Rio de Janeiro (região Sudeste). A manifestação ocorre no aniversário de 62 anos dos ataques nucleares às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, durante a Segunda Guerra Mundial. Para o coordenador do ato e ativista da Organização Não-Governamental (ONG) Greenpeace, Guilherme Leonardi, o Brasil não precisa da energia nuclear porque tem potencial de suprir sua demanda utilizando energias limpas, como eólica, solar e biomassa. Segundo ele: “Com os mesmos R\$ 7 bilhões que o

governo precisaria para a conclusão da usina nuclear de Angra 3 é possível gerar o dobro de energia a partir dos ventos, por exemplo, em no máximo um terço do tempo, sem produzir lixo radioativo, sem a possibilidade de acidentes, sem emissão de gases do efeito estufa e também de uma forma mais rápida".

Cerca de 100 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), ocupam a Secretaria do Trabalho em Alvorada - Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias reivindicam que o prefeito João Carlos Brum altere a lei de prestação de serviços, criando uma legislação específica para frentes de trabalho. Os desempregados permanecem por uma hora no saguão da secretaria e depois fazem protestos em frente ao prédio. A Secretaria do Trabalho se comprometeu em construir uma proposta de lei municipal das frentes e encaminhar para aprovação na Câmara de Vereadores. Desde o mês de abril, o MTD vem realizando mobilizações no estado para apresentar sua pauta de reivindicações às prefeituras. No dia 3 de abril, quase mil pessoas protestaram em Canoas, Alvorada, Palmeira das Missões e Bagé. O MTD reivindica junto às prefeituras além da criação da Lei Municipal de Frentes Emergenciais de Trabalho, incentivo de infra-estrutura aos grupos de produção nas vilas, recursos para educação infantil e doação de áreas para a implementação de hortas urbanas. Os desempregados já conseguiram frentes de trabalho regulamentadas com o governo do estado e também em Caxias do Sul. Na cidade serrana, as frentes de trabalho já são lei municipal e incluem, além de recursos financeiros, capacitação técnica e profissional para os grupos.

Cerca de 160 famílias de trabalhadores, ligadas ao MST, foram obrigadas pela Polícia Militar e pelo Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (DERT) a desocupar o terreno com aproximadamente 500 hectares do acampamento Nova Jerusalém, no município de Pacatuba, que pertence ao governo do Ceará (região Nordeste). O MST ocupava o local há cerca de três meses. As famílias estão alojadas provisoriamente em um barracão de lona próximo à localidade. Segundo o movimento, a PM não apresentou nenhum mandado judicial de reintegração de posse e durante a operação utilizou um efetivo de mais de 40 homens, incluindo o Esquadrão de Cavalaria e o Batalhão de Choque. Segundo o coronel da PM, Carlos Alberto Serra, a ordem partiu do governador do estado, Cid Gomes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a presença do policiamento seria só para garantir a segurança dos funcionários do DERT, que estavam derrubando e juntando os destroços do acampamento. Segundo Flávio Barbosa, que faz parte da coordenação do MST, não existe nenhum projeto do governo do estado para aquelas terras. "Estamos pedindo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que apresente alguma proposta de ocupação dessas terras, pois 160 famílias foram despejadas para que o governo não faça nada no local", completou Flávio. A coordenação do MST reivindica ao Incra que seja feita uma vistoria nas terras da região para que seja disponibilizado um lugar para onde os moradores do acampamento Nova Jerusalém possam ser levados. O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, deputado estadual Heitor Férrer, marcou uma Audiência Pública para tratar do assunto, no dia 9 de agosto. Há um mês a ocupação foi registrada na prefeitura de Pacatuba, mas como as terras pertencem ao governo do estado a documentação não adiantou nesse caso. Nos três meses de ocupação o prefeito de Pacatuba é quem estava dando apoio aos trabalhadores, inclusive disponibilizando um carro pipa a cada dois dias para o abastecimento de água.

A Polícia Federal (PF) do Paraná prende 23 pessoas ligadas a uma madeireira que praticava roubo de madeira no assentamento Contestado, no município da Lapa, a 70km da capital Curitiba – Paraná (região Sul). O corte ilegal de madeira era feito pela madeireira Camargo & Cordeiro e transportado pela Transportadora Eunei, ambas da Lapa. Segundo site do MST, os responsáveis pela Camargo & Cordeiro aliciaram alguns assentados a assinar um “Termo de aceite para a venda da floresta de eucalipto do assentamento Contestado”, prometendo pagar até R\$ 50 mil pelo corte a cada família e garantido que a retirada da madeira era legal e permitida pelo Incra. Os assentados envolvidos na retirada da madeira fazem parte de um grupo minoritário e estavam agindo à revelia do movimento. O MST defende a biodiversidade e é contra o corte ilegal de madeira e o desmatamento de florestas em assentamentos. Com a ação da PF, o MST espera que os madeireiros responsáveis pelo roubo de madeira sejam punidos pela Justiça e que o Incra tome as medidas necessárias em relação aos assentados envolvidos no caso.

Camelôs do Brás, São Paulo – SP (região Sudeste), protestam e fazem greve de fome coletiva por 12 horas. Cerca de 30 ambulantes se acorrentam uns aos outros e, num círculo, interdita uma das ruas. Segundo o presidente do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo, Afonso José da Silva, os manifestantes tiveram o Termo de Permissão de Uso (TPU) cassado há cerca de 3 meses e não podem trabalhar. Eles também reivindicam a legalização da feira da madrugada, de artigos de confecção. Sobre a manifestação, a Subprefeitura da Mocca informa que “não atenderá às reivindicações, pois são impróprias e atentam contra a legislação vigente”. Ela afirma ainda que as blitzes continuarão para inibir o comércio clandestino.

5ª feira 9

Segundo estudo inédito, coordenado pelo economista e professor Marcio Pochmann, a pedido do Sinddeepres (Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros), a partir de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de sindicalização no Brasil caiu quase 18% entre 1992 e 2002. Foi a maior queda entre 12 países analisados. Somente no período de uma década, que separou os anos de 1992 e 2002, a taxa de sindicalização no país caiu 17,8%, seguida do Japão (-14,6%) e da Coreia do Sul (-9,6%). No sentido inverso, Cingapura foi o país que registrou a maior elevação na taxa de sindicalização (77%), seguida de China (29,8%) e Turquia (20,8%). O levantamento conclui que a “adoção de políticas neoliberais” provocou a incidência de medidas contra o trabalhador e “mais favoráveis à estabilização monetária e à liberalização e flexibilização do trabalho, como tentativa de socializar os riscos de produção e estimular tanto o investimento privado como o controle das finanças públicas”.

Cerca de 50 trabalhadores rurais, vítimas do massacre de Corumbiara em Rondônia (região Norte), realizam protesto no Palácio do Planalto em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam que o estado providencie tratamento de saúde e indenizações para os que tiveram seqüelas com o massacre como balas alojadas no corpo e transtornos psicológicos. Parte da fazenda foi ocupada no dia 14 de julho de 1995 por centenas de famílias e a ação de reintegração, que culminou no massacre, foi no dia 9 de agosto daquele ano. De acordo com os trabalhadores que estavam em frente ao palácio,

ainda há 7 desaparecidos em virtude da ação de reintegração de posse da fazenda. Segundo os agricultores, o número de mortos no massacre pode ter passado de 100, pois muitos teriam sido mortos por policiais e jagunços e enterrados sumariamente..

Pelo menos dois sem terra ficam feridos, segundo site do MST; 16 segundo Agência Chasque de Notícias e outros 6 são presos antes da audiência pública que aconteceria em Pedro Osório, Rio Grande do Sul (região Sul). As 200 famílias acampadas ao lado da Fazenda da Palma, no município, foram à cidade para participar da reunião que discutiria o conflito agrário no local. Integrantes do MST afirmam que, já na entrada da cidade, foram revistados e identificados pela Brigada Militar. Depois seguiram em caminhada pelo centro até o Salão Paroquial, onde iria ocorrer a audiência pública. Na entrada do salão, os sem terra fizeram um cordão para se separar dos ruralistas que estavam no local., quando começaram a ser violentamente agredidos pela Brigada Militar. Cerca de 110 sem terra ficaram dentro do salão impedidos de sair pela Brigada. O MST reivindica a desapropriação da Fazenda da Palma, que tem aproximadamente 9 mil hectares e, segundo o movimento, poderiam ser assentadas cerca de 400 famílias. De acordo com a Agência Chasque de Notícias, apenas os integrantes do MST são obrigados a prestar depoimento. O desembargador e ouvidor público federal, Gercino José da Silva Filho, que presidiria a audiência, acompanhou os agricultores feridos até o hospital da cidade.

A Ilha Assunção, território do povo indígena Truká, em Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste), tem a energia elétrica religada. Os indígenas chegaram a derrubar uma das torres e manter técnicos presos no dia 7 de agosto. Segundo as lideranças Truká, o acordo estabelecido entre indígenas e governo do estado - de permitir que as torres de alta tensão ocupassem partes de suas terras e em troca não haver ônus na energia elétrica - foi descumprido. Os indígenas afirmam ainda que a retaliação acontece porque o povo é o maior produtor de arroz do estado, além disso, luta pela demarcação do território, iniciada há mais de 10 anos, na área onde o governo federal tenta construir o eixo norte do projeto de transposição de águas do rio São Francisco. A empresa de energia elétrica do Estado de Pernambuco – CELPE - alega que a Funai, teria uma dívida de R\$ 14,3 milhões de contas não pagas desde 1984. Entretanto, teve que voltar atrás na decisão de cortar o abastecimento de energia devido à pressão e solicitação do Ministério Público Federal. Na área o clima é tenso e a população ainda tenta entender as ações do governo que podem prejudicar o trabalho dos pequenos agricultores. A região tem a economia baseada nas culturas do arroz e da cebola, a partir da irrigação com água do rio São Francisco. A falta de energia elétrica compromete toda a produção. A negociação iniciada continua amanhã, em reunião que deve envolver representantes da CELPE, Funai e do povo Truká.

Professores, pais e estudantes fazem manifestações em diversas cidades do - Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes protestam contra a falta de verbas, de professores e contra as mudanças na educação propostas pelo governo do estado. Nas cidades de Venâncio Aires e Alegrete, escolas param e a comunidade realiza caminhadas. Na cidade de Cruz Alta, cerca de 200 professores e estudantes caminham pela cidade e encenam o velório da educação pública em frente à Coordenadoria Regional de Educação. Também ocorrem mobilizações com o mesmo objetivo nas regiões de São Borja, Alvorada e Santa Maria. Na capital Porto Alegre, estudantes de escolas estaduais bloqueiam duas avenidas.

Alunos da Escola Júlio de Castilhos protestam bloqueando parte da avenida João Pessoa por meia hora. Na zona Sul da cidade, estudantes da Escola Padre Réus e de instituições da região paralisam o trânsito das avenidas Otto Niemeyer e Wenceslau Escobar e seguem para o Palácio Piratini, no Centro de Porto Alegre. O diretor do Sindicato do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), Paulo César Machado dos Santos, relata que os estudantes estão bastante preocupados com a “enturmação”, ou seja, o fato de o governo juntar, à revelia, turmas de séries diferentes nas escolas devido à falta de docentes. De acordo com Paulo, "Os estudantes que participaram do protesto são, em grande parte, atingidos pela enturmação. Os alunos não aceitam, essa situação. Nós temos em torno de 50 turmas já enturmadas e continuamos com falta de supervisão e orientação também". Paralelamente, o governo anuncia que irá cumprir a meta de reduzir em R\$ 300 milhões os gastos do Estado neste ano, realizando cortes na educação e em outros setores. A presidente do CPERS, Simone Goldschmidt, critica a posição do governo que classifica os investimentos da educação como gastos, desrespeita o projeto pedagógico das escolas e inviabiliza as aulas. Já a Secretária Estadual de Educação, Mariza Abreu afirma que as enturmações irão continuar e nega o pedido de audiência feito pelos professores.

6ª Feira 10

O Sindicato dos Médicos de Alagoas (região Nordeste) anuncia que 85 médicos pedem demissão, agravando a crise na saúde pública no estado. O objetivo é pressionar o governo a negociar com a categoria, em greve há mais de dois meses. Os médicos reivindicam um reajuste salarial de 50%, o que elevaria o menor salário da categoria para R\$ 1.500.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, se compromete a analisar as denúncias de que empreendimentos financiados pelo BNDES expulsam quilombolas e indígenas de suas terras. O comprometimento foi feito durante o encontro do Banco com a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais realizado em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste). Na ocasião, Coutinho foi questionado sobre o caso da multinacional Aracruz Celulose, da qual o banco detém parte das ações. Órgãos do governo, como Inra e Funai afirmam que a empresa invadiu milhares de hectares de indígenas no estado do Espírito Santo (região Sudeste). O presidente do BNDES argumenta que a estrutura das empresas de celulose veio do passado e afirma que o BNDES incentivará a remodelagem do setor, de forma a ser mais atento aos critérios sócio-ambientais.

Cerca de 300 famílias de sem terra, deixam a Fazenda Jamaica que ocupavam no município de Jardim - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A propriedade, de 2.500 hectares, foi ocupada no dia 27 de julho para pressionar o Inra a resolver a pendência judicial existente há quase 4 anos que impede desapropriações. O Inra paralisou os processos de desapropriações e os sem terra querem que o órgão retome o trabalho para transformar as fazendas em assentamento. Após deixarem a propriedade, os sem terra armam barracas de lona na rodovia BR-267, em frente à fazenda Jamaica, para a adoção de novas estratégias de protestos.

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais participantes da Via Campesina manifestam publicamente, com carta assinada por diferentes organizações, o apoio à iniciativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de estabelecer uma proposta de norma de avaliação de risco dos alimentos transgênicos e de, além disso, discuti-la com a sociedade civil através de uma Consulta Pública.

Sábado 11

Famílias quilombolas são retiradas pelo Batalhão de Missões Especiais de suas terras que atualmente se encontram em poder da multinacional Aracruz Celulose em Conceição da Barra – Espírito Santo (região Sudeste). Mais de 100 policiais fortemente armados e protegidos com colete à prova de balas estiveram no local para fazer o despejo. Os quilombolas se negaram a assinar o documento expedido por juiz substituto da Vara Federal de São Mateus, Leonardo Marques Lessa, mas evitaram o enfrentamento físico com o Batalhão. A ocupação teve início no dia 23 de julho, mas três dias depois a Aracruz já havia conseguido uma liminar de reintegração de posse expedida pelo juiz de São Mateus. A área quilombola de Linharinho foi reconhecida pela Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). A polícia junto com homens da Aracruz Celulose desfizeram as construções e apreenderam todos os materiais e pertences dos quilombolas que estavam na área.

Motoristas da empresa de ônibus Cidade de Manaus fecham as principais vias que dão acesso à cidade de Manaus – Amazonas (região Norte). A PM é acionada e 500 policiais acompanham a manifestação. O Sindicato dos Trabalhadores Coletivos afirma que interrompeu o sistema por causa da demissão de 300 funcionários da empresa. Usuários do transporte coletivo apedrejam cerca de 80 ônibus e incendeiam 2, revoltados com a paralisação. O sindicato afirma que o tumulto começou quando policiais dispararam para conter a população. O comandante da PM, coronel Wilson Martins, nega a afirmação. De acordo com o vice-presidente do sindicato, Elcio Campos, os motoristas também reivindicam que a Prefeitura, que contratou a empresa, cobre da companhia os salários e as rescisões contratuais atrasadas. O prefeito de Manaus afirma que a prefeitura não intervirá na empresa e que os 300 funcionários demitidos serão remanejados para outra empresa. Um dos sócios da empresa nega os atrasos reivindicados pela categoria.

Mais de 200 ruralistas protestam contra as ocupações de terra realizadas pelo MST em Nova Santa Rita - Rio Grande do Sul (região Sul). Os ruralistas seguem em carreata, da entrada da cidade até a sede da fazenda Granja Nenê, onde fazem um churrasco com os proprietários da área. Famílias sem terra que estão acampadas ao lado da fazenda e na beira da rodovia BR-386 acompanham a manifestação dos ruralistas. O protesto acontece acompanhado de um forte efetivo da Brigada Militar e da presença da Ouvidoria de Segurança Pública, a fim de evitar um novo confronto. O MST reivindica a desapropriação da Granja Nenê, que possui pouco mais de mil hectares improdutivos, onde caberiam cerca de 85 famílias.

2ª feira 13

Cerca de 500 integrantes do MTST, 400, segundo informações do Jornal do Brasil, fazem passeata até a sede do governo paulista em São Paulo – SP (região Sudeste). Os sem-teto foram despejados do acampamento montado em frente à Prefeitura de Itapecerica da Serra, na Grande São Paulo. Os manifestantes reivindicam que os vereadores aproveem a doação do terreno provisório da Vila Calu, que pertence à prefeitura de Itapecerica, para a CDHU iniciar a construção de um conjunto habitacional, acordado em maio com a prefeitura do município. O acordo em questão prevê a construção de um conjunto habitacional para 350 famílias em Itapecerica, com a participação e apoio da CDHU, da Secretaria da Habitação e da Caixa Econômica Federal. Os manifestantes, que foram barrados por um bloqueio da Polícia Militar, afirmam que o prefeito da cidade de Itapecerica, Jorge Costa (PMDB) pediu e obteve na Justiça a reintegração de posse do terreno, inviabilizando o acordo. Os sem-teto ficaram 3 meses em um terreno privado na área central da cidade, saíram por determinação da Justiça e se transferiram para um terreno da prefeitura, que seria cedido à CDHU, que por sua vez construiria apartamentos com financiamento da Caixa Econômica Federal.

O coordenador do Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA), André Villas Boas faz um alerta para a degradação das matas ciliares localizadas no entorno dos rios, pois essa vegetação serve como um filtro, impedindo que os agrotóxicos utilizados nas plantações escoem para os rios após as chuvas. Segundo André, o entorno do parque indígena do Xingu reúne características muito propícias ao agronegócio como o solo vermelho, está localizado em uma planície e tem um regime de chuvas bem definido. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anuncia que a produção de soja deve crescer 10% este ano no estado de Mato Grosso (região Centro-oeste). A expansão deve ocorrer em áreas já desmatadas, mas preocupa, pois também deve avançar sobre áreas protegidas ambientalmente como o parque do Xingu. O IBGE informa que o impulso dos agrocombustíveis deve aquecer a disputa por terras na região.

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo solicita audiência no Ministério Público do Trabalho em São Paulo – SP (região Sudeste). Os metroviários recorrem à Justiça para tentar cancelar parte das 61 demissões de trabalhadores da categoria após a realização de uma greve no início de agosto. De acordo com o Metrô, as demissões foram motivadas por baixo desempenho dos funcionários. No entanto, o presidente do Sindicato dos Metroviários, Flávio Godoy, afirma que as demissões foram uma retaliação do governo por conta da greve. Ele diz que assim que a greve foi considerada ilegal, os trabalhadores voltaram aos seus postos e espera reverter pelo menos parte dessas demissões. A Juíza Cátia Lungov, relatora do dissídio coletivo, que considerou a greve ilegal no último dia 3 e teve o voto seguido pela maioria dos juízes do caso, orienta os metroviários demitidos para que procurem seus direitos na Justiça.

Integrantes do MST denunciam violência à ouvidoria do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Durante o encontro, os sem terra formalizam as denúncias contra a violência da Brigada Militar e dos fazendeiros, ocorrida em 09 de agosto no município de Pedro Osório - Rio Grande do Sul (região Sul), onde 2 pessoas, segundo site do MST e 16, segundo informado pela Agência Chasque de Notícias, foram feridas. O ouvidor da Segurança Pública, Adão Paiani, promete realizar um fórum de debate sobre a

violência no campo, onde pretende reunir as partes envolvidas no conflito. O ouvidor garante ainda que as denúncias serão encaminhadas ao secretário de Segurança do Estado, Francisco Mallmann, e à governadora Yeda Crusius.

Quarenta famílias quilombolas são despejadas de área da empresa Aracruz Celulose em Linharinho - Espírito Santo (região Sudeste). As famílias, que estavam no local há 20 dias, são despejadas pela PM que cumpre ordem da Justiça do estado. As famílias reivindicam a área de mais de 9.500 hectares que já foi reconhecida como quilombola pelo Incra, mas que ainda não foi desapropriada pelo governo. Elas relatam que a área pertence a seus ancestrais há mais de 100 anos e que a Aracruz tomou as terras há 40 anos. Os quilombolas prometem seguir pressionando o governo federal para conseguirem de volta as suas terras.

Professores grevistas tentam impedir que os novos profissionais contratados emergencialmente pelo governo entrem nas principais escolas públicas estaduais do Maranhão (região Nordeste). As manifestações nas escolas têm por objetivo conscientizar pais e alunos sobre o motivo da paralisação. Alguns alunos foram solidários aos professores e não entraram para assistir aula. Na Escola Modelo, no centro de São Luís - Maranhão, pelo menos 50 policiais militares, agem para evitar confrontos e garantir a realização das aulas. Os integrantes do comando de greve denunciam a ocorrência de aulas com turmas "montadas", ou seja, formadas por alunos de diversas séries para assistir aula de um único professor. De acordo com a professora Silvia Helena, o governo está ameaçando os professores de exoneração e substituindo os grevistas por pessoas que não têm experiência de sala de aula.

Cerca de 150 agricultores ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e à Via Campesina ocupam a Câmara de Vereadores de Pinhão, na região central do Paraná (região Sul). O objetivo da ocupação é impedir a compra de sementes de milho da multinacional suíça Syngenta Seeds, pelo Conselho de Desenvolvimento Rural (Conder), do município. A mobilização dos agricultores impede a realização de uma reunião entre o Conselho e representantes da Syngenta, convocada às pressas pelo presidente do Conder e o Secretário de Agricultura do município, Aroldo Antunes, para acertar a venda da empresa ao município. As sementes seriam destinadas aos pequenos agricultores de Pinhão. O município de Pinhão conta com uma grande variedade de sementes crioulas, por isso o membro da coordenação estadual do MPA, Gilmar Fernandes, afirma que se há dinheiro para investir nas sementes, os camponeses querem plantar sementes crioulas para não se tornar dependentes de empresas de sementes químicas e transgênicas, como a Syngenta. Agora, os agricultores prometem mobilizar os membros do conselho e convocar uma reunião extraordinária para discutir que tipo de sementes serão plantadas.

3ª feira 14

Cerca de 2 mil metalúrgicos vão a Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste) cobrar do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), a ratificação da Convenção 158 da OIT, que impede a demissão sem motivo. A instabilidade do emprego é perversa para a categoria e também para os gastos públicos, que sofre os impactos quando milhares de trabalhadores são obrigados a recorrer ao seguro-desemprego. Os trabalhadores também reivindicam um

contrato coletivo nacional junto à representação patronal, à Confederação Nacional da Indústria (CNI), além da redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas, até atingir gradativamente as 36 horas semanais. A Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) denuncia ao Ministério do Trabalho que a rotatividade de trabalhadores nas empresas está sendo utilizada pelos patrões como um instrumento para rebaixar a folha salarial. De acordo com o presidente da CNM, Carlos Alberto Grana, no setor metalúrgico houve uma rotatividade em torno de 30% dos trabalhadores apenas em 2006. Já para o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Milton Viario, as empresas demitem e contratam os metalúrgicos para reduzir os custos da produção. Para Milton, a ratificação da convenção da OIT possibilitaria a mobilização e a ascensão dos metalúrgicos.

Cerca de mil pescadores fecham o tráfego de veículos no Trevo de Angra dos Reis – Rio de Janeiro (região Sudeste), bloqueando o acesso na Rodovia Rio-Santos. Os pescadores protestam contra o Ibama e a Secretaria Nacional de Agricultura e Pesca. De acordo com eles, estes órgãos não liberam licenças para os trabalhadores que atuam na Baía da Ilha Grande há 26 anos. A pesca atualmente é feita por 94 pescadores, mas apenas 20% deles têm licença dos órgãos. Agentes do Ibama e da Secretaria estiveram no local, porém não houve acordo.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) realiza um ato público em frente ao Congresso Nacional em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste). O PSOL entrega ao segundo vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), uma lista com 60 mil assinaturas recolhidas por todo o País, pedindo a cassação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB). Segundo informações do Jornal O Estado de São Paulo, cerca de 50 manifestantes participam do ato, mostrando cartazes e cantando músicas de repúdio a Renan. Segundo a deputada federal Luciana Genro (PSOL/RS), o documento "Fora Renan" é importante para pressionar o Conselho de Ética a encaminhar o pedido de cassação para ser votado em plenário. O PSOL é o autor de três representações contra Renan no Conselho de Ética. A primeira investiga se o presidente do Senado teve suas despesas pessoais pagas por lobista ligado à construtora Mendes Junior e a segunda, que está à espera de relator, investiga se Renan teria beneficiado a cervejaria Schincariol, que comprou uma fábrica de refrigerantes falida da família Calheiros e a última refere-se à suposta falta de decoro parlamentar, na qual o senador é acusado de usar “laranjas” para comprar veículos de comunicação no estado de Alagoas (região Nordeste).

4ª feira 15

O bispo Dom José Maria Liborio, da diocese de Presidente Prudente, inicia campanha contra o projeto de lei do governador do estado de São Paulo (região Sudeste), José Serra (PSDB). O projeto do governador que tramita em caráter de urgência na Assembléia Legislativa do estado propõe a regularização das terras com mais de 500 hectares no Pontal do Paranapanema, região oeste de São Paulo. O bispo, que representa a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado, declara no manifesto que o projeto de Serra se caracteriza como

uma defesa a terras griladas e chama atenção para o fato de o governo não ter se preocupado em tomar as medidas necessárias para destinar essas áreas à reforma agrária.

De acordo com a CPT, do ano de 2005 a 2006, 20 trabalhadores morreram no corte da cana-de-açúcar por problemas de saúde relacionados ao esforço excessivo. Pesquisadores que estudam a situação dos cortadores e reivindicam o fim da política do pagamento por produção defendem que esta é uma das formas de resolver a situação. O economista e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Francisco José Alves, propõe que os trabalhadores tenham um salário fixo para por fim ao trabalho excessivo. Um trabalhador corta 12 toneladas de cana por dia com cerca de 11 mil golpes de facão. É comum os trabalhadores terem câibras e lordose no final do dia. Hoje, o piso salarial do cortador de cana está em R\$ 460. O baixo salário faz com que o cortador prefira trabalhar por produção, o que lhe dá a possibilidade de ganhar um pouco mais, mas aumenta o risco do desenvolvimento de doenças relacionadas ao excesso de trabalho.

A organização “Transparência Brasil” e outras entidades lançam o "Movimento Nacional Contra o Calote Público, Impunidade e Segurança Jurídica" em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo da campanha é criticar os governos que atrasam o pagamento de precatórios, a Justiça que não faz cumprir suas decisões e o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que apresentou uma proposta para restringir o pagamento das dívidas conhecidas como precatórios, entre outros temas.

A Justiça Militar determina prisão preventiva de 7 controladores de voo do Cindacta - 4 em Manaus – Amazonas (região Norte). Os controladores são acusados de terem feito um motim no final do mês de março e de terem divulgado informações sem autorização da Justiça. O juiz José Barroso Filho alega que os militares ofereciam risco à disciplina e à hierarquia nas Forças Armadas. Os sete controladores estão presos em quartéis do Exército e em bases aéreas.

Cerca de 20 mil pessoas participam do “Dia Nacional de Mobilização” em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Durante a manifestação, proposta pela CUT, sindicalistas, lideranças e militantes 'abraçam' o Congresso Nacional em ato simbólico para defender a pauta de reivindicações que possui 13 itens e atinge os três poderes. De acordo com o presidente nacional da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, no Legislativo, o principal ponto é a manutenção do veto do presidente à Emenda 3, que impediria os fiscais do Trabalho de autuar empresas por contratações irregulares, como vínculo sem carteira assinada ou trabalho escravo. No Executivo, a prioridade é a ratificação da convenção 151 da OIT que garante a negociação coletiva no serviço público. No Judiciário, os manifestantes querem o fim do Interdito Proibitório, usado para restringir as greves em frente ao local de trabalho.

Trabalhadores de Furnas Centrais Elétricas realizam uma manifestação em frente à sede da empresa no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é contra a entrega da presidência da estatal ao ex-prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde. Os trabalhadores de Furnas reclamam do fato de não terem sido consultados sobre a nomeação e aproveitam o ato público para denunciar a possibilidade de ocorrência de um novo apagão elétrico.

Sete pessoas apoiadas pelo MTST se acorrentam em frente à Igreja Matriz de Itapeçerica da Serra – São Paulo (região Sudeste). O acorrentamento é para sensibilizar o prefeito a cumprir com sua palavra, referente à doação do terreno da Vila Calu para a construção de moradias populares - conforme previamente acordado com os Governos estadual, federal, Caixa Econômica e prefeitura. Os manifestantes também reivindicam que a prefeitura não despeje as famílias que estão no terreno sem antes dar uma solução para o seu encaminhamento. O protesto não tem data para acabar. Pessoas se ofereceram para serem acorrentadas e exigir o cumprimento de um direito constitucional. O MTST pede solidariedade (“precisamos de comida, papel higiênico, roupas e água”) com as pessoas que estão ali acampadas.

5ª feira 16

Manifestantes da Via Campesina protestam dentro do auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), na votação pela aprovação do milho transgênico Guardian, desenvolvido pela empresa norte-americana Monsanto. Um grupo de cinco membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) retirou-se em protesto contra a votação. Com isso, o resultado final foi de 15 votos a 1. O único crítico da liberação que permaneceu em plenário para a votação foi o representante do Ministério de Meio Ambiente, Rubens Nodari. Segundo Nodari, não há estudos científicos suficientes para garantir a segurança do meio ambiente diante da nova variedade de milho. A Comissão aprovou a liberação comercial do milho transgênico Guardian, desenvolvido pela multinacional Monsanto. O milho é mais resistente a insetos. O Guardian é o segundo milho a ser liberado pela CTNBio. Em maio, a comissão havia aprovado o Libertlink, da empresa alemã Bayer.

Termina hoje a 1ª Assembléia das Guerreiras Mulheres Indígenas do Leste e Nordeste no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Cerca de 120 mulheres representantes de mais de 50 etnias participaram da Assembléia que ocorreu do dia 13 ao dia 16 de agosto. O objetivo do evento é criar um mecanismo de organização permanente e definir estratégias para a maior intervenção política nos âmbitos local, regional e nacional. O evento é realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), com o apoio do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), Fundação Redistribuir (Alemanha) e outras instituições. Segundo a APOINME, “os debates propostos pretendem destacar a importância da mulher no fortalecimento das diferentes lutas travadas pelo movimento indígena, entre elas as que defendem a conquista da demarcação da terra, o reconhecimento étnico e o acesso a políticas públicas diferenciadas na educação, saúde, habitação”.

Representantes de centrais sindicais entregam ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, uma lista de projetos que os trabalhadores consideram prioritários para serem analisados pelo Congresso. A lista, que é elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), contém proposições que tratam de redução da jornada de trabalho, automação dos serviços, aviso prévio, demissão arbitrária, férias, licença-maternidade, contrato de experiência, cooperativas de trabalho, terceirização da mão-de-obra,

estabilidade de dirigentes sindicais e fator previdenciário. As centrais também pedem prioridade para a votação, no Congresso, do veto à emenda 3.

Durante cerimônia de inauguração do Centro de Ensino Tecnológico Federal, localizado no município de Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro (região Sudeste), estudantes e professores hostilizam o governador do estado Sérgio Cabral. Os manifestantes, usando narizes de palhaço, vaiam o governador. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já havia sido vítima de vaias em três episódios anteriores defende o governador, alegando que os manifestantes são muito jovens e não possuem ainda consciência política.

Policiais Civis entram em greve de advertência por três dias no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). A categoria reivindica um reajuste salarial de 50 a 70%. De acordo com Fernando Bandeira, presidente do Sindicato dos Policiais Civis (SINPOL), o reajuste proposto pelo governador do estado Sérgio Cabral, de 25% a serem pagos em 24 meses, não atende a reposição das perdas com o fim da gratificação para função especial para policiais ocorrida em 2001. A greve conta com o apoio dos delegados da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Nove Coronéis da PM divulgam uma carta de protesto contra o estado. Na carta, os oficiais da PM expressam o descontentamento com o reajuste anunciado pelo governador Sérgio Cabral no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). No documento, o aumento de 25% escalonado em 24 meses é qualificado como “indigno”. O Secretário de Segurança Pública José Marino Beltrame afirma que punirá qualquer ato de insubordinação, inclusive de coronéis (patente máxima da corporação da PM), enfatizando que qualquer servidor tem de cumprir seu código.

Cerca de 50 pessoas, participam de uma manifestação contra os problemas do tráfego aéreo no saguão do Aeroporto de Congonhas em São Paulo – SP (região Sudeste). Participam do protesto familiares de vítimas de acidentes aéreos, integrantes do PSOL e da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). O protesto pede o fim da impunidade no país, a saída do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a não privatização da Empresa Infraero e o fim da ANAC. De acordo com o deputado federal Ivan Valente (PSOL), que faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo na Câmara, a manifestação tem como objetivo “denunciar o caos aéreo brasileiro”, além de “buscar as causas desse caos e apontar soluções” para o problema. O deputado defende também a desmilitarização do setor aéreo: “Que a Aeronáutica fique com o controle do espaço aéreo nacional e das fronteiras. Com relação ao tráfego aéreo civil, queremos controladores de vôo civis, com planos de carreira de estado e concursados”.

6ª feira 17

Professores e funcionários administrativos da Secretaria Estadual de Educação deflagram greve no estado do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). A categoria reivindica principalmente um reajuste salarial imediato de 26% como uma primeira parcela para se atingir o percentual de perdas acumuladas que chegam a 60%. Os profissionais querem também a incorporação no salário da gratificação do programa Nova Escola. As escolas do

estado já estavam paralisadas desde o dia 15 de agosto; paralisação de 48 horas convocada pelo sindicato. A decisão é gerada em função do anúncio do governador Sérgio Cabral, feito em 15 de agosto, de reajustar o salário dos servidores em 25% a serem parcelados em 24 meses. Cerca de 100 mil alunos, ficam sem aulas em todo o estado. De acordo com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), a educação no estado está há mais de 11 anos sem reajuste no piso salarial e o governador Sérgio Cabral se comprometeu, durante a eleição realizada no ano de 2006, com a recuperação salarial dos professores e funcionários, entre outros pontos. O Governador declarou ainda que deve cortar o ponto dos trabalhadores, pois não irá tolerar manifestações contrárias ao aumento de 25% concedido pelo estado aos servidores da Educação, Saúde e Segurança Pública. Segundo Cabral, o reajuste é fruto de um “trabalho de fôlego” das secretarias estaduais de Fazenda e Planejamento. De acordo com Vera Nepomuceno, Coordenadora Geral do SEPE, cerca de 60% dos professores aderem à greve. Ainda segundo Vera, os professores esperaram 8 meses para receber uma proposta indecorosa. Trata-se de um deboche com a categoria. A direção do SEPE crê que a adesão ao movimento deve aumentar nos próximos dias.

Cerca de 60 pessoas, entre eles trabalhadores do setor aéreo vestidos de preto, promovem uma manifestação no aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). O protesto, que marca um mês da tragédia com o avião da TAM, tem por objetivo criticar as empresas de transporte aéreo e a política do governo para o setor. Os manifestantes fazem um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do acidente que matou 199 pessoas. De acordo com o vice-presidente da associação de pilotos da VARIG, Marcelo Duarte, o desmonte no país da estrutura aeroportuária, em virtude do estrago provocado pela “onda neoliberal”, é evidente. Em São Paulo - SP (região Sudeste), aproximadamente 100 familiares de vítimas do voo da TAM JJ 3054 espalham 300 rosas brancas em frente ao prédio da TAM Express, local onde o avião explodiu. Em Porto Alegre-RS (região Sul) a manifestação organizada pelos movimentos “Luto Brasil” e “Cansei” reúne cerca de 200 pessoas que terminam por protestar veementemente contra o governo Lula.

O governo de Alagoas (região Nordeste) decreta situação de emergência na saúde no estado, em virtude da greve dos médicos da rede estadual de saúde. Na prática, a medida permite que o estado contrate profissionais sem concurso e promova a intervenção nos hospitais conveniados ao SUS para garantir leitos e atendimento à população. Durante a greve dos médicos da rede estadual da Saúde de Alagoas, que já dura quase três meses, mais de 200 profissionais já pediram demissão. O governo do estado alega que não há verba suficiente para realizar o aumento solicitado pelos médicos.

Estudantes quebram duas televisões em Teresina – Piauí (região Nordeste), em protesto contra o presidente da Philips, Paulo Zottolo. O presidente da Phillips, uma das lideranças do movimento “Cansei”, prometeu uma visita ao estado após ter declarado que: “ Se o Piauí deixar de existir ninguém vai ficar chateado”. Uma nota de repúdio ao empresário foi distribuída, assinada por entidades como a União da Juventude Socialista (UJS), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), na qual consta referência às falas do empresário como preconceituosas em relação aos nordestinos.

O juiz José Barroso Filho, da 12ª Circunscrição Militar, em Manaus – Amazonas (região Norte), indefere pedido de reconsideração da prisão de sete controladores de vôo do Cindacta-4. Os controladores estão presos em quartéis de Manaus e Porto Velho – Rondônia (região Norte) por participação no motim da categoria que ocasionou a paralisação do sistema aéreo do país em março. O juiz argumenta que é obrigação dos militares “cumprir integralmente as ordens recebidas”.

Sábado 18

O Sindicato dos Trabalhadores de Saúde do Rio (SINDSPREV-RJ) denuncia a crise na rede de saúde do estado do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). De acordo com Rosemeri Paiva, diretora do sindicato, faltam material e medicamentos nos hospitais estaduais, levando os médicos a improvisarem e até mesmo suspenderem cirurgias. Segundo Rosemeri, o atual governo não cumpre a promessa feita em campanha de realizar investimentos, fazendo com que falte inclusive materiais básicos como seringas, gaze, luvas e sapatilhas para realização de cirurgias no hospital estadual de Saracuruna em Duque de Caxias.

Professores estaduais terminam a greve iniciada no dia 22 de maio no Maranhão (região Nordeste). A greve é encerrada após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucional a lei que transformava a remuneração dos servidores públicos do Maranhão em subsídio. De acordo com a referida lei, a categoria teria uma série de prejuízos com a perda de benefícios, tais como o adicional por tempo de serviço e as gratificações recebidas por títulos de especialização. Ainda fazem parte das negociações entre os professores e o governo alguns pontos como o abono das faltas, o pagamento do que foi descontado e o planejamento do calendário para reposição das aulas, uma vez que nem o primeiro semestre foi terminado.

Domingo 19

Investigação realizada nos últimos oito meses aponta que o Incra vem facilitando a atuação de empresas madeireiras em áreas de assentamentos rurais na região de Santarém – Pará (região Norte). A denúncia foi transmitida pelo programa Fantástico, da Rede Globo de televisão. De acordo com o estudo, o Incra desrespeitou normas e acelerou a criação de dezenas de assentamentos nas áreas mais ricas em recursos madeireiros, atendendo aos interesses das empresas madeireiras. O resultado da investigação levou o Ministério Público Federal no Pará a pedir o cancelamento de 99 assentamentos criados na região em 2005 e 2006.

Cerca de 60 assentados da reforma agrária e trabalhadores rurais ganham curso de Direito na Universidade Federal de Goiás (região Centro-Oeste). Um dos articuladores do projeto, o MST, considera o curso uma oportunidade para qualificar os integrantes. O vestibular para o curso teve mais de 600 inscrições. A iniciativa será financiada por um acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2006, o Ministério Público Federal em Goiás abriu um inquérito para apurar a regularidade dos cursos para trabalhadores rurais. A peça

foi arquivada porque a Procuradoria concluiu que o projeto era uma ação afirmativa voltada para um grupo “marginalizado” e não a criação de um privilégio.

2ª feira 20

Integrantes do MST ocupam o prédio do Incra no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A ocupação faz parte das mobilizações da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública que teve início neste dia 20 de agosto. A Jornada, que vai até o dia 24 de agosto, engloba diversas entidades e movimentos sociais como MST, Via Campesina, UNE, UBES, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e a ONG Educafro, e contará com atos em todo país. Cada estado deve promover debates, aulas públicas, atos públicos e ocupações. Algumas das reivindicações da Jornada são: autonomia das universidades, qualidade no ensino, piso salarial nacional para os trabalhadores da educação calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para a jornada de 20 horas, imediata implantação do ensino de história da África em todos os níveis educacionais, erradicação do analfabetismo, expansão de vagas, além do fim do vestibular e dos processos de seleção para ingresso nas universidades, entre outros. A principal reivindicação dos Sem Terra que ocupam o edifício do Incra é prioridade às escolas dos assentamentos rurais e o acesso do povo Sem Terra à educação.

Entidades estudantis, movimentos sociais do campo e da cidade ocupam o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro (região Sudeste). A ocupação integra as atividades da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública. As entidades que organizam a Jornada assinam convocatória conjunta que tem 18 pontos de reivindicação, dentre eles: mais investimentos no setor de educação, autonomia das universidades, qualidade no ensino, piso salarial nacional para os trabalhadores da educação calculado pelo Dieese para a jornada de 20 horas, imediata implantação do ensino de história da África em todos os níveis educacionais, erradicação do analfabetismo, expansão de vagas, além do fim do vestibular e dos processos de seleção para ingresso nas universidades. Os manifestantes pretendem ficar 24 horas no Instituto para denunciar que a maioria da população, principalmente os pobres, não tem acesso à universidade. Segundo denúncias do MST e da UNE, apenas 11% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos conseguem vaga no ensino superior. Os manifestantes reivindicam o aumento do investimento público em educação para 7% do PIB, como estava previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no Congresso em 2000 e vetado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, o investimento está em torno de 3,5%, um dos menores da América Latina. Com o baixo investimento, avança o sucateamento da infra-estrutura e a precarização do trabalho de professores e funcionários. “Estamos em defesa da educação pública de qualidade e para que todo o povo brasileiro e a classe trabalhadora tenham acesso ao ensino em todos os níveis”, explica o integrante do coletivo de juventude do MST, Antônio Neto. A manifestação é pacífica e as aulas não são interrompidas. A UNE, o MST e o Andes apóiam o movimento. Participam também assentados da área de Campos, no Norte Fluminense, para cobrar educação nas áreas de assentamento. É também realizado um debate com os professores Giuseppe Cocco, da Escola de Serviço Social da UFRJ; e Roberto Leher, da Faculdade de Educação.

Cerca de 200 integrantes de movimentos sociais do campo e da cidade além de representantes de entidades estudantis começam a montar acampamento em frente à reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O acampamento integra as atividades da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública. Os manifestantes reivindicam o fim da perseguição ao movimento estudantil na universidade e a abertura do diálogo em relação ao processo de expansão de vagas e políticas afirmativas, de forma a estabelecer o debate entre os três setores e os movimentos sociais. Os manifestantes têm audiência marcada com o reitor da universidade, o professor Ronaldo Tadêu Pena, a quem vão apresentar os 18 pontos da plataforma unificada da jornada.

Dentro da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública, cerca de 150 manifestantes de entidades estudantis e movimentos sociais ocupam pela manhã o pavilhão de aulas da Federação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador - Bahia (região Nordeste). Os manifestantes reivindicam a garantia do acesso da classe trabalhadora ao ensino de qualidade e defendem a educação pública. Estão previstos debates sobre a educação básica brasileira e a relação entre universidade e mobilizações sociais.

Mulheres feministas de associações ligadas à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) fazem manifestação para lembrar mulheres que ficaram com seqüelas ou morreram por causa de abortos inseguros. As feministas participam da 2º Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que teve início dia 17 de agosto. A proposta da Conferência é discutir temas que fazem parte da realidade das mulheres brasileiras como a violência, a busca por igualdade no trabalho, saúde das mulheres, direito reprodutivo e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Entre as reivindicações das feministas estão a manutenção da diferença de idade entre mulheres e homens para aposentadoria, continuidade da vinculação da aposentadoria com o salário mínimo, aprovação de projeto de lei que reafirma direitos das trabalhadoras e reconhecimento do tempo de trabalho doméstico para fins de aposentadoria. De acordo com Federação Internacional de Planejamento Familiar são realizados cerca de 1 milhão de abortos inseguros todos os anos no Brasil. Dia 21 de agosto, as mulheres que participam da conferência vão realizar a Marcha das Margaridas, na Esplanada dos Ministérios no Distrito Federal. A marcha das Margaridas tem como objetivo chamar atenção do Congresso Nacional e do Poder Executivo para as reivindicações feministas.

Cerca de 4.400 agentes penitenciários deflagram greve por 48 horas no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A categoria reivindica o fim da escala de serviço de 12 por 36 horas. De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Rio de Janeiro, Francisco Rodrigues, a adesão é de 100% dos servidores e os agentes permanecem nos 45 presídios do estado apenas por uma questão de "responsabilidade civil". Ainda segundo Francisco, caso haja transtornos nas unidades, a PM e o Corpo de Bombeiros serão requisitados para reforçar a segurança.

Policiais Civis fazem paralisação de 72 horas no estado do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A categoria pede reposição de perda salarial que varia de 50% a 70% em virtude da defasagem ocorrida nos últimos seis anos. O secretário estadual de Segurança Pública,

José Mariano Beltrame, lamenta a greve e informa que irá punir os policiais que não comparecerem ao trabalho, conforme regulamento da instituição. De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Fernando Bandeira, o movimento está tendo grande adesão, com boa parte das delegacias trabalhando em regime de operação-padrão. Para Fernando Bandeira, o reajuste proposto pelo governador do estado, Sérgio Cabral, de 25% a serem pagos em 24 meses, não atende a reposição das perdas com o fim da gratificação para função especial para policiais ocorrida em 2001.

Madeireiros e moradores de Buriticupu, no estado do Maranhão (região Nordeste), bloqueiam um trecho de uma rodovia que liga o sul do estado à capital, São Luís. Os manifestantes protestam contra a realização de uma operação do Ibama para combater a extração ilegal de madeira na Reserva Biológica Gurupi. Os manifestantes queimam uma máquina usada pelo Ibama para recolher madeira irregular.

Sindicalistas e seguranças entram em conflito em frente à Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), empresa do Sistema Usiminas, em Cubatão – São Paulo (região Sudeste), durante manifestação contra a violência realizada pelo Sindicato dos Siderúrgicos e Metalúrgicos da Baixada Santista. Duas pessoas ficaram feridas, de acordo com informações do boletim de ocorrência, três, segundo o Sindicato que contabilizou a participação de cerca de 200 pessoas na manifestação. Seguranças particulares da Cosipa entraram em confronto com sindicalistas que desejavam protestar contra incidentes violentos registrados na manifestação anterior, no dia 3 de agosto, quando sete pessoas ficaram feridas após ação da PM. Segundo o vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos, Rezende de Sá, o confronto teve início quando os seguranças fizeram um cordão de isolamento, evitando que os trabalhadores que chegavam para o trabalho descessem dos ônibus e aderissem à manifestação. "Eles tinham que sair dos ônibus e entrar direto. Isso que é impedir o direito de ir e vir", disse. Em nota, a companhia informa que o sindicato tentou criar constrangimentos no acesso dos trabalhadores e que a empresa tomou medidas para preservar a integridade física dos empregados e a normalidade do trânsito do Pólo Industrial de Cubatão.

Cerca de 200 servidores do Teatro Municipal do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) ocupam as escadarias do prédio em protesto para denunciar a crise financeira que assola a fundação e para exigir detalhes sobre o projeto de transferência do Municipal para a prefeitura. Os servidores pedem mais verbas para a manutenção da programação deste ano, que sofreu cortes, e cobram promessas de campanha do governador Sérgio Cabral, que prometeu investir pelo menos 1% do orçamento do Estado em cultura.

Mais médicos da rede estadual pedem demissão no estado de Alagoas (região Nordeste). Seis médicos neurocirurgiões e sete dos nove hematologistas deixam o trabalho após cumprir 30 dias de aviso prévio, agravando a crise da saúde no estado. O Hemocentro de Alagoas, referência no atendimento a doentes de hemofilia e leucemia, decide suspender as consultas e só atender casos de urgência. Os especialistas pediram demissão no dia 19 de julho para pressionar o governo a reabrir as negociações salariais com os médicos. A greve da categoria já dura quase três meses. O principal impasse está na reivindicação dos médicos que pedem de 50% por cento de reajuste salarial, haja vista que o governo oferece pagar apenas 5%.

3ª feira 21

Cerca de 80 famílias do MST ocupam a sede da fazenda da empresa Delta Par, em Charqueadas no Rio Grande do Sul (região Sul). A área, conhecida como Capão da Roça, é utilizada pela empresa Copelmi Mineração para despejar restos de carvão que não são utilizados. A empresa já foi multada por órgãos ambientais do estado devido à atividade, que é considerada poluidora. As famílias reivindicam que a área de 600 hectares seja desapropriada para Reforma Agrária. Carlos Mandacaru, integrante do acampamento do MST, explica que as famílias são todas moradoras locais, ex-produtoras de leite e gado, que hoje não possuem terra para viver. "Queremos que a área seja desapropriada. Hoje, ela é inutilizada e nada fértil, mas a agricultura e a pecuária poderão recuperá-la", afirma. Pequenos produtores de leite da região relatam que há uns 20 anos utilizavam a fazenda para pasto de seus animais. No entanto, quando a área foi vendida pela Copelmi à Delta Par, a nova proprietária não deixou mais a comunidade utilizá-la. As famílias do MST estão acampadas ao lado da fazenda da Delta Par desde o dia 1º de abril. A Delta Par entra na Justiça com um pedido de reintegração de posse. A empresa diz que a área servirá ao plantio de eucaliptos.

Cerca de 300 estudantes e integrantes de movimentos sociais participam de um ato na reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza - Ceará (região Nordeste). Os manifestantes entregam carta convocatória com os 18 pontos de reivindicação da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública. Além das pautas nacionais, as entidades que realizam a Jornada no Ceará exigem a aplicação de uma Lei, sancionada em 2005, que garante o abatimento de 50% no transporte estudantil das regiões metropolitanas de Fortaleza. Após o ato, os manifestantes se unem aos servidores da UFC – que estão em greve – e seguem em passeata pelas ruas da capital até a praça da Bandeira, no centro. No início da tarde, a Assembléia Legislativa do Ceará fez uma homenagem aos 70 anos da UNE, com a presença da presidente da entidade Lucia Stumpf.

Policiais civis em greve fazem protesto dentro do túnel Santa Bárbara, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os grevistas atravessam o túnel e se encaminham para a porta do Palácio Guanabara, sede do governo do estado, onde se unem a cerca de mil professores da rede estadual de ensino que ali fazem uma manifestação. Nas ruas, alguns policiais estendem copos descartáveis, solicitando esmolas à população. Os policiais civis reivindicam um reajuste salarial de 50 a 70%. De acordo com Fernando Bandeira, presidente do Sindicato dos Policiais Civis (SINPOL), o reajuste proposto pelo governador do estado, Sérgio Cabral, de 25% a serem pagos em 24 meses, não atende a reposição das perdas com o fim da gratificação para função especial para policiais ocorrida em 2001. Os professores protestam contra o reajuste de 25% oferecido pelo governo estadual e reivindicam um aumento salarial de 26% imediato, sem parcelamento, e a incorporação da gratificação Nova Escola (de R\$ 360), que beneficiaria os servidores inativos (aposentados). A manifestação ganha a adesão do Sindicato dos Médicos, do Sindicato dos Servidores da Saúde e do Sindicato dos Servidores da Justiça e o apoio dos policiais civis e dos agentes penitenciários. Uma comissão organizada por representantes das três categorias foi formada, porém não foi recebida por nenhum representante do governo. Após a recusa

do governo em receber os manifestantes, a via volta a ser interditada e o sindicato dos professores estaduais convoca greve por tempo indeterminado. Segundo a PM, 800 pessoas participam do protesto, segundo os organizadores, 1.500. No dia 23 de agosto será realizada assembleia para definir continuidade ou não da greve.

Enfermeiros, auxiliares de enfermagem e assistentes sociais, entre outros profissionais deflagram greve no estado de Alagoas (região Nordeste). Os profissionais da saúde reivindicam 80% de reajuste salarial. Com essa decisão, a situação nos hospitais públicos de Alagoas, que já era crítica com quase três meses de greve dos médicos, tende a se agravar com a paralisação dos servidores de nível médio da saúde. Apenas um contingente de 30% da categoria irá trabalhar para manter os serviços emergenciais funcionando. Por dia, 2 mil pessoas deixam de ser atendidas em ambulatórios na prefeitura de Maceió – Alagoas. O ministro da Saúde José Gomes Temporão descarta uma intervenção federal, devido à crise no setor de saúde na região Nordeste.

Os movimentos sociais e entidades estudantis ocupam a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) do Largo São Francisco, no centro da cidade de São Paulo (região Sudeste). A ocupação compõe as atividades da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e pela garantia de acesso à universidade a toda a população. Os 500 manifestantes realizam uma série de atividades políticas e culturais. A jornada já realizou atividades no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará, em torno de uma plataforma de 18 pontos para educação no país. Na ocupação da Faculdade de Direito da USP, o MST denuncia que nas áreas rurais não existem escolas suficientes para o ensino fundamental. Em relação ao ensino médio e superior, a situação é ainda pior. Os movimentos sociais da cidade cobram cumprimento do termo de compromisso assinado pela reitora da USP, Suely Vilela, em maio de 2006, quando da criação de um grupo de trabalho com a participação de movimentos social, estudantil e negro, para discutir o programa de inclusão no prazo de um ano. Além disso, a reitora não compareceu às audiências na Assembleia Legislativa como havia se comprometido em documento. Dentro das atividades políticas e culturais da ocupação, acontece apresentação do cantor Tom Zé e do grupo de teatro do MST “Filhos da Mãe...Terra”. Haverá também uma aula pública, intitulada "O caráter público da universidade", com a presença de Dalmo Dallari.

Mulheres de controladores de tráfego aéreo protestam na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo da Câmara contra o afastamento de profissionais do Cindacta-4 e a prisão de sete deles.

Docentes das universidades estaduais fazem paralisação de um dia no Paraná (região Sul). O objetivo é dar continuidade às reivindicações por melhorias salariais e na carreira dos docentes. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) são realizadas atividades de discussão sobre o ensino superior e a reforma universitária. Na Universidade Estadual de Maringá (UEM), as atividades são paralisadas apenas na parte da manhã. Professores, técnicos e estudantes fazem passeata em defesa da universidade pública. Os servidores reivindicam um reajuste que consiga repor as perdas acumuladas ao longo dos 10 últimos anos. Os professores se reúnem com representantes da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para discutir o reajuste salarial de 6,57 % dado pelo governo do estado no início do mês. De

acordo com os representantes sindicais, o aumento é muito baixo, tendo em vista que de 1997 até hoje as perdas acumuladas chegam a 22,4%.

Servidores da UFRGS fazem vigília na Reitoria da instituição no Rio Grande do Sul (região Sul). Os servidores reivindicam aumento salarial, revisão do plano de carreira e a retirada do Projeto de Lei 01 no Congresso Nacional, que limita investimentos nos serviços públicos por 10 anos. Os servidores aproveitam a reunião de negociação entre o Comando Nacional de Greve e o Ministério, que acontece em Brasília (DF), para comunicar a rejeição da nova proposta de reajuste salarial apresentada pelo Ministério do Planejamento em 16 de agosto.

Integrantes do MTD ocupam a sede da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da ocupação é conseguir falar diretamente com o Secretário Estadual do Trabalho, Antônio Kleber de Paula que já recebeu a pauta do movimento há 4 meses, sem resposta para o movimento. Os itens da pauta são: criação de 2.500 Frentes Emergenciais de Trabalho (FET.) para grupos de produção; crédito subsidiado; auxílio alimentação; negociação com o Secretário Estadual da Agricultura; previsão de verba para as FET. no orçamento estadual de 2008.

As mulheres que participam da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizam a Marcha das Margaridas, na Esplanada dos Ministérios no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). A marcha reúne cerca de 50 mil trabalhadoras rurais para reivindicar mais eficiência nas políticas direcionadas às mulheres; a garantia dos direitos adquiridos e mais crédito para as trabalhadoras do campo. As trabalhadoras sugerem políticas públicas para o fortalecimento da atividade rural no Brasil. A Conferência, que teve início dia 17 de agosto, discute temas que fazem parte da realidade das mulheres brasileiras como a violência, a busca por igualdade no trabalho, saúde das mulheres, direito reprodutivo e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Entre as reivindicações das feministas estão: manutenção da diferença de idade entre mulheres e homens para aposentadoria, continuidade da vinculação da aposentadoria com o salário mínimo, aprovação de projeto de lei que reafirma direitos das trabalhadoras e reconhecimento do tempo de trabalho doméstico para fins de aposentadoria.

4ª feira 22

A Procuradoria Geral pede o bloqueio das contas do sindicato dos médicos do estado de Alagoas (região Nordeste). Os profissionais da saúde, que estão em greve, reivindicam um reajuste salarial de 50% e não aceitam o reajuste proposto pelo governo de 39%, parcelado em três vezes, até abril do ano de 2008. Não houve acordo e os médicos seguem paralisados. A decisão da Procuradoria inclui o pagamento de multa diária de R\$ 5 mil pelo sindicato além de punições para os médicos em greve, que devem pagar uma multa diária de R\$ 100. Na tentativa de sanar a crise, o governo federal decide destinar R\$ 26 milhões para o SUS de Alagoas, mas o dinheiro não poderá ser usado para pagar salários. A categoria afirma que só aceita voltar ao trabalho se o governo pagar os dois meses de salários cortados, anular multas ao sindicato e recontratar os médicos que pediram

demissão. O governo negocia com outras nove categorias de servidores da saúde, em greve desde 21 de agosto, que reivindicam o mesmo aumento que for concedido aos médicos. Durante a paralisação, cerca de 2 mil atendimentos diários deixam de ser feitos em pront-socorros da periferia da capital do estado.

Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ocupam o prédio da reitoria em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). O reitor Lúcio Botelho classifica os manifestantes como “grupo minoritário que não representa o pensamento da comunidade universitária”. Cerca de 100 estudantes dizem que o movimento é espontâneo e independente e refutam qualquer ligação com a UNE, o MST ou o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSC. Eles reivindicam mais vagas de moradia estudantil na universidade e denunciam a falta de professores em cursos como Geografia e Serviço Social. As reivindicações estão em pauta de 15 itens, que vão da qualidade de ensino à infra-estrutura, passando pela exigência de postura contrária do Conselho Universitário à proposta de Reforma Universitária. Os estudantes informam que ocupam apenas o hall do prédio e o auditório, para as assembleias. Asseguram que bloquearam o acesso às escadarias, a fim de evitar danos às salas e gabinetes de trabalho e que têm mantido a limpeza do local. Depois de apelar para a retirada imediata, como condição para retomar o diálogo, o reitor diz aguardar nova decisão da assembleia de estudantes. Só então, e se for o caso, pedirá a reintegração do prédio à Justiça. O reitor diz que evitará o uso da força externa para “não se igualar ao baixo nível dos estudantes”.

A Tropa de Choque da PM entra na Faculdade de Direito da USP e retira os cerca de 350 estudantes, segundo o site do MST e 450, segundo a Agência de Notícias do Planalto, e trabalhadores que faziam uma ocupação no local. Mais da metade dos manifestantes é encaminhada em quatro ônibus ao 1º Distrito Policial, enquanto os outros aguardam a liberação em frente ao prédio. A ocupação faz parte da Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública. No dia 21 de agosto, na parte da tarde, os manifestantes realizaram uma aula pública e tiveram uma reunião com a diretoria da faculdade para apresentar os pontos de reivindicação além de assistirem a um show do cantor Tom Zé, por volta das 20 horas. Segundo relato do estudante de jornalismo Fábio Nassif, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por volta de 1h10 da madrugada, enquanto dormiam, eles ouviram os gritos dos policiais da Tropa de Choque. Para ter acesso ao prédio, policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE) quebraram o cadeado que havia sido colocado pelos próprios estudantes na entrada. Alguns estudantes foram agredidos fisicamente, entre eles, Idelcino Marcos dos Santos, do MST, que sofreu algumas escoriações. Segundo a Agência de Notícias do Planalto cerca de 30 pessoas ficam feridas. A informação da Polícia é de que a ação foi tranqüila: não tem “ninguém machucado” e que o patrimônio da Faculdade não sofreu nenhum dano. Os estudantes foram levados ao DP apenas para identificação. Para justificar a transferência ao DP, o coronel Álvaro Camilo, que comandou a operação, afirmou que o procedimento estava sendo adotado para evitar que militantes do “MST se autolesionassem com o objetivo de alegar que houve violência policial”. Ele acrescentou que os manifestantes foram retirados como “precaução para a própria sociedade”. Porém, para a defensora pública Anaí Rodrigues, que também estava no local, “isso não pareceu uma justificativa razoável”. Advogados e políticos presentes para tentar intermediar a desocupação foram impedidos de entrar. Nem mesmo a imprensa teve acesso. Do lado de fora da faculdade os estudantes foram isolados e colocados em ônibus, sendo que alguns

tiveram que ficar agachados e ajoelhados em fileiras. Segundo relatos, os manifestantes que seguiram para a DP estão sendo identificados. Segundo site do MST, apenas os militantes do MST e negros estão sendo fichados e obrigados a assinar Boletim de Ocorrência. Aos poucos, os estudantes foram liberados. De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a ação policial foi motivada por pedido do diretor da Unidade, João Grandino Rodas, que enviou carta solicitando a retirada dos manifestantes. Participam da operação 120 policiais, sendo 40 do Batalhão de Choque, 60 da Força Tática e 20 policiais femininas.

Mais de 40 entidades de educação e do campo e pastorais sociais marcham pelo centro de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) em defesa da educação pública. Os professores, estudantes e militantes páram o centro da cidade. A atividade integra a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e reúne cerca de 2 mil pessoas, mil, segundo o jornal Folha de São Paulo, entre professores e integrantes de movimentos sociais. Especificamente no Rio Grande do Sul, as organizações criticam o desmonte da escola pública promovido pelo governo de Yeda Crusius, que cortou 30% das verbas de custeio da educação, fato que afetou o transporte escolar e a qualidade de ensino. Os manifestantes também criticam a não-realização de concurso. Houve a redução do número de salas e com isso, turmas de até 50 alunos de séries diferentes têm assistido aulas no mesmo espaço. Estas turmas agora completam o ciclo de estudo num período menor que um semestre com o intuito de reduzir os custos. A medida já atinge 26% das escolas do estado. Segundo levantamento feito com as Coordenadorias Regionais de Educação, 745 escolas possuem turmas de diferentes séries desde o mês de julho. O máximo de estudantes colocados em cada turma é de 50 pessoas, determinado pelo Conselho Estadual de Educação. As regiões mais atingidas são as de Santa Maria, São Borja, Santa Cruz do Sul e Cruz Alta. A governadora se defende, afirmando que o seu projeto de educação se pauta pela “racionalização de despesas”.

Cerca de 5.700 pessoas, entre estudantes e integrantes de movimentos sociais, fazem protestos em pelo menos 6 Estados: Santa Catarina (região Sul), Ceará, Pernambuco e Bahia (região Nordeste), Minas Gerais e Rio de Janeiro (região Sudeste). Atos ocorrem em Recife e Petrolina - Pernambuco, com mil pessoas no total. Em Salvador – Bahia, cerca de 2.500 pessoas fazem ato no centro. A atividade integra a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública. Algumas das reivindicações da Jornada são: autonomia das universidades, qualidade no ensino, piso salarial nacional para os trabalhadores da educação calculado pelo Dieese para a jornada de 20 horas, imediata implantação do ensino de história da África em todos os níveis educacionais, erradicação do analfabetismo, expansão de vagas, além do fim do vestibular e dos processos de seleção para ingresso nas universidades, entre outros.

Estudantes, integrantes do MST, da Via Campesina, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da CONLUTAS e a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) ocupam o prédio da Ferrovia Centro Atlântica, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). A Ferrovia tem como principal acionista a Companhia Vale do Rio Doce. A ocupação ocorreu depois de um ato público pela educação que reuniu cerca de 500 pessoas, 120, segundo o jornal Folha de São Paulo. O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e a ocupação do prédio da ferrovia teve como

objetivo entregar uma carta que denunciava o processo de privatização da Vale, que esse ano completa dez anos. A polícia procurou negociar com os manifestantes - em sua maioria estudantes - a desocupação. Porém, advogados da Vale acusaram os manifestantes de formação de quadrilha, cárcere privado e constrangimento ilegal e exigiram uma ação policial mais incisiva. Com isso, segundo o MST, cerca de 136 manifestantes foram detidos, sendo sete menores de idade. A maioria dos detidos foi liberada, permanecendo presos apenas cinco pessoas, entre elas um militante do MST, um do MAB e três estudantes do movimento estudantil. Eles estão sendo acusados de dano ao patrimônio e formação de quadrilha e aguardam julgamento do *habeas corpus* para responder ao processo em liberdade. Manifestantes alegam que a polícia espancou vários estudantes e dificultou as negociações, apreendendo celulares e se recusando a dar informações ao advogado do movimento. A polícia nega todas as acusações. A ocupação reforça a campanha de Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que foi privatizada em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, por um valor abaixo do estimado. A CVRD teve 41,73% das suas ações vendidas por R\$ 3,34 bilhões, sendo que, somente em 2005, a Vale registrou lucro líquido de R\$10,443 bilhões. A Companhia é a maior produtora de minério de ferro do mundo e sempre foi uma das mais lucrativas estatais brasileiras. Os integrantes dos movimentos sociais destacam que a ocupação é pacífica e tem a finalidade de chamar a atenção para o Plebiscito pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce que acontecerá em todo o País de 1º a 9 de setembro..

Cerca de 300 pessoas, entre elas estudantes e integrantes de movimentos sociais, realizam manifestação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública que ocorre nas principais cidades brasileiras. Os principais pontos de reivindicações são a regulamentação do ensino privado e a criação de um plano nacional de assistência estudantil. Outros objetivos incluem a reivindicação de mais recursos federais para o ensino público, eleições diretas para diretores de escolas e garantia de passe livre no transporte público para alunos do ensino fundamental. Também participam do ato integrantes dos movimentos dos Sem Terra, de Pequenos Agricultores e de Mulheres Camponesas; estudantes e professores das redes pública e privada. De acordo com o presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) do Rio de Janeiro, Daniel Iliescu, o movimento se propõe a defender, entre outras coisas, a elevação a 7% do Produto Interno Bruto para os investimentos em educação no Brasil, que hoje não chega a 3,5%. Além dos estudantes, integrantes de partidos políticos e movimentos sociais aderem à marcha.

O DCE da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), (região Sudeste), o MST, o MPA, o Movimento Negro e a Seção Sindical dos Docentes da Ufes (Adufes - S. Sind.) realizam ato na reitoria da universidade em defesa da educação pública, bem como um debate sobre o Projeto de Reestruturação Universitária (Reuni). O Reuni pretende expandir as vagas para estudantes de graduação nas universidades federais sem contratação de pessoal e com congelamento dos orçamentos. Cerca de 100 estudantes e integrantes de movimentos sociais fazem manifestação dentro da reitoria da universidade, e, ao final do ato, são recebidos pelo reitor, junto ao qual reivindicam uma audiência pública para discutir o Reuni com a comunidade acadêmica e a sociedade, além da interrupção imediata da tramitação desse projeto nos Centros de Ensino da Ufes. Segundo a diretora de movimentos

sociais do DCE, Jeane dos Anjos, a Ufes, única universidade pública do Estado, tem apenas 3% de estudantes de origem popular em seus cursos.

Cerca de 800 pessoas, segundo site do MST e 120, segundo o jornal Folha de São Paulo, entre alunos e lideranças de movimentos sociais, fazem passeata na Avenida Paranjana, em Fortaleza - Ceará (região Nordeste) - via que dá acesso à Universidade Estadual do Ceará (UECE) - e ocupam a reitoria. O ato fez parte da Jornada Nacional de Lutas pela Educação Pública. Além da pauta nacional, que reivindica mais investimentos, democracia e políticas de inclusão para o ensino superior, a Jornada no Estado tem um ponto específico: a resolução 199, que vai regulamentar a existência de cursos pagos de pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão na universidade. As entidades exigem ainda a aplicação de uma lei, sancionada em 2005, que garante o abatimento de 50% no transporte estudantil das regiões metropolitanas de Fortaleza.

Como parte de uma Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública, cerca de 600 estudantes, sindicalistas e integrantes de movimentos populares, sindicatos, CUT ocupam o campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (região Nordeste). Na pauta, a educação pública como enfoque e a tentativa de exigir mudanças estruturais na política e na economia do país que possibilitem a erradicação do analfabetismo e a inclusão social. Além disso, a construção imediata de um sistema educacional com gestão participativa e socialmente referenciado. A paralisação no campus da universidade foi a forma encontrada pelos movimentos de chamar a atenção da sociedade no momento em que o Hospital Universitário definha no caminho de tornar-se uma Fundação Estatal.

O Andes-SN publiciza o repúdio da OIT à postura do governo brasileiro de não manter mecanismos que impeçam as práticas anti-sindicais no país. Isso após a análise da representação feita pelo Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), no ano passado. O sindicato relatou as condutas de instituições como Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade Católica de Brasília (UCB), Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP) e Faculdade de Caldas Novas (GO), que demitiram dirigentes sindicais por não aceitarem que os professores se organizem para reivindicar melhores condições de trabalho e de salários. Em documento público, o Departamento de Normas Internacionais do Trabalho da OIT recomendou ao governo brasileiro que tome providências para garantir a reintegração dos dirigentes das seções sindicais do Andes-SN. A entidade defendeu também que o Brasil adote as medidas necessárias para modificar a legislação sindical. Assim, pode garantir aos trabalhadores a liberdade de organização sindical. O departamento recomenda, ainda, que o governo brasileiro convoque as partes interessadas para aprofundar as discussões sobre o tema. Na denúncia à OIT, o sindicato destaca que apesar da sucessiva e notória prática de atos anti-sindicais no âmbito das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), o Estado brasileiro não tem tomado medidas necessárias para combater o problema. Apesar de os trabalhadores e organizações sindicais terem apresentado relatos no âmbito da administração pública, os órgãos competentes não têm atuado com o objetivo de fiscalizar ou proibir a prática de condutas discriminatórias nas IPES quer seja no interior do país ou nas regiões metropolitanas. O sindicato informou à OIT que o Poder Judiciário brasileiro não reconhece os atos anti-sindicais porque o Brasil não dispõe de mecanismos de proteção que evitem a discriminação de trabalhadores por sua filiação a um sindicato. De acordo com o

documento da organização internacional, o governo brasileiro afirmou que "elaborou no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) uma proposta de reforma sindical que contempla, entre outras coisas, a tipificação dos atos anti-sindicais e a possibilidade de que a autoridade administrativa possa impor sanções". Segundo o presidente do sindicato, Paulo Rizzo, a proposta de reforma sindical do FNT não garantirá a liberdade de organização sindical aos trabalhadores. "A reforma que esse fórum propõe não prevê a ampliação do poder dos trabalhadores nas suas organizações de base, mas apenas concentra o poder nas cúpulas das centrais sindicais", afirmou. O advogado Cláudio Santos, que assessora o sindicado, disse que as recomendações da OIT serão anexadas a todos os processos judiciais de reintegração dos demitidos, movidos pelo Andes-SN, que tramitam em todas as instâncias da justiça trabalhista no país.

Cerca de 2 mil servidores da Cultura retomam a greve em todo o país por tempo indeterminado. A greve, iniciada em 15 de maio, estava suspensa desde 27 de julho, segundo os servidores, por pressão do Ministério do Planejamento que queria um voto de confiança até oferecer uma proposta. Os servidores recusaram por unanimidade a proposta do governo de 14% de aumento, que ocorreria gradativamente até 2010. No entanto, em algumas faixas, os servidores teriam redução salarial de até 36% e algumas gratificações seriam extintas. A proposta é classificada como “embuste” por Zulmira Pope, do comando nacional de greve. Segundo Zulmira, o aumento proposto incidiria mais sobre gratificações que sobre o salário-base e os servidores aposentados receberiam aumento menor do que os ativos. Em 2005, uma greve de 100 dias foi encerrada depois que funcionários e a Cúpula do Ministério da Cultura chegaram a um acordo sobre plano de carreira. Gratificações seriam incorporadas ao salário-base. A não execução do plano motivou a greve atual. O presidente da Funarte, Celso Frateschi, se reunirá com representantes do Ministério da Cultura para tratar o caso. O Ministério da Cultura mantém, entretanto, a posição de que cabe ao Planejamento negociar com os servidores.

5ª feira 23

Cerca de 300 famílias do MST ocupam duas fazendas em Mirandópolis e Castilho, no estado de São Paulo (região Sudeste). As duas fazendas foram desapropriadas pela Justiça Federal em primeira instância esta semana e estavam no pacote de 14 fazendas cujas desapropriações estão emperradas na Justiça Federal porque os donos recorreram dos laudos de improdutividade.

O CPERS promove, junto às comunidades escolares, protestos contra a “enturmação” em todo o Estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os professores afirmam que a junção de turmas, aliada à falta de investimentos nas escolas, reduz a qualidade das aulas e sobrecarrega o profissional. As entidades reivindicam o investimento de no mínimo 7% do PIB em educação, mais autonomia para as universidades, realização de concurso público para professores e controle da expansão do ensino superior privado. A atividade integra a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública, que acontece durante a semana no país. Especificamente no Rio Grande do Sul, as organizações criticam o desmonte da escola pública promovido pelo governo estadual.

Mais de 2 mil pessoas de entidades que fazem a Jornada em Defesa da Educação Pública fazem marcha e ato público no centro de Salvador – Bahia (região Nordeste). A marcha fechou o trânsito nas imediações da UFBA. Ao final da manifestação, aconteceu uma ocupação 'simbólica' da reitoria, onde os manifestantes foram recebidos pelo reitor, Naomar Mesquita, que agendou uma audiência com todas as organizações para a próxima semana. Ele ressaltou a importância de realizar uma reunião específica com os representantes dos movimentos sociais do campo. A atividade contou com a participação do DCE/UFBA, o MST, MPA, Fundo de Pasto, entidades do movimento negro, CUT, entre outras entidades estudantis e sindicais.

Médicos decidem encerrar a greve no estado de Alagoas (região Nordeste). A categoria decide aceitar a proposta feita pelo governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) que consiste num reajuste de 39%, dividido em cinco parcelas a serem pagas até abril de 2008. Os médicos afirmam ainda que ficarão até o dia 2 de setembro em estado de greve, aguardando a decisão do governador quanto à retirada das ações judiciais que consideram a greve ilegal e que prevêem o pagamento de multas e o corte do ponto. Como parte das negociações, o governo promete ainda aos médicos um plano de cargos e salários, melhoria das condições de trabalho e um investimento de R\$ 12 milhões, sendo R\$ 6 milhões para recuperação das unidades de saúde e outros R\$ 6 milhões destinados ao pagamento de salários. Os médicos reivindicavam reajuste salarial de 50%, o que elevaria o menor salário da categoria para R\$ 1.500. Cerca de 5 mil técnicos da área da saúde mantêm a greve.

Trabalhadores dos Correios realizam dia nacional de lutas com paralisações em todo o Brasil, como parte da campanha salarial da categoria. Os trabalhadores protestam contra a sobrecarga de serviço e reivindicam melhores condições de trabalho, além de segurança nas agências, licença-maternidade de 6 meses, contratação de funcionários e reposição salarial de 47,77%. O índice se refere à soma das perdas acumuladas no período de 1994 a 2006 (40,85%) e da estimativa de inflação entre agosto de 2006 e julho de 2007 (4,91%). Os percentuais foram calculados pelo Dieese. Também reivindicam um aumento real único de R\$ 200 para todos os trabalhadores da empresa. O aumento real fixado num valor único faz com que o seu impacto seja maior para os trabalhadores com menores salários.

Servidores públicos da educação e da saúde e policiais civis em greve ocupam as ruas do centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o Centro de Mídia Independente cerca de mil pessoas participam do ato, segundo jornal O Globo, 500. A marcha teve início em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e seguiu pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia, em frente à Câmara Municipal. Além da campanha salarial, os manifestantes lutam pelo não sucateamento do serviço público, que vem recebendo cortes de verbas do governo do estado – como, por exemplo, o corte de verbas anunciado ontem à Universidade do Estado do Rio (UERJ), que vai comprometer seriamente seu funcionamento. Os servidores da educação em greve afirmam que não vão repor as aulas, responsabilizando o governo do estado pelo ano letivo prejudicado dos alunos, caso os dias paralisados forem descontados do pagamento. Em várias escolas, o ponto já está sendo cortado dos professores que aderem à greve. A corregedoria de Polícia

Civil anunciou a abertura de sindicância contra policiais que realizaram greve no dia 21 de agosto. A sindicância tem por objetivo investigar e punir o grupo de servidores que durante o protesto pediu esmolas à população nas ruas.

O coronel da PM que liderava protesto por melhores condições de trabalho é exonerado no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, confirma a exoneração do Coronel Paulo Ricardo Paul, um dos oficiais da PM que integrava o chamado “Grupo dos Barbonos”. O grupo coordena, entre os oficiais, um movimento de contestação por melhores condições de trabalho e de salários. Beltrame nega a retaliação, porém anuncia paralelamente a mudança de outros 17 postos de comando na PM. O coronel Paul deixa o cargo para assumir a Diretoria Geral de Pessoal da PM.

Cerca de 1,5 mil manifestantes reunidos na Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública se concentram em frente à sede da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), em Recife - Pernambuco (região Nordeste). Ao deixar a Celpe os manifestantes seguiram pelas ruas do centro da capital até o Palácio das Princesas, onde a comissão entregou documento com as reivindicações da jornada ao governador Eduardo Campos (PSB). A privatização da Celpe no governo de Jarbas Vasconcellos e o Plebiscito Popular da Vale do Rio Doce também serão assuntos pautados pela manifestação. Pela manhã, estudantes ocuparam a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina, para protestar contra falta de salas de aulas.

6ª feira 24

Os estudantes da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) no Ceará (região Nordeste), juntamente com estudantes de outras faculdades, aproveitam a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e fazem suas reivindicações na reitoria da universidade. Sem sucesso, ao tentar diálogo com a direção e com a reitoria, os estudantes ocupam a Avenida Washington Soares na capital, durante alguns minutos, como forma de protestar contra o descaso da UNIFOR com a educação. “A UNIFOR é uma fundação, mesmo sendo do setor privado, ela é vista como uma entidade sem fins-lucrativos”. Dentre as reivindicações: a não cobrança pelo uso de laboratório de informática; diminuição da mensalidade, que é constantemente aumentada e a prestação de contas da UNIFOR.

O Centro Acadêmico XI de Agosto e professores da Faculdade de Direito da USP, parlamentares e integrantes do MST promovem ato de repúdio à ação da Tropa de Choque da PM ocorrida no dia 22 de agosto. Participam do ato os deputados estaduais Raul Marcelo (PSOL) e Vicente Cândido (PT), além do deputado federal Ivan Valente (PSOL). A ocupação que teve início no dia 21 de agosto fez parte da Jornada Nacional de Lutas pela Educação Pública, manifestação que ocorre em 18 capitais brasileiras para reivindicar a democratização do acesso à educação pública universitária para a classe trabalhadora. Além de melhorias para o ensino médio, erradicação do analfabetismo, o controle público das instituições privadas de ensino e a derrubada dos vetos ao PNE que em um de seus pontos determina o aumento anual do gasto com educação, chegando a 10% do PIB em 10 anos, atualmente, apenas 3,5% é investido na educação. Os 100 policiais expulsaram os cerca de

400 manifestantes com violência e aproximadamente 30 pessoas sofreram escoriações ou luxações.

O governador Sérgio Cabral anuncia a retirada da proposta de reajuste escalonado da Alerj no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O reajuste de 25%, parcelado em 24 prestações, foi alvo de greves e protestos dos servidores das secretarias de saúde, educação e segurança pública desde o dia 16 de agosto. O governo anuncia a proposta de um aumento de 4% para as três secretarias a ser pago em parcela única a partir de setembro. De acordo com nota publicada, “reajustes futuros serão discutidos junto às categorias”. Apesar do recuo no parcelamento, os servidores não aprovam a nova proposta, pois esta não chega sequer a se aproximar das perdas salariais, que no caso dos funcionários da educação chegam a 60%, ao longo de mais de 10 anos. Os professores estaduais decidem manter a greve por tempo indeterminado. Os profissionais da saúde voltam a se reunir na próxima semana para avaliar a situação e os policiais decidem no dia 29 de agosto se fazem nova paralisação.

Cerca de 7 mil professores e funcionários da rede estadual segundo a PM, e 30 mil, segundo os organizadores, fazem passeata em São Paulo - SP (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam melhores condições de trabalho, reajuste salarial de 35,68%, a incorporação de todas as gratificações e adoção do piso salarial do Departamento Intersindical de Estatística, avaliado em R\$ 1.688. O ato é realizado dois dias depois que o governador de São Paulo, José Serra, anuncia medidas de valorização dos servidores, mas sem reajuste para a categoria. A política antigreve de Serra foi criticada. "Este ano de 2007 começou com a tentativa de Lula de atacar o direito de greve. Agora, em São Paulo, Serra também criminaliza os movimentos, demitindo metroviários e atacando os trabalhadores", afirmou João Zafalão, militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e diretor da Apeoesp. Zafalão atacou ainda o pacote do governo para a educação, calcado em três eixos: avaliação de desempenho, municipalização do ensino e sua conseqüente privatização e a reforma do ensino médio. "Para defendermos a educação temos de lutar também contra as reformas de Lula", afirmou ainda. Os professores e funcionários rejeitam por unanimidade a política de avaliação de desempenho e gratificação de Serra. O sindicato dos professores afirma que a categoria está sem aumento há 2 anos e que há possibilidade dos docentes iniciarem uma greve a partir de 14 de setembro.

A União Estadual dos Estudantes (UEE-MG), em parceria com o DCE da PUC de Minas Gerais (região Sudeste) realizam ato contra a atual política de mensalidades. Os estudantes protestam contra a lei 9870/99 que impede o estudante inadimplente de se matricular, demonstrando o desejo de substituí-la pelo Projeto de Lei da UNE. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas da UNE e da UBES. A proposta dos estudantes expressa no Projeto de Lei da UNE condiciona o reajuste das mensalidades à discussão com pais e alunos e impede a expulsão sumária de inadimplentes, além de obrigar que o anúncio do valor da nova mensalidade seja divulgado 120 dias antes do encerramento das matrículas. Atualmente isso ocorre, em média, somente 40 dias antes, impedindo a organização de pais e alunos para participarem das negociações. Pela proposta, "o valor da mensalidade escolar corresponderá ao valor da mensalidade do ano anterior, salvo quando demonstrada a necessidade de reajuste, para efeito de custeio dos encargos educacionais e, mesmo quando comprovada a necessidade do reajuste, este deve ser menor que o índice de inflação do IPCE (Índice de Preço ao Consumidor) do ano anterior". De acordo com as

regras atuais, as escolas e mantenedoras das universidades particulares apresentam o índice de reajuste baseado em planilha de custos, sempre acima de inflação.

Domingo 26

Cerca de 50 mil pessoas, segundo os organizadores, participam da 3ª Parada do Orgulho GLBT em Icaraí, Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). A Parada teve como tema: “Contra o machismo, racismo e homofobia”. Segundo site da Globo, os policiais de serviço no 12º Batalhão da PM (Niterói) não quiseram fazer uma estimativa sobre o número de participantes.

Cerca de 250 policiais e bombeiros militares participam de um ato cívico no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A categoria reivindica aumento salarial e critica a última proposta apresentada pelo Governador Sérgio Cabral, que ofereceu reposição de 4% nos salários este ano. Para eles, a quantia é insuficiente. Oficiais das duas corporações reivindicam o cumprimento de promessas de campanha do governador. Os manifestantes cobram também equiparação salarial entre as categorias civil e militar das forças policiais, medida já adotada nos estados de Goiás (região Centro-oeste), Minas Gerais e São Paulo (região Sudeste). Apesar da insatisfação, os manifestantes evitam estipular metas de percentual de aumento, mas deixam claro que as negociações com o governador devem continuar. Após o ato, os militares são convidados a doar sangue na sede do HemoRio.

2ª feira 27

Cerca de 400 famílias de agricultores, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, montam acampamento em frente ao canteiro de obras da usina hidrelétrica de Foz do Chapecó, município na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes reivindicam indenizações já que serão atingidos pela barragem da usina. O MAB, movimento que articula a ocupação, quer que as 3.500 famílias de 13 cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que serão prejudicadas, sejam indenizadas, ao invés de 2.400 como quer o consórcio. Outra reivindicação do movimento é a negociação no pagamento destas indenizações. Em nota, o Consórcio Foz do Chapecó disse estar em dia com as indenizações. De acordo com o integrante do MAB Mauro Brenm, a empresa negou o ressarcimento de 60 famílias que tiveram de deixar suas casas para que fosse implementado o canteiro de obras. A empresa e agricultores negociam a cerca de 2 anos sem chegar a um acordo. A situação é delicada na região devido ao histórico de ações de despejo violentas por parte da polícia nas mobilizações do MAB. Segundo Brenm os manifestantes não sairão do local sem que uma audiência com o governo federal e o consórcio responsável pela obra seja marcada.

Milhares de pessoas vão às ruas em 7 municípios de Santa Catarina (região Sul) mobilizar-se em torno da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade. Em Chapecó, cerca de 3 mil pessoas dos movimentos sociais, da Via Campesina, Fetrafsul, CUT, Movimento Estudantil e parlamentares realizam um ato pela educação e caminhada pelas principais ruas da cidade. O ponto principal da mobilização é a luta pela Universidade Federal da

Mesorregião que aglutina o norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Essa região não tem nenhuma universidade pública e a maioria dos jovens não têm condições de pagar a faculdade particular. Acontecem atos também nos municípios de São Miguel do Oeste, Xanxerê, Joinville, Blumenau, Criciúma e Florianópolis, onde 100 estudantes permanecem ocupando o prédio da Reitoria da UFSC. O Reitor da UFSC, Lucio Botelho, já entrou com o pedido de reintegração de posse do prédio. Os estudantes da universidade apresentaram 15 pontos - entre eles, auditoria nas moradias públicas, contratação de mais professores para os cursos que estão sem aulas, além de compra de livros para a biblioteca do campus - que deveriam ser atendidos para que saíssem do prédio. A reitoria enviou uma carta com 11 itens que, segundo a pró-reitora de Assuntos Estudantis, Corina Espíndola, atendia grande parte das reivindicações dos manifestantes. Houve uma conversa entre representantes da UFSC e dos alunos, mas não houve avanço e a ocupação está mantida.

Cerca de 400 pescadores segundo a Agência Chasque de notícias, e 100, segundo o jornal O Globo, que trabalham na região da Baía de Guanabara, realizam uma barqueata, que reúne cerca de 150 embarcações, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é denunciar os danos causados pelo acidente ambiental na Baía, causados pela Petrobras em virtude do vazamento de óleo ocorrido em 2000, que prejudicou cerca de 12 mil profissionais. Em maio, a Petrobras foi condenada a indenizar em cerca de R\$ 400 milhões a Federação de Pescadores do Rio (FEPERJ). Cada pescador deveria ser indenizado por um período de 4 anos em aproximadamente R\$ 33 mil. Na decisão da Justiça, consta que este valor torna-se inquestionável, já que os laudos indicam que os impactos à pesca se prolongam por cerca de 10 anos, no mínimo. A manifestação é organizada pelo Grupo Homens do Mar da Baía de Guanabara. Eles protestam contra uma obra realizada pela empresa Suzano Petroquímica, na Ilha do Boqueirão, próximo à Ilha do Governador. A categoria reclama que as atividades da empresa na Baía têm danificado redes de pesca e afugentado os peixes. A Suzano informa, através de sua assessoria de imprensa, que as obras realizadas obedecem a todas as normas de segurança do meio ambiente

Professores da rede estadual de ensino e o CPERS Sindicato iniciam uma caravana em defesa da escola pública em todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A caravana tem por objetivo denunciar e discutir os problemas da educação pública, entre eles a falta de professores e de verbas para as escolas públicas, o processo de junção de turmas (enturmação) e a reunião de alunos de séries diferentes em uma mesma turma (multisseriação). Cada núcleo do sindicato promove um dia inteiro de debates nas escolas de sua região. No final das atividades, os professores, com o apoio de sindicatos e da comunidade, fazem um ato público. Todas as regiões do estado serão visitadas até o mês de novembro. Os professores falam ainda com as comunidades sobre as reivindicações salariais feitas ao governo do Estado no início de agosto.

O Instituto Carvão Cidadão (ICC) denuncia a utilização do trabalho escravo em carvoarias na Amazônia (região Norte). De acordo com a denúncia, cerca de 12% das carvoarias existentes na Amazônia ainda utilizam mão-de-obra escrava, apesar da grande operação de combate a esse crime lançada em 2004. Segundo Cláudia Brito, diretora técnica do ICC, as condições desumanas envolvendo o trabalho escravo, registradas em carvoarias dos Estados

do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, foram em grande parte erradicadas. No entanto, ainda há diferenças profundas entre as condições de trabalho entre os estados, sendo o estado do Pará o campeão do trabalho escravo no Brasil, com problemas persistentes no setor carvoeiro.

Grupos de sem-teto ligados à Frente de Luta por Moradia fazem seis ocupações simultâneas na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) para reivindicar casas para famílias que recebem até 3 salários mínimos. A polícia retira os sem-teto de 4 áreas e duas continuam ocupadas. Um dos terrenos pertence à BR Distribuidora. Nessa área, os sem-teto pedem a construção de 1.400 unidades habitacionais. O lugar é usado para descarte ilegal de entulho. A BR fará reunião com os sem-teto no próximo dia 30.

180 hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul (região Sul) fazem um dia de protesto contra a falta de recursos e deixam de realizar, por 24 horas, 5 mil consultas e cirurgias. Apenas atendimentos de emergência e assistência aos pacientes que já estavam internados são feitos. O movimento Saúde para os Hospitais, que organiza o protesto, reivindica aumento de verba para atendimento pelo SUS. Os hospitais filantrópicos são responsáveis por 70% dos atendimentos do estado e, segundo o vice-presidente da Federação dos Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul, Júlio Mattos, a cada R\$ 100 de custos que os hospitais têm com cada paciente, o SUS paga apenas R\$ 55. Os hospitais ainda querem R\$ 36 milhões mensais, além dos R\$ 50 milhões que recebem por mês da União. Segundo Mattos, a proposta do governo é repassar mais de R\$ 18 milhões por ano, valor considerado insuficiente.

150 moradores do condomínio Parque do Gato, conjunto de prédios administrados pela prefeitura de São Paulo (região Sudeste), fecham a Marginal Tietê por 2 horas em protesto contra ações de despejo promovidas pela Secretaria Municipal de Habitação. O protesto termina em confronto entre os manifestantes e a PM, com duas pessoas feridas e quatro detidas. A PM nega os excessos e alega que alguns manifestantes atiraram pedras e paus na direção dos policiais, que revidaram com balas de borracha e gás de pimenta. A Secretaria informa que parte dos moradores do condomínio, que possui 486 unidades, está em situação irregular, porque sublocou os apartamentos, o que é proibido. Segundo a Secretaria, haverá reintegração de posse nos casos dos apartamentos sublocados. O Ministério Público Estadual pede que a Prefeitura analise cada caso antes de despejar os moradores irregulares.

25 cardiologistas se recusam a fazer cirurgias em quatro hospitais privados conveniados ao SUS, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). No Hospital de Messejana, os mesmos médicos que param de atender em outros locais mantêm o atendimento, em razão da forma diferenciada de pagamento, isto é, porque o governo do estado complementa os valores pagos pelo SUS, chagando aos preços da tabela da Classificação Brasileira de Hierarquização dos Procedimentos Médicos (CBHPM), que regula os preços pagos pelos planos de saúde. Representantes dos médicos se reúnem com membros das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, mas não há acordo. Os médicos só voltam a atender casos de urgência nos hospitais privados. A principal reivindicação dos médicos e dos donos de hospitais privados é um reajuste da tabela paga pelo SUS. O Ministério da Saúde anuncia o descontingenciamento de R\$ 2 bilhões do seu orçamento, principalmente para atender à

crise do setor de saúde no Nordeste. Em Alagoas, está mantida a greve de 9 categorias dos servidores da saúde, entre enfermeiros, auxiliares, assistentes sociais e psicólogos.

A Justiça Federal do Pará (região Norte) interdita 99 assentamentos rurais criados desde 2005 pelo Incra no estado, sob alegação de irregularidade no licenciamento ambiental. Com isso, as famílias assentadas são impedidas de receber recursos públicos e de legalizar os lotes, mas não são obrigadas a deixar as áreas. Para o Juiz de Santarém, Francisco de Assis Garcês Castro Júnior, o licenciamento ambiental de projetos em áreas da União deve ser feito pelo Ibama e não pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, como vem sendo feito. Para a Promotoria, a regularização dos assentamentos atende aos interesses de madeireiros, já que a aprovação dos planos de manejo para retirada de madeira destes locais é mais simples. Para o juiz, o Incra coloca à disposição de trabalhadores “vastas porções de terras da União, encravadas na Amazônia, e sua cobiçada biodiversidade, sem, no entanto, proceder a uma necessária e minudente verificação dos efeitos que possam ser gerados ao meio ambiente”.

3ª feira 28

Indígenas Tupinikins e Guaranis do norte do Espírito Santo (região Sudeste) conseguem na Justiça a posse das terras indígenas Comboios e Tupiniquim, no município de Aracruz. O Diário Oficial da União publicou a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, que em uma portaria declarou a posse das terras a favor dos índios. Desde 1967 a Aracruz Florestal, empresa que daria origem à Aracruz Celulose, começou a adquirir terras na região, incluindo áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. As terras indígenas no município de Aracruz contam com sete aldeias, em uma área total de 7,5 mil hectares, sendo quatro Tupiniquim e três Guaranis. A disputa por terras na região durava mais de 20 anos. A Funai deve agora delimitar a terra, fixando marcos físicos nos seus limites. Após a delimitação o presidente Lula poderá homologar a terra. Em 2006, a Funai já havia divulgado documento reconhecendo a área como território indígena, mas a multinacional contestou o relatório e questionou a identidade étnica dos índios com propagandas veiculadas nos meios de comunicação. A Funai manteve seu parecer, mas aguardava a decisão da Justiça. Os índios conseguiram retomar parte de suas terras em julho deste ano, quando começaram a reconstruir aldeias que tinham sido destruídas em uma ação violenta da polícia federal, com o apoio da multinacional em 2006. A empresa foi condenada em dezembro de 2006, pela Vara da Justiça Federal de Linhares no Espírito Santo, a cumprir uma série de medidas para preservar os índios Tupinikim e Guaranis. A decisão da justiça proibia ainda a veiculação de qualquer tipo de propaganda que questionasse o modo de vida das comunidades indígenas do Estado.

A Justiça de Juazeiro, na Bahia (região Nordeste), emitiu o mandado de reintegração de posse da fazenda Mariad propriedade do colombiano Gustavo Bautista, preso no dia 18 no Uruguai. Dois oficiais foram mandados ao local com pedido de saída imediata dos trabalhadores do MST que ocupam a área desde o dia 26 de agosto. O juiz Mário Vivas, que assinou o mandato nomeou o agrônomo Rogério Alves de Santana como interventor para começar a trabalhar dia 29 na fazenda. De acordo com a coordenação do MST, as famílias que ocupam a fazenda se comprometem a deixar o local até o final do dia.

O impasse entre os funcionários da fazenda Mariad, em Juazeiro, e integrantes do MST continua, um dia após o protesto que paralisou a ponte Presidente Dutra, que liga a cidade baiana a Petrolina (PE). Os dois lados estavam irredutíveis: o MST dizia que não deixava a fazenda e alegava defender o uso da terra para reforma agrária; enquanto os trabalhadores queriam garantir seus direitos após a interdição da fazenda, apontada por investigação da Polícia Federal como fachada para o tráfico de drogas internacional. A empresa Mariad atua na área da exportação de frutas. A investigação da PF revelou que cocaína era remetida para o exterior escondida em fundos falsos nas caixas de fruta. Depois da manifestação do dia 27 de agosto, quando a ponte ficou interditada por quase 4 horas, os funcionários da Mariad comparecem para trabalhar hoje, mas não conseguem entrar na fazenda. Segundo a coordenação do MST - 50 famílias do movimento ocupam o local - um dos funcionários da Mariad parou ao lado do portão, dizendo que não havia segurança para o trabalho. A situação causa revolta nos funcionários, que quebraram os vidros de um carro estacionado na entrada da fazenda e queimaram bandeiras do MST. Diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro tentam controlar a situação e conseguem levar os funcionários até a frente de outra unidade da empresa. Através de sistema de carro de som, os diretores dizem que a situação deve ser resolvida tão logo seja nomeado o interventor. Por determinação da Justiça paulista, a nomeação deve ser feita pela Justiça em Juazeiro.

Cerca de mil pessoas participam de caminhada em Gravataí - Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da passeata é protestar contra a enturmação e a multisseriação adotada nas escolas do município. Professores, funcionários de escola, pais e alunos se concentram e seguem para o centro da cidade. Diversos protestos vêm ocorrendo desde agosto no Rio Grande do Sul, a fim de impedir a junção de turmas e a reunião de alunos de diferentes séries em uma mesma sala de aula, determinadas pelo governo do estado.

O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (SINTUPERJ) participa de ato unificado dos servidores estaduais na Alerj no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é pressionar os deputados estaduais a recusarem a proposta do governador Sérgio Cabral de conceder reajuste salarial de 4% aos funcionários públicos estaduais dos setores da saúde, educação e segurança pública. Participam do ato servidores e alunos da rede pública. Os manifestantes cercam o prédio principal e o anexo da Assembléia num “abraço” que simboliza a unidade dos trabalhadores e estudantes em repúdio à proposta de reajuste. Funcionários da UERJ aproveitam a manifestação para denunciar as péssimas condições de trabalho na universidade. A proposta do SEPE é pela concessão de um aumento emergencial de 26%. Representantes das áreas da saúde e da segurança também participam do ato.

Servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) fazem um ato público no Ministério do Planejamento e acampam na sede da instituição em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes protestam contra as demissões sem justa causa ocorridas durante o regime militar e os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Os referidos trabalhadores têm direito à anistia da Lei 10.559/02, porém ainda não receberam qualquer indenização. Segundo o secretário nacional da Federação Nacional de Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (FENECT), João Maurício Gomes da Silva, o atraso deve-se ao fato de os Correios não estarem

enviando a documentação necessária ao Ministério da Justiça, que julga os processos de anistia de servidores.

4ª feira 29

O sistema de aprovação automática é suspenso por decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o Tribunal, um decreto da Câmara dos Vereadores derrubou a resolução que implantou, desde 27 de abril, o sistema de ciclos no município. O referido sistema foi criado para acabar com a repetência na rede de ensino municipal, impossibilitando o aluno de receber o conceito “insuficiente” na avaliação e foi alvo de diversas manifestações contrárias ocorridas no município durante os meses de junho e julho.

Servidores da Fiocruz interrompem suas atividades por 24 horas no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A greve é uma reação contra a possibilidade de corte do adicional de insalubridade, em setembro, para grande número de servidores da Fundação. Mais da metade dos trabalhadores sofrerá perdas de cerca de 10% em seus contracheques, caso a medida seja implantada pelo Ministério do Planejamento. Segundo Rogério Lannes, presidente do Sindicato, os servidores também questionam a legitimidade dos laudos realizados para justificar os cortes.

Cerca de 500 famílias de quilombolas de 45 comunidades bloqueiam a BR-153 no município de Itapecuru Mirim, no estado do Maranhão (região Nordeste). A estrada foi interditada às 6h30, no Povoado Santa Rosa dos Pretos. Os quilombolas reivindicam a regularização fundiária com a titularização de suas terras, além de escolas, saúde e infraestrutura para todas as comunidades quilombolas do estado. Os quilombolas só liberaram a estrada às 11 horas depois de uma negociação com o Superintendente do Incra, Raimundo Monteiro. No acordo o superintendente do órgão se comprometeu a agilizar as reivindicações das famílias remanescentes junto ao governo federal. Mesmo com o acordo os manifestantes prometem continuar os protestos, caso suas reivindicações não sejam cumpridas pelos órgãos responsáveis.

A Caravana em Defesa do São Francisco e do Semi-Árido - Contra a Transposição chega a João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). O grupo, formado por 9 pessoas, tem por objetivo promover discussões acerca do projeto do governo federal de transposição das águas do rio São Francisco. A caravana já percorreu seis estados – Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba – e o Distrito Federal desde o dia 19 de agosto. Segundo a assessoria de imprensa da Caravana, a adução é o método mais adequado para o abastecimento de água na Paraíba, com custo inferior ao da transposição e sem maiores conseqüências para o rio. Além disso, a natureza da obra não resolverá os problemas da seca e ainda trará impactos ambientais, econômicos, políticos e sociais negativos para a região.

Cerca de mil policiais rodoviários federais, segundo informações do Jornal do Brasil, realizam uma passeata na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação integra o “Dia Nacional pela Valorização da Polícia Rodoviária Federal”, sendo organizada com o objetivo de protestar contra a forma como

está sendo negociada a pauta de reivindicações da categoria. Os policiais rodoviários federais reivindicam a criação de 10 mil novas vagas, a reposição das perdas salariais e a exigência de nível superior para ingresso na carreira policial. Atualmente, segundo a Federação dos Policiais Rodoviários Federais, os cerca de 60 mil quilômetros de rodovias federais são patrulhados por pouco mais de 10 mil policiais.

Parentes de vítimas da Chacina de Vigário Geral fazem manifestação em frente à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), marcando os 14 anos da chacina que matou 21 pessoas.

Cerca de 30 pessoas de famílias vítimas de violência saem do Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) num ônibus com destino a Brasília, para uma audiência com o Ministro da Justiça, Tarso Genro. Entre elas, estão as mães de mortos na Chacina de Vigário Geral. Uma das reivindicações é a inclusão do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav) no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O objetivo do Funav é proporcionar meios de assistência financeira às vítimas de crimes violentos ou a seus herdeiros e dependentes carentes. Moradores da Favela do Jacarezinho que tiveram parentes mortos por balas perdidas na comunidade fazem uma reunião com o subprocurador-geral de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público, Leonardo Chaves. De acordo com Elias Marques dos Santos, um dos líderes comunitários, o encontro serve como um pedido de socorro. Os moradores entregam um documento em que pedem melhorias para a comunidade, como prioridade para investimento em educação, mais apoio para a cultura, projetos de geração de emprego e uma estratégia alternativa para as abordagens policiais na comunidade. No fim do encontro, o subprocurador aconselha os moradores a elaborarem um dossiê com os nomes, o dia, a hora e as circunstâncias em que seus parentes foram mortos. Esse documento será encaminhado ao Ministério Público, analisado e discutido com autoridades.

5ª feira 30

Cerca de 500 trabalhadores do assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu, Paraná (região Sul), fazem mobilização nas quatro entradas de acesso a área. O objetivo da manifestação é cobrar do Incra do Paraná uma solução em relação às famílias assentadas em áreas de reflorestamento. Os assentados exigem a execução imediata do plano de manejo dos lotes com reflorestamento, liberando dois hectares para que as famílias possam produzir. Eles reclamam que já se passaram dois anos de criação do assentamento, mas até agora o Incra não resolveu o problema, impedindo os agricultores de plantar nessas áreas. A pauta de reivindicações também exige soluções em relação à assistência técnica, às famílias excedentes do assentamento Celso Furtado, o assentamento das famílias acampadas na fazenda Três Elos e liberação de crédito de investimento e infra-estrutura para o assentamento. Os trabalhadores afirmam que vão manter o protesto até conseguir marcar uma audiência com o Incra, o Instituto Ambiental do Paraná (Iap) e o Ministério Público para solucionar a questão.

6ª feira 31

O TRT determina que o Metrô de São Paulo reintegre imediatamente o metroviário Adailton Rabello de Souza, em São Paulo – SP (região Sudeste). O funcionário foi demitido da empresa ao término da greve da categoria ocorrida no início de agosto. Após a paralisação, a companhia anunciou a demissão de 61 empregados, alegando que os demitidos apresentavam um desempenho abaixo do padrão desejado pela empresa. No entanto, o funcionário integra umas das chapas que disputará a eleição para o Sindicato dos Metroviários entre os dias 10 e 14 de setembro. Sendo assim, e de acordo com o Tribunal, a empresa violou a Consolidação das Leis do Trabalho, que veda “a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada”. A decisão do Tribunal sustenta ainda que “a dispensa teve o nítido propósito de cercear a livre participação na vida associativa da categoria.”

O SEPE decide suspender a greve iniciada no dia 17 de agosto no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A decisão é tomada em virtude da aprovação, pelos deputados federais na Alerj, da proposta de reajuste de 4%, ocorrida no dia 30 de agosto. A categoria afirma estar ainda insatisfeita com o reajuste aprovado e programa nova paralisação no dia 12 de setembro. A pauta de reivindicações do sindicato inclui “plano de carreira para os professores de 40h, instauração de um processo eleitoral para diretores de escolas, diminuição da carga horária de funcionários administrativos, inclusão de gratificação no piso salarial e a garantia de que não haverá desconto dos dias parados”. Segundo Vera Nepomuceno, coordenadora geral do SEPE, caso as reivindicações não sejam atendidas, a categoria retornará com a greve.

Glossário de Siglas

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
CDHU	Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DF	Distrito Federal
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento y analisis da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL / CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anderson Andrade (LPP-UERJ), Luiza Leite (LPP-UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF). Revisão: Virgínia Maria de Castro (LPP-UERJ)

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Setembro

Sábado 01

Estudantes desocupam a reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis - Santa Catarina (região Sul), sob a escolta da Polícia Federal (PF). Os cerca de 100 manifestantes ocupavam o prédio desde o dia 22 de agosto e receberam reforço de 150 jovens do Movimento Sem Terra (MST), Via Campesina e de movimentos sociais urbanos. A ocupação teve por objetivo protestar contra a falta de professores na universidade e exigir a abertura de concurso público para 300 efetivos, em vez de 287 substitutos que seriam contratados, segundo pedido da reitoria e autorização do Ministério da Educação. Oficiais de Justiça e integrantes da PF entregaram a ordem judicial determinando a reintegração de posse à UFSC. A decisão que determinava a saída imediata e a fixação de uma multa no valor de R\$ 100 por dia para cada manifestante que permanecesse no prédio atendeu ao pedido do reitor Lúcio José Botelho. Segundo Botelho, o objetivo do grupo seria, na verdade, a retirada de processo na Justiça Federal por cárcere privado dos conselheiros universitários, aberto há dois anos, e que resultou no indiciamento de 17 estudantes. A saída é intermediada pelo advogado da Associação dos Professores da UFSC, Nelson Gomes Mattos Júnior e pelo deputado estadual, sargento Amauri Soares do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A medida da justiça também atingiu as barreiras montadas pelos servidores administrativos, em greve há 90 dias, que bloqueavam os acessos à cidade universitária e a diversos setores do Campus. Antes de deixar a reitoria, os manifestantes leram uma nota em público.

Mais de 60 entidades e movimentos sociais promovem um plebiscito sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. O plebiscito teve início com pelo menos 4 mil urnas pelo país. As urnas são distribuídas em locais públicos com grande movimentação de pessoas, como rodoviárias, shoppings, metrô e universidades. Um dos principais objetivos das entidades é pressionar o Poder Judiciário a se posicionar sobre a legalidade do leilão de venda da Companhia, realizado em maio de 1997. Entre as entidades participantes do movimento estão as pastorais sociais, o MST e a União Nacional dos Estudantes (UNE). O plebiscito será realizado entre os dias 01 e 09 de setembro em todo o país. De acordo com o jurista Fábio Konder Comparato, professor da Universidade de São Paulo (USP), “a venda da Vale não poderia ter sido realizada sem consulta à população e o leilão apresentou ‘grosseiras’ irregularidades.” Ainda segundo Konder, a Vale foi entregue ao capital privado por um preço cerca de 30 vezes inferior ao valor patrimonial da empresa, fato este que configura crime de usura.

Ambientalistas, militantes de movimentos sociais e representantes de várias entidades da sociedade civil organizada participam de uma passeata pelas ruas de Maceió – Alagoas (região Nordeste). A manifestação, que ocorre em defesa do Rio São Francisco, faz parte da "Caravana em Defesa do Rio São Francisco e do Semi-Árido", se encontra de passagem pela capital alagoana após percorrer outras oito cidades nordestinas. A visita da caravana a Maceió tem o objetivo de apresentar alternativas para evitar a transposição do Rio São

Francisco. A caravana é liderada pelo bispo Flávio Cappio, que fez greve de fome em 2005 em favor da revitalização do rio. Antes da passeata, os manifestantes participaram de um encontro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Alagoas, no qual foram apresentados estudos técnicos que criticam a transposição do “Velho Chico”. Aproximadamente 1,6 mil integrantes do MST, de acordo com informações do próprio movimento, ocupam a Fazenda Mestiça, no município de Rio Branco do Ivaí – Paraná (região Sul). A fazenda ocupada tem uma área de 1.070 alqueires e os trabalhadores são oriundos de acampamentos de Manoel Ribas, Pitanga e Jardim Alegre. No mesmo dia, 600 Sem Terra também ocupam a fazenda Santa Alice, com cerca de 1.050 alqueires, localizada entre os municípios de Cornélio Procópio e Nova Fátima, também no Paraná. A área pertence a Dorathy Quagliato e Beatriz Quagliato Egreja e já foi ofertada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a reforma agrária. A fazenda apresenta uma série de irregularidades como os cerca de 200 alqueires que não possuem documentação. Além disso, toda a propriedade está arrendada com produção de milho, trigo e pasto. O objetivo das ocupações é pressionar o governo federal para que realize a reforma agrária.

Domingo 02

Aproximadamente 25 mil pessoas participam da 12ª Parada da Diversidade em Curitiba – Paraná (região Sul). Os participantes realizam a caminhada carregando faixas onde se lê: "por um mundo sem racismo, machismo e homofobia" e cantam o Hino Nacional. Cinco trios elétricos acompanham a manifestação no centro da Capital. O tema deste ano é "Unidos pela Igualdade e pela Criminalização da Homofobia".

Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), somente este ano já foram assassinados 14 índios Kaiová-Guarani no Estado do Mato Grosso do Sul – MS (região Centro-oeste). Segundo o CMI, nenhuma informação tem sido divulgada pela mídia corporativa e a mídia local tem distorcido informações sobre o caso, ocultando o papel dos proprietários de terras locais como mandantes dos crimes. Ao invés de uma ação de limpeza étnica territorial o alcoolismo é apontado pela mídia e pelas autoridades como o grande motivo do crime. Segundo testemunhas, jagunços empregados por fazendeiros invadem a aldeia e atacam com facões Adélia Krexú, 37 anos, em sua casa dentro da reserva. Ela teve ferimentos graves no olho esquerdo e a mão esquerda foi decepada. A Kaiová Guarani está internada no Hospital Evangélico de Dourados. Este ano, 14 índios foram assassinados no Estado, a grande maioria destes crimes não foi noticiada pela mídia.

2ª feira 03

Traumatologistas e ortopedistas conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) ameaçam aderir à greve dos cirurgiões cardiovasculares no estado do Ceará (região Nordeste). Os especialistas reivindicam - assim como os cardiologistas do estado, em greve há quase dois meses - aumento na tabela de procedimentos do SUS e que os valores sejam repassados diretamente via cooperativa e não pelo hospital. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará, Tarcísio Dias, caso o Ministério da Saúde não atenda à reivindicação dos médicos, outras especialidades podem aderir ao movimento. Há quase um mês, o presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, regional Ceará (SBOT-

CE), Manuel Bomfim, denuncia o estado de superlotação no único hospital especializado em trauma da rede pública cearense, o Instituto Dr. José Frota (IJF). Caso os traumatologistas e ortopedistas conveniados ao SUS resolvam mesmo parar o Instituto vai ficar ainda mais sobrecarregado.

Dirigentes do Sindicato dos Bancários protestam por campanha salarial em Curitiba - Paraná (região Sul). O objetivo do ato dos bancários é divulgar a campanha salarial da categoria aos funcionários. Uma das principais reivindicações é a melhoria do plano odontológico e o fim das terceirizações. Em julho deste ano, todo o parque gráfico e os setores de Imóveis e Engenharia foram terceirizados. Após o ato, os bancários se dirigem até a Avenida Brasília e realizam novos protestos em cinco agências do HSBC, Itaú, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal (CEF). Para marcar a campanha, a entrada do primeiro turno é atrasada e os portões de acesso aos bancos são fechados.

Os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e similares aprovam por unanimidade indicativo de greve. Caso não haja negociação positiva, a greve deve iniciar-se no dia 12 de setembro. Os servidores reivindicam reajuste salarial de 47,77% e aumento real de R\$ 200 nos salários. A categoria rejeitou a proposta dos Correios de aumentar 3,74% nos salários, R\$ 0,56 centavos no vale-refeição e R\$ 3,37 na cesta-básica. De acordo com o membro do Comando Nacional de Negociação e Mobilização da categoria, José Almeida, a ECT ofereceu uma reposição de apenas 3,7% e negou todos os outros pontos. A categoria aprovou o indicativo de greve em 33 sindicatos no país.

A delegacia de polícia de Santa Tereza do Oeste decide investigar as denúncias realizadas pelas famílias do assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco – Minas Gerais (região Sudeste). De acordo com as denúncias dos assentados, em 20 de julho seguranças armados invadiram lotes de assentados localizados na área da empresa de sementes Syngenta e dispararam contra as casas e ameaçaram mulheres e crianças. Os agricultores denunciam também o plantio ilegal de soja e milho transgênico, próximos a uma área de proteção ambiental. Desde o registro do boletim de ocorrência, as famílias relatam que vêm sendo ameaçadas constantemente por um grupo armado.

Cerca de 500 trabalhadores do assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu - Paraná (região Sul), fazem mobilização em frente à prefeitura. Os trabalhadores reivindicam uma audiência com o Incra, Instituto Ambiental do Paraná (Iap), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério Público, para resolver a situação das famílias assentadas em área de reflorestamento. Os assentados exigem a execução imediata do plano de manejo dos lotes com reflorestamento, liberando dois hectares para o plantio. Segundo os assentados já se passaram dois anos do Celso Furtado e até agora o Incra não apresentou uma solução para o problema, impedindo os agricultores de plantar nessas áreas.

Cerca de 5 mil servidores da saúde de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) iniciam greve, afetando 141 centros de saúde e as seis Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) locais. Eles pedem 40% de aumento, mas a prefeitura oferece de 12 a 20%.

3ª feira 04

Estudantes de Pelotas permanecem acampados em frente à quinta Coordenadoria Regional de Educação, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes protestam contra a fusão de turmas realizadas pela Secretaria de Educação na região. Cerca de 20 barracas estão colocadas em frente ao prédio da Coordenadoria desde o dia 19 de agosto. O Sindicato do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers) denuncia que a secretaria está pressionando a Coordenadoria para que encerre o protesto. Caso isso não ocorra, as medidas para pôr fim à mobilização deverão partir do governo.

4ª feira 05

Servidores da Companhia de Dados Estadual (PROCERGS) realizam manifestação em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam uma proposta de reajuste salarial, assim como reclamam da falta de transparência da direção da Companhia e do excesso de terceirizações. Um documento contendo propostas de fortalecimento da empresa é entregue ao chefe da Casa Civil, Luis Fernando Záchia.

5ª feira 06

A juíza da 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, Distrito Federal (DF) – Goiás (região Centro-oeste), Neusa Maria Alves da Silva, determina o corte de ponto dos fiscais federais agropecuários. A categoria é responsável pelo controle das cargas agrícolas que transitam nos portos, aeroportos e fronteiras do País. Os fiscais retomaram a greve no dia 28 de agosto; cerca de 3.500 fiscais aderem à paralisação. A decisão foi publicada no Diário da Justiça do dia 28, mas é retroativa a 18 de agosto.

Cerca de 200 agricultores assentados realizam protesto em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os assentados cercam a prefeitura municipal para cobrar o asfaltamento das estradas do assentamento Nova Santa Rita Dois prometido pela administração municipal. Desde abril, a prefeitura recebeu materiais do Inca para realizar a obra que não foi feito até o momento. Os agricultores se reúnem com o prefeito Amilton Amorim e a Secretaria de Obras, que confirmam a execução da obra para os próximos dias.

Integrantes da UNE, da União Estadual dos Estudantes (UEE) e outras entidades estudantis vão às ruas de Belém, Pará (região Norte) para defender a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das empresas mais lucrativas do país e com grande contribuição no desenvolvimento do estado. Cerca de 200 pessoas participam da atividade pública, convidando a população a participar do plebiscito popular. O plebiscito teve início no dia 1 de setembro e terminará no dia 9. A nova diretora da UNE, Marcela Rodrigues, coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Estado do Pará, valoriza a participação dos estudantes que mais uma vez deram o tom à manifestação. Outras entidades e organizações dos movimentos sociais como o MST e jovens camponeses também aderem. A empresa foi privatizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso assim como dezenas de outras empresas públicas, vendidas ao

capital internacional com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A sentença da Justiça Federal em Angra dos Reis, que obrigava o Comando da Marinha a “tolerar a permanência dos integrantes identificados da comunidade negra Marambaia dentro das áreas que ocupam”, é suspensa pelo plenário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A sentença suspensa proibia ainda a Marinha de adotar qualquer medida para a retirada dos quilombolas do local, em Mangaratiba, e de destruir ou danificar suas casas. A suspensão vale até o julgamento final da ação civil pública movida pelos quilombolas que temem ser expulsos da Marambaia pela Marinha. A União, no entanto, garante que não pretende tirar do local os moradores da comunidade, mas apenas impedir que sejam erguidas novas construções na área.

A Justiça considera ilegal a greve parcial dos servidores da saúde do município, atendendo o pedido da Prefeitura de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Além disto, manda que os grevistas voltem a trabalhar, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil e desconto de dias parados. Os servidores de nível médio e superior (exceto médicos) de 142 centros e 7 unidades de urgência entraram em greve no dia 4 de setembro para reivindicar 40% de reajuste. A prefeitura propôs aumentos entre 9 e 20%. O Sindicato dos Servidores Municipais (Sindibel) recorre da decisão ao Tribunal de Justiça.

6ª feira 07

Cerca de 50 famílias de sem-teto, vindas em sua maioria da ocupação João de Barro I, no bairro Serra em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste), ocupam o edifício do antigo Hospital Cardiocentro, na Avenida Antonio Carlos. As famílias realizam a ocupação como forma de protesto e luta pelo direito à casa própria. A prefeitura criou uma fila para a população de baixa renda que está em torno de 13 mil famílias inscritas e promete construir 300 casas por ano. Isso significa que para atender a essa demanda serão necessários 40 anos de espera. Para acabar com o déficit habitacional da cidade, que segundo dados oficiais é de 55 mil famílias, serão necessários aproximadamente 100 anos. Por isso, foi realizada a ocupação Caracol e a primeira ocupação João de Barro. A idéia da ocupação é mostrar que existem em Belo Horizonte muitas famílias que precisam de moradia e existem formas de resolver este problema, pois são mais de 70 mil imóveis vazios que não cumprem sua função social, sendo passíveis de desapropriação para serem destinados à moradia popular. Para que as desapropriações sejam possíveis existe no Estatuto das Cidades o instrumento de Lei do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo, que pode ser aplicado em casos como o do prédio do bairro Serra que há 11 anos não paga IPTU. No entanto, nem mesmo o diálogo foi aberto com a prefeitura, que continua a dizer que o problema não é de responsabilidade dos órgãos públicos. Enquanto isso, o judiciário se movimentava para retirar as famílias da João de Barro. A nova ocupação recebeu o nome de João de Barro II, porque João de Barro não é um prédio, é um movimento em luta pela efetivação de um direito. Em nota divulgada pelo movimento articulado pelas Brigadas Populares e pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as famílias afirmam que “enquanto houver pessoas dispostas a ir à luta pela efetivação de seus direitos existirá a João de Barro que, como o pássaro, constrói sua casa com carinho e dedicação”.

Cerca de 100 policiais civis e técnicos da saúde em greve interrompem o desfile cívico-militar em comemoração ao Dia da Independência em Maceió – Alagoas (região Nordeste). Os policiais, que estão em greve há mais de um mês, reivindicam a equiparação salarial dos policiais que possuem curso superior com os vencimentos dos peritos. As duas categorias cobram uma definição do governo para a greve. Um dos dirigentes do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindipol), José Carlos, é contido por militares, mas consegue furar o bloqueio. Após uma hora de desfile das tropas, segundo jornal O Globo, o governador determina o cancelamento das comemorações, no momento em que os grevistas ocupam o local das festividades. Segundo Agência Chasque, os manifestantes que tentam invadir a pista onde se realiza o desfile são impedidos por policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Além de interromperem o desfile, os policiais ateiam fogo na porta da sede do governo do estado. O governador sai às pressas e escoltado. Não há feridos. Os policiais cobram reajuste salarial de 104%, os técnicos da saúde pedem 80%. O governo oferece um reajuste de 5% aos policiais. Após a manifestação, o governador se reúne com a cúpula de segurança e pede as imagens da manifestação. O governador diz que determinou a suspensão da negociação com o Sindicato dos Policiais, punição dos responsáveis pela invasão do desfile e suspensão do porte de arma dos policiais que estão em greve. A prisão chega a ser cogitada na reunião, mas não definida.

A 13ª edição do Grito dos Excluídos ocorre em mais de 1,5 mil municípios de todo o país. Neste ano, o tema do Grito foi o plebiscito pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. Sindicalistas, movimentos sociais, pastorais e partidos políticos integram o protesto que exige a reestatização da mineradora. Cerca de mil pessoas participam do evento em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Em marcha, os manifestantes saem da prefeitura da Capital e seguem para a avenida onde ocorre o desfile oficial em comemoração ao Dia da Independência. Os participantes realizam um ato público em frente ao palanque das autoridades e encerram o protesto com a partilha de alimentos na praça da Redenção. Há protestos também durante a parada do Dia da Independência, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Participantes do movimento recolhem assinaturas na Esplanada dos Ministérios para solicitar a realização de um plebiscito sobre a reestatização da Vale. Integram o protesto o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). No estado de São Paulo (região Sudeste) participam cerca de 100 mil pessoas na capital e no interior, em Aparecida, 90 mil manifestantes participam de missa celebrada na Basílica pelo arcebispo dom Raymundo Damasceno Assis que pede que a população “não desanime diante da crise ética e da falta de paz nas cidades”. Ele também pede aos políticos que tenham mais responsabilidade e consciência. Na capital, a manifestação começa com missa na Catedral da Sé e segue para o Museu do Ipiranga. Em Recife – Pernambuco (região Nordeste), cerca de 6 mil pessoas, segundo a Polícia Militar (PM), tentam invadir o desfile do 7 de Setembro.

Mulheres e familiares de militares protestam, com vaias, contra os baixos salários da tropa e contra a corrupção no país em frente ao Ministério da Defesa, em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste) enquanto o presidente Lula e sua esposa, Marisa Letícia, chegam à tribuna de imprensa.

Parentes e amigos das vítimas do acidente de trem no dia 30 de agosto, em Austin – Rio de Janeiro (região Sudeste), protestam durante uma passeata. As famílias cobram mais atenção

da Supervia, que alega não ter recebido nenhum documento com as reivindicações dos parentes das vítimas.

Cerca de 100 pessoas, segundo informações do Jornal do Brasil, participam do 13º Grito dos Excluídos no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do ato é reivindicar a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (privatizada há 10 anos). Participam do ato público representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), do Partido dos Trabalhadores (PT), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), feministas, trabalhadores sem terra e sem-teto.

Sábado 08

Índios denunciam as ameaças de morte sofridas em reserva na região de Juína – Mato Grosso (região Centro-oeste). As denúncias, que são apresentadas ao Ministério Público Federal, ocorrem em virtude das demandas pela demarcação de terras indígenas na região. Além de denunciar as ameaças de morte que vêm sofrendo, os índios expressam suas preocupações com a possível instalação de pequenas usinas hidrelétricas nos rios próximos à reserva.

Os policiais civis de Alagoas (região Nordeste) decidem intensificar o movimento de greve e suspendem, durante o final de semana, o registro de flagrantes nas delegacias. Os trabalhadores estão em greve há pouco mais de um mês para reivindicar melhores salários e condições de trabalho. A medida é tomada em protesto contra a decisão do governador do estado, Teotônio Vilela Filho, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de interromper as negociações e punir os organizadores da intervenção que levou à interrupção do desfile de 7 de Setembro. Os policiais decidem também entregar ao comando da corporação os carros da polícia usados nas delegacias e interromper, a partir do dia 10 de setembro, os trabalhos no Instituto de Identificação do Estado, onde são expedidos, em média, 150 documentos de identidade por dia. Os grevistas comparecem às delegacias, mas não trabalham. Policiais civis reclamam que, em vez de investigar crimes, funcionam como carcereiros, cuidando de presos em cárceres improvisados. No 4º Distrito Policial de Maceió, 23 presos dividem celas de 8m² cada uma, sem água e energia elétrica. Outros quatro ficam no corredor de acesso às celas. Nas ruas, a população critica a falta de atendimento e a insegurança no estado. Segundo o diretor-adjunto da Polícia Civil, Cícero Lima, os grevistas “estão passando do limite”. Afirma ainda que os policiais “têm direito à greve, mas não podem cometer crimes”. Ele se refere à manifestação realizada no dia 7 de setembro, quando grevistas fizeram fogo em frente a um dos portões de entrada da sede do governo. Os grevistas reivindicam equiparação salarial dos policiais com nível superior com os peritos. Atualmente, o piso dos policiais civis é de R\$ 1.300 e o dos peritos, de R\$ 3.047.

Domingo 09

Cerca de 600 mil pessoas, segundo a PM participam da 6ª edição da Parada Gay em Salvador - Bahia (região Nordeste). Os manifestantes que acompanham nove trios elétricos no circuito do carnaval baiano discursam contra a homofobia e a violência, usando como tema a frase: “Homofobia é igual a racismo”.

Cerca de 6 mil pessoas entre indígenas, quilombolas, sem-terra, camponeses e religiosos participam da 20ª Romaria da Terra e da Água, em Santa Catarina (região Sul). O Assentamento Pátria Livre, no município de Correia Pinto, que recebeu os manifestantes de todas as regiões do estado, foi uma área recentemente conquistada pelos sem-terra e onde estão sendo assentadas 70 famílias. Plantio de árvores nativas e apresentações culturais ocorrem no evento. Durante o percurso, encenações representam a fúria do capital e a resistência dos povos, resgatando também os valores da solidariedade, da partilha, do reencontro de amigos, da justiça e da fraternidade. Neste dia, nada foi comercializado. A 20ª Romaria da Terra e da Água deixou a mensagem: “A terra não é apenas um lugar de produção. É um espaço de vida que inspira o sonho e a luta por uma sociedade nova. A água é o que sustenta e dá a vida a todos os seres vivos.”

2ª feira 10

Integrantes do MST e moradores de Nova Santa Rita, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) bloqueiam rodovia causando congestionamentos. Eles protestam contra a instalação de um aterro sanitário nas margens da rodovia, liberado pelo estado. Os manifestantes só liberam a passagem de ambulâncias no período do protesto.

O Greenpeace faz em Salvador – Bahia (região Nordeste) uma manifestação em memória das vítimas do acidente com o césio-137, em Goiânia – Goiás (região Centro-Oeste). A contaminação por radiação completa 20 anos nesta semana.

Cerca de 6 mil trabalhadores protestam em Sorocaba – São Paulo (região Sudeste). O protesto, que atrasa a entrada dos trabalhadores nas fábricas, tem o propósito de reivindicar um reajuste salarial de 10% e melhores condições de trabalho nas empresas de Sorocaba e região, de forma a incluir cláusulas de proteção aos estudantes e às mulheres na Convenção Coletiva dos Metalúrgicos. A manifestação é liderada pelo sindicato dos metalúrgicos de Sorocaba, com apoio da CUT.

A caravana do Cpers, Sindicato em defesa da educação pública, chega a São Gabriel - Rio Grande do Sul (região Sul). Professores visitam as escolas estaduais do estado com o objetivo de discutir junto com comunidade a enturmação, falta de professores e corte de recursos na educação. Os docentes realizam ainda um ato público com o apoio da comunidade e de sindicatos locais. Com a caravana, que já dura três semanas, os sindicalistas pretendem visitar todas as regiões gaúchas para denunciar o sucateamento da educação por parte do governo estadual.

Cerca de 150 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), ocupam a sede do Incra, em Cascavel – Paraná (região Sul), pela manhã e deixam o local, pacificamente à tarde. Os agricultores exigem agilidade na reforma agrária, a distribuição de cestas básicas (atrasada há 3 meses) e a desapropriação da Fazenda Bom Sucesso, em Cascavel. De acordo com Silvana Silva, uma das líderes do MLST, "O nosso protesto é contra a demora do Incra em assentar as famílias acampadas há mais de cinco anos na região". O movimento controla dois acampamentos na região de Cascavel com cerca de 450 famílias. Segundo o Incra, a expectativa é regularizar a distribuição das cestas básicas

na segunda quinzena de setembro. Uma reunião realizada entre representantes do MLST e o superintendente estadual do Incra no Paraná, Celso Lisboa de Lacerda, pôs fim à ocupação do Incra em Cascavel.

Integrantes do (MAB) bloqueiam a estrada que dá acesso ao canteiro de obras da Hidrelétrica de São Salvador – Tocantins (região Norte). De acordo com o MAB, 500 pessoas estão no local. A Companhia Energética São Salvador (CESS), responsável pela construção, diz que são cerca de 400 pessoas. Os manifestantes cobram da CESS, que tem como maior acionista a empresa Tractebel Energia S.A., indenização para dragueiros, garimpeiros e caçambeiros do município de Minaçu – Goiás (região Centro-oeste), vizinho à obra. Os integrantes do movimento afirmam que a empresa se nega a pagar as indenizações, alegando que os trabalhadores citados não são licenciados. Outra reivindicação dos manifestantes é a mudança da data limite de vínculo pois o cadastro para desapropriações e indenizações foi feito em 2003 e o MAB quer que seja considerado o ano de 2006, quando as obras foram efetivamente iniciadas. O cumprimento do cronograma de reassentamentos é outra questão cobrada pelos manifestantes. A companhia ressalta que não irá negociar com os manifestantes pois mantém diálogo aberto com a população local por meio de um foro de negociações criado neste ano e que já realizou cinco reuniões.

O governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), determina o cercamento do Palácio República dos Palmares e dos prédios dos principais órgãos da Secretaria Estadual de Defesa Social por policiais do BOPE, em Maceió – Alagoas (região Nordeste). O objetivo da medida é evitar novos protestos com ânimos exaltados, como os que ocorreram no dia 7 de setembro, quando os policiais atearam fogo na porta da sede do governo e interromperam o desfile em comemoração ao Dia da Independência. A segurança também foi reforçada no Instituto Médico Legal (IML) e no Instituto de Identificação que está localizado na mesma rua da sede do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindipol), no Centro de Maceió. Os policiais cíveis, que estão em greve há mais de 30 dias e recebem em torno de R\$ 1.500, reivindicam equiparação salarial com os peritos criminais, que recebem R\$ 3.047. Até o momento as reuniões com o governo estão suspensas, pois o governo alega que quer retomar as negociações diretamente com a base, sem a participação dos sindicalistas. A decisão do governo de colocar a PM para garantir o funcionamento das instituições e o patrimônio público gerou revolta entre os agentes da Polícia Civil, que também reclamam da suspensão do porte de arma, alertando para o aumento da violência.

Um bebê indígena, de um mês e onze dias, morre de desnutrição grave em Dourados no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Essa é a oitava morte de crianças indígenas, das etnias Guarani e Kaiowá, devido à desnutrição, somente em 2007. No ano passado, foram quatorze mortes. Lideranças indígenas afirmam que crianças passam fome por causa do atraso na entrega de cestas de alimentos do governo federal, distribuídas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que é responsável pela saúde dos moradores das aldeias.

3ª feira 11

Censo encomendado à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) pela Prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste) mostra que 1.842 crianças e adolescentes trabalham ou vivem nas ruas da cidade. A pesquisa mostra que a maior parte deles - 1.040 - está na rua para conseguir dinheiro e os outros 802 não estavam trabalhando quando abordados pelos pesquisadores. A maior concentração de crianças, 42%, se encontra nas ruas do Centro. A imagem largamente difundida, de que toda criança de rua usa drogas foi contrariada na pesquisa que apontou que apenas 5,9% estavam usando algum tipo de droga no momento da abordagem.

Dois jovens, um de 16 e outro de 17 anos são flagrados em situação degradante de trabalho em uma carvoaria na área rural do município de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Participaram da ação o Ministério Público do Trabalho do estado, a Delegacia Regional do Trabalho e a Polícia Federal. A fiscalização constatou que os jovens estavam ali há um mês alojados em um barracão sem ventilação e sem acesso a água potável na última semana. Além de trabalharem sem direitos como carteira assinada e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os dois jovens e mais dois funcionários encontrados no local, não teriam recebido seus salários. O proprietário da carvoaria José Carlos Pereira da Silva, foi notificado e deverá prestar esclarecimentos na sede da Procuradoria Regional do Trabalho do município. José Carlos terá de pagar uma multa de R\$ 2 mil por trabalhador prejudicado. Além disto, terá de registrar, ainda esse mês, o contrato de trabalho dos quatro funcionários, pagando as verbas rescisórias que ultrapassam R\$ 3 mil. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em um relatório sobre a violência no campo, identificou que dos mais de três mil trabalhadores libertados em 2006, 100 deles eram menores.

Cerca de mil agricultores organizados pela Via Campesina realizam protestos no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes protestam contra a liberação de áreas pelos governos federal e estadual para as plantações de eucaliptos da indústria da celulose e pedem que o governo federal apresse a desapropriação e aquisição de áreas para assentar as 2,5 mil famílias acampadas na beira de estradas no interior do estado. Cerca de 700 pessoas acampam em frente a um viveiro de mudas da Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Capão do Leão. Os agricultores estão no local, impedindo a entrada de funcionários e a saída das mudas de eucalipto. Em Eldorado do Sul, na região metropolitana da capital Porto Alegre, cerca de 500 assentados fazem uma passeata. Em Bossoroca, um ato público com a presença de prefeitos e vice-prefeitos da região em defesa da reforma agrária marca a saída de uma marcha com 500 famílias de agricultores que percorre 250 quilômetros até a Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. A área do tamanho de 9 mil campos de futebol ocupa 30% do território do município, mas gera apenas 2 empregos fixos e a mesma quantidade de impostos que quatro pequenas propriedades. Outra manifestação em Eldorado do Sul reúne cerca de 800 sem terra. O MST quer a desapropriação da área pelo não cumprimento de sua função social. Até o momento, o Incra só assentou 365 famílias da meta de 1,2 mil estabelecida para este ano.

Um grupo de 100 manifestantes sem terra bloqueia a passagem de veículos pelo km 20 da rodovia RS-481 em Boa Vista - Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo do bloqueio é chamar a atenção do Incra para a necessidade de assentamento das 17 famílias que estão acampadas à beira da rodovia. Os agricultores se posicionam no meio da estrada, exibindo

faixas e entregando panfletos aos motoristas e, a cada meia hora, liberam o tráfego a fim de evitar a formação de grandes congestionamentos. A superintendência regional do Inbra confirma que os sem terra de Boa Vista estão na lista de espera e receberão seus lotes à medida que o órgão conseguir desapropriar ou adquirir terras para a reforma agrária.

Centenas de pessoas, integrantes de sindicatos de trabalhadores, movimentos comunitários e ambientalistas realizam um bloqueio na rodovia BR-386 em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da manifestação é protestar contra a construção de um depósito de resíduos sólidos numa área rural do município. A central de resíduos está sendo construída pela Multi Serviços Tecnologia Ambiental para receber e tratar rejeitos industriais. Os manifestantes temem que o depósito contamine cursos d'água como o rio dos Sinos e propriedades agrícolas da região. O MST participa como apoiador da manifestação.

O Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil faz denúncias contra o excesso de trabalho. De acordo com o presidente do Sindicato, Valmir de Lemos, os funcionários da concessionária Supervia são submetidos a pressões diárias para cumprir horários, fato este que levou ao acidente entre dois trens, que deixou oito mortos e 101 feridos, ocorrido em 30 de agosto na cidade de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste). O Sindicato também repudia o relatório apresentado no dia 10 de setembro pela empresa. De acordo com o documento da Supervia, cinco erros cometidos pelo controlador de tráfego e por um maquinista teriam causado o acidente.

Cerca de 100 integrantes do MST ocupam o saguão de entrada da prefeitura de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). O grupo pertence ao pré-assentamento Mário Lago, que está na Fazenda da Barra, no município. Os sem terra reivindicam entre outros itens: o fornecimento de água, melhorias na estrada de acesso da propriedade, a construção de escolas, postos de saúde e melhorias no transporte escolar. Também questionam os critérios usados pela prefeitura na distribuição da água na cidade. Após uma reunião com o secretário de Governo, Rogélio Genari, os sem terra deixam o local no início da tarde, mas avisam que podem fazer outros protestos caso os compromissos sejam desrespeitados. Segundo o movimento, cerca de 350 famílias estão na fazenda e dependem de fornecimento de água para, dentre outras coisas, fazer a alimentação. A Fazenda da Barra está ocupada desde 2003. Em maio deste ano, a Justiça Federal concedeu ao Inbra a imissão na posse da área para a conclusão da reforma agrária da área, de 1.780 hectares. Outros grupos, como o MLST e Índio Galdino, também ocupam parte da propriedade.

Uma família faz um protesto simbólico no centro de Curitiba – Paraná (região Sul). O objetivo do ato é protestar contra os senadores do País. Eles seguram uma faixa de seis metros com a frase: "Srs. senadores, democracia com segredos é ditadura com voto", em referência à votação do processo que pede a cassação do presidente da Casa, Renan Calheiros, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-AL). O representante comercial Manoel Oliveira da Silva afirma que decidiu levar a família para fazer o protesto porque está cansado de ouvir que os brasileiros não se manifestam contra a corrupção.

Cerca de 100 índios Tupinambás ocupam a Fazenda Santa Luzia, no distrito de Jacuípe – Bahia (região Nordeste). Os índios reivindicam a remarcação das terras da região que,

segundo eles, estaria sendo invadida por grileiros, e reclamam da degradação ambiental promovida pelos invasores nas terras protegidas. Esta é a segunda invasão dos Tupinambás a fazendas da região nas últimas duas semanas. Há 15 dias, os índios ocuparam a Fazenda Itapuã, localizada em Olivença, fazendo as mesmas reivindicações. O impasse só foi contornado depois que representantes da tribo, em reunião com Ibama e Secretaria da Justiça do Estado, elaboraram uma lista de ações emergenciais para tentar frear a degradação ambiental na região.

Secretários da Saúde de seis estados do Nordeste, reunidos em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), reivindicam em uma carta ao Ministério da Saúde que 60% dos R\$ 2 bilhões reservados pelo governo federal à saúde sejam usados no reajuste dos valores pagos pelos procedimentos de média complexidade, e que os outros 40% sejam repassados para investimentos. Os secretários também pedem um reajuste diferenciado dos tetos de atendimento de alta e média complexidade, para acabar com as diferenças entre os estados do Norte e Nordeste, que recebem valores per capita abaixo da média nacional, e os do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que recebem valores mais altos. O maior problema da saúde no Nordeste, segundo os secretários, são os atendimentos de média complexidade, em que se enquadram procedimentos como: cirurgias de hérnia e vesícula, e a retirada de nódulos de mama. Na região, 88,5% dos 45,6 milhões de habitantes dependem da saúde pública.

4ª feira 12

A comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados rejeita o Projeto de lei 268/2007 que trata da liberação das sementes Terminator. Terminator é o nome popular das Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso, que submetem as sementes em um prazo de validade. A aprovação poderá trazer diversos problemas para os agricultores como impedir que eles possam guardar as sementes em sua propriedade para uso posterior. Os agricultores são obrigados a comprar novas sementes a cada safra, o que só enriquece as transnacionais. Este tipo de semente é proibido em todo o mundo. O projeto de autoria do deputado federal Eduardo Sciarra (DEM-PR) pede modificações na lei de biossegurança, permitindo a liberação para pesquisa e patenteamento de organismos geneticamente modificados – os transgênicos - que utilizam estas tecnologias. O projeto segue em tramitação na Câmara e irá para apreciação da comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. Porém, a probabilidade de aprovação é bem maior, considerando que nesta comissão está grande parte da bancada ruralista que é a favor dos transgênicos.

Gilberto Kassab, prefeito da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), reduz o valor nutritivo da sopa que é servida aos pais e alunos de escolas e creches municipais a pedido da multinacional Nestlé. A multinacional suíça, que está interessada em participar da licitação que definirá qual empresa irá produzir a sopa, solicitou a modificação do edital em uma consulta pública. Inicialmente, a refeição servida tinha sete quilos de carne, dois quilos de cenoura e três quilos de algumas hortaliças para cada 100 quilos de sopa distribuída. A Associação Brasileira de Nutrição afirma que a redução nutricional da sopa vai contra ao que estabelece a Organização Mundial da Saúde (OMS). A entidade afirma que as modificações deixaram a refeição com o mesmo valor nutricional de uma maçã. A Nestlé justifica que o pedido de alteração do edital foi para permitir a participação dos maiores

fabricantes do setor, que já utilizam uma menor proporção dos nutrientes citados. Em agosto deste ano, a Nestlé foi condenada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, por reduzir a quantidade de alguns produtos, entre eles cereais e biscoitos, sem aviso aos consumidores nas embalagens. A multa aplicada foi aproximadamente R\$ 590 mil.

Cerca de 700 integrantes do MST chegam a Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes marcharam durante toda a manhã de Eldorado do Sul para a cidade. Após percorrer algumas ruas do centro, os agricultores realizam um ato público em frente ao Palácio Piratini, sede do governo do Estado. Lá é denunciado o descaso do governo estadual com a reforma agrária. Os sem terra exigem maior participação do governo estadual na criação de assentamentos, que desde o governo de Germano Rigotto não assentou uma única família gaúcha. Segundo os integrantes do movimento, a Governadora Yeda extinguiu o Gabinete da reforma agrária e vem reprimindo os sem terra além de apoiar o agronegócio. Segundo o MST, as terras do Rio Grande do Sul vêm sendo apropriadas por transnacionais que, com o consentimento da governadora Yeda, utilizam o solo apenas para o plantio de eucalipto para celulose. Os movimentos reivindicam que a terra seja usada para produzir alimentos para a população do campo e da cidade. À tarde, cerca de 700 agricultores seguem em marcha até a sede da superintendência regional do Incra que foi ocupada. Os manifestantes reivindicam entre outros itens a desapropriação da fazenda Guerra, área de mais de 9 mil hectares localizada em Coqueiros do Sul, Norte do estado. As atividades marcam o início da segunda marcha do MST em direção à fazenda. Outras marchas acontecem paralelamente na região das Missões, com cerca de 600 sem terra que realizam debates com a comunidade. Na região de Capão do Leão, os integrantes da Via Campesina e do MST encerram o protesto iniciado no dia 11 de setembro em frente a uma área de plantio de eucalipto da Votorantim. Eles se deslocam para Pelotas, onde fazem manifestação.

Lideranças da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, do estado de Roraima (região Norte), assinam com o governo federal carta-compromisso em Brasília (DF)– Goiás (região Centro-oeste). O objetivo da carta é firmar responsabilidades entre os índios e a União no processo de desocupação da terra pelos não-índios. De acordo com o documento assinado, os índios se comprometem a evitar confrontos e manter um relacionamento de respeito mútuo. Ainda segundo o texto, o governo federal deve assumir, com a participação dos indígenas, ação coordenada e sistemática para proteger os direitos dos povos. Os índios pedem ainda a construção de políticas públicas e projetos de desenvolvimento sustentável na região. Segundo a assessoria de imprensa do Incra, já foram atendidas 102 famílias, sendo 37 de pequenos produtores. Todos terão que sair, mas alguns fazendeiros ainda mostram resistência. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, disse que os produtores estão na terra ilegalmente. Segundo ele, as indenizações pelas benfeitorias estão sendo repassadas e para quem se recusou a receber o governo federal ajuizou o pagamento.

O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (SINTUPERJ), após o adiamento da reunião marcada para o dia 11 de setembro, é recebido pelo governo para discutir a pauta de reivindicação dos servidores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da

reunião é cobrar do secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, uma resposta quanto às reivindicações apresentadas, desde o início do ano, em relação às perdas salariais que correspondem a aproximadamente 60,38%. O sindicato cobra ainda o pagamento do enquadramento por titulação do plano de carreira, parado na Secretaria de Planejamento e que aguarda apenas uma decisão “política do governo”. Os representantes do SINTUPERJ afirmam que o descumprimento da lei cria um clima de insatisfação muito grande na universidade em relação ao governo. O secretário estadual do Planejamento, Sérgio Ruy, se compromete em agendar uma reunião com o governador Sérgio Cabral para definir o valor que pode ser disponibilizado para a universidade.

Bancários protestam em Caxias do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo do protesto é chamar atenção para a campanha salarial da categoria que está em negociação. Os trabalhadores percorrem duas agências do Banrisul, uma do Unibanco e outra do Itaú, entregando panfletos para a população. Os bancários reivindicam um reajuste salarial de 10,3%, piso de R\$ 1.628,00 e mais contratações. No Banrisul, os trabalhadores também protestam contra a venda de ações do banco promovida pelo governo estadual, que para os sindicalistas significa o início de privatização.

Professores e servidores da rede estadual de ensino iniciam greve em Alagoas (região Nordeste). Os grevistas reivindicam reajuste salarial e a contratação de 1.100 novos funcionários aprovados em concursos. Além disso, os professores exigem a elaboração de um plano de carreira para a categoria. A paralisação dos docentes é a segunda no estado em 2007. Entre janeiro e março, a categoria paralisou suas atividades por 70 dias. Policiais civis e funcionários da saúde de Alagoas também estão paralisados

5ª feira 13

Carteiros, motoristas e pessoal da triagem de correspondências, cerca de 15 mil trabalhadores da ECT de todo o país, paralisam suas atividades por tempo indeterminado. Apenas dois sindicatos, de Minas Gerais e Espírito Santo (região Sudeste) rejeitam a greve. Os funcionários se encontravam em estado de greve desde o dia 4 de setembro, esperando propostas para evitar a paralisação. Os servidores reivindicam reajuste salarial de 47,77%, a não terceirização do setor, aumento das contratações, licença-maternidade por seis meses e adicional de insalubridade. O aumento salarial consiste num aumento real de R\$ 200. A Federação Nacional dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Fentect) alega perda salarial de aproximadamente 90%, acumulada desde 1992 e estima que existe um déficit de mais de 25 mil funcionários no quadro da ECT, principalmente no setor operacional, gerando sobrecarga de trabalho aos funcionários. Um carteiro tem salário inicial de R\$ 524 e um diretor recebe cerca de R\$ 24 mil. O Correio apresentou proposta de reajuste de somente 7%: uma proposta de aumento de 3,74% nos salários, R\$ 0,56 centavos no vale refeição e R\$ 3,37 na cesta-básica além do pagamento de um abono de R\$400 para todos os empregados (metade na assinatura do acordo e metade em janeiro de 2008). A proposta já havia sido rejeitada. O secretário geral da Fentect, Manuel Cantuara, aponta para a desvalorização dos trabalhadores dos Correios. “Toda base da pirâmide dos correios é de nível básico. Eu tenho onze anos de Correios, o meu salário é de R\$ 724. O que o comando reivindica é justamente um acordo coletivo que venha a distribuir renda.” Manuel também alerta sobre a terceirização nos Correios por meio do estabelecimento de franquias

da empresa. Estas filiais são responsáveis para admitir funcionários por meio de contratos de trabalho precários que não respeitam a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Os Correios informam que estão cortando o ponto dos grevistas, contratando pessoal extra e transferindo funcionários da área administrativa para o setor operacional – medidas que fazem parte de um plano de contingência. A empresa informa ainda que, não sendo aceita a proposta salarial pelos sindicatos irá procurar a Justiça Trabalhista para iniciar o processo de dissídio (arbitragem do conflito). De acordo com a empresa, a paralisação é parcial e todas as 12.329 agências funcionam normalmente. Apenas os serviços de encomendas expressas Sedex 10 e Sedex são suspensos. Os números de funcionários parados divergem. Para a Fentect, dos 108 mil trabalhadores da área operacional, cerca de 70 mil estão parados. Segundo os Correios, os trabalhadores em greve somam cerca de 15 mil, concentrados nas principais capitais do país: São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Curitiba – Paraná (região Sul), Recife – Pernambuco (região Nordeste) e Brasília, Distrito Federal – Goiás (região Centro-Oeste).

Nove cozinheiras de três escolas públicas da zona leste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) afirmam receber “prêmio” pela economia de alimento na merenda escolar. O fato foi relatado em agosto para o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). O CAE é responsável pela fiscalização da merenda escolar nas escolas públicas municipais e conta com a participação de pais, professores e funcionários. De acordo com o CAE, o “prêmio” das cozinheiras chegava a R\$ 40 por mês. Para recebê-lo, as funcionárias diminuía a quantidade de ingredientes na alimentação das crianças. Elas misturavam água ao molho de tomate, a maçã era entregue pela metade e pedaços de frango eram esmiuçados. Segundo o CAE, em alguns casos a economia chegava a 50%. A merenda nas escolas Vital Brasil, São Francisco e Jardim Colorado é fornecida pela empresa terceirizada Nutriplus, que atende mais 155 escolas no município. A empresa confirmou a existência de uma gratificação, mas a justificou como sendo uma medida de estímulo ao trabalhador com o intuito de melhorar o serviço. A Prefeitura de São Paulo informa que as vistorias feitas nas escolas, após a acusação ainda não detectaram problemas, mas a investigação ainda está em andamento. No dia 12 de setembro o prefeito Gilberto Kassab, reduziu o valor nutritivo da sopa que é servida aos pais e alunos de escolas e creches municipais a pedido da multinacional Nestlé.

Aproximadamente 150 trabalhadores rurais sem terra ocupam a sede do Incra em Belém – Pará (região Norte). Os trabalhadores reivindicam rapidez no assentamento de 5 mil famílias da região nordeste do estado e acusam o superintendente do Órgão, Cristiano Martins, de irregularidades como a contratação de empresas de amigos e familiares para construção de casas e assistência técnica em 432 áreas ocupadas.

Os estudantes da Fundação Santo André, em São Paulo – SP (região Sudeste), ocupam o prédio da reitoria do Centro Universitário. A ocupação foi motivada pelos aumentos das mensalidades que variam de 32 a 126%; além do sucateamento da instituição, principalmente nos cursos de ciências humanas e educação. A pauta de reivindicações dos ocupantes inclui, ainda, a contratação de professores para cursos como geografia, que por falta de docentes não abriu turmas de 1º ano em 2007. No mesmo dia, ocorre a invasão da PM no campus, deixando grande quantidade de feridos além de efetuar algumas prisões. O professor da Faculdade de Filosofia e Letras (FAFIL), Ivan Cotrim, ao lado do ouvidor

interino da PM, Dr. Júlio Neves, além de comprovar o caráter pacífico dos manifestantes, contabilizou cerca de 15 metros de sangue derramado na reitoria, decorrentes da ação militar. Após a ação policial, os alunos e professores se mobilizam em solidariedade aos companheiros detidos e seguem em ato até a 4ª Delegacia de Polícia, pedindo a soltura.

Funcionários da General Motors (GM) de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) conquistam reajuste salarial de 7,44%. O acordo afirmado prevê ainda o pagamento de um abono de R\$ 2 mil para todos os trabalhadores da fábrica. O índice equivale à inflação acumulada no período mais 2,5% de aumento real e começa a valer em 2008. O abono de R\$ 2 mil deve ser pago neste mês aos 9 mil empregados. Pelo acordo, os valores relacionados a transporte e refeição, descontados mensalmente do salário, não serão reajustados. No início das negociações, a proposta da montadora, de reajuste sem aumento real e abono de R\$ 400, foi rejeitada pelos funcionários e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José, que pedia 13,5% de aumento. Com ameaça de greve, a GM voltou a negociar com o sindicato. No dia 12, houve acordo sobre os índices. O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José, Luiz Carlos Prates, diz que a negociação foi satisfatória, mas também que havia condições para um reajuste melhor “se as negociações tivessem sido feitas em bloco pelos sindicatos”. A GM se diz “satisfeita” com a aprovação da proposta.

6ª feira 14

Termina a 3ª edição do Seminário sobre Acesso e Proteção de Conhecimentos Tradicionais e Biodiversidade, em Paraty – Rio de Janeiro (região Sudeste). O evento foi realizado pela Rede Grumin de Mulheres Indígenas e o Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual que foram credenciados pelo Ministério do Meio Ambiente para realizar, por meio de seminários, as audiências públicas sobre proteção de conhecimentos tradicionais e a biodiversidade. Até o final deste ano, as sugestões coletadas devem ser incorporadas à medida provisória já existente, que visa à criação de uma lei de proteção dos direitos e conhecimentos indígenas tradicionais, associados ou não à biodiversidade.

O MST promove marchas pelo estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo das marchas, que já duram três dias, é denunciar a ação de empresas que plantam eucalipto em áreas destinadas à reforma agrária. Estudos mostram que uma árvore de eucalipto adulta consome mais de 30 litros de água por dia além de inviabilizar a biodiversidade local. Segundo o coordenador estadual do MST, Mauro Cibulski, a marcha conta com mais de 700 pessoas, entre militantes do movimento, sindicalistas e parlamentares que acusam a ação das empresas Votorantim, Stora Enso e Aracruz que introduzem tipos desfavoráveis de desenvolvimento no campo. O MST pretende chegar até o final da próxima semana à Fazenda Guerra, localizada no município de Coqueiros do Sul. Segundo Mauro, o latifúndio possui 9 mil hectares de terra e é um exemplo de improdutividade. O grupo realiza uma marcha de 15 km até Canoas, que representa a segunda etapa do percurso de 300 km em direção à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul. As manifestações também querem a desapropriação da Fazenda Coqueiros, que tem 9 mil hectares e já foi ocupada 8 vezes desde 2004. Os manifestantes percorrem ruas de Porto Alegre e cerca de cinco quilômetros da BR-116, a rodovia mais movimentada do Estado, provocando um congestionamento de dez quilômetros, segundo a Polícia Rodoviária Federal. Outras duas colunas de sem terra e pequenos agricultores estão mobilizadas no interior do estado desde

11 de setembro e também têm como destino a Fazenda Coqueiros. Os três grupos pretendem passar o final de semana acampados e em atividades como debates sobre a reforma agrária com movimentos comunitários das cidades onde estão. As caminhadas serão retomadas em 17 de setembro. Os cerca de 800 integrantes do MST, sindicalistas e parlamentares, que estavam no prédio do Incra em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), deixam o local depois de dois dias de ocupação.

O comando geral da PM informa que abriu Inquérito Policial Militar para investigar a ação de policiais militares na retirada de estudantes que ocuparam a reitoria do Centro Universitário Fundação Santo André em São Paulo – SP (região Sudeste). Os estudantes estavam em protesto contra um aumento de mensalidade programado para 2008, que variaria de 8 a 126%, segundo afirma Joana Salay, estudante de geografia, numa tentativa da instituição de “esvaziar” os cursos menos lucrativos. Uma nota oficial divulgada pela Fundação nega a programação de reajustes das mensalidades superiores a 100%. Estudantes alegam que os policiais usam violência na desocupação. A polícia nega os excessos e afirma que foi chamada pelo reitor e que, após tentativas frustradas de negociação com os estudantes, procedeu à intervenção. O tenente-coronel Francisco Rissi Filho, comandante do 10º Batalhão, ainda alega que a PM não precisava de mandado judicial para entrar na reitoria “porque uma série de crimes ocorria naquele momento”.

Moradores da Favela Vila Ideal fazem protesto por causa da morte do estudante Gabriel dos Santos Duarte, de 14 anos, em Caxias – Rio de Janeiro (região Sudeste). Há duas versões para o estudante ter sido baleado na porta de casa. A PM afirma ter havido confronto entre policiais do 15º Batalhão da PM e traficantes, ocasião em que uma bala perdida atingiu o estudante. Moradores da favela dizem que os policiais chegaram atirando. Revoltados com a ação policial, dezenas de moradores fecham por uma hora a Avenida Presidente Kennedy, uma das principais de Caxias. As vias no entorno do principal terminal rodoviário de Caxias, vizinho à favela, também são bloqueadas. Um ônibus da Viação Vera Cruz é apedrejado. Comerciantes fecham lojas com medo de saques ou quebra-quebra. PM's intervêm para conter os ânimos. Ninguém é preso e não há registro de feridos.

Funcionários dos Correios do estado de Minas Gerais (região Sudeste) aderem à paralisação dos trabalhadores da categoria. Segundo o comando de greve, 74% dos empregados dos Correios estão parados. A ECT admite o aumento do movimento, mas diz que a adesão não passa de 20%. A empresa diz que não há aumento significativo do movimento porque os dias parados deverão ser descontados. Mesmo com a ampliação do movimento, o secretário-geral da Fentect, Manoel Antoara, diz estar otimista sobre um possível acordo no próximo dia 17. Segundo Antoara, os trabalhadores e a empresa “estão perto de chegar a um acordo sobre expansão dos programas sociais, como o plano de saúde”. Nesta tarde, os funcionários dos Correios do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem passeata e ocupam duas pistas da Avenida Rio Branco, no Centro.

Cerca de 200 integrantes do recém criado, Movimento dos Sem Mídia (MSM), promove manifestação em São Paulo – SP (região Sudeste). A ato ocorreu em frente ao prédio do Jornal Folha de São Paulo e os manifestantes leram um documento que leva o nome de “Manifesto dos Sem-Mídia”. O documento é organizado por Eduardo Guimarães, do blog

Cidadania.com. Segundo ele, trata-se de um movimento pelo direito à informação correta, fiel e honesta. “Que a mídia fale, mas não me cale! Não nos cale! Não cale alguns e exponencie a voz de outros. Todos têm que dar opiniões. As pessoas querem confrontar opiniões!”

Domingo 16

Uma “motociata” com cerca de 800 motocicletas e 40 carros, percorre a orla do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é protestar contra a impunidade e reivindicar leis mais duras. O ato é organizado pelo Movimento “Gabriela Sou da Paz”, coordenado pelos pais de Gabriela Prado morta em um tiroteio na estação do Metrô São Francisco Xavier há quatro anos. Este é o segundo ano que a motociata é realizada. Também participam do ato, parentes de vítimas da violência. Cláudio Conteville, presidente do Motosapiens Motoclube.

Um índio da aldeia Xacriabá foi espancado até a morte por três jovens de classe média, entre eles dois menores de idade na cidade de Miravânia, no norte de Minas Gerais (região Sudeste). Segundo informações da Polícia Civil, Avelino Nunes Macedo, de 25 anos, foi seguido depois de sair de uma festa. As agressões foram motivadas por um simples 'esbarrão' ocorrido durante o evento. A polícia comparou o caso com a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, há dez anos. Responsáveis por organizações indigenistas da região temem que o clima na aldeia fique 'tenso', após o crime. Os agressores confessaram o crime, mas alegaram que não ter intenção de matar a vítima. Disseram que queriam apenas dar um 'susto' no índio e 'deixá-lo nu'. Eles admitiram que haviam feito uso de bebidas alcoólicas. O entregador Edson Gonçalves, de 18 anos, foi preso em flagrante e se encontra à disposição da Justiça. Os dois menores foram encaminhados para o Ministério Público e tiveram a apreensão provisória solicitada. Um quarto jovem foi inocentado pelos colegas e liberado pela polícia. De acordo com o delegado do município de Manga, Airton Alves Almeida, os três foram autuados por homicídio qualificado, agravado por motivo fútil. “O índio deu um esbarrão natural em um dos menores. Então, na saída, resolveram atacar. Não tem explicação, parece o caso do índio Galdino.” O Xacriabá tentou reagir, mas foi derrubado e agredido a pauladas, socos e pontapés. Almeida ainda não descarta “preconceito étnico” por parte do trio. A vítima não portava nenhuma faca ou objeto que pudesse ameaçar os agressores. Manoel Rocha, administrador substituto da Executiva Regional da Funai na cidade de Governador Valadares, tratou o assassinato como uma “molecagem” e um “caso isolado”. Segundo ele, a procuradoria do órgão irá agora “tomar as providências cabíveis”. O coordenador da Regional Leste (Minas, Espírito Santo e sul da Bahia) do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Wilson Mário Santana, teme que o caso aumente a violência na região. “A comunidade é grande e a situação pode ficar tensa.” Segundo o Cimi, cerca de 8 mil Xacriabás vivem no norte do estado, numa área estimada de 54 mil hectares. Com base em uma documentação de doação datada da primeira metade do século 18, eles reivindicam a ampliação do território, o que causa atritos com fazendeiros da região. No fim dos anos 80, três líderes foram assassinados durante o mais recente conflito fundiário. De acordo com Nilton Seixas, responsável pelo Cimi em São João das Missões, o assassinato ocorreu em uma área reivindicada. “Acho que é preciso investigar melhor essa situação. O episódio nos deu uma preocupação muito grande. Um

crime que aparenta ser banal, sem nenhuma razão, ocorreu em meio a um povo que passa por um processo de muita ameaça e vive em um terço do território legítimo”.

2ª feira 17

Os funcionários dos Correios mantêm a greve após recusar proposta da diretoria dos Correios. Segundo José Gonçalves, um dos representantes da Fentect nas negociações, a estatal avançou em alguns pontos, mas manteve a posição em relação à questão financeira. Os trabalhadores da categoria não aceitaram a proposta da diretoria dos Correios de abono de R\$ 400 e inclusão dos pais dos funcionários no plano de saúde. A estatal, por sua vez, estabelece que, se até às 12h do dia 18 os funcionários não voltarem ao trabalho recorrerá ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para ajuizar dissídio coletivo. Os profissionais estão em greve desde o dia 12. Segundo a assessoria de imprensa dos Correios, estão paralisados 12 mil carteiros, mil operadores de carga e 386 motoristas – 20% do efetivo. As agências estão funcionando normalmente, mas não são aceitos produtos Sedex 10 e Sedex Hoje.

Cerca de 90 funcionários da Funasa paralisam suas atividades por tempo indeterminado em Maceió - Alagoas (região Nordeste). Os funcionários ocupam o prédio da instituição no estado, em protesto contra o governo federal. Segundo os servidores, uma ordem judicial implantada em 2004, que estabelece um cronograma de pagamento para compensar perdas salariais, está sendo descumprida. A direção da Funasa se reuniu com representantes da categoria, mas não houve acordo.

Um grupo de latifundiários bloqueia o trevo de acesso ao município de Bagé – Rio Grande do Sul (região Sul). Os fazendeiros tentavam impedir que uma marcha de trabalhadores rurais ligados MST chegasse até a cidade, mas com a intervenção da Polícia Rodoviária tiveram o acesso liberado. Um grupo de ruralistas também atirou fogos de artifícios contra as famílias sem terra. Os trabalhadores rurais marcham desde o dia 11 de setembro em direção à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. Eles reivindicam a desapropriação da área pelo não cumprimento de sua função social. A fazenda de 9 mil hectares, equivalente a 9 mil campos de futebol, ocupa 30% do território do município, mas gera apenas dois empregos fixos e a mesma quantidade de impostos que quatro pequenas propriedades.

3ª feira 18

Cerca de 200 mil trabalhadores metalúrgicos, de acordo com a Agência Chasque de Notícias, e 170 mil, segundo jornal O Globo, paralisam suas atividades em 13 estados como advertência para pressionar as montadoras, segundo informam a CUT e a Força Sindical. Os trabalhadores promovem o “Dia Nacional de Lutas pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho” e organizam atos e paralisações em 100 grandes fábricas. Eles reivindicam a adoção do acordo coletivo de trabalho, que reduz as diferenças regionais de salários e a criação de um piso salarial nacional de R\$ 1,3 mil. Os trabalhadores também querem a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários; a adoção da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que inibe a rotatividade de empregos no setor e a volta da aposentadoria especial.

Os cerca de 500 trabalhadores rurais acampados na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul (região Sul), passam a primeira noite sob tensão. Um grupo de ruralistas, que permanece acampado a poucos metros das famílias, utilizou fogos de artifícios para provocar os agricultores durante a noite. O coordenador da marcha Marcio Silva ao relatar a atitude dos fazendeiros denuncia: “Viemos parar no salão que a prefeitura nos arranhou e tivemos um grande susto por parte de um grupo dos ruralistas que começou a causar pânico nas famílias. Depredaram todo o coberto do salão, atiraram bombas em todo salão, danificaram toda eletrificação. Tivemos também junto aos apoiadores do movimento da cidade os ruralistas apedrejando o carro do frei, furaram todos os pneus, quebraram o pára-brisas, um ato de vandalismo”. Segundo integrantes do movimento, dois funcionários municipais que tentaram religar as luzes foram ameaçados de morte pelos latifundiários. Segundo Marcio, a Brigada Militar se omitiu no episódio e a força policial é controlada pelos latifundiários. Além dos trabalhadores que estão acampados em Bagé, desde o dia 17, outras duas colunas de marchantes seguem em direção à fazenda Coqueiros do Sul, no estado: a marcha que partiu da região metropolitana chega hoje em São Leopoldo e os marchantes da região das Missões estão em Santo Ângelo. As famílias pedem a desapropriação da área de 9.000 hectares por não cumprir sua função social.

Cerca de 250 mototaxistas de vários estados do Brasil se reúnem em frente ao Congresso Nacional em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O objetivo da manifestação é protestar contra a demora na votação do Projeto de Lei nº 6.302, que prevê a regularização da profissão, uma nova organização no código nacional de trânsito e benefícios trabalhistas como carteira de trabalho e facilidade para o financiamento de novas frotas. A manifestação é pacífica e não atrapalha o trânsito de quem passa pela Esplanada dos Ministérios. Segundo o presidente do Movimento Nacional pela Regulamentação dos Motoboys e Mototaxistas, Raimundo Nonato Alves da Silva, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informou que vai fazer o possível para atender às reivindicações dos Mototaxistas.

Cerca de 200 famílias de agricultores sem terra ocupam uma área de 1.500 hectares no município de Caçador – Santa Catarina (região Sul). A fazenda está localizada na comunidade de Caixa D’água, a 6 km da cidade, e é administrada atualmente pela Empresa de Pesquisa Agro Pecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que utiliza parte da área como centro de pesquisa de culturas frutíferas. Cedida pela Embrapa em contrato com a Epagri, grande parte da área está arrendada para granjeiros da região, que chegaram a colher 12 mil sacas de milho. Os trabalhadores rurais reivindicam, para fins de reforma agrária, as terras que estão sendo arrendadas, da mesma forma que se propõem a realizar parcerias com a Epagri. Na década de 50, a Embrapa utilizou essas terras para desenvolver pesquisas de variedades de trigo, objetivando a produção do cereal, que é base da alimentação do povo brasileiro. Segundo lideranças do MST, apenas 70% das estruturas, dez casas e vários barracões com laboratórios de pesquisa, estão sendo utilizados e existem indícios de crime ambiental. Além dos experimentos de árvores frutíferas, a Epagri faz também experiências com eucalipto japonês e plantação de pinus. A ocupação é pacífica e os funcionários estão entrando e saindo normalmente do local.

Sem acordo com os funcionários da ECT que estão em greve, a direção dos Correios entra com pedido de dissídio coletivo no TST. O comando de negociação recusa a proposta

apresentada pessoalmente pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, formulada por este e pelo presidente da ECT, Carlos Henrique Custódio, que previa a incorporação de mais R\$ 10, além dos R\$ 50 reivindicados pelo movimento, nos salários a partir de abril de 2008. No encontro, o governo mantém o reajuste salarial de 3,74% – cerca de 10% do que a categoria reivindica. Com a decisão estatal, caberá à justiça trabalhista estabelecer o percentual de aumento a que os funcionários terão direito. Antes de arbitrar, o Tribunal chamará as partes envolvidas para uma sessão de conciliação. Fontes ligadas ao movimento afirmam que a empresa aceita elevar o índice de aumento para 5%. Os funcionários decidem continuar a greve, que entra no sexto dia com o crescimento do número de adesões. Segundo a assessoria de imprensa dos Correios, 16.362 carteiros, 1.819 operadores de carga e 685 motoristas urbanos aderiram à paralisação. Apesar de alegar que as agências estão funcionando normalmente, a estatal afirma que alguns produtos, como Sedex10 e Sedex Hoje, não estão sendo aceitos, além dos serviços de entrega de correspondências de contas bancárias também estarem prejudicados.

Estudantes de jornalismo da Fundação Cásper Líbero ocupam a Avenida Paulista – São Paulo (região Sudeste) para protestar contra a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB). Os alunos pediram aos motoristas parados nos sinais que buzinassem em protesto contra a decisão dos senadores.

4ª feira 19

A fábrica FrutaSã, empresa dos índios Timbira (Brasil), vence o 3º Prêmio de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo-a como solução criativa e inovadora na construção de um ambiente mais justo para as populações da região. A premiação reconhece e destaca a atuação da FrutaSã no desenvolvimento de atividades economicamente viáveis, ambientalmente responsáveis e socialmente inclusivas, constituindo-se como uma solução criativa e inovadora na construção de um ambiente mais justo para as populações da região. A fábrica é parte do Projeto Frutos do Cerrado, realizado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em parceria com os povos Timbira do Maranhão (região Nordeste) e do Tocantins (região Norte). A indústria beneficia frutas nativas do cerrado, coletadas através do esforço conjunto e inovador que comunidades indígenas e pequenos produtores realizam para preservar o Cerrado, paisagem da qual dependem para viver. Os frutos originam-se de áreas nativas e de plantio, com manejo orgânico e livre de agrotóxicos. O beneficiamento em polpa não inclui nenhum tipo de aditivo químico ou conservantes.

Cerca de 50 moradores, segundo informações do Jornal do Brasil, da favela Gardênia Azul fazem em uma manifestação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do protesto é reivindicar a implantação de um sistema de esgoto na comunidade. O grupo ocupa uma das pistas da Avenida Ayrton Senna, nas proximidades da Linha Amarela. De acordo com policiais do 18º Batalhão da PM (Jacarepaguá), o protesto é pacífico.

Estudantes realizam ato no entorno do campus da UERJ no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O manifesto é em repúdio ao corte de R\$ 35 milhões no orçamento da Instituição realizado pelo governo do estado. Os estudantes também reivindicam a realização de concurso para professores, melhoria da infra-estrutura da universidade e aumento das

bolsas dos alunos, de modo a atingir , ao menos, o valor do salário-mínimo. Munidos de faixas, chapéus imitando orelhas de burro e narizes de palhaço, os jovens param as ruas em um protesto pacífico. Segundo o presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE-RJ), Daniel Iliescu, os estudantes darão um prazo de 48 horas para que o governador Sérgio Cabral se pronuncie a respeito. Caso contrário, os estudantes farão mais manifestações em defesa da educação pública e de qualidade para o estado e pela permanência do jovem na universidade através do sistema de bolsas, que hoje tem um valor irrisório e não supre as necessidades dos alunos. O líder estudantil também denuncia o sucateamento de laboratórios e equipamentos, a existência de graves problemas de infraestrutura na instituição, devido ao corte no orçamento, destacando o fato de uma rampa de concreto de um dos prédios ter caído há mais de dois anos e até hoje estar em "reforma" devido à falta de verbas. A UEE-RJ e o DCE da UERJ pretendem solicitar uma audiência com a Secretaria de Ciência de Tecnologia do Estado para debater questões relacionadas à infra-estrutura e incentivo a pesquisa. O ato contou com o apoio da OAB-RJ, do Sindicato dos Docentes da UERJ (ASDUERJ) e do SINTUPERJ.

Integrantes do MST participam de manifestações na região das Missões e no Vale dos Sinos, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Em Santo Ângelo, os 600 sem terra integram a caminhada dos bancários da cidade, que buscam pressionar a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para que negocie reajuste salarial com a categoria. O MST chama a atenção para a negociação das dívidas da pequena propriedade, entre eles de famílias assentadas, que ainda está sendo negociada com o governo federal. Os sem terra que estão na cidade integram a marcha do MST em direção à Fazenda Coqueiros, no Norte do estado. As famílias saíram em marcha de Bossoroca, na semana passada, e já passaram por São Luiz Gonzaga. Em São Leopoldo, os 500 marchantes do MST que estão na cidade, protestam junto com o Cpers Sindicato em frente à Coordenadoria Regional da Educação. O ato, teve início às 14 horas e conta ainda com professores, grêmios estudantis, Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN), cooperativas habitacionais locais. Cerca de mil pessoas manifestam-se contra o sucateamento da educação pública gaúcha e o processo de enturmação promovido pelo governo estadual.

5ª feira 20

Representantes de 9 Organizações Não-governamentais (ONGs) e da sociedade civil realizam manifestação contra a liberação do milho transgênico no Brasil. Entre as organizações está a Via Campesina, a Comissão Pastoral da Terra, o MST, o Greenpeace, a Associação de Agricultura Orgânica e o Movimento de Mulheres Camponesas. O protesto, contra a liberação do milho transgênico BT 11 da transnacional Syngenta, interrompeu o segundo dia de reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em Brasília – DF (região Centro-oeste). De acordo com os manifestantes, há estudos que comprovam que o consumo de milho transgênico causou problemas em filhotes de ratos e frangos que consumiram esse milho, como taxas de mortalidade, mudança na composição do sangue, alterações nos rins e testículos. Além disso, as altas doses do herbicida utilizado no milho transgênico podem ser absorvidas no intestino, passar pelo leite das mães que amamentam e causar reações tóxicas no bebê e nas próprias mães. Mulheres camponesas e urbanas usaram camisetas e cartazes que levavam os dizeres "Meu filho não é cobaia", as manifestantes denunciaram a Comissão por não se preocupar com a segurança alimentar do

País, ao permitir que variedades de milho transgênico seja consumido por humanos sem dados e estudos conclusivos que comprovem que esse alimento não faz mal à saúde. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o próprio Ministério da Saúde também questionam a decisão da CTNBio. Este ano de 2007, a CTNBio liberou 2 tipos de milho transgênico para comercialização. A campanha por um “Brasil Livre de Transgênicos” espera que os membros da comissão rejeitem o pedido de mais uma liberação e revoguem as outras decisões.

De acordo com documento do Ministério das Cidades, cerca de 12 milhões de brasileiros vivem em moradia precária como palafitas, cortiços e favelas. Foram pesquisadas 555 regiões metropolitanas nacionais. As grandes cidades das regiões Norte e Nordeste são as que apresentam pior situação. Em primeiro lugar no ranking está Belém – Pará, seguida por Fortaleza – Ceará, Salvador – Bahia e São Luís – Maranhão . O documento aponta um maior número de moradias sem banheiro, energia elétrica e com outras carências de infraestrutura.

Trabalhadores rurais do Assentamento Brasília interditam a BR-163, que liga Santarém a Cuiabá, no município de Altamira – Pará (região Norte). Os trabalhadores protestam contra a não liberação de recursos do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o assentamento. O bloqueio do dinheiro é consequência de uma decisão da Justiça Federal de Santarém, que concedeu liminar ao Ministério Público Federal no Pará suspendendo 99 projetos de assentamento no estado por suspeita de irregularidades. A assessoria do Ministério Público Federal no Pará explicou que ao pedir o bloqueio dos recursos pretende forçar a regularização dos assentados e pressionar o Incra para que sejam feitos os procedimentos legais necessários para a existência do assentamento. Para interditar a rodovia, os trabalhadores colocam caminhões e máquinas na pista. O tráfego é liberado na via a cada 12 horas. Mas segundo a Polícia Rodoviária Federal, apesar do bloqueio, não chegam a ser formadas filas longas porque o trânsito no local não é muito intenso.

Os metalúrgicos das plantas do Paraná (região Sul), das montadoras Renault-Nissan e Audi-Volkswagen entram em greve por reajuste de salário. A paralisação interrompe a produção de carros das 4 marcas num momento de recorde de vendas e filas para entregas nas revendedoras do país. Os trabalhadores reivindicam 8,5% de aumento já em setembro e abono de R\$ 800 em 5 de outubro, mas aceitam adiar os 8,5% para janeiro de 2008 em troca de R\$ 2 mil de abono em outubro. As empresas começam oferecendo 7,44% de aumento para este mês e abono de R\$ 700 em outubro, mas aumentam a contraproposta, admitindo pagar os R\$ 2 mil reivindicados em outubro, desde que a categoria aceite o reajuste de 7,44% em abril. Os trabalhadores da Volvo são os únicos a fechar o acordo. O sindicato dos metalúrgicos na capital Curitiba e região metropolitana estima em 9 mil o número de empregados parados. Segundo a Volks, são 3.600 os funcionários sem trabalhar. A greve também alcança setores administrativos. Com ela, as fábricas instaladas em São José dos Pinhais – Paraná (região Sul) deixam de produzir em um dia, 1.620 carros. A previsão do sindicato é de continuidade da greve por falta de avanço nas negociações. As montadoras não se manifestam. O sindicato patronal, por sua vez, informa que não comenta greves nem adianta termos das negociações em curso.

Cerca de 200 estudantes lideram uma passeata pelas ruas próximas à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em um “cortejo pela morte da ética no Senado”, protesto contra a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB). A convocação foi feita em escolas secundaristas da Zona Sul e pela internet. No trajeto até Ipanema, os estudantes recebem a adesão de mais 200 pessoas. De acordo com Arthur Willian, um dos organizadores da passeata, “queremos dizer não ao Renan e a outros vários Renans que estão lá dentro”. Nas sacadas dos prédios, moradores aplaudem e dançam ao som de palavras de ordem. No palanque, estudantes criticam o Senado. Em frente ao Hospital Municipal Miguel Couto, fazem um minuto de silêncio contra a absolvição de Renan. Liderados pelos estudantes, os cariocas mostram nas ruas sua indignação contra a absolvição do senador.

Cerca de 50 motoristas de vans e kombis, fazem uma carreata no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A carreata tem por objetivo protestar contra a fiscalização do Departamento de Transportes Rodoviários (DETRON) a veículos de transporte irregular. Segundo a Polícia Militar, os manifestantes ocupam apenas uma faixa da via e o trânsito não apresenta maiores retenções.

Moradores de assentamentos precários reunidos no seminário “Cidade de Todos - Política para as Favelas” pedem para participar do controle da aplicação dos recursos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em Brasília (DF)– Goiás (região Centro-oeste). A União dos Movimentos de Moradia (UMM/SP) questiona a indicação das áreas consideradas prioritárias sem uma discussão prévia e destaca a pressão do mercado imobiliário para a remoção de favelas e transferência dos moradores para conjuntos habitacionais em periferias sem infra-estrutura básica e sem oportunidade de emprego e renda. De acordo com o representante da UMM/SP, André Delfino da Silva, “o espaço urbano central acaba sendo elitizado e se tornando um grande condomínio fechado. Por isso em muitas áreas de demanda social as famílias são empurradas e os trabalhadores acabam indo para as áreas de periferia”. O movimento agendou uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de refazer o pedido.

Povos Guarani e o Conselho Indigenista Missionário lançam na aldeia Tey Kue, em Caarapó – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), a campanha “Povo Guarani, Grande Povo”. O objetivo da campanha é pressionar o governo federal para que acelere o processo de demarcação das terras indígenas no país. O movimento também pretende chamar a atenção da sociedade para as dificuldades que os indígenas enfrentam, principalmente em relação à saúde e à falta de estrutura nas aldeias. O povo Guarani, que vive principalmente nas regiões Sul e Centro-oeste do país, é a maior população indígena no país. No evento, promovido pelo Conselho Indigenista Missionário, ligado à Igreja Católica, além de diversas organizações indígenas, as lideranças reunidas estão participando de debates sobre os principais problemas que afetam os guaranis do Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

Dois controladores de voo, que estavam presos em Manaus – Amazonas (região Norte) desde 14 de agosto por participação no motim que paralisou o tráfego aéreo no país em 30 de março são libertados pela Justiça Militar do Amazonas. Outros cinco que atuavam no Cindacta-4, continuam presos. A Justiça já acatou denúncia do Ministério Público Militar

contra os sete controladores. Além das acusações (que constam no processo) de envolvimento no motim, há acusações de indisciplina, incitamento à desobediência e divulgação de informações que proporcionam descrédito às Forças Armadas. A Aeronáutica informa que acata a decisão e não a comentará.

6ª feira 21

A CTNBio aprova em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste), a liberação do comercial do milho transgênico BT11, resistente a insetos, da multinacional Syngenta. Representantes de movimentos populares e organizações ambientais protestam contra a falta de informações dadas à sociedade pela CTNBio e a falta de conhecimento científico que garanta a segurança dos consumidores e da natureza. De acordo com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), a ingestão deste tipo de produto por mulheres gestantes pode causar problemas como alergia alimentar. Cerca de 30 mulheres grávidas buscaram, sem sucesso, sensibilizar o colegiado da Comissão quanto ao perigo que a ingestão de alimentos geneticamente modificados pode trazer à amamentação. Esta é a terceira variedade de milho transgênico que a CTNBio aprova em apenas quatro meses. O plantio no país avançou 22%, de 2005 para 2006, segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa), chegando a 11,5 milhões hectares cultivados, deixando o país na terceira posição no ranking mundial de produtores de transgênicos. A liberação do milho transgênico ainda será analisada pelo Conselho Nacional de Biossegurança, chefiado pela Ministra da Casa Civil Dilma Rouseff, em um prazo de 60 dias.

Entidades e movimentos sociais que integram o Fórum Nacional pela Reforma Agrária enviam carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na qual questionam a liberação do milho transgênico Liberty Link, produzido pela Bayer. No documento, os líderes dos movimentos ressaltam que a liberação pode destruir a agricultura familiar. O milho Liberty Link é tolerante a um herbicida homônimo, que promete combater ervas daninhas. Diz a carta: "A liberação comercial dos transgênicos é uma séria ameaça às sementes crioulas e pode inviabilizar a continuidade da construção de um modelo sustentável de agricultura baseado na agroecologia". As entidades esperam que Lula determine ao CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança) que suspenda as liberações comerciais dos produtos transgênicos. Segundo o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, a liberação do milho transgênico foi autorizada em maio pela CTNBio. Porém, entidades questionam a forma como a liberação foi autorizada, ou seja, sem estudos para garantir que os produtos transgênicos não fazem mal à saúde e ao meio ambiente. Entre as entidades que integra o Fórum Nacional de Reforma Agrária estão o MST, a CUT, o MAB, as pastorais sociais, entre outras.

Após 9 dias de paralisação, a direção dos Correios chega a um acordo com os funcionários em greve em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Dos 33 sindicatos ligados à FENTECT, 19 optam pelo fim da greve. Após a primeira audiência de conciliação no TST, os funcionários dos Correios aceitam o acordo que foi aprovado pela ECT e reapresentado pela Justiça, que prevê reajuste salarial de 3,74%, um abono imediato de R\$ 500, aumento linear para toda a categoria de R\$ 60 a partir de janeiro de 2008, vale-alimentação extra de

R\$ 391 e dezembro, inclusão dos pais de novos funcionários no plano de saúde e auxílio-creche para crianças de até 7 anos de idade, além da não reposição dos dias de paralisação. Os trabalhadores reivindicavam reajuste de 47,77%, mais R\$ 200,00 de aumento linear para todos os trabalhadores além de um novo plano de cargos e salários, adicional de periculosidade e melhores condições de trabalho e de segurança nas agências, contratação de 25 mil funcionários, entre outros itens. A FENTECT compromete-se na audiência de conciliação, no TST, a colocar em dia na próxima semana a entrega de correspondência e cargas. Essa foi uma exigência para que os grevistas não sejam descontados. Em caso de descumprimento, os funcionários podem ser convocados para trabalhar nos sábados e domingos.

A Justiça de Alagoas (região Nordeste) considera ilegal a greve de funcionários da Saúde no estado - que já dura um mês. Apenas 30% dos servidores estão trabalhando. Os sindicatos serão multados caso a decisão seja desrespeitada. Os médicos encerraram o movimento em agosto, após 87 dias de paralisação. Policiais civis e servidores da educação também estão parados em Alagoas. Os agentes penitenciários aprovam paralisação de advertência de 24 horas para o dia 23. A greve da Polícia Civil, que dura 52 dias, também é considerada ilegal pela Justiça. Segundo o sindicato dos policiais, as negociações com o governo do estado estão paralisadas. A entidade já deve R\$ 200 mil por desrespeitar a determinação, mas recorre da decisão. De acordo com a CUT, os sindicatos colocarão as dívidas por desrespeito às determinações da Justiça na pauta de negociação com o governo.

Cerca de 300 estudantes – a maioria do Colégio Santo Agostinho – com caras pintadas, usando narizes de palhaço ou carregando bandeiras do Brasil, realizam passeatas pelas ruas do Leblon, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros e a falta de ética na política nacional. O presidente do Grêmio Estudantil do colégio, Bruno Grimaldi, 18 anos, aluno do 3º ano do ensino Médio diz que a idéia é fazer outras passeatas, juntando outros colégios da Zona Sul. Em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), cerca de 50 pessoas se reúnem para protestar contra a absolvição de Renan.

Sábado 22

Um grupo de 200 sem terra ocupa um sítio a 320 km de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). A propriedade, que já havia sido ocupada em 1992, pertence a Guido Pellicciari Neto, que afirma ocupar 330 hectares com a criação de porcos e produção de leite de vaca. Já os trabalhadores afirmam que o local é improdutivo e, após armar barracas de lona plástica, hasteam bandeiras da Central Única de Trabalhadores no local.

Cerca de 500 pessoas participam, em São Domingos do Araguaia – Pará (região Norte), de audiência sobre as vítimas da guerrilha do Araguaia, dizimada pelo Exército. Organizado pelo governo do Pará, o evento reúne representantes do governo federal e do Congresso. Um dos objetivos é pedir indenização. O evento também serve de apoio à decisão do governo federal de não recorrer contra a abertura dos arquivos.

Domingo 23

Termina o 2º Encontro da Aliança dos Povos da Floresta, realizado na Sala de Atos do Ministério da Educação, que reúne em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste), índios, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco e representantes de organizações da sociedade civil. Fundada nos anos 80, a Aliança dos Povos da Floresta retoma a sua agenda de lutas pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia, quase 20 anos depois da morte de Chico Mendes, articulador do primeiro encontro. O encontro que teve início no dia 17 de setembro pretende unificar e fortalecer o movimento pela sustentabilidade dos povos tradicionais que vivem na Amazônia e nos biomas caatinga, mata atlântica, cerrado, pampa e pantanal. No dia 20 de setembro, os 35 adolescentes indígenas de várias regiões do país, que participaram do Encontro, entregam ao ministro da Educação, Fernando Haddad, um documento contendo uma série de reivindicações. Os adolescentes pedem ao Ministro, entre outros itens, reforço da educação bilíngüe nas aldeias, inclusão digital com acesso à internet e que o ensino seja ministrado nas próprias aldeias, levando em conta os valores, a cultura e as tradições dos povos indígenas. O ministro da Educação, Fernando Haddad, compromete-se a implementar, o mais rápido possível, as principais reivindicações dos 35 jovens. De acordo com Haddad, a agenda será desenvolvida com a ajuda da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), "que é a primeira secretaria do Ministério da Educação estruturada para enfrentar esse desafio da comunidade indígena". O evento foi promovido pela Aliança dos Povos da Floresta, entidade composta pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

2ª feira 24

Integrantes do MST promovem atos em São Paulo (região Sudeste). Cerca de 600 integrantes do MST ocupam uma agência da CEF em Andradina. Eles são reprimidos pela PM, que age com violência. Outros 150 trabalhadores rurais marcham até a Praça da Sé, na região central da cidade. Os trabalhadores rurais reivindicam o assentamento das famílias acampadas nas estradas paulistas. Em frente à Secretaria de Justiça do Estado, cerca de 800 sem terra protestam para denunciar o projeto de lei apresentado pelo governador José Serra (PSDB), que legaliza a grilagem de terras na região do Pontal do Paranapanema no estado. O principal objetivo dos protestos é chamar a atenção para a situação dos trabalhadores rurais, que sofrem com a concentração de terras e com o avanço do agronegócio no Brasil. À tarde, os trabalhadores deixam a agência da CEF e seguem em marcha até o escritório do Incra, que permanece ocupado e sem previsão de saída. Não há nenhum funcionário no local. A superintendente regional da CEF se comprometeu a receber uma comissão no dia 25 de setembro, na própria agência. Na região, existem 2,7 mil famílias em 26 assentamentos de Reforma Agrária. Em visita à região, em janeiro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu liberar os créditos para todos os assentados do estado, mas apenas 40% deles receberam as verbas de R\$ 5,9 mil para cada família. O MST promove protestos em todo o país como parte da Jornada Nacional de Lutas do movimento.

O MST ocupa com 300 famílias o prédio da Superintendência Estadual do Incra, na capital do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Os trabalhadores rurais reivindicam o

assentamento das 1.200 famílias acampadas no estado além de investimentos públicos nos assentamentos. O Plano Regional de Reforma Agrária, elaborado pelo Incra em parceria com movimentos sociais e universidades, previa o assentamento de 15 mil famílias no Rio de Janeiro entre 2003 e 2006. Nem 20% desse total foi atingido no primeiro governo Lula e não há metas para os próximos anos. Depois da ocupação, os sem terra saíram em marcha rumo ao BNDES que foi ocupado. Depois de montar acampamento em frente ao prédio do BNDES o MST, em audiência com presidente do órgão federal, Luciano Coutinho, reivindicou a criação de um programa de apoio e financiamento à implantação de agroindústrias nos assentamentos e comunidades de agricultura familiar. Coutinho acenou positivamente em relação à proposta, que prevê também apoio a estudos de viabilidade de mercado, capacitação técnica das famílias e técnicos e financiamento para instalação de 100 unidades de agroindústrias. Entre as reivindicações, está também o apoio a projetos de agroecologia, a ampliação do Fundo Social do BNDES para projetos de capacitação técnica e a abertura de um canal de negociação das dívidas das cooperativas e agroindústrias da Reforma Agrária. Na audiência, os sem terra também denunciam que o financiamento do BNDES às empresas do agronegócio, especialmente do ramo de etanol, papel e celulose, tem contribuído para a concentração de terra, expulsão dos trabalhadores rurais do campo e destruição do meio ambiente. Diante disso, o MST pediu que o banco deixe de apoiar projetos de monocultura de eucalipto e de cana-de-açúcar para agrocombustível. Além disso, os sem terra apresentaram os efeitos sociais e ambientais negativos da construção de hidrelétricas e pediram que o banco deixe de financiar a construção de hidrelétricas por empresas que não dão garantias de reassentamento e ressarcimento para as famílias ribeirinhas. Por fim, o MST defendeu que o BNDES resgate seu papel histórico de apoio ao desenvolvimento nacional e atendimento às demandas históricas da sociedade brasileira. Para isso, deve deixar de financiar empresas de capital estrangeiro e de apoiar políticas neoliberais. As cerca de 300 famílias acampadas afirmam que só sairão do local quando forem recebidas pelo presidente do Banco. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

O MST inicia no Maranhão (região Nordeste) uma série de mobilizações para reivindicar melhorias para assentamentos de reforma agrária. Cerca de 350 trabalhadores ocupam a Superintendência Regional do Incra, na capital São Luís. Os trabalhadores pedem infraestrutura para os assentamentos, com mais investimento em habitação, estradas, escolas e poços artesianos, uma vez que grande parte dos assentamentos tem dificuldades de acesso à água. Os trabalhadores também querem a criação de um Programa de Recuperação Ambiental dos Assentamentos. Além de investimento em infra-estrutura o MST cobra o andamento no processo de reforma agrária - parada no Estado. A pauta de reivindicações será debatida em audiência entre assentados, acampados e os órgãos governamentais responsáveis por cada área. Já estão confirmadas audiências com o Ibama, Incra e com as gerências de instituições financeiras como Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Os trabalhadores afirmam que vão permanecer acampados no Incra até toda a pauta ser discutida. Atualmente, existe no estado do Maranhão cerca de 1,2 mil pessoas que têm como sua principal atividade de sobrevivência a agricultura, destas mais de 91% estão em áreas de assentamentos rurais. Além disso, existem mais de 4 mil famílias que permanecem acampadas em todo estado à espera da reforma agrária. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Cerca de 400 trabalhadores sem terra ocupam a sede do Incra, em Belo Horizonte, cobrando o assentamento imediato das 3,2 mil famílias acampadas em Minas Gerais (região Sudeste). “A Reforma Agrária está parada no estado e nenhuma família foi assentada neste ano”, afirma o integrante da coordenação nacional do MST, Cristiano Meireles. Em 2006, o Incra tinha como meta o assentamento de 2,2 mil famílias em Minas Gerais. Apenas 315 entraram em projetos de reforma agrária. Algumas famílias acampadas permanecem há oito anos embaixo da lona preta na luta pela reforma agrária. Além disso, a ocupação exige crédito para produção agrícola e obras de infra-estrutura nos assentamentos como moradia, educação e saúde. “Estamos há sete anos sem apoio para a construção de casas em assentamentos e faz cinco anos que nenhuma família recebe crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar”, explica Meireles. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Integrantes do MST ocupam o prédio do Ministério da Fazenda na capital João Pessoa - Paraíba (região Nordeste). São cerca de mil pessoas de várias regiões do estado; acampados e assentados da reforma agrária. De acordo com Dilei Aparecida, coordenadora estadual do MST, o objetivo é conseguir audiência com o presidente Lula. Os agricultores reivindicam o assentamento das 3,7 mil famílias acampadas no estado, pedem mudanças na política econômica, crédito para produção agrícola e investimentos em habitação, educação, saúde e transporte. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Cerca de 2 mil trabalhadores sem terra montam acampamento na Praça Sinimbu, na região central de Maceió - Alagoas (região Nordeste). Os sem terra reivindicam o cumprimento do processo de reforma agrária no estado. No ano passado, o Incra tinha como meta o assentamento de 3 mil famílias, mas apenas 500 receberam seus lotes. A pauta de reivindicações pede a vistoria das áreas para reforma agrária, assentamento das 12 mil famílias acampadas no estado, assistência técnica, infra-estrutura para assentamentos, elaboração do projeto de irrigação de Nova Esperança, lonas e cestas básicas. Os trabalhadores devem permanecer na praça até o dia 26 de setembro, quando terá início a 8ª edição da Feira da Reforma Agrária, na Praça da Faculdade. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Integrantes do MST mobilizam-se em duas cidades do estado de Santa Catarina (região Sul). Cerca de 350 trabalhadores estão em frente à Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, em Florianópolis. No início da manhã os trabalhadores ocupam a Praça da Assembléia Legislativa, onde pretendem ficar durante a semana. Os manifestantes pretendem permanecer em vigília durante todo o dia. Os sem terra entregaram a pauta de reivindicações para a delegada do Ministério da Fazenda, Maria das Graças Mandovani, que a enviou ao Ministério em Brasília (DF). Dia 25 de setembro, os trabalhadores rurais se unem aos setores de educação, segurança pública e saúde do estado de Santa Catarina numa grande marcha, que pretende denunciar a ausência de políticas públicas nessas áreas por parte do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Em Chapecó, região oeste do estado, cerca de 400 trabalhadores ocupam a sede do Incra e montam acampamento ao

redor do Instituto, onde pretendem ficar até a negociação da pauta de reivindicações. Os sem terra reivindicam o assentamento imediato das famílias acampadas em Santa Catarina, além da prorrogação das dívidas de crédito, um novo plano de assistência técnica e novo crédito para as famílias assentadas. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Representantes da Comunidade do Tambor lançam, em ato público, a campanha estadual “Titulação & Indenização Já” organizada pela Associação de Moradores Remanescentes de Quilombos da Comunidade e pela União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO), em Novo Airão – Amazonas (região Norte). O objetivo é exigir das autoridades públicas a titulação das terras do Quilombo do Tambor e a indenização das famílias que viviam na região e foram obrigadas a sair do local, em função das dificuldades encontradas após a criação do Parque Nacional do Jaú, uma área de proteção ambiental integral que inclui a região onde vivem os quilombolas. Além das titulações e indenizações, a campanha dos moradores reivindica também o reconhecimento dos povos quilombolas e das comunidades tradicionais do Jaú, apoio à produção e à comercialização dos produtos agro-extrativistas e garantia de acesso e uso dos recursos naturais entre as famílias que vivem no parque.

Mais de 1,5 mil trabalhadores do MST ocupam os quatro andares do prédio da Superintendência Estadual do Incra, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O movimento reivindica o assentamento das famílias acampadas no estado. “Temos 1,7 mil famílias acampadas no Ceará, sendo que muitas delas estão há mais de cinco anos na luta pela reforma agrária. Não estamos vendo medidas práticas que apontem para a realização da Reforma Agrária”, afirma Maria de Jesus, da coordenação estadual do MST. O movimento pede audiência com o governo do estado para discutir um plano de convivência com o semi-árido que garanta o abastecimento de quase todo o estado, que sofre com a falta de água. O protesto pede também investimento nas áreas de assentamentos e renegociação das dívidas dos trabalhadores rurais. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Duas marchas do MST em direção à Fazenda Coqueiros voltam a se movimentar no Rio Grande do Sul (região Sul). Na região metropolitana, 600 sem terra participam de um ato político contra a corrupção na Câmara de Vereadores, em Campo Bom. Na região Sul, os 500 sem terra que passaram o final de semana em um assentamento em Hulha Negra chegam em Caçapava do Sul, onde permanecem até 26 de setembro, quando seguem para São Sepé. Na capital, Porto Alegre, o Ministério Público analisa o pedido da Brigada Militar de interromper as marchas. A corporação afirma que há muita tensão entre ruralistas e o MST, o que pode gerar conflito.

Cerca de 600 integrantes do MST participam de um ato público no centro de Ijuí - Rio Grande do Sul (região Sul). O ato ocorre em apoio à reforma agrária e contra a privatização do Banrisul. Além dos sem terra, estão presentes bancários, sindicatos e parlamentares locais. Os sem terra reivindicam a desapropriação da Fazenda Coqueiros, no Norte do estado, para a reforma agrária. Na área da fazenda, que possui cerca de 9 mil hectares, podem ser assentadas cerca de 400 famílias. O ato também conta com o apoio do ex-

governador Olívio Dutra. Atualmente, o processo de desapropriação da fazenda aguarda parecer do presidente Lula. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Um grupo de cerca de 300 servidores da saúde, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, 100 servidores, segundo o jornal O Globo, ocupa o maior hospital público em Maceió – Alagoas (região Nordeste), a unidade de emergência do Hospital Armando Lages. De acordo com os manifestantes, cerca de 1200 pessoas participam do protesto, mas somente 150 entram na Unidade. O grupo é formado por trabalhadores de treze diferentes categorias, como psicólogos, dentistas e assistentes sociais. Os servidores, em greve a aproximadamente de 1 mês reivindicam um reajuste salarial de 37%, valor que foi concedido aos médicos do estado depois de noventa e um dias de paralisação. De acordo com o jornal O Globo, há tumulto com PM, mas sem feridos. Segundo o jornal Folha de São Paulo, a corporação afirma que as atividades do hospital não são prejudicadas e não há confrontos entre policiais e grevistas; a PM apenas é chamada para acompanhar a manifestação. O objetivo do Movimento Unificado da Saúde, que comanda a ocupação, é mostrar as condições do hospital e seus problemas de atendimento, assim como a falta de equipamentos e espaço físico da emergência. Com a greve, que não inclui médicos, apenas 30% dos servidores da saúde estão trabalhando. Hoje os grevistas decidem não trabalhar em 4 ambulatórios de Maceió.

O MST faz atos em órgãos do Ministério da Fazenda para denunciar que o modelo econômico vigente inviabiliza a realização da reforma agrária e o assentamento das 150 mil famílias acampadas pelo país, no Mato Grosso e em Goiás (região Centro-Oeste). Cerca de 300 agricultores fazem protesto em frente à Delegacia Estadual do Ministério da Fazenda, próximo ao Centro Político Administrativo, na avenida do CPA, em Cuiabá, para cobrar o assentamento das 3,5 mil famílias acampadas no Mato Grosso. Os sem terra cobram também crédito para construção de casas nos assentamentos e 50 poços artesianos para garantir o abastecimento de água em áreas com escassez. Além disso, pedem a abertura e recuperação de estradas para criar condições para a venda dos produtos aos principais mercados consumidores do estado. Em Mato Grosso, além da vigília, o Movimento já bloqueou a BR-163 na altura do km 890, impedindo o tráfego entre Itaúbas e Sinop. O MST pede que o governo estadual volte atrás em relação à extinção da Polícia Florestal, que faz a fiscalização do desmatamento nas florestas, especialmente com a expansão da monocultura da soja no Mato Grosso. Os agricultores acreditam que é necessário unir lutas camponesas às urbanas. Neste sentido, o MST conta hoje, na vigília, com o apoio de outros movimentos sociais como o Comitê de Luta pelo Transporte Público (CLTP), que tem mostrado força de mobilização em protestos de rua. Em Goiânia, cerca de 300 sem terra fazem protesto em frente ao prédio da Receita Federal para pedir o assentamento imediato das cerca de 4 mil famílias acampadas. Os manifestantes pediram também subsídios para habitação rural e a garantia do salário-maternidade às trabalhadoras rurais. Após o ato, os lavradores fizeram audiência e entregaram pauta ao superintendente do Incra no estado e com o representante da CEF. As reivindicações estaduais nas áreas da educação e energia elétrica nas áreas de reforma agrária serão apresentadas ao governo estadual esta semana. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

3ª feira 25

Os servidores administrativos e técnicos da Polícia Federal (PF) de todo o país iniciam greve por tempo indeterminado. Esta é a terceira paralisação este ano. Os trabalhadores esperam que o governo apresente proposta de reestruturação da carreira, em cumprimento do Termo de Compromisso firmado pelo Executivo com todas as classes da PF. Os manifestantes afirmam que até o momento apenas a carreira de policial foi beneficiada. Entre as reivindicações dos servidores estão: o plano especial de cargos, concurso público para 3 mil vagas, a nacionalização das atuais nomenclaturas e um reajuste salarial nas tabelas de cargos, que podem elevar de R\$ 1.800 para R\$ 3.500 mensais o vencimento inicial de um servidor de nível médio. Os funcionários são responsáveis por serviços como tramitação de inquéritos, andamento das operações além da emissão de passaportes, registro de porte de arma e prorrogação de vistos. O diretor-geral do edifício-sede da PF, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), delegado Luiz Fernando Corrêa, determina a abertura das negociações em Brasília. A sinalização para os grevistas é uma reunião marcada para 2 de outubro com técnicos do Ministério do Planejamento. Os administrativos representam cerca de 3.500, de 13,5 mil servidores da PF em todo o Brasil.

Servidores das escolas municipais iniciam uma greve em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo da greve é protestar contra as terceirizações na categoria. A ação se deve à decisão do prefeito, Gilberto Kassab, do Partido Democrata (DEM), em terceirizar todo o serviço de merenda, limpeza e vigilância de sua rede de ensino. A medida, que está prevista no plano de reestruturação da carreira dos servidores da área, deve ser enviada à Câmara pela Secretaria de Educação. A proposta prevê a extinção do cargo de agente escolar, em que se enquadram merendeiras, faxineiras e vigilantes. Desta forma, os funcionários que estão nessas atividades não vão ser repostos por concurso público quando saírem da rede. O governo alega que, com a mudança, a direção das escolas poderá se concentrar mais na área pedagógica.

Professores da rede municipal de ensino São Paulo suspendem greve em São Paulo – SP (região Sudeste). No entanto, a categoria decide manter a pressão por reajuste salarial. De acordo com os professores, 30% das escolas aderiram ao movimento. A Secretaria de Educação, no entanto, apontou que apenas 5% dos professores participaram da paralisação. Os trabalhadores têm uma pauta de reivindicações com 33 itens, como a reposição de perdas salariais de 43%. Segundo o presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM), Cláudio Fonseca, os docentes obtiveram vitória ao conseguir o comprometimento da Prefeitura de São Paulo em fazer um plano de reestruturação que inclui na folha de pagamento: auxílio alimentação e transporte – o que dificultaria a concessão de aumentos salariais. Não fica definido um índice de reajuste salarial. O governo Kassab não se manifesta sobre as negociações.

Cerca de mil trabalhadores do MST, de várias regiões do Paraná (região Sul), realizam marcha na capital do estado, Curitiba, em protesto contra a lentidão da reforma agrária. A marcha saiu do Parque Birigui e percorreu as ruas Silva Jardim e Sete de Setembro até a sede do Incra. Os sem terra cobram do governo federal o assentamento das 8 mil famílias acampadas no estado, cestas básicas, infra-estrutura para os assentamentos, renegociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assistência técnica para as famílias assentadas e liberação de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Há um ano e meio as 17 mil famílias

assentadas do Paraná se encontram em completo estado de "abandono", sem assistência técnica. Impedidos de acessar créditos agrícolas, cuja safra se iniciou no mês de agosto. Os assentados também querem a criação de um programa para construção de agroindústrias e o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com a criação de uma política pública de segurança para os produtos que estão em crise, com a compra de 70% da produção de cada família com produtos desvalorizados no mercado. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Os trabalhadores sem terra de nove regiões da Bahia (região Nordeste) ocupam a sede do Incra na capital do estado, Salvador. Cerca de mil trabalhadores participam da ocupação. Segundo o movimento, a reforma agrária na Bahia está paralisada e entre os motivos está a falta de recursos financeiros. Apesar de a Bahia ter apresentado um orçamento de R\$ 87 milhões, apenas 43% destes recursos foram liberados, e deste percentual, parte está contingenciada, impedindo sua utilização. Além disso, o escasso recurso disponibilizado pelo Pronaf não pode ser acessado pelos trabalhadores assentados. Apenas 10% destes recursos foram acessados porque o Incra no estado não tem verba orçamentária para garantir a elaboração dos Planos de Desenvolvimento das Áreas (PDAs) e as topografias; requisitos das instituições financeiras. Na Bahia, só o MST tem hoje cerca de 25 mil famílias acampadas, aguardando o processo de assentamento. Neste ano, não foi realizada nenhuma vistoria e dos R\$ 25,7 milhões orçados para aquisição de terras, apenas 0,25% foram liberados; o que torna inviável a realização das vistorias. Além disso, o Incra no estado já não tem mais verba orçamentária para pagamento de diárias e deslocamentos dos servidores para o campo, situação que se agrava ainda mais com as greves dos servidores públicos. Em relação à política de assentamentos a situação também não é diferente: apenas 50% dos créditos de instalação foram disponibilizados e estes não são suficientes para o pagamento dos déficits de 2005 e 2006. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, que organiza protestos em todo o País.

Representantes do MST entregam documento com reivindicações ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e ao presidente do Incra, Rolf Hackbart, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). A pauta de reivindicações inclui a revisão dos índices de produtividade e o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país. Os sem-terra também cobram o fornecimento de alimentação para as famílias acampadas e créditos para as agroindústrias e habitação. Não há resultados efetivos da negociação nem data estimada para a desocupação dos prédios públicos. Em São Paulo (região Sudeste), cerca de 700 membros do MST ocupam o prédio do Incra no estado e em Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) os sem-terra bloqueiam duas estradas.

Mais de 500 quilombolas e deputados federais fazem ato em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O objetivo do ato é protestar contra projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, que pretende anular um decreto presidencial de 2003 que regulamenta a titulação das terras de remanescentes de quilombos em todo o país.

4ª feira 26

Fiscais federais agropecuários voltam ao trabalho em São Paulo – SP (região Sudeste). No dia 25 de setembro foi assinado um termo de compromisso pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e pelo presidente da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa), Luiz Fernando Carvalho, que pôs fim à paralisação. Os trabalhadores estavam em greve desde o dia 18 de junho. De acordo com o termo de compromisso, os trabalhadores receberão um reajuste médio de 20,3%, dividido em duas parcelas, a serem pagas em fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009. Ainda não foi negociado o pagamento dos dias parados. Os fiscais assumiram o compromisso de fazer um esforço concentrado esta semana para liberar “toda a carga retida nos portos e nos aeroportos”. A categoria é responsável pela inspeção, fiscalização e o controle dos produtos agropecuários em portos, aeroportos e em postos de fronteira. A Anffa reivindicava um reajuste de 45%. Por determinação judicial, 60% dos 3.514 fiscais federais continuaram trabalhando durante a greve.

Metalúrgicos do primeiro turno das montadoras Volkswagen, Renault e Nissan decidem encerrar greve, iniciada em 20 de setembro, após acordo fechado em 24 de setembro entre o sindicato dos trabalhadores e montadoras no Paraná (região Sul). Segundo a assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, trabalhadores aprovam, em assembleias acordo que prevê reajuste de 7,44 % no salário e pagamento de R\$ 1.500 em abono. Os metalúrgicos reivindicam um aumento de 8,5 %. A greve fez com que a Volkswagen deixasse de produzir, em quatro dias, 3.320 veículos; a Renault, 2.800 e a Nissan, 360. Parte dos metalúrgicos da Volks, dos segundo e terceiro turnos diários decidem não aceitar a proposta.

Cerca de 450 militantes do MST, segundo o Jornal Folha de São Paulo, e mil, segundo o Jornal O Globo, protestam na Assembleia Legislativa de São Paulo (região Sudeste) contra o governador do estado, José Serra (PSDB). Os manifestantes vão a pé do prédio do Inbra (também ocupado), na zona oeste, até a sede do legislativo estadual, na zona sul. Eles são contra a proposta do governador que prevê a regularização de propriedades acima de 500 hectares no Pontal do Paranapanema, área de conflito entre Estado e sem terra. Para o MST, as áreas são devolutas e deveriam ser destinadas à reforma agrária e não a grileiros. Após o ato, os sem terra desocupam o Inbra. Não há confronto com a polícia. O protesto faz parte do Setembro Vermelho, uma série de atos do MST em todo o país pela reforma agrária. Em São Paulo, os sem terra querem assentamento imediato de 3 mil famílias.

Cerca de 300 integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocupam uma agência do Banco do Brasil em Palmeira das Missões – Rio Grande do Sul (região Sul). Os camponeses querem que a agência utilize o Manual de Crédito Rural, recurso que permite prorrogar as dívidas por cinco anos. O dirigente estadual do MPA, Plínio Simas, afirma que os produtores não têm dinheiro para pagar o Pronaf deste ano. Ele estima que, no estado, 30 mil pequenos agricultores não consigam acessar os créditos da próxima safra. Em Caxias do Sul, também no estado, cerca de 600 integrantes do MST fazem ato de protesto pela reforma agrária. Ainda no Rio Grande do Sul, duas marchas reúnem cerca de 1.100 pessoas em direção a São Sepé e Santa Maria. No Paraná (região Sul), mil agricultores que estão

acampados em frente ao prédio do Incra participam de negociações com o instituto e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Alunos e professores de cursos pré-vestibulares comunitários protestam contra a proibição comunicada em agosto de 2006 pelo prefeito César Maia dos alunos usarem as salas de aula no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A decisão foi tomada pelo prefeito depois que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou procedente uma ação da prefeitura pedindo a anulação da lei que permitia o uso das salas de aula no município pelos cursos. O Tribunal, no entanto, não dizia que a prefeitura não poderia ceder o espaço. Os manifestantes entregam à promotora Patrícia do Couto Vilela um abaixo-assinado com cerca de 9 mil assinaturas contra a decisão do prefeito César Maia. O documento será anexado a uma ação civil pública que a promotora ingressará no dia 21 de novembro. Até a data, o movimento espera reunir mais 20 mil assinaturas.

Aproximadamente 300 militantes do MST comemoram decisão do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro (região Sudeste) que desapropria a Fazenda São José, de 800 hectares, em Cardoso Moreira, para assentar 55 famílias.

Bancários realizam protestos em cinco agências do Bradesco, uma do ABN e outra do Banrisul, em Curitiba – Paraná (região Sul). Os trabalhadores reivindicam um reajuste salarial de 10,25%, no entanto os bancos oferecem apenas a reposição da inflação, 4,8%, e uma décima terceira cesta-alimentação. Os manifestantes entregam panfletos nas agências e conversam com a população, a fim de divulgar o impasse na negociação salarial da categoria. Os trabalhadores também criticam o comportamento do Bradesco, que tem aplicado interditos proibitórios na Justiça para impedir mobilizações e greves.

Integrantes do MST se reúnem com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O objetivo da reunião é discutir a renegociação de dívidas dos agricultores assentados. Os trabalhadores rurais reivindicam também o assentamento de 150 mil famílias acampadas, condições de trabalho e de moradia digna, educação, saúde e infra-estrutura. Desde 24 de setembro os trabalhadores ocupam sedes do Incra e de órgãos ligados ao Ministério, em 15 estados, para cobrar agilidade na reforma agrária. A mobilização integra a Jornada Nacional de Lutas do MST.

Jovens militantes da oposição realizam um protesto no Senado Federal em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O objetivo da manifestação é protestar contra o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB). Seguranças do Senado tentam impedir o protesto e a presidente nacional da juventude do PSDB, Camila Castro, que vestia uma camiseta preta com a inscrição "Fora Renan" é coagida pelos seguranças da casa. A militante do PSDB se recusou a prestar esclarecimentos à Polícia Legislativa e recebeu apoio do senador Arthur Virgílio (PSDB).

5ª feira 27

A marcha do MST, que passa por São Sepé, na região central do Rio Grande do Sul (região Sul), é atingida por foguetes jogados por ruralistas. As barracas de lona foram danificadas e algumas pessoas foram atingidas. Não houve feridos. Desde o início da marcha no Rio

Grande do Sul, os trabalhadores rurais têm sido vítimas de violência dos latifundiários. No dia 17 de setembro, um grupo de fazendeiros fez disparos com fogos de artifício contra as famílias no intuito de intimidá-las. Segundo o jornal Folha de São Paulo, um grupo de 20 ruralistas que acompanha a caminhada e tem acampado próximo aos sem-terra, confirma a utilização dos foguetes que atingem as 5 barracas. Um deles diz que a intenção não é machucar, mas acordar os sem-terra. Ninguém fica ferido.

Cerca de 80 motoristas de vans, 250 segundo o jornal O Globo, saem em carreata por ruas do Centro de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Segundo os manifestantes, o ato tem o objetivo de chamar a atenção da população e pressionar a prefeitura a fazer uma licitação para legalizar o transporte alternativo em Niterói. Os donos de vans querem que os vereadores pressionem o prefeito a legalizar as cerca de 15 linhas, com 402 carros, sendo 12 cooperativas. O decreto publicado pelo prefeito Godofredo Pinto (PT) em agosto, as chamadas “linhas de vizinhança”, prevê a circulação de vans apenas em rotas secundárias aos principais corredores do tráfego e prevê a licitação de 60 vans que vão atuar apenas no transporte complementar. Os donos de vans não concordaram com o decreto e passaram a realizar manifestações semanais, obstruindo as sessões da Câmara. Desde a semana passada, o presidente da Câmara, José Vicente do Partido Popular Socialista (PPS), proibiu a entrada dos manifestantes na Casa. Hoje, entretanto, o grupo consegue uma liminar na Justiça que abre as portas da Câmara, mas não há sessão por falta de quorum. Segundo o vereador Carlos Macedo do Partido Republicado Progressista (PRP), a regulamentação do transporte coletivo no município é competência do chefe do Executivo, impossibilitando os governadores de tomarem uma providência a respeito do assunto. Em virtude da carreata, estão congestionadas as principais vias de acesso do Centro à Ponte Rio – Niterói.

Cerca de 500 integrantes do MST marcham pelo centro de Curitiba – Paraná (região Sul). Durante a caminhada, os sem terra protestam em frente a uma agência do banco Bradesco contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce. As famílias estão acampadas desde o dia 25 de setembro em frente à superintendência regional do Incra para pressionar o governo federal a acelerar o processo de reforma agrária no país. Somente no Paraná, existem 9 mil famílias acampadas em beiras de estradas. Em todo o Brasil, o número chega a 150 mil.

Policiais civis e agentes penitenciários do Maranhão (região Nordeste) entram em greve por tempo indeterminado. Eles pedem aumento e contratação de mais policiais. Apenas 30% da categoria está trabalhando, segundo o sindicato. Delegados também aderem à paralisação. Por conta disso, deslocamentos de detentos para audiências, visitas e banhos de sol estão suspensos. O governo do estado afirma que a situação está dentro da normalidade.

Cerca de 50 alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ (região Sudeste) faz manifestação no campus da Praia Vermelha, na Urca. Os estudantes protestam contra a adesão da universidade ao decreto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e contra a transferência dos cursos da Zona Sul para a Ilha do Fundão, previsto pelo anteprojeto de reitoria. Amanhã, a prefeitura da Cidade Universitária se reunirá com representantes da PM e de empresas de ônibus, para discutir a segurança dos coletivos que circulam pela ilha e utilizam as linhas

Vermelha e amarela. O objetivo é que motoristas e cobradores possam ser orientados sobre medidas de segurança.

6ª feira 28

Ruralistas bloqueiam a passagem de sem terra, em São Sepé – Rio Grande do Sul (região Sul), que seguem para Coqueiros do Sul, onde está previsto um ato do MST. Após negociação, a PM acompanha os militantes.

Cerca de 16 mil bancários paralisam suas atividades em Curitiba e região metropolitana – Paraná (região Sul). De acordo com o Sindicato dos Bancários, as 283 agências de Curitiba e as 82 dos municípios da região estarão fechadas. Os 16 bancos de Londrina também devem fechar durante todo o dia. Os trabalhadores reivindicam um aumento salarial de 10,5%, alterações no plano de carreira, fim das terceirizações e melhorias no ambiente de trabalho. Os bancários também exigem mais investimento das empresas em segurança. No entanto, os bancos oferecem apenas um reajuste de 4,8%, correspondente à reposição da inflação e uma décima terceira cesta-alimentação.

Sábado 29

A decisão do governo federal de protelar a operação policial de retirada de sete grandes produtores de arroz – os últimos a resistirem à desocupação da terra indígena de Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte) –, aumenta os conflitos na região. Seis malocas já foram incendiadas numa das 194 aldeias da reserva e os índios, divididos em 8 diferentes grupos, atribuem o crime a arroteiros interessados em aumentar a briga entre eles. Os índios também acusam os rizicultores de contratar seguranças armados para rodar de moto pelas comunidades, disparando tiros para cima e fazendo arruaças. A operação de retirada estava prevista para no máximo este mês, mas foi mais uma vez adiada por causa da ameaça do rizicultor Paulo César Quartiero que fala em resistir à força à ação da PF e do Exército. O governo diz que teme que Quartiero use, na linha de frente de sua resistência, os índios ligados à Sodiur, um dos oito grupos indígenas que são empregados ou recebem benefícios dos produtores. Um confronto durante a operação teria repercussão internacional negativa. Entretanto, os índios que querem a desocupação são a maioria (dos 19 mil que habitam a região) e têm a seu favor a sentença definitiva do Supremo Tribunal Federal que determina a retirada de todos os não-índios da reserva. Parte dos deputados estaduais, quase todos os agropecuaristas do estado e a imprensa de Roraima fazem intensa campanha, posicionando-se contra os índios e contra a operação do governo federal. Estradas federais já foram bloqueadas, a sede da Superintendência da PF interdita por manifestantes, dois agentes da PF seqüestrados dentro da área por índios ligados a Quartiero e a assembléia Legislativa é palco de manifestações semanais a favor dos produtores de arroz.

Domingo 30

Cerca de 6 mil pessoas, segundo os organizadores, participam da Caminhada em Defesa dos Direitos dos Idosos, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, chega no final, mas a tempo de anunciar para o dia 9 de outubro, a inauguração da Delegacia do Idoso na Estação Siqueira Campos do metrô, em Copacabana. A caminhada ganha a adesão de banhistas e de pessoas que caminham no calçadão. Durante o evento, são prestados serviços gratuitos, como medição de pressão e emissão de documentos.

Cerca de 600 mil pessoas, segundo o Movimento de Gays, Travestis e Transformistas (MGTT), responsável pela organização, participam da Parada Gay em Madureira, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os participantes exigem igualdade de direitos.

Glossário de Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CEF	Caixa Econômica Federal
Cpers	Sindicato do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DF	Distrito Federal
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FENTECT	Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST	Movimento Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

SINTUPERJ	Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL / CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anderson Andrade (LPP-UERJ), Luiza Leite (LPP-UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF). Revisão: Virgínia Maria de Castro (LPP-UERJ)

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Outubro 2007

2ª feira 01

Estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ocupam a reitoria do campus da universidade em Salvador - Bahia (região Nordeste). Os estudantes protestam contra o decreto do governo denominado: Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Os estudantes entendem que o Reuni é a implementação do projeto Universidade Nova em nível nacional, e da maneira autoritária, pois é uma decisão tomada unilateralmente, através de um decreto, e que estabelece um prazo de meros 5 meses para que todas as universidades “discutam” e decidam sobre os rumos da educação superior brasileira. A adesão é colocada como uma “opção” de cada universidade, mas a liberação de mais verbas está condicionada à sua aceitação.

Cerca de 600 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), segundo informações da Agência Chasque de Notícias, liberam, por horas, a passagem gratuita de veículos pela praça de pedágio de Marques de Souza, na BR-386, no Vale do Taquari no Rio Grande do Sul (região Sul). O ato tem por objetivo protestar contra o pedágio, de gestão da concessionária Univias, que é o mais caro do estado. A tarifa para um carro de passeio está em torno de dez reais. Os trabalhadores também reivindicam a desapropriação, por interesse social, da Fazenda Coqueiros, no norte gaúcho. A área, que possui mais de nove mil hectares, ocupa atualmente 30% do município e emprega 20 pessoas. No local, poderiam ser assentadas cerca de 400 famílias. Os sem terra estão na região de Lajeado desde o dia 29 de setembro e integram uma das três marchas que o MST realiza no estado.

Cerca de 500 integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocupam uma área da multinacional Aracruz Celulose perto da BR-116, em Canguçu - Rio Grande do Sul (região Sul). Os camponeses protestam contra a expansão das monoculturas de eucalipto, pinus e acácia na região, que vêm expulsando as famílias locais. Além disso, os pequenos agricultores denunciam a falsa geração de emprego e renda divulgados pelas empresas da celulose. As famílias seguem para a Câmara de Vereadores, onde entregam um projeto de emenda popular que altera a Lei Orgânica Municipal. O documento propõe que o plantio não ultrapasse a 15% da área nas pequenas e médias propriedades e exige a proibição da atividade em escala industrial, evitando assim as monoculturas. De acordo com o integrante do MPA, Adilson Schuch, algumas famílias já estão sem terra para plantar na região. A atividade simboliza também o início da luta do MPA pela reforma agrária.

Cerca de 200 marchantes iniciam a “Marcha Popular pela Terra e pela Vida”, no Espírito Santo (região Sudeste). Manifestantes de vários municípios seguem em marcha por diversas cidades do estado para divulgar a caminhada à sociedade, cujo destino é a empresa multinacional Aracruz Celulose. A Marcha pretende promover debates em escolas e na comunidade em geral, sobre os prejuízos da monocultura de pinus e eucalipto na região. O

norte do Espírito Santo é caracterizado pela expansão da monocultura levada pela empresa Aracruz, que tirou as terras de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Aproximadamente 860 militantes dissidentes do MST, ligados a José Rainha Júnior, fazem manifestações nos escritórios do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) em cinco cidades do Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Os grupos estendem faixas e bandeiras e usam carros de som para protestar contra o projeto do governador José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de regularizar as terras com mais de 500 hectares do Pontal. Os protestos ocorrem simultaneamente nos escritórios de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio, no estado de São Paulo. A mobilização conta com a participação de sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outros movimentos de sem terra.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST, segundo informações do Jornal O Estado de São Paulo, 1,2 mil, segundo site do MST, ocupam a sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O MST reivindica a desapropriação de quatro áreas do Dnocs no Interior, “todas já ocupadas”, e também quer discutir o Plano de Convivência com a Seca. Os sem terra esperam ser recebidos pelo diretor-presidente do órgão federal, Elias Fernandes, para negociar a desapropriação e dizem que só deixam o DNOCS após este encontro. A assessoria de Elias informa que somente no dia 2 de outubro ele poderá conversar com os agricultores. Na semana passada, este mesmo grupo de trabalhadores ocupou a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e agência do Banco Central (BC), na capital, Fortaleza, como forma de pressionar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a receber o comando nacional do movimento em audiência para discutir a Reforma Agrária.

Cerca de 100 famílias de sem-terra, ocupam a fazenda Ipê, em Castilho – São Paulo (região Sudeste). A ocupação, que impede que caminhões e funcionários entrem na fazenda para recolher cerca de 2 mil toneladas de cana que seriam processadas numa usina da região, é um protesto contra a demora da Justiça Federal em liberar a área para reforma agrária. Os sem-terra, que foram recrutados em acampamentos da região pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), dizem que vão proibir a colheita e a retirada de aproximadamente 30 mil toneladas de cana que estão plantadas, colhidas ou prontas para colher, em 300 dos 978 hectares da fazenda. De acordo com José Carlos Bossolan, líder dos sem-terra e diretor do Sintraf, a cana foi plantada em arrendamento quando a fazenda já era objeto de desapropriação para reforma agrária. Em 2002, a propriedade foi declarada improdutiva; em 2003 o Incra depositou R\$ 4,8 milhões pela desapropriação, que foi contestada pelos proprietários. Os sem-terra se dizem revoltados porque o Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo estaria demorando em julgar o caso. "O processo espera uma decisão do TRF desde 2004", diz Bossolan. Segundo ele, os manifestantes só vão deixar a propriedade quando o TRF colocar o caso na pauta e marcar uma data para o julgamento.

Aproximadamente 30 pessoas, realizam uma manifestação na ponte sobre o rio Jacuí, na BR-290 no Rio Grande do Sul (região Sul). Os moradores, afetados pela enchente na Ilha das Flores, protestam contra a falta de ajuda da prefeitura da capital, Porto Alegre, que não

teria repassado alimentos e roupas a eles depois da enchente ocorrida durante a semana passada. Os alagamentos ocorridos em Porto Alegre afetaram pelo menos 5 mil moradores das ilhas da região.

Manifestantes dos movimentos de luta por moradia realizam uma série de manifestações pelo país. Os sem-teto realizam atos em 15 cidades de 14 estados. As mobilizações marcam, segundo os organizadores, o Dia Nacional da Reforma Urbana e contam com a participação de entidades como a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional de Moradia Popular. Em Salvador – Bahia e Recife – Pernambuco (região Nordeste), cerca de 10 mil manifestantes, 5 mil em cada cidade, fecham as principais avenidas das duas capitais. Os trabalhadores sem-teto, que protestam em frente à sede do governo estadual, em Recife, entram em confronto com a Polícia Militar (PM), o que causou ferimentos em pelo menos oito pessoas, incluindo policiais. Um dos manifestantes é preso, mas liberado após algumas horas. Os sem-teto bloqueiam 4 rodovias de acesso ao Centro. Após os protestos, uma comissão de representantes de 9 movimentos é recebida pelo secretário de Articulação Social, Waldemar Borges. Durante a reunião, os manifestantes dizem a Borges que se o governo do estado continuar a receber os manifestantes com “truculência policial”, vão se equipar para os próximos protestos. Em Teresina - Piauí (região Nordeste) houve tentativa de ocupação das sedes da prefeitura e do governo. Em São Paulo – SP (região Sudeste), dois prédios foram ocupados na região central. Em Curitiba - Paraná (região Sul) imóveis vazios no centro amanhecem com adesivos “Interditado, imóvel que não cumpre sua função social”. Os grupos apresentaram pauta com 12 reivindicações, nas quais se destacam a destinação de todos os 5 mil imóveis vazios da União para a construção de moradia e dos 52 imóveis da Rede Ferroviária Federal. Os movimentos pedem ainda a desburocratização dos processos de regularização fundiária.

A Justiça de Carazinho – Rio Grande do Sul (região Sul) determina que a PM impeça o avanço de 3 marchas ligadas ao MST, que se dirigem a uma fazenda em Coqueiros do Sul. A decisão atende ao Ministério Público Estadual que argumenta que o confronto entre sem-terra e produtores seria “risco” para crianças e adolescentes.

Cerca de 300 pescadores prejudicados pelo vazamento de óleo na Baía de Guanabara – Rio de Janeiro (região Sudeste), em janeiro de 2000, fazem barqueada em protesto pela demora no julgamento da ação de indenização movida contra a Petrobrás. A empresa foi condenada em primeira instância a ressarcir os prejuízos de 12 mil pescadores, mas uma série de recursos vem retardando o pagamento. A Federação de Pescadores do Estado do Rio (FEPERJ) acusa a Petrobrás de agir de forma antiética ao contratar como advogado um ex-desembargador que atuou no processo. Segundo o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, Paulo Saboya, não há empecilho para ex-magistrados retornarem à advocacia. Ele diz, porém, que se uma parte do processo sentir-se prejudicada, pode recorrer à Ordem. O pedido de indenização contra a Petrobrás foi julgado procedente pela juíza Simone Gastesi Chevrand, da 25ª Vara Cível, em 2002. O derramamento de 1,3 milhão de litros de petróleo da Reduc comprometeu a pesca em diversos pontos da baía, como Ilha do Governador, Magé e São Gonçalo.

3ª feira 02

Bancários das redes pública e privada rejeitam a proposta feita pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e fazem greve por tempo indeterminado a partir de 4 de outubro. A categoria dos bancários reivindica reajuste salarial de 10,3% (ou 5,5% de aumento real nos salários), participação nos lucros de até dois salários mínimos por ano e uma parcela fixa de R\$ 3,5 mil. Os trabalhadores pedem também a fixação de um piso salarial de R\$ 1.628,24 e melhoria das condições de trabalho. Segundo a assessoria de imprensa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), a greve geral no setor vai abranger os Estados do Pará, Amapá, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe (região Nordeste), além do Distrito Federal (região Centro-oeste).

Médicos da rede municipal dão início a uma paralisação de 48 horas em Fortaleza - Ceará (região Nordeste). Os médicos reivindicam gratificações sobre o salário-base de R\$ 1.700. Só devem ser atendidos casos graves, em hospitais de urgência. A greve dos 1.826 profissionais terminará no dia 04 de outubro, quando os trabalhos se normalizarão. A prefeitura oferece reajuste de R\$ 726 para R\$ 1.700 no salário-base, mas estipula um valor menor, R\$ 752, como parâmetro para as gratificações.

Representantes dos movimentos de moradia popular levam reivindicações ao Palácio do Planalto em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O objetivo da reunião é discutir diretrizes para a destinação dos recursos públicos à moradia popular e reivindicar o acesso aos recursos do Fundo Nacional de Interesse Social (FNHIS) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os manifestantes conseguiram apresentar os pedidos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma rápida conversa em frente ao Palácio da Alvorada. De acordo com o secretário nacional interino de Articulação Social da Presidência da República, Antônio Roberto Lambertucci, que recebe os integrantes do movimento no Planalto, participam do encontro desta tarde os ministros Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência; Dilma Rousseff, da Casa Civil; Paulo Bernardo, do Planejamento; o vice-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Hereda, e a secretária de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST são violentamente reprimidos por policiais. Os manifestantes ocupavam a sede Dnocs, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste) desde o dia 1 de outubro, para reivindicar a desapropriação de duas áreas do Dnocs no interior do estado para fins de reforma agrária. Os sem-terra seriam recebidos pelo diretor-presidente do órgão federal, Elias Fernandes, para negociar a desapropriação.

4ª feira 03

Funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) paralisam suas atividades por tempo indeterminado em todo o país. Os bancários da Caixa de Pernambuco (região Nordeste) bem como de outros estados, rejeitam a proposta oferecida pela Fenaban, que prevê reajuste de 6% nos salários, concessão da 13ª cesta de alimentos, além de participação nos lucros

em 20%. De acordo com o secretário geral da Contraf, Carlos Cordeiro, a greve na Caixa é motivada por problemas anteriores à negociação salarial: “A Caixa Econômica Federal não fez nenhum esforço, não fez nenhuma proposta, por isso que a greve é muito forte na CEF em todo país. Mas, de fato, esta é uma resposta do funcionalismo às péssimas condições de trabalho. Há uma insatisfação muito grande dos funcionários com a direção da empresa”. Os bancários dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro, além da greve na Caixa, também deliberaram pela suspensão do trabalho no Banco do Brasil. A greve em todos os bancos foi aprovada no Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Amapá, Brasília (DF) e Curitiba –Paraná. Entre os bancos privados, não estão funcionando algumas agências do Bradesco, Itaú, Banco Real e Unibanco. A secretária-geral do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Jaqueline Mello, justifica que a greve na CEF foi deflagrada porque, além da pauta geral, os empregados têm reivindicações específicas que não avançaram nas negociações com o patronato. "Entre os exemplos estão a implantação de um plano de cargos e salários e a contratação de novos funcionários para suprir o aumento da demanda de clientes nas unidades bancárias, verificada depois da implantação do programa do governo federal de transferência de renda, o Bolsa Família". Representantes de cada um dos segmentos bancários do estado fazem assembleias isoladas para definir os rumos do movimento.

A Brigada Militar destaca policiais efetivos de três cidades para impedir 3 marchas do MST em direção a uma fazenda em Coqueiros do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). A ordem é da Justiça. As marchas, com cerca de 600 pessoas cada uma, ocorrem desde o dia 11 de setembro. O MST diz que não foi informado da proibição.

A prefeitura de Fortaleza – Ceará (região Nordeste) informa que irá cortar os pontos dos médicos do município que participam de paralisação de 48 horas na rede de saúde da cidade. Em Salvador – Bahia (região Nordeste), aumenta o número de clínicas e hospitais particulares que suspendem pelo 2º dia o atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a associação de hospitais do estado, dos 110 maiores hospitais e clínicas da capital, 96 aderem ao movimento. A prefeitura afirma que somente 22 unidades aderem. A suspensão, que atinge mais setores de emergência e ortopedia, é um protesto contra decisão da prefeitura de reduzir em 25% o atendimento pelo SUS em cada unidade. Em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), o impasse entre a prefeitura e a categoria é sobre o valor de referência a ser usado para o pagamento de gratificações. A prefeitura concordou em aumentar o salário-base de R\$ 726 para R\$ 1.700, mas quer vincular as gratificações a um valor menor – R\$ 752. Há dois dias não há atendimento médico nos 89 postos de Saúde de Fortaleza. Também não funcionam seis dos oito hospitais distritais da cidade. O presidente do sindicato, Tarcísio Dias, diz que o corte do ponto “não vai desmobilizar a categoria”.

5ª feira 04

Integrantes de diversos movimentos sociais - entre eles, o MST, Grito dos Excluídos, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e a CUT -, que compõem a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), lançam em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), a campanha "Quem manda é você". Os movimentos realizam manifestação em frente ao Ministério das Comunicações. Eles reivindicam o cumprimento dos princípios

constitucionais para a exploração das concessões de rádio e TV e a instituição de mecanismos de participação popular no momento de outorga e renovação das concessões. No dia 5 de outubro, vencem as autorizações das maiores redes brasileiras de TV como Rede Globo, TV Bandeirantes e TV Record. Durante o ato, foi organizada uma dramatização de um julgamento popular para apurar a opinião da sociedade sobre o conteúdo e o modo como é conduzida a programação destas emissoras. Na encenação, entidades e representantes da sociedade questionavam, entre outros aspectos, a imagem dos trabalhadores, negros e pobres contidas na programação. Agustino Veit, membro da comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, condenou este modelo adotado pelas redes que dominam os meios de comunicação e não abrem a possibilidade de debate com a sociedade. Os manifestantes tiveram uma reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, do Partido dos Trabalhadores (PT), para quem entregaram a pauta de reivindicações da Campanha "Quem manda é você". Na audiência, o presidente da Câmara reconheceu que há um "automatismo" nos processos de renovação e disse que a Campanha promove um debate fundamental para democratizar o país. Em São Paulo (região Sudeste), cerca de 200 manifestantes se concentraram em frente ao prédio da Gazeta, na Avenida Paulista. De lá eles seguem até o vão do MASP, onde é feito um ato público. O ato é encabeçado por diversas entidades e movimentos sociais, entre os quais, o Coletivo Brasil de Comunicação – Intervozes, o MST, a CUT e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Os deputados federais Ivan Valente, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o vereador Paulo Búfalo, (PSOL) também marcaram presença. No Espírito Santo (região Sudeste) cerca de 200 manifestantes que participam da Marcha Popular pela Terra e pela Vida, que teve início no dia 1º de outubro, também realizam um ato de protesto contra a renovação da concessão da Rede Globo e também da Rede Gazeta, afiliada global no Espírito Santo. O ato aconteceu no município de Linhares, norte do estado, por onde a Marcha Popular está passando. Os manifestantes fizeram um júri popular na Praça das Andorinhas, no centro do município, durante o qual a Rede Gazeta foi acusada de criminalizar os movimentos sociais, principalmente as comunidades indígenas de Aracruz e as comunidades quilombolas do Sapê do Norte que lutam pela retomada de suas terras roubadas pela empresa Aracruz Celulose. Pela decisão popular do júri, a Rede Globo e a Rede Gazeta foram condenadas a encerrar suas atividades, ou seja, não terão sua concessão renovada.

Funcionários de bancos particulares, do Banco do Brasil e de instituições regionais como o Banco de Brasília decidem voltar ao trabalho. A decisão dos bancários que resolvem encerrar a greve vale para o país todo, com exceção de Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste) e do Ceará (região Nordeste), onde as paralisações foram apenas suspensas temporariamente, sem que a proposta patronal tenha sido aceita em definitivo. De acordo com a Contraf, os bancários da rede privada e boa parte da rede pública aceitaram a proposta da Fenaban de um aumento de 6% nos salários e decidiram pôr fim à greve. Já na CEF, 70% das agências continuam fechadas por tempo indeterminado. Os bancários da Caixa reivindicam a criação de um plano de cargos e salários, contratação imediata de mais empregados, igualdade entre os empregados, cumprimento da jornada de seis horas e cesta-alimentação para todos os aposentados e pensionistas.

O secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Brasília, Enilson Cardoso da Silva, é preso e uma trabalhadora é agredida durante a greve que pára 4,5 mil funcionários da CEF

em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O trabalhador é tirado do piquete onde estavam os demais grevistas, em frente à Matriz. Um da CEF, é levado por policiais para a delegacia. O secretário-geral foi libertado posteriormente pelos policiais. A bancária Gisele de Almeida é agredida por uma policial em frente a uma agência da Caixa. Gisele afirma que recebeu um tapa no rosto durante uma discussão com uma policial que havia multado seu carro. Os trabalhadores criticam a direção da Caixa Econômica Federal, que chamou a polícia militar para impedir os protestos dos trabalhadores em frente à sede da empresa.

O deputado federal, Ivan Valente (PSOL-SP), apresenta um Projeto de Decreto Legislativo em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) que propõe a realização de um Plebiscito Oficial para recolher a opinião da população, favorável ou contrária, à retomada do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pelo Estado brasileiro. No entanto, para que o projeto seja votado e aprovado na Câmara o povo terá que pressionar os deputados que elegeu para representá-lo, pois tanto o governo como a oposição de direita são contra reabrir o debate sobre a privatização da CVRD.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Grupo de Fiscalização Rural da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo autuam 146 fazendas produtoras de laranja na região de Araraquara e São Carlos, em São Paulo (região Sudeste). Em todas as produtoras visitadas, a maioria dos trabalhadores recebia abaixo do salário mínimo, em torno de R\$ 0,40 por caixa de fruta colhida, ou R\$ 300 mensais. A ação dos auditores do MTE, realizada de 17 a 21 de setembro, encontrou 874 funcionários trabalhando sem registro, em condições totalmente irregulares. Foram encontrados também casos de terceirização ilegal, falta de fornecimento de equipamentos individuais de proteção e transporte de trabalhadores em situação de risco. As propriedades receberam prazo do MTE para corrigir as irregularidades. Caso descumpram as determinações do ministério, estarão sujeitas a embargos e interdições.

Termina o 5º Congresso Brasileiro de Agroecologia em Guarapari – Espírito Santo (região Sudeste). O Congresso aconteceu de 1º a 4 de outubro. Os cerca de 2,3 mil congressistas aprovam uma moção de repúdio aos procedimentos encaminhados na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para a aprovação do uso de modalidade de milho transgênico. Segundo a integrante do Greenpeace, Gabriela Vuolo, os protestos acontecem porque a CTNBio não tem critérios para a avaliação dos pedidos de liberação comercial, nem metodologias para análise de risco dos transgênicos. Gabriela relata como a falta de critérios gera distorções nas aprovações dadas pela CTNBio. “Por exemplo, a Bayer disse que apresentou estudo de impacto ambiental, daí você pega as páginas deste estudo e vê que na verdade é um estudo de eficiência agrônoma, e que serve pra ver se o transgênico funciona e se realmente resiste ao agrotóxico. Isso não é estudo de impacto ambiental, mas a CTNBio aceita justamente porque não há norma. Isso é um absurdo”.

6ª feira 05

A ação da PM contra um grupo do MST, acampado no Dnocs, foi discutida na Assembléia Legislativa do Ceará (região Nordeste). Segundo a deputada Rachel Marques (PT), que

levou o assunto ao plenário, as cenas protagonizadas pelos policiais não condizem com o Estado Democrático de Direito. A agressão ocorreu no dia 02 de outubro durante a ocupação da sede do Dnocs. A parlamentar pediu a apuração do caso e a punição dos responsáveis.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil que defendem a democratização dos meios de comunicação realizam atos e mobilizações em pelo menos 15 capitais de todo o país, pedindo democracia e transparência nas concessões de rádio e TV. O dia foi escolhido por ser a data em que vencem várias concessões, e ocorrem renovações automáticas para emissoras próprias e afiliadas da Rede Globo, Bandeirantes, Record e CNT/Gazeta. As mobilizações acontecem em capitais como São Paulo - SP (região Sudeste); Vitória – Espírito Santo (região Sudeste); Recife - Pernambuco (região Nordeste); Curitiba - Paraná (região Sul); São Luís - Maranhão (região Nordeste); Belo Horizonte – Minas Gerais (região sudeste); Manaus - Amazônia (região norte); Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) Salvador - Bahia (região Nordeste); Florianópolis – Santa Catarina (região Sul); Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste) e Maceió - Alagoas (região Nordeste). Elas marcam o lançamento de uma campanha nacional sob o mote “Concessões de rádio e TV: quem manda é você”, que pretende discutir com a população o caráter público das concessões de rádio e TV e denunciar uma série de irregularidades praticadas pelas empresas na exploração do serviço de radiodifusão. Exemplos de práticas ilegais no uso das concessões vão desde o não cumprimento do limite de veiculação de 25% do tempo de programação com publicidade até o funcionamento de emissoras com outorgas vencidas há mais de 10 anos. Incluem ainda outorgas dadas a deputados e senadores, prática proibida pela legislação vigente. Fazem parte da organização da campanha: CMS, CUT, MST, CMP, UNE, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Grito dos Excluídos, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres (UBM), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Conselho Estadual da Mulher (CONEM), MTD, Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), União Nacional por Moradia Popular (UNM), Ação Cidadania, Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ), Abraço, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Coletivo Brasil de Comunicação (Intervozes), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos), Campanha pela Ética na TV, Articulação Mulher&Mídia, Observatório da Mulher, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Comunicativistas, Coletivo Epidemia e Artigo XIX. Daniel Pimentel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), afirma que não falta transparência no processo de concessão, pois “para que tenham as concessões renovadas, as emissoras têm de estar em dia com diversas obrigações legais”.

O movimento de ocupação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador - Bahia (região Nordeste) delibera, em assembléia, ser contra o decreto que institui o Reuni. Os estudantes que ocupam a reitoria desde o dia 1º de outubro, entendem que o Reuni é a implementação do projeto Universidade Nova em nível nacional, e da maneira autoritária, pois é uma decisão tomada unilateralmente através de um decreto, e que estabelece um

prazo de meros cinco meses para que todas as universidades “discutam” e decidam sobre os rumos da educação superior brasileira. A adesão é colocada como uma “opção” de cada universidade, mas a liberação de mais verbas está condicionada à sua aceitação. Com a crescente crise de financiamento das universidades públicas, provocada por sucessivas políticas neoliberais, muitos gestores acabam se vendendo por qualquer quantia, e no caso do Reuni, essa quantia é muito pequena (20% das verbas atuais, divididas em cinco anos), sendo que mesmo essa quantia não é garantida, pois fica restrita à “disponibilidade orçamentária” do Ministério da Educação (MEC).

Domingo 07

Cerca de 30 integrantes do MST montam acampamento às margens da Estrada de Ferro Carajás, em Vila dos Palmares II, distrito de Parauapebas, no Pará (região Norte). O objetivo do grupo é impedir a circulação de trens. A ferrovia é da União e está sob concessão da CVRD. O MST pretende chamar atenção para a divulgação de um plebiscito informal realizado durante o Grito dos Excluídos, em setembro. Um dos itens do documento questiona a privatização da Vale. A polícia local foi avisada, mas ainda não há registro de atos de violência. A Vale informa, por meio de sua assessoria de imprensa, que entrou na Justiça contra o MST, pedindo que seja tipificado, como crime o bloqueio da linha férrea. Segundo a Vale, impedir o tráfego de trens prejudica os negócios da empresa (o transporte de minério de ferro e manganês), além do transporte de combustível na região e o deslocamento de cerca de 1,3 mil pessoas que todos os dias utilizam a ferrovia para chegarem aos estados do Pará e Maranhão.

O grupo gay Arco-Íris faz um protesto pacífico no Cristo Redentor no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes depositam 2.509 flores aos pés do monumento. A quantidade de flores corresponde ao número de assassinatos de gays em crimes de natureza homofóbica no país nos últimos dez anos.

2ª feira 08

O Comitê Nacional da campanha A Vale é Nossa, formado por 64 entidades e organizações da sociedade civil, divulga na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) o resultado do plebiscito sobre a anulação do leilão de privatização da CVRD, realizado em todo o país entre os dias 1º e 9 de setembro. Os movimentos, que realizaram a pesquisa em 3.157 municípios do país, lutam pela anulação da venda da companhia por meio da reabertura das ações que tramitam nos tribunais. Cerca de 94,5% dos 3.729.538 brasileiros, que participaram do plebiscito disseram não a essa pergunta “A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?”. Segundo o MST, os brasileiros repudiaram também o fato de o governo continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna; o preço da energia elétrica e a reforma da previdência. Com 2.492.320 votos, o pagamento das dívidas externa e interna pelo governo brasileiro foi rechaçado por 92,1% dos votantes. A pergunta: Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas? Foi respondida: Não por 93,7% dos 2.536.136 eleitores. Já quando o

povo foi questionado sobre se concordava que a Reforma da Previdência retirasse os direitos dos trabalhadores, o Não foi a opção de 93,4% dos 2.895.965 votantes. Participaram da divulgação do resultado as 64 organizações do movimento social brasileiro, que integraram as mobilizações para a realização do terceiro plebiscito popular da história do Brasil. A declaração do presidente Lula de que o governo não pretende rever a venda da Vale, apesar do apoio do PT ao plebiscito, provocou surpresa nos movimentos sociais. "O posicionamento do presidente Lula foi uma reação que não esperávamos", diz Julio Turra, da CUT. "No último congresso da CUT, em 2006, Lula foi explícito ao adotar uma resolução pela anulação do leilão da Vale", rebate o sindicalista. A privatização da companhia é questionada por 107 ações de pessoas físicas na Justiça, das quais 62 foram reabertas em 2005. A Vale foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, mas segundo o comitê da campanha, foi avaliada na época em mais de US\$ 100 bilhões. Outra irregularidade seria a participação do Banco Bradesco, um dos compradores da companhia, do consórcio que avaliou a empresa e elaborou o edital do leilão. A prática, segundo os movimentos sociais, é proibida pela Lei de Licitações. O comitê também questiona o empréstimo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos compradores. Outro procedimento ilegal teria sido a sonegação de documentos em língua inglesa. Maior produtora mundial de ferro, presente nos cinco continentes, a Vale atua em 14 estados e opera 9 mil km de estrada de ferro e dez portos. Mais de 50% da empresa está nas mãos do consórcio vencedor do leilão. Desse total, 21% pertencem ao Bradesco, 18%, a um grupo japonês, e pouco mais de 11%, ao BNDES. O restante são ações negociadas nas bolsas de valores.

Os 1,7 mil integrantes do MST, voltam a marchar nesta semana no Rio Grande do Sul (região Sul). Os cerca de 500 sem-terra que estão em Santa Maria seguem para Cruz Alta, onde realizam debates e palestras sobre a marcha e a importância da reforma agrária. As famílias que estão em Tio Hugo prosseguem para Passo Fundo. Já os 600 sem-terra que permaneceram em Condor no final de semana devido à chuva, seguem para Palmeira das Missões. O MST reivindica a desapropriação por interesse social da Fazenda Coqueiros, no Norte do estado, para o assentamento de cerca de 400 famílias.

Cerca de 100 pessoas, seguem em passeata até a Secretaria Estadual de Habitação no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes ocupavam um prédio vazio na Rua Senador Dantas, também no centro do Rio de Janeiro. Oficiais de Justiça, acompanhados de policiais do batalhão da Praça Tiradentes, chegam ao local com a ordem de desocupação. Um grupo de invasores permaneceu no imóvel com as roupas e objetos dos demais, que seguem até a Secretaria de Habitação para tentar uma negociação.

Manifestantes realizam protesto silencioso na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra a violência. O movimento Rio de Paz promete fazer, todas as segundas-feiras o ato “Uma Hora pela Vida” até que o número de homicídios – uma média de 17 por dia – seja reduzido no estado.

Estudantes, em protesto contra a falta de condições físicas do prédio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), transformam o estacionamento e parte do pátio do campus do Maracanã em “salas” de aulas. Alunos e professores de 7 turmas seguem a matéria e realizam provas no local. Segundo os organizadores do ato, o objetivo da

manifestação no primeiro dia de retomada das aulas é divulgar as péssimas condições do edifício, que no dia 30 de setembro pegou fogo. Para eles, há desconfiança em relação ao laudo divulgado pela reitoria com a causa do incêndio. Os alunos temem que o laudo omita problemas de estrutura do prédio. A UERJ diz que o laudo é da Defesa Civil e que as áreas afetadas estão interditadas, mas as salas de aula estão liberadas. Os manifestantes alegam que o resultado da perícia realizada pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli e pelo Corpo de Bombeiros ainda não foi divulgado.

Representantes dos trabalhadores das empresas estatais, representantes de outros movimentos sociais e a CUT organizam um protesto em frente ao prédio da Secretaria da Fazenda em São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto é contra o que consideram o iminente processo de privatização das empresas no governo José Serra (PSDB). Cerca de 100 manifestantes carregam faixas e um boneco representando "o fantasma das demissões" e gritam palavras de ordem contra o processo em análise pelo governo do estado. Paralelamente à manifestação, a Secretaria da Fazenda realiza a abertura dos envelopes da licitação que irá definir a consultoria que fará a avaliação econômico-financeira de todas as participações acionárias do Governo paulista nas suas empresas controladas.

Os bancários da CEF decidem intensificar a greve no Paraná (região Sul). Os trabalhadores decidem bloquear o acesso aos caixas-eletrônicos das agências. Na assembléia realizada no dia 05 de outubro, 195 dos 204 trabalhadores de Curitiba e região metropolitana votaram a favor da greve. Eles também realizam um ato público no centro da cidade, repudiando o fato de a Caixa recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para julgar se a greve é abusiva e ajuizar o dissídio coletivo. Os trabalhadores reivindicam, além do reajuste salarial, questões específicas como: Plano de Cargos e Salários unificado e maior Participação nos Lucros e Resultados (PRL). Em nível nacional, a CEF propõe o pagamento adiantado de 70% da PLR. Representantes dos trabalhadores afirmam que a Caixa oferece somente uma antecipação do valor e que o dinheiro recebido seria menor do que os funcionários ganharam no ano passado. Se o acordo entre a Caixa e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec) não ocorrer durante a audiência de conciliação marcada pelo TST para dia 9 de outubro, um relator do tribunal será nomeado para julgar a greve. A Contraf afirma que o movimento já atinge, total ou parcialmente, cerca de 80% das agências do banco no país. Segundo a Caixa, a greve pára 227 das 2.440 agências do banco – 9,3% do total. A CEF não inclui no balanço as agências parcialmente afetadas. A greve prejudica os clientes, sobretudo na parte de contas e nos contratos imobiliários. O banco diz que os caixas eletrônicos não são afetados.

Trabalhadores rurais sem-terra, ligados a 4 movimentos sindicais, ocupam a Usina Salgado, em Ipojuca – Pernambuco (região Nordeste), bloqueiam a passagem de caminhões com cana e conseguem paralisar as máquinas da indústria, que produz 12 mil sacas de açúcar e 100 mil litros de álcool por dia. O prejuízo é de R\$ 600 mil por dia, segundo os proprietários, integrantes da família do ex-deputado federal Marcos Queiroz (PSB). Os movimentos que participam da ocupação são: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Os manifestantes anunciam que a partir de agora vão atuar em conjunto no Fórum

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo os lavradores, 2 mil pessoas participam da ocupação. A direção da usina diz que são 700 manifestantes acampados. O grupo exige a desapropriação da empresa com base em novo conceito de reforma agrária que desejam que seja implantado pelo governo, segundo o qual a “função social plena da terra” deveria ser considerada no caso dos sem-terra reivindicarem a desapropriação de áreas produtivas com problemas trabalhistas, ambientais ou dívidas com a União. A usina, considerada uma das mais produtivas do estado, é acusada pelos sem-terra de ter débitos de R\$83 milhões com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e outros R\$99 milhões em impostos. Eles pedem que as dívidas sejam convertidas em terras para os lavradores. O superintendente do Inbra na capital, Recife, Abelardo Siqueira, se reúne com os sem-terra e repassa as suas reivindicações para a direção do órgão, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Na capital, o Inbra informa que o governo federal já usa critérios ambientais, trabalhistas e relativos a dívidas com a União nas desapropriações. Os sem-terra querem se reunir com o ministro do Desenvolvimento Agrário, o presidente do Inbra e representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Gerência de patrimônio da União. Os usineiros negam a existência de problemas ambientais e trabalhistas. Dizem que há débitos com a Previdência, mas também há créditos e que o processo de acerto de contas está em negociação. O juiz de Ipojuca, Luiz Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, dá liminar de reintegração de posse à Usina Salgado e manda um oficial de Justiça avisar aos lavradores da medida. O governador Eduardo Campos (PSB) envia emissários da Secretaria de Ação Social para conversar com os trabalhadores, mas eles se recusam a deixar o local e não permitem a moagem da cana. A Usina informa que espera para o dia 9 de outubro a saída dos sem-terra.

3ª feira 09

Integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) ocupam prédio no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes integram o grupo que foi expulso no dia 08 de outubro de um outro prédio na Rua Senador Dantas, também no Centro do Rio de Janeiro. No local, funciona o arquivo da Secretaria Estadual de Fazenda. PMs do batalhão da Praça da Harmonia tentam negociar com os manifestantes, mas as tentativas não avançam.

Em pelo menos 18 estados os bancários da CEF aprovam o fim da greve e as agências voltam a funcionar normalmente dia 10 de outubro. Deliberaram por continuar a greve as assembleias de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), Bahia, Maranhão, Sergipe (região Nordeste), Porto Alegre e Caxias do Sul no Rio Grande do Sul (região Sul). A Caixa ofereceu aos trabalhadores pagar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no valor de R\$ 4,1 mil para os empregados não-comissionados - técnicos bancários e escriturários - e pouco mais de R\$ 4.362,84 para os comissionados - analistas, técnicos de fomento, caixas, avaliador de penhor, entre outros. Além disso, até março de 2008 será creditado um valor adicional à PLR, de R\$ 600, caso o aumento do lucro líquido seja superior a 15% ao se comparar o ano de 2007 com o de 2006. Os bancários também receberão reajuste salarial de 6%, índice que também vai ser aplicado ao tíquete-refeição, cesta-alimentação e auxílio-creche ou babá. Também foi garantida a 13ª cesta-alimentação de R\$ 252. A Caixa também se comprometeu a contratar mais 3 mil empregados até

dezembro de 2007 e realizar concurso público em março de 2008. A categoria reivindica a criação de um plano de cargos e salários, contratação imediata de mais empregados, igualdade entre os empregados, cumprimento da jornada de 6 horas e cesta-alimentação para todos os aposentados e pensionistas.

Cerca de 200 estudantes, da UERJ fazem uma manifestação em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Eles protestam contra o corte de verbas sofrido pela Instituição e a falta de estrutura para o funcionamento. A pista da esquerda da Avenida Boulevard 28 de Setembro é interditada, complicando o trânsito na região. O protesto conta com o apoio de professores e servidores da Universidade.

Seis manifestantes da Juventude Popular Socialista, ligada ao Partido Popular Socialista (PPS), de acordo com informações do Jornal do Brasil, oito, segundo o jornal Folha de São Paulo, são detidos pela segurança do Senado quando tentam chegar ao gabinete do presidente da Casa, Renan Calheiros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-AL), em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Os manifestantes tentavam entregar a Renan e a outros senadores peemedebistas “franciscanos” sandálias de dedo em protesto à declaração que deu origem ao termo criado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que exigia o atendimento de suas reivindicações pelo governo e disse que os “franciscanos” não queriam “sapatos de cromo alemão”, mas se contentavam com “um chinelinho novo”. Os manifestantes entram no Congresso com roupas comuns e as trocam pelos trajes franciscanos num banheiro do Senado. O líder do grupo, secretário nacional de Organização do PPS, Alexandre Martins, ajoelha e é cercado pelos seguranças. De acordo com Martins: “Trata-se de um protesto às ações dos senadores, que usam o Senado como um grande balcão de negócios, principalmente em cima das declarações de nosso grande senador Wellington Salgado, que disse que só vão votar as matérias importantes se ganharem as chinelinhas de dedo.” Os jovens protestam contra a rebelião de peemedebistas que reivindicam cargos no governo federal e condicionam as votações no Senado à liberação de cargos pelo governo. Eles cobram mais ética na política, lamentam o afastamento dos senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e reivindicam o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado. Antes de o grupo ser detido para prestar depoimento, os manifestantes divulgam um manifesto irônico sob o título “É votando que se recebe”.

Deputados e senadores reunidos decidem iniciar a mobilização parlamentar “Fora Renan” em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Assinaturas a favor do afastamento de presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) estão sendo colhidas por parlamentares com o objetivo de pressionar a renúncia do senador. De acordo com Chico Alencar (PSOL-RJ), a mobilização é formada para superar a crise gravíssima que atinge o Senado e que por consequência respinga em todo o Congresso. Ainda segundo Alencar, em apenas dez minutos centenas de pessoas assinam o manifesto.

A área invadida pela multinacional Aracruz Celulose no Espírito Santo (região Sudeste) que será devolvida, por determinação do Ministério da Justiça, às comunidades indígenas, deverá ser recuperada pelo Governo Federal. A decisão foi comunicada aos índios em uma reunião para definir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O governo também

prometeu a elaboração de projetos de auto-sustentabilidade para os Tupiniquins e Guaranis. Jaguareté afirmou que a Aracruz ofereceu R\$ 3 milhões à Fundação Nacional do Índio (Funai) para a implantação de programas sustentáveis no local. A plantação de eucalipto na área de mais de 11 mil hectares desgastou o solo e contaminou rios, de acordo com Jaguareté, o representante da comissão de caciques da região. A liderança indígena reforçou a necessidade de reparação do local para que ele se torne habitável, mas se mostrou insatisfeito com a isenção da Aracruz. “Quem fez a degradação da terra foi a Aracruz Celulose. Nós achamos que ela tem que ser responsabilizada sim. Mas o governo entendeu que ele foi omissivo e tem que assumir essa responsabilidade de recuperação. Nós precisamos garantir tanto por parte da Aracruz quanto por parte do governo que, após a celebração deste TAC e a retirada da madeira, as ações sejam executadas nestas comunidades”.

Trabalhadores rurais deixam Usina Salgado em Pernambuco (região Nordeste) após receber a notícia de que o Incra vai abrir processo pela desapropriação da usina para fins de reforma agrária. A Usina Salgado, uma das maiores empresas de produção e exportação de álcool e açúcar de Pernambuco, poderá ter os seus 20 engenhos, cerca de 15 mil hectares, destinados à reforma agrária. O anúncio é feito dentro da própria usina, ocupada por trabalhadores ligados aos sem-terra. A decisão abre a possibilidade de o governo fazer reforma agrária com base no conceito de “função social plena da terra”, quando os empreendimentos rurais enfrentarem problemas ambientais, trabalhistas ou de débito à União. Para o superintendente do Incra na capital Recife, Abelardo Siqueira, o processo de vistoria da empresa por supostos problemas alheios à sua produtividade abre precedente para que novas ações do tipo possam ser reivindicadas no país. A Usina Salgado informa que a vistoria será “muito bem-vinda” porque “comprovará que a empresa atende às exigências legais”. A empresa também nega crimes ambientais e diz que o cálculo dos débitos com a Previdência “está sendo questionado na Justiça” e que eles serão pagos ao final da ação. Normalmente, o critério para desapropriações utilizado pelo Incra é o de improdutividade. O novo critério deixa suscetíveis de ocupação e desapropriação propriedades produtivas. No Brasil, existem apenas outros cinco casos semelhantes, mas nenhum dos processos foi concluído.

4ª feira 10

O Piso Salarial Profissional Nacional é aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O projeto de lei institui que os professores da rede pública com formação em nível médio para jornada de, no máximo, 40 horas semanais terão um piso de R\$ 950. Um terço da carga-horária será destinado para planejamento de aulas. De acordo com o projeto, as mudanças devem ser implementadas a partir de 2008. Os estados ou municípios que provarem não ter condição de efetuar o pagamento terão um prazo até 2010. Para a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Vieira, a instituição do piso será um avanço, mas ainda insuficiente. A CNTE havia apresentado uma proposta de piso de R\$ 1.050 para educadores habilitados em nível médio e R\$ 1.575 para os educadores habilitados em nível superior, ambos para uma jornada semanal de 30 horas. O projeto de lei seguirá para análise de mais três comissões da Câmara, antes de seguir para aprovação em plenário de deputados e senadores.

5ª feira 11

O Movimento dos Sem Mídia (MSM) convoca uma assembléia para constituir uma ONG dos “sem-mídia”. O encontro discutirá também os próximos passos da luta em defesa da democratização da mídia. A primeira assembléia do movimento será no dia 13 de outubro em São Paulo – SP (região Sudeste). Cerca de 350 pessoas já preencheram o cadastro inicial do movimento e aproximadamente 190 já concretizaram sua filiação. No dia 15 de setembro, cerca de 200 integrantes do recém criado MSM promoveram manifestação em frente ao prédio do Jornal Folha de São Paulo, em São Paulo. O MSM chama a atenção para a parcialidade e pluralidade das notícias divulgadas na grande mídia.

A Medida Provisória 398, que autoriza a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mais conhecida como TV Brasil, é publicada no Diário Oficial da União (DOU). A nova empresa será vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. De acordo com a medida provisória, apesar da vinculação a TV terá autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos no sistema público de radiodifusão. A EBC terá sede no Rio de Janeiro (região Sudeste), escritório central em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) e surgirá a partir da união do patrimônio e das equipes da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordena a TV Educativa (TVE) do Rio.

Uma comissão formada por 6 crianças sem-terra, representando acampamentos e assentamentos de todas as regiões de Pernambuco (região Nordeste), é recebida pelo governador Eduardo Campos (PSB), no Palácio das Princesas, sede do governo. Elas entregam ao governador uma pauta de reivindicações onde o tema principal é a educação. Pela manhã, cerca de 4 mil sem-terrinhos marcham pelas ruas da capital, Recife. As crianças falam ao governador sobre a situação das suas escolas. "Quero estudar onde vivo, não quero ter que sair para estudar. Para isso precisamos de uma escola adequada", disse a sem-terrinhinha Bruna, do Assentamento Catalunha, em Santa Maria da Boa Vista, Sertão do estado. Para os sem-terrinhos que têm que sair de onde vivem para estudar, o caminho é muitas vezes longo e árduo. A pauta apresentada pelas crianças ao governador diz respeito basicamente à educação, com demandas concretas para a melhoria do ensino e das escolas nas áreas de assentamento e acampamento. Ela foi elaborada a partir de debates sobre: "Como fazer a escola transformando a História?", realizados com as crianças na tarde do dia 10 de outubro, como parte das atividades do 10º Encontro Estadual. Além de questões relacionadas à infra-estrutura, ampliação e construção de escolas, a pauta inclui a institucionalização da Coordenadoria de Educação do Campo, dentro da Secretaria de Educação, para operacionalizar as políticas de educação do campo; a implementação de escolas e bibliotecas itinerantes nos acampamentos do estado; definição de políticas específicas para as escolas multisseriadas; efetivação de um programa de alfabetização e continuidade do programa de escolarização de jovens e adultos "Semeando Letras no Campo", já desenvolvido no estado; além de demandas na área de formação de professores. O Governador reconheceu a precariedade em que se encontram as escolas públicas e disse que a pauta dos sem-terrinhos é uma "pauta justa", que deve ser respondida "não com discurso, mas colocando dinheiro nas prioridades". Além do governador, participaram da

audiência os secretários de Educação, Danilo Campos; Saúde, Jorge Gomes; da Articulação Social e o superintendente do Incra em Pernambuco. O Secretario de Educação se comprometeu a marcar uma próxima reunião com o Setor de Educação do MST para o mês de novembro, com a participação do Incra, Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para encaminhar como atender às demandas dos sem-terrinha.

Aproximadamente 1,5 mil crianças e adolescentes, segundo a Agência Chasque de Notícias, cerca de 1,2 mil crianças, segundo informações do Jornal do Brasil, com idade entre 7 e 12 anos, filhos de assentados e acampados do MST, marcham em Curitiba-Paraná (região Sul) durante o 7º Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Durante o encontro, os sem-terrinha têm aulas sobre seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e realizam várias atividades temáticas no ato Ciranda Pelos Direitos da Criança e do Adolescente. O Encontro acontece na capital desde o dia 10 de outubro. A caminhada iniciada no Palácio Iguazu segue em direção à Praça Santos Andrade, onde ocorre um ato. Após a marcha, as crianças entregam a pauta de reivindicações à Secretaria Estadual de Educação (SEED) e ao Incra. Na pauta, o assentamento das 8 mil famílias acampadas no estado e a implantação e reforma de escolas nas áreas de reforma agrária. As atividades se encerram no dia 12 de outubro. O encontro dos sem-terrinha acontece, anualmente, na Semana da Criança. Neste ano, o tema dos encontros será a lentidão da reforma agrária e a importância do assentamento das famílias sem-terra para o desenvolvimento, saúde e educação das crianças.

Cerca de 50 trabalhadores associados à entidade de apoio a doentes de Ler ou acidentados no trabalho (AP-Ler) realizam protesto em Toledo, no Paraná (região Sul,) em frente ao INSS, como modo de denunciar a Perícia Médica do Instituto. Segundo os manifestantes, muitas vezes os médicos peritos não identificam as enfermidades como doenças próprias do ambiente de trabalho. Com tal atitude, a empresa não é responsabilizada pelo tratamento da lesão do trabalhador que, ao final da licença, não tem garantido o direito de 12 meses de estabilidade. Tal situação tem conseqüências, de acordo com a AP-Ler: a empresa não deposita o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador, caso não seja constatado que a lesão ou acidente ocorreu no ambiente de trabalho. “A não notificação dos acidentes e agravos serve apenas aos empresários que deixam de recolher o FGTS e de garantir a estabilidade no emprego dos acidentados”, descreve documento assinado pela AP-Ler. A AP-Ler informa que, atualmente, o percentual de benefícios por incapacidade negados pela perícia do INSS encontra-se num patamar de 20 a 30%. Caso o benefício fosse reconhecido, aumentaria o chamado Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), o imposto obrigatório cobrado das empresas é calculado de acordo com o tipo de atividade.

Os sem-terrinha que vivem em assentamentos e acampamentos do MST, no Rio Grande Sul (região Sul), realizam manifestações em Jóia, Júlio de Castilhos, Santana do Livramento e Região Metropolitana da capital, Porto Alegre. A principal reivindicação dos sem-terrinha gaúchos é o avanço da reforma agrária. A mobilização dos pequenos começou no dia 11 de outubro, quando se completa um mês da marcha que as famílias sem-terra estão realizando no estado. Por isso, a desapropriação das Fazendas Guerra, em Coqueiros do Sul, e Southal, em São Gabriel, é o principal “presente” que os sem-terrinha reivindicam. Em Porto

Alegre, a concentração ocorre no largo dos Açorianos e depois segue até o Piratini, encontrando-se lá com os professores do Sindicato do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers), que protestam no local.

Professores estaduais se acorrentam nas portas do Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os professores protestam contra a política do governo estadual para a Educação que inclui a falta de verbas e de professores, a enturmação, a multisseriação e a possibilidade do ensino estadual passar para os municípios; a municipalização. A Brigada Militar tenta retirar os manifestantes à força, mas parlamentares e a direção do CPERS Sindicato conseguem negociar a saída dos trabalhadores. Após a manifestação, cerca de 3 mil professores, pais e estudantes, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, realizam um ato público em frente ao Palácio e conseguem ser recebidos pelo chefe da Casa Civil, Luiz Fernando Záchia.

O colegiado do Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO), ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF) do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), vota contra o Reuni. Na UFF, a votação ocorrerá no dia 17 de outubro, no Conselho Universitário extraordinário. Depois de tentativas de debate entre a Reitoria e a Associação dos Docentes da UFF (ADUFF-Sind), boicotadas pelos representantes favoráveis ao projeto, no dia 4 de outubro foi realizada uma oficina sobre o Reuni. Após confirmar sua presença, nenhum representante da Reitoria compareceu. Com essa votação, o PURO se junta ao grupo de instituições que não querem o projeto que, segundo alguns professores, estudantes e funcionários; sucateia e precariza a educação.

Cerca de 300 estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) fazem uma caminhada em protesto contra o Programa de Apoio ao Reuni – decreto do governo federal em vias de ser aprovado pelo Conselho Universitário da UFPR, no dia 18 de outubro – , em Curitiba – Paraná (região Sul). Em alguns estados, universidades estão adiando a decisão devido à pressão dos estudantes. Em ato convocado pela Frente Contra a Reforma Universitária, os estudantes partem de diferentes Campi em direção à reitoria da universidade para entregar ao reitor um documento contra a aprovação, mas são recebidos pela vice-reitora. Os estudantes criticam os princípios do Reuni. Para receber recursos do MEC, as universidades devem cumprir metas como a elevação da taxa média de conclusão dos cursos para 90%.

6ª feira 12

A juíza federal Pepita Mazini, da Vara Ambiental de Curitiba – Paraná (região Sul), decide proibir o plantio comercial das três variedades de milho transgênico aprovadas pela CTNBio desde maio de 2007. A Juíza considerou que os relatórios aprovados pela CTNBio para a liberação dos milhos; Liberty Link, MON 810 e o milho BT11, desenvolvidos respectivamente pelas empresas Bayer, Monsanto e Syngenta, não respondem de forma satisfatória aos questionamentos acerca dos riscos trazidos à saúde humana e ao meio ambiente. A justiça apontou algumas falhas no plano de monitoramento já que a CTNBio delegou às próprias empresas a tarefa de apresentar um plano de monitoramento referente a sua espécie transgênica aprovada – tarefa que cabe à própria Comissão Técnica. Além

disso, os quesitos que tratam da coexistência de variedades de milho transgênico com as espécies convencionais, orgânicas e ecológicas, também foram considerados insatisfatórios e em desacordo com a Lei de Biossegurança. A decisão agrada os movimentos sociais que vêm se manifestando para questionar o fato da CTNBio ainda não ter fixado critérios para a aprovação de organismos transgênicos.

A Marcha Popular pela Terra e pela Vida, promovida pela Via Campesina e pela Rede Alerta contra o Deserto Verde, chega ao fim no município de Aracruz – Espírito Santo (região Sudeste). A marcha teve início no dia 1 de outubro. Os cerca de 200 marchantes realizaram um grande ato de debate com a sociedade local. A atividade reuniu cerca de 400 pessoas, pois também contou com a participação de estudantes e de sindicalistas vindos da Grande Vitória. A Marcha Popular pela Terra e pela Vida percorreu cerca de 200 km, passando pelas cidades de São Mateus, Jaguaré, Sooretama, Linhares, Jacupemba, Vila do Riacho, Barra do Riacho e Aracruz. Ocorreram palestras em escolas de ensino fundamental, médio e superior; participação em celebrações na Igreja, bem como exibição de filmes em praças públicas. O grande objetivo da Marcha era justamente dialogar com a sociedade sobre o projeto de desenvolvimento adotado no estado e os prejuízos trazidos pela monocultura de pinus e eucalipto que causam impactos tanto no campo quanto na cidade.

Domingo 14

Cerca de 1,2 milhão de pessoas, segundo os organizadores, e 500 mil, segundo estimativas da PM, se reúnem na 12ª Parada do Orgulho Gay e ocupam a maior parte de uma das pistas e os calçadões da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Quinze trios elétricos conduzem gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e simpatizantes por uma faixa de 10 quarteirões na praia e toda a orla é ocupada na manifestação cujo tema deste ano é: a luta pela criminalização da homofobia. A Parada atrai diversos políticos, como a senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto de lei que criminaliza a homofobia e ainda tramita no Senado; e o secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc (PT). O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), faz a abertura oficial da Parada e afirma: “Toda a polícia presente está para defender todos contra a violência e a homofobia”, além de se dizer honrado por ser o primeiro governador a conceder pensão a parceiros e parceiras de servidores públicos estaduais que vivem relações estáveis com pessoas do mesmo sexo, de acordo com a lei estadual criada por ele e por Minc. O governador ganha o Prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos. Os manifestantes, que defendem o combate à violência, afirmam que 2.582 homossexuais foram assassinados no Brasil nos últimos 10 anos e que, hoje, 40% do público da Parada é de heterossexuais. Segundo Cláudio Nascimento, membro do Grupo Arco-Íris e coordenador do evento, o movimento, que antes se preocupava em ganhar visibilidade para o tema, consegue agora inseri-lo “na agenda pública, na cena política”.

2ª feira 15

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), encarregado de combater o trabalho escravo no país, retoma suas atividades. Para que o grupo voltasse a atuar, o MTE assinou um termo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU), que dará suporte jurídico aos fiscais. As operações estavam paradas desde o dia 21 de setembro, quando os senadores: Romeu Tuma, do Partido Democrata (DEM-SP), Flexa

Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) questionaram a libertação de 1.064 trabalhadores na fazenda de cana e usina Pagrisa, em Ulianópolis, no Pará (região Norte). Os senadores acionaram a Polícia Federal para apurar os procedimentos adotados pelo grupo móvel durante a fiscalização. De acordo com o relatório produzido pelo grupo móvel, os trabalhadores da Pagrisa não ganhavam salários porque a empresa fazia descontos ilegais. Além disso, a comida estava estragada e a água para beber não era potável e era a mesma utilizada na irrigação da cana. A violência também causou a paralisação das atividades do grupo. Em 2004, três auditores e um motorista do MTE foram mortos, em Unaí – Minas Gerais (região Sudeste), durante uma fiscalização de rotina.

Cerca de 600 federações, confederações e sindicatos do País registram sua filiação à Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), em São Paulo – SP (região Sudeste). A CTB reúne a Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), próxima do PSB. Em nota, a central, que é liderada pelo ex-vice-presidente da CUT, Wagner Gomes, disse ter a expectativa de reunir e representar um milhão de trabalhadores. De acordo com Gomes: "Viemos para ser uma alternativa para o movimento sindical brasileiro. A principal meta da CTB é criar um comando unificado de lutas, com a convocação de uma conferência nacional de trabalhadores que, a partir da participação de todas as centrais sindicais do Brasil, defina uma plataforma unificada de reivindicações." O líder da CTB ressalta ainda que a criação da entidade não tem como objetivo dividir o movimento sindical. Segundo seus dirigentes, também se filiam à entidade os metalúrgicos do Rio de Janeiro, de Caxias (RJ), Angra dos Reis (RJ) e Jaguariúna (SP), os bancários e comerciários da Bahia e os metroviários, trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente de São Paulo.

Mais de 300 pessoas organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocupam o canteiro de obras das eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará (região Norte). Entre as reivindicações dos atingidos por barragem estão: indenização no valor de 60 mil reais para as famílias que perderam suas casas; aposentadoria vitalícia para os pescadores que perderam seu meio de subsistência com a construção da obra e anulação das ações de interdito proibitório contra lideranças do MAB.

Moradores da Favela de Parada de Lucas no Rio de Janeiro (região Sudeste) acusam PMs do Batalhão de Operações Especiais (Bope) de executar dois inocentes. Uma das vítimas, o motorista de ônibus Marcos de Almeida Tomás, de 24 anos, saiu para trabalhar quando, segundo testemunhas, foi obrigado a deixar seu carro. Mesmo alegando ser trabalhador e que estava indo para o serviço, ele teria sido baleado com um tiro à queima-roupa. O outro morador morto, acusado pela polícia de ser traficante, é Maurício José de Oliveira, de 32 anos. De acordo com sua família, ele era ajudante de caminhão na Ceasa e também estava indo para o trabalho. Os PMs alegaram resistência à prisão. Na 38ª Delegacia de Polícia (Brás de Pina) o caso foi registrado como tentativa de homicídio contra os policiais. Segundo eles, era uma operação de rotina para reprimir o tráfico de drogas. Eles teriam sido recebidos a tiros por 15 marginais armados. O comandante do Bope, tenente-coronel Mário Sérgio Duarte, informou que instaurou um procedimento de averiguação. No entanto, afirmou que ao lado de Maurício foi achado um fuzil calibre 556 e que não há como afirmar pertencer a ele. A esposa da vítima conta que, segundo testemunhas, os policiais

deram um tiro no carro e a vítima saiu com as mãos para cima, dizendo que era trabalhador. Vizinhos disseram que ele foi morto como queima de arquivo, por ter visto o assassinato da outra pessoa. Por determinação do secretário de Segurança, Roberto Precioso, a Inspeção Geral da Secretaria vai acompanhar o andamento do inquérito instaurado na 38ª DP (Brás de Pina). O caso também será acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

A Relatoria Nacional para o Direito Humano e a Educação recebe denúncias por parte da comunidade do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste), de que a guerra entre traficantes e as forças de segurança é responsável pela violação do direito à educação no local. O conflito gerou o fechamento de escolas, creches, diminuição da jornada escolar, crescimento da evasão escolar e o impedimento do trabalho dos professores. Integrantes da Relatoria estiveram no local entre os dias 8 e 10 de outubro e ouviram alunos, professores e demais pessoas da comunidade. “O que verificamos é que na verdade a situação de violência é permanente e constante. Pode ser assumida internacionalmente como uma situação de emergência caracterizada por um conflito armado”, defende a relatora Denise Carreira. A Relatoria Nacional tenta estabelecer um maior diálogo com as autoridades públicas para a construção de um plano de ação para garantir o direito à educação no local. Denise criticou as políticas que priorizam apenas a repressão. “Não adianta você só investir em segurança pública, dismantlar estruturas e não colocar no lugar uma escola, uma estrutura de assistência social e saúde adequadas”, avalia Denise.

3ª feira 16

O MST realiza protestos contra as transnacionais no Rio Grande do Sul (região Sul). Cerca de 100 pessoas roçaram uma área da Votorantim Celulose em Bagé, na antiga Fazenda Ana Paula. Pela manhã, mais de 200 trabalhadores sem-terra roçaram uma área da Stora Enso em Santana do Livramento, na região Sul. As atividades integram a Jornada Internacional Contra as Transnacionais e pela Soberania Alimentar, que ocorre em todo o país. No Rio Grande do Sul, as famílias protestam contra as transnacionais de alimentos e da celulose, que prejudicam a agricultura familiar e dificultam a reforma agrária. A Jornada também marca a morte do camponês sul-coreano Lee Kyoung Hae, que, em 2003, ateou fogo em seu próprio corpo em protesto contra as políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Juizado da Infância e Juventude de Cruz Alta – Rio Grande do Sul (região Sul) proíbe que crianças participem da marcha realizada pelo MST que percorre vários municípios do estado, desde 11 de setembro. Cerca de 100 crianças acompanham os pais na caminhada em direção à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, também no estado. Os sem-terra farão protesto pela desapropriação da área. Irmã Ostroski, do MST, diz que os pais devem decidir aonde levar seus filhos.

Cerca de 200 pessoas da Via Campesina bloqueiam a estrada que dá acesso ao canteiro de obras da hidrelétrica e da barragem de Baguari, no município de Governador Valadares, Minas Gerais (região Sudeste). De acordo com o padre José Leão, da Via Campesina, a

ocupação deve continuar até que haja negociações com representantes dos governos estadual e federal e as reivindicações sejam atendidas. As famílias reivindicam a interrupção da construção da usina hidrelétrica e sua barragem e o arquivamento do projeto; o assentamento das famílias e a realização da reforma agrária na região e indenização de todas as famílias atingidas por barragens. A manifestação também exige a mudança no modelo energético, com diversificação do modelo e uso sustentável e novas formas de energia, como solar, eólica, biodigestor e outras formas alternativas e ecológicas. As famílias também exigem a realização do projeto do Atlas Nordeste, da ASA, que prescreve a realização de 530 obras para beneficiar 34 milhões de pessoas de 1.150 municípios de todo o Nordeste, do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, sepultando dessa forma o projeto de Transposição do Rio São Francisco. Contra o modelo de monocultivo, os manifestantes também exigem que órgãos públicos façam uma revisão do licenciamento de todos os projetos de monocultivo de eucalipto, já que o Deserto Verde se expande a passos largos em Minas Gerais. A manifestação é pacífica, porém cerca de 40 policiais e o corpo de Bombeiros estão no local para desocupar a área.

Assentados e acampados do MST iniciam uma marcha contra a transposição do Rio São Francisco em Pernambuco (região Nordeste). Os sem-terra exigem que o governo federal negocie terras do Pontal Sul para a reforma agrária e reivindicam que o pedido de despejo das cerca de 2,5 mil famílias acampadas na região seja retirado pelo governo. As famílias partem de diferentes localidades em direção aos canteiros de obras dos canais Leste e Norte do projeto de transposição, que ficam nos municípios de Floresta e Cabrobó, no sertão Pernambucano. O Projeto Pontal Sul pertence à Codevasf, órgão ligado ao Ministério da Integração Nacional e tem por objetivo expandir a irrigação para os grandes plantios de frutas na região.

4ª feira 17

Cerca de 2,6 mil, segundo o MST e 200, segundo a PM e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), trabalhadores do MST, das organizações de garimpeiros, pequenos produtores rurais e juventude urbana do Pará (região Norte), que participam da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e em Defesa dos recursos naturais do povo Brasileiro desde o dia 15 de outubro, ocupam parte do eixo ferroviário que corta o Projeto de Assentamento Palmares II (município de Parauapebas), a Estrada de Ferro Carajás, cuja concessão de uso é da CVRD. “A ocupação dos trilhos, a paralisação das atividades de tráfego de minério da CVRD é a forma de responsabilizar o governo Federal, o governo estadual e a própria CVRD pela incapacidade de resolver o grave problema agrário, mineral e ambiental que vivem os trabalhadores do campo e das cidades”, afirma Charles Trocate, integrante do MST no estado. A CVRD se nega a discutir com as esferas políticas e com a sociedade civil as conseqüências ambientais e sociais da exploração mineral predatória. Os movimentos pretendem pressionar os órgãos públicos, entre os quais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Incra, o Ministério de Minas e Energia (MME) e MEC a apresentar a pauta de reivindicações, relacionada à moradia, saúde, segurança, emprego, reforma agrária e soberania. O governo estadual e a CVRD também são chamados a negociar. Além do MST, participam da Jornada no Pará a CPT, o MAB, o Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, a Articulação de Mulheres do Campo e da Cidade, Associações de Moradores de

Parauapebas e o Grupo União Palmares. A pedido da empresa, a Justiça Federal do estado expediu liminar que proíbe manifestações na estrada de ferro e estabelece multa diária de R\$100 por pessoa em caso de descumprimento. A coordenação do MST no Pará diz que os manifestantes só sairão do local quando os órgãos por eles convocados se comprometerem a negociar. A Vale afirma que a ação pode causar a interrupção de exportações e comprometer a imagem das empresas do país no exterior, e que vai pedir à Justiça que mobilize a polícia para a retirada dos manifestantes. A assessoria da Polícia Federal (PF) informa que ainda está estudando como vai proceder em relação à ocupação. Como a estrada é uma concessão do governo federal, cabe à PF interceder na situação. PM's do Pará monitoram a interdição.

Cerca de 120 estudantes de diferentes cursos ocupam a reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Paraná (região Sudeste). Os estudantes da UFPR exigem que o Reuni não entre na pauta do Conselho Universitário (Consuni) e que a aprovação do programa seja submetida a um plebiscito. Segundo os estudantes, o Consuni não tem representatividade para aprovar o projeto. Setenta por cento dos lugares no Conselho são ocupados por professores e apenas 30% por estudantes e técnicos. A mobilização tem caráter pacífico e deve ser mantida até que o reitor da universidade, Carlos Moreira Júnior, retire o item de votação do Reuni da pauta do Consuni. Os estudantes reivindicam um documento assinado pelo reitor, garantindo o plebiscito sobre a questão e tirando definitivamente o Reuni da pauta do Conselho Universitário, sem isso disseram que a ocupação continua por tempo indeterminado.

Os sem-terra que integram a marcha do MST, que está em Passo Fundo, Rio Grande do Sul (região Sul), fazem uma marcha com seus pais até o Ministério Público Estadual, no centro da cidade. As crianças e adolescentes entregam cartas ao promotor Gilson Medeiros, em que reivindicam a desapropriação da Fazenda Coqueiros para que suas famílias possam ser assentadas. Os sem-terra também escrevem sobre a situação precária em que vivem nos acampamentos, sem infra-estrutura adequada e atendimento de saúde e educação escassos devido ao pouco investimento dos governos federal e estadual. A colônia de Passo Fundo possui cerca de 180 crianças e adolescentes, que acompanham os seus pais na marcha em direção à Fazenda Coqueiros. As famílias estão alojadas no Ginásio Teixeirinha há cerca de uma semana e devem permanecer na cidade até o dia 25 de outubro. As outras duas colônias estão acampadas em Palmeiras das Missões e em Ibirubá.

Cerca de 70 estudantes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do campus Guarulhos, segundo o jornal O Globo, vão ao campus da universidade na capital de São Paulo – SP (região Sudeste), onde acontece uma reunião do Consuni, para repudiar o Reuni. Na reunião, seria votada a aprovação do projeto que prevê a reformulação da estrutura curricular de todos os cursos. Ao tentarem entrar na reunião, os seguranças barram os estudantes com agressões físicas. A direção da Unifesp afirma que um grupo de aproximadamente 30 pessoas chega a invadir a reunião, mas a maioria não seria de estudantes da universidade. Os estudantes da Unifesp – Guarulhos reivindicam participação real nas decisões acadêmicas, a criação de restaurante universitário, melhoria do transporte, contratação de professores, ampliação da biblioteca, melhores condições de ensino,

assistência estudantil e a revogação do Reuni. Os estudantes estão em greve e informam que ocupam a área administrativa do campus até que algum representante da reitoria compareça para negociar. Os estudantes fazem um inventário dos objetos e equipamentos que encontram no edifício com o objetivo de entregar a lista à direção da universidade quando ela for desocupada.

Os servidores públicos do estado de Alagoas (região Nordeste), em greve, acusam o governador Teotônio Vilela (PSDB) de quebrar o acordo firmado entre os servidores e um grupo de deputados que previa o esvaziamento do prédio após realização de uma assembléia de trabalhadores. Segundo Girlene Lazáro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Alagoas (Sinteal), o comando de greve ficou reunido com os deputados até a madrugada. “Na reunião ficou acordado que faríamos uma assembléia nesta manhã e depois nos reuniríamos com a equipe de negociação. Nada disso foi respeitado”, conta Lazáro. “Ficamos aqui certos do acordo feito na reunião que acabou por volta de 1h da madrugada, mas às 6h da manhã estávamos sendo expulsos pelos soldados em uma ação truculenta em que até bala de borracha levamos”, relata. Os manifestantes, servidores públicos da Saúde, Educação, Polícia Civil, afirmam que o Bope agiu com truculência, utilizando-se de força desnecessária, uma vez que no momento em que a tropa chegou pouco mais de 50 pessoas estavam no local. Os servidores denunciam que os militares quebraram cadeiras e lançaram bombas de efeito moral. “Nós queremos os nossos militares combatendo o crime e não ameaçando os trabalhadores que estão em busca dos seus direitos”, disse Lenilda Lima, vice-presidente da CUT em Alagoas.

5ª feira 18

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprova o projeto que aumenta de quatro para seis meses o período da licença-maternidade. Segundo a proposta do programa, o salário dos dois meses excedentes seria pago pelas empresas e não pela Previdência Social. Como forma de incentivo, a empresa terá isenção total no Imposto de Renda do valor pago às trabalhadoras nos dois meses a mais de licença. A proposta segue agora para análise e nova votação na Câmara dos Deputados. Pelo texto aprovado, a empresa que aderir ao Programa Empresa Cidadã vai poder descontar no cálculo do IR o valor integral da remuneração que a mãe recebia nos 60 dias de prorrogação da licença. Com a ampliação da licença as mães poderão garantir a amamentação do bebê pelo menos até os seis meses, período essencial para o desenvolvimento seguro da criança. O tempo médio de aleitamento materno no Brasil é estimado em 39 dias e o número de crianças que morrem antes de completar um mês chega a 27 mil por ano.

Diversos movimentos sociais como o MST, Coordenação Nacional das Lutas (CONLUTAS), CMP, Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Intersindical, entre outros, lançam campanha por uma rigorosa investigação das circunstâncias de todas as mortes ocorridas na Favela da Coréia, em Senador Camará, zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A operação foi realizada no dia 17 de outubro na comunidade da Coréia, em Senador Camará e mobilizou pelo menos 500 policiais. Aproximadamente quatro pessoas ficaram feridas, 12 pessoas mortas, sendo 11 supostos envolvidos com o

tráfico de drogas e uma criança de apenas quatro anos. Mesmo diante de tantas mortes, o governador do Rio Sérgio Cabral, através de declarações públicas, tem dado carta branca para as incursões de extermínio da polícia.

Integrantes do MST desocupam os trilhos da Estrada de Ferro Carajás – Pará (região Norte). Os acampamentos montados às margens da ferrovia, com cerca de 400 famílias, porém, continuam recebendo manifestantes prontos a fazer nova ocupação caso o movimento determine. Ao todo, 3 mil famílias estão mobilizadas em vilas próximas. Elas foram convocadas pelo MST para reforçar a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e em Defesa dos recursos naturais do povo brasileiro. Os trens voltam a circular, mas com restrições. Movimentos de garimpeiros também se unem aos sem-terra na ação contra a mineradora e reivindicam a reestatização da Companhia, há 10 anos privatizada. Representantes do governo do estado vão ao local negociar a liberação. Lideranças do MST dizem que conseguiram marcar reunião com representantes do governo federal para a próxima semana, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), para discutir as reivindicações; mas pretendem deixar o local somente após a realização desse encontro. Maria Raimunda César, da direção estadual do MST, afirma que os acampados podem voltar a ocupar os trilhos se a reunião com os representantes não for mantida. Agentes e delegados da PF são enviados ao local. Segundo a assessoria da PF, os policiais vão primeiramente negociar a desocupação da área com os manifestantes. Por ser uma concessão federal, somente policiais federais podem intervir no impasse. A PM do Pará somente monitora. A assessoria da Vale diz que com a permanência dos manifestantes nas proximidades da ferrovia há riscos à segurança dos “empregados da companhia e dos próprios invasores”. A empresa afirma que aguarda o cumprimento da liminar concedida pela Justiça Federal, determinando a reintegração de posse da área.

Ambientalistas ocupam a Rodovia Rio-Santos, próximo ao acesso à Usina Nuclear Angra III, em Angra dos Reis – Rio de Janeiro (região Sudeste), por cerca de 1 hora. O ambientalista Ivan Marcelo Neves é detido por policiais federais durante o protesto. Neves é acusado de comandar a manifestação e de ter contratado um caminhão carregado com pedra britada que, despejada nas pistas da rodovia, causou tumulto. A rodovia permanece fechada até um trator retirar as pedras da pista, a pedido da Polícia Rodoviária Federal. Os ambientalistas pretendem chamar a atenção para as possíveis dificuldades que a população de Angra dos Reis enfrentaria para sair da cidade em caso de um acidente nuclear. Ocorre hoje o treinamento anual que tem por objetivo preparar a população em caso de acidente desse tipo.

A Tropa de Choque da Polícia Militar retira, nesta madrugada, 111 alunos e professores acampados num dos prédios da Fundação Santo André, em Santo André – São Paulo (região Sudeste). A saída é pacífica. Estudantes e professores são identificados antes de deixar o prédio. A Universidade movia processo contra 29 professores e 21 alunos. Os demais ocupantes identificados terão seus nomes incluídos no processo. Desde o início do mês os alunos ocupavam o auditório da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Professores em greve apoiavam o protesto dos estudantes, que acusam o reitor de irregulares em sua gestão e de querer reajustar as mensalidades em até 100%.

Cerca de 200 estudantes acampam no prédio da reitoria na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ (região Sudeste), na Ilha do Fundão. O ato de protesto é contra a aprovação do Reuni, decisão tomada durante reunião do Consuni. Os manifestantes pretendem ficar acampados até o dia 19 de outubro no Salão Nobre do Palácio Universitário, mas a ocupação pode durar mais tempo caso a reitoria não chegue a um acordo com os estudantes que pedem a realização de um plebiscito ou de um congresso interno sobre o programa. Segundo os estudantes, o Reuni é um ataque à autonomia universitária, pois condiciona a ampliação das verbas ao cumprimento das políticas de governo. Os manifestantes tentam impedir a aprovação do programa, promovendo tumulto durante a reunião do Consuni, mas o texto final é votado e aprovado. Destaca-se a ação de 30 estudantes da antiga gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) ligados aos partidos do Governo e à UNE que se enfrentaram fisicamente com os manifestantes, formando um cordão de isolamento para que o projeto fosse aprovado. Os estudantes denunciam o autoritarismo da reitoria que tentou atrapalhar a organização dos estudantes, mudando o local do conselho no dia anterior sem a menor divulgação; a reitoria deu como aprovado o Reuni, mesmo com o auditório lotado com centenas de manifestantes gritando palavras de ordem, em sua ampla maioria, contra o decreto. Após esta aprovação, a universidade deve enviar suas propostas ao MEC. A reitoria da UFRJ entende como legítima a manifestação dos alunos, mas lembra que, nos últimos meses, promoveu debates e discutiu as propostas do Reuni em todas as unidades da Universidade.

6ª feira 19

Mais de 400 pessoas das comunidades ribeirinhas de Várzea da Palma, Ibiaí e Pirapora, em Minas Gerais (região Sudeste), fazem uma manifestação contra a poluição por cianobactérias desde o Rio Das Velhas até o São Francisco. Os moradores temem conseqüências danosas a uma das principais atividades da região, a pesca. O ato, pela manhã, teve concentração no distrito de Barra do Guaicuí, município de Várzea da Palma e seguiu para a BR, que liga os municípios de Pirapora a Montes Claros. Em seguida, uma ponte foi interditada por mais de meia hora. Estudantes da rede pública carregam cartazes que cobram a punição dos responsáveis e pescadores jogam peixes mortos como sinal de alerta. Toda a atividade foi monitorada por quatro viaturas da Polícia Rodoviária Federal (PRF) – com agentes de Pirapora, Montes Claros e Belo Horizonte (MG) – e uma da PM. Os manifestantes cobram medidas mais eficazes por parte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), acusada de ser a responsável pela propagação das chamadas algas azuis. A presidente do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barra de Guaicuí, Zélia Aparecida Viana, conta que foram distribuídas cestas básicas para os ribeirinhos. Entretanto, “a comida que eles distribuíram não dá para alimentar uma família nem por dois dias, só tem dois quilos de arroz”, conta Manoel Conceição. Ele mora em uma casa nas margens do Velhas com mais cinco adultos e oito crianças. Segundo informações divulgadas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do estado, pelo menos 35 municípios estão comprometidos pelas águas contaminadas do Rio Das Velhas, Rio Doce e São Francisco que afeta também municípios do estado da Bahia (região Nordeste) até Bom Jesus da Lapa.

Líderes religiosos das igrejas Católica, Presbiteriana, Metodista, Anglicana Luterana, Batista e Assembléia de Deus, além de autoridades e vítimas de acidentes de trânsito, reúnem-se no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), com o Cristo Redentor como cenário, numa cerimônia ecumênica a favor da paz no trânsito. O ato faz parte da campanha “Imprudência, não!” do Detran – RJ. O governador Sérgio Cabral anuncia que no dia 22 de outubro enviará mensagem à Assembléia Legislativa proibindo a venda de bebidas alcoólicas nas estradas estaduais e afirma que “o trânsito é a maior causa de morte no país, apesar de toda a violência urbana”. O Ministro das Cidades Márcio Fortes cobra a presença de mais policiais de trânsito nas ruas, principalmente nas noites de sexta-feira e sábado, quando acontece a maioria dos acidentes.

Estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ampliam a ocupação da reitoria, após reunião com o Consuni, marcada por confusão. Na reunião, no auditório da Faculdade de Direito, o Conselho confirma a adesão da instituição ao Reuni. Os estudantes são contrários à adesão e por isso ocupam a reitoria desde o dia 1º de outubro. A ocupação tem o apoio do DCE. A adesão da UFBA ao Reuni é aprovada aos berros. O reitor Naomar de Almeida grita para conduzir a votação, enquanto os estudantes tentam interromper a reunião do Consuni. O reitor tenta manter a ordem, mas se torna quase impossível ouvi-lo. Em meio à confusão, a reunião foi concluída em menos de 20 minutos, sob protesto dos estudantes. Após a reunião, o reitor sai escoltado por seguranças, que o levam para o gabinete do diretor da Faculdade de Direito. A forma como é feita a votação divide os conselheiros. Alguns acham que tal processo não ocorre de forma legítima, pois muitos não conseguem votar. O movimento estudantil alega que a implementação do Reuni deve suceder a uma ampla discussão com todos os segmentos que compõem a Universidade, o que não foi feito, segundo o diretor de Combate ao Racismo do DCE, Nilton Luiz, por falta de espaço para os estudantes se colocarem.

Domingo 21

Uma área da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste em Curitiba – Paraná (região Sul) é ocupada por cerca 150 pessoas da Via Campesina. À tarde, cerca de 40 pistoleiros, segundo site da Agência de Notícias do Planalto e cerca de 25, segundo Jornal O Globo, fortemente armados, chegam ao local atirando na direção das pessoas. Um militante da Via Campesina, Valmir Mota foi executado à queima roupa com dois tiros no peito, seis trabalhadores ficaram gravemente feridos e há suspeitas de que um pistoleiro foi morto. O jornal O Globo informa que sete policiais que trabalhavam como seguranças da empresa NF foram presos em flagrante. Dos sete seguranças presos, apenas um prestou depoimento. Os outros se recusaram a falar. Organizações de direitos humanos e movimentos sociais que entraram com pedido de apuração dos crimes cometidos por trabalhadores da empresa de segurança NF, informaram que enviarão uma representação para diversas autoridades do judiciário, solicitando a prisão de Alessandro Meneghel, presidente da Sociedade Rural e de Nerci Freitas, dono da empresa de segurança. Elas solicitam também a indicação do funcionário responsável pela contratação de serviços de segurança. As organizações ainda solicitarão à polícia proteção aos trabalhadores acampados na região e enviarão um comunicado sobre o ocorrido ao Relator de Execuções Sumárias da Organização das Nações Unidas (ONU). Em nota, a multinacional Syngenta afirmou que “em nenhum momento autorizou o uso de força ou armas para manter a

segurança da estação experimental”. A contratação de milícias armadas já havia sido denunciada pelos camponeses durante uma audiência pública, com a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dos Deputados (CDHM), em Curitiba. Em março de 2006, o campo de experimento da empresa havia sido ocupado pelos camponeses para denunciar o cultivo ilegal de reprodução de sementes transgênicas de soja e milho. A ocupação tornou os crimes da multinacional conhecidos em todo o mundo. Após 16 meses de resistência no dia 18 de julho de 2007, as 70 famílias desocuparam a área, deslocando-se para um local provisório no assentamento Olga Benário. A Via Campesina reivindica a apuração do ataque contra os trabalhadores que, juntamente com o assentamento Olga Benário, continuam lutando para transformar a área num Centro de Agroecologia e de reprodução de sementes crioulas para a agricultura familiar e reforma agrária.

2ª feira 22

Funcionários da Funasa são mantidos como reféns pelos índios Tyriós, no Parque do Tumucumaque, em Macapá - Amapá (região Norte). Entre os reféns está a gestora do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Marcela Bentes. Segundo o superintendente da Funasa no Amapá, Gervásio Oliveira, os tyriós reivindicam o repasse da 2ª parcela, no valor de R\$ 1,5 milhão, de um convênio assinado em março do ano passado entre a Funasa e a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu) para ações básicas de saúde nas aldeias indígenas como: compra de medicamentos, alimentação para os indígenas doentes, transporte, combustível e o pagamento dos agentes de saúde. É a segunda vez que funcionários da Funasa são mantidos como reféns por causa deste convênio. A primeira foi em julho do ano passado, quando nove funcionários foram obrigados a ficar por quase uma semana na aldeia do Manga, dos índios caripunas, no Oiapoque.

A reitoria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em São Paulo – SP (região Sudeste), é ocupada pelos estudantes contra a adesão da Universidade ao Reuni, após Assembléia Geral com aproximadamente 200 estudantes. Os estudantes reivindicam: não adesão da UFScar ao Reuni, a revogação do decreto de Reestruturação das Universidades Federais e a anulação do último Consuni que aprovou a adesão da UFScar ao Reuni. O estopim da ocupação ocorreu na última reunião do Consuni, quando a reitoria da Universidade em um procedimento arbitrário e com pouca discussão com o campus aprovou a adesão da Universidade ao programa. O reitor rasgou cartazes de protesto dos estudantes e alguns professores tentaram agredir alguns estudantes. O ocorrido foi registrado por filmagens e fotos e acabou na delegacia com um Boletim de Ocorrência. A reitoria teve todas as suas atividades paralisadas e os estudantes já informaram à administração da Universidade que só desocuparão a reitoria se tiverem suas reivindicações atendidas.

Um grupo de índios da etnia guajajara derruba uma torre de transmissão de energia elétrica da Eletronorte que cruza a terra indígena Cana Brava, próxima ao município de Barra do Corda, no Maranhão (região Nordeste). O grupo já ameaçou derrubar a torre. A assessoria

da Funai informa que os índios exigem a presença do presidente do órgão, Márcio Meira, na aldeia, mas não apresentam uma reivindicação específica. Em junho de 2007, os indígenas ameaçaram incendiar uma torre de transmissão da Eletronorte como forma de pressionar a Funai a reabrir uma administração regional no município de Barra do Corda, fechada desde 2002. Eles não foram atendidos. Segundo a Eletronorte, não há risco de corte de energia. A Funai informa que os índios exigem a presença do presidente do órgão, Márcio Meira, na aldeia, mas não há reivindicação específica. A Funai diz que tem mantido diálogo com os índios.

Cerca de 300 pessoas, a maioria crianças, ocupam a Prefeitura de Ibirapitanga, distante 471 km de Salvador, estado da Bahia (região Nordeste). O grupo protesta contra a falta de atenção da prefeitura com o ensino fundamental na zona rural, especialmente na Escola Municipal Girassol, no Assentamento Paulo Jackson, situado próximo ao trevo de acesso à cidade e onde estudam mais de 60 crianças numa casa improvisada. Os sem-terrinha não encontram o prefeito Eraldo Assunção, que estaria em Salvador. Uma das lideranças conseguiu falar com ele, por telefone, e combinar que uma comissão iria analisar a pauta de reivindicações. À tarde, os manifestantes deixam a prefeitura e voltam para o clube, onde estavam reunidos na Jornada dos sem-terrinha em defesa de educação de qualidade no campo. Entre os participantes da atividade havia crianças de assentamentos e acampamentos do baixo sul e do sul da Bahia. As crianças não estavam sozinhas, porque mães e professoras acompanhavam o Movimento.

Sindicatos de trabalhadores, bancários e de professores, entidades e movimentos sociais realizam um protesto em frente à Associação Comercial e Industrial de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul (região Sul), onde a governadora Yeda Crusius irá apresentar o seu plano econômico de reestruturação do estado. As organizações civis querem mostrar à governadora que a população gaúcha não é a favor das medidas sugeridas por Yeda para combater o déficit econômico do Estado, como o aumento de ICMS. Elas também criticam o projeto de lei de criação do marco regulatório institucional das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que tramita atualmente na Assembléia Legislativa, o qual sugere que a TVE e a FM Cultura, entre outros órgãos, sejam geridos pela iniciativa privada. Participam dos protestos a CUT, Cpers, MST e bancários, entre outras representações.

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp) reforça a segurança na fazenda experimental da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, em Curitiba – Paraná (região Sul), depois do confronto que deixou um líder do MST e um vigilante da empresa de segurança mortos durante a 3ª ocupação na área. A polícia permanece no local até que a ordem seja restabelecida. Sete seguranças da NF estão presos por formação de quadrilha, homicídio e exercício arbitrário das próprias razões. Nove sem-terra que participaram do confronto são ouvidos e liberados. A polícia diz que no caso dos sem-terra, não houve flagrante porque eles se apresentaram voluntariamente. Um vídeo entregue pelos sem-terra à Polícia Civil registra o momento da chegada de cerca de 25 seguranças da empresa NF na fazenda, segundo a Sesp. De acordo com o MST, Keno, o sem-terra morto, e outros dirigentes estavam sendo ameaçados de morte por ruralistas. Para os sem-terra, o

ato foi praticado pela milícia armada e a ação foi um “massacre”. Para um oficial da PM, houve abusos de ambos os lados e as pessoas que promoveram o conflito serão responsabilizadas. Apesar do intenso tiroteio, apenas uma arma de fogo está registrada em nome da empresa NF. Três cassetetes foram apreendidos. O Incra enviou um representante de Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) e mediador de conflitos para acompanhar o caso Syngenta. O governador Roberto Requião (PMDB) é alvo de críticas após ter declarado apoio ao MST que, para ele, é satanizado pela mídia. Em 2006, determinou a desapropriação da fazenda da multinacional e prometeu instalar uma unidade de pesquisa em agricultura no local. Para justificar o decreto, o governo alegou que a fazenda está em área proibida para o plantio de sementes geneticamente modificadas. A empresa alegou que detinha autorização para realizar pesquisas na região e o decreto foi anulado pela Justiça. A subseção de Cascavel da OAB também faz críticas e diz, em nota, que o episódio “reflete o descaso com que o tema Syngenta vem sendo tratado”. A assessoria do governo diz considerar “desprezíveis e ofensivas” as declarações dos ruralistas. A Syngenta informa que existe uma cláusula de contrato com a empresa que proíbe o trabalho armado dos vigilantes. A multinacional lamenta que “seres humanos tenham sido feridos ou mortos” no conflito e que o incidente foi um fato isolado e a ação dos sem-terra não fará com que ela estude mudar suas atividades no país. O advogado da empresa NF Segurança, Hélio Iderilha Junior, diz que não vai se manifestar sobre o confronto, mas questiona o tratamento diferenciado atribuído pela polícia aos seguranças e aos sem-terra.

Centenas de motoristas de vans saem em passeata da sede do Departamento de Trânsito (Detran) ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo protesta contra as operações de fiscalização do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro), que consideram excessivamente rigorosas. Organizado pela Federação das Cooperativas de Transporte Alternativo (Fecotral), o ato tem ainda o objetivo de pedir mudanças nos editais de licitação do governo estadual para a concessão de linhas de vans. O protesto dura mais de 6 horas e tumultua o trânsito no Centro e na Zona Sul do Rio. Em janeiro de 2006, a Fecotral participou de uma carreta contra as blitzs do Detro e a proposta de licitar linhas de vans sem a exigência de vínculos de cooperativas. Na época, a então governadora, Rosinha Garotinho, suspendeu as licitações e demitiu o presidente do Detro, Rogério Onofre, após ele criticar o estado por ter cedido às pressões dos motoristas. Rogério Onofre foi reconduzido ao cargo no início de 2007, pelo governador Sérgio Cabral. Na manifestação de hoje, os motoristas reivindicam ser atendidos pelo governador, que não atende o grupo alegando estar com a agenda lotada. Os motoristas, que em protesto fazem um apitão na porta do Palácio, não aceitam ser atendidos por representantes da Secretaria de Transportes. Eles vão embora após protocolarem um documento com as reivindicações. O Detro iniciaria hoje a licitação de 66 permissões em 30 linhas para pessoas físicas nas regiões Serrana, do Médio Paraíba, Centro-Sul, Norte e Nordeste do estado. As concorrências, porém, foram adiadas no dia 19 de outubro, após o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Marco Antônio Alencar, pedir tempo para estudar os editais. Pelas regras da licitação, cada linha poderá transportar o equivalente a 20% do total dos usuários dos ônibus. O mesmo critério foi usado para o Detro calcular o número de carros por linha. Os motoristas alegam que os estudos de demanda para a licitação das linhas tomam como base o número de usuários transportados pelos ônibus em 1998 e estariam defasados. E que, por esta razão, o número de vagas abertas para essas regiões seria insuficiente para atender à demanda por transportes alternativos. A categoria afirma ainda

temer que isso se repita nas licitações de linhas da região metropolitana, cujos editais serão divulgados ainda este ano. Uma decisão da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro obriga o Detro a licitar 1805 permissões até o fim deste ano. Fiscais do Detro, durante a operação batizada de “Legal é ser Legal”, aplicam 111 multas e recolhem 47 ônibus em mau estado de conservação que fazem linhas intermunicipais. As operações ocorrem em diversos pontos do Rio, Baixada e Niterói. Na capital, as operações acontecem nos terminais da Rodoviária Novo Rio e da Central. O presidente do Detro, Rogério Onofre, diz que a fiscalização ao transporte alternativo continuará e que as condutas adotadas são as mesmas para vans e ônibus. Onofre acrescenta que os estudos de demanda que servem de base para as licitações estão corretos. Ele explica que a decisão de fixar a frota de cada linha com base em números de 1998 ocorre para beneficiar os próprios motoristas de vans. Onofre alega que nos anos seguintes o número de passageiros transportados pelos ônibus só caiu devido à concorrência com os alternativos.

3ª feira 23

Funcionários da Receita Federal paralisam suas atividades por tempo indeterminado em Curitiba – Paraná (região Sul). Os servidores em greve são analistas e técnicos que foram transferidos do INSS para a Receita Federal quando a chamada "Super-Receita" foi criada, em maio. Eles reivindicam equiparação salarial com os demais funcionários do órgão, o que representaria um aumento de 80% sobre o salário médio de R\$ 2.000. Ao todo, são 90 funcionários da Receita paralisados.

Cerca de 200 moradores das ilhas do Guaíba, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, marcham pela BR-290, desde a Ilha das Flores até a prefeitura de Porto Alegre - do Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias reivindicam do prefeito da Capital que sejam liberados os salários dos trabalhadores da Cooperativa de Produção e Serviços do Arquipélago (COPAL), que estão atrasados há 80 dias. Os moradores também querem a regularização fundiária do arquipélago, liberação de verbas para que o SASE não feche e fiscalização da entrega de alimentos e roupas aos flagelados do último temporal pelo Centro Administrativo Regional (CAR). A Secretaria de Governança Local se compromete a encaminhar as reivindicações para o prefeito José Fogaça. Participam do protesto o MTD, catadores e clube de mães local.

As 2,5 mil famílias sem-terra que estão acampadas no Pontal Sul, no município de Petrolina, sertão de Pernambuco (região Nordeste), bloqueiam a BR-428, em frente ao acampamento, em protesto contra a interrupção do fornecimento de água. O bloqueio deve continuar até que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) retorne o abastecimento de água. Durante o bloqueio da estrada, os trabalhadores rurais reafirmaram sua disposição de seguir resistindo a qualquer ameaça de despejo. Caso o despejo aconteça, os trabalhadores rurais assumiram o compromisso com a população do sertão de reocupar a área quantas vezes forem necessárias até que a terra seja devolvida à população. A situação é cada vez mais tensa no acampamento Pontal Sul. No dia 19 de outubro, policiais federais e militares de Pernambuco e Bahia foram até o

acampamento ameaçar as famílias sem-terra de despejo. Apesar do Incra de Pernambuco estar em processo de negociação com os governos estadual e federal para desapropriação da área, os policiais afirmam que as famílias teriam 48 horas para sair da área, ou seriam despejadas à força.

Após o conflito entre sem-terra e seguranças na fazenda experimental da empresa Syngenta Seeds, em Santa Teresa do Oeste – Paraná (região Sul), os trabalhadores sem-terra montam uma espécie de operação de guerra para isolar a fazenda. Ninguém entra no local, a menos que esteja ligado ao MST ou à Via Campesina. Um dos trabalhadores, Brizola, que prefere não fornecer o nome completo, comenta a medida: “Conhecemos nossos inimigos. Podemos ser atacados a qualquer hora”. Os manifestantes não pretendem deixar o local. Celso Ribeiro, um dos líderes da ocupação, sem citar nomes, acusa ruralistas da região que teriam apoio da multinacional pelo confronto.

4ª feira 24

A Funasa anuncia que vai liberar nos próximos dias a quantia de R\$ 1,5 milhão para a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu) (região Norte). Essa entidade é responsável pela administração dos recursos para a saúde indígena no estado liberados pelo governo federal. A decisão foi anunciada pelo procurador-geral de justiça do Amapá e colocou fim ao protesto de aproximadamente 150 indígenas que ocupavam a sede da Funasa no estado desde o início da semana. Os indígenas denunciam que há dez meses alguns funcionários da Apitu estão sem receber salários. A saúde indígena ainda é um grande problema entre os povos em todo o Brasil. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) aponta problemas como falta de infra-estrutura e transporte para que os indígenas possam receber o atendimento rápido e adequado. Os indígenas reivindicam melhorias no atendimento à saúde, medicamentos especializados, transporte, combustível e alimentação e reclamam da demora no repasse dos recursos destinados a programas sociais.

Funcionários de fundações estaduais promovem um dia de paralisação e protestos contra as políticas do governo do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Pela manhã, os trabalhadores vão formar três marchas na Capital. A primeira, em defesa do meio ambiente e da extensão rural, vai sair da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). A segunda tem por objetivo reivindicar a geração de emprego e renda, enquanto a terceira pede por inclusão social. As três marchas vão se encontrar no Largo dos Açorianos, no centro de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul), para realizar um novo ato. Os trabalhadores criticam o projeto do governo estadual, que entrega a gestão das fundações para a iniciativa privada, as OSCIPs. Eles também protestam contra o sucateamento das fundações devido ao corte de verbas.

Nove integrantes do MST do Rio Grande do Sul (região Sul) ficam feridos em confronto com a Brigada Militar, na rodovia BR-386, próximo a Almirante Tamandaré do Sul, no estado, próximo a Coqueiros do Sul. Os cerca de 600 sem-terra que estavam desde a semana passada em Sarandi se dirigem a Coqueiros do Sul onde pretendem ocupar a

fazenda Guerra para pedir a sua desapropriação. Como foram proibidos pela Justiça de entrar em Almirante Tamandaré do Sul, ao tentarem, os sem-terra são impedidos pela Brigada Militar, que faz um cordão de isolamento. Ao persistirem, nove sem-terra acabam atingidos por balas de borracha – nenhum com ferimentos graves. Segundo o movimento, foram usadas bombas de gás. Os sem-terra contam que os policiais miraram as balas de borracha no rosto das pessoas. Um senhor de idade avançada foi levado ao hospital, pois teve seu óculos estilhaçado pelas balas. Um dos coordenadores de um dos 3 grupos de sem-terra que caminham desde setembro em direção a Coqueiros do Sul, passando por dezenas de municípios. Carazinho, Nilton Lima, reclama da truculência da Brigada Militar, já que as famílias estavam seguindo a marcha em direção à Fazenda Coqueiros pacificamente. Além disso, não tinham entrado na Comarca de Carazinho, devido a um interdito proibitório que impede a aproximação. "Outra questão é que quem estava ilegal era a Brigada Militar porque, pelo que havia sido acordado com a Justiça, os policiais deveriam ficar no limite com a cidade de Almirante Tamandaré e não em Carazinho", diz. A BR-386 está totalmente trancada pela Brigada Militar na divisa entre Carazinho e Sarandi.

Vinte, dos 24 médicos que atendem em quatro hospitais conveniados ao SUS no Ceará (região Nordeste), insatisfeitos com o valor dos procedimentos pagos pela tabela do SUS, decidem, em assembléia, encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde pedido de descredenciamento. Caso isso ocorra, a capital, Fortaleza poderá ficar sem cardiologista credenciado ao SUS. Alegam que o reajuste médico de 30% concedido pelo Ministério da Saúde é insuficiente para remunerar com dignidade a categoria, que toma como parâmetros os valores sugeridos pela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). Segundo Haroldo Brasil, representante dos cardiologistas, mesmo após a correção a tabela do SUS representa em média 17% da CBHPM e eles reivindicam 70%. Também insatisfeitos com os valores pagos pelo SUS, 60 anestesistas da rede privada e filantrópica conveniadas encaminham pedidos de descredenciamento e paralisam o atendimento há cerca de um mês. Desde julho de 2007, os cardiologistas atendem apenas os casos de urgência e pelo menos 60 pacientes deixam de ser atendidos por mês pela rede credenciada.

Cerca de 10 mil manifestantes, segundo a PM, ou 15 mil, segundo os organizadores, realizam a Marcha Nacional na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (Distrito Federal) – Goiás (região Centro-oeste), com carros de som, bandeiras e fantoches de políticos. Apoiados pelo PSOL, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e PC do B, a Conlutas, movimentos pastorais sindicais e estudantis protestam contra a reforma da previdência, a reforma universitária, em defesa da aposentadoria e de outras políticas públicas, do não pagamento das dívidas interna e externa, a transposição do Rio São Francisco, o leilão da Vale do Rio Doce, a corrupção e outros temas. Manifestantes de vários estados chegam a Brasília. O trânsito é interditado e 800 policiais fazem a segurança para que o protesto siga do estádio Mané Garrincha até o Congresso. No local, os militantes entram no espelho d'água, despejam peixes mortos para simbolizar o que acreditam que irá ocorrer no Rio São Francisco e jogam água nos policiais, mas a PM não reage.

Os cerca de 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e 100, segundo o jornal O Estado de São Paulo que ocupam a prefeitura municipal de Canoas, estado do Rio Grande do Sul são recebidos pelo prefeito Marcos Ronchetti (PSDB) no início da tarde. Foi programada uma nova reunião entre trabalhadores e prefeito no dia 20 de novembro para tratar da criação da lei municipal de frentes emergenciais de trabalho. Os trabalhadores reivindicam a criação, na cidade, de uma lei aos moldes da que já existe em Caxias do Sul, na Serra gaúcha. As famílias desempregadas recebem cursos profissionalizantes, ajuda de custo para subsistência e matéria-prima para os grupos de produção e também máquinas e equipamentos. Atualmente em Canoas, existem 10 grupos de produção do MTD nos bairros de Estância Velha e Mathias Velho, que produzem e comercializam artesanato, alimentos, roupa e produtos de limpeza. As famílias também reivindicam Pontos Populares de Trabalho (espaços físicos propícios para a produção coletiva, estudos, alimentação, creche para as crianças, espaço para lazer e esporte, com equipamentos e matérias-primas para a produção coletiva), cestas básicas; pontos de comercialização e passe-livre no transporte coletivo para os desempregados organizados.

5ª Feira 25

Integrantes do MST e da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) – que representa os produtores rurais – se reúnem com o Ministério Público Federal, em Passo Fundo – Rio Grande do Sul (região Sul), para negociar o fim da marcha em direção à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. No dia 26, os integrantes do movimento decidirão se retornarão aos seus assentamentos ou se continuarão a caminhada até a fazenda. O objetivo do encontro é impedir que nos próximos dias ocorram conflitos entre ruralistas e sem-terra. Três grupos do MST estão caminhando pelo interior do estado desde o mês passado, em direção à fazenda, em protesto que reivindica a sua desapropriação. Dois, dos três grupos, permanecem em acampamentos em áreas próximas às cidades de Carazinho e Almirante Tamandaré do Sul. Nestas duas localidades, a Justiça proibiu a entrada dos sem-terra. O 3º grupo de manifestantes permanece em Passo Fundo. Ainda em Passo Fundo, o Ministério Público Federal faz audiência com representantes do Incra para discutir a situação da Fazenda Guerra. Durante a audiência, cerca de 80 integrantes do movimento, segundo a Brigada Militar, fazem manifestação com carros de som. Os policiais bloqueiam a rua de acesso ao prédio do Ministério Público. Não há acordo entre o MST, o Ministério Público e o Incra para a interrupção das marchas.

Oito aposentados e pensionistas da Petrobras, convencidos de que palavras de ordem e cartazes não seriam suficientes para avançar em negociações, se colocam nus em frente à empresa, num dos pontos mais movimentados do centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em plena hora do almoço, para protestar contra a proposta de acordo coletivo da Petrobras, que lhes “meteu a mão no bolso”. Em nota, a Petrobras considera um desrespeito à empresa e aos seus trabalhadores. Segundo o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro), que organiza o movimento, anualmente, nos acordos coletivos, a empresa propõe reajustes diferenciados para pessoal da ativa e aposentados, desrespeitando o regulamento do Plano Petros, o fundo de pensão da categoria. Os aposentados e

pensionistas querem isonomia em relação aos empregados da ativa. O Sindipetro reivindica reajuste de 33,9%. A empresa, no entanto, só se dispõe a reajustar 4,18%, mais abono de 30%. Os manifestantes alegam perdas salariais dos últimos anos que chegam a 16 salários, de 1994 a 2006. Em nota, o sindicato acusa a companhia de violar os direitos dos aposentados, que garantiriam aos aposentados 90% do salário que recebiam quando estavam na ativa. O protesto atrai curiosos. Ninguém chega a ser preso.

O MST promove em Caçador, meio oeste de Santa Catarina (região Sul), uma marcha para denunciar os problemas na gestão das terras que pertencem à Embrapa e são utilizadas pela Epagri e, ao mesmo tempo, prestar solidariedade aos companheiros em luta nos estados do RS e PR que sofrem com a violência do latifúndio articulado com empresas transnacionais.. Cerca de 500 pessoas de diversos movimentos, entidades e parlamentares saem em caminhada do acampamento Sebastião Siqueira, na área da Embrapa cedida à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), em direção ao centro da cidade. Entre os problemas na gestão das terras coordenadas pela Epagri, são evidenciados agressões ambientais, direcionamento da pesquisa apenas para fins privados e armazenamento irregular de embalagens de agrotóxicos. Durante os 10 km de caminhada, os trabalhadores receberam apoio da população de Caçador. Professores e alunos de uma escola pública entregam uma moção de apoio à luta do MST. Ao passar em frente ao prédio da Justiça Federal os marchantes entregam pratos com ramos de pinus na portaria do prédio, que estava cercado pela PF. O ato simbólico denunciou que, “ao continuar produzindo somente pinus nas nossas terras, as futuras gerações irão comer pinus e eucalipto”.O Inbra se comprometeu a realizar levantamento completo na propriedade, o que segundo Santin permitirá ao MST destacar todas as denúncias apresentadas à sociedade. A intenção do movimento é cassar a liminar que concedeu à Embrapa, que é a responsável pela terra, a reintegração de posse da área.

Após uma série de protestos nos corredores contra o presidente licenciado, Renan Calheiros (PMDB – AL), a Mesa Diretora do Senado decide restringir a visita pública durante a semana, quando senadores circulam pela Casa – nos finais de semana o acesso é liberado. A partir de agora, só será permitida a entrada de grupos previamente agendados. A nova regra gera confusão e turistas são barrados na entrada do Salão Azul, acesso às galerias e às comissões, tradicionalmente freqüentadas por lobistas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprova restrições ao direito de greve no funcionalismo público. As mesmas regras do setor privado servem agora para o setor público. As limitações definidas pelo STF permitem, por exemplo, que o órgão público atingido pela paralisação peça que a Justiça decrete sua ilegalidade, proibindo a concentração dos servidores nas sedes das instituições e determinando a desocupação dos locais. O órgão poderá também suspender o pagamento dos funcionários, correspondente aos dias parados. O Supremo proibiu também a paralisação de serviços essenciais à população, entre eles a saúde, telecomunicações e controle de tráfego aéreo. O direito de greve está previsto na Constituição de 1988, porém, para ser legalizado, depende de uma lei que o regulamente. Para, José Ricardo de Lima, servidor do Departamento Nacional de Infra-estrutura de

Transportes e secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal a decisão do STF é autoritária e truculenta e tem como objetivo apenas impedir que os servidores façam greve. Ele ressalta que há muito tempo o Supremo tem esta posição, querendo assumir o papel do Executivo e administrar o país. Esta lei nunca foi votada no Congresso Nacional.

Estudantes organizados pelo Conselho de Entidades de Base (CEB), o DCE e Centros Acadêmicos (CA's) da UNIRIO, no Rio de Janeiro RJ (região Sudeste), comparecem à sessão do Consuni. Os estudantes ocupantes da reitoria da universidade manifestam seu repúdio ao decreto presidencial 6096 de 24 de abril de 2007, que institui o Reuni. Segundo os estudantes, dentre outras medidas, o decreto fere a autonomia universitária na medida em que condiciona o repasse de verbas adicionais à adesão da universidade ao programa. Caso não haja adesão, haverá congelamento orçamentário. Outra meta imposta pelo Reuni é o aumento da razão estudante/professor para 18/1, o que representa dobrar a relação hoje existente (a média nacional atualmente está em 9/1). Dentre as reivindicações dos estudantes estão: a não adesão da UNIRIO ao Reuni; a revogação do Decreto 6096/07 de Luiz Inácio da Silva, o Reuni; a paridade (com um terço para estudante, um terço para professores e um terço para estudantes) nos órgãos colegiados e Conselhos Superiores; assistência estudantil com construção de bandeirão, alojamento universitário, creches universitárias, transportes, bolsas, etc.

Grupo de índios mantém 11 funcionários da Funasa reféns no Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso (região Centro-oeste). Os índios protestam contra a exoneração do chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu, Jamir Ferreira. Os reféns somente serão libertados caso a coordenação da Funasa no estado explique pessoalmente aos índios os motivos da troca, de acordo com Marcelo Camaiurá, uma das lideranças da aldeia.

Sábado 27

Integrantes da Via Campesina e de outros movimentos sociais participam de ato ecumênico na fazenda da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste – Paraná (região Sul). A celebração religiosa se transforma em um ato de protesto contra a morte de Valmir da Mota Oliveira, o Keno, morto em confronto com seguranças no dia 21 de outubro. Os sem-terra protestam e voltam a pedir a saída da multinacional do Brasil.

Domingo 28

Centenas de servidores públicos, trabalhadores rurais sem-terra e profissionais liberais de várias categorias protestam em Maceió – Alagoas (região Nordeste). Os manifestantes caminham pela orla da cidade, carregando bandeiras, faixas, cartazes, panfletos e cruzes para simbolizar as mortes de trabalhadores no campo e na cidade, para protestar contra a violência, a impunidade, o crime organizado e a "inoperância" do governo do estado. A passeata marca também a passagem do Dia do Servidor Público, com um dia de protestos contra o sucateamento do serviço público, que passa por uma das maiores crises da história de Alagoas. Desde o início do ano, as principais categorias - educação, saúde e segurança pública - estão ou estiveram em greve. À frente do protesto, coordenadores dos

movimentos sociais carregam cruces, simbolizando as mortes de trabalhadores do campo e da cidade. Um mini trio-elétrico anunciava os nomes das vítimas dos crimes de pistolagem no estado, entre eles os assassinatos do tributarista Silvio Vianna, do professor Paulo Bandeira e da deputada federal Ceci Cunha, cujos mandantes continuam soltos.

Entidades formadoras da Rede pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal (RDC) realizam um ato político-cultural, pedindo democracia e transparência nas concessões de rádio e TV. Grupos culturais de Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) participam do evento em frente à Torre de TV. A idéia foi prosseguir com a Campanha "Concessão de Rádio e TV: quem manda é você". A abertura da Campanha em Brasília aconteceu no dia 4 de outubro, com um ato teatral em frente ao Ministério das Comunicações. O ato fecha as atividades da Semana pela Democratização do DF. A semana teve início com o seminário "Questão Agrária e Mídia", promovido pelo MST nos dias 20 e 21 de outubro e ainda permanece com atividades na capital, questionando a falta de democracia na comunicação brasileira.

2ª feira 29

Cerca de 500 sem-terra são impedidos pela Brigada Militar de prosseguir em marcha até a cidade de Não-me-Toque, Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias, que integram uma das três colunas do MST que marcham em direção à Fazenda Coqueiros, no norte do estado, estão à beira da RS-142, a 2 km da cidade. Os marchantes querem seguir até o assentamento Libertação Camponesa, onde devem ficar até o dia 6 de novembro, data da nova audiência pública com o governo federal para tratar da reforma agrária no estado. A Brigada Militar não está permitindo que as famílias se aproximem da cidade. Os policiais também querem fazer uma nova revista nos pertences dos sem-terra, a fim de procurar foices e facões, e pretendem impedir a presença das crianças na marcha, atendendo às ações das promotorias de Passo Fundo e Cruz Alta. A coordenadora da marcha Irma Ostroski critica a postura da Brigada Militar. Para ela, a ação visa humilhar as famílias. "Não há necessidade da Brigada fazer nova revista e querer impedir as crianças de marcharem, já que estamos indo ao assentamento, onde ficaremos acampados até o dia 6 de novembro, como o combinado com o governo. Os policiais querem humilhar as famílias", diz. As outras duas colunas do MST se encontram em Passo Fundo e em Sarandi.

Cerca de 500 famílias do MST trancam a BR-070, a cerca de 10 km de Cáceres, Estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). As famílias reivindicam do poder judiciário uma definição sobre as áreas que aguardam julgamento para que possam ser destinadas à reforma agrária. Entre as áreas estão: Fazenda São Paulo, Grendene e Santa Maria. Não há previsão para liberação da BR até que sejam realizadas negociações. Além disso, o MST exige que o Inca efetive a compra das Fazendas Rancho Verde (Cáceres), Nossa Senhora Aparecida (Salto do Céu), Califórnia e Paraíso (São José dos Quatro Marcos). As famílias que participam da ocupação da BR foram expulsas da fazenda Rancho Verde, no mês de setembro, e cobram um encaminhamento do Inca para o problema. Os sem-terra declararam, em nota, que só negociam com representantes do órgão da capital do país, Brasília.

Os sete seguranças presos acusados de envolvimento na morte do líder sem-terra Valmir Motta de Oliveira, no dia 21 de outubro na fazenda Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, Paraná (região Sul), vão responder ao processo em liberdade. A juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel, Sandra Regina Bittencourt Simões, concedeu o relaxamento de prisão dos acusados, que agora aguardam a liberação oficial. Ela alegou que a colocação em liberdade dos seguranças não representa perigo à ordem pública e não provoca o acirramento dos ânimos entre trabalhadores rurais e fazendeiros. Segundo a juíza, não há provas de que algum deles tenha praticado o homicídio. Apesar do relaxamento da prisão, os acusados continuarão sendo investigados e prossegue o inquérito policial que apura a morte de Oliveira e do segurança Fábio Ferreira durante confronto na fazenda Syngenta

3ª feira 30

Mais de 100 militantes do MST, segundo informações do jornal O Estado de São Paulo, 200, segundo site do MST, fazem um protesto em frente ao prédio onde está instalado um escritório da multinacional Syngenta Seeds, em Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). O grupo protesta, de forma pacífica e vigiado pela PM, contra a morte do militante da Via Campesina, Valmir Mota de Oliveira, ocorrida no interior do Paraná em 21 de outubro. Durante o protesto, os sem-terra tingiram de vermelho a água de uma fonte em frente ao edifício, simbolizando o sangue de Keno e de outras vítimas da violência do agronegócio contra trabalhadores. Segundo o MST, Keno foi assassinado por pistoleiros membros de uma milícia armada contratada pela Syngenta, após uma ocupação em área da empresa no município de Santa Tereza do Oeste, Paraná. Outros seis integrantes do MST e da Via Campesina foram feridos no ataque e estão hospitalizados. O segurança Fábio Ferreira também morreu no confronto. De acordo com o advogado do MST, Paulo Freire, “essa é uma denúncia contra o assassinato do nosso companheiro”. O grupo apresenta faixas e cartazes, além de frases de protesto. A manifestação integra a campanha do MST "Fora Syngenta do Brasil", segundo a diretora estadual do movimento, Kelli Mafort

Líderes da etnia cinta-larga dizem que usarão flechas envenenadas caso a Polícia Federal faça outra operação na reserva Roosevelt, onde se acredita exista um dos maiores veios de diamante do mundo. A PF diz que existem ao menos 3 retroscavadeiras no local. O extrativismo mineral em área indígena é proibido.

Estudantes ocupam a reitoria da Universidade de Caxias do Sul (UCS), em Caxias do Sul–Rio Grande do Sul (região Sul). Eles protestam contra o aumento de 6,3 % das mensalidades, aprovado na semana passada pelo Consuni. Os estudantes também criticam a retirada do desconto de 20% dos cursos de licenciaturas conquistada em 2006 pelo Movimento Estudantil. Os manifestantes afirmam que sairão do prédio somente depois de terem as reivindicações atendidas pela reitoria.

4ª feira 31

Cerca de 400 integrantes do MST, do MTD e do Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MART) ocupam a sede do Incra de Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). A ocupação é motivada pela inoperância do Incra em relação à reforma agrária na região do

Distrito Federal. As principais reivindicações são a recuperação das habitações rurais, assistência técnica para os assentamentos e a concretização da desapropriação de áreas que já estão liberadas para a reforma agrária - em alguns casos, há mais de 3 anos. De acordo com a nota do movimento, os trabalhadores sem-terra estão dispostos a permanecer no prédio ocupado até que o Incra sinalize providências concretas.

O Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), libertou um total de 88 trabalhadores mantidos em situação de escravidão; 45 pessoas no estado do Maranhão (região Nordeste), 23 no Pará (região Norte) e 20 em Mato Grosso (região Centro-oeste). As atividades do Grupo Móvel foram interrompidas após uma ação realizada na fazenda Pará Pastoril Agrícola (Pagrisa), que na ocasião liberou cerca de 1.800 trabalhadores. No dia 2 de julho, a ação foi questionada pelos donos do local e por parlamentares ligados à bancada ruralista no congresso, paralisando as atividades do grupo. A caracterização de trabalho escravo que guia as ações do Grupo Móvel, se dá pelo uso de trabalho forçado, a servidão por dívida, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva acima de dez horas. Os ruralistas consideram o conceito exagerado. Existem apenas oito unidades do Grupo Móvel no Brasil. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) das aproximadamente 200 denúncias de trabalho escravo feitas anualmente, menos da metade são averiguadas.

Funcionários da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), nos principais aeroportos de São Paulo (região Sudeste), iniciam uma operação-padrão. Em Cumbica, filas formam-se nos saguões. Os funcionários prometem entrar em greve no dia 06 de novembro, caso a empresa não cumpra o acordo firmado em julho. Pelo acordo, a empresa do governo federal, que administra os aeroportos, se compromete a conceder promoções a cerca de 8 mil dos seus 10,6 mil funcionários, a partir de outubro. Essa promoção equivale a um aumento de 6,25% nos salários. Além disso, os funcionários reivindicam o pagamento de um bônus de R\$450 no fim do ano, em forma de vale-alimentação. A operação-padrão, de acordo com o Sindicato Nacional dos Aeroportuários, inclui diminuir o fluxo de passageiros que passam pelo raio-X, restringir informações de voo e, no caso de Cumbica, onde a torre de controle é comandada pela Infraero, demorar mais tempo para conceder autorizações de decolagem. Essas medidas devem levar, novamente, o caos aos aeroportos durante o feriado. O presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi, afirma que o acordo coletivo será integralmente cumprido e que, assim, espera evitar a operação-padrão e a greve.

Funcionários da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) ocupam a reitoria da Unicamp, em Campinas – São Paulo (região Sudeste) e interrompem a reunião do Conselho de Reitores (Cruesp) e do Fórum das Seis (entidade que representa os funcionários das universidades), que discute o reajuste salarial dos servidores. Há tumulto, a Polícia Militar é chamada ao local e cerca de 50 funcionários deixam a sala pacificamente. Os funcionários pedem o reajuste fixo de R\$200 para os trabalhadores das três universidades, entre outras reivindicações.

Glossário de Siglas

CEF	Caixa Econômica Federal
CMP	Central dos Movimentos Populares
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
Consuni	Conselho Universitário
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
Cpers	Sindicato do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DF	Distrito Federal
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento Sem Terra
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
Reuni	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anderson Andrade (LPP-UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF). Revisão: Virgínia Maria de Castro (LPP/UERJ)

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

BRASIL

Cronologia do Conflito Social

Novembro 2007

5ª feira 01

Policiais civis entram em greve no Ceará (região Nordeste). O movimento inclui escrivães, peritos, inspetores e investigadores – apenas os delegados continuam trabalhando de acordo com o comando da paralisação. São 2 mil agentes da Polícia Civil no estado. A principal reivindicação é reajuste salarial baseado em um plano de cargos e carreiras que incluía a obrigatoriedade do curso superior para os policiais civis. Segundo o sindicato, o salário-base da categoria é de R\$ 1.200, mas cai para R\$ 950 após descontos. Pela proposta do sindicato, o piso ficaria em R\$ 2.500. A reunião de negociação entre governo e policiais é suspensa após o início da greve.

Cerca de 100 trabalhadores rurais e urbanos reúnem-se em manifestação na sede da empresa Syngenta Seeds, em Paulínia, região de Campinas - São Paulo (região Sudeste). O objetivo do ato é protestar contra o assassinato do sem-terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno, no dia 21 de outubro, no estado do Paraná (região Sul). Os sem-terra chegam à sede da empresa às 7 horas da manhã e impedem a entrada dos funcionários. O protesto conta com a participação de representantes do sindicato dos químicos e de outros sindicatos da região.

Audiência pública com debatedores pró e contra a emenda que acaba com a contribuição sindical obrigatória acaba em briga. O confronto acontece entre um grupo de cerca de 20 servidores favoráveis ao fim do imposto e centenas de sindicalistas que lotam o auditório do Senado em Brasília (Distrito Federal) – Goiás (região Centro-oeste). O relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores (PT), muda de opinião e desfecha que não colocará em seu relatório “uma só vírgula” contra o movimento sindical. A senadora Lúcia Vânia, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), relatora da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também concorda em manter a cobrança da contribuição sindical. Está prevista para o dia 7 de novembro uma sessão conjunta da CAS, CCJ e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para a votação de um parecer único, retomando a proposta inicial do governo de legalizar as centrais sindicais, manter o imposto e criar alternativas para o futuro. Na CAE, o relator é o senador Francisco Dornelles, do Partido Progressista (PP), que também se manifesta favorável ao pleito dos sindicalistas. Chamado de traidor e farsante pelos sindicalistas, o autor da emenda que acaba com o imposto sindical, deputado Augusto Carvalho, do Partido Popular Socialista (PPS), fica isolado. Aplaudido por sindicalistas, Paim anuncia que o projeto será votado conjuntamente nas 3 comissões do Senado e, depois, em plenário. Quando chega a vez do discurso do deputado Paulo Pereira da Silva, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), presidente da Força Sindical, servidores que apóiam Carvalho o chamam de pelego. O deputado ofendido desce da mesa e agride um servidor do Ministério do Planejamento, Dalton Bitencourt. Minutos depois volta à mesa e pede a Paim a retirada de manifestantes pró-Carvalho, alegando que estes estariam tumultuando a audiência.

A Justiça Federal considera ilegal a operação-padrão feita por funcionários da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) nos principais aeroportos do país. A decisão determina a interrupção imediata da “greve branca” e condena o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) a pagar multa diária de R\$10 mil pelos transtornos impostos aos passageiros durante o feriado de Finados, no dia 2 de novembro. Em ação civil pública apresentada para interromper a greve, o Ministério Público Federal de Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) também pede que a Justiça intime os acusados de liderar a operação. A operação-padrão dos funcionários do aeroporto de Cumbica é suspensa, mas a ameaça de greve da categoria permanece. Francisco Lemos, diretor do Sina, afirma que a decisão de suspender o protesto é uma “demonstração de boa-fé da categoria”, pois a Infraero convocou uma reunião para o dia 5 de novembro para discutir as reivindicações. A Infraero afirma que a operação-padrão é suspensa após conversas da diretoria da empresa com a categoria e de uma liminar da Justiça ordenar a suspensão do movimento. Os aeroportuários começaram o movimento no dia 31 de outubro, utilizando no embarque de Cumbica apenas duas das seis máquinas de raio-X. A Infraero tem, segundo o sindicato, 10.600 funcionários no Brasil. A categoria iniciou o movimento reivindicando o cumprimento de um acordo assinado em junho de 2007 pela antiga diretoria da empresa, que previa promoções de 8 mil servidores, com aumentos salariais que chegariam a 6,25%. Os aeroportuários ampliaram, posteriormente, as reivindicações, exigindo um bônus de fim de ano em forma de vale-alimentação no valor de R\$ 450, alegando que, embora não conste no acordo, o bônus deve ser mantido, pois é pago há 20 anos. O sindicato afirma que poucas máquinas estavam em operação em Cumbica, pois durante o protesto os funcionários trabalharam normalmente, mas sem fazer horas-extras. Como, segundo ele, a empresa tem déficit de funcionários, a suspensão das horas-extras prejudicou a operação. O governo acusa os aeroportuários de ignorar as tentativas de diálogo e o anúncio de que o acordo coletivo fechado pelo ex-presidente da Infraero, José Carlos Pereira, seria cumprido.

6ª feira 02

O governador Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), anuncia corte no ponto dos policiais civis que fazem greve no Ceará (região Nordeste). Neste segundo dia de paralisação de policiais civis no Ceará, apenas três das 56 delegacias na região metropolitana de Fortaleza; somadas a 19 das 46 delegacias do interior, funcionam, segundo o sindicato da categoria. A paralisação prejudica registros de ocorrências e investigações. Peritos do Instituto Médico Legal (IML) e agentes que cuidam dos cerca de 600 presos detidos em delegacias estão trabalhando. O governo ainda não tem contraproposta à reivindicação de reajuste apresentada pelos grevistas. O Ceará tem 184 municípios e o número de delegacias paradas deverá se manter nos próximos dias.

Cerca de 100 moradores do Vidigal fecham a Avenida Niemeyer, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), para protestar contra a falta de energia elétrica na localidade conhecida como “314”. Eles jogam lixo na pista e ateam fogo. A Light avisa que instalará um gerador de energia no local, até o dia 3 de novembro, quando será reparado o transformador danificado. Segundo Paulo Roberto, um dos moradores, a empresa é chamada, chega a mandar equipe para averiguar o problema, mas os funcionários deixam o local sem dar

explicações. Ele afirma ainda que a manifestação é pacífica para chamar a atenção para a falta de luz é pacífica. Vários bairros da cidade sofrem com a falta de energia elétrica desde o dia 1º de novembro devido aos fortes ventos na cidade. Bombeiros do quartel da Gávea apagam as chamas após o fim da manifestação.

Empresários protestam no estande do Feirão da 22ª Feira Industrial de Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é contra o pacote econômico apresentado pela governadora Yeda Crusius (PSDB). Os empresários criticam o aumento da taxa básica do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da telefonia, combustível e energia elétrica, medida básica do pacote da governadora para reestruturar o Estado. A iniciativa é do Centro das Indústrias da Região Centro do Estado, vinculado à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS).

2ª feira 05

Cerca de 200 estudantes, segundo a Agência de Notícias do Planalto, 150, segundo o jornal O Globo e a Folha de São Paulo e 400, segundo site do MST, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo – SP (região Sudeste) ocupam o prédio da reitoria da Universidade. A ocupação ocorre logo após uma audiência pública que discute o projeto de Redesenho Institucional. De acordo com o estudante Fábio Nassif, do Centro Acadêmico de Comunicação Social, os estudantes solicitaram a audiência em março de 2007, quando o projeto do Redesenho ainda não havia fechado, mas a Reitoria só fez a audiência quando as propostas não podiam mais ser alteradas. Segundo os estudantes, o projeto poderá demitir funcionários e reduzir as bolsas de estudos, além de verticalizar ainda mais as instâncias da universidade. Eles propõem a anulação imediata do processo de redesenho institucional e uma abertura de um processo “realmente democrático de debate construído pela comunidade”. Os estudantes também exigem matrícula imediata dos inadimplentes, abertura do edital de bolsas; exigem que nenhum professor seja demitido; querem discutir as demandas específicas de cada curso e que nenhum estudante seja punido por participar da ocupação. Denunciam ainda que a segurança privada da PUC tem ameaçado os manifestantes. Policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE) vão à ocupação para tentar negociar, mas deixam o local sem sucesso. Atualmente, estão sendo analisadas nas universidades 3 propostas de reestruturação (da reitoria, do Centro de Educação e da Faculdade de Economia e Administração). A reitoria propõe, entre outros, a criação de institutos, o que eliminaria a existência de centros e faculdades. A intenção é agrupar áreas semelhantes de conhecimento, além de integrar a graduação e a pós-graduação – hoje separadas. Para os manifestantes, a nova estrutura retira a participação estudantil, pois hoje eles são representados em comissões de centros e faculdades.

A Caravana em Defesa da Educação Pública segue para a região Sul do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os professores fazem palestras e seminários em escolas, durante o dia para denunciar a falta de professores, de funcionários e de verbas, a municipalização e a enturmação, entre outras medidas da governadora Yeda Crusius (PSDB). Ao final das palestras, os professores encerram a caravana com um ato público. A caravana é organizada pelo Sindicato dos Professores da Educação Pública Estadual (CPERS) para denunciar o descaso do Estado com a educação.

Organizações e entidades da sociedade civil se reúnem para debater a poluição do Rio São Francisco, em Minas Gerais (região Sudeste). De acordo com os participantes da reunião, o rio está sofrendo a proliferação, em demasia, das algas azuis, que liberam substâncias tóxicas na água. Os movimentos sociais e comunidades ribeirinhas denunciam o governo estadual por tratar o assunto com desdém. Os integrantes da comunidade cobram a solução imediata do problema, que teve início há pelo menos seis semanas. Laudos mostram que a causa da multiplicação das algas azuis é a grande quantidade de matéria orgânica que é despejada com os esgotos sem tratamento. A contaminação tem origem no Rio das Velhas, que recebe os dejetos da capital, Belo Horizonte.

3ª feira 06

Policiais civis, peritos e agentes penitenciários paralisam suas atividades por 48 horas no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação tem por objetivo exigir que a governadora Yeda Crusius (PSDB) atenda às reivindicações da categoria. Os trabalhadores querem a manutenção de 2,0% de aumento na matriz salarial da categoria, a votação da aposentadoria especial e melhores condições de trabalho. Eles reclamam que tentam negociar, sem sucesso, a aposentadoria especial desde o governo de Germano Rigotto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De acordo com a legislação federal, servidores do setor de segurança podem se aposentar com 30 anos de serviço, desde que 20 anos fossem trabalhados na atividade de risco.

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) condena a decisão da juíza Laura Mattos de Almeida, que multou o professor Carlos Ramiro de Castro em R\$ 4 milhões por prejuízos materiais e morais causados ao governo do estado de São Paulo (região Sudeste). Castro é presidente do Sindicato e foi multado devido a uma passeata realizada pela categoria em 2005 contra o Projeto de Lei Complementar 26. A medida ameaçava desempregar 120 mil professores contratados em caráter temporário. Na sentença, a juíza defende a manifestação pública, mas destaca que o governo deve ser previamente avisado sobre passeatas. A caminhada realizada pelos professores não era prevista pela organização do ato e foi decidida durante assembléia da categoria. O sindicato afirma que irá recorrer da decisão, pois além do alto valor, a juíza determina que o montante seja pago pela pessoa física, no caso Castro, e não pela entidade de classe que ele representa, o sindicato.

A Polícia Federal (PF) invade o prédio da Reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), ocupada desde o dia 25 de outubro pelos estudantes. A reitoria foi ocupada em protesto contra a votação, sem agendamento prévio, do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no dia 24 de outubro. A PF afirma ter sido acionada pela reitora Malvina Tuttman.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio de Janeiro, participa do lançamento de um abaixo-assinado que repudia a política de confronto adotada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública nas favelas do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O documento será encaminhado ao governador Sérgio

Cabral Filho (PMDB). Segundo os organizadores, já foram recolhidas mais de 100 mil assinaturas. O abaixo-assinado tem por objetivo criticar as declarações do governador de que as favelas são "fábricas de marginais" e diz que "o aborto não pode ser tido como instrumento de política demográfica, de saneamento ou de eugenia". O documento intitulado "Manifesto Contra as Políticas de Extermínio" também será entregue ao observador da Organização das Nações Unidas (ONU), Philip Alston, que chega ao Brasil para elaborar um relatório sobre o aumento do número de autos de resistência - mortes em confrontos com a polícia. Além da OAB/RJ, a iniciativa de Iuka ganhou o apoio de artistas como Gabriel o Pensador, Lobão, Beth Carvalho, Bnegão e Letícia Sabatella; juízes, desembargadores, parlamentares, professores, jornalistas, escritores e grupos de defesa dos direitos humanos, como Tortura Nunca Mais, Justiça Global e o MST. A presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Margarida Pressburger, espera o engajamento da população e de setores organizados da sociedade.

Trabalhadores dos Correios acampam em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste), onde devem permanecer por tempo indeterminado. Eles exigem que o presidente Lula sancione o projeto que concede o adicional de periculosidade à categoria. A medida já foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 26 de outubro e aguarda sanção presidencial, que precisa ser dada até o dia 19 de novembro. Pela legislação, o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário. O perigo da profissão dos carteiros está na alta ocorrência de acidentes, assalto, doenças ortopédicas e ataques de animais domésticos, defendem os trabalhadores.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ocupa um prédio na Avenida Mem de Sá, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Cerca de 68 famílias, com 22 crianças, encontram-se em um dos 572 prédios vazios que o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) detém no Estado. O imóvel foi habitado há 14 anos atrás, quando os até então moradores foram despejados por um pedido de reintegração de posse. O movimento reivindica a ocupação imediata dos vazios urbanos, responsáveis em boa parte pelo déficit imobiliário de 3 milhões de moradias na cidade.

4ª feira 07

Cerca de 4 mil trabalhadores, segundo site da Agência Carta Maior, mil, segundo a Polícia Militar (PM), realizam paralisações e passeatas no Rio Grande do Sul (região Sul) contra o pacote enviado para avaliação dos deputados estaduais pela governadora Yeda Crusius (PSDB). O Plano de Recuperação do Estado da governadora prevê aumento de 17 para 18% na taxa básica de ICMS e ainda aumentos que chegam a 5% para energia elétrica e combustível. O projeto também determina o corte de até 700 cargos de confiança, venda de imóveis que não estão sendo utilizados pelo governo, redução de incentivos fiscais a empresas e a criação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal estadual. O dia de greve geral mobiliza sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e à Intersindical, organizações civis e movimentos sociais que exigem a retirada de votação do Plano na Assembléia Legislativa. Na capital, Porto Alegre,

2 mil pessoas fazem ato público. Na Assembléia Legislativa, um grupo pede ao presidente Frederico Antunes (PP), a retirada do projeto. Em Gravataí, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) bloqueiam parte da estrada RS-118. No interior, acontecem manifestações em Rio Grande, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Santana do Livramento, Bagé, Erechim e Palmeira das Missões. Na cidade de Pelotas, rodoviários de linhas de ônibus fazem paralisação pela manhã. Nas escolas estaduais, a greve atinge 70% dos estabelecimentos na região que encerra os protestos com um ato público no Centro. No município de Venâncio Aires, cerca de 150 sindicalistas, estudantes e movimentos sociais abrem, por duas horas, as cancelas do pedágio da cidade, na RSC-287. A mobilização terminou com um ato público no centro de Santa Cruz do Sul. Entre as categorias que participam do ato estão professores e funcionários de escolas estaduais, metalúrgicos, trabalhadores de segurança, saúde, alimentação, servidores estaduais e movimentos sociais, entre eles o MTD, o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e a Via Campesina. Além das mobilizações de rua, os trabalhadores também mantêm um amplo diálogo com deputados da Assembléia, a fim de que não aprovem o pacote que deve ser votado até o final deste mês.

Dirigentes do MST, entre eles João Pedro Stedile, Jaime Amorim e Marina dos Santos, se reúnem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os ministros do PT Luiz Dulci (Secretaria Geral), Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Dilma Rousseff (Casa Civil) e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. O MST cobrava o encontro, que não constava na agenda oficial de Lula, desde 2006. Na reunião, os dirigentes do MST reivindicam o assentamento de acampados, a atualização dos índices de produtividade, a reestruturação dos assentamentos e uma atenção ao avanço das monoculturas como cana-de-açúcar e soja além dos transgênicos.

Líderes das cinco centrais sindicais se reúnem no Senado, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), para participar do lançamento oficial da 4ª Marcha da Classe Trabalhadora que acontecerá no dia 5 de dezembro. O movimento busca a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, mais e melhores empregos e fortalecimento da segurança social e das políticas públicas. O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT), presidente da Força Sindical, e Arthur Henrique Santos, presidente da CUT, criticam a cobertura dos jornais sobre o imposto sindical.

Cerca de 6 mil trabalhadores sem-terra e garimpeiros ligados ao MST e à Via Campesina voltam a ocupar a Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce (CVRD), no município de Parauapebas no sudeste do Pará (região Norte). A companhia diz que cerca de 300 manifestantes encapuzados cercaram e apedrejaram uma locomotiva e que cinco funcionários foram feitos reféns por 30 minutos. A coordenação do MST no Estado nega as acusações. O jornal Folha de São Paulo registra que, segundo os sem-terra 4,5 mil pessoas estão acampadas no ponto bloqueado da ferrovia; e o jornal O Globo, que 6 mil agricultores de 14 assentamentos e 9 acampamentos estão no local. Para a PM, que não está no local, mas diz acompanhar a situação, são 400. Como a ferrovia é uma concessão do governo federal, somente a PF, que diz não ter sido notificada, pode intervir. A principal reivindicação do MST à Vale é uma contrapartida em termos de projetos sociais pela exploração dos recursos minerais no estado, tendo em vista que os trilhos da Estrada de Ferro Carajás atravessam o assentamento Palmares 2, do MST. O movimento reivindica

que a empresa aumente o repasse da contribuição financeira pela exploração mineral de 2 para 6%, como forma de compensar os municípios mineradores que recebem os impactos da migração e do desemprego. O aumento seria investido em infra-estrutura e ações sociais como construção de moradias, unidades de saúde, hospitais regionais, escola e que haja um amplo programa de reflorestamento da região com árvores nativas, em substituição ao monocultivo de eucalipto para carvão vegetal. Segundo os sem-terra, os governos Federal e Estadual não deram respostas às reivindicações apresentadas em reuniões nas últimas semanas que incluem: construção de 10 escolas, asfaltamento de 200 Km de estradas vicinais que dão acesso a assentamentos, postos de saúde equipados, unidades infantis e crédito para plantar. O MST afirma que vai permanecer na região até que as negociações sejam retomadas e que só aceita negociar a desobstrução dos trilhos com a presença das autoridades no local. No dia 17 de outubro, a mineradora obteve na Justiça, uma liminar determinando a reintegração de posse da ferrovia à CVRD com utilização de força policial e ainda estabelecendo multa diária de R\$10 mil. Os agricultores liberam a passagem dos trens, mas montam barracas de lona perto dos trilhos. Segundo a CVRD, a decisão judicial não foi integralmente cumprida, pois pairava a ameaça de nova ocupação, que se concretiza hoje. O Estado diz que o impasse deve ser resolvido até o dia 08 de novembro..

5ª feira 08

Integrantes do MST e da Via Campesina desocupam a estrada de ferro Carajás, da CVRD, em Parauapebas, no sudeste do Pará (região Norte) após os governos Federal e Estadual aceitarem mandar representantes ao local para retomar as negociações e agendar uma reunião com o MST. Os manifestantes continuam acampados em um local a 100 metros dos trilhos. Em nota, a CVRD retoma o argumento utilizado na retirada da ocupação anterior, segundo o qual o fato de os manifestantes terem se retirado dos trilhos não ameniza o “clima de insegurança na região”, pois os agricultores continuam acampados nos arredores da ferrovia.

A Justiça determina a reintegração de posse da reitoria da PUC, em São Paulo – SP (região Sudeste), ocupada, desde o dia 5 de novembro por 150 alunos. A decisão prevê o uso da força policial em caso de resistência. A PUC não informa oficialmente quanto tempo vai esperar pela saída voluntária dos estudantes. Os estudantes dizem que só sairão do prédio após negociarem suas reivindicações com a reitoria da instituição. A manifestação é uma resposta ao projeto de Redesenho Institucional que, segundo os estudantes, poderá demitir funcionários e reduzir as bolsas de estudos, além de verticalizar ainda mais as instâncias da universidade. Os alunos alegam que procuraram a reitoria para negociar, mas não obtiveram respostas. A PUC informa que uma comissão da Pastoral Universitária tenta contato com os estudantes. Segundo os alunos, a reitora os acionou pela última vez no dia 6 de novembro, quando entregou uma carta pedindo que a ocupação terminasse às 18h do mesmo dia.

O MST ocupa três áreas de terra no país. Cerca de 200 famílias ocupam as fazendas Pendengo e Ipê na cidade de Castilho - São Paulo (região Sudeste). Os integrantes do MST exigem que o poder Judiciário da região assine a imissão de posse da área, a fim de ser desapropriada. A fazenda foi declarada improdutiva em 2001 e há dois anos o Incra pagou

R\$ 27 milhões para sua desapropriação. O processo de desapropriação da fazenda Pendengo começou em 1986. A área foi ocupada pela primeira vez em 1989. Já na cidade paulista de Borebi – São Paulo (região Sudeste), as famílias ocupam a fazenda Noiva da Colina, de 1.800 hectares. A área abriga plantio de cana, mas já foi declarada improdutivo. Na Fazenda Cachoeira, município de Petrolina, região do Sertão de São Francisco, em Pernambuco (região Nordeste), 150 famílias ocupam a área de cerca de 1.200 hectares. A fazenda fica na beira do Canal do Projeto Pontal Sul, um projeto de irrigação para o agronegócio, ocupado por mais de 2 mil famílias sem-terra desde março desse ano. Os trabalhadores rurais reivindicam as duas áreas para fins de reforma agrária.

Um grupo de 40 motoristas de vans ilegais ocupa o gabinete do prefeito de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste), Godofredo Pinto (PT). O Secretário Municipal de Segurança e Direitos Humanos, coronel Hélio Luiz, dá voz de prisão a cinco homens que comandam o movimento e são levados para a 76ª Delegacia de Polícia e indiciados por invasão, dano ao patrimônio público e agressão. Em agosto de 2007, o prefeito assinou um decreto criando um sistema chamado “Linhas de Vizinhança”. São 60 itinerários a serem operados pelos motoristas de vans em locais onde não existem linhas de ônibus. Pelo decreto, o passageiro não pagará para usar o transporte alternativo. Cada veículo conveniado ao sistema receberá cerca de R\$ 6mil da prefeitura. A idéia é de que essas vans interliguem regiões da cidade onde não há transporte público, facilitando o percurso de quem mora em bairros mais distantes. Em troca, as vans deixam de competir com os ônibus nas vias principais da cidade, desafogando o trânsito. Contrários à medida, os manifestantes argumentam que a alternativa oferecida pela Prefeitura já é explorada por mototáxis e Kombis. Como resposta à manifestação, o Prefeito conversa com o governador Sérgio Cabral (PMDB), que determina ao Departamento Estadual de Transportes Rodoviários (Detro) que intensifique as ações de repressão ao transporte irregular em Niterói. Segundo o prefeito, as operações começam no dia 9 de novembro. O presidente do Detro, Rogério Onofre, promete força total nas ações de repressão. Godofredo Pinto diz que se reunirá com o secretário para estudar medidas de segurança para o prédio, de forma que não dificulte o acesso das pessoas à prefeitura.

Pelo menos 200 trabalhadores da saúde participam de uma manifestação na Prefeitura de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste). Médicos, enfermeiros e dentistas que trabalham na Baixada Fluminense e no programa de Saúde da Família reivindicam melhores condições de trabalho e salários pagos em dia. De acordo com o sindicato, já houve várias tentativas de negociação, mas a categoria nunca foi recebida pela prefeitura de Nova Iguaçu.

6ª feira 09

Organizações indígenas criticam, em nota, a instalação na Câmara dos Deputados, no dia 6 de novembro, de uma comissão para analisar os projetos de lei que tratam da exploração de recursos minerais em terras indígenas, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Indígenas e governo federal haviam acordado que a questão seria debatida dentro do Estatuto dos Povos Indígenas, que está tramitando há 13 anos no Congresso Nacional. A medida evitaria que a mineração fosse discutida e avaliada fora do contexto indígena e dos

problemas que a atividade gera para os povos tradicionais, como o Estatuto prevê. Etnias indígenas, como os Yanonami, são contrárias à exploração de minérios em suas terras, já que as mineradoras são conhecidas pela devastação ambiental que provocam.

Sindicalistas de várias categorias protestam diante da sede da BRA, em São Paulo – SP (região Sudeste), contra os dirigentes da empresa e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os funcionários da BRA, que foram demitidos e não receberam o pagamento, não participam do protesto com medo de represálias da empresa e do mercado, segundo o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Aéreos (Força Sindical), Uébio José da Silva. Alguns funcionários afirmam que temem não conseguir emprego em outras empresas. Eles cumprem aviso-prévio e dizem esperar que a empresa cumpra seus compromissos trabalhistas.

A entidade ambientalista internacional “Amigos da Terra” divulga nota em que lamenta a morte do trabalhador sem-terra Valmir da Mota Oliveira. Valmir foi assassinado no dia 21 de outubro, por pistoleiros durante ocupação de uma área da multinacional Syngenta pela Via Campesina, em Santa Tereza do Oeste, no Paraná (região Sul). A entidade também condena a atuação da multinacional no Brasil que, pela legislação original alterada em 2007, realizava experimentos ilegais com soja e milho transgênicos. Seus plantios ficavam a menos de 10 Km de áreas de proteção ambiental, no caso, o Parque Nacional do Iguaçu. No Paraná, sem-terra e policiais realizam a reconstituição do crime na Syngenta. Os seguranças da empresa NF, que segundo denúncias atuavam como pistoleiros na região, se negam a participar da reconstituição.

Sindicatos ligados à CUT e à Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizam ato público em apoio à marcha do MST, em Carazinho - Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores criticam a atuação do Judiciário, que proibiu a entrada dos sem-terra na comarca da cidade e também não liberou a formação de um acampamento na região. Desde o início de outubro, um interdito proibitório impetrado pela juíza Marlene Marlei de Souza, de Carazinho, não permite a entrada dos sem-terra na região.

Cerca de 1.700 integrantes do MST retomam a caminhada em direção à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Uma coluna do MST desloca-se de Passo Fundo para um assentamento no município de Pontão. A decisão foi tomada após a audiência no dia 7 de novembro com a juíza Marlene Marlei de Souza, em Carazinho. Apesar do empenho do movimento social e do Ministério Público Federal e Estadual de Passo Fundo em achar uma solução para a questão social na região, os participantes da audiência foram surpreendidos pela postura intransigente da juíza. Por telefone, ela pedia orientações à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) sobre cada decisão. A viagem de 40 Km é feita em sete ônibus, financiados por sindicatos e apoiadores, sob chuva intensa, depois do acampamento do grupo ser destruído por um temporal. No dia 6 de novembro, quando recebeu promessa de assentamento de mil famílias, feita pelo Incra, o MST mostrou-se disposto a desmobilizar as três colunas que mantém em marcha pelo interior do Rio Grande do Sul, desde 11 de setembro, para pressionar o governo federal a desapropriar a Fazenda Coqueiros. Um acordo com o Incra e o Ministério Público Federal previa que um dos grupos acampasse em Almirante Tamandaré do Sul, um dos municípios pelos quais os sem-terra estão impedidos de se

deslocar. Informada do acordo e consultada, a juíza Marlene Marlei de Souza manteve a proibição. Inconformados, os integrantes do MST decidiram retomar as marchas. A Fazenda Guerra possui 9 mil hectares de terra, tamanho equivalente a 7 mil campos de futebol e gera apenas dois empregos fixos. A arrecadação de impostos da fazenda é equivalente a dois aviários de pequenas propriedades, apesar de ocupar 30% do território de Coqueiros do Sul. Com a desapropriação da área seria possível assentar cerca de 450 famílias sem terra.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) lança campanha de boicote ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), marcado para o dia 11 de novembro. A entidade já era contrária ao antigo Provão, mas apoiou a criação do Enade, em 2004, por entender que o novo teste fazia parte de um sistema mais amplo de avaliação. Após 3 anos de Enade, esta será a 4ª edição, a UNE concluiu que nada mudou e, para pressionar o governo, quer que os estudantes entreguem o exame em branco. Os alunos distribuirão panfletos e adesivos nos locais da prova. A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, lembra que a entidade combatia o Provão, pois achava que a avaliação do ensino superior deveria ser mais ampla e considerar não só o desempenho dos estudantes, mas as condições de ensino e a infra-estrutura das instituições. Com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o boicote acabou em 2004. O Sinaes prevê a fiscalização por especialistas encarregados de analisar a qualidade dos cursos de graduação e das instituições. O Enade, portanto, seria apenas uma das formas de avaliação, juntamente com a auto-avaliação feita pelas instituições. Segundo Lúcia, o Sinaes “nunca saiu do papel”.

Sábado 10

Os estudantes deixam a reitoria da PUC-SP depois da Tropa de Choque da PM entrar no prédio. Ao todo, 132 alunos saem da universidade vigiados por 224 policiais. Do lado de fora, outros 22 alunos, também identificados pela polícia, recebem os colegas com aplausos. A ocupação faz parte de um protesto contra o projeto de Redesenho Institucional que, segundo os estudantes, poderá demitir funcionários e reduzir as bolsas de estudos, além de verticalizar ainda mais as instâncias da universidade. Os estudantes afirmam que não houve diálogo suficiente sobre a questão e reivindicam que a proposta de mudança não seja votada em 12 de dezembro, como previsto inicialmente. A polícia entra com mandado de reintegração de posse expedido no dia 6 de novembro, apenas um dia após os alunos ocuparem a reitoria. Na calçada em frente à universidade, a maioria dos estudantes continua revoltada, entoando frases de ordem, o hino nacional e canções de Chico Buarque. Eles recordam a invasão da PUC pela polícia há 30 anos, em 22 de setembro de 1977, considerada um marco na luta contra a ditadura. Segundo a Secretaria da Segurança, os alunos não serão indiciados porque não houve resistência nem desacato. Já a reitora Maura Véras, em entrevista coletiva, diz que uma investigação foi iniciada e os alunos podem ser punidos administrativamente – com advertência, suspensão e até expulsão. Véras diz estar aliviada com a retirada pacífica e que não há motivos para a “invasão” e a “truculência” dos alunos. Segundo ela, a reitoria “não tem pressa” para aprovar a reestruturação e pode pleitear junto ao Conselho Universitário que adie a votação das propostas de reestruturação. As aulas não foram suspensas durante o período da ocupação.

Domingo 11

Estudantes de São Paulo boicotam avaliação da 4ª edição do Enade. O exame foi aplicado para 258.342 universitários de todo o país. Uma hora antes do início do exame, um grupo de alunos da Universidade de São Paulo (USP) se reúne em frente a uma escola na Zona Oeste de São Paulo para protestar contra a avaliação. Eles entregam aos convocados um adesivo com uma frase de protesto e recomendam que entrem nas salas, assinem as provas e, em vez de responder às questões, apenas colemb no exame o adesivo recebido na entrada. Os estudantes que participam do boicote na capital paulista afirmam que o exame é ineficaz para avaliar o ensino superior brasileiro. A UNE critica que assim como o antigo Provão, o Enade, isolado, tem apenas estimulado a formação de rankings e servido de instrumento de marketing para as instituições de ensino superior.

2ª feira 12

Os cerca de 1.700 integrantes do MST, que marchavam desde setembro, decidem encerrar a mobilização em Carazinho. As famílias consideram positiva a proposta do Incra e do Ministério Público Federal de Passo Fundo para assentar 2 mil famílias até o final do ano de 2008. Na avaliação dos trabalhadores, a marcha foi bem-sucedida por denunciar a situação da Fazenda Guerra que possui nove mil hectares e que gera apenas dois empregos fixos. Parte das famílias que marcham deve permanecer no acampamento do MST ao lado da fazenda, em Coqueiros do Sul.

A juíza substituta da Vara Ambiental, Agrícola e Residual da Justiça Federal de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), Clarides Rahmeier, determina que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) pare de emitir licenças para o plantio em áreas acima de mil hectares. Com isso, o licenciamento ficará sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A decisão atinge diretamente as multinacionais de celulose Aracruz, Stora Enso e Votorantim. Somente as três multinacionais possuem 300 mil hectares de área já comprada para plantio de eucalipto.

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Ministério Público Federal ganham sentença judicial que institui que todos os fabricantes de produtos que contenham transgênicos utilizem um rótulo de alerta com o símbolo “T”. Antes, a exigência valia só para produtos que continham mais de 1% de transgênicos, mas a decisão da juíza Isa Tania Cantão Barão Pessoa da Costa, do Distrito Federal (DF) determinou que mesmo os produtos que contenham menos de 1% de organismos geneticamente modificados tenham que conter o alerta. Segundo o coordenador de ações judiciais do Instituto de Defesa do Consumido (Idec), Paulo Pacini, o indicativo apenas para produtos com mais de 1% de organismos geneticamente modificados contraria um direito do consumidor, que determina que ele tenha informação plena sobre o produto que consome. A União afirmou que vai recorrer da decisão.

Motoristas e cobradores de diversas empresas de ônibus fecham por quase 4 horas o terminal de ônibus Parque D. Pedro II, em São Paulo – SP (região Sudeste). O terminal é

um dos mais movimentados da capital; atende 70 linhas e mais de 160 mil passageiros por dia. A manifestação é organizada pelo sindicato que representa a categoria. Segundo o presidente do sindicato, Isao Hosogi, os manifestantes reivindicam melhorias na infraestrutura do terminal como banheiros e refeitórios adequados para o uso dos trabalhadores. De acordo com o sindicato, após uma reunião com técnicos da SPTrans, a categoria decide suspender o protesto. Hosogi diz que temporariamente serão oferecidos os banheiros da administração para o uso dos trabalhadores. A SPTrans informa, por meio de nota, que organiza um sistema emergencial para amenizar os prejuízos e que o terminal possui infraestrutura adequada, o que “não justifica o protesto”. A empresa também informa que vai processar o sindicato pelos danos causados. A SPUrbanus (sindicato patronal) não se pronuncia.

Os 12 chefes do tráfico de drogas do Rio de Janeiro, que foram transferidos em janeiro de 2007 para a Penitenciária Federal de Catanduvas – Paraná (região Sul), iniciam uma greve de fome em protesto contra supostos maus-tratos na unidade. Dentre os criminosos estão Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, Isaías do Borel e Elias Maluco. A adesão seria de pelo menos 90 dos 180 presos, segundo o jornal O Globo, 75 dos 151. É a primeira manifestação coletiva na penitenciária inaugurada, em junho de 2006, para receber criminosos considerados perigosos para permanecer em seus estados. Os presos criticam a qualidade da comida, a falta de equipamento médico e o acesso a seus processos, inclusive para solicitar transferências. Reclamam também de agressividade e reivindicam visitas de familiares aos sábados e domingos. O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) nega as denúncias e informa que os presos que desencadeiam o movimento querem pressionar uma possível transferência para seus Estados de origem. Segundo o advogado Cléber Evangelista, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, não há líder, mas há um “consenso para promover a manifestação”. O diretor da penitenciária, Raimundo Hiroshi Kitanishi, após reunião com os chefes do movimento, afirma que a greve acaba no dia 14 de novembro. A única reivindicação atendida foi a referente aos alimentos. Além dos presos do Rio de Janeiro, aderem ao movimento detentos de Pernambuco (região Nordeste) e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste).

3ª feira 13

Centenas de pessoas de diversas entidades participam de mobilizações e enviam cartas de protesto contra o assassinato de Valdir Mota de Oliveira, o Keno, dirigente da Via Campesina Brasil, durante a ocupação de uma área da multinacional Syngenta, no Paraná (região Sul). Os manifestantes denunciam a criminalização dos movimentos sociais, em especial do MST, e os abusos e o desrespeito aos direitos humanos por parte da Companhia com sede na Suíça. As entidades protestam também contra as sementes transgênicas e o controle das empresas multinacionais sobre a agricultura. Centenas de correios eletrônicos de pessoas de todo o mundo, principalmente da Espanha, França e Portugal, foram enviados para as autoridades suíças ou para os encarregados dos escritórios da Syngenta para expressar indignação e exigir justiça.

Integrantes do MST entregam à ONU, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), relatório sobre o assassinato de Valmir Mota de Oliveira, sem terra morto em 21 de outubro

durante um ataque de pistoleiros na área da multinacional Syngenta, no Paraná (região Sul). O documento foi produzido pela organização não-governamental “Terra de Direitos” e será entregue ao relator da ONU sobre execuções arbitrárias, sumárias ou extrajudiciais, Philip Alston. Brasília é o último destino de Alston em sua visita ao Brasil. No dia 11 de novembro ele visitou o assentamento do MST “Pedro e Inácio”, em Pernambuco (região Nordeste), para investigar denúncias de execuções ocorridas no estado.

Cerca de 154 índios Tembés ocupam o prédio da sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Belém – Pará (região Norte). Os manifestantes, que protestam contra os cortes no repasse de verbas à saúde, mantiveram funcionários da Fundação em cárcere privado por uma hora e meia. O cacique Edinaldo Tembé afirma que a ocupação é um protesto contra a portaria do Ministério da Saúde, que reduziu o repasse de recursos, além de municipalizar a saúde indígena. "Isto é um absurdo total. As prefeituras não têm compromisso com a saúde dos índios. Quem deve prestar este serviço é a Funasa", critica. Os indígenas também protestam contra as denúncias de desvio de dinheiro público na Funasa do Amazonas, que levam ao afastamento do coordenador regional, Francisco Ayres. Para os ocupantes, a transferência dos serviços de saúde indígena para os municípios poderá resultar no aumento da corrupção. A desocupação do prédio só irá ocorrer, segundo o cacique, quando representantes do governo federal sentarem com os índios para negociar suas reivindicações. A PF foi acionada para liberar os funcionários. Houve conflito com os indígenas, no entanto, não houve feridos.

Cerca de 150 indígenas, segundo informações do Jornal O Estado de São Paulo, ocupam a sede da Funasa em Manaus – Amazonas (região Norte). Outros 50 indígenas ocupam o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Manaus. As ocupações, segundo líderes do movimento, têm como objetivo forçar a revogação da portaria ministerial 2.656 que municipaliza o repasse das verbas para o atendimento aos índios e pedir a exoneração das coordenadoras da Funasa no Amazonas – Margareth Menezes Neiva Eulália – e do Dsei – Maurasina Sabóia. Um dos líderes do movimento, o coordenador da União dos Povos Indígenas Mura, Apurinã e Saterê (UPIMAS), Warlem Mura, afirma que os indígenas querem a substituição das coordenadoras por membros de qualquer etnia ou não, mas que sejam escolhidos por eles. De acordo com Mura, "O governo federal tem nomeado servidores que não entendem nada sobre a saúde indígena", além disso, afirma que as prefeituras municipais “não têm infra-estrutura para atender às comunidades indígenas”. Ainda segundo o líder, os protestos só acabam quando o Ministro da Saúde, José Temporão, revogar a portaria. O presidente da Funasa, Danilo Forte, diz que a portaria possibilita uma melhor divisão na responsabilidade das ações. Em nota, a Fundação diz que entrou com uma ação judicial de reintegração de posse e solicitou providências à Polícia Federal.

Policiais ocupam pela 4ª vez o presídio Aníbal Bruno, em Recife – Pernambuco (região Nordeste), para tentar conter uma rebelião iniciada no dia 11 de novembro, que já provocou a morte de ao menos três presos e ferimentos em outros 43. Uma força-tarefa – formada por 445 policiais civis, militares e agentes penitenciários – encurrala 2.500 detentos soltos no pátio interno e inicia revistas nas celas e pavilhões. Quase 100 rebelados identificados como violentos ou líderes serão transferidos para outras unidades penais da Polícia do Exército (PE). Segundo o superintendente de Segurança Penitenciária de Pernambuco,

coronel Isaac Viana, os presos que permanecem no Aníbal Bruno serão divididos em três grupos e acomodados nas celas que estiverem em melhores condições. Dos 17 pavilhões do presídio, seis estão depredados e dois destruídos. Um novo pavilhão deve abrigar ainda 400 pessoas. Desde o início da rebelião o governo chegou a anunciar duas vezes o fim do motim. Nesse período, há registro de três conflitos entre detentos. Os rebelados reivindicam, entre outras medidas, a substituição de dois “chaveiros” – presos que com autorização do governo têm chaves dos pavilhões – e o fim do cadastramento dos visitantes do presídio. Das seis reivindicações apresentadas, apenas a de troca dos chaveiros é autorizada. Devido ao clima de insegurança, as visitas na unidade serão suspensas no dia 14 de novembro. Antes da rebelião, o presídio tinha capacidade para 1.440 presos, mas abrigava 3.930 pessoas.

820 índios são encontrados em condições degradantes numa usina de álcool em Brasilândia - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os índios foram encontrados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel e a unidade é interditada. A usina é uma unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul, que faz parte do grupo J. Pessoa, do usineiro João Pessoa de Queiroz Bisneto. Segundo o procurador do Trabalho e vice-coordenador nacional de combate ao trabalho escravo, Jonas Ratier Moreno, a usina permanece interditada. Entre as irregularidades encontradas a fiscalização constatou que os alojamentos ocupados pelos índios estavam superlotados, sem armários ou locais para armazenar roupa e objetos de uso pessoal - em desacordo com normas de segurança e saúde do trabalhador. Nos alojamentos foram encontrados lixo espalhado pelo chão, restos de comida por todo o local e esgoto a céu aberto. No grupo encontrado em situação degradante há índios das etnias Guarani, Caiuá e Terena.

Cerca de 80 índios Caimbé e Quiriri ocupam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Paulo Afonso – Bahia (região Nordeste). O cacique, Marcelo de Jesus diz que o grupo vai ficar no local até que a administração do órgão seja trocada. Ele afirma que o administrador João Valadares está no cargo há mais de 10 anos e não “age com transparência”

4ª feira 14

Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) tentam impedir a aprovação de dois projetos que tratam da certificação e do currículo mínimo do professor na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF) – Distrito Federal (região Centro-oeste). A CNTE alega que as matérias são contra os interesses dos profissionais de educação. O Projeto de Lei 1088/2007, de autoria do deputado Gastão Vieira (PMDB), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para instituir o exame nacional de certificação como pré-requisito ao exercício do magistério na educação básica. Já o Projeto de Lei 1126/2007, também do deputado Gastão Vieira, modifica a LDB para estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio.

Estudantes ocupam as galerias da Câmara Municipal de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da manifestação é protestar contra o ex-secretário Mauro Zacher (PDT). Zacher é suspeito de cometer irregularidades na Secretaria de Juventude da Capital. Algumas destas estariam ligadas à fraude de superfaturamento de obras do Departamento de Trânsito (Detran) e à fundação cultural e educacional da Universidade Federal de Santa Maria, a FUNDAE. Os manifestantes reivindicam a presença do vereador que se ausentou do plenário sem justificativas.

Caminhoneiros cegonheiros do ABC paulista – SP (região Sudeste), que fazem o transporte de veículos das fábricas para as concessionárias e para os portos, iniciam paralisação. Os trabalhadores reivindicam a redução da jornada de trabalho que chega a 20 horas. A greve acontece em um momento em que as montadoras batem recorde de produção e vendas. Os cegonheiros transportam cerca de 3 mil carros por dia. A decisão de continuar em greve é tomada devido à ausência de acordo com o sindicato patronal – que representa cerca de 10 transportadoras – para reduzir a jornada de trabalho dos caminhoneiros. Uma outra demanda dos trabalhadores, a assinatura da convenção coletiva da categoria, é aprovada. Os cegonheiros terão aumento de 10% em seu piso salarial, que era de R\$ 780.

Estudantes desocupam pacificamente a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife – Pernambuco (região Nordeste) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba – Paraná (região Sul), ocupadas há cerca de 1 mês.

5ª feira 15

Caminhoneiros cegonheiros do ABC paulista – SP (região Sudeste), que fazem o transporte de veículos das fábricas para as concessionárias e para os portos, continuam em greve. A assinatura da convenção coletiva da categoria é aprovada. Os cegonheiros terão aumento de 10% em seu piso salarial, que era de R\$ 780. Apesar do aumento, os trabalhadores seguem em greve para reivindicar a redução da jornada de trabalho que chega a 20 horas.

A PF põe fim à ocupação da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador - Bahia (região Nordeste). Os estudantes estavam no local desde o dia 1 de outubro. A PF desocupa o prédio cumprindo um mandado de reintegração de posse. Na ação, são utilizadas bombas de efeito moral que deixam cerca de 20 estudantes feridos. Quatro estudantes foram detidos, entre eles o coordenador central do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA, Gabriel Oliveira. Os quatro estudantes detidos são levados à sede da PF e liberados após serem submetidos a exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Os outros manifestantes que ficaram feridos na ação se dirigem ao Complexo Policial dos Barris, na tentativa de fazer exame de corpo de delito, mas não obtiveram sucesso por não possuírem uma guia necessária para o procedimento. Esta guia deveria ser liberada pela PF que, segundo os estudantes, se recusa a fazê-lo. A PF alega que, por conta do feriado, a emissão das guias está impossibilitada. Em entrevista coletiva, o delegado Rodrigo Bastos, que coordena a ação, alega que a PF cumpre uma decisão judicial. Ele afirma que os agentes tiveram uma ação mais enérgica porque houve resistência por parte dos estudantes, que se recusam a deixar o prédio. A PF nega qualquer

tipo de agressão. Segundo o delegado, alguns estudantes ainda deitam numa faixa de pedestres em frente à reitoria, bloqueando o trânsito. Esse seria o motivo do uso das bombas de efeito moral pelos policiais. O reitor da universidade, Naomar de Almeida Filho, considera a ação da PF um processo normal. "Se houve esse desfecho, é responsabilidade dos estudantes. A juíza já havia mandado oficiais de justiça solicitando uma saída pacífica, mas eles se negaram a sair" disse Naomar. De acordo com o reitor, a reintegração de posse é a única solução porque "o patrimônio público e o funcionamento normal da universidade estavam ameaçados". Os estudantes reivindicam a suspensão do Reuni.

Cerca de 150 agricultores ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) ocupam a sede do Incra em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Segundo lideranças do movimento, a ocupação visa reivindicar a desapropriação de uma fazenda considerada improdutiva em Itaiçaba, no Estado. O grupo quer que sejam assentadas 80 famílias na área.

6ª feira 16

Fiscais do Ministério do Trabalho encontram 32 pessoas submetidas a condições desumanas de trabalho e sobrevivência em plantações de eucaliptos no município de Cacequi, a 400 Km de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). No dia 17 de novembro, um homem do grupo fugiu e após caminhar 10 horas fez a denúncia. O grupo trabalhava em uma fazenda plantando eucaliptos para confecção de dormentes para ferrovias. Segundo depoimentos, eles dormiam em barracas de lona, não tinham banheiro e faltava comida que só era entregue pelos empregadores em troca de seus salários. A Delegacia do Trabalho informou que a empresa que contratou os trabalhadores tem sede no Paraná e é fornecedora de empresas do ramo ferroviário, mas não divulgou seu nome. Os responsáveis podem pegar de 2 a 8 anos de prisão se condenados pela Justiça pela exploração de trabalho escravo,

Sábado 17

Quatro indígenas Guarani Kaiowá são baleados durante despejo organizado por fazendeiros próximo ao município de Amambaí, no sul do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O despejo ocorreu em função da ocupação, por cerca de 100 indígenas, de uma área de terra na região no dia 15 de novembro, que consideram ser terra tradicional do seu povo. O grupo denuncia que nem a PF e nem a Funai compareceram ao local.

Motim na Casa de Detenção de Maceió – Alagoas (região Nordeste) termina com a morte de seis detentos. Segundo o diretor da Casa, Roberto Goulart, cerca de 70 presos ficaram feridos e os presos assassinados foram mortos por detentos de uma facção rival. Os detentos amotinaram-se para protestar contra a falta de revisão processual. O motim teve início quando presos armados ameaçaram agentes carcerários e atiraram contra eles. Os trabalhadores recuaram e os rebelados tomaram a parte interna do presídio. Os detentos destruíram instalações e atearam fogo às dependências da carceragem. O presídio com capacidade para 240 presos está com 295.

2ª feira 19

Cerca de 200 famílias liberam a rodovia BR-408 no município de Pau D`alho, na Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco (região Nordeste), e saem em marcha em direção ao Engenho Planalto. O Engenho Planalto com área de 1.800 hectares tem decreto de desapropriação desde 24 de setembro de 2004. A imissão de posse foi suspensa pela Justiça Federal que alegou a "necessidade" de realizar uma perícia judicial, mas há dois anos aguarda-se a realização da perícia. Em todo o país, mais de 150 mil famílias estão acampadas à espera de um pedaço de terra para plantar e colher. No local da ocupação o clima é tenso, já que a Polícia Militar se encontra no Engenho.

Cerca de 200 trabalhadores rurais, de acordo com o jornal O Estado de São Paulo, segundo os sem-terra, 600 ligados ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) ocupam a sede do Incra, no centro de Maceió – Alagoas (região Nordeste). Os sem-terra vieram de 15 assentamentos e áreas ocupadas em Maragogi, Japaratinga, São Luiz do Quitunde e Fleixeiras, municípios do norte do estado. Em Viçosa, 125 famílias ocupam duas propriedades, segundo os sem-terra. De acordo com a coordenação do MTL, a ocupação do Incra é uma forma de pressionar a direção da instituição a cumprir a pauta de 14 reivindicações da categoria, entre as quais destacam-se o cumprimento da meta de assentamentos para o estado, mais créditos para os trabalhadores rurais, e melhorias na infra-estrutura dos assentamentos, além da garantia de assistência técnica para este ano. O Incra afirma que as reivindicações dos sem-terra, que ainda não foram atendidas, foram incluídas no orçamento do órgão para 2008. Segundo Eliane Silva da coordenação estadual do MTL, o Incra não deu garantias de que iria atender às reivindicações do movimento.

O Núcleo de Desenvolvimento Islâmico Brasileiro organiza reunião na sede da Organização não-Governamental (ONG) Ação Educativa, no centro de São Paulo - SP (região Sudeste). A reunião, na véspera do Dia da Consciência Negra, tem o objetivo de estreitar as relações entre os negros do Brasil e dos EUA. Esteve presente Pedro Paulo Soares Pereira, também conhecido como Mano Brown, voz guia do grupo de rap Racionais MC's e Fred Hampton Jr., líder do movimento pela igualdade racial americana; os Panteras Negras. Durante algumas horas Brown e Hampton debateram o que chamam de "terrorismo estatal praticado pelos governos do EUA e do Brasil contra os negros". Hampton falou da assistência às vítimas do furacão Katrina, em Nova Orleans, que teria atendido aos interesses de empresários amigos do presidente americano George Bush. Brown falou também do hip hop enquanto música de resistência nacional e completou: "o hip hop brasileiro está enfraquecido financeiramente e não ideologicamente." Cerca de 60 pessoas participaram do evento que terminou com Brown e Hampton, cerrando os punhos (saudação padrão dos Panteras Negras).

3ª feira 20

Cerca de 50 mil pessoas participam das manifestações ocorridas em São Paulo – SP (região Sudeste) para marcar o Dia da Consciência Negra. O dia é marcado com o feriado em pelo menos 267 cidades do país. A data retoma as discussões sobre racismo e os indicadores

socioeconômicos que revelam um verdadeiro apartheid racial no Brasil. O movimento negro reivindica a aprovação imediata do Estatuto da Igualdade Racial, do projeto de lei que dispõe sobre cotas raciais e ações afirmativas e a aprovação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Segundo o integrante do Movimento Negro Unificado, Ailton Pinheiro, as manifestações servem acima de tudo como denúncia. Pinheiro fala ainda sobre a luta para a real implantação da Lei 10.639, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira dentro escolas públicas do ensino básico. A lei sancionada em 2003, pelo presidente Lula, até hoje não foi colocada em prática nas escolas.

Cerca de 700 pessoas participam da marcha em comemoração ao Dia da Consciência Negra em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Em caminhada, os manifestantes seguem até o Largo Zumbi dos Palmares. No local, ocorrem apresentações de baterias de escolas de samba, capoeira, de religiões afro-descendentes e também de trabalhos envolvendo crianças de periferia. O Movimento Negro Unificado e demais entidades reivindicam a reparação econômica e de direitos pelo que os negros sofreram durante a escravidão no país. Pesquisas divulgadas recentemente mostram que a população negra é a que possui a mais baixa escolaridade e o pior salário no Brasil.

Manifestações, marchas e discussões marcam o Dia da Consciência Negra. A data lembra a morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra na escravidão, assassinado em 20 de novembro de 1695. Em Salvador – Bahia (região Nordeste), apontada como a maior cidade negra fora da África, com 82% de afro-descendentes entre os 2,8 milhões de habitantes, duas caminhadas realizadas por organizações de apoio ao negro marcam o início das festividades, que seguem até o dia 25 de novembro. Na mais tradicional, a 28ª Marcha Zumbi dos Palmares, cerca de 15 mil pessoas protestam contra os crimes de extermínio, que na capital baiana tem como principais vítimas negros moradores de comunidades pobres. Segundo dados da polícia, 91% das vítimas desse tipo de crime na cidade são jovens negros. No Recife – Pernambuco (região Nordeste), cerca de 1,5 mil alunos de escolas municipais vão às ruas do Centro na terceira caminhada pela promoção da igualdade racial. Com carros de som e a animação de 35 grupos culturais de comunidades da cidade, a passeata percorre 2 Km e termina no Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Avenida Dantas Barreto, onde outras entidades apresentam afoxés e vídeos sobre questões raciais e promoveram oficinas de cabelo afro. No centro histórico de Olinda - Pernambuco, é realizada a segunda marcha pela libertação do povo negro, com apoio do Movimento Negro Unificado e da União de Negros pela Igualdade. Em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), deputados estaduais que integram a Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial defendem medidas como a implementação de políticas de cotas nas universidades durante reunião especial realizada na Assembléia Legislativa em comemoração ao Dia da Consciência Negra e cobram a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial.

Servidores limpam a escadaria da sede do Detran, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O ato é um protesto contra as fraudes, a corrupção e o desvio de dinheiro público no órgão. Os servidores intitulam o ato de Rodinho, fazendo um trocadilho com a Operação Rodin, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, que desarmou o esquema de fraudes. Segundo a Polícia, foram desviados 40 milhões de reais do órgão desde 2002. O esquema contou com a participação de fundações ligadas à Universidade

Federal de Santa Maria e empresas terceirizadas. Os servidores também questionam as terceirizações no Detran que quase ultrapassam o número de funcionários de carreira.

4ª feira 21

A representante do MST, Marina da Silva, entrega ao presidente Lula um manifesto pedindo a suspensão dos Leilões do Petróleo e do Gás. Assinam o documento diversos movimentos sociais, sindicatos, partidos, pastorais, militantes, intelectuais e artistas. A entrega ocorre durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Manifestações estão agendadas para o dia 22 de novembro.

Integrantes da Via Campesina, do MST e de demais organizações realizam um ato para marcar os 30 dias de assassinato do sem-terra Valmir Mota de Oliveira. A cerimônia acontece no campo experimental da multinacional de sementes Syngenta, em Santa Tereza do Oeste no Paraná (região Sul), onde o sem-terra foi assassinado durante ataque de pistoleiros. Há um mês, trabalhadores rurais ocupam a área e montam um acampamento. Em represália, foram atacados por seguranças particulares da empresa NF, que segundo suspeitas é ligada a pistoleiros e fazendeiros da região. Além das mortes de Valmir e de um dos seguranças, cinco outros sem-terra ficaram feridos, sendo que uma mulher perdeu a visão de um dos olhos. Até o momento, ninguém foi punido.

Militantes da organização ambientalista Greenpeace realizam ato em frente ao Palácio do Planalto em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Os militantes reivindicam mais investimentos do governo na fiscalização de Unidades de Conservação, de modo a conter as mudanças climáticas provocadas pelo desmatamento e a destruição. De acordo com a organização, não basta criar Unidades de Conservação se não há fiscalização suficiente. O Greenpeace e outras organizações não-governamentais apresentaram uma proposta para acabar com o desmatamento no Brasil até 2015. As ONGs propõem o investimento de R\$ 1 bilhão para aumentar a fiscalização, incentivar a produção sustentável dos pequenos agricultores e beneficiar fazendeiros que não desmataram os 20% de floresta nativa.

A PM retira um grupo de sem-teto que há sete meses ocupa um prédio na região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A ação ocorre por volta das 6h. Não houve confronto, segundo Sidnei Antônio Eusébio Pita, um dos líderes do movimento. Os policiais foram mobilizados até o local em cumprimento de ação de reintegração de posse do prédio, no bairro dos Campos Elíseos, onde antes funcionava um hotel. Segundo o líder do movimento, 180 famílias vivem no imóvel e muitos não têm para onde ir. Logo após a desocupação, os sem-teto promovem um ato de protesto em defesa do direito à moradia, em frente ao edifício. Os objetos das famílias, colocados na calçada, são recolhidos por um caminhão da Prefeitura e levados para um depósito municipal.

Médicos de todo o país organizados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) participam do Dia Nacional de Protesto em defesa do sistema público de saúde, sob o tema “Medicina brasileira exige respeito”. Os médicos denunciam a precariedade do Sistema

Único de Saúde (SUS) e reivindicam melhorias no atendimento à população. A classe médica também pede reajuste de 100% do montante destinado aos honorários médicos do SUS, piso de aproximadamente R\$ 7 mil para 20 horas de trabalho e implantação de plano de cargos e salários para os médicos no Sistema. As entidades criticam a tabela do SUS, que atualmente paga R\$ 10 ao médico por consulta e R\$ 236 por parto normal.. Para o presidente da Associação Paulista de Medicina, Jorge Carlos Machado Curi, o sistema enfrenta problemas diversos: “Vão desde os recursos técnicos de aparelhagens, de leitos, de hotelaria, de equipamentos e de medicamentos até a própria questão gravíssima da falta de valorização de recursos humanos. Os profissionais de saúde não têm uma carreira, não têm piso mínimo, recebem honorários vis, o que os obriga a terem múltiplos empregos.” De acordo com o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, serão feitas paralisações relâmpago em todo o país de 30 minutos a 2 horas. Os médicos estabelecem prazo de três meses para que o governo se disponha a negociar com a categoria. Caso contrário, a paralisação poderá ser efetivada.

Cerca de 200 militantes do MST ocupam a fazenda Aracanguá, em Araçatuba - São Paulo (região Sudeste). É a terceira área ocupada por sem-terra na região Alta Noroeste do estado desde o início do mês. As invasões são em protesto contra a demora da Justiça Federal em concluir os processos judiciais que discutem a desapropriação das áreas para reforma agrária. Em Castilho, os sem-terra do MST e de sindicatos ligados à CUT desafiam a reintegração determinada pela Justiça e continuam acampados nas fazendas Ipê e Pendengo desde o dia 8 de novembro. De acordo com o movimento, o objetivo da ação é pressionar o poder judiciário a assinar a imissão de posse. Ainda segundo o MST, a fazenda foi declarada improdutiva em 2001 e, há 2 anos, o Incra pagou pela desapropriação. Os sem-terra prometem permanecer nas áreas enquanto a Justiça não definir o destino das propriedades.

Nove prestadores de serviço da Funasa, que estavam sendo mantidos reféns na região do Alto Alegre – Roraima (região Norte), são libertados; três aeronaves também são liberadas. Segundo a Funasa, a retenção foi determinada pelo Conselho da Saúde Yanomãmi “como forma de pressionar a Funasa a definir nova conveniada que passará a prestar serviços de assistência à saúde”.

Termina o inquérito sobre o confronto entre sem-terra e seguranças da fazenda da multinacional Syngenta Seeds que terminou com dois mortos no dia 21 de outubro, no município paranaense de Santa Tereza do Oeste (região Sul). Nove seguranças privados e o proprietário da NF Segurança, Nerci Freitas, foram responsabilizados no inquérito policial. O conflito resultou na morte do trabalhador rural sem-terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno, de 34 anos. Os quatro volumes do inquérito foram entregues ontem para a 2ª Promotoria Criminal da Comarca de Cascavel. No documento, o delegado Renato Bastos Figueiroa responsabiliza os 9 seguranças e o proprietário da empresa por homicídio, tentativa de homicídio e formação de quadrilha. O advogado dos agentes de segurança e da empresa, Hélio Ideriha Júnior, não concorda com o resultado das investigações. Durante o trabalho policial os acusados se negam a prestar esclarecimentos, preferindo se manifestar na Justiça. O líder do MST, Celso Ribeiro Barbosa, foi responsabilizado por esbulho possessório - invasão com violência ou ameaça de bens alheios. O crime prevê detenção de um a seis meses e multa.

Uma usina de álcool em Brasilândia, 372 km de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), foi flagrada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel mantendo 820 índios em situação degradante de trabalho. A usina é uma unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool/Agrisul, que faz parte do grupo J. Pessoa, do usineiro João Pessoa de Queiroz Bisneto. Ele foi um dos responsáveis, em 2006, por um manifesto de empresários pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Já vi muitas fotos de presídios que tinham condições melhores do que as encontradas lá", disse o Procurador do Trabalho e vice-coordenador nacional de combate ao trabalho escravo, Jonas Ratier Moreno. Ele esteve no local e classificou a situação dos trabalhadores de "extremamente degradante". Entre as irregularidades foi constatado que os alojamentos ocupados pelos índios, das etnias Guarani, Caiuá e Terena, estavam superlotados, sem armários ou locais para guardar roupas e objetos de uso pessoal. Nos alojamentos -onde índios estavam sendo alocados desde o início da safra (março/abril) – foram encontrados lixo espalhado pelo chão, restos de comida e esgoto a céu aberto. A fiscalização apontou atraso no pagamento de salários e ausência de recolhimento do FGTS. Na área industrial, foi identificado excesso de vazamento nas tubulações, alto nível de ruído e presença de bagaços de cana ao ar livre, o que pode causar doenças respiratórias. Em um ônibus usado para o transporte dos índios, sacos de carvão forravam as poltronas, que não tinham encosto. Além disso, não havia cintos de segurança, lanternas estavam quebradas e a porta amarrada com tiras de câmara de ar. A partir da próxima semana deve ser iniciado o pagamento das indenizações dos trabalhadores e a empresa será autuada, informa o Ministério do Trabalho. Segundo a Funai, parte dos índios retornou a suas aldeias.

5ª feira 22

Movimentos sociais, sindicatos, partidos, pastorais entre outras organizações realizam um ato público em frente à Agência Nacional de Petróleo (ANP), no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação contou com cerca de mil pessoas e, segundo os organizadores, foi uma forma de chamar atenção da população para a importância de o Brasil deter soberania sobre a extração e produção do petróleo existente no país. Segundo o consultor da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, Paulo Metri, o Brasil possuía um monopólio estatal sobre o petróleo até 1997, quando o Congresso Nacional permitiu a concessão de blocos para exploração e produção do óleo por empresas privadas. Segundo Metri, as empresas formaram um oligopólio privado prejudicial ao país. Outra manifestação está prevista para os dias 27 e 28 de novembro, data de realização do 9º leilão, o quarto do governo Lula. O diretor do Sindicato dos Petroleiros e da CUT-RJ, Abílio Tozini, um dos organizadores do ato, alerta: “Hoje, apenas nove anos após iniciados os leilões, 50% das áreas promissoras já leiloadas estão sob controle de empresas estrangeiras, 25% sob controle parcial de multinacionais em parceria com a Petrobras e apenas 25% sob real controle da Petrobras. Conclusão, se todas essas áreas tiverem o mesmo sucesso em produção de petróleo, pela Lei 9478/97 em vigor, daqui a 10 anos, mais da metade do petróleo e gás produzidos estarão sob controle de multinacionais, e se quisermos o nosso petróleo e gás teremos que comprar das multinacionais a preços do mercado internacional, teremos que importar nosso próprio petróleo e gás, nossa proclamada auto-suficiência estará arruinada.”

Organizações civis e movimentos sociais realizam ato em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O protesto é contra o leilão de áreas de petróleo para que sejam exploradas por empresas privadas. Esta é a 9ª rodada de concorrência promovida pelo governo Federal, abrindo licitação para concessão das áreas. As entidades argumentam que fontes energéticas que são finitas não podem ficar sob controle do capital internacional. Os manifestantes querem que o governo federal implemente um projeto de controle e de exploração do petróleo e gás no país, assim como defendem que estas reservas fiquem com o controle do governo.

Um grupo de integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) mantém dois oficiais de Justiça e três jornalistas em cárcere privado, por cerca de 40 minutos, na Fazenda Bom Sucesso, em Cascavel – Paraná (região Sul). Os sem-terra estavam acampados em frente à propriedade, há quase uma semana, às margens da BR-369 e ocuparam a fazenda para plantar. Os oficiais, ao chegarem ao local para comunicar sobre o mandado de reintegração de posse, são impedidos de sair, assim como os jornalistas que acompanham os oficiais de Justiça. Eles são liberados somente quando uma equipe de policiais chega ao local.

Uma blitz do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) em fazendas no interior de São Paulo (região Sudeste) encontra irregularidades como crianças colhendo laranjas, ausência do registro em carteira de trabalhadores e homens sem equipamentos de segurança. Em uma lavoura em Engenheiro Coelho, seis crianças com idade entre 11 e 15 anos são localizadas trabalhando na colheita de laranjas, segundo o procurador Dimas Moreira da Silva, do MPT, que participa da fiscalização. Um menino de 11 anos contou à equipe de fiscalização que veio de Minas Gerais (região Sudeste) junto com o pai para trabalhar na lavoura, após abandonar os estudos. Na mesma propriedade, cerca de 60 trabalhadores não têm registro em carteira. O comprador das laranjas, Ismael de Oliveira, foi autuado e fez acerto trabalhista com as crianças e assinou um termo de compromisso no qual declara que não permitirá mais a contratação de menores de 16 anos. A equipe percorre 9 fazendas na região de Mogi-Guaçu e encontra pelo menos 400 trabalhadores sem registro.

Entidades denunciam a criminalização dos movimentos e das lideranças populares no Estado do Pará (região Norte). Torturas, agressões físicas e prisões de trabalhadores é o resultado de mais uma ação violenta realizada conjuntamente pelo Exército, Polícias Militar e Civil e outros órgãos públicos. As ações fazem parte da “Operação Paz no Campo” e teriam como objetivo atuar frente a milícias armadas na região. As denúncias foram feitas depois que integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos recolheram depoimentos de trabalhadores, que relatam prática de tortura por parte dos policiais que atuam em uma das áreas do complexo Forquilha, em Santa Maria das Barreiras, no sul do estado. De acordo com o advogado da CPT no Pará, José Batista Afonso, a ação seria uma resposta do governo do estado a uma solicitação dos fazendeiros do sul do Pará. A ação foi realizada em duas frentes. A primeira delas, na sede da Fazenda Estrela de Maceió, em Cumaru do Norte, extremo sul do estado, onde a PF apreendeu munição e armas de grosso calibre. O local – um imenso latifúndio – já havia sido denunciado pela própria CPT como base de uma

organização criminosa, acusada de pistolagem e de assassinatos de trabalhadores rurais. A segunda frente, composta por com cerca de 200 policiais militares e civis, em Santa Maria das Barreiras, no “Complexo da Forquilha”, contou com armamento pesado e até helicóptero. Os policiais implantaram terror, segundo trabalhadores da área. Segundo Batista, a polícia chegou na região sem determinação judicial e não fez nenhuma diferenciação entre quem teria ou não envolvimento com o crime. Muitas pessoas foram brutalmente torturadas.

Estudantes e militantes dos movimentos sociais realizam ato público na sala dos estudantes, onde há cerca de três meses manifestantes foram encurralados pela tropa de choque. Também participam do ato o professor da faculdade, Sérgio Salomão Shecaira e o representante da Educafro, Frei Leandro. O advogado Aton Fon Filho, da Rede Social de Justiça, considerou o ato uma celebração para a reconsagração das Arcadas do Largo São Francisco como Território Livre. Ele disse que ficou assustado quando leu no processo judicial da ocupação a acusação de esbulho possessório, segundo o qual os ocupantes teriam interesse de tomar para si o espaço. O advogado disse que "ficou chocado" com o procedimento da polícia de liberar os manifestantes que tinham carteira de estudante e levar para fichamento na delegacia aqueles que não tinham - os integrantes dos movimentos sociais. O membro da coordenação nacional do MST, João Paulo Rodrigues, destacou o simbolismo de voltar ao lugar de onde os movimentos sociais foram expulsos pela PM em menos de 12 horas da ocupação, que acabaria no dia seguinte. "Não foi a última vez que essa faculdade foi ocupada. Ela será ocupada de novo por 80% do povo brasileiro que não está nas universidades", afirmou. João Paulo. Disse ainda que a ocupação do Largo São Francisco e a jornada de lutas pela educação realizada em agosto – que articulou mais de 40 entidades estudantis e movimentos sociais, promovendo ocupações de universidades, manifestações e marchas em pelo menos 11 estados – entrou para a história do MST. O presidente do Centro Acadêmico 11 de agosto, Ricardo Leite, defendeu que "os movimentos sociais não precisam pedir licença para entrar na universidade, que é um espaço público". A gestão Fórum de Esquerda, que termina em dezembro, inaugurou uma placa em memória à invasão da polícia em agosto na sala do CA. Segundo Leite, aquilo que parecia impossível, a entrada da polícia na USP para expulsar os alunos que ocuparam a reitoria em maio, se tornou algo natural, com a invasão do Largo São Francisco, Fundação Santo André e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

6ª feira 23

Integrantes do MST ocupam a fazenda Bacuri, no município de Suzanópolis, região de Andradina – São Paulo (região Sudeste). Segundo o grupo, cerca de 100 agricultores entram na propriedade usada para o agronegócio. A PM afirma que aguarda possível decisão da Justiça. A área, segundo os agricultores, é considerada a “secretaria” do agronegócio, pois organiza a distribuição de agrotóxicos e gerencia o cultivo de cana-de-açúcar na região. Segundo a coordenação regional do MST, a ocupação da fazenda Bacuri tem quatro objetivos principais. O primeiro, é denunciar os impactos sociais e ambientais causados pelo agronegócio. O segundo, é protestar contra a opção do governo em financiar este modelo excludente, em detrimento da realização de uma verdadeira reforma agrária no país. A ocupação pretende também lembrar o assassinato do sem-terra Valmir Mota de

Oliveira, o Keno, ocorrido há um mês no Paraná (região Sul). Por último, os sem-terra exigem que o Incra providencie emergencialmente áreas para assentamentos. A região de Andradina enfrenta dificuldades com o Poder Judiciário, que se opõe à reforma agrária e demora anos para oficializar as imissões de posse de áreas já desapropriadas e pagas pelo Incra, descumprindo assim a lei complementar 76/93, que prevê um rito sumário. Há 15 áreas nos municípios de Castilho, Andradina, Sud Menucci, Pereira Barreto, Mirandópolis, Itapura e Araçatuba que já possuem os títulos da dívida agrária depositados e as imissões de posse assinadas, porém suspensas pelo Tribunal Regional Federal (TRF),

O Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) – RJ (região Sudeste) e a Sociedade Amigos da Rua da Carioca e Adjacências (Sarça), entre outras associações com sede no Centro da cidade fazem manifestação para tentar evitar que o governo estadual retire o 13º Batalhão da Polícia Militar (BPM) (Praça Tiradentes) da área. Na próxima semana, as entidades planejam um encontro com o presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Jorge Picciani, e com o deputado Paulo Ramos (PDT), da Comissão de Segurança da Casa, para tentar barrar a iniciativa. Os representantes das entidades de classe começam a fazer um abaixo-assinado para recolher ao menos 10 mil nomes. O presidente da Sarça, Roberto Cury, diz que vem tentando marcar uma audiência com o Comandante da PM, coronel Ubiratan Ângelo. Cury alega que com o Centro cada vez mais movimentado, com novos restaurantes e moradores, é preciso maior policiamento e a retirada do batalhão fragilizaria a segurança. Já o comandante – que não pretende voltar atrás na decisão – tentará, numa reunião com os policiais do 13º BPM e do 5º BPM (Praça da Harmonia), mostrar que a fusão das duas unidades será benéfica.

Sábado 24

Fazendas e propriedades rurais que estavam nas mãos de traficantes de drogas vão passar para a reforma agrária. Um convênio entre a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e o Incra permitirá a compra das fazendas e o repasse aos sem-terra. O termo de compromisso entre os órgãos deve ser assinado nos próximos dias. Atualmente, a legislação destina à reforma agrária apenas terras onde a polícia encontre plantações de maconha. Um grupo de 14 famílias de sem-terra vai receber a fazenda Descanso Ponte de Pedra, de 606 hectares na região de Paraúna, a 250 Km de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). A fazenda era utilizada como depósito para cargas de cocaína do traficante Fernandinho Beira Mar e desde 2001 se encontra nas mãos da PF. Os sem-terra, que se encontram acampados na fazenda, vivem em clima de confronto com Jerônimo França, depositário do imóvel que está na área desde a chegada da PF. França vive na casa que era a sede da fazenda e entrou na Justiça para não ser mais depositário, afirmou que quer de volta o dinheiro que investiu. Outra fazenda com 145 hectares, também propriedade do traficante, será destinada à reforma agrária. Nesta fazenda, vivem nove famílias que esperam a posse definitiva da terra. Desde a posse da PF ocorreram três ocupações à fazenda Descanso Ponte de Pedra, duas delas acabaram com uma ordem de despejo e a última, há cerca de 6 meses, espera um acordo entre os órgãos federais. Os acampados têm 140 cabeças de gado, e vivem da produção de 400 litros de leite por dia vendido como laticínio a um assentamento próximo.

O coordenador do acampamento, Adilson Pereira, já foi ameaçado de morte e atualmente só anda com pelo menos dois companheiros.

Domingo 25

Termina o 7º Congresso da União Brasileira de Mulheres (UBM), realizado em Goiás (região Centro-oeste). O evento que ocorreu de 23 a 25 de novembro definiu as principais bandeiras que deverão nortear a entidade para os próximos anos. Uma das principais decisões foi a de dar continuidade à luta pela descriminalização e legalização do aborto, um dos debates mais polêmicos no país desde o anúncio do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em defesa da legalização. Além do aborto, as resoluções também abordaram outros temas, como Imagem da Mulher e a Democratização da Mídia. Segundo as resoluções, as militantes da UBM pretendem dar maior visibilidade às ações da entidade nos meios de comunicação, além de lutar para que a imagem da mulher não seja discriminada nos veículos mais tradicionais. Outra resolução interessante diz respeito à luta das mulheres e à questão de meio ambiente. A entidade pretende realizar uma campanha nacional incentivando o consumo sustentável (agricultura sustentável) e o consumo consciente da população. Todo o processo do congresso mobilizou cerca de 9 mil mulheres representadas por 500 delegadas de 23 estados.

2ª feira 26

Mais de 300 trabalhadores, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), ocupam a sede do Incra, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O diretor de Política Agrária da Contag, Paulo Caralo, informa que o objetivo da manifestação é sensibilizar o Executivo e o Legislativo sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento do país. No âmbito regional, visa reivindicar mais atuação da Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e entorno. Segundo o dirigente da Contag, os trabalhadores pedem agilidade no cumprimento dos decretos de desapropriação de terras, principalmente em áreas de conflito; melhor infra-estrutura nos assentamentos como água, luz, estradas; linhas de crédito específicas e liberação de recursos; assistência técnica; mais acesso ao Setor de Conflitos Agrários do Incra; entre outras. Os manifestantes impedem a entrada de pessoas no prédio. A intenção é permanecer no local até serem atendidos pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart.

3ª feira 27

Diversas entidades e movimentos sociais, como Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), MST, CUT e MTST, ocupam a ANP no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca 300 militantes estão no local e, de acordo com o secretário-geral do Sindipetro, Emanuel Cancelli, só sairão mediante negociações com diretor-geral da ANP, Haroldo Lima. Além de gritar palavras de ordem, os manifestantes agitam bandeiras do MST e de centrais sindicais. Os petroleiros acampam no saguão do prédio da agência reguladora, tentando sensibilizar a diretoria da ANP. A sede da ANP é ocupada no dia em que se inicia

a 9ª Rodada de Leilões do Petróleo e Gás Natural na perspectiva de suspendê-la imediatamente. Ainda segundo Emanuel, os manifestantes pedem o cancelamento do leilão e a revisão de todas as áreas já entregues às multinacionais em rodadas anteriores. Participam do leilão 67 empresas, sendo 35 estrangeiras. A 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) foi dominada por empresas nacionais. Foram vendidos 117 blocos ou 43% dos 271 oferecidos. A Petrobras fez 56 lances, mas só ganhou 27 blocos. Dos 27 blocos arrematados pela Petrobras, a maioria em parceria com outras empresas, nove foram em sociedade com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que não era estreante porque já havia se habilitado em rodada anterior. O montante arrecadado pela agência, a ser incorporado ao caixa do Tesouro Nacional, é recorde na história dos leilões da ANP, que começaram em 1999. A companhia OGX, do empresário Eike Batista liderou o leilão, conquistando 12 blocos. Já foram ofertados 87 blocos, dos quais 40 foram arrematados. Ao todo, serão oferecidos 271 blocos. A 9ª rodada de licitações já bateu o recorde de arrecadação dos leilões da ANP, superando a marca de R\$ 1,6 bilhão.

O Frei Dom Luiz Cappio, da Diocese de Barra – Bahia (região Nordeste) retoma em Sobradinho uma greve de fome para pedir o cancelamento do projeto de transposição do Rio São Francisco. Juntamente com Frei Cappio, entidades que apóiam o seu protesto em Brasília (DF) protocolam, na Presidência da República, uma carta enviada por ele ao presidente Lula, explicando sua insatisfação com o governo. Logo após, realizam uma coletiva à imprensa no Centro Cultural de Brasília para a entrega do documento. Na carta Frei Cappio acusa o Presidente de não cumprir o pacto firmado com a sociedade de debater o projeto com as comunidades atingidas e é incisivo ao declarar que só terminará a greve de fome com a retirada das tropas do exército dos locais onde a obra já está instalada e com o arquivamento definitivo do projeto. Para ele, o governo agiu de forma autoritária ao retomar as obras sem consultar a população. Em 2005, na primeira greve de fome do bispo, o presidente Lula decidiu atrasar o início da obra de transposição, a fim de tentar negociar o fim do protesto.

Assentados bloqueiam a rodovia BR-158, que liga as cidades de Santana do Livramento e Rosário do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). Os agricultores reivindicam que a prefeitura de Livramento faça a reforma e a conservação da estrada que dá acesso à comunidade de Santa Rita, onde fica o assentamento. Com as fortes chuvas a estrada fica cheia de buracos e em algumas partes intransitável, o que prejudica o escoamento da produção e a ida das crianças às escolas. A prefeitura municipal informa que somente irá fazer as obras na localidade quando terminar os reparos em Coxilha Santo Ignácio.

As centrais sindicais, na campanha para manter a cobrança do imposto sindical, pressionam o Senado a votar no plenário, no dia 29 de novembro, o projeto que regulariza a situação das entidades, derrubando a emenda aprovada na Câmara, que acabou com o desconto obrigatório do tributo. A estratégia dos sindicalistas é aprovar no dia 28 de novembro, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o parecer de Paulo Paim (PT), que atende às demandas das Centrais. Elas querem manter o imposto sindical e evitar a fiscalização dos recursos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O relator do projeto na CAE, Francisco Dornelles (PP) apresenta seu parecer neste dia 27 de novembro, mas há um pedido de vista coletivo e a votação é adiada para o dia 28. O adiamento é articulado pelas centrais sindicais e pelo próprio Dornelles, que querem preferência na aprovação do relatório de

Paim, por ser a versão que mais agrada aos sindicatos. No parecer de Dornelles, é mantida a fiscalização do dinheiro pelo TCU. O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT), presidente da Força Sindical, diz que após votado o parecer de Paim na CAE, o assunto vai ao plenário, onde os relatores poderão defender suas posições.

4ª feira 28

Cerca de 800 integrantes do MTD ocupam o prédio da Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda (Corlac), em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Eles reivindicam que a governadora Yeda Crusius (PSDB) libere verbas ainda em 2007 para a execução do Programa Frentes Emergenciais de Trabalho. Só no Orçamento deste ano, estão previstos R\$ 2,5 milhões para essas atividades. O MTD também reivindica mais espaço para a atuação dos grupos de trabalho. Por meio das frentes os trabalhadores recebem qualificação técnica e uma ajuda de custo para se sustentar e comprar a matéria-prima para a confecção de produtos (pão, cucas, roupas e artesanato). Em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, as frentes de trabalho já foram adotadas pela prefeitura municipal. No entanto, falta infra-estrutura como espaço e materiais apropriados. Para isso, os trabalhadores pedem que o governo ceda aos trabalhadores os imóveis públicos que estão desocupados e não cumprem sua função social. Na parte da tarde, os manifestantes foram recebidos pelo chefe da Casa Civil, Luiz Fernando Záchia, que prometeu avaliar a pauta de reivindicações. As famílias relatam que sofreram pressão psicológica dos policiais, que tentaram tirá-las do local à força. Para evitar conflito, os desempregados resolveram deixar o local, mas a Brigada Militar dividiu os manifestantes em três grupos que foram encaminhados para delegacias, a fim de serem fichados. Lideranças do MTD reclamaram da atuação policial e da falta de atitude do governo, que deixou a situação transcorrer. Eles afirmam que já se tornou comum o governo estadual considerar problema social como caso de polícia.

Integrantes do MLST descumprem a ordem de reintegração de posse da fazenda Bom Sucesso, no Oeste do estado do Paraná (região Sul). Os agricultores afirmam que só vão deixar a área depois de colher o que plantaram. Há dois anos os sem-terra estão acampados na beira da estrada e já plantaram milho, feijão e mandioca dentro da fazenda. A reintegração de posse foi pedida pela Viapar, concessionária de pedágio que administra a BR-369, entre Cascavel e Corbélia - Paraná, onde os sem-terra estão acampados. No dia 22 de novembro, um grupo do Movimento manteve dois oficiais de Justiça e três jornalistas em cárcere privado, por cerca de 40 minutos, no local. Os oficiais foram ao local para comunicá-los sobre o mandado de reintegração de posse e acabaram impedidos de sair. Os oficiais foram liberados quando uma equipe de policiais chegou ao local para realizar o resgate.

A Aeronáutica anuncia que irá afastar 18 controladores de vôo de suas funções, sendo 11 em Curitiba – Paraná (região Sul) e 7 em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Segundo a Aeronáutica, os controladores de Curitiba, que trabalham no Cindacta 2, foram afastados por determinação da Justiça. Eles teriam participado do protesto da categoria no dia 30 de março de 2007, quando os trabalhadores paralisaram as atividades por quase

cinco horas reivindicando melhores condições de trabalho. Já os controladores do Cindacta 1, em Brasília, foram desligados por terem menos de 10 anos de trabalho, não adquiriram estabilidade e tiveram o seu pedido de engajamento rejeitado pelo Comando. A Força Aérea Brasileira (FAB) não confirma se os controladores de Brasília também estiveram envolvidos na paralisação de março.

Cerca de 50 pessoas, com narizes de palhaço, fazem protesto contra a possibilidade de substituição do presidente do Fundo de Pensão da estatal Furnas Centrais Elétricas, Sérgio Wilson Ferraz Pontes e do diretor de investimentos do fundo, Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira, em Botafogo, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Por unanimidade (6 votos a 0), o Conselho rejeitou a proposta de substituição. A reunião chegou a ser suspensa pelo presidente do Conselho Deliberativo do Real Grandeza, fundo de pensão de Furnas. Até mesmo os conselheiros indicados por Furnas, cujos votos favoráveis eram dados como certos, rejeitam a substituição. Os indicados pela atual gestão eram dois funcionários de carreira da estatal, Alci Peçanha Ferreira e Gilberto de Paula Silva. A Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, também presente no protesto, distribuiu uma carta, entregue ao presidente do Conselho Deliberativo do Real Grandeza, Ruy Eduardo Campello, em que afirma que a troca “ao que parece, tem como único objetivo abrir vagas para que sejam preenchidas por outros dois dirigentes a serem nomeados por critérios exclusivamente políticos”. O ex-prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, que assumiu o comando de Furnas há 3 meses, chega a enviar um e-mail aos funcionários da estatal, tentando justificar a proposta. O diretor de investimentos do fundo, Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira, gere uma carteira de R\$ 4,8 bilhões.

A tropa de choque da PM invade o acampamento Elizabeth Teixeira, no Horto Florestal Tatu, município de Limeira, em São Paulo (região Sudeste), para promover ação de despejo contra as 250 famílias acampadas. A ação truculenta da polícia deixou três pessoas feridas, entre elas, o dirigente nacional do MST, Gilmar Mauro, que levou um tiro de bala de borracha. Houve confronto e a polícia atirou contra as famílias, inclusive contra um deficiente físico numa cadeira de rodas, que teve de ser carregado. Gilmar Mauro, que passa bem, chegou a perder um pedaço da orelha, que já foi costurada. De acordo com Cláudia Praxedes, dirigente estadual do MST que também estava presente, além de os policiais não dialogarem com os sem-terra, ignoraram padres, representantes de conselhos tutelares e da Pastoral da Criança. “Após a violência, negaram o socorro às pessoas feridas por eles”, conta Cláudia. Gilmar relata a indiferença dos policiais que não paravam de atirar, mesmo com inúmeras crianças chorando. A liminar de reintegração de posse da área foi concedida à prefeitura de Limeira, que não tem a posse da área – o terreno pertence à União. O Incra prometeu às famílias que negociaria para que o despejo não ocorresse. Os sem-terra responsabilizam o Incra, a prefeitura de Limeira e o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), por esta situação. A Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo informou que a ação foi coordenada pelos PM's da região de Limeira, e não pela tropa de choque. Segundo o MST, a tropa de choque foi a responsável pelo despejo.

5ª feira 29

O Senado aprova o projeto de lei que regulamenta as centrais sindicais e põe fim à cobrança compulsória do imposto sindical. No lugar desse tributo, descontado anualmente na folha de pagamento dos trabalhadores, será criada a contribuição negocial, ainda em discussão entre as centrais e o Ministério do Trabalho. Por esse novo mecanismo, o percentual de contribuição dos trabalhadores aos sindicatos será definido em assembléia geral. Para aprovar a matéria, governo e centrais sindicais fecharam acordo de encaminhar, até fevereiro de 2008, a proposta de regulamentação do novo imposto.

Cerca de 200 trabalhadores rurais sem-terra da região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo (região Sudeste) fazem protesto, fechando a rodovia Anhanguera entre os quilômetros 312 e 314 por pouco mais de uma hora. O objetivo da mobilização é repudiar a violência da tropa de choque da PM de Limeira durante o despejo das famílias do acampamento Elizabeth Teixeira, montado em 21 de abril deste ano. O Horto Florestal Tatu, que já pertenceu à antiga Rede Ferroviária Federal, é atualmente da União. A reintegração de posse concedida à prefeitura de Limeira pelo juiz Flávio Dassi Viana é irregular, pois o Horto Florestal Tatu pertence à União. A prefeitura de Limeira, que nunca teve a posse da área, utiliza alguns espaços do Horto para desenvolver atividades que degradam o meio ambiente. Dentro da área há um "lixão", instalado em condições inadequadas que compromete o já poluído Ribeirão Tatu, que passa por dentro da cidade de Limeira e deságua no Rio Piracicaba. "O objetivo era mostrar a nossa indignação com o fato ocorrido em Limeira, que foi uma falta de respeito à reforma agrária", disse a integrante da direção estadual do MST, Kelli Mafort. "Atingimos o que queríamos." Os sem-terra trancam a pista principal, no sentido Capital-Interior, e depois a marginal, durante 30 minutos, sem deixar passar qualquer veículo. Depois, começam a liberar os veículos alternadamente até o fim do ato. Cerca de 15 policiais militares e rodoviários acompanham o protesto que não teve incidentes ou confrontos.

Cerca de 4 mil trabalhadores sem-terra estão mobilizados no estado de Alagoas (região Nordeste) para prestar homenagem ao dirigente do MST no estado, Jaelson Melquíades, assassinado há 2 anos e para reivindicar a reforma agrária. Os trabalhadores pedem ainda o fim da violência no campo e a punição dos assassinos. Em todo o estado, os trabalhadores fazem passeatas, atos, ocupações e vigílias, para denunciar os crimes cometidos no estado de Alagoas e no Brasil. Nas cidades de Atalaia, Delmiro Gouveia, Matriz de Camaragibe, Maragogi e São Brás, houve vigílias em frente a fóruns de Justiça. Além de Melquíades, outros trabalhadores foram mortos em Alagoas, como Luciana Alves, assassinada em Craíbas, há quatro anos, e Chico do Sindicato, assassinado em Atalaia há 12 anos. Assim como o caso de Melquíades, nenhum dos mandantes e executores foi julgado. Também são lembrados os companheiros, Valmir da Mota Oliveira, Keno, executado em 21 de outubro de 2007, por seguranças contratados pela Syngenta Seeds, no Paraná, e Cirilo de Oliveira Neto, assassinado em casa no Rio Grande do Norte, no dia 1º de novembro de 2007. Uma das pautas do MST é pela federalização dos crimes de pistolagem cometidos contra sem-terra, para que a Justiça possa ter autonomia ao julgar os casos. Na luta pela reforma agrária, o MST em Alagoas decreta o dia 29 de novembro como dia estadual de luta contra a violência e a impunidade.

O MTD volta a realizar manifestações no centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Cerca de 800 desempregados marcham em direção à Secretaria da Fazenda para exigir que o estado invista nas frentes de trabalho ainda este ano. Até o momento, o governo não liberou nenhum recurso dos R\$ 2,5 milhões previstos para as frentes de trabalho em 2007. Depois da ocupação ao prédio da Corlac, no dia 28 de novembro, o secretário da Casa Civil, Luiz Fernando Záchia, prometeu liberar verbas para as atividades este ano. No entanto, ainda não houve uma definição sobre o valor dos investimentos.

6ª feira 30

Cerca de 100 integrantes do MST ocupam a Fazenda Cipó Cortado, no município de Senador La Rocque - Maranhão (região Nordeste). Os manifestantes protestam contra a lentidão do Incra em assentar as famílias que estão acampadas desde agosto numa área cedida pelos moradores do Assentamento Saramandaia, em Buritirana, também no Estado. As famílias foram despejadas em junho de uma fazenda em Amarante do Maranhão e nem sequer estão recebendo as cestas básicas, como havia sido acordado. A Fazenda Cipó Cortado tem cerca de 7 mil hectares e está em litígio. A área já foi flagrada com trabalhadores em situação análoga à de escravidão por fiscais do Ministério do Trabalho em 2006.

Professores da rede pública estadual denunciam que a secretária de Educação, Mariza Abreu, está sendo autoritária com a classe e com o sindicato que os representa, o Cpers. Segundo as reclamações, a secretária vem obrigando as Coordenadorias Regionais a punir os professores que participam das atividades do sindicato com falta não justificada. Mariza também estaria ameaçando com corte de recursos as escolas que não querem realizar a avaliação da educação, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saers). O Cpers irá formalizar denúncia, na próxima semana, à Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal.

Cerca de 250 indígenas participam do III Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, em Porto Velho, no estado de Rondônia (região Norte). O encontro que teve início no dia 28 e fim no dia 30 de novembro, foi marcado por um protesto dos indígenas contra a construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. O leilão da obra está previsto para dezembro e os povos reivindicam ser ouvidos e consultados pelo governo federal já que as ações influenciarão direta ou indiretamente a vida das populações. Segundo eles, os prejuízos à vida, ao meio ambiente e à biodiversidade da região serão enormes. O coordenador do Fórum Marcos Apurinã, declara que as políticas destinadas aos povos indígenas sempre tem caráter de imposição. Apurinã ressalta que a obra no Rio Madeira pode significar o genocídio destes povos e lembra que ainda não existe um estudo detalhado dos danos ambientais que a obra trará aos índios. Ao final do evento foi produzido um documento com as principais reivindicações dos povos indígenas amazônicos. O documento será entregue ao presidente Lula no dia 4 de dezembro

Glossário de Siglas

ANP	Agência Nacional do Petróleo
Corlac	Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda
Cpers	Sindicato do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DF	Distrito Federal
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST	Movimento Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anderson Andrade (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF). Revisão: Virgínia Maria de Castro (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).

Brasil

Cronología del conflicto Social

Diciembre de 2007

Sábado 01

Cerca de 450 metalúrgicos aprovam a filiação do sindicato à Central dos Trabalhadores do Brasil, em Caxias do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). A nova central sindical deve ser fundada em janeiro de 2008, em Minas Gerais (região Sudeste). Os metalúrgicos argumentam que a desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) se deve à passividade da entidade em relação ao governo Lula. Eles afirmam que a Central demorou muito para reagir a projetos que retiram direitos dos trabalhadores como a Emenda 3 e a Reforma da Previdência.

Cerca de 200 famílias sem-terra, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ocupam a Fazenda Eldorado, próximo a Campinas, em São Paulo (região Sudeste). Segundo os camponeses, a fazenda possui 240 hectares improdutivos; logo não cumpre sua função social como determina a Constituição Federal. Os sem-terra exigem a desapropriação imediata da fazenda Eldorado para fins de reforma agrária. O MST reivindica também que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) faça vistorias nas áreas improdutivas na região de Campinas e grande São Paulo. Segundo os militantes, há anos não são realizadas vistorias na região. Os sem-terra protestam também contra o despejo violento sofrido pelas famílias do acampamento Elizabeth Teixeira, no dia 29 de novembro, em Limeira, interior de São Paulo. A ocupação pretende homenagear o trabalhador rural Valmir Mota Oliveira, o Keno, assassinado por pistoleiros contratados pela multinacional Syngenta Seeds, em 21 de outubro, no Paraná. As famílias afirmam que permanecerão acampadas na fazenda Eldorado até que haja uma solução definitiva para a situação.

Domingo 02

Presos são acorrentados aos pilares externos da delegacia de Polícia Civil de Palhoça – Santa Catarina (região Sul). A superlotação da carceragem faz com que esta situação seja recorrente, de acordo com a polícia. Dois dos seis presos acorrentados fugiram. Um deles retorna poucas horas depois, após furtar um supermercado. O preso recebeu como punição uma corrente extra, que prende suas mãos ao concreto. Os outros quatro detentos continuam com os pés acorrentados e presos por frágeis cadeados. Eles passam o dia sentados, têm que pedir autorização para ir ao banheiro e não tomam banho. À noite, fazem as necessidades em garrafas e sacos plásticos. Mesmo assim, os detentos declaram ser “sortudos” porque ao menos têm ar puro.

O bispo de Barra – Bahia (região Nordeste), Dom Luiz Flávio Cappio completa 6 dias em greve de fome contra o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. Cappio está em Sobradinho, a 554 km a noroeste da capital Salvador. O bispo celebrou missa para cerca de mil pessoas e durante o sermão falou sobre a necessidade de preservação e conservação do meio ambiente. Segundo a assessoria Articulação São Francisco Vivo, Cappio está em bom estado físico e se alimenta apenas com água em

intervalos que variam de 15 a 20 minutos. Desde que iniciou o jejum, no dia 27 de novembro, o bispo tem recebido visitas de estudantes, religiosos e políticos da região.

2ª feira 03

O sindicato dos professores estaduais de ensino, organizados na Associação dos Professores do Paraná (APP), entra com mandado de segurança na Justiça contra a demissão de 10.057 profissionais contratados pelo Processo de Seleção Simplificado em Curitiba – Paraná (região Sul). Os contratos foram feitos no ano de 2006 e terminam no final de dezembro de 2007. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado determinou que os contratos fossem cancelados no final de novembro. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, o Tribunal argumenta que o processo de seleção dos professores foi inadequado por não ter consistido em uma prova escrita. O sindicato calcula que 317 mil estudantes da rede pública ficarão sem aulas com a dispensa dos professores.

Cerca de 250 famílias integrantes do MST interditam um trecho da rodovia BR-163 em Sinop, a 482 km de Cuiabá - Mato Grosso (região Centro-oeste). Os manifestantes exigem a agilidade na desapropriação de terras para a reforma agrária na região. O protesto ocorre pela manhã e, segundo a Polícia Rodoviária Federal, é encerrado pacificamente às 13h sem deixar feridos.

Presos que estavam acorrentados do lado de fora da delegacia de Polícia Civil de Palhoça – Santa Catarina (região Sul) são levados para dentro do local. Três detentos permanecem do lado de fora devido à superlotação. Os presos estavam acorrentados às colunas da delegacia desde o dia 30 de novembro. Com capacidade para apenas quatro detentos, a carceragem da delegacia abriga atualmente 22. Os presos se queixam da superlotação. Dentro da carceragem, o ar é tão abafado que o único ventilador está instalado virado para fora, numa tentativa de eliminar o cheiro de suor e a poeira. Os presos dormem uns por cima dos outros. Segundo um dos presos, há ali dentro vários doentes, inclusive com sífilis e nessas condições não se pode esperar que eles se recuperem. Por lei, os presos deveriam ficar na delegacia apenas enquanto é feito o flagrante, que deveria durar algumas horas. Um dos detentos diz, entretanto, que está ali há mais de 80 dias. Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Catarina, Dorian Ribas Marinho, a polícia também é vítima da situação e a superlotação só será resolvida com penas alternativas. Para ele, prender quem comete pequenos delitos não resolve a crise da segurança pública. O Ministério Público de Santa Catarina já havia pedido a interdição da cela há um ano. Uma liminar foi concedida em novembro de 2006, limitando a 10 o número de presos na carceragem, mas acabou sendo cassada, em maio de 2007, após o governador do estado recorrer do pedido. Desta vez, o Ministério Público Estadual pede que o número de presos não passe de quatro.

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, afirma que a Justiça do Pará (região Norte) também tem culpa pelo fato de presas dividirem celas com homens nesse Estado. Sem individualizar responsabilidades, ela diz que o erro está em não impedir “ofensa a direitos humanos”, o que deixa o cidadão paraense sem ter a quem recorrer. Apesar de a governadora do Pará Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores (PT), colocar a culpa na Justiça, no entanto, não exime de responsabilidades as “instâncias policiais e administrativas”, nas quais se enquadra o Poder Executivo do Pará, comandado por ela. A questão vem à tona

com a descoberta da prisão de uma garota de 15 anos, colocada numa cela com 20 homens por 26 dias, em Abaetetuba. No dia 23 de novembro, assim que tomou conhecimento deste fato, o CNJ pediu, por meio de ofício de Gracie, explicações ao Tribunal de Justiça (TJ) do Pará. O corregedor nacional de Justiça e membro do CNJ, ministro Cesar Asfor Rocha, abre hoje investigação para apurar responsabilidade do Judiciário do Pará em relação ao caso. Ele pede explicações ao presidente do TJ, desembargador Lobato Bemerguy, e à corregedoria do órgão sobre medidas eventualmente tomadas para apurar se houve a omissão da Justiça. O corregedor nacional, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), toma a iniciativa de abrir investigação, chamada procedimento disciplinar, por conta própria. A culpa da Justiça, conforme diz a governadora paraense, se deve ao fato de o TJ do estado ter condicionado a transferência e recambiamento de presos provisórios a uma autorização da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, o que impediu o estado de mudar a situação. Gracie diz que o CNJ vai agir para evitar que casos como os do Pará se repitam no país. Inicialmente, porém, a investigação do CNJ não é dirigida contra nenhum juiz, mas a punição máxima, na hipótese de identificação da responsabilidade, será a aposentadoria compulsória do juiz, com salário preservado.

Um grupo de cerca de 800 trabalhadores, em sua maioria mulheres do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que haviam ocupado a antiga sede da estatal produtora de leite, a Corlac, em Porto Alegre, capital do Rio grande do Sul (região Sul), é fortemente reprimido pelo Batalhão de Choque da Brigada Militar. A ordem partiu da governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). As famílias relatam que sofreram pressão psicológica dos policiais, que tentavam realizar o despejo à força. Para evitar conflito, os desempregados resolveram deixar o local, mas a polícia trancou a saída, dividiu os manifestantes em três grupos e os encaminhou para delegacias, onde foram fichados por invasão à propriedade privada. O prédio da Corlac está abandonado desde a década de 90 e consta na lista dos 617 imóveis do estado que o governo quer vender, a fim de reduzir o déficit de caixa. Segundo estimativas, o déficit, chega a R\$ 1,3 bilhão. Os trabalhadores reclamam que os imóveis estatais poderiam ser utilizados para políticas sociais. No caso do MTD, para abrigar os grupos de produção dos desempregados que não têm espaço físico para trabalhar.

3ª feira 04

A área do Horto Florestal Tatu será destinada para reforma agrária. Ela fica localizada no município de Limeira – São Paulo (região Sudeste).. A decisão foi firmada após a Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes assinar um protocolo. A prefeitura de Limeira foi notificada a desocupar imediatamente a área que agora é utilizada como aterro sanitário. No dia 29 de novembro, 250 famílias sem-terra, que integravam o acampamento Elisabeth Teixeira, foram violentamente despejadas pela tropa de choque da Polícia Militar (PM) de Limeira. A ação da polícia deixou 20 sem-terra feridos por balas de borracha e estilhaços de bombas e duas crianças foram hospitalizadas após inalarem gás pimenta e lacrimogêneo. Uma liderança do MST foi baleada na orelha. As famílias alegam que a área pertencia à extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e passou a pertencer à União, fato que permitia que a reforma agrária fosse feita na região. O documento assinado pela Secretaria Executiva confirma que a área pertence à União e, portanto, dá ganho de causa para as famílias.

Cerca de 4 mil pessoas ligadas a organizações sociais, movimentos populares e caravanas dos municípios de Remanso, Sobradinho, Campo Alegre de Lurdes, Juazeiro, Barra, Ipujiara, Morpará, Casa Nova, Curaçá, Bonfim, Irecê e Sento Sé dos estados da Bahia e Pernambuco (ambos na região Nordeste), além de pessoas dos estados do Mato Grosso (região Centro-oeste), São Paulo (região Sudeste) e Ceará (região Nordeste) realizam ato público em Sobradinho, na Bahia (região Nordeste). Os manifestantes saem da Capela de São Francisco onde, desde o dia 27 de novembro, o bispo Dom Luiz Flávio Cappio faz jejum em protesto contra o projeto de Transposição e seguem caminhando até as margens do rio. Durante o caminho foram feitas duas paradas. A primeira aconteceu na entrada da avenida que dá acesso ao rio e a segunda em frente à estação de transmissão de energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). No final da caminhada houve uma celebração presidida pelo bispo, com a presença de mais de 20 padres. Cappio cantou junto com a multidão e durante um sermão disse que “não podemos deixar que a força do capital roube esse direito de todo o povo brasileiro, não podemos permitir”. Ainda aproveitou para chamar as pessoas para as mobilizações, disse que “chegou o momento de nós defendermos e lutarmos pela vida dele”.

O secretário de Segurança Pública de Santa Catarina (região Sul), Ronaldo Benedet, determina a abertura de sindicância para apurar responsabilidades em relação aos presos que foram mantidos acorrentados na delegacia de Palhoça, no estado. Os três últimos detentos que permaneciam atados com correntes aos pés, em área externa da delegacia, são removidos para presídios da capital, Florianópolis. Benedet afirma que presos acorrentados são “fato isolado em Santa Catarina”, mas reconhece a superlotação do sistema carcerário. Segundo a Diretoria de Administração Penal (Deap), a população carcerária mais que dobrou no Estado nos últimos quatro anos, chegando a cerca de 12 mil presos. São abertas hoje 11 vagas para minimizar a superlotação em Palhoça.

Funcionários da fábrica da LG em Taubaté, no Vale do Paraíba, entram em greve por tempo indeterminado. A greve tem início um dia após a empresa demitir 60 funcionários. As demissões aconteceram em meio a pressões de trabalhadores e do sindicato local pela implantação de um plano de cargos e salários na unidade. Outros 12 funcionários perderam os empregos hoje. O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté diz que as demissões são retaliações da empresa contra os trabalhadores por conta da mobilização pela mudança no sistema de promoção e reajuste salarial. A LG não se pronuncia.

Setores da Igreja Católica contrários à greve de fome do bispo de Barra – Bahia (região Nordeste), Dom Luiz Flávio Cappio, aumentam a pressão pelo fim do protesto. O arcebispo da capital do estado, Salvador, dom Geraldo Majella Agnello vai a Sobradinho pedir o encerramento do jejum. O bispo se encontrou com Majella e mais 4 bispos e afirmou que não recuará. No encontro, recebeu uma carta do cardeal com o posicionamento da regional Nordeste 3 – Bahia e Sergipe – da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CNBB é solidária à luta de Cappio, mas discorda da forma escolhida para isso. Cappio afirma que vê o pedido de recuo feito por Majella como um gesto de preocupação com a sua vida. O bispo condiciona a suspensão do protesto à saída do Exército do canteiro de obras e ao arquivamento do projeto da transposição.

Sindicalistas buscam a aprovação, na Câmara, do texto que retoma a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical. Representantes das centrais sindicais e o Ministro do

Trabalho, Carlos Lupi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), encontram o presidente do Senado, Tião Viana (PT), para agradecer a votação na Casa e sinalizar que estão discutindo uma proposta alternativa de criação da chamada contribuição negocial. O ministro afirma que o texto está em debate e que a idéia é estabelecer um teto de 1% do salário para a nova contribuição. Ela incluirá imposto, contribuição assistencial e taxa confederativa e terá de ser aprovada pela assembléia dos trabalhadores. Segundo o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT), as centrais querem conversar com deputados aliados e da oposição para garantir a manutenção do imposto obrigatório. Os sindicalistas tentarão aprovar o texto na Câmara ainda em 2007. Além de legalizar as centrais, o projeto garante que 10% da arrecadação com o imposto sindical e outras contribuições sejam destinadas a elas. Atualmente, apenas sindicatos, federações e confederações recebem o dinheiro do imposto, equivalente a um dia de trabalho. Se o projeto for aprovado ainda este ano, as centrais deverão receber R\$49 milhões já em 2008. No dia 5 de dezembro os sindicatos pretendem pressionar fazendo a IV Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília, Distrito Federal (DF). Os sindicalistas devem ser recebidos pelo presidente Lula.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) Emaús, instituição que integra o conselho deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), afirma que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), pôs em risco a família da menina de 15 anos que ficou presa em cela com 20 homens por 26 dias. A governadora colocou a família em risco ao visitá-la em endereço sigiloso do programa estadual de segurança e depois divulgar fotos do encontro no site do governo. A visita ocorreu no dia 3 de dezembro. Por meio de sua assessoria, Ana Júlia informa que visitou a família para tranquilizá-la e nega que a tenha colocado em risco.

A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Louise Arbour, recomenda que o governo de São Paulo (região Sudeste) use câmeras de monitoramento nos estabelecimentos policiais e prisionais do estado para evitar que possíveis abusos de autoridade e torturas ocorram. O secretário de Justiça do governo de José Serra (PSDB), Luiz Antonio Marrey, confirma à comissária que o governo de São Paulo realiza atualmente um estudo para implementar a utilização das câmeras em todas as unidades da Fundação Casa (antiga Febem).

Uma mulher e um adolescente de 17 anos são acorrentados a pilares do lado de fora da delegacia de Palhoça, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Isso acontece porque a cela da cadeia está superlotada. O local deveria abrigar no máximo quatro presos, mas mantém cerca de 20 homens. A mulher e o jovem são mantidos com outros quatro detentos também acorrentados. As correntes e cadeados a que ficam presos os detentos são comprados em um rateio entre os funcionários da delegacia. No dia 3 de novembro, dois presos fugiram após afrouxarem as correntes e quebrarem os cadeados. Recapturado, um deles recebeu uma corrente extra. Após a repercussão do caso, o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, determina a abertura de sindicância. A delegada afirma não entender “por que a situação só repercutiu agora” se o problema da superlotação e as medidas adotadas para amenizá-lo são corriqueiras e já duram cerca de 2 anos. Segundo ela, sempre há solicitação de vagas em presídios, mas também não há espaços nesses locais. Na delegacia, os presos preferem ficar do lado de fora da cela, diz, “porque é mais arejado”. Por ordem da secretaria, à tarde, 10 presos são removidos do local para o presídio masculino de Florianópolis que também está

superlotado. No início da noite, já não há mais acorrentados. A mulher é levada para o presídio feminino e o garoto, levado para uma sala da delegacia, onde está sendo acompanhado pelo Ministério Público e deverá ser internado provisoriamente. Antes, a superlotação era resolvida com um carro da Polícia Civil, onde os presos eram colocados. Depois que a viatura foi para o conserto e não voltou, surgiu o imprevisto. Em Santa Catarina, há 12 mil presos e só 8 mil vagas no sistema prisional.

4ª feira 05

Cerca de 30 mil trabalhadores da CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, União Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil manifestam-se na 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva e da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT), recebem o documento em que as centrais sindicais propõem a redução constitucional imediata da jornada de trabalho com aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramita no Congresso Nacional, incluindo metas graduais de redução até atingir as 36 horas semanais definidas pela PEC. As reivindicações feitas no documento incluem jornada semanal inferior à estabelecida em lei para os jovens trabalhadores estudantes, como garantia da formação educacional integral; definição, na legislação, de jornada máxima anual, respeitando os limites legais das jornadas diária e semanal e jornadas especiais para os turnos de revezamento. De acordo com Informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociológicos (Dieese), com a redução da carga horária seriam criados 2,5 milhões de vagas de trabalho. O instituto afirma também que o fim da hora-extra geraria mais de 1 milhão de empregos. Os manifestantes criticam os empregadores que preferem investir em hora-extra, mantendo os trabalhadores em jornadas estafantes de trabalho, para evitar o pagamento dos encargos sociais, como a Previdência Social. A alteração contribuiria para diminuir os números relativos ao trabalho informal e os problemas de saúde gerados pelo excesso de trabalho como estresse, depressão e lesões por esforço repetitivo. A marcha terminou com um ato público realizado em frente ao Congresso e contou com a participação de parlamentares. Os trabalhadores salientam a necessidade de estabelecer como obrigatória a justificativa para demissões. A mudança visa combater a alta rotatividade no emprego, assim como a terceirização e a precarização para garantir a valorização do trabalho. Outras propostas são: implementação de políticas específicas para as micro e pequenas empresas que gerem emprego formal; eliminar o trabalho escravo e erradicar o trabalho infantil.

Os líderes de seis centrais sindicais: CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, União Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil que realizam a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora pelas avenidas de Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) encerram o dia comemorando o apoio do presidente Lula ao projeto que retoma o imposto sindical. Lula que, como sindicalista, era contrário ao imposto obrigatório, diz que vai mobilizar a base aliada da Câmara para manter o tributo, derrubado pelos deputados e recuperado pelos senadores. Em reunião, Lula diz que o imposto não pode ser extinto sem a criação de um mecanismo de financiamento do movimento sindical. Ele critica a decisão da Câmara, que extinguiu o imposto sindical dos trabalhadores, mas manteve o dos empregadores. Lula promete enviar ao Congresso duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a que assegura o direito de negociação

sindical aos servidores públicos e a que proíbe a demissão imotivada. O presidente garante ainda a participação de um representante dos empregados no conselho de administração das estatais. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT), promete retomar o debate sobre a redução da jornada de trabalho e outros temas de reforma trabalhista. Segundo a PM, o evento chega a reunir cerca de 20 mil pessoas no ato realizado em frente ao Congresso. Para não tumultuar ainda mais a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado, a base aliada não está permitindo a análise dos textos sobre a legalização das centrais sindicais, o que trata da manutenção do imposto sindical. O presidente Chinaglia diz que dificilmente o projeto será apreciado ainda em 2007. Parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) protestam e pressionam o senador José Nery (PSOL) a votar contra a prorrogação da CPMF.

Mais de mil pessoas fecham a ponte do município Ibotirama, Bahia (região Nordeste), na BR-242, que serve de acesso à capital, Brasília. A ação é um protesto contra o projeto de transposição do rio São Francisco e em solidariedade ao jejum do bispo Dom Luiz Flávio Cappio. Em alguns estados do país, movimentos sociais também realizam manifestações. Participam do trancamento da ponte em Ibotirama os movimentos que fazem parte da Via Campesina, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA), Centro de Assessoria de Assuruá (CAA), quilombolas, geraizeiros, representantes da reserva extrativista Serra do Ramalho e pessoas ligadas à igreja.

Cerca de 200 moradores do bairro Caioaba em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste) protestam em frente à prefeitura da cidade contra a falta de saneamento e de obras de infra-estrutura na região. Os manifestantes usam máscaras de mergulho e bóias para reclamar das enchentes no bairro em dias de chuva.

Aproximadamente 300 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Panorama, em Cláudia, no Mato Grosso (região Centro-oeste). Na ocupação os militantes renderam o gerente, duas cozinheiras, seis seguranças e um soldado da PM que estava no local à paisana. O MST acusa os seguranças e o policial de atuarem como pistoleiros a serviço do fazendeiro Oscar Ferreira, que disputa na Justiça Federal o direito sobre os 6,2 mil hectares de fazenda.

Cerca de 300 pescadores e ribeirinhos ocupam o canteiro de obras de uma das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí, localizada a 400 km de Belém – Pará (região Norte). O ato ocorre dois meses depois da primeira ocupação. O objetivo é impedir a continuação da obra. Estava marcada para o dia 3 de dezembro uma assembléia popular com a participação de representantes da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), do Ministério Público e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas ninguém compareceu. Além disso, a indenização dos pescadores, que perderam seu meio de sustento, não foi concedida e as casas que estão sendo construídas para substituir as que foram atingidas pela obra são muito pequenas, segundo os moradores. Desde a primeira ocupação, aconteceram duas reuniões com a Eletronorte e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), mas até agora a única providência tomada foi a entrega de cestas básicas para os pescadores até fevereiro de 2008. O contrato assinado para a construção das eclusas entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Eletronorte e o

Consórcio Camargo Corrêa tem valor de R\$ 440 milhões. As duas eclusas, ligadas por um canal intermediário, com 5,5 km de extensão, irão possibilitar a navegabilidade no Rio Tocantins, facilitando o escoamento de grãos e minérios de ferro para a exportação. Em outubro, manifestantes já haviam ocupado o canteiro de obras e feito uma série de reivindicações. Em maio, a sala de controle e a casa de máquinas da hidrelétrica foram ocupadas por quatro dias. O presidente Lula chegou a enviar o Exército e a Polícia Federal para desocupar o local.

A corregedora Liane Martins, do Pará, responsabiliza a menina, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, por mentir a idade aos policiais, dizendo ter 19 anos. Liane é responsável por investigar a atuação dos policiais que colocaram uma menina de 15 anos em uma cela com mais de 20 homens, no Pará (região Norte). A corregedora, que assumiu a sindicância interna do caso, diz ainda não ver motivos para demitir os envolvidos. Para ela, “os policiais foram levados ao erro” pela menina que foi violentada pelos presos no decorrer dos 26 dias em que ficou presa por furto. Ela já ouviu o depoimento da garota, dos pais biológicos, dos cinco conselheiros tutelares, de quatro delegados, de dois escrivães, de agentes prisionais, de investigadores e de 17 presos. Ela também insinua, assim como o então delegado geral da Polícia Civil do Pará, Raimundo Benassuly, que a adolescente tem algum problema psíquico. Benassuly chamou, no dia 29 de novembro, a jovem de débil mental. No dia 30 de novembro teve de pedir demissão.

O desembargador Constantino Guerreiro, corregedor das Comarcas do Interior do Pará (região Norte), pede a abertura de processo administrativo e disciplinar contra a juíza Clarice Maria de Andrade, da comarca de Abaetetuba, no estado, além do afastamento dela do cargo. Também solicita a abertura de processo administrativo e disciplinar contra dois servidores da Justiça na cidade. Segundo relatório da corregedoria, a juíza e dois de seus auxiliares tentaram ludibriar o órgão ao enviar o pedido de transferência da adolescente. “A corregedoria apurou que a juíza infringiu normas disciplinares da magistratura não despachando imediatamente o pedido de transferência da adolescente. Dois servidores alteraram as datas de remessa do ofício de transferência, tentando ludibriar a corregedoria”, afirma o desembargador. De acordo com ele, o pedido de transferência encaminhado à corregedoria foi enviado em 20 de novembro, mas com data do dia 8. A menina foi solta no dia 14. “O ofício foi alterado irregularmente como se tivesse sido despachado no dia 8.” O relatório do desembargador, que conduziu a sindicância aberta para apurar o caso, é aprovado hoje pelo Conselho da Magistratura do Pará, que reúne oito desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) do Pará. A representação será submetida, no dia 12 de dezembro, ao voto do pleno do TJ-PA, composto pelos 30 desembargadores do estado. Segundo o TJ-PA, a juíza está em férias. Na única manifestação pública que fez até agora sobre o caso, ela afirmou por meio de nota, que não sabia da situação da jovem antes de 14 de novembro, quando o caso foi denunciado pelo conselho tutelar.

5ª feira 06

Uma manifestação ocorre no Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os frequentadores e os comerciantes presentes no local, receberam orientações e panfletos educativos sobre a Lei Maria da Penha, que pune a violência contra a mulher.

Segundo o integrante da Organização Não Governamental (ONG), Instituto Papai, Benedito Medrado, o ato procurou conscientizar a população de que a luta pelo fim das agressões sofridas pelas mulheres não é uma causa apenas feminina. Ele ainda ressalta que a violência contra a mulher diminuiu, mas que a Lei Maria da Penha ainda precisa ser efetivamente implantada, principalmente nas cidades do interior do Brasil.

A empreiteira Camargo Corrêa informa que está paralisando hoje a construção de eclusas na usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará (região Norte). O canteiro foi ocupado no dia 5 de dezembro por 300 militantes do MAB. Esta foi a sétima ocupação da área este ano. A Eletronorte informa que pedirá reintegração de posse à Justiça. Financiadas pelo governo federal, as obras integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e estão orçadas em R\$620 milhões. A construtora acusa os militantes de queimarem 5 equipamentos, entre eles, um caminhão e um ônibus usado para transportar operários. Em nota, a Camargo Corrêa informa que a ocupação colocaria em risco a saúde dos próprios militantes, que ocupam a central de concreto e estariam ameaçando destruir a fábrica de gelo, que possui um reservatório de amônia, material tóxico. A construção das eclusas é executada pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), com participação da Eletronorte. A construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira fará com que dois povoados desapareçam. O primeiro será Teotônio, que será inundado pelo reservatório da hidrelétrica Santo Antônio, a primeira a ser licitada. O MAB estipula que as hidrelétricas do Rio Madeira deverão desalojar mais de 10 mil pessoas. Os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) elaborados pelas empresas Furnas e Odebrecht previam apenas três mil pessoas. Além do desalojamento, a população ribeirinha também deve sofrer com a proliferação do mosquito da malária e com impactos na pesca. O próprio EIA/Rima prevê que 21 espécies de peixes vão desaparecer. Haverá o deslocamento de milhares de pessoas para a cidade.

O bispo de Barra – Bahia (região Nordeste), Dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome há 10 dias contra a transposição do rio São Francisco, diz, em Sobradinho – Bahia, que a “batalha” que trava contra o governo “será longa” e com final “imprevisível”. O religioso, que já apresentou sinais de desidratação e anemia, afirma que o apoio que está recebendo torna “irreversível” sua decisão de manter o jejum “até o fim”. O bispo aparenta boa saúde. Desde o dia 5 de dezembro, por recomendação médica, ele bebe soro caseiro ao invés de água e descansa três vezes ao dia. Ele crê que pode prolongar o jejum por mais 1 mês. A pressão da igreja pelo fim da greve de fome também continua. O arcebispo de Feira de Santana, Itamar Vian, propôs a troca do jejum por uma peregrinação no rio. Cappio descarta a possibilidade e confirma sua participação em mais uma manifestação contra a transposição, marcada para ocorrer no dia 9 de dezembro.

A ONG Amigos da Terra-Amazônia Brasileira entra com uma ação pública na 4ª Vara da Justiça Federal, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), para impedir o leilão da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia (região Norte), previsto para o dia 10 de dezembro. No processo, aparecem como réus o Ibama, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Furnas Centrais Hidrelétricas. Segundo Roberto Smeraldi, diretor da organização, essas instituições tentaram viabilizar a usina sem que os quesitos ambientais exigidos pela legislação fossem respeitados. A ação se baseia em um parecer do próprio Ibama, justificando a concessão da Licença Prévia (LP) para a usina. Segundo a ONG, o parecer foi realizado em julho de 2007, mas sua divulgação

foi adiada até novembro. Segundo a ação, em julho já se sabia que as obras prejudicariam os depósitos de sedimentos no rio Madeira e traria dificuldade para a pesca de espécies, além de comprometer a deposição de ovos e larvas. Esses problemas foram apontados em audiências públicas, mas, segundo a Amigos da Terra, elas só aconteceram em Porto Velho – Rondônia (região Norte), desconsiderando as comunidades locais e indígenas que vivem em áreas mais afastadas e serão afetadas. E ainda, 250 lideranças indígenas da Amazônia protocolam um pedido de suspensão do leilão na Presidência da República. Eles alegam que não foram consultados. Para a concessão de uma LP, todos os pedidos de ajustes no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de uma obra precisam ser atendidos. O Ibama afirma, por meio de sua assessoria de imprensa, que todas as exigências foram cumpridas e que, por isso, a LP foi liberada. Mas, de acordo com a ação, em março de 2007, técnicos do próprio Ibama relatam as falhas existentes no EIA. Quatro meses depois, o atual diretor de licenciamento, Messias Franco, teria assinado um parecer comprovando que as irregularidades apontadas não tinham sido objeto de estudo até aquela data. A ação pública movida pela Amigos da Terra reforça o processo aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia que, também em março de 2007, pediu o cancelamento do leilão. Entre os diversos motivos, o MPF alega que no EIA não constava o impacto que seria causado pela construção das redes de transmissão, como “uma forma de agilizar a LP”, segundo Gustavo Pimentel, gerente da Amigos da Terra.

Índios da etnia Enawenê-Nawê bloqueiam a Estrada do Pontal, que liga o município de Campos de Júlio às usinas do rio Juruena, em Sapezal, no Mato Grosso (região Centro-oeste). O protesto prejudica fazendeiros que ficam sem acesso às suas propriedades. Cerca de 350 funcionários estão impedidos de sair. Os índios querem a realização de mais estudos de impacto ambiental e defendem nova proposta de compensação às cinco etnias que serão atingidas com as obras, que integram um complexo de 10 usinas que serão erguidas em seqüência nos próximos anos. Cinco delas, incluindo as três que são alvo do protesto, pertencem à Juruena Participações S.A. – que reúne a Linear Participação e Incorporação e MCA Energia e Barragens. As outras estão em fase de licenciamento ambiental e serão construídas pela Maggi Energia, do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi do Partido da República (PR). Segundo o superintendente de Infra-Estrutura da Sema, Salatiel Araújo, todo o processo vem seguindo a legislação ambiental. Os enawenê-nawê se alimentam exclusivamente de peixes da bacia do rio Juruena. Eles temem que as obras afetem os cardumes.

6ª feira 07

Os moradores, principalmente do Complexo do Alemão e de Manguinhos, no Rio de Janeiro (região Sudeste), cobram mais diálogo e informações sobre as obras do PAC. Doze associações e ONG's que atuam nessas favelas dizem não saber esclarecer as principais dúvidas referentes à abertura de ruas, remoções e à opção por obras monumentais. Os projetos do PAC fazem parte de uma “revolução” prometida pelo presidente Lula em quatro conjuntos de favelas – Complexo do Alemão, Manguinhos, Pavão/Pavãozinho/Cantagalo e Rocinha, onde vivem entre 146 mil e 252 mil pessoas. Trata-se de uma grande proposta de intervenção urbanística em favelas da cidade. A União disponibilizará R\$1,075 bilhão (75%), do Estado (20,5%) e da Prefeitura (4,5%). As intervenções do PAC nas favelas seguem princípios como facilitar o acesso com o alargamento das principais ruas, implosão dos muros que isolam estas comunidades do

resto da cidade e integração aos meios de transportes coletivos. Também estão incluídas ampliação das redes de serviços e construção de prédios públicos que marquem a presença do Estado, além de novas moradias e a regularização fundiária. As obras estão previstas para começar em 2008, junto à eleição municipal, e devem terminar em 2010, com a disputa presidencial. O medo maior dos moradores é em relação às remoções, um trauma na história habitacional do Rio.

Cerca de 200 funcionários da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) de todo o Brasil reunidos em assembléia decidem terminar a greve iniciada no dia 17 de outubro. Entretanto, os representantes paulistas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), continuarão em greve. O IPEN é um órgão que usa a tecnologia nuclear em pesquisas e produção de medicamentos e tratamentos médicos. Além do IPEN de São Paulo, até realização da assembléia em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste), a greve conta com a adesão dos Institutos de Poços de Caldas, Belo Horizonte, Goiânia, Recife e Rio de Janeiro (que fazem parte da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN). A negociação sobre a nova tabela salarial para o setor já se arrasta com o Ministério do Planejamento desde 2006. Ainda que a adesão do setor de produção não implique em prejuízos concretos à saúde das pessoas, os servidores, por decisão da Justiça, passaram a manter o funcionamento mínimo no órgão com 40% dos trabalhadores. No entanto, parte da produção do IPEN fornece serviço e materiais de alta complexidade para hospitais privados de alto padrão, em alguns casos. Os servidores defendem que as pesquisas e os medicamentos produzidos pelo Instituto sirvam aos hospitais públicos e atendam à maioria da população que paga seus impostos.

Sábado 08

De acordo com o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados, Neucimar Fraga (PR), houve omissão por parte da juíza no caso da jovem que ficou presa numa cela com 20 homens. Uma adolescente de 15 anos ficou presa durante três semanas numa cela com 20 homens, no município Abaetetuba no Pará (região Norte). Segundo Fraga, a juíza da 3ª Vara Criminal do Pará, Clarice Maria de Andrade, sabia da situação da garota desde o dia 7 de novembro e não tomou nenhuma providência sobre o caso. Clarice Maria de Andrade argumentou que preferiu aguardar o posicionamento do corregedor das Comarcas do Interior, Constantino Guerreiro, para pedir a transferência da jovem. O corregedor só se manifestou sobre o caso no dia 23 de novembro. A adolescente já havia deixado a cadeia, no dia 17 de novembro, por determinação da própria polícia, após o Conselho Tutelar apresentar a certidão de nascimento da jovem. No dia 5 de dezembro, o desembargador Guerreiro pediu abertura de processo administrativo e disciplinar contra a juíza, além do afastamento dela do cargo. A coordenadora nacional da Pastoral Carcerária, Heidi An Cerneka, afirma que as mulheres são ignoradas dentro do sistema penitenciário que não possui infra-estrutura para recebê-las. Dados de 2005, fornecidos pela Pastoral Carcerária, mostram que São Paulo enfrenta uma taxa de superpopulação nas prisões femininas de 120%. Para um público de cerca de 8.300 presas, existem apenas 3.400 vagas. Mais de 53% das presas mulheres do Estado ainda estão detidas fora do sistema penitenciário, em cadeias públicas administradas pela polícia.

Aproximadamente 100 famílias organizadas pelo MST ocupam a fazenda São Paulo no município de Valença, estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). A ocupação faz parte da estratégia do MST para acelerar o processo de desapropriação da área que já se encontra em estágio avançado, só faltando o Poder Judiciário realizar a imissão da posse da área ao Incra, prevista para acontecer nos próximos dias. Segundo Luciana Miranda, militante do MST, a ocupação é um ato em solidariedade a Dom Luiz Flávio Cáprio que se encontra em greve de fome contra a transposição do rio São Francisco. Ao mesmo tempo, é também um protesto contra a violência no campo e os assassinatos de sem-terra. Esta é a segunda vez que o MST ocupa o local. A primeira vez foi em agosto de 2005, mas o proprietário conseguiu a reintegração de posse da área. Desde então, as famílias viviam acampadas às margens da BR-393.

Líderes da comunidade indígena Cinta Larga, localizada no leste de Rondônia (região Norte), divulgam carta cobrando políticas públicas para seu povo. Esta seria a condição para que os indígenas libertassem os cinco reféns detidos na Reserva Indígena Roosevelt. Os reféns são o oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), David Martins Castro, o procurador da República em Rondônia, Reginaldo Pereira da Trindade, dois funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e uma senhora ainda não identificada. As lideranças cinta-larga dizem que só liberam os reféns se o governo federal retirar a Polícia Federal (PF) das barreiras de acesso às aldeias e revogar a portaria do Ministério da Saúde, que repassa aos municípios a responsabilidade da prestação dos serviços de saúde indígena, entre outras seis reivindicações. O documento afirma que esta foi “uma forma de tentar resolver os problemas urgentes”. Os índios relatam que a região “tornou-se um barril de pólvora” desde a descoberta de uma jazida de diamante no local, há sete anos. Parte das terras foi ocupada por garimpeiros. De acordo com os índios, várias autoridades visitaram o garimpo, fizeram promessas, mas nada de consistente foi realizado. Uma equipe com quase 40 policiais federais permanece na região para fiscalizar o espaço e evitar conflitos. Em comunicado, as lideranças indígenas afirmam que o grupo retido na aldeia participava de uma reunião para buscar soluções para problemas que a comunidade enfrenta há 7 anos. Entre as reivindicações dos Cinta Larga estão a não liberação das terras para o garimpo, melhorias na educação e na saúde e a substituição dos homens da PF por uma equipe da Funai. A PF monta um gabinete de emergência para o início das negociações na cidade de Pimenta Bueno, no Estado, mas, segundo o coordenador de Operações Especiais, delegado Mauro Sposito, como a polícia é parte das reivindicações dos índios, o Ministério Público Federal (MPF) deverá ficar à frente das negociações. Sposito estranha o fato de o procurador não ter avisado à PF que entraria na reserva. O delegado diz que todos os órgãos foram informados sobre os riscos de prisões e seqüestros no local. A Funai diz que seu presidente, Márcio Meira, está incomunicável em terra indígena no Amazonas. Nem os representantes do MPF em Rondônia, nem os da ONU, no Rio de Janeiro (região Sudeste) são localizados. A disputa pela terra causou, em abril de 2004, um conflito que acabou com a morte de 29 garimpeiros por índios cinta-larga.

Índios da etnia Enawenê-Nawê liberam a Estrada do Pontal, mas bloqueiam a estrada de acesso às obras de três pequenas centrais hidrelétricas em construção no rio Juruena, em Sapezal, no Mato Grosso (região Centro-oeste). Os indígenas continuam mantendo cerca de 350 funcionários das hidrelétricas reféns. O grupo que atua nas negociações leva mantimentos para os reféns e para os índios. Os índios reclamam dos valores estipulados para a compensação financeira pela construção das usinas, que trariam

danos ambientais às aldeias. Segundo a Funai, as obras não estão dentro das reservas, mas afetariam o ecossistema onde vivem os índios.

Domingo 09

A romaria que levou caravanas de oito estados a Sobradinho na Bahia (região Nordeste), em apoio ao bispo de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio, é bloqueada por homens do Exército. A barreira, montada com cavaletes de ferro e guardada por militares armados, é erguida a 200 metros do acesso à hidrelétrica, em área de segurança nacional. Os cerca de 4 mil manifestantes, segundo avaliação da PM, param a carreta a 100 metros do bloqueio e promovem um ato público no local. Militantes do MST e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) chegam a se aproximar dos militares, agitando bandeiras, mas não há confronto. Pouco antes do fim da manifestação, o Exército recua sua tropa para uma área de pista mais larga para permitir que os veículos manobrem e retornem a Sobradinho. O primeiro veículo a voltar, seguido de duas ambulâncias, é o carro que leva Dom Luiz. O bispo não comenta o bloqueio; em um discurso, pede paz e união. Em entrevista, o bispo reafirma sua disposição de manter a greve de fome até que o governo pare a obra. O governo afirma que a obra prosseguirá. Em Sobradinho, as entidades que apóiam o protesto do bispo enfrentam dificuldades financeiras. Uma campanha de arrecadação de recursos está sendo realizada. Grupos ligados à Igreja Católica na Áustria e na Alemanha teriam se comprometido a ajudar. Auxiliares do presidente Lula procuram a direção da CNBB e pedem ajuda para convencer Cappio a interromper o jejum. Já há sugestão para que o próprio Presidente faça contato direto com o bispo logo após a votação da emenda constitucional em tramitação no Senado que prorroga a CPMF até 2011. Auxiliares do presidente se preocupam com a repercussão da romaria. Em 2005, em sua primeira greve de fome contra a transposição, Cappio fechou acordo com o governo para interromper o jejum. Segundo o bispo, o governo teria prometido suspender a transposição. O governo afirma que nunca fez tal proposta.

2ª feira 10

Diversas atividades marcam a Jornada Nacional de Luta contra as multinacionais, organizada pela Via Campesina, em todo o Brasil. No Rio de Janeiro (região Sudeste), duas cartas foram lançadas como instrumento comum de luta entre os movimentos sociais participantes: uma moção de repúdio à Syngenta Seeds pela violência praticada contra os trabalhadores, em 21 de outubro de 2007, no Paraná (região Sul), que culminou com o assassinato do militante Valmir de Oliveira, o Keno; a outra é uma Carta do Rio pela vida de Dom Cappio e contra a transposição do rio São Francisco. Artistas como Beth Carvalho, Osmar Prado e Bete Mendes assinam as cartas em conjunto com diversas organizações, como Via Campesina, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Intersindical, Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Central dos Movimentos Populares (CMP), Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Justiça Global, entre outros. A atividade de lançamento das cartas foi marcada com um grande seminário organizado para lembrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, na Assembléia Legislativa do Rio (Alerj). Entre as entidades organizadoras estavam o MST, Justiça Global, Grupo Tortura Nunca Mais, Instituto de Defensores de Direitos Humanos, Rede Nacional de Advogados e

Advogadas Populares (Renap), Observatório de Favelas, Conselho Estadual de Serviço Social, Movimento Direito Para Quem, MNLM, Rede Rio Criança, Coordenação Regional de Estudantes de Direito, Projeto Legal e pelos mandatos Marcelo Freixo, Chico Alencar e Eliomar Coelho todos do PSOL. Ainda, o evento organizado pelo Fórum Social Mundial – Rio com Vida, também marcou o Dia Internacional de Direitos Humanos e a Luta contra a Transposição do Rio São Francisco e pela vida de Frei Cappio, com diversas entidades e personalidades que apóiam esta luta.

Militantes sem-terra promovem ocupações e protestos em pelo menos cinco estados: São Paulo, Espírito Santo (região Sudeste), Ceará, Paraíba e Sergipe (região Nordeste). Os protestos integram a Jornada Nacional de Luta contra as multinacionais, organizada pela Via Campesina. Para os sem-terra, que organizam as ações, a manifestação é pela “soberania alimentar”. Os atos são marcados por protestos contra a transposição do rio São Francisco e em solidariedade à greve de fome do bispo de Barra, na Bahia (região Nordeste). Cerca de 500 trabalhadores rurais da Via Campesina e do MST ocupam a fábrica da multinacional Syngenta Seeds, no município de Paulínia, próximo a Campinas, interior de São Paulo. Os trabalhadores interrompem as operações de produção de agrotóxico na unidade. No Espírito Santo, integrantes do MST ocupam o trevo da Safra na BR-101 Sul, no estado. Cerca de 300 sem-terra, saem em marcha do assentamento Nova Safra, alertando a população do estado sobre os efeitos perversos desse tipo de empresa que além de controlar mercados e preços e influenciar governos e instituições, busca mão-de-obra barata e explora os recursos como minerais, água e terras, em países como o Brasil, que possuem muitas riquezas naturais.

Cerca de 250 trabalhadores rurais da Via Campesina fazem protesto na área da multinacional Syngenta Seeds, na localidade de Cajazeiras, no município de Aracati, no litoral leste do Ceará. Agricultores ligados ao MST e ao MAB ocupam uma unidade da empresa no local. Não há confronto, mas funcionários são impedidos de entrar. Ninguém é preso. Na Paraíba, há protestos na capital, João Pessoa em Campina Grande e Sapé. Em Sapé, é fechada a BR-230, na altura do café do vento com aproximadamente 500 pessoas. Um sargento aposentado da PM tenta furar o bloqueio e tem o carro amassado, segundo a Polícia Civil. Na capital, João Pessoa, acontece uma mobilização na avenida D. Pedro II com cerca de 200 pessoas. Em Campina Grande, na região da Borborema, houve uma panfletagem e uma passeata com 200 pessoas. Em Patos, no médio sertão, 300 pessoas entregam materiais sobre a morte de Keno. Em Sergipe, um protesto com 1,5 mil trabalhadores rurais do MST e da Via Campesina paralisa o trânsito da ponte que liga Alagoas a Sergipe. “Apesar de não existir Syngenta em nosso estado - graças a Deus -, fazemos esse ato em memória do companheiro Keno”, explica o integrante da coordenação nacional do MST, Zé Roberto da Silva. Nos últimos anos, estima-se que foram enviados U\$10 bilhões de lucros dessas empresas para seus países de origem. Das 200 maiores empresas que atuam no Brasil, as maiores e mais lucrativas são controladas por bancos ou pelo capital internacional, para os quais o governo destina 30% de toda a receita arrecadada para pagamento de juros da dívida pública. No Espírito Santo, a maior transnacional que atua no campo é a Aracruz Celulose, que concentra uma imensa quantidade de terras que, segundo os movimentos sociais, foram roubadas de povos originários, como os indígenas e quilombolas.

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, considerada o primeiro documento internacional sobre a universalidade dos direitos fundamentais e a igualdade entre todos

os seres humanos. No Dia Internacional dos Direitos Humanos, cerca de 500 trabalhadores rurais da Via Campesina e do MST ocupam a fábrica da multinacional Syngenta Seeds, no município de Paulínia, próximo a Campinas, interior de São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores interrompem as operações de produção de agrotóxico na unidade. O protesto faz parte da campanha "Syngenta Fora do Brasil", lançada com o assassinato de Valmir Mota de Oliveira, o Keno, em Santa Tereza do Oeste, no Paraná (região Sul), em 21 de outubro. Nove seguranças e o proprietário da NF Segurança, Nerci Freitas, foram responsabilizados no inquérito policial sobre a tentativa de expulsão sem autorização judicial de 200 famílias que tinham ocupado o laboratório de experimentos ilegais da empresa suíça. Na semana do dia 3 de dezembro, a Justiça Federal do Paraná julgou ilegais as atividades desenvolvidas pela Syngenta no extremo oeste do estado, como denuncia a Via Campesina desde a primeira ocupação, em março do ano de 2006. A decisão obriga a empresa a pagar multa de R\$ 1 milhão, como determinou o Ibama, pela realização de experimentos transgênicos na zona de amortecimento, 10 km da área do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, em 2006. Em nota, a Syngenta informa que a saída coincide com a obtenção de liminar na Justiça para retirada dos militantes. Afirma ainda que os funcionários foram obrigados a se retirar durante a ocupação a empresa nega a participação na morte de Keno.

A romaria em defesa do rio São Francisco e em solidariedade ao bispo Dom Luiz Flávio Cappio, em jejum contra a transposição, reúne mais de 6 mil pessoas. O ato ecumênico contou com a participação de povos e comunidades tradicionais, trabalhadores ligados a organizações sociais e movimentos populares, além de outros religiosos e representantes de partidos políticos. A tônica de todo o dia foi dada pelos protestos contra o projeto de transposição e o modelo de desenvolvimento que ele representa. Com disposição física Dom Luiz permaneceu sentado dentro da sacristia, onde recebia as pessoas, uma a uma, que aguardavam na fila para cumprimentar, pedir a benção ou apenas afirmar solidariedade. As pessoas, grupos e caravanas que chegavam de diversas regiões do país tiveram momentos de confraternização, almoço coletivo discursos e a partilha de impressões sobre a posição do governo federal, que tem ignorado o apelo de Cappio. Durante a construção do que foi chamado de 'parlamento popular' os 'romeiros' assistiram a discursos de representantes de organizações sociais, movimentos populares, povos e comunidades tradicionais. "A atitude do frei Cappio vem no sentido da revitalização da Bacia do São Francisco. Não existe revitalização com a transposição", afirmou o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), Tomáz Matta Machado. No final da tarde a celebração de encerramento aconteceu nas margens da represa de Sobradinho. Camponeses, pescadores e outros levaram sementes e água. Dom Luiz também participou e de modo coletivo fez orações para benzer água, sementes, rio e a todos os presentes. Em seguida, todos jogaram um pouco de água para o rio, como simbologia de dar um gole d'água ao São Francisco.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados sobre conflitos pela água ocorridos entre janeiro e setembro de 2007. A entidade, ligada à esquerda católica, age como uma organização independente da CNBB, dirigida por bispos moderados. A comissão é muito próxima dos movimentos de sem-terra. Segundo a CPT, 42,5% dos conflitos pela posse da água ocorreram em estados banhados pelo São Francisco, como Minas Gerais (região Sudeste), Bahia, Pernambuco e Alagoas (região Nordeste). Acrescenta que, dos 14 embates registrados na região Sudeste, 11 aconteceram em Minas Gerais, estado onde nasce o rio. Aponta ainda que mais que dobrou o número de famílias envolvidas nesse tipo de combate, em todo o país. O estudo da comissão não faz menção ao bispo,

mas o presidente da CPT, dom Xavier Gilles, bispo de Viana – Maranhão (região Nordeste) diz que “sem dúvida nenhuma, a CPT está dando todo apoio ao gesto profético de dom. Luiz”. Quem também sai em defesa do bispo dom. Luiz é a Conlutas, central sindical ligada ao PSTU. Em nota distribuída à imprensa, ataca o artigo do ministro da Integração Regional, Geddel Vieira Lima, publicado hoje na Folha de São Paulo, onde chama o bispo de “inimigo número 1 da democracia”, o que lembra as palavras usadas pelo presidente dos EUA, George. W. Bush, para justificar a invasão ao Iraque. A direção da CNBB será recebida no dia 11 de dezembro, no Palácio do Planalto, pelo presidente Lula, para discutir uma solução para a greve de fome do bispo. D. Luiz recebe hoje a visita do dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues. O líder sem-terra anuncia a adesão do movimento à campanha contra a transposição. A estratégia do MST é nacionalizar o tema e desenvolver atividades, sobretudo no Rio. Nove pessoas, em Campos – Rio de Janeiro (região Sudeste) iniciam greve de fome de 24 horas em solidariedade ao bispo. três deles são do MST e três da CPT. Ao longo do dia, outros 50 manifestantes permanecem no local em solidariedade ao bispo e aos outros nove em jejum.

Mulheres e homens, com cerca de 15 crianças, somando cerca de 300 integrantes da Via Campesina e de entidades que compõem o Grito dos Excluídos da capital do país, furam o esquema de segurança montado pela Aneel e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para o leilão da usina de Santo Antônio, ocupam a sede da Aneel, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Após a ocupação os manifestantes são expulsos com violência pelo Batalhão Especial da PM do Distrito Federal, com um efetivo de 220 homens armados com cassetetes, escudos, cavalos e cachorros. Oito militantes foram algemados, presos, agredidos fisicamente e estão sem direito a advogados, segundo site do MST. Os manifestantes presos são levados à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, mas liberados no final da tarde. Ainda segundo o site do movimento, crianças foram separadas das mães durante o despejo. Entre os presos, há uma mulher com o filho de 6 anos. O diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, declara: “A ação da polícia foi firme e serena. A decisão [de licitar a usina] foi tomada por um governo democraticamente eleito e não é razoável que um pequeno grupo venha obstar uma decisão democrática.” O protesto, anunciado, reúne ainda representantes do MAB, manifestantes contra a Transposição do Rio São Francisco, CPT e Federação Integrada do Madeira. A polícia nega a ocorrência de violência e assegura que tentou negociar. A tropa de choque, com 75 homens do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), faz um círculo ao redor dos manifestantes e um “arrastão”, empurrando-os até a saída. O ato pacífico é contra o leilão de concessão do aproveitamento energético da primeira hidrelétrica do Complexo do Rio Madeira, a Santo Antônio, que aconteceu na Agência a portas fechadas. O ato faz parte da jornada nacional de lutas contra a privatização das águas e a atuação das transnacionais no Brasil. Na disputa pela hidrelétrica de Santo Antônio, estão três consórcios formados por corporações transnacionais, como Votorantim, Suez Energy e Endesa. "O rio Madeira será explorado para produzir energia elétrica para empresas estrangeiras, que não querem beneficiar o povo brasileiro, mas o lucro", afirmou Rosana Mendes, da coordenação nacional do MAB. Segundo cálculos do MAB, baseado no preço da energia no mercado internacional, os donos das barragens de Santo Antônio e Jirau vão faturar em média R\$ 525. mil por hora, com a venda da energia proveniente dessas barragens. O movimento calcula ainda que mais de 10 mil famílias serão atingidas pelo conjunto das obras do Complexo. O semi-árido brasileiro tem a maior quantidade de água armazenada em açudes no mundo e, no entanto, essa água não é distribuída.

Segundo Dom Luiz Flávio Cappio, que está em greve de fome contra o projeto de transposição do Rio São Francisco, as 530 obras do Atlas do Nordeste da Agência Nacional de Águas (ANA) abasteceriam 1.356 municípios da região, beneficiando 44 milhões de pessoas pela metade do preço da transposição. “O leilão do Rio Madeira, o projeto de transposição do Rio São Francisco e a ação exploratória das multinacionais no país têm o mesmo propósito: desnacionalizar a água, a terra e a energia, destruindo a biodiversidade e transformando patrimônios do povo brasileiro em bens privados”, conclui Rosana Mendes. O protesto provocou um atraso de quase 3 horas no leilão. Segundo a PM, há 80 manifestantes, apesar do número fornecido pelos organizadores do protesto ser 300.

Cerca de mil integrantes do MAB, Via Campesina, entidades urbanas e da Bolívia fazem uma grande marcha pelas ruas de Porto Velho, estado de Rondônia (região Norte) no dia do leilão da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, a primeira hidrelétrica do Complexo Rio Madeira. O protesto é contra a venda da concessão do aproveitamento energético da hidrelétrica que acontece na sede da Aneel em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). A marcha seguiu pela Avenida Carlos Gomes, passando pelo Palácio do governo, até a Praça Jonas das Pedrosas, na Avenida 7 de setembro, centro comercial de Porto Velho, onde aconteceu um grande ato político. Os manifestantes se concentraram na Igreja Nossa Senhora das Graças, onde cerca de 100 militantes da Via Campesina fizeram um estudo sobre o modelo energético brasileiro e os impactos das grandes hidrelétricas nos últimos dois dias. Para impedir que o Rio Madeira seja vendido e a Amazônia “saqueada” o MAB, em parceria com várias entidades e movimentos sociais, lança a campanha “levante contra a venda do Rio Madeira. Em defesa das comunidades atingidas e da Amazônia”. Materiais como cartazes, folders e panfletos foram feitos para servir de subsídio no debate com a sociedade.

Um rapaz de 15 anos admite ter agredido o estudante homossexual Ferruccio Silvestro, de 19 anos. O jovem foi espancado no dia 30 de novembro, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). O menor e dois suspeitos prestam depoimento. Ele conta que voltava de uma boate e, ao parar para lanchar, acreditou ter sido assediado por Ferruccio. Três testemunhas o reconheceram na delegacia onde prestou o depoimento. O rapaz mora no mesmo bairro onde ocorreu o espancamento, em São Domingos. Segundo seu pai, ele não conhece os outros agressores. Os outros suspeitos negam ter participado da agressão. Todos são liberados pelo delegado Paulo Roberto Silva. De acordo com o advogado de Ferruccio, Valério Aguiar, as testemunhas têm medo de se confrontar com os outros suspeitos e, por isto, não os reconhecem na delegacia.

O uso de carvão produzido com madeira extraída de área indígena Kadiwéus, rende multa de R\$1 milhão à mineradora MMX, do empresário Eike Batista. A empresa, com sede em Corumbá – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), foi autuada em operação do Ibama. Mais de 60 toneladas de carvão ilegal foram apreendidas. Segundo o chefe do Ibama em Corumbá, Ricardo Lima, o material é da MMX. Ele ainda afirma que o Ibama encontrou “grandes áreas desmatadas e queimadas, além de 40 fornos em operação contínua”. O carvão é usado para a produção de ferro gusa. O flagrante ocorre após denúncia dos índios Kadiwéus. A exploração ilegal ocorria, segundo o Ibama, dentro de quatro fazendas e os donos dessas áreas disputam com a União o direito de permanecer na terra homologada desde 1984. Em 2006, a MMX assinou termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do estado se comprometendo a empregar apenas carvão de madeira de reflorestamento.

3ª feira 11

A Justiça Federal da Bahia acata pedido do Ministério Público Federal (MPF) e suspende, temporariamente, por meio de uma liminar, as obras do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, orçada em R\$5 bilhões. A antecipação da tutela (decisão provisória) é do desembargador Antônio Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal (TRF), da 1ª Região. A Advocacia Geral da União (AGU) anuncia que irá recorrer da decisão ao Superior Tribunal Federal (STF), o que deve ocorrer até o dia 14 de dezembro. A decisão foi tomada para que ocorra uma reavaliação das terras indígenas ao longo da Bacia de São Francisco. Segundo o MPF, o projeto não poderia ter sido aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) porque o aporte hídrico pleiteado para a transposição é alvo de um procedimento administrativo no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Ainda não analisado; o projeto viola o Plano de Recursos Hídricos, pois visa ao aproveitamento para usos econômicos da água; e viola também os princípios da gestão descentralizada da água e da participação popular. Na prática, a decisão do TRF aponta que uma eventual nova decisão do conselho, presidido pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva, só deve ocorrer ao término do processo do comitê, iniciado em 2004. O governo afirma que ainda não foi notificado da decisão e mantém as obras. Como elas já seriam suspensas por conta das festas de fim de ano, a avaliação é de que não haverá prejuízo no andamento da transposição, caso a decisão da Justiça seja derrubada até a primeira semana de janeiro. O bispo de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome há 15 dias em protesto contra o projeto, recebe com alegria a notícia, mas garante que o jejum continuará até que as tropas do Exército, nos municípios de Cabrobó e Alta Floresta, em Pernambuco (região Nordeste), sejam retiradas dos canteiros. D. Luiz lembra que o governo vai recorrer e que a luta ainda não se encerra. O bispo está hospedado na Capela de São Francisco, em Sobradinho – Bahia (região Nordeste). Apesar dos problemas físicos que começam a lhe incomodar, o religioso mantém sua rotina. Conversa com romeiros e visitantes e recebe a deputada federal Luciana Genro (PSOL) e o líder do MST, João Pedro Stedile. A deputada diz que buscará ampliar o apoio político ao religioso no Congresso, por meio de articulações e pronunciamentos em plenário. Afirma também que não vê mais possibilidade de acordo entre D. Luiz e o governo. Stedile diz que o MST intensificará ações para nacionalizar o debate, para mobilizar regiões que não são banhadas pelo rio e, inicialmente, não se sentem afetadas pelo caso.

Cerca de 600 integrantes do MST reocupam a área do Horto Florestal Tatu, no município de Limeira – São Paulo (região Sudeste). A área era o local do acampamento Elizabeth Teixeira, onde 250 famílias sem-terra foram despejadas com violência no dia 29 de novembro, pela Tropa de Choque da PM. Parte das famílias conseguiu entrar na área, que já está cercada pela polícia. Na entrada do local, havia um posto da guarda civil montado irregularmente, já que a área não é da Prefeitura e sim da União. A área do Horto Florestal Tatu pertence à União desde a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). A ação de reintegração de posse em favor da prefeitura de Limeira, que autorizou o despejo, foi, portanto, irregular. Após a expulsão das famílias, o Ministério dos Transportes protocolou documento exigindo que a prefeitura de Limeira desocupe a área, que hoje serve de aterro sanitário instalado em condições inadequadas. Segundo este documento, a área deve ser destinada à Reforma Agrária. O Horto Florestal Tatu foi

ocupado pela primeira vez em 21 de abril de 2007. As famílias do acampamento Elizabeth Teixeira perderam parte de seus pertences durante o despejo violento, que deixou um saldo de 20 sem-terra feridos.

Trabalhadores da Via Campesina são acusados de ser autores de um crime que sofreram. No dia 21 de outubro, um grupo de 40 pistoleiros, contratados pela multinacional Syngenta Seeds, invadiu o acampamento localizado no campo de experimentos transgênicos, em Santa Tereza do Oeste – Paraná (região Sul). Os pistoleiros assassinaram o militante Valmir Mota de Oliveira (Keno) e feriram gravemente outros cinco camponeses. O Ministério Público do Paraná que já havia denunciado os pistoleiros da empresa de segurança NF, agora acata as denúncias da empresa em relação à morte de um segurança particular. Oito trabalhadores da Via Campesina vítimas do ataque foram denunciados e dois pedidos de prisão preventiva foram decretados. Na denúncia, os trabalhadores estão sendo responsabilizados pelo ataque do qual foram vítimas. O absurdo maior é em relação à integrante do MST, Isabel Nascimento de Souza, que quase foi executada, permanecendo vários dias em coma, e perdeu a visão de um olho por causa de um tiro à queima-roupa, agora é denunciada por tentativa de homicídio. A assessoria de imprensa da organização Terra de Direitos, que representa juridicamente o MST para assuntos relacionados à questão, informa que está analisando as denúncias e não se pronuncia a respeito. Ao todo, 19 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual: o dono da NF, nove seguranças da empresa, o presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná e oito sem-terra que, junto com os seguranças, são acusados de formação de quadrilha, homicídio e lesões corporais graves. Nenhum funcionário da Syngenta é acusado na denúncia. A Polícia Civil do Paraná havia pedido apenas as prisões do dono da NF e dos seus seguranças. A Promotoria decidiu denunciar os sem-terra por entender que o confronto ocorreu por disputa ideológica. O presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Alessandro Meneghel, foi denunciado por formação de quadrilha e “exercício arbitrário das próprias razões”. Segundo a promotora Fernanda Garcez, as apurações indicam conexão entre o confronto na Syngenta e a retirada, à força, dos sem-terra da fazenda Gaspareto, em Lindoeste – Paraná, em abril de 2007. Meneghel teria contratado milícia armada para o despejo. A NF Segurança sofre investigação administrativa da PF. As investigações apontam que a empresa usava armas proibidas e contratava pessoas sem treinamento específico para a função. A denúncia provocou críticas dos dois lados da disputa. A Via Campesina acusa a Promotoria de “criminalizar trabalhadores vítimas de um ataque”. Já Meneghel diz que a defesa contra invasões de terra não é crime e diz que acha “um absurdo” ser denunciado “por defender direitos dos proprietários”.

No que depender das organizações ambientais que atuam na região do rio Madeira, a hidrelétrica de Santo Antônio não deverá sair com facilidade do papel. Por enquanto, duas ações estão em trâmite na Justiça e tentam impedir a validade do leilão realizado no dia 10 de dezembro. Uma foi enviada pelo Ministério Público de Rondônia (região Norte) e a outra, pela ONG Amigos da Terra. Esta última deverá ter um pedido de liminar julgado ainda nesta semana. Para Gustavo Pimentel, gerente da Amigos da Terra, um grande problema envolvendo o projeto foi a troca da diretoria do Ibama, ocorrida depois que o instituto soltou um parecer técnico, em março de 2007, contra a licença ambiental prévia para a usina. Ele acredita que uma solução alternativa para a construção da hidrelétrica seria trocar equipamentos de usinas antigas. Glenn Switkes, diretor da ONG americana International Rivers para a América Latina, diz que o projeto do rio Madeira “é o pior caso de grande empreendimento realizado na Amazônia, feito

contra pareceres de vários especialistas e técnicos da própria agência de proteção ambiental”, também citando a troca da diretoria do Ibama. Ele acredita que o leilão da usina de Santo Antônio é muito preocupante porque indica o esforço do governo para aprovar no futuro mais projetos que vão causar impactos em terras indígenas e na floresta Amazônica. Conforme Iremar Antonio Ferreira, da Campanha Rio Madeira Vivo, muitas discussões ainda virão, inclusive com entidades da Bolívia, já que a próxima hidrelétrica a ser leiloada será a de Jirau, na fronteira.

As cinco pessoas mantidas reféns desde o dia 8 de dezembro por índios Cinta Larga dentro da reserva Roosevelt, em Rondônia (região Norte) são liberadas após negociação com a Funai. Por exigência dos índios, o presidente da Funai, Márcio Meira, vai à reserva e de lá sai com os reféns. Mostrando os presentes recebidos dos índios, o oficial da ONU, um dos reféns, diz ter sido bem tratado. Em troca dos reféns, os índios reivindicavam uma pauta de dez itens. Entre eles, o fim da exploração de diamantes na Terra Indígena, projetos de desenvolvimento sustentável para fornecer alternativas de sobrevivência à população e a suspensão dos processos contra 23 cintas-largas acusados do massacre de 29 garimpeiros na reserva em 2004. De acordo com o presidente da Funai, a questão da extração de pedras será tratada por um Grupo de Trabalho que será criado até janeiro de 2008. Ainda segundo Meira, está marcada para a próxima semana uma audiência com cinco representante dos Cinta Larga e o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Moradores protestam durante ação de reintegração de posse da favela Parque Real na marginal Pinheiros, em São Paulo – SP (região Sudeste). O terreno avaliado em R\$5,5 milhões foi ocupado há pelo menos 3 meses. Para desalojar as cerca de 4 mil moradores, segundo site do Jornal Brasil de Fato e destruir os 140 barracos da favela Real Parque, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e a prefeitura autorizam a interdição da pista local da marginal, provocando problemas no tráfego. Também contribui para agravar o trânsito a interdição de três faixas da via expressa por cerca de 50 moradores que protestam contra a derrubada dos barracos. Os moradores são avisados da remoção, duas horas antes, por uma oficial de Justiça que dispõe de uma liminar concedida à Empresa Metropolitana de Água e Energia (Emae), ligada à Secretaria do Estado de Saneamento e Energia, para a reintegração. Mais de 70 homens da PM usam bombas de efeito moral e gás de pimenta para dispersar os manifestantes. Há confronto e os manifestantes atiram paus e pedras, danificando dois carros da PM. Também ocorre conflito com policiais dentro da favela. Ninguém é preso, mas moradores dizem ter visto quatro pessoas feridas por balas de borracha. A PM nega tê-las usado na ação. Tratores derrubam as moradias e 15 caminhões da prefeitura recolhem os pertences dos moradores. O subprefeito do Butantã, Maurício Pinterich (PSDB), afirma que são oferecidos albergues aos moradores. A Emae diz que está oferecendo 1 mês de hotel e passagens de ônibus para quem quiser voltar à cidade de origem. De acordo com o oficial de Justiça, Carlos Roberto, a decisão de executar hoje a reintegração de posse dada pelo juiz Edson Luiz de Queiroz, no dia 19 de novembro, foi tomada em conjunto com Bombeiros, CET, Conselho Tutelar e Polícia Militar em reunião na subprefeitura do Butantã, no dia 10 de dezembro. Data de 1937, a escritura da parte do terreno da Favela Real Parque, na capital paulista, de propriedade da Emae, do governo do estado. Segundo a defensoria pública do estado, que teve acesso à escritura no processo, o terreno estava aparentemente sem uso pela empresa e sem cumprir outra função social há 70 anos. A defensoria está atuando em prol das famílias desalojadas. Apesar da ação de despejo, muitas pessoas continuam no local. A

Defensoria Pública da regional sul contesta a subprefeitura do Butantã, dizendo que algumas das famílias despejadas moravam lá há 5 anos (o que lhes daria direito à terra por usucapião). A defensora pública Samanta Cristina Lopez Souza diz que pedirá a revogação da reintegração, alegando não ter sido feito um estudo da prefeitura para a retirada e nega que as promessas de albergue, hotéis e passagens feitas aos moradores serão cumpridas.

Líder do assentamento Chico Mendes é assassinado em Pingo D'Água – Minas Gerais (região Sudeste). João Alves Calazans, ligado à Federação dos Agricultores do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) é surpreendido no quintal de casa, com a mulher, a sogra, uma cunhada e os dois filhos pequenos, e atingido por um tiro na cabeça. Segundo a PM, ninguém viu o assassino, mas suspeita-se que ele tenha fugido em uma moto. As terras do Assentamento Chico Mendes foram ocupadas em 1999, e mesmo após a criação do assentamento, as famílias convivem com conflitos devido à demora do Incra, que em nove anos ainda não finalizou o parcelamento da área. João Calazans dedicou sua vida à luta em defesa dos camponeses, incomodou os latifundiários do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço denunciando as péssimas condições de trabalho e a superexploração de trabalhadores nas carvoarias da região, que sustentam as siderúrgicas. Calazans era presidente da Associação do Assentamento Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pingo D'Água, Conselheiro da Mata do Parque Estadual Rio Doce, ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente, e ex-Coordenador do Pólo Regional Rio Doce da Fetaemg. Em nota, a CPT exige que sejam tomadas providências para elucidar o crime e punir os assassinos de camponeses.

Trabalhadores da Coleta Solidária de Catadores "Carroceiros" da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (região Sul) fazem protesto em frente à Prefeitura Municipal. Os trabalhadores desta categoria reivindicam a não proibição e retirada das carroças das ruas. Os catadores querem que o prefeito respeite o instrumento de trabalho dos catadores.

4ª feira 12

A Polícia Civil detém três pessoas citadas em depoimentos na apuração do assassinato de João Alves Calazans, líder do assentamento Chico Mendes em Pingo D'Água – Minas Gerais (região Sudeste). Os acusados detidos teriam tido atrito com a vítima, mas, seriam liberados após prestar esclarecimentos. Segundo a CPT, as terras do assentamento foram ocupadas em 1999 e, mesmo após a criação do assentamento, em 2002, há conflitos na área por causa da demora do governo em finalizar a divisão do espaço. Em nota, a comissão afirma que Calazans recebia ameaças e que sua morte era “anunciada”, pois ele teria incomodado os latifundiários do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço, “denunciou as péssimas condições de trabalhadores rurais nas carvoarias da região, que sustentam as siderúrgicas”. O Incra informa que 48 famílias vivem no assentamento e que a área já foi dividida. Recursos de créditos para aquisição de material de construção e para apoio inicial foram depositados nas contas dos assentados, segundo o Órgão. O Incra informa ainda que o assentamento é ligado à Fetaemg e que alguns assentados foram ao órgão insatisfeitos com a divisão dos lotes.

O presidente Lula declara, em audiência realizada no Palácio do Planalto, em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste), com a CNBB, que não abre mão de realizar o

projeto de transposição do São Francisco. O presidente afirma ainda que a greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio é um problema exclusivo da Igreja Católica, e não do governo federal. O governo se mostrou aberto a discutir alguns pontos do projeto e abrir o diálogo sobre outras propostas para o semi-árido, mas defendeu que um eventual recuo do governo serviria de exemplo para que outras pessoas tomassem atitudes extremas à espera de atendimento. Na audiência, o recado de Lula à CNBB é dado ao citar o jejum de seis dias que o presidente fez em 1980, quando permaneceu 31 dias preso pela ditadura militar, quando D. Cláudio Hummes, junto com outros bispos, o convenceram a parar. Na carta, a CNBB propõe a criação de uma “Comissão para estudar melhor o atual Projeto e analisar também as propostas que têm sido elaboradas por entidades governamentais, especialistas e movimentos sociais que consideram, também, a revitalização e a despoluição do Rio São Francisco”. Questionado sobre uma eventual intervenção da igreja no jejum, o secretário-geral da CNBB, Dimas Lara Barbosa, afirma que a entidade não tem autonomia, nem está autorizada para fazê-lo. Ele cobra mais clareza do governo sobre os motivos e conseqüências das obras de transposição, alegando que “o projeto tem implicações sociais, culturais e na dimensão simbólica do São Francisco”. Cappio declarou, em Sobradinho- Bahia (região Nordeste), que classifica o governo Lula de “ditadura declarada” por ainda não ter cumprido decisão judicial que determinou a suspensão imediata das obras de transposição das águas do Rio São Francisco. A liminar foi concedida no dia 11 de dezembro e as obras tocadas pelo Exército ainda prosseguem. O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, diz que não foi notificado e que, assim que isto acontecer, o Exército também será notificado, pois “este é um governo legalista, e decisão da Justiça não se discute, se recorre.” O bispo diz que a reunião entre Lula e a cúpula da CNBB não encerrará seu protesto.

Moradores que foram despejados da favela Parque Real fazem mobilização em frente à Prefeitura de São Paulo (região Sudeste). No dia 11 de dezembro, os moradores foram violentamente retirados da área que pertence à Emae e que não cumpre uma função social. As famílias passaram a noite nas ruas. Elas reivindicam uma solução para o problema de moradia, cobram da Prefeitura uma área provisória ou auxílio-aluguel, pois a maioria não tem para onde ir. Uma comissão foi formada para conversar com prefeito Gilberto Kassab, do Partido Democrata (DEM), mas não conseguiu a audiência. Eles protocolaram uma carta de reivindicações, na qual solicitam uma reunião com o prefeito para solucionar os problemas das famílias que estão morando nas ruas. Ao todo, 139 barracos foram derrubados na ação conjunta com a PM e a Guarda Civil Metropolitana. Alguns moradores tentam reerguer barracos que foram derrubados, mas a presença de policiais no local intimida as famílias que temem sofrer nova violência. Os moradores negam que havia barracos de aluguel na favela e que a área ocupada estava sendo vendida para terceiros, acusação da prefeitura. A área de 17 mil metros quadrados fica localizada na zona sul de São Paulo e pertence à Emae, mas está inutilizada pela empresa. No início da tarde, os moradores se dividiram em grupos e seguiram para a Secretaria de Habitação, para a Defensoria Pública de Santo Amaro e para Câmara Municipal de São Paulo, onde devem se reunir com a comissão de Direitos Humanos.

5ª feira 13

O comando da CNBB divulga nota na qual convoca todos os cristãos a se “unirem em jejum e oração” ao bispo de Barra – Bahia (região Nordeste). A convocatória ocorre

após reunião entre a CNBB e o presidente Lula que declarou que as obras de transposição das águas do rio São Francisco não serão paralisadas por causa da greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio. A entidade que representa a Igreja Católica diz que o “governo democrático” tem de ter a “responsabilidade” de permitir o acesso da sociedade às decisões e de “acatar” e “respeitar” as decisões da Justiça, uma vez que foi emitida liminar, pela Justiça Federal, no dia 11 de dezembro, para interrupção das obras. A nota é assinada por Dom Geraldo Lyra Rocha, presidente da CNBB, Dom Luiz Soares (vice) e D. Dimas Lara Barbosa (secretário-geral). O Ministério da Integração Nacional diz que somente no dia 12 de dezembro foi notificado da decisão. Já no recado da nota sobre a participação popular nas decisões de governo, a CNBB entra na discussão levantada pelo próprio Cappio, segundo a qual a gestão petista teria iniciado as obras sem ter dado a oportunidade de opinião para setores da sociedade contrários à transposição. A CNBB aproveita ainda para colocar em xeque recentes declarações de integrantes do governo de que a transposição irá matar a sede de 12 milhões de nordestinos. Para a CNBB a luta de Cappio traz o embate entre o modelo participativo e sustentável contra o que privilegia o agro e o hidro negócios, com prejuízos ambientais e sociais. Quinze integrantes da Via Campesina iniciam um jejum na capela da Paróquia São José Operário, em Santa Maria, em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste). Além deste, outros atos de jejum já acontecem pelo país. Em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste), religiosos e ativistas jejuam há cerca de uma semana na Capela de São Francisco. Pela manhã as sedes da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), nos municípios baianos de Guanambi e Irecê (região Nordeste), foram ocupadas. Entre os manifestantes, mais de 50 pessoas jejuam como ato de solidariedade.

6ª feira 14

O batalhão de engenharia do Exército, que realiza as obras de transposição do rio São Francisco, paralisa as atividades, cumprindo decisão judicial. Na área onde está sendo aberto o canal de Captação e Aproximação, seis máquinas estão paradas. Na Barragem de Tucutu, 10 máquinas devem ficar inativas até segunda ordem, de acordo com o capitão Walfredo Galvão Filho. O capitão informa, porém, que a montagem da base para ação do Exército, a poucos quilômetros do Projeto de Integração de Bacias, continua. Homens trabalham na montagem de galpões para abrigar dormitórios, sala de reuniões, refeitório e área de lazer e exercícios para os que vão ficar na região pelos 15 meses previstos para o fim da obra. Os índios Truká dizem que há registros de até dois séculos atrás comprovando a presença de sua população na região da obra e que as comunidades de Escurinho, Mãe Rosa, Bela Vista e Manguinha, com 458 índios, querem voltar às terras. Em Sobradinho – Bahia (região Nordeste), o bispo de Barra (Bahia), em greve de fome contra as obras, é saudado com música e peça teatral por um grupo de jovens ligados a movimentos sociais como o MST. Eles aderem ao jejum por 24 horas em solidariedade ao bispo. Dom Cappio tem recebido apoio de representantes de 10 entidades ligadas a movimentos sociais. Acampadas em Sobradinho, elas cuidam da estrutura que cerca o ato de mobilização, dividindo-se em equipes de segurança, limpeza, infra-estrutura, comunicação e saúde.

Um grupo de 80 ex-moradores da favela Parque Real realiza protesto em frente à Prefeitura de São Paulo - SP (região Sudeste) para reivindicar uma audiência com o prefeito Gilberto Kassab (DEM). Após duas horas na chuva, os moradores recebem a informação de que não seriam recebidos. Também não teve sucesso a tentativa de

diálogo com representantes da Secretaria de Habitação No dia 11 de dezembro, os moradores foram violentamente retirados da área que pertence à Emae e que não cumpre uma função social. Barracos foram queimados, moradores ficaram feridos com bala de borracha e estilhaços de gás lacrimogêneo e 70 famílias foram desabrigadas. Um grupo já havia feito uma manifestação no dia 13 de dezembro, em frente ao prédio da estatal Emae, criticando as ações de reintegração de posse garantidas através da truculência dos soldados da PM.

Sábado 15

O bispo Dom Luiz Flávio Cappio declara que a paralisação das obras de transposição do Rio São Francisco, determinada em liminar pela Justiça e cumprida no dia 14 de dezembro, “ainda não oferece segurança suficiente” para que encerre sua greve de fome. Cappio afirma que manterá a greve, apesar da paralisação das obras e do pedido de interrupção da greve de fome do representante do Papa Bento XVI, núncio apóstolo Dom Lorenzo Baldisseri. Sobre a liminar, Cappio diz: “nós queremos uma coisa mais consistente”.

Várias entidades da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, parlamentares e intelectuais assinam carta em apoio à criação de um assentamento da Reforma Agrária na cidade de Limeira, no interior de São Paulo (região Sudeste). No dia 11, cerca de 600 integrantes do MST reocuparam a área do Horto Florestal Tatu. A carta denuncia também a truculência do prefeito Sílvio Félix (PDT) para impedir a criação do assentamento, mantendo uma Guarda Municipal armada para intimidar as famílias. Entre os signatários, estão: CUT, CPT e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Também assinam Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o deputado federal Ivan Valente (PSOL) e o deputado estadual Raul Marcelo (PSOL). O Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que a competência para definir o destino das terras é da Justiça Federal, e do Inbra que manifestou interesse em criar no local um assentamento rural. O prefeito não aceita a decisão do Poder Judiciário.

Um grupo de cerca de 100 moradores faz um protesto pela morte do adolescente Carlos Rodrigues Júnior, de 15 anos, morto nesta madrugada, em Bauru – São Paulo (região Sudeste). O jovem foi morto após ser abordado por policiais militares que suspeitavam que ele havia roubado uma moto. Segundo o comandante do 4º Batalhão da PM do Interior, os moradores que participavam do protesto queimaram pneus e quebraram orelhões e placas.

Cinco membros do MST e do MPA, que integram a Via Campesina, aderem ao jejum em apoio à greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio contra o projeto de transposição do rio São Francisco. Desde o dia 14, oito ambientalistas e integrantes de partidos políticos (PT e PSOL) estão em jejum na Praça da Matriz, em frente ao Tribunal de Justiça, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul).

O MST realiza ato simbólico de ocupação da Ferrovia Centro-Atlântica, controlada pela Vale, próximo ao município de Queimadas - Bahia (região Nordeste). A ocupação, que durou das 14 às 16h, aproximadamente, teve como objetivo pressionar o Inbra a realizar

vitorias nas áreas ocupadas da região. "Estamos sendo massacrados há mais de oito anos, sofrendo debaixo de lona preta. Se não fizer pressão o Incra não faz vistoria, eles são muito lentos" protesta Dona Josefa de Jesus, do acampamento Jibóia, município de Euclides da Cunha. O protesto foi realizado no dia em que representantes do Incra estavam na cidade para participar de uma audiência. Participaram do ato mais de 500 acampados da região, além de representantes da direção estadual do MST.

A Prefeitura de Cachoeirinha – Tocantins (região Norte) nega ter planejado a invasão a uma aldeia indígena Apinajé, que resultou na morte de quatro pessoas. Pelo menos cinco pessoas encapuzadas, incluindo dois secretários municipais de Cachoeirinha, invadiram a reserva com a intenção de recuperar um trator. O veículo, que pertenceria à Prefeitura de Cachoeirinha, estava retido há 2 semanas pelos índios como protesto pela instalação de energia elétrica e de uma ponte. quatro invasores são cercados pelos Apinajés e mortos a pauladas. A PF abriu inquérito, mas até agora ninguém foi preso. Segundo o assessor jurídico de Prefeitura de Cachoeirinha, Rodrigo Coelho, se houve planejamento da ação, os responsáveis foram os dois secretários, de Finanças e da Agricultura, que acabaram mortos. Ele nega a participação do prefeito Messias de Oliveira (PT). De acordo com Coelho, o prefeito estava viajando no dia dos crimes. A PM afirma que Oliveira esteve no local para retomar o trator. Temendo represálias, a PF determina que cerca de 100 índios sejam deslocados. A Prefeitura de Cachoeirinha diz que vinha negociando a liberação do veículo. O município pediu à Funai e ao Ministério Público para intermediar. A Funai informa que estava em negociação com os Apinajés para “devolução pacífica”. Diz que a entrada em terra indígena precisa ter autorização, o que não ocorreu no caso. Os índios afirmam que os invasores entraram atirando. Segundo José Barcelos, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as lideranças disseram que não conseguiram “conter a euforia das pessoas”

Domingo 16

Índigenas disputam vagas nas universidades públicas do Paraná (região Sul). 217 indígenas participam do processo seletivo para ocupar 49 vagas no 7º Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná. A prova acontece no Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, no interior do estado. Esse sistema de reserva de vagas existe no Paraná desde 2002. Inicialmente, cada universidade pública destinava três vagas para estudantes indígenas. No ano passado, uma lei estadual ampliou para seis o número de vagas em cada instituição. Todo o trabalho direcionado ao vestibular é planejado e executado por membros da Comissão Universidade para os Índios (Cuia), composta por representantes das sete universidades estaduais públicas e da Universidade Federal do Paraná. De acordo com o edital, seis vagas são oferecidas nos cursos de graduação em cada universidade pública estadual do Paraná. Outras sete vagas destinam-se aos cursos técnicos de nível pós-médio e de graduação da Universidade Federal do Paraná, essas últimas destinadas a estudantes indígenas de todo o país.

2ª feira 17

O governo brasileiro apresenta ao Vaticano informações e estudos sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco para provar que não existe motivo para que a Igreja seja contrária ao projeto de infra-estrutura no Brasil nem para que Dom Luiz Flávio

Cappio continue sua greve de fome. O Vaticano já enviou carta ao religioso pedindo que pare com a "atitude extrema" e que volte a sua diocese. Mas tanto o governo como o Vaticano vão continuar acompanhando a situação enquanto Dom Luiz continue com sua greve. Cappio iniciou o jejum para protestar contra o projeto do governo de transposição das águas do Rio São Francisco. A pedido pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a embaixadora do Brasil no Vaticano, Vera Machado se reuniu com o cardeal italiano Giovanni Battista Re, espécie de ministro do Vaticano para a América Latina e responsável por responder ao Papa Bento XVI pelos bispos. Na última semana, o bispo recebeu uma carta enviada por Dom Lorenzo Baldisseri, representante do papa Bento XVI no Brasil, pedindo o fim do jejum e afirmando que o ato de Dom Cappio é radical e que não faz parte dos princípios cristãos. Dom Cappio começa a receber acompanhamento médico diário. Segundo as últimas informações divulgadas pela Articulação do São Francisco, ele tem apresentado alterações físicas, demonstra fragilidade orgânica, quedas na pressão e já perdeu oito quilos. Esta é a segunda vez que o religioso faz greve pedindo a paralisação das obras. Segundo ele, a transposição não beneficiará a população do semi-árido e sim alguns setores do agronegócio.

As entidades e movimentos ligados a questões da população negra realizam uma audiência pública em São Paulo – SP (região Sudeste) e prometem unificar a luta sobre a questão das terras quilombolas em todo país. Uma ofensiva de representantes do agronegócio como a bancada ruralista do Congresso Nacional, quer retirar das comunidades quilombolas o direito de ter suas terras tituladas. A ação vem sendo encabeçada por partidos como o Democratas (DEM) - antigo PFL. Na ofensiva, estão alguns projetos em tramitação no Congresso que buscam inclusive anular o decreto 4.887 assinado pelo presidente Lula em 2003. Conforme esse decreto, que regulamenta o artigo 68 da Constituição Federal, o governo compromete-se em identificar e titular as terras pertencentes às comunidades quilombolas. Um dos projetos é de autoria do deputado federal Valdir Colatto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que tenta impedir o cumprimento desta meta. No projeto, o parlamentar pede a suspensão do decreto que regulamenta as áreas de remanescentes de escravos. No Supremo Tribunal Federal, outra ação que espera por julgamento, proposta pelo DEM, alega que esta regularização seria inconstitucional.

Mais um sem-terra morre no país. No dia 12 de dezembro, dois ônibus do MST, que se dirigiam de Petrolina, no Sertão de São Francisco, para o município de Caruaru – Pernambuco (região Nordeste) foram atacados por homens armados. Cerca de 120 trabalhadores rurais viajavam para participar do 17º Encontro Estadual do MST em Pernambuco, que ocorreu de 12 a 15 de dezembro. Os ônibus, que estavam identificados com bandeiras do MST, foram abordados a tiros nas proximidades do município de Cabrobó. A área, conhecida como Polígono da Maconha, é uma das regiões mais violentas do Sertão. Dênis Santana de Souza, 28 anos, dirigente do Assentamento Catalunha, foi atingido com um tiro na testa, e socorrido no hospital de Petrolina. Não resistiu e faleceu na noite do dia 17 de dezembro. Antônio Lopes, membro da Direção Estadual do MST, em Pernambuco, também foi atingido com um tiro, mas já teve alta e passa bem. Apesar de a região ser conhecida pela violência, pela pistolagem e por seguidos assaltos a ônibus, as circunstâncias do atentado ao ônibus do MST não seguem os mesmos padrões dos assaltos “convencionais”, principalmente porque não houve nenhuma tentativa de parar o ônibus antes do ataque. Em nota, o MST, representando as mais de 40 mil famílias sem-terra de Pernambuco, repudia

qualquer ato de violência contra a vida humana. “Somos um Movimento de Camponeses e Camponesas que lutam por terra, vida e dignidade, e não vamos mais aceitar os seguidos atentados contra a vida de nossos companheiros e companheiras. Sejam as milícias armadas pagas por fazendeiros e empresas transnacionais no Sul do Brasil, que há cerca de um mês tiraram a vida do companheiro Keno, no estado do Paraná; sejam os pistoleiros pagos por latifundiários e usineiros no Nordeste; nos comprometemos a lutar contra qualquer ato de violência e injustiça.” O MST exige que a PF no estado de Pernambuco investigue o atentado acontecido em Cabrobó e que os culpados por mais esse assassinato sejam punidos.

Versão atualizada da nova lista do trabalho escravo, divulgada hoje pelo Ministério do Trabalho, relaciona 189 empregadores flagrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização. Além da reincidência no crime, vários empregadores são mantidos na lista porque deixaram de pagar multas aplicadas pelos auditores do Grupo Móvel. Os fazendeiros Joaquim Maria Daflon e Walderez Fernando Barbosa estão entre os casos de proprietários reincidentes. Barbosa estava na lista desde 2004 por causa de uma ação que libertou 15 pessoas, numa fazenda de sua propriedade, em Tocantins (região Norte). Ele continua na relação porque uma operação dos fiscais, em 2005, encontrou dois funcionários que trabalhavam como mão-de-obra escrava em outro imóvel seu. Também em Tocantins, Joaquim Daflon consta da lista porque foi pego em três fiscalizações do Ministério, duas em 2004 e uma em 2006. Na versão atualizada de 2007, são incluídos grupos econômicos como Laticínios Morrinhos Indústria e Comércio, que produz o Leitbom, a Agropecuária Roncador e a Agropecuária Serra Grande (Agroserra), proprietária de usinas de álcool e produtora de soja. A “lista suja” é atualizada semestralmente e a relação é divulgada desde 2003. Incluído na lista, o proprietário fica proibido de ter acesso a recursos públicos e, durante 2 anos, é monitorado pelos fiscais do Ministério do Trabalho. Se não reincidem são excluídos do rol. Os empregadores citados na lista são incluídos em outra relação, a das “Empresas pertencentes à cadeia produtiva do trabalho escravo”. Essa relação é utilizada por indústrias no momento de comprar matéria-prima. Há um boicote comercial aos fazendeiros da “lista suja”. De 1995 até 2007, mais de 26 mil trabalhadores foram submetidos ao trabalho escravo. O Grupo Móvel é composto, além dos fiscais do Trabalho, por agentes da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público do Trabalho.

De acordo com um relatório divulgado pela OAB do Rio de Janeiro, aproximadamente 23 mil detentos vivem em condições precárias em 44 estabelecimentos prisionais. A falta de saúde, assistência jurídica, educacional, social e religiosa são as principais constatações do documento. A OAB dá destaque para a falta de higiene nas celas. Em muitos desses locais não há vaso sanitário para os presos. O detento é obrigado a utilizar um buraco no chão chamado “boi”, que fica próximo ao local onde ele dorme. A Lei de Execuções Penais determina que as celas tenham dormitório, aparelho sanitário e lavatório. A OAB garante que na maior parte das penitenciárias do Rio faltam recursos materiais e humanos, as celas não têm os seis metros quadrados nem as condições de salubridade exigidas por lei. Os problemas não são apenas estruturais. O levantamento registra ainda que “não faltam relatos de torturas e maus-tratos” nos 44 estabelecimentos e salienta que, diante da dramática situação dos cárceres, o sistema está longe de conseguir o que deveria ser um de seus principais objetivos: a ressocialização dos presos. A OAB decidiu fazer uma radiografia do sistema prisional brasileiro para propor mudanças aos três poderes.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Bauru – São Paulo (região Sudeste) entra com ação pública contra a C&A, uma das maiores redes de varejo do país, e três empresas – Lorsa, CWR Indústria e Confecção e CWR Lavanderia e Tinturaria – por supostamente usarem mão-de-obra de falsa cooperativa – a Cooperbrim. Na ação, os procuradores pedem indenização de R\$ 1,2 milhão (R\$300mil para cada empresa). Segundo os procuradores, a Lorsa, fornecedora da C&A, subcontratava os serviços da CWR, que, por sua vez, repassava o serviço para a cooperativa Cooperbrim. As duas últimas localizadas em Avaré, também no estado. “É uma cooperativa fraudulenta de trabalho. Pela lei do cooperativismo, os cooperados são todos parceiros e dividem lucros e prejuízos. Na cooperativa, os trabalhadores recebiam salário, estavam subordinados a um chefe e batiam cartão. Ou seja, o vínculo de trabalho está claro”, diz Marcus Vinícius Gonçalves, um dos procuradores autores da ação. Segundo ele, documentos com especificação de como as peças de marcas da C&A deveriam ser produzidas foram encontrados na Lorsa e na CWR. Além da indenização, o MPT pede que os trabalhadores sejam contratados pela CWR e que a C&A não contrate mais esse tipo de serviço por meio de cooperativas, “mesmo que por meio de empresas interpostas”. A Lorsa informou que não sabia que a cooperativa trabalhava de forma irregular e que vai estudar as medidas que serão tomadas em razão da ação. Segundo a C&A, todos os seus fornecedores são obrigados a fornecer a lista completa de empresas subcontratadas por eles. “A Socam – empresa autônoma que faz auditoria nos fornecedores – visita a Lorsa Jeans, seu fornecedor, que informa ter a CWR como uma subcontratada. Por sua vez, a CWR não informa ter relacionamentos comerciais com a Cooperbrim. Sendo assim, a C&A não teve conhecimento da atuação da cooperativa na cadeia de fornecimento.”

Empregados da BS Colway, maior produtora de pneus remoldados do país, fazem passeata em Piraquara, em protesto contra a demissão dos 700 funcionários da unidade em Piraquara, em Curitiba – Paraná (região Sul). O dono da empresa, Francisco Simeão, diz que a fábrica foi fechada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu, em ação do governo federal, a importação de pneus usados da Europa, matéria-prima da BS Colway. Com essas últimas demissões, sobe para 1.200 o número de pessoas que perderam o emprego na fábrica este ano. A empresa demitiu 500 funcionários em agosto por causa das primeiras restrições à importação. O prejuízo com o encerramento das atividades, segundo Simeão, é de US\$ 200 milhões. Os trabalhadores bloquearam a rodovia Contorno Leste, que liga a região metropolitana de Curitiba ao porto de Paranaguá. Para Simeão, a decisão do STF na semana passada atendeu a interesses de “ambientalistas radicais e aos reclamos de multinacionais fabricantes de pneus novos, que lutam por reserva de mercado no Brasil”. A BS Colway é acusada de poluir o ambiente após finalizar o processo de remodelagem, mas Simeão nega baseado em laudos do Instituto Ambiental do Paraná.

O adolescente Carlos Rodrigues Júnior, de 15 anos, morto na madrugada do dia 15 de dezembro, em Bauru – São Paulo (região Sudeste), depois de ser abordado por policiais militares que suspeitavam que ele houvesse roubado uma moto, foi vítima de tortura com choques elétricos. Um fio desencapado, que pode ter sido usado na tortura, foi apreendido com um policial suspeito de envolvimento no homicídio do garoto. Rodrigues Júnior foi abordado por seis policiais militares em sua casa, no núcleo habitacional Mary Dota. Durante a vistoria policial, o tenente Roger Marcel Vitiver Soares de Souza, segundo depoimento, disse que apenas dois PM’s estavam no quarto

do garoto quando ele desmaiou e que deu voz de prisão a eles. Os seis policiais foram presos em flagrante por suspeita de homicídio. O laudo do IML de Bauru, que será divulgado no dia 18 de dezembro em uma coletiva de imprensa, aponta que o corpo de Rodrigues Júnior apresenta queimaduras por choques elétricos. De acordo com o diretor do órgão, uma corrente elétrica atingiu o coração do menino, o que causou sua morte. Ele afirma ainda que há indícios de outras agressões, mas não especifica quais. O ouvidor das polícias do estado de São Paulo, Antonio Funari Filho, afirma que já houve um caso de abuso policial neste ano, no mesmo bairro em que o adolescente foi morto. Em abril, o mecânico Jorge Luiz Lourenço foi morto com um tiro na cabeça em um conflito com três policiais. Na ocasião, segundo Funari Filho, um boletim de ocorrência foi feito dizendo que Lourenço havia disparado contra os policiais, mas exames técnicos contradisseram a versão. O advogado Luiz Henrique Mitsunaga, responsável pela defesa de quatro dos seis PM's presos suspeitos de terem assassinado Carlos Rodrigues Júnior, diz que seus clientes são inocentes. Segundo Mitsunaga, o rapaz teve um mal súbito, logo após ser algemado dentro de seu quarto. “Assim que conseguiram algemar o rapaz, observou-se que ele estava passando mal, com excesso de produção de saliva e palidez. Foi quando os policiais decidiram soltar as algemas e o levaram ao Pronto-Socorro Central.” Segundo ele, não houve agressão ao menor nem foram dados choques no garoto. Mitsunaga transfere toda a responsabilidade pelo caso, para o tenente Roger Marcel Vitiver Soares de Souza. “O oficial era o responsável por toda a operação que foi desenvolvida. Ele tomou por decisão entrar na residência. Na verdade, eles conseguiram aquilo que foi orientado”, diz. O advogado de defesa do tenente e do soldado Émerson Ferreira, José Roberto Spoldari, também diz que eles não têm envolvimento nas agressões. O advogado afirma ainda que o tenente não pode ser responsabilizado sozinho pelo caso.

A justiça do Pará decide anular o julgamento de Rayfran das Neves Sales, réu confesso do assassinato da missionária americana Dorothy Stang. O crime ocorreu em fevereiro de 2005. Stang, de 73 anos, foi atingida por 9 tiros em uma emboscada na cidade de Anapu, interior do Pará (região Norte). Ela tentava implantar um projeto de desenvolvimento sustentado com pequenos agricultores, contrariando interesses de grandes fazendeiros, alguns acusados de grilagem e desmatamento. Rayfran já havia sido condenado a 27 anos de prisão em julgamento encerrado em outubro de 2007, porém seu advogado recorreu alegando cerceamento da defesa e participação de jurados indevidos no júri. No primeiro julgamento, em dezembro de 2005, o pistoleiro, por ter sido condenado a uma pena superior a 20 anos, teve direito a novo júri. Em outubro passado, ele voltou a sentar no banco dos réus e recebeu sentença de 27 anos. Desta vez, a falha que redundou na anulação do segundo julgamento foi da própria Justiça, que preferiu manter dois jurados impedidos, embora os advogados de Rayfran, antes da sessão, tivessem solicitado que ambos fossem substituídos. O pedido foi indeferido pelo juiz Raimundo Flexa. O novo julgamento deve ocorrer em 2008, mas ainda não tem data confirmada.

3ª feira 18

Servidores da Segurança Pública realizam protesto em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A categoria reivindica reajuste salarial; aposentadoria diferenciada, direito constitucional das profissões de risco; nomeações e melhores condições de trabalho. O auge dos protestos da categoria ocorreu em outubro, quando 2 mil policiais

militares, civis e peritos marcharam pela Capital até o Palácio Piratini. O governo não atendeu às reivindicações.

Solidários à greve de fome do bispo Dom Luiz Cappio representantes de movimentos sociais, cerca de 300 ribeirinhos, pescadores e quilombolas da Bacia do São Francisco, protestam na Praça dos Três Poderes em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste) contra o projeto de transposição do rio. Os manifestantes divulgam uma contraproposta, condicionando o fim do jejum à suspensão das obras e à retirada imediata de tropas do Exército de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco (região Nordeste). A manifestação ocorreu bem em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Foi elaborado um documento de oito pontos, a ser entregue ao chefe do gabinete da Presidência Gilberto Carvalho. Os manifestantes divulgaram abaixo-assinado com 867 nomes, entre eles o do ator Wagner Moura, da atriz Letícia Sabatella e do bispo emérito de São Félix do Araguaia do estado do Mato Grosso, dom Pedro Casaldáliga.

Integrantes do MST ocupam a Ferrovia Centro-Atlântica na Bahia (região Nordeste) controlada pela Vale. Na hora da ocupação, um trem com duas locomotivas e 19 vagões vazios seguia para Itiuba no estado. Perto do município de Queimados, onde estão 200 militantes do MST, a ferrovia está parada. De acordo com líderes do MST, a ocupação é um protesto pelo fato de terem sido desalojados de outra área próxima à ferrovia. A administração da ferrovia acionou a PM.

4ª feira 19

Cerca de 1.500 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam duas sedes do Inca nos municípios de Recife e Petrolina em Pernambuco (região Nordeste). O movimento ocupa também a agência estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Recife e agências da Caixa Econômica Federal (CEF) em Caruaru, Palmares, Arcoverde, Ouricuri e Petrolina. A principal reivindicação dos agricultores é o cumprimento do acordo entre MST, Inca, CEF e o governo de Pernambuco para a construção de 1.350 casas, em 32 assentamentos da Reforma Agrária, no estado. De acordo com o MST em outubro de 2006, a CEF e o Inca assinaram convênio para a construção de 8.100 casas em assentamentos. Com a burocracia para a liberação dos investimentos pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Inca depois de um ano, apenas 54 casas foram construídas.

Militantes de diversos movimentos sociais e entidades realizam um ato público na Praça Deodora, centro de São Luiz - Maranhão (região Nordeste). O objetivo do protesto é levar à população do Maranhão as informações sobre as consequências das obras da transposição do São Francisco sobre a vida das populações ribeirinhas e também sobre o meio ambiente. Além disso, o ato pretende chamar a população a se solidarizar com Frei Cappio, em greve de fome desde o dia 27 de novembro. As mobilizações na capital do Maranhão são coordenadas pela Via Campesina e pela CNBB.

Aproximadamente mil pessoas fecham a ponte que liga os municípios de Juazeiro, estado da Bahia e Petrolina no estado de Pernambuco (ambos na região Nordeste). O ato aconteceu em solidariedade ao bispo Dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome desde o dia 27 de novembro, em defesa do rio São Francisco e contra o projeto de transposição. Após a desocupação, cerca de 300 pessoas seguiram para a Capela São

Francisco, em Sobradinho na Bahia, distante cerca de 50 km, a fim de fazer parte da vigília iniciada ao amanhecer, com a participação de índios Xucurus de Pesqueira de Pernambuco.

O Supremo Tribunal Federal (STF) nega o pedido do Ministério Público de paralisar a obra de transposição do Rio São Francisco, em caráter liminar. Por seis votos a três, as obras devem continuar. A maioria dos ministros do STF avaliou que o governo está tomando todos os cuidados e cumpriu todos os pré-requisitos necessários para a liberação da obra. O Supremo também anulou uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que suspendia as obras de desvio do curso do rio. Assim, o governo pode continuar com a transposição. A CNBB criticou a intransigência do governo federal em discutir a transposição com a população nordestina que será atingida e com os brasileiros em geral. O presidente Lula negou a proposta da CNBB de paralisar as obras por dois meses para debater o tema. Organizações contrárias à transposição afirmam que existem outras alternativas à seca, como o sistema de cisternas que custa menos e não prevê o desvio de curso do rio. Dom Luiz Cappio, que completaria 23 dias em greve de fome, teve de ser levado às pressas para um hospital em Petrolina – Pernambuco (região Nordeste). O bispo da diocese de Barra, na Bahia (região Nordeste), desmaiou enquanto discutia com os movimentos sociais uma nota repercutindo a decisão da Justiça de manter as obras. O médico que atendeu o Frei, Klaus Finkan, chegou a decretar o fim da greve de fome de Cappio, mas, familiares, pastorais sociais e a CNBB afirmam que essa é uma decisão do bispo e que deverá ser avaliada quando ele deixar o hospital. Amigos do bispo declararam que ele ficou bastante abalado com a decisão da Justiça de manter as obras.

5ª feira 20

O bispo Dom Luiz Flávio Cappio anuncia que encerra a greve de fome, em missa realizada em Sobradinho, na Bahia (região Nordeste). Depois de 24 dias de jejum, o frei está bastante debilitado e fraco. Com o anúncio, o religioso irá voltar ao hospital em que estava internado na cidade pernambucana de Petrolina, desde o dia 19 de dezembro, quando desmaiou por fraqueza. O Bispo fez críticas ao governador da Bahia, Jacques Wagner pela sua cumplicidade com o presidente da República. O ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima também foi criticado pelo Bispo em relação a sua administração. O Bispo chama atenção para o desconhecimento nacional em relação à transposição do rio São Francisco. Na missa realizada à noite, o religioso afirmou que a greve terminou, mas a luta contra transposição do Rio São Francisco continua.

Pacientes que fazem tratamento oncológico em Campos, estado do Rio de Janeiro (região Sudeste), fazem manifestação na cidade contra a suspensão do atendimento no Hospital Dr. Beda, o único credenciado no município nessa especialidade médica pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O hospital, que é particular, decidiu não realizar mais tratamentos a partir de 1º de janeiro, alegando defasagem da tabela e atraso no repasse da prefeitura, que acumula uma dívida de quase R\$2 milhões. Os pacientes, alguns de cadeiras de rodas, exibiam cartazes com os dizeres “Câncer, hoje sou eu. Amanhã pode ser você”. A direção do hospital, que atende a pacientes de seis outros municípios da região, comunicou no início do mês o fim do atendimento pelo SUS. Os diretores responsabilizam a Prefeitura de Campos. A secretaria municipal de Saúde informou que está buscando uma solução para o problema. Emergencialmente, os pacientes seriam

enviados ao Instituto Nacional de Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, ou para o Hospital São José do Avaí, em Itaperuna.

Cerca de 900 trabalhadores de duas usinas de álcool do grupo João Lyra no Triângulo Mineiro bloqueiam por 19 horas a BR-365, em Ituiutaba, Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O motivo do bloqueio, acompanhado pela Polícia Rodoviária Estadual, foi o atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores rurais da unidade Triálcool, em Canápolis, e da unidade Vale do Paranaíba, em Capinópolis. Segundo a PM, cerca de 800 trabalhadores bloquearam a ponte que dá acesso a Ituiutaba, no dia 19 de dezembro. O protesto terminou quando os trabalhadores receberam o pagamento pelo trabalho. Segundo o diretor do grupo em Alagoas, Arnaldo Cansanção, o problema foi o fato de Minas Gerais estar no horário de verão, uma hora adiantado em relação ao Nordeste, onde foi feito o depósito para o pagamento.

6ª feira 21

Integrantes da União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco) e militantes de movimentos sociais fazem panfletagem, pela manhã, no Terminal do Centro de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Apesar da manifestação o aumento das tarifas foi aprovado por quatro votos a dois no Conselho Municipal de Transportes (CMT), em Florianópolis. Votaram a favor: empresas de transporte, representante dos taxistas, representante do transporte escolar e do transporte de turismo. Os dois votos contrários foram de integrantes da Ufeco. Com a decisão do CMT, o prefeito Dário Berger (PMDB) tem a liberdade de escolher do reajuste. A tarifa paga por cartão passará de R\$ 1,90 para R\$ 2,00 - um aumento de 5,3%. A tarifa paga em dinheiro, que hoje custa R\$ 2,40, irá a R\$ 2,60, ou seja, 8,3% a mais. A tarifa social, cobrada em algumas linhas de regiões mais pobres, também terá reajuste. No cartão eletrônico de R\$ 1,25 irá para R\$ 1,40 - cerca de 12% de reajuste. Em dinheiro a tarifa social passará de R\$ 1,50 para R\$ 1,60 - acréscimo de 6,6%. Como comparação ao aumento nas tarifas, o Índice do Custo de Vida, do Dieese, acumulou um aumento de 4,94% em 2007. O Índice de Preço ao Consumidor fechará o ano em 4,6%.

O Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale Paraíba (Preservale) denuncia ao Ministério Público da Barra do Piraí – Rio de Janeiro (região Sudeste), a ocupação da fazenda São Paulo, em 8 de dezembro, por integrantes do MST. O diretor-geral da Preservale, Paulo Roberto dos Santos, denuncia que as famílias ocuparam a parte histórica da fazenda, construída em 1830 e que há risco de degradação da mata nativa, preservada pelos proprietários. Os proprietários alegam que a fazenda produz feijão e café além da atividade agropecuária e do turismo. A fazenda recebe visitantes do Brasil e do exterior e compõe um grupo de 25 propriedades que integram o Preservale.

Domingo 23

Cerca de 70 índios Pataxós da aldeia de Guaxuma, do município de Porto Seguro – Bahia (região Nordeste) bloqueiam a entrada de um assentamento do MST em Terra Nova. De acordo com o indígena Araçari Pataxó, a área faz parte do território indígena e está dentro do estudo de ampliação do território indígena que vem sendo realizado

desde 2000 por antropólogos da Funai. “Já cansamos de esperar. Todo final de ano é a mesma coisa. A Funai promete que vai sair a publicação do estudo e nada”, disse Araçari. No assentamento do MST estão 31 famílias há 9 anos. Os índios estão controlando a entrada da área e o clima é tenso. As famílias hoje assentadas no Terra Nova já foram retiradas de uma outra área de conflito indígena, em Corumbau, no município de Prado.

3ª feira 25

Cerca de 70 detentos da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, no município de Caxias do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul) fazem rebelião por aproximadamente 7 horas. Os internos do regime semi-aberto interdita uma galeria do presídio em protesto por não terem sido incluídos no indulto de Natal. Durante a rebelião, três presos foram feridos por colegas de cela e levados para o hospital. O motim foi contido após negociação entre os detentos e a juíza titular da Vara de Execuções Criminais de Caxias do Sul, Magali Ruperti Rabello Justin, exigida pelos amotinados.

5ª feira 27

Detentos da cadeia pública de Avaí no interior de São Paulo (região Sudeste) decretam greve de fome. Quarenta e oito presos se recusam a receber as refeições diárias por alegarem que apesar de terem direito ao regime semi-aberto estão presos em regime fechado. As refeições negadas pelos detentos estão sendo distribuídas a famílias pobres da cidade pelo serviço de assistência social da Prefeitura da Avaí, segundo o jornal O Globo. O delegado José Firmino de Oliveira afirma que a situação não é preocupante, pois os detentos apesar de não estarem aceitando a comida do sistema prisional, estão se alimentando de produtos natalinos como panetones e bolos. Entre os 48 detentos alguns estão no sistema fechado porque o Estado não dispõe das vagas no semi-aberto a que têm direito. O governo do estado ainda não informou que medidas tomará para solucionar o problema. A Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo não se manifestou sobre a greve de fome.

Detento de 19 anos é transferido depois de passar cerca de 15 dias acorrentado ao corrimão de uma delegacia de Maceió – Alagoas (região Nordeste). Segundo a delegada do 3º Distrito Policial de Maceió, Maria Aparecida Araújo, a demora ocorreu pois houve dificuldade de encontrar uma delegacia com uma cela só para ele. O jovem é suspeito de furtar uma lixadeira e, segundo a polícia, é “doente mental”. A delegada alega que se não acorrentasse Edvaldo Ferreira fora da cela ele seria linchado pelos outros detentos. Segundo ela, “O menino não era bom de cabeça e não gostava de tomar banho. Os outros provocavam. Aí ele começava a gritar.” Desde agosto de 2007 os policiais civis do estado estão em greve. Com a superlotação e as constantes rebeliões a Justiça chegou a proibir a transferência de presos. O presidente da seccional da OAB no Estado Omar Mello declarou que pediu à comissão de direitos humanos da entidade que apure o caso.

Sábado 29

Para o Exército brasileiro, a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, atingindo de forma contínua 1,74 milhão de hectares nas fronteiras com a Venezuela e Guiana, contribui para o despovoamento da região do lado brasileiro. Segundo oficiais, o crescimento demográfico na fronteira garantiria mais segurança contra eventuais incursões estrangeiras. “O Exército nunca foi favorável à luta dos povos indígenas. Nunca. Todo o tempo, ele foi contra”, diz o tuxaua (líder indígena macuxi) Walter de Oliveira, 39. “O que existe aqui é um interesse nacional do povo brasileiro [contra] um interesse estrangeiro representado por ONGs, Igreja Católica e setores do governo brasileiro. Eles instrumentalizam meia dúzia de índios que passaram a ser ventríloquos das idéias desse povo”, afirma Paulo César Justo Quartiero, 55, presidente da Associação dos Produtores de Arroz de Roraima. Quartiero (DEM), ex-prefeito de Pacaraima, estado de Roraima (região Norte), e o macuxi Oliveira são adversários no conflito da demarcação da Raposa Serra do Sol. A área foi homologada em abril de 2005, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para abrigar, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), 14 mil macuxis, wapixanas, ingarikós, taurepangs e patamonas. A homologação implica a retirada dos produtores de arroz da região. Quartiero tem duas fazendas, que somam 9.200 hectares, dentro da área demarcada como terra indígena. Os militares são contra a demarcação de forma contínua, o que levará à retirada de plantadores de arroz, fazendeiros e moradores não-índios da área. A última lista da Funai traz a relação de 40 propriedades que devem ser desocupadas. Desde novembro, a Polícia Federal prepara uma operação para desocupar a terra, o que envolveria 400 policiais. Segundo um oficial, há a expectativa de alguma revisão na decisão da demarcação. Para ele, os dados usados para a tomada de decisão são irrealistas. Oficialmente, o Exército não fala sobre o tema. “Em 1992, quando se falava do reconhecimento da terra indígena, o Exército anunciou em uma nota que na área de fronteira não existia índio. [Dizia que] existiam só pessoas estrangeiras que eram da Guiana e da Venezuela. Por isso, o Exército sempre foi contra, e vai continuar”, afirma o índio macuxi Oliveira. Também dirigente do CIR (Conselho Indígena de Roraima), ele afirma que em setembro recebeu da Presidência da República a promessa de que a área seria desocupada em novembro, o que não ocorreu. Os indígenas dão um ultimato ao governo: até março. “Vamos reunir 13 mil índios. Se eles morrerem, vão morrer aqui dentro da terra deles. E a responsabilidade vai ser do governo federal de não tomar as providências cabíveis”. Ele faz uma ressalva: “Nós, povos indígenas, nunca vamos contra o Exército. Entendemos que é direito proteger a fronteira, cuidar dos brasileiros sem deixar invadir. Se precisar de nosso apoio, estamos aqui para ajudar e não para atrapalhar”. Quartiero afirma que também pode reunir índios, mas contra a demarcação. “Se tiver que reunir 5.000, eu reúno. Dando comida, carne e refrigerante”, afirmou ele. A crítica principal de Quartiero é a da intervenção de ONGs estrangeiras na demarcação de terras indígenas na Amazônia. A Associação de Produtores de Arroz afirma não ter se intimidado com a demarcação e que reverterá o quadro no Superior Tribunal Federal (STF).

Glossário de Siglas

Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociológicos
Emae	Empresa Metropolitana de Água e Energia
Fetaemg	Federação dos Agricultores do Estado de Minas Gerais
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento da conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Equipe de pesquisadores: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anderson Andrade (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Vera Lúcia R. de Oliveira (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ). Consultoria: Jane Barros Almeida (UFF). Revisão: Virgínia Maria de Castro (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI).